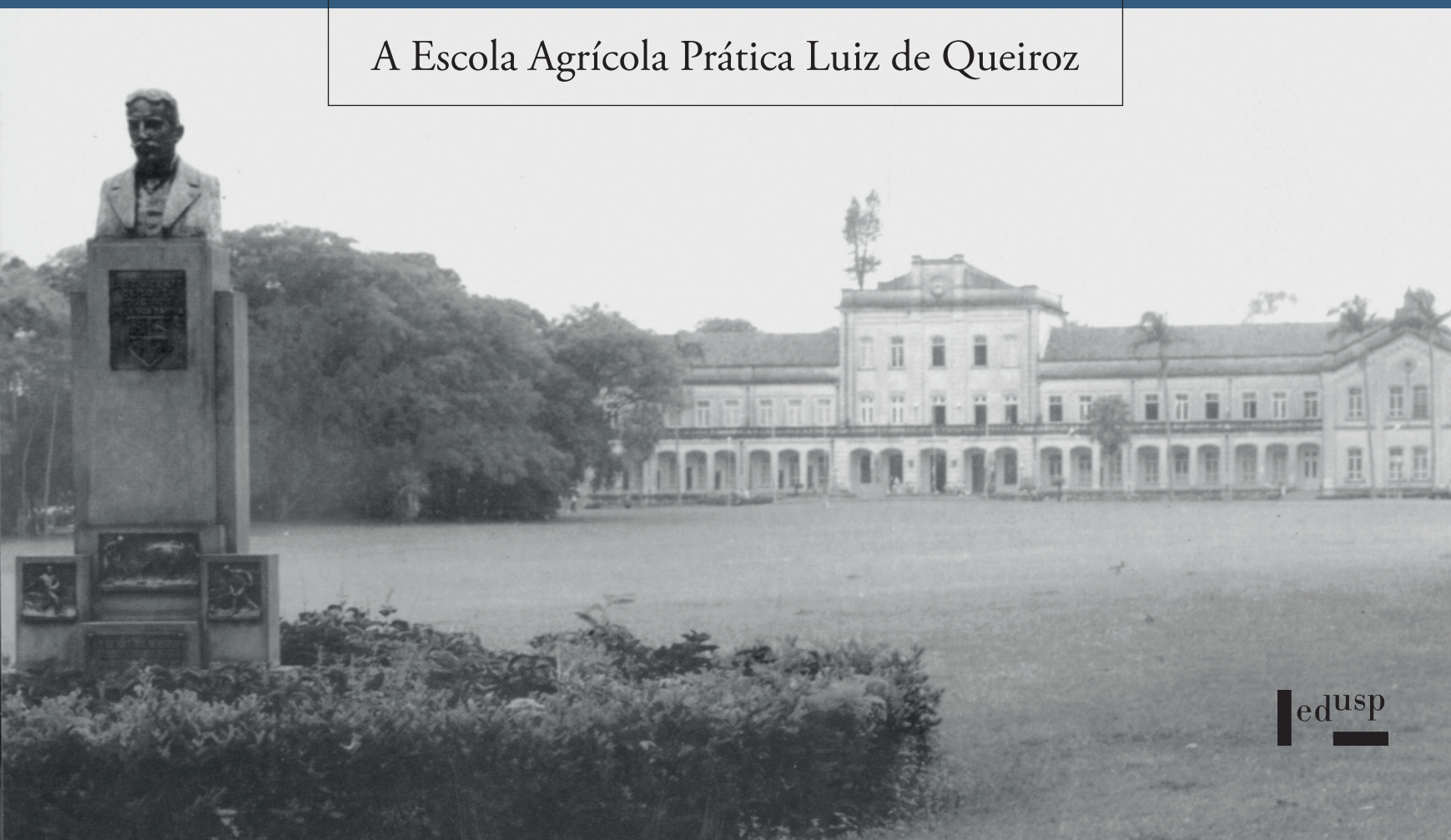
Marly Therezinha Germano Perecin

OS PASSOS DO SABER

A Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz



edusp

Os Passos do Saber: A Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz

USP UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Adolpho José Melfi
Vice-reitor Hélio Nogueira da Cruz

edusp EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Plinio Martins Filho

COMISSÃO EDITORIAL
Presidente José Mindlin
Vice-presidente Oswaldo Paulo Forattini
Brasílio João Sallum Júnior
Carlos Alberto Barbosa Dantas
Franco Maria Lajolo
Guilherme Leite da Silva Dias
Laura de Mello e Souza
Plinio Martins Filho

Diretora Editorial Silvana Biral
Diretora Comercial Ivete Silva
Diretora Administrativa Angela Maria Conceição Torres
Editores-assistentes Jadyr Pavão
Marcos Bernardini
Marilena Vizentin

Os Passos do Saber:
A Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz

O Esforço para Implantar o Ensino Técnico de Segundo Grau na Agricultura, 1891-1911

MARLY THEREZINHA GERMANO PERECIN

edusp

Copyright © 2004 by Marly Therezinha Germano Perecin

Esta edição está disponível no portal de livros abertos da Edusp (www.livrosabertos.edusp.usp.br). É uma versão eletrônica da obra impressa. É permitida sua reprodução parcial ou total, desde que citadas a fonte e a autoria. É proibido qualquer uso para fins comerciais.

Visite também www.edusp.com.br.

Ficha catalográfica elaborada pelo Departamento Técnico do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP

Perecin, Marly Therezinha Germano.
Os passos do saber : a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz / Marly Therezinha Germano Perecin. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
392 p.; 23 x 27 cm.

Inclui fontes e referências bibliográficas.
Anexos: O Discurso Científico na "Luiz de Queiroz" – O Decreto n. 130 de 17.11.1892 – Escritura Pública de Doação de 12.11.1892.
Conteúdo: O esforço para implantar o ensino técnico de segundo grau na agricultura, 1891-1911.
ISBN 85-314-0845-8

1. Agricultura (história). 2. Ensino profissional e técnico. 3. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (história). I. Título. II. Título: A Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz.

CDD 630.71

Direitos reservados à

EDUSP – EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374
6o andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: Tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
SAC (11) 3091-2911 – Fax (11) 3091-4151

Impresso no Brasil 2004

Foi feito o depósito legal

À minha família.

Aos meus ex-alunos.

Aos esalqueanos, pelo seu acendrado
carinho à Escola, mais que centenária,
e cívico respeito pela sua memória.

Sumário

Lista de Figuras 13
Lista de Tabelas e Abreviaturas 15
Agradecimentos. 17
Prefácio 19
Introdução 23

Parte I
O ROMANCE DA TERRA E OS AGROSSENHORES

A Hegemonia dos Casarões 33
A Reconstrução do Oeste Paulista. 33
O Inovacional se Insinua... nas Raízes. 33
Os Agentes Dinâmicos da Economia: Café e Ferrovias 36
O Grande Oeste Paulista por seus Homens e Idéias 38
A Busca pela Representatividade Parlamentar . 39
O Manifesto Republicano de 1870 40
A Convenção Republicana de Itu (1873). . . . 41
Uma Questão de Lógica. 43
Dissonâncias 44

O Grande Oeste da Escravidão 53
Tendências Republicanas 53
A Polarização das Tendências Liberais 54
A Mancha Indelével. 59
Salvar as Aparências: Pragmática Perrepista . . 61
Piracicaba Após a Abolição: Trincheira Do Liberalismo 62
"Um Dia... a República Há de Fazer-se" . . . 64
Reacesa a Competição das Facções: Julho de 1889 66
A Última Batalha Eleitoral do Oeste Paulista 68
O Advento da República 70
Velha Crônica Republicana 73

A Primeira Década Republicana 83
A Força da Terra 83
Os Agrossenhores na República 84
Forças Disjuntivas. 86
A Consciência da Terra 88
As Luzes da Terra 90
O Caso Dafert e a Iniciação Científica em São Paulo 94
A República e a Educação. 96
Nasce o Ensino Técnico Público em São Paulo 99

Parte II
A BUSCA DA AGRICULTURA MODERNA: OS PROJETOS DE ENSINO AGRONÔMICO

O Projeto Luiz de Queiroz 109

Os Souza Queiroz, Agrossenhores do Oeste Paulista . . . 109
Observador da Experiência Francesa 110
A Reinserção na Sociedade do Oeste Paulista 111
Luiz de Queiroz e a Iniciativa do Ensino Agronômico 113
Progresso com Eletricidade e Agricultura . . 114
Os Projetos e os Seus Percalços 117
As Barreiras Insuperáveis 119
O pensamento de Luiz de Queiroz sobre a Agricultura 123
Epílogo 126
Período de Transição: a fase administrativa de E. Lehmann 127

O Projeto Morimont 135
A Saga de um Engenheiro Agrônomo 135
Na Fazenda São João da Montanha 139
A Experiência Global 140
Os Trabalhos e os Dias 141
A questão da mão-de-obra 141
O trabalho agronômico 142
Relatórios e Plantas 144
Sob a Responsabilidade do Diretor 147
A festa 148
Questões financeiras 150
Morimont e a aprovação das contas 151
O Projeto da Escola Prática de Agricultura (Relatório Técnico ou "Metódica Síntese") . 153
Apresentação do Projeto Técnico como Parte da Discussão sobre o Tema da Atualidade, a Agricultura Científica 154
O modelo 155
Os elementos constitutivos da escola 157
A educação técnica em Agricultura 163
Instrumentação de Engenharia 167
A Lei nº 367, de 03/09/1895 169

O Projeto de Ensino Técnico Agrícola de São Paulo 181
Os Anos Difíceis 181
A Fase Legiferante 183
Nas Pegadas de Morimont 185
A Experiência Proposta com Base na "Metódica Síntese" 188
A Organização Pedagógica: Módulos e Currículo 190
A Transmissão Metódica ou Modo de Ensinar 193
Método e Intuição 194
A Organização dos Recursos Humanos . . . 198
A congregação dos professores 198
A direção 199
A docência 199
A complementação pedagógica 200
O alunado 200
Avaliações 200
Organização administrativa 201
A questão salarial 202
Comparando os Regulamentos de 1898 e de 1900 203

Parte III
A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA AGRÍCOLA PRÁTICA "LUIZ DE QUEIROZ"

A Escola da Dissidência Perrepista 211
A Festa da Intelectualidade 211
Ano Político 213
Um Certo Alvoroço 215
Três de Junho 217
Discursa o Dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho 220
A Inauguração em Clima de Ruptura 226
O 1º Ano Letivo (2º Semestre de 1901) 229
A Primeira Turma de Agrônomos (1901-1903) 232
O Corpo Docente e o Trabalho Didático . . 233
Sombrios Prognósticos 235
Balanço do 1º ano do Curso 237
A Reação do Alunado 240
A Retomada: 1902 243
A Reforma da Escola à vista 247
Os Exames Práticos de Encerramento do Ano de 1902 249
Programas da 4ª Cadeira (Agricultura): 2º e 3º anos (1902 e 1903) 250
A Perseverança dos Mestres 250
A Lavoura que Salva na Fazenda Modelo . . 257
Os Primeiros Frutos 258

A Fazenda Modelo se Inscreve nos Anais da Escola 260
Representação Gráfica da Experiência 261
Reconhecimento dos Erros Acumulados . . 264
Agricultura Racional na Escola Agrícola Prática 266

A Escola da Resistência. 279
A Permanência do Saber Agronômico Institucionalizado 279
A Reforma de 1905-1908: Reação Salvacionista 284
Toma Configuração a Reforma: Ano de 1905 287
As Indicações Bibliográficas para o Ano Letivo de 1905 288
Distribuição Comparativa das Disciplinas por Cadeiras e Conteúdos Programáticos. . . . 289
As Construções e os Melhoramentos 291
O Ensino em 1906 292
Questões Disciplinares Internas 294
Os Rumos do Congraçamento 297
A um Passo da Inauguração da Obra do Governo Tibiriçá. 299
A Festa da Reinauguração da Escola. 302
As Representações Ideológicas em 14 de Maio 306
A Fala do Dr. Francisco Dias Martins, Diretor da Escola 309
O Novo Pacto Político 311
A Reforma de Carlos Botelho 312
A "Luiz de Queiroz" e a Produção Agrícola . 316
O Ano de 1908 319
Representação Gráfica da Experiência 322

A Escola do Congraçamento: Sob o Gentleman Farmer's Project 333
Reorganiza-se a Escola ''Luiz de Queiroz" . . 333
O Novo Modelo: 1909 338
O Funcionamento do Curso 342
A Presença dos *Fathers* 344
A Readequação nos Anos de 1910 e 1911 . . . 346
A Escola Ganha Projeção 351
A Experiência Construída em Piracicaba (1908-1912) 354
Clinton Dewit Smith e o Ensino 356
O Sentido da Escola Agrícola Prática para o Dr. Clinton Dewit Smith 358
O Primeiro Congresso de Ensino Agrícola de São Paulo 360
A "Luiz de Queiroz" e o Congresso de Ensino Agrícola 362
A Tese do Dr. Clinton D. Smith 365
As Avaliações sobre a IV Tese 367

CONCLUSÕES 375

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS . . . 379

ANEXOS. 386
A. O Discurso Científico na "Luiz de Queiroz". 386
B. O Decreto n. 130 de 17.11.1892 388
C. Escritura Pública de Doação de 12.11.1892 388

Lista de Figuras

1. A Fazenda Corumbataí, em Piracicaba: cana (engenho) e café. Aquarela 34
2. A Fazenda Monte Alegre, em Piracicaba: erradicada a mata, coexistiram a cana (engenho) e o café. Aquarela 34
3. A "Queimada" na mata subtropical. Aquarela 35
4. João Tibiriçá Piratininga e seu sobradão na Praça Pe. Miguel, Itu. O pai e o filho, Jorge Tibiriçá Piratininga. Montagem de fotos . . . 42
5. Prudente José de Moraes Barros e seu casarão à Rua de Santo Antônio, em Piracicaba. Montagem de fotos 46/47
6. Piracicaba no final do século XIX. Óleo 75
7. A cidade de Piracicaba sempre reconheceu-lhe o mérito inovador. Monumento na Praça José Bonifácio 115
8. "A Luiz Vicente de Souza Queiroz – O teu monumento é a tua Escola". Inscrição na lápide do homenageado mandada executar pela Congregação de professores da ESALQ. . 126
9. Planta do Colégio-Internato (1894) 158
10. Escola Prática de Agricultura, fachada lateral. Planta 158
11. Posto Zootécnico: cavalariças. Planta 159
12. Pocilga Moderna. Planta 159
13. Planta Geral. 160/161
14. A Fazenda São João da Montanha, em 1894. . 162
15. Perfis da Fazenda São João da Montanha. Planta 163
16. A Árvore do Saber. As seis raízes plantadas por Morimont sustentaram o Saber Agronômico. Concepção alegórica 164
17. A simplificação do Projeto Morimont, ocorrida no período 1895-1901. Quadro . . . 192
18. Máquinas de tração animal. Gravura 206
19. A primeira sede da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" de Piracicaba 1901-1907. Foto 226
20. Horário para o 1º Ano Letivo (1901). Quadro 232
21. Horário do Curso: 1902. Quadro 239
22. Planta da cidade de Piracicaba e subúrbios, com a rede de encanamento da Empresa Hidráulica, 1902. Reprodução. 240
23. Cartão de visitas do Diretor, 1903. Foto . . . 254
24. Convite da 1ª formatura de agrônomos da "Luiz de Queiroz". Foto. 255
25. Primeiro quadro de formatura dos agrônomos da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", 1903. Foto. 258
26. A Seriação da Escolaridade (1901-1903). Gráfico 261
27. A Produção Final (1901-1903). Gráfico . . . 261

28. A Seriação da Escolaridade (1902-1904). Gráfico 262
29. A Produção Final (1902-1904). Gráfico . . . 262
30. A Seriação da Escolaridade (1903-1905). Gráfico 262
31. A Produção Final (1903-1905). Gráfico . . . 262
32. A Seriação da Escolaridade (1904-1906). Gráfico 263
33. A Produção Final (1904-1906). Gráfico . . . 263
34. Totais dos alunos matriculados em todas as séries no 1º semestre da Escola e aprovados no final do ano letivo. Gráfico . . 263
35. A produtividade do 1º Modelo Oficial implantado entre 1901 e 1904. Gráfico. . . . 264
36. Placa de mármore e bronze com as efígies em perfil de Jorge Tibiriçá Piratininga, Presidente do Estado de São Paulo, e Carlos Botelho, Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas,1906. Postal 267
37. A Seriação e os graus do novo Curso, segundo o Regulamento de 1905. Gráfico . . 286
38. Ceres, a deusa do *agros* (terra cultivada) e os seus produtos. Postal 289
39. Quadro comparativo dos cursos com base nos dois regulamentos, de 1900 e 1905 . . . 290
40. Visão frontal do edifício sede, recém-construído, 1907. Foto 305
41. Visão do conjunto arquitetônico, em 1907. Foto. 306
42. A Seriação da Escolaridade (1905-1907). Gráfico. 322
43. A Produção Final (1905-1907). Gráfico . . . 322
44. A Seriação da Escolaridade (1906-1908). Gráfico 323
45. A Produção Final (1906-1908). Gráfico . . . 323
46. A Seriação da Escolaridade (1907-1909). Gráfico 323
47. A Produção Final (1907-1909). Gráfico . . . 323
48. A Seriação da Escolaridade (1908-1910). Gráfico. 324
49. A Produção Final (1908-1910). Gráfico . . . 324
50. Totais dos alunos matriculados em todas as séries no 1º semestre da Escola e aprovados no final do ano letivo. Gráfico. 324
51. A Produtividade do 2º Modelo Oficial implantado entre 1904 e 1908. Gráfico . . . 325
52. Os Cursos e a sua Semestralidade (Art. 4º, Cap. II do Regulamento de 1908). Gráfico . 337
53. O Professor Antônio de Pádua Dias em seu Gabinete de Física. Foto. 339
54. O Apiário era formado com espécies nacionais e européias. Foto 342
55. O Refeitório coletivo do colégio-internato, 1910. Foto 345
56. Alunos dos cursos Preliminar e Regular durante os exercícios do Tiro-de-Guerra. Foto 346
57. O futebol fazia parte das atividades de ginástica e esporte incentivadas pelo Dr. Clinton Dewit Smith. Foto 347
58. O Dr. John William Hart e esposa na varanda da sua casa na fazenda-modelo. Foto 349
59. Reunião da Congregação presidida pelo Dr. Clinton Dewit Smith. Foto 350
60. O trabalho mecânico no campo com arados de aiveca. Foto 351
61. O trabalho mecânico no campo, a gradagem. Foto 352
62. O cultivar nas práticas do Horto que avançava sobre o capão de mato. Foto. . . . 353
63. Movimento geral de alunos da "Luiz de Queiroz" na primeira década. Gráfico. . . . 354
64. O Professor Octávio Teixeira Mendes em aula de Mecânica. Foto 355
65. Álbum Comemorativo da 1ª Década da Escola. Foto 358
66. O Discurso Científico nos Campos do Saber Agronômico. Cartograma 387

Lista de Tabelas e Abreviaturas

1. Previsão de Morimont no Relatório Técnico (1894) 196
2. Previsão do regulamento de 1898 (Dec. nº 611, de 09/11/1898) 197
3. Evolução da 1ª Turma de matriculados (1901-1903) 261
4. Evolução da 2ª Turma de matriculados (1902-1904) 262
5. Evolução da 3ª Turma de matriculados (1903-1905) 262
6. Evolução da 4ª Turma de matriculados (1904-1906) 263
7. Balanço do qüinqüênio (1901-1904) 264
8. Evolução da 5ª Turma de matriculados (1905-1907) 322
9. Evolução da 6ª Turma de matriculados (1906-1908) 323
10. Evolução da 7ª Turma de matriculados (1907-1908) 323
11. Evolução da 8ª Turma de matriculados (1908-1910) 324
12. Balanço do qüinqüênio (1905-1909) 325
13. Atividades Práticas durante o Ano Letivo (1910) 343
14. A evolução quantitativa do alunado, através das turmas, consoante os regulamentos 363

ABREVIATURAS

ACMP – Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba.
AE – Arquivo da Esalq.
AP – Arquivo Particular.
APMP – Arquivo da Prefeitura Municipal de Piracicaba.
Daesp – Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo.
Esalq – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz".
IHGP – Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.
IHGSP – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.
MCRI-USP – Museu Convenção Republicana de Itu/ Universidade de São Paulo.
ME – Museu da Esalq.
MP-USP – Museu Paulista/Universidade de São Paulo.

Agradecimentos

A Dr. Antônio Roque Dechen, Dr. Aristeu Mendes Peixoto, Dra. Clarice Garcia Borges Demétrio, Dr. Christian Feller, Dr. Evaristo Marzabal Neves, Dr. Jair de Oliveira, Dr. João Lúcio de Azevedo, Dra. Maria Dulce Bandiera Bergamim, Profa. Marilda Martins Monteiro, Dr. Moacyr de Oliveira Camponez do Brasil Sobrinho, Dr. Odilon Nogueira de Mattos e Dr. Wilson do Nascimento Barbosa.

Ao esposo, filhos, noras, netos.

Ao Dr. Frederico Pimentel Gomes, incansável incentivador.

Particularmente, ao meu orientador, Dr. José Sebastião Witter, que me estimulou a desenvolver esta experiência, que confiou no meu trabalho. Sem ele nada teria sido realizado.

Prefácio

Este livro – originalmente uma tese de Doutorado, defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP – passou por revisão, e nova versão foi feita a partir das sugestões da Banca Examinadora.

Um livro que recupera a História da "Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz" é, de pronto, uma obra a ser festejada. Melhor ainda quando ele é publicado dentro do programa de publicações que registram os 70 anos de vida da Universidade de São Paulo.

Escrever sobre esta obra e sua autora é outra questão que se coloca.

Gostaria tão somente de dizer que é um livro que cobre um período importante da História do Brasil, em especial da História de São Paulo, pois abrange os vinte anos em que o país deixa de ser Império e adota o regime republicano como forma de governo.

Entre 1891 e 1911, vive-se um período de consolidação da República. É o espaço de tempo em que, logo depois do Governo Provisório, um novo jogo político-partidário começa a ser jogado e, nesse novo contexto, elege-se o primeiro Presidente civil da República As tentativas iniciais de organização de um forte Partido Nacional são desenvolvidas e surge das estratégias dos grupos paulistas o Partido Republicano Federal (PRF), sob o comando do Senador Francisco Glicério. É tentador ficar discutindo a formação desse Partido, a eleição de Prudente de Moraes e a dissolução da agremiação, antes mesmo das disputas do novo mandato. É estimulante tentar entender o porquê da falta de consistência da agremiação partidária, que nascia para ser sustentáculo de governos e acabou sendo tão somente a base eleitoreira de um só candidato. Quando findou o governo de Prudente e estabeleceram-se as bases para a disputa do novo mandato, já se sentia o fim do PRF. Não é momento para esta análise, no entanto. Mas é hora de começar a buscar as razões do fortalecimento político do interior paulista e, nesse contexto, compreender porque a "Luiz

de Queiroz" vai ocupar um lugar de destaque como formadora de pesquisadores e cidadãos.

Marly Perecin, num esforço hercúleo que a caracteriza, não ficou, felizmente, restrita ao mundo piracicabano e circunscrita ao ambiente da própria escola. Foi buscar nos meandros da História Paulista o substrato necessário para que se possa melhor compreender o espaço onde cresceria a grande instituição de ensino agrícola do país.

A Autora percorre a vida política e social do mundo urbano que começava a se organizar. Nele, as diferentes forças da complexa sociedade, que vivia num regime imperial, mas em tempos de mudança. Marly Perecin conseguiu encontrar um caminho inteligente para mostrar os desdobramentos sócio-políticos de uma época em que o abolicionismo, a escravidão e a imigração eram os elementos básicos do fenômeno, a apontar para relevantes e profundas mudanças. Com sua análise nos conduz pela segunda metade do século XIX e vai, passo a passo, construindo a narrativa, através da qual a gente pode entender melhor a passagem dos tempos imperiais aos republicanos e do sistema de trabalho baseado na escravidão ao trabalho livre.

Também os movimentos diversos na direção do regime republicano do Oeste foram revistos, e tanto o Manifesto como a Convenção Republicana de Itu, em 1873, foram abordados e, de certa forma, mostraram as diferentes facetas da propaganda. Mais do que isso, os homens e os grupos políticos que se compunham ou dissociavam e, com suas ações, conduziam os destinos da região.

A vasta historiografia sobre o período correspondente ao final do Império dá idéia precisa sobre o papel político do Partido Republicano Paulista (PRP) e sua atuação no Oeste do Estado de São Paulo. Porém, a autora acrescenta, com propriedade, a atuação das dissidências regionais e a implicação dos seus membros na própria implantação da Escola de Agronomia, que, no princípio, deveria ser uma 'Escola Prática' de ensino agrícola. E no começo não era planejada para ser de ensino superior e, sim, norteada para o ensino técnico.

Os projetos pedagógicos se sucedem. Muitas são as discussões, muitos são os debates, que passam pelos educadores e atingem os políticos. Dentre os muitos projetos apresentados, a autora destaca o Projeto Luiz de Queiroz, o Projeto Morimont e o Projeto de Ensino Técnico Agrícola de São Paulo. Embora seja feita uma análise crítica muito criteriosa, sente-se que Marly privilegia, com certa dose de razão, a proposta de Morimont.

A última parte, talvez a mais interessante, é, também, a mais problemática e poderá causar alguma polêmica, até mesmo pelos títulos dos capítulos 1. – "A Escola da Dissidência Perrepista"; 2. "A Escola da Resistência" e 3. "A Escola do Congraçamento...". Com eles Marly Perecin mostra a "Implantação da Escola Agrícola Luiz de Queiroz".

É um estudo e uma pesquisa de muito fôlego. De determinação, sem dúvida. De muita coragem por tratar de um dos símbolos mais preciosos da Universidade de São Paulo. Na USP, a Luiz de Queiroz é Instituição de destaque por tudo quanto tem de História e de projetos de futuro. No campo da pesquisa é de ponta. No cenário nacional e internacional, vanguarda.

Por se tratar de um estudo que avança as questões da instalação da "ESALQ", os seus primeiros anos de funcionamento e as diferentes propostas de projetos pedagógicos

contribui, sem dúvida para o conhecimento de um dos processos mais intrincados da nossa sociedade que é o da Educação.

Vale lembrar que a autora deste livro, resultante de pesquisa árdua, já publicou outras obras de valor indiscutível. Não só estudos históricos, mas também belos romances. Não quero antecipar maiores detalhes, antes desejo que aqueles que se interessem pelo tema e pela Instituição usufruam a leitura da Dra. Marly Therezinha Germano Perecin.

José Sebastião Witter

São Paulo, outono de 2004, nos setenta anos da usp.

Introdução

A admiração e o respeito pela Esalq, Escola centenária na agronomia brasileira, inserem-se num contexto de reconhecimento, pelo mérito consensualmente partilhado, e de imaginário, socialmente construído a partir dos primeiros passos do saber escolarizado, em Piracicaba. Até a primeira década republicana, a instrução ministrada correspondia ao nível de primeiras letras e humanidades, que se exercitava em aulas particulares, nas escolas pequenas como a de Tristão Mariano da Costa, a de Júlio Huffenbaecker, a da família Wolf, ou nos institutos confessionais, estabelecidos durante o Império. O Colégio Piracicabano, matricial da Universidade Metodista de Piracicaba, foi fundado por Miss Martha Watts em missão evangélica metodista (1881) e o Colégio N. S. da Assunção, incorporado às Escolas Salesianas D. Bosco, o fora (1883) pelas Irmãs de S. José de Chamberry, discípulas de madre Theodora Voiron, do Colégio N.S. do Patrocínio, em Itu.

Adentrando o século XX, a cidade já incorporava escolas públicas de primeiro e segundo graus, a Escola Complementar (1897), depois Escola Normal, endereçada à formação de educadores ao magistério primário, e a Escola Prática de Agricultura Luiz de Queiroz (1901), dedicada à formação de técnicos, depois Escola Superior de Agricultura (1931), incorporada à Universidade de São Paulo (1934), formadora de engenheiros agrônomos. Piracicaba oferecia padrões de crescimento socioeconômico que a incluíam entre as mais progressistas cidades do Estado de São Paulo e um visual de cidade limpa e arborizada, paisagística e romântica, que impressionava os viajantes[1]. O grande trunfo do perrepismo (refiro-me ao PRP, Partido Republicano Paulista) local estava na classificação obtida, em 1911, de segunda cidade paulista em escolas, só perdendo para a capital do Estado, à frente de importantes matrizes culturais, Santos, Campinas, Sorocaba.

Escolaridade e voto eram entendidas como questões propedêuticas à saúde do regime por parte dos Moraes Barros (Prudente José de Moraes Barros; seu irmão, Manoel de Moraes Barros; o herdeiro destes, Paulo de

Moraes Barros). O ufanismo piracicabano de fundamento liberal-positivista encontrou a justa medida na avaliação do intelectual italiano, Roberto Capri: "[...] Piracicaba può inorgoglirsi di essere una delle città paoliste, ove l'instruzione é tenuta in altissimo conto: si può considerare l'Ateneo paulista"[2]. Firmava-se a reputação, trabalhada pelo PRP local, de cidade progressista, paisagística e culta, pelo mérito das suas escolas, como o *Ateneu Paulista*.

Numa delas, a Escola Prática de Agricultura Luiz de Queiroz, durante a Primeira República, realizava-se uma experiência inédita em Educação técnica secundária, mediante a incorporação de um currículo pelas ciências básicas e pelas ciências aplicadas, voltado a um exercício de escolaridade seriada para jovens, que eram submetidos ao treinamento prático-teórico nos laboratórios e nos gabinetes, no trato agronômico no interior de uma fazenda-modelo. Experiência do "aprender fazendo" que, em 1921, impressionou profundamente ao professor Lourenço Filho, que lecionava na Escola Normal e viria a ser um dos introdutores da "Escola Nova" na educação brasileira.

O nosso interesse pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz de Piracicaba, Esalq, remonta às experiências inovacionais no campo da educação técnica, ocorridas no início do século XX. Vai ao século XIX, em busca das suas origens como agência de saber científico na agricultura, nos momentos de indefinição política em relação ao tema. Tomamos como objeto de pesquisa os *passos do saber* empreendidos na direção da modernidade agrícola, que era apresentada como recurso salvacionista do País, por parte da *intelligentsia* e dos ruralistas, e entendida por poucos especialistas como adequação aos padrões agronômicos da época. Os caminhos foram percorridos no interior de uma sociedade identificada regionalmente com o Oeste Paulista, na qual os agrossenhores constituíam as diversas frações da classe dominante. Em razão da proposta metodológica implícita, julgamos necessário conceituar agricultura, agronomia e agrossenhores.

Agricultura guarda o significado etimológico latino, procedente do *ager*, *agri*, campo que se destinou à cultura, lavra, ou campo cultivado. Implicita as referências antropológicas sobre o esforço coletivo humano em obter da terra a sua sobrevivência, cultivando grãos e domesticando animais. No processo histórico, já significou arte nobre de cultivar a terra, ofício lucrativo, riqueza a serviço da acumulação capitalista e aplicação científica para obter da terra produtos, plantas e animais úteis de modo mais abundante e econômico, para atender as demandas do mercado internacional[3]. Nessa linha de entendimento, chega-se à conceituar Agricultura como *uma prática social*, que sempre foi, e *um processo de produção*, compreendido nos seus relacionamentos sociais, econômicos, jurídicos e políticos. É como pode ser compreendida, na perspectiva histórica do discurso científico gerado sobre a agricultura[4]. A partir do séc. XVIII, os progressos científicos e tecnológicos se incorporaram de modo a torná-la, no presente – sem deixar de ser prática social –, uma Agricultura de precisão eletrônica, conquanto *atividade produtiva econômica* e um *sistema de cultivo, ecologicamente sustentável* [5].

Em agricultura moderna, a concepção sistêmica do campo cultivado, enquanto produto da intervenção do homem para obter uma produção, comporta pelo menos três séries de elementos, o vegetal (a plantação), o meio (clima, solo, relevo, seres vivos), as técnicas culturais, em permanente interação,

sob circunstâncias que são variáveis. Daí dizer-se que o agricultor escreve uma dupla história, a do vegetal, que se conduz da semeadura à colheita, numa produção destinada ao lucro, e a do meio (o *oîkos* ou *habitat*), que se transformou sob a ação dos fatores climáticos, das plantas, dos animais e do homem (ser histórico), das técnicas por ele utilizadas.

A concepção de sistema de cultivo faz parte da evolução da ciência agronômica e começou a ser posta em prática no início do século XIX por Thaër, na Alemanha, quando ele apresentou os seus modelos de cultura segundo cálculos de adubação orgânica, contra a tradição e as formas arbitrárias adotadas pelos antigos agricultores[6]. A agricultura planejada – a pesquisa nos centros experimentais, a aplicação de métodos científicos em melhoramentos de plantas e animais, a rotação das culturas, fertilização e recuperação dos solos por adubação mineral, as práticas intensivas de cultivo associadas aos novos tratos culturais e à aplicação de maquinário – firmou-se no século XIX na Europa, EUA e Japão, e começou a ter aplicações na América Latina e no Brasil no final do mesmo[7].

Até o século XX, a principal característica da agricultura no Brasil era ser um processo produtivo de exploração do trabalho e da natureza. Por resultado da expansão predatória dos cultivos e a razia ecológica nas fronteiras agrícolas, os solos se degradavam rapidamente, sem que houvesse a reposição da sua fertilidade pelos recursos da adubação. O sistema produtivo escravista respondia pela falta de estímulo à transformação qualitativa da lavoura, à inflexibilidade às inovações técnicas e à mentalidade conservadora predominante no empresariado rural[8].

Desde a instalação da República no Brasil, o Estado de São Paulo foi o que mais investiu em infra-estrutura de pesquisa-extensão rural-educação, prova a dotação de verbas orçamentárias da Secretaria da Agricultura com a mesma magnitude dos orçamentos ministeriais. Dava-se prioridade ao atendimento das demandas do setor da industrialização, predominantes sobre as culturas alimentares. Durante a década de 1930 e 1940 investiu-se muito no melhoramento de sementes de algodão e do milho híbrido[9].

É fato recente o desenvolvimento da agricultura moderna no país. Vista de forma auto-sustentatada, tecnologizada e apoiada pela indústria dos insumos, dotada de uma infra-estrutura de geração e difusão de conhecimentos e de uma política econômica adequada, pode ser compreendida em dois momentos. Até 1950, quando predominavam a tradição e o mercado externo, este, a sua principal fonte geradora de crises; e depois, tendo o mercado interno por propulsor da demanda das instituições de geração e difusão de conhecimento e tecnologia, de produção massiva.

Os anos entre 1930 e 1950 são considerados de transição, quando se multiplicaram as escolas superiores de agricultura, as instituições de pesquisa sob o modelo do instituto agronômico de Campinas, IAC, e a agricultura brasileira passou por grandes transformações. O período mais recente é marcado pela pressão sobre a produtividade da terra, com estimulação à difusão de tecnologia, do crédito rural, da indústria de insumos e da agroindústria, do ensino das ciências agrárias, de cursos diversificados no grau superior da agricultura, incluindo a pós-graduação, e da criação de uma instituição de pesquisa agrícola, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa,

1973, empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, dotada de dezenas de estações experimentais e milhares de pesquisadores[10]. A partir do primeiro período, a agricultura de São Paulo foi a que mais se dinamizou "[...] atuando como pólo de crescimento para o desenvolvimento geral do Estado e do País"[11].

Agronomia pode ser entendida preliminarmente como uma atividade científica, cujo objeto é o campo cultivado, o *agros*, compreendido sob a importância do *habita*t. Nesse sentido, tem por função estudar os ecossistemas cultivados. O seu objeto a define como uma ciência dirigida para a ação prático-teórica, técnica, e o seu método é experimental[12].

Antes de a agronomia estabelecer-se como ciência, a agricultura que se praticava era tradicional e empírica, guardava os seus domínios de competência, sem que os mesmos recebessem fundamentação do conhecimento científico e do método experimental. A experiência adquiria-se nos circuitos da observação do que dizia respeito aos tratos sobre plantas e animais, às relações destes com o meio-ambiente e às receitas aplicadas aos modos de fazer. Mantinha-se pela tradição o lastro do saber empírico acumulado.

As instituições de ensino e pesquisa surgiram de demandas instaladas no interior das economias européias, mas, para se chegar a formalizar o objeto da ciência agronômica, o seu método e o seu discurso, os seus primeiros racionalizadores passaram por dificuldades epistemológicas de definição do seu campo científico, dadas as relações com as ciências que lhe são interativas, até estabelecer-se como disciplina pluralística. A acumulação do conhecimento empírico, os primeiros impulsos tecnológicos da Revolução Industrial e o desenvolvimento das Ciências no geral, formaram o lastro de conhecimentos de que resultaram as primeiras teorias agronômicas sobre nutrição de plantas e fertilidade do solo. A necessidade de modificar o sistema produtivo tradicional, de maximizar os resultados qualitativos e quantitativos exigidos pelo mercado deu o sinal para a ruptura epistemológica que induziu à construção social da ciência agronômica, plenamente definida no século XX.

Sob esses pressupostos, associados à significação etimológica de origem grega (prefixo *agros*, campo cultivado e *nomos*, lei, tratado sobre o conhecimento), pode ser definida como "o conjunto das ciências que estudam as leis ou os princípios teóricos aplicáveis à agricultura", e visa a obter o máximo rendimento econômico sobre a produção vegetal e animal[13].

Numa perspectiva moderna, o *agrônomo*, profissional da agronomia, passa a ser o gestor, no tempo e no espaço, dos ecossistemas cultivados. Faz-se necessário estabelecer uma distinção a respeito desse especialista que sempre foi encontrado na Agricultura de todos os tempos e sociedades, incluso na categoria dos agrônomos não científicos, segundo a tradição e a acumulação da experiência sobre o conhecimento empírico Desde que a Agronomia, sob a instituição racional do Saber, ganhou foro de Ciência Moderna, adentrando os currículos da escolaridade, passaram a formar-se os agrônomos científicos nas escolas mais antigas da Europa, como Moëglin, Hohenheim, Grignon.

No Brasil, duas escolas de Agronomia foram criadas durante o séc. XIX, a Escola Agrícola da Bahia, sob a administração do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, inaugurada

em 15.02.1877, havendo a primeira turma de formados em 1880[14]. O Liceu de Agronomia, Artes e Ofícios de Pelotas, RS, criado em 1888, convertido em 1890 em curso superior, o Liceu Rio-Grandense de Agronomia e Veterinária, havendo a primeira turma de engenheiros agrônomos formada em 1895[15]. A terceira em antigüidade no país foi a Escola Prática de Agricultura Luiz de Queiroz, criada em 1901, de grau médio, e somente se tornou curso superior em 1931.

Agrossenhor. Carlos de Almeida Prado Bacellar, em seu estudo demográfico sobre a sociedade do Oeste paulista (1798-1836), destacou a personalidade e a função do proprietário da terra na sociedade e, nela, a figura emblemática do engenheiro e seu plantel de escravos, cujo prestígio se comunicava ao genérico da sociedade. Terra de grandes senhores – os *senhores da terra*[16]. Wilson do Nascimento Barbosa, em *A Crisálida*, demonstrou o equilíbrio piramidal desse personagem na estrutura socioeconômica, os seus atributos jurisdicionais no interior da propriedade, no *ager* (campo cultivado) e no *domus* (a morada), o seu poder sobre o processo produtivo, desde o plantio até o porto de embarque, a sua apropriação sobre a renda gerada pelo capital escravista e as formas de acumulação, sob a cultura da cana e do café, advertindo sobre as limitações impostas pelo sistema ao processo produtivo e à mentalidade do produtor[17].

No Oeste paulista havia disponibilidades ilimitadas de expansão das forças produtivas na agricultura, testando-se a sua capacidade empresarial, mediante a concentração de fatores na cafeicultura. Foi quando se revelou um empresário ambicioso, dotado de tino comercial que o fazia participar tanto da produção como da circulação dos produtos (ferrovias), a flexibilizar os seus estoques de força de trabalho escrava pelo homem livre (até conseguir o patrocínio governamental para a imigração), a transferir os seus capitais acumulados em investimentos nas áreas do setores secundário e terciário.

O favorecimento das demandas do café pelo mercado externo fez concentrar no Oeste, durante a década dos anos 1870, cerca de 60% da cafeicultura do SE. Concentração de riqueza e poder regional não foram suficientes para a representatividade pleiteada pelos Radicais, sob o regime monárquico. Convertidos em Republicanos buscaram as funções do mando, via Partido, em 1873, frustrando-se os manobrismos regionais em decorrência da Lei eleitoral de 1881 e da reação monarquista. Agrossenhores em três postulações político-partidárias convivem numa sociedade vocacionalmente fisiocrática e liberal doutrinária, motivando-se para os cientificismos da moda. O que os une e os separa são os interesses combinados em relação à distribuição do poder, sob o antigo Pacto Contratualista de 1824.

A base do poder do Agrossenhor era a unidade produtiva agrícola, a fazenda, sobre a qual detinha a propriedade da terra e o controle da produção, além de ser a personificação do capital produtivo. Era o gestor da economia na medida em que exercia poder organizatório sobre a unidade produtiva, segundo os fatores em disponibilidade: terra, mão de obra livre e escrava, capital, meios de produção, técnica e *Saber*. Era o racionalizador do processo produtivo propriamente dito, seja na produção agrícola do café, dependente do ciclo vegetativo da planta, que chegava até a colheita, seja nas atividades produtivas complementares,

transporte para o terreiro, beneficiamento, tulhagem, embarque, etc.[18]. Tinha participação direta no processo produtivo, detendo um potencial a mais: em virtude de ser portador de saber especializado e prático sobre a agricultura, acumulado em família através das gerações e enriquecido pelas sucessivas experiências, transmitido culturalmente.

Era o agrônomo prático, não científico, mas o seu saber sobre as coisas da agricultura, consolidava o poder de mando e de gestor. Era ele quem decidia sobre as épocas de realização das operações produtivas durante o ano agrícola, tinha o seu calendário para as semeaduras, os tratos culturais, os descansos, a época de ir à feira de Sorocaba, ou às matrizes culturais para festividades e política de casamentos, que costumava associar à Festa do Divino e à Semana Santa, compromissos de religião e de política na cidade.

Enquanto o prefixo latino *Ager* é empregado para designar o processo produtivo (agricultura) e a atividade de quem o exerce (agricultor), em relação ao campo cultivado, o prefixo grego *Agros* refere-se ao conhecimento adquirido e exercido que se acrescenta no processo produtivo, ex: Agronomia, agrologia, agrônomo Assim o Agrossenhor se estabelece na estrutura socioeconômica do Oeste, qualificado pela propriedade, pela produção econômica e saber. Essa personalidade, que a princípio foi rústica, pela acumulação capitalista sofre refinamento, ilustra-se em viagens ao exterior ou nos circuitos acadêmicos, a exemplo de João Tibiriçá Piratininga, agroexportador de açúcar ou do Dr. Manuel de Moraes Barros, bacharel e cafezista.

O enriquecimento e a transferência de capital para outras unidades produtivas leva-o a passar funções de mando a seus prepostos, administradores de confiança e também portadores de saber prático. Era notório o conhecimento e proficiência do agônomo escravo-administrador de uma das propriedades de Bento Paes de Barros, Barão de Itu, em Piracicaba. Excesso de atividades levavam alguns a viajar constantemente entre as suas diversas unidades produtivas, ou a supervisioná-las à distância, estabelecidos nas cidades onde se dedicavam a outras funções do capital, como os Souza Queiroz, descritos por Maria Paes de Barros e Maria Celestina Teixeira Mendes Torres[19].

Os Pioneiros no Século xix

As tentativas de implantação do ensino técnico agrícola por parte de Luiz de Queiroz, Jorge Tibiriçá e Paula Souza, na última década do séc. xix, revelam que os três confiaram nas próprias idéias, assumiram os riscos de serem incompreendidos pela sociedade da época. O fracasso colhido por imaginar possibilidades transformadoras da realidade nacional (os projetos transcendiam as expectativas da classe dirigente) saiu-lhes como espécie de exercício para conceber o transcendente. Desenraizados, muito cedo, do seu Vale Médio do Tietê, vivenciaram a síndrome da separação das ligações afetivas e culturais no dimensionar da própria alteridade. Tornam-se homens de formação intelectual diferenciada, por desenvolver esquemas de reflexão no rigor das escolas européias e por conceberem representações sobre o Brasil. No retorno, traziam os seus projetos gerados a partir das circustancialidades de suas vidas. O reingresso na realidade do país os revelou reformadores pela ciência a serviço de uma comunidade nacionalmente imaginada. Em seus projetos de

ensino científico, a regeneração idealizada era voltada para a agricultura e para a indústria.

Nos meios de divulgação das idéias, o seu discurso foi acolhido. A *intelligentsia* do país veio em defesa da agricultura científica e de seus projetos de educação técnica. A pragmática revolucionária encontrou espaço para a defesa da ciência escolarizada em agências de saber e de fazer, mas foi barrada pela mentalidade da classe dominante, para a qual a "ciência pura" e a teoria quase não passavam de verbetes de dicionário. A retórica dos bacharéis estava voltada para o exercício do poder, as disputas oligárquicas e as preocupações imediatas dos lavradores (a estabilidade cambial, a exportação para o mercado internacional, a expansão do cultivo cafeeiro). Reformadores e cientistas não poderiam sobreviver das exceções da classe dominante, embora essas lhes realçassem a aura de avançados, cujo ônus conheceram à saciedade.

O inventário das experiências fracassadas no ensino agronômico paulista remete aos projetos de Luiz Vicente de Souza de Queiroz, o pioneiro, entre 1891-1892, a Paula Souza, entre 1894-1910, na Escola Politécnica, a Jorge Tibiriçá, entre 1894-1896, (Projeto Morimont), ao oficial, implantado entre 1901-1905 pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Dois destes nunca se materializaram. O de Paula Souza, implantado na Politécnica como curso superior, fracassou por ausência de demanda, desacreditando momentaneamente os defensores da agricultura científica e da proposta de modernidade. O oficial, implantado em Piracicaba, como curso secundário teórico-prático, também ameaçou fracassar, nem tanto pela falta de demanda, mas pela evasão assustadora e reprovação em massa, subseqüentes à imprecisão de planejamento pedagógico e de organização curricular, adequação à clientela e interesse do alunado.

A readequação salvacionista do ensino agrícola foi obra de Jorge Tibiriçá, entre 1905 e 1908, seguida do Projeto Clinton Smith, entre 1908-1912, que deu configuração ao ensino técnico agrícola. Foram iniciativas salutares para a Educação, definidoras do Saber Técnico de segundo grau para todo o País, mas tiveram significado relativo para a Ciência. Esta continuava eminentemente européia.

A construção do ensino técnico de primeiro e terceiro graus na agricultura foi obra acumulativa e seletiva com relação aos principais produtos da agência de saber – o agrônomo, o docente e o pesquisador. Independentemente das medidas oficiais, legislativas e investimento financeiro, esteve fortemente relacionada ao imaginário construído sobre a Ciência, a Técnica e a Educação, bem como às transformações operadas no interior da mentalidade conservadora dos agrossenhores, dos políticos e dos intelectuais liberal-cientificistas de São Paulo, durante as primeiras décadas republicanas. É o que pretendemos apresentar nas três Partes de que se compõe este trabalho.

Notas

1. Cf.Gazeta de Piracicaba. *Excursão de Automóvel.* 19.07.1910.
2. Cf. Roberto Capri, *Libro D'Oro dello Stato di S. Paolo*, p. 576.
3. Cf. *Webster's New International Dictionary*, 2ª ed., 1950, p. 52.
4. Cf. Daniele Godard, *Les agronomes du XVIII ème siècle, apud* E. Balibar (org.), *Memoire de Maîtrisse*, 1960, p. 3.
5. Cf. *Enciclopédia Agrícola Brasileira*, São Paulo, Edusp,1995. A.I. Elias & J.R.O. Camargo, *Agricultura de Precisão,* 1996.
6. Cf. Christian Feller, *La matière organique des sols.Questions, concepts et méthodologies*, C.R. Acad. Agricole de France, 1997, 83 (6), p. 88.

7. Tamás Szmrecsányi, *Pequena História da Agricultura no Brasil*, p. 12.
8. *Idem*, *op. cit*, pp. 13-16.
9. Comparado com padrões internacionais, o nível de produtividade na agricultura brasileira, de um modo geral, é bastante baixo e, até, recentemente,apresentou um ritmo vagaroso de modernização. Cf. G. Edward Schuh, "Modernização da Agricultura Brasileira", trabalho apresentado na *Conference on Growth, Productivity and Equity Issues in Brasilian Agriculture*, at Ohio State University, em janeiro de 1975.
10. Cf. Eliseu Alves & Elísio Contini, "A Modernização da Agricultura Brasileira", *In*: Antônio Salazar P. Brandão *et alii, Os Principais Problemas da Agricultura Brasileira: Análise e Sugestões*, cap. II, pp. 65-75.
11. P. F. Cidade Araújo *et alii*, "Crescimento e Desenvolvimento da Agricultura Paulista", em Paulo Fernando Cidade de Araújo & G. Edward Schuh, *Desenvolvimento da Agricultura.Estudos de Casos*, cap. V, p. 279.
12. Cf. Hubert Manichon, *L'agronomie, discipline de synthese pour l'action*, p. 6.
13. Cf. *Enciclopédia Agrícola Brasileira*, *op. cit.*, p. 85. No presente, a agronomia incorpora as ciências básicas: física, química, matemática, biologia; as chamadas ciências agrícolas: climatologia, geologia, edafologia, genética, mecânica, economia, zootecnia, entomologia, fitopatologia silvicultura e extensão rural, entre outras.
14. O Instituto foi fundado em 1859 por D.Pedro II, dec. nº 2.500 de 01.11.1859. Cf. *Escola Agrícola da Bahia*, pp. 10, 16 e 61.
15. Mario Osorio Magalhães, *Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel*, pp. 24-25.
16. Carlos de Almeida Prado Bacellar, *Os Senhores da Terra*.
17. Cf. Wilson do Nascimento Barbosa, *A Crisálida*, Tese de Livre-docência apresentada ao Depto. de História da FFLCH /USP, 1992.
18. O Agrossenhor desenvolveu técnicas de cultivo mais elaboradas, o plantio em quadrado, o número de capinas. Nas atividades complementares pôde sensibilizar-se às inovações que acabaram introduzidas no beneficiamento dos grãos, facilitando a liberação de mão-de-obra para a lavoura propriamente dita.
19. Cf. Maria Paes de Barros, *No Tempo de Dantes;* Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, *Um Lavrador Paulista no Tempo do Império.*

Parte I

O ROMANCE DA TERRA E OS AGROSSENHORES

1 | A Hegemonia dos Casarões

A Reconstrução do Oeste Paulista

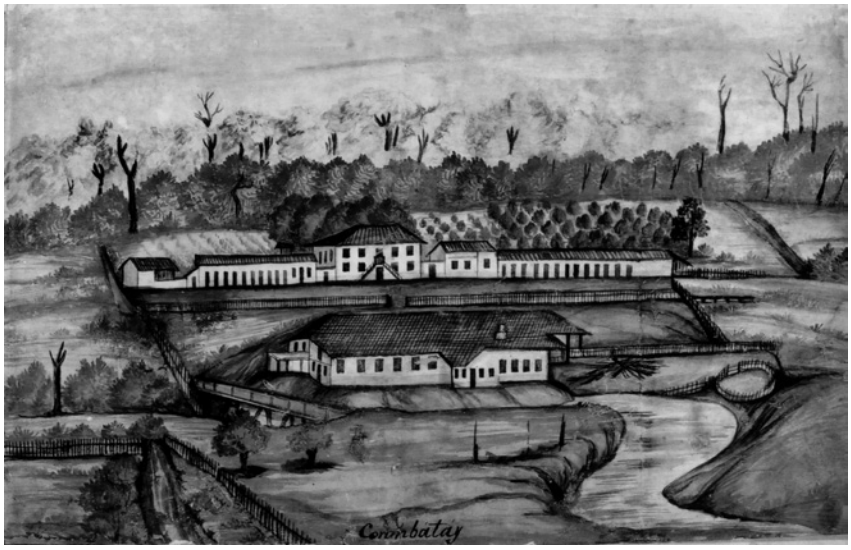
A desorganização da produção no interior das unidades agroexportadoras chimangas atingiu, na safra de 1842, os proprietários das duas regiões econômicas da província, o Vale do Paraíba e o Oeste – o café, o açúcar e a aguardente. O abalo causado pela Revolução Liberal (1842) traduziu-se naquele "cansaço" político demonstrado pelos chimangos, após o garroteamento das suas conquistas políticas, enquanto buscavam a recuperação econômica. Abalo sem o qual as consciências agrárias talvez nunca se dispusessem a aceitar mudanças na esfera da produção[1].

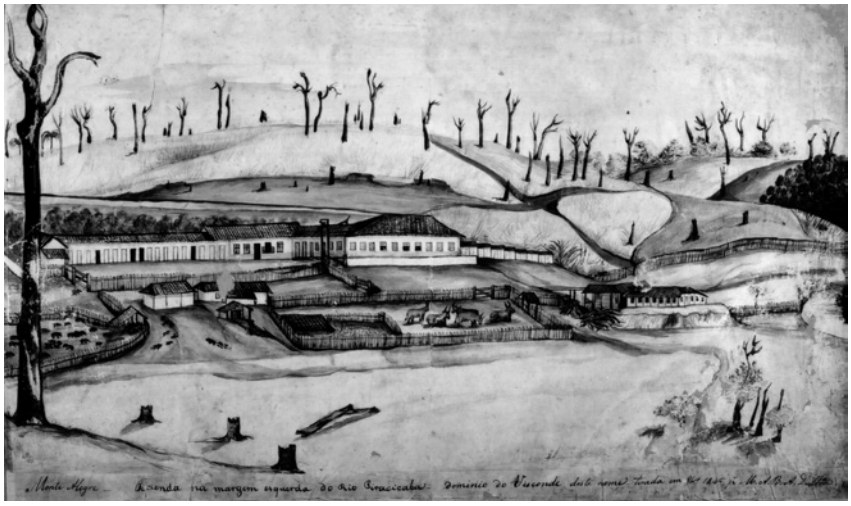
Assistiu-se à grande "virada" na agricultura do Oeste. Não por efeito exclusivo da estimulação dos preços do café no mercado internacional, mas pelas conseqüências pós-revolucionárias sobre a consciência dos agrossenhores. A busca deliberada da riqueza, pela conjugação dos fatores produtivos em disponibilidade e pelo inovacional sobre o econômico, a cafeicultura, sob o impacto da vitória regressista, teve efeitos pragmáticos sobre as lideranças chimangas nos anos de acomodação à derrota ou de inibição política, bem como no qüinqüênio liberal, 1843-1848[2].

A decisiva opção ocorreu na cafeicultura do Oeste, ressalvadas as áreas de resistência do açúcar em razão da geologia e das permanências culturais[3]. Na política, os conservadores obtiveram maioria na Câmara dos Deputados, entre 1848 e 1853, qüinqüênio em que foram aprovadas a Lei de Terras (1850, regulamentada em 1854) e a Lei Eusébio de Queiroz (1850, cessação do tráfico escravista). Em 1852, parecia não restar alternativa aos chimangos, senão a conciliação. A virtualizar-se nas décadas seguintes, a conexão entre os dois tempos, o dos chimangos e o dos perrepistas[4].

O Inovacional se Insinua... nas Raízes

Entre os anos de 1846 e 1866, comprovaram-se as vantagens da lavoura de café sobre a do açúcar, seja face à produção, que dispensava o processamento dos engenhos, seja em termos





DE CIMA P/ BAIXO

Fig. 1. A Fazenda Corumbataí em Piracicaba: cana (engenho) e café. *Fonte*: Aquarela de Miguelzinho Dutra, sem data. Edição Masp, 1981.

Fig. 2. A Fazenda Monte Alegre, em Piracicaba: erradicada a mata, coexistiram a cana e o café. *Fonte*: Aquarela de Miguelzinho Dutra, ano de 1845, Edição Masp, 1981.

do mercado. Havendo mata, funcionava o antigo engenho; bons solos facilitavam a introdução do cafezal, após a erradicação da mata, ou parte dela (Fig. 1). Não raro, as duas lavouras conviveram numa mesma propriedade rural (Fig. 2)[5]. A queimada se encarregava de desocupar o espaço da floresta subtropical; em pouco tempo, se desnudava a terra para receber o plantio (Fig.3).

A nova fonte de riqueza sujeitava-se a pontos cruciais de estrangulamento, tanto na esfera da viação e circulação das mercadorias, atada aos velhos caminhos e às tropas de muares, quanto no interior do sistema produtivo, marcado pelas relações escravistas e pelos níveis mínimos de conhecimento na agricultura que se praticava, pelos tratos culturais ruins e pela tecnologia rústica. A agroindústria da cana proporcionara ao Oeste paulista condições para a acumulação de capital que se aplicou na concentração de terras e de escravos, embasando a economia primário-exportadora. Ao conhecimento empírico adquirido na agricultura somem-se a experiência de mercado frente à dependência inglesa, ao trato financeiro e aos efeitos expansivos da fronteira agrícola, revigorada pela inserção da cafeicultura do Oeste na economia mundial[6].

O espírito empresarial se aprimoraria como parte intrínseca e subjetiva da mentalidade do proprietário escravista, reflexo da sua atividade agroindustrial na cultura da cana e na tencionante expectativa da exportação para o mercado internacional, no comportamento das bolsas, na política de preços e no câmbio. Originalmente, esse espírito esteve presente nas iniciativas econômicas e na atividade das grandes famílias do Vale Médio do Tietê, as quais comunicaram as suas genealogias ao Oeste antigo e novo, ao Centro-Oeste ou grande Oeste, configurado nas últimas décadas da Monarquia, consolidando as suas lideranças e representações políticas[7].

Os métodos predatórios da agricultura chegaram ao século XX, alimentados pelo processo escravista de produção e suas seqüelas, pela anemia do mercado interno, pelo atraso tecnológico e pela falta de conhecimento científico aplicado, em virtude da inexistência do ensino agrícola, que era procurado por

alguns no exterior. Mas a consciência crítica quanto à agricultura praticada no Brasil era produto partilhado por uma minoria ilustrada, que, salvo exceções, não dispunha de projeto reformista.

Em 1835, sob a Regência de Feijó, fizera-se o prognóstico das mudanças a serem introduzidas no país em vista do desenvolvimento das forças produtivas, no geral, e na agricultura, em particular. Nesta, a partir das alterações positivas na mentalidade do lavrador por meio do ensino, adjudicava-se a implantação do trabalho livre imigrante e do transporte ferroviário[8]. Foram idéias que permaneceram latentes.

A assimilação parcial desses conteúdos, por parte das elites agrárias, e a preocupação quanto às mudanças a serem operadas no país começaram a se manifestar no período compreendido entre as leis de 1850 (a de Terras e a Eusébio de Queiroz) e a Lei Rio Branco, 1871, ficando ligadas ao impulso da cafeicultura do Sudeste. Todavia, eram insuficientes para romper o círculo de ferro de uma economia subordinada aos centros mais dinâmicos do capital internacional, às formas imperialistas que emperravam a acumulação do capital, que ora cobravam as transformações, como as pressões para o abolicionismo, ora favoreciam as permanências estruturais.

Aos anos configurados na política nacional pelo avanço conservador, pela Conciliação e pela Liga do Progresso, corresponderam mudanças quantitativas na esfera da produção no Sudeste. Durante um quarto de século (1845-1870), testou-se a capacidade empresarial do agrossenhor, bem como a sua maneira de enxergar as coisas.

O abalo de 1842 liberou forças subjetivas de aceitação, resistência e mudança. A

Fig. 3. A "Queimada" na mata subtropical. *Fonte*: Aquarela de Miguelzinho Dutra, ano de 1847. Edição Masp, 1981.

prosperidade material assinalada nas décadas subseqüentes favoreceu o amadurecimento político, transformando as bases do projeto chimango. A necessidade de mudanças qualitativas no interior das relações de produção e, por desdobramento, na própria estrutura produtiva, foi gradualmente assimilada, em diferentes níveis. O agrossenhor passou por uma adaptação contingencial aos fatos proporcionados pelas leis que o induziram a aumentar a concentração das propriedades e da força-de-trabalho escravo, a buscar maiores facilidades creditícias e maior representatividade política[9].

Na base da prosperidade material dos agrossenhores, durante a década de 1850, estava o café. A acumulação do capital, realizada sob o processo escravista de produção, e a abundância de alguns fatores, entre eles, o mais fundamental, a terra, presidiam ao desenvolvimento extensivo das lavouras e à mobilização das fronteiras agrícolas, com o seu cortejo de mudanças: adensamento demográfico, urbanização e estabelecimento de relações de poder em áreas onde, preexistindo o sertão ou míseros povoados, começavam a emergir as cidades.

A busca pelo ensino superior europeu

começava a ocorrer nas grandes famílias da capital e do Oeste paulista, constituindo uma das manifestações do fenômeno que Hobsbawm denominou de "ocidentalização" imposta pelos núcleos mais dinâmicos do capitalismo internacional, manifestação imperialista da importação cultural, subjacente na raiz da Intelectualidade brasileira. Sevcenko tratou-a como um fenômeno de "europeização das consciências"[10]. Agrossenhores, escravistas ilustrados, dotados de visão européia de progresso material, deixaram de ser raros na província de São Paulo, incorporaram-se à riqueza patrimonial da nação como reprodutores do conhecimento transferido, captando admiração e prestígio da sociedade.

Personalidade típica desse momento foi João Tibiriçá Piratininga (1827-1888), um Almeida Prado, agrossenhor ituano, culto e viajado, empresário modernizador da agroindústria açucareira. A vivência européia converteu-o em republicano e num dos principais "históricos" de São Paulo, presidente da Convenção Republicana de Itu (1873) e uma das lideranças do Partido Republicano Paulista (PRP) nas décadas de 1870 e 1880. Com todos esses atributos, João Tibiriçá Piratininga estava entre os típicos representantes do republicanismo agrário-escravista do Oeste, que emergiu dos redutos maçônicos e norteou a convenção. Na década de 1880, o seu emancipacionismo era pragmático; aceitava a libertação da força-de-trabalho escrava, sob a condição de vir a extinguir-se lenta e gradualmente, sem abalos na estrutura agrária[11].

Na busca dos jovens agrossenhores pelos centros culturais europeus, observou-se a demanda pelas escolas de agricultura de Grignon e Montpellier (França), Hohenheim (Alemanha) e o *Institut Agricole de L'État* de Gembloux (Bélgica). Quanto a este último, entre 1861 e 1870, incluíram-se em suas listas de formados treze estudantes procedentes de diversas províncias brasileiras. Entre 1871 e 1880, havia cinco brasileiros formados, entre eles, um paulista do Oeste, procedente de Amparo. Entre 1881 e 1890, havia quatro, sendo dois paulistas, um da capital e outro da cidade de Arêas[12].

Os Agentes Dinâmicos da Economia: Café e Ferrovias

Os êxitos da cafeicultura no Sudeste assinalaram os grandes momentos da prosperidade material e cultural dos senhores da atividade produtiva sobre a terra, contribuindo para uma versão fisiocrático-liberal de poder, que vazava nos redutos acadêmicos do Largo de São Francisco, em São Paulo, e chegava às representações político-partidárias do Congresso[13]. Na prática econômica, a riqueza gerada sobre o fator mais tradicional, a terra, a partir das relações escravistas de produção, achava-se inserida num contexto menos otimista, interagindo na divisão internacional do trabalho e subordinando-se, como em todas as economias exportadoras de bens primários, às principais variáveis de mercado, à expansão ou retração das bolsas, às crises internas das economias nacionais na Europa e nos EUA.

Ampliando-se os espaços agricultáveis no Oeste, acompanhados dos aumentos de produção, expunha-se a fragilidade da cafeicultura quanto às distâncias. A implantação de uma infra-estrutura técnica de transportes e viação, mediante capital estrangeiro, a São Paulo Railway, entre 1864 e 1866, deu início ao surto ferroviário na província. Esse caracterizou-se pela velocidade da expansão

dos trilhos no rumo das fontes produtivas, instaladas no contínuo avançar, e pelo impacto gerado sobre o global da economia paulista[14].

À redução dos custos no transporte somava-se a alta dos preços internacionais do café[15]. A reestimulação da cafeicultura revertia na expansão da fronteira agrícola, sob a ascendência das grandes famílias, e no revigoramento da penetração dos circuitos ferroviários[16]. A abertura das novas fazendas e a razia ecológica seguiam parelhas, em virtude da busca pelas terras descansadas e pelo próprio fenômeno da cafeicultura, provocando-se a devassa dos interiores da província, dos territórios em mãos de posseiros ou remanescentes das nações indígenas, chãos desconhecidos da cartografia. Fundavam-se novas comunidades, cresciam as antigas, a lavoura tinha "fome" de mão-de-obra.

O direcionamento dos fatores produtivos para os novos espaços da fronteira agrícola acelerou a transferência do pólo mais dinâmico da cafeicultura para o Oeste, fenômeno consentâneo ao crescimento dos núcleos urbanos e à obtenção das maiores receitas nacionais de divisas[17]. A cidade de Campinas, considerada capital agrícola da província, converteu-se no eixo de um poderoso sistema ferroviário e de um complexo de centros produtores de menor potencial. Ao impacto modernizante, começaram a diversificar-se os capitais, junto aos setores secundário e terciário, possibilitando o salto qualitativo da cidade para a posição de sede econômica regional e principal núcleo dos políticos republicanos.

Em 1873, o café constituía mais de 60% do valor exportado do país e a saca quase dobrava de preço. Se nos primeiros anos a produção cresceu por efeito da estimulação dos preços, a partir do momento em que estes começaram a baixar (1874-86), os aumentos da produção seguidos de quebras de safras e manipulações cambiais, compensaram as receitas de divisas do governo. A cafeicultura continuou a se expandir, reestimulada pelos preços internacionais, entre 1886 e 1890, consolidando o prestígio dos agrossenhores[18].

Da conjugação do inovacional na agricultura (café) com o inovacional no sistema de viação e transportes (ferrovia) revigorou-se a elite empresarial e política, durante a década de 1880. Por produtos, os novos deslocamentos geográficos na fronteira, notadamente, nas zonas da Paulista e da Mogiana (café e ferrovia), os ensaios bem-sucedidos na substituição da força de trabalho escravo pela livre, imigrante, as transferências de capitais para outros setores fora da agricultura, no comércio e na indústria, os avanços na política abolicionista e republicana e, particularmente, pela estimulação de "uma consciência regional nas diversas áreas" da província de São Paulo, dotadas das suas respectivas lideranças políticas, num expressivo desdobramento da política preexistente no antigo Oeste[19].

Mantendo-se a prosperidade material dos agrossenhores em seus nichos locais e regionais, essa consciência informará as mentalidades, por suas principais lideranças, no rumo da defesa de um novo pacto social, através de um partido político não monarquista e proponente de um novo regime[20].

Observamos que o dinamismo desses agrossenhores e os efeitos positivos da cafeicultura sobre a acumulação e reprodução dos capitais, em geral, e das idéias em particular, não impediram que o Oeste resistisse, até a década de 1870, à substituição do trabalho escravo pelo assalariado, seja por radicalizar-se diante das experiências

difíceis com colonos imigrantes (as colônias de parceria), seja pelo revigoramento da mentalidade escravista, ameaçada com perdas iminentes do capital anteriormente investido[21]. Manter-se-ia por mais tempo a contradição de uma economia baseada num sistema escravista de produção que se realizava no mercado internacional plenamente capitalista. Entretanto, a Lei do Ventre Livre (1871) viria solapar os limites da economia escravista, ao dar condições para o mercado livre de trabalho e novas perspectivas à sociedade, suscitando a contestação ao regime[22].

A economia mundial vinha se transformando sob os impactos das novas tecnologias e do mercado de capital em todas as suas formas assumidas. Sob a pressão do liberalismo econômico da Grã-Bretanha, esta enfrentando a competição das economias nacionais que também se industrializavam, ela contribuiu para a manifestação de um novo imperialismo, muito mais agressivo e exigente de mercados consumidores para os bens e serviços produzidos.

Constatou-se a predominância de um critério seletivo quanto à realização dos produtos primários na economia do mercado internacional, especializando-se as economias periféricas em determinadas matérias-primas, fato que beneficiava certas elites agrárias, ligadas à propriedade da terra e dos meios de produção e à agroexportação[23]. As economias agrícolas, no geral, sentiram os efeitos da Grande Depressão (1875-1890). Ao eliminar-se do mercado alguns fornecedores em detrimento de outros, como o algodão e o açúcar brasileiros, certas áreas foram beneficiadas, em função desse mesmo critério seletivo, como o Sudeste, exportador de café e importador de capitais financeiros. Achando-se a cafeicultura vinculada aos pólos capitalistas da Europa e dos EUA, distenderam-se os laços internacionais pela categoria dos cafeicultores.

Desde os primeiros tempos da Ilustração, essas elites buscaram na Europa os modelos do progresso material e cultural que viriam a marcar o ecletismo das suas academias. Em São Paulo, até 1870-1875, as idéias importadas assinalavam um ecletismo otimista com relação ao progresso. Depois de 1875, com a Grande Depressão, o pessimismo instalado na economia mundial refletiria-se no Brasil, deitando novas tendências doutrinárias e modismos cientificistas.

O Grande Oeste Paulista por seus Homens e suas Idéias

A busca de representatividade eleitoral por parte dos agrossenhores do Oeste, a defesa dos seus interesses e o anelo por intervenção política nos quadros da Monarquia foram postos em evidência, à medida que se ampliavam as suas relações de poder no contexto do adensamento demográfico da região, assinalado pelas importantes comunidades urbanas. Estas eram, de longa data, os espaços cívicos dos pleitos eleitorais, onde costumavam assentar os seus símbolos de poder, os casarões barrocos.

As referências que fazemos ao antigo Oeste, ao novo Oeste e ao Centro-Oeste, ao conjunto do grande Oeste, extrapolam os critérios geográficos, são socioculturais[24]. Até o século XIX, identificavam-se na província de São Paulo duas áreas geopolíticas, o Norte, ou Vale do Paraíba, e o Oeste paulista (capital e Vale médio do Tietê). Em 1886, as diferenças de população entre ambas eram altas, porém, favoráveis ao segundo no conjunto. O Oeste, isento dos seus "fundões", perdia para o Vale do Paraíba

em população, mas superava-o em produção de café (29% contra 19, 99% do total da produção). As outras áreas somadas, Mogiana, Paulista, Araraquarense e Alta Sorocabana, superavam a ambos, em população e produção de café (51% do total)[25].

Em riqueza concentrada, o grande Oeste liderava as demais regiões da província no final da década de 1870. Em 1886, os municípios do conjunto se incluíam entre os mais populosos, ofereciam as maiores produções agrícolas e também, as grandes concentrações escravas[26].

Paralelamente ao desenvolvimento material e social da província de São Paulo, constata-se que as três últimas décadas da Monarquia foram afetadas pela política externa impopular e pela Guerra do Paraguai, pelas crises generalizadas (as "Questões"), de efeitos instáveis sobre o sistema de poder vigente. Conquanto a cultura fosse marcada pelas manifestações da Intelectualidade brasileira em torno da "Escola do Recife", do Rio de Janeiro e da Academia de São Francisco, em São Paulo, postulações teórico-doutrinárias de natureza contestadora ao regime só apareceram a partir da década de 1870.

Na década de 1880, afloraram os modismos ideológicos no campo doutrinário, preparados pelas correntes filosóficas importadas, sob a expressão das heterodoxias cientificistas nas linhas do comtismo, do darwinismo, do spencerismo e do próprio liberalismo-cientificista. A questão do trabalho, convertida em nó górdio estrutural, redefiniu as tendências, influenciando o republicanismo em termos do liberal-cientificismo e de uma nova estratégia política, prefigurando a sorte da Monarquia que, por sua vez, passou a desenvolver mecanismos de defesa e sobrevivência.

A Busca pela Representatividade Parlamentar

Reajustar o Parlamento às necessidades representativas das elites agrárias em expansão foi um desafio que a Monarquia buscou contornar com a legislação eleitoral e a manipulação sobre os pleitos. A exeqüibilidade de uma oposição parlamentar efetiva, promotora de virtuais reformas legislativas e institucionais, ficava na dependência das transformações materiais e culturais do país, na intenção das próprias elites de aumentar a sua representação nas assembléias do Império[27].

Em 1868, a distribuição do eleitorado do Oeste, área de atuação de liberais progressistas e radicais, saía bastante desfavorecida. Era intencional o seu esvaziamento político em benefício dos colégios eleitorais no Vale do Paraíba, tradicional base de sustentação da Monarquia, bem como nas "outras" regiões, de mais fácil manipulação[28]. As câmaras municipais refletiam as parcialidades políticas locais, ressalvando-se o conteúdo doutrinário para as assembléias provinciais e para o Parlamento. Era inegável que a falta de representatividade nas assembléias do Império pesava na insatisfação política do Oeste, provocando o descontentamento quanto ao sistema eleitoral e a legislação vigente, particularmente, quanto ao critério da repartição dos colégios eleitorais e a fixação do número de eleitores por região, nas áreas velhas e novas. Política partidária e apelo à representatividade tornaram-se reagentes sobre as manifestações socioeconômicas, e reativos no que tange às descentralizações pleiteadas nas áreas do econômico, fiscal e administrativo[29].

Desde o final da década de 1860, acentuava-se o desequilíbrio na política e na produção

da riqueza, achando-se o Oeste em plena expansão das suas forças produtivas, sem ser dotado da correspondente representação na vida do Império para a defesa dos seus interesses, enquanto o Vale do Paraíba assegurava com tranqüilidade a sua, tanto no aparelho do Estado como nas assembléias do Império. A falta de representatividade associada às preocupações quanto ao encaminhamento da questão abolicionista, viria a ter grande peso no futuro, justificando a rápida conversão dos radicais em republicanos.

Avanços doutrinários na linha dos princípios liberais foram constatados no programa da Liga do Progresso (1864-1868) e, após o fim desta, no Novo Partido Liberal e no Partido Radical (1869), objetivando a reorganização do Estado sob os princípios liberais[30]. Nos programas desses últimos, senado temporário, ensino livre, abolição gradual do escravismo e trabalho livre eram temas recorrentes, enquanto os radicais avançavam na tese da descentralização fiscal e administrativa completada pela eliminação do Conselho de Estado e do Poder Moderador, sem no entanto deixar de ser monarquistas[31]. A última proposta liberal do Império, contida no Manifesto Republicano de 1870, previa a mudança do regime, via reforma parlamentar, instituída na legalidade.

Em 1870, restavam poucas opções aos radicais. Ou abriam caminho para as reformas mais avançadas, extrapolando a linha pacífica da exposição doutrinária, ou conformavam-se com o sistema eleitoral vigente, submergindo entre os conservadores, mal diferenciando-se dos liberais em seu novo partido. Prova dessa lógica foi a adesão quase instantânea dos radicais paulistas ao Manifesto do Rio de Janeiro[32].

Eram cafezistas e intelectuais de São Paulo que se afirmavam portadores do mesmo discurso, reagindo prontamente à iniciativa que vinha da capital do país, não só por coerência de princípios, mas por obediência maçônica, ressalvada a independência regionalista do grupo. Oficializada sua adesão ao Manifesto de 1870, o Clube Radical de São Paulo se converteu em Clube Republicano, não tardando a reproduzir-se o movimento em meio aos congêneres em todo o grande Oeste.

O Manifesto Republicano de 1870

Foi a senha para que o grande Oeste voltasse a falar, como não se fazia desde 1842, em povo, em pacto social e contratual, denunciando-se a inconstitucionalidade legal da Monarquia, bem como o sobrepacto que se lhe associara, a Carta não escrita, que dispunha sobre a mecânica parlamentar. Sem as formulações extraconstitucionais do período de Rafael Tobias de Aguiar, mas dentro do velho estilo da *liberdade bem entendida*, havendo por suporte do regime pleiteado o princípio da Federação.

Assimiladas as lições da década de quarenta, agora parceiros da constitucionalidade, o direito de resistência se descontextualizava. Mas não impedia que a Monarquia instituída fosse apresentada como um sistema viciado pelos privilégios, a respaldar uma minoria assentada no poder e a gerar desequilíbrios institucionais[33].

A proposta de rescisão do contrato social de 1824 era justificada pela idéia da soberania do povo – este, compreendido na categoria subjetiva dos supostamente iguais – em nome do qual era reivindicada a reformulação das instituições nacionais (Aos nossos Concidadãos). Com base no *jus*-naturalismo de que decorria a posição soberana do povo (soma das vontades coletivas), o Manifesto limitava-

se a dois expedientes, o convencimento prévio daqueles que viviam a adotar a proposta inovadora e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. A Federação era apresentada por princípio organizacional da nova *verdade democrática* e, por órgão condutor da proposta, elegia-se um novo partido político, o *partido republicano*[34].

Apresentado como antinatural, o Poder Moderador substituía a vontade coletiva nacional, negando ao povo soberania, mistificando o regime constitucional brasileiro, que não passava de fachada (*O Sofisma em Ação*). A crítica ao sistema representativo do Império tinha por princípio a defesa da representação nacional a partir do sistema eleitoral livre, condição de soberania e de autogoverno (*Consenso Unânime*). Federação era a fórmula salvacionista, decorrente da diversidade geográfica do país e das desejadas autonomias provinciais contra o regime de tutela do Conselho de Estado e da centralização monárquica, que procedia ao seqüestro dos interesses fiscais, administrativos, legislativos, inclusive das rendas públicas (*A Federação*).

A Convenção Republicana de Itu (1873)

João Tibiriçá Piratininga, presidente do Clube Republicano de Itu, era filiado à Loja Piratininga, freqüentada pelas elites liberais da cidade de São Paulo, mantinha estreitos contatos com os agrossenhores do Oeste, naquele estilo ituano de manobrismo, com o seu arraigado espírito de facção (Fig. 4). Havia três meses, a lavoura se achava tencionada pela Lei dos Nascituros (29.09.1871), enquanto a multiplicação dos clubes republicanos na província levantava a necessidade da sua coordenação em torno de um único partido político. Oferecia-se oportunidade para uma coligação no velho estilo do Oeste, evocando os dias de Rafael Tobias de Aguiar, do padre Diogo Antônio Feijó e do conselheiro Paula Souza[35].

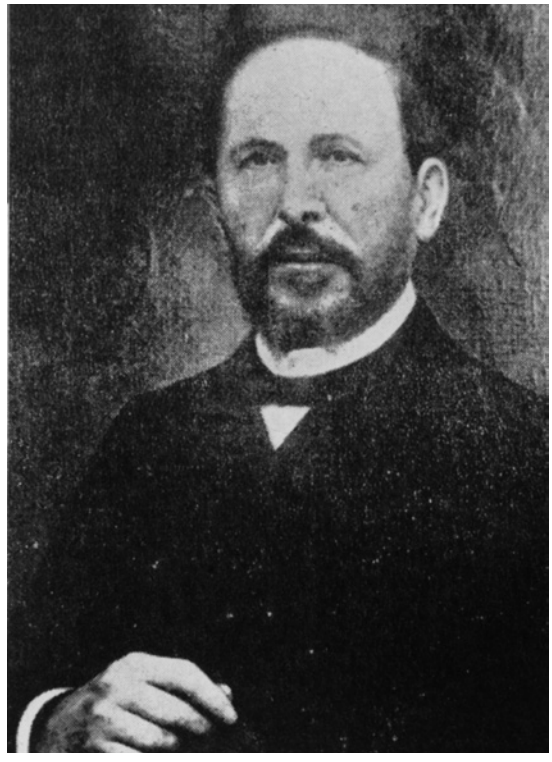
Propedêutico foi o chá de 17.01.1872, no Largo da Sé, servido por Américo Brasiliense, ao "que foi possível reunir": bacharéis, jornalistas, cafezistas de São Paulo, Jundiaí, Amparo, Campinas e Itu. Em comunicado à imprensa, Américo Brasiliense e Campos Sales referiram-se ao escravismo como produto histórico, sobre o qual o Partido Republicano não tinha, nem teria, responsabilidade de solução. Assim procedendo, liberavam os escrúpulos dos escravocratas e abolicionistas do Oeste, para que se sentissem à vontade no Pacto Republicano e no novo partido[36].

O prestígio dos Almeida Prado de Itu sobre a cafeicultura e os agrossenhores do Oeste era suficiente para assegurar a confiança dos monarquistas ao movimento, que se interiorizava no eixo da capital, Campinas e Itu, parte mais próspera da província, coração ferroviário e patamar no lanço das frentes pioneiras da fronteira agrícola. Pareciam "unidos a fazenda e a cidade"[37].

O encontro político de Itu tomou como oportunidade o ato inaugural da ferrovia, a Ituana[38]. A Convenção realizou-se no dia seguinte, 18 de abril. Introdutória foi a sessão privatícia no sobrado de João Tibiriçá Piratininga, à tarde daquele dia, achando-se ali hospedados os convencionais mais importantes. Havendo por mentor o anfitrião, decidiu-se pela não abordagem das questões doutrinárias[39].

As bases discutidas, votadas e aprovadas na Convenção de Itu, serão constantemente cobradas no futuro por Prudente José de Moraes Barros e pelas dissidências perrepistas.

Fig. 4. João Tibiriçá Piratininga e seu sobradão na praça Padre Miguel, Itu. O pai e o filho, Jorge Tibiriçá Piratininga, em foto dos tempos de estudante na Europa. Óleo do Museu Republicano Convenção de Itu e fotos de colecionadores.



A prevalecer o espírito da Convenção, *partido republicano e comissão*, *assembléias soberanas*, *forças republicanas coligadas*, ficavam subentendidos no princípio federativo dos municípios e da igualdade participativa dos delegados dos grupos. Os fatos mostraram que o partido nascia regional e oligárquico; recuperados do abalo de 1842, os liberais do Oeste perseveravam nos manobrismos.

No congresso realizado em São Paulo, elegeu-se uma comissão permanente, integrada por sete membros de expressão política regional, que se tornaria o verdadeiro órgão dirigente do Partido Republicano Paulista. Coube a João Tibiriçá Piratininga a presidência da Comissão Permanente, posto equivalente a chefe do Partido Republicano de São Paulo, sacramentando-se a hegemonia dos casarões do Oeste paulista na disputa pela república. Compareceram onze cidades, ao todo 29 municípios representados, predominando os fazendeiros e os bacharéis-fazendeiros[40].

Dois documentos ligados a esse Congresso expressaram o pensamento republicano paulista sobre as duas questões básicas, a questão social (escravista) e a questão política (o regime pretendido). Quanto à primeira, oferecia o *Manifesto*, aprovado em 02.07.1873, sob responsabilidade da Comissão Permanente.

Abordando o "melindroso assunto", o grupo repetia o texto da circular de 18.01.1872, eximindo-se: "[...] A questão não nos pertence". Tratando-se de tese a ser definida no Parlamento, ao qual o Partido Republicano desejava estar presente, sentia que não podia eximir-se de pronunciamento. Nessa virtualidade: "[...] se o negócio for entregue a nossa deliberação", em razão do princípio federativo, cada província deverá agir segundo "[...] os seus interesses particulares" (em São Paulo, significava a disponibilidade de substituir o trabalho escravo pelo livre) e em respeito ao direito de propriedade. A reforma devia ter por base a indenização e o resgate[41].

Quanto à segunda questão, a política prevista para o novo regime, o pensamento republicano paulista aparecia formulado num projeto liberal de Constituição ou *Bases para a Constituição do Estado de São Paulo*, elaborado em 1873 pela Comissão Permanente do Congresso Republicano[42].

Teria mudado o grande Oeste após a coligação engendrada? Não, quanto ao que parecia essencial, pois os agrossenhores mantiveram-se liberais em economia e agroexportadores. O movimento de fundação das sedes do partido (clubes republicanos) e das lojas maçônicas intensificou-se após 1873, desencadeando a propaganda republicana. Conquanto filtrassem a pragmática dos agrossenhores do Oeste, as lojas maçônicas constituíam-se no espaço político por excelência, sediando o pensamento republicano do Grão Mestrado[43]. Em 1882, com a morte de Rio Branco e o afastamento de Saldanha Marinho, o Grande Oriente Unido foi extinto e unido ao Grande Oriente do Brasil, fato que revigorou os movimentos abolicionista e republicano.

Uma questão de Lógica

Nas áreas de economia expansiva, na região Sudeste, era sensível a inadequação do sistema político vigente às aspirações de poder dos segmentos das elites. A aceleração das forças produtivas na economia, a politização dos agroexportadores e as formas ideológicas assumidas pelo liberalismo e pelos cientificismos nos pólos culturais do Império

geraram, na capital do país e no Grande Oeste paulista, grupos de expressão política com tendências a manifestar-se nacionalmente. Um deles era militar, centrado no Rio de Janeiro, dotado de espírito de corporação exacerbado pelas "Questões"; outros dois eram civis, manifestos no Partido Republicano do Rio de Janeiro e no perrepismo do Oeste. A insegurança a que foram submetidos pelos gabinetes do Império demonstrou que eram passíveis de aproximar-se num projeto de mútua conveniência.

Entre 1878 e 1885, o governo debateu no Parlamento dois projetos, o da reforma eleitoral (1879-1881), convertido na Lei Saraiva de 1881, e o projeto Dantas (1882-1884), do qual sairia a Lei dos Sexagenários (28.09.1885). Ambos deixavam transparecer a visão que os parlamentares guardavam a respeito da lógica liberal[44].

A defesa do projeto liberal de eleição direta por meio da compactação do eleitorado, excluindo os analfabetos e os indivíduos de baixa renda, vinha eliminar grandes contingentes de antigos eleitores, despertando a reação dentro do próprio Partido Liberal. Reacendia a polêmica em torno dos princípios de igualdade, representatividade e soberania nacional, tomando por base a questão da lógica liberal do homem, enquanto ser coletivo. Ou da falta de lógica atribuída pela Lei Saraiva, ao negar a logicidade coletiva das massas e, em razão dela, o direito de voto e do exercício da cidadania[45].

O liberalismo idealista apontava a instrução como fator salvífico. José Bonifácio, o Moço, compartilhava desse pensar. A instrução que impedia o risco de exclusões futuras à cidadania lhe parecia penhor da própria lógica liberal, inerente ao conceito smithiano de "riqueza das nações". Ao exigir que a lógica fosse reinterpretada, ele o fazia, não apenas em nome da instrução, mas do princípio teórico da liberal-democracia, que fundamentava o governo representativo da sociedade, nascido do pacto contratualista. A sua inconformação liberal devia sugerir aos republicanos, o grupo interessado na formulação de um novo pacto, que os mesmos perseveravam na utopia, que se achavam num beco sem saída. A reforma eleitoral, ao eliminar as "massas inconscientes", barrava a expansão qualitativa e quantitativa do Legislativo, impedindo tornar-se realidade um Parlamento assentado sobre ampla representação, cassava-lhes, *in limine*, a intencionada Constituinte[46].

Dissonâncias

O Programa dos Candidatos do PRP apareceu no início da década 1880. Todos os itens do documento se achavam relacionados ao federalismo, nas formas municipalista e provincial, este apresentado como uma instituição republicana, por excelência, distinta da pretendida descentralização administrativa monárquica[47].

A liberdade de ensino (cap. III) era concebida em todos os graus, prevendo-se o término da hegemonia da instrução confessional católica em proveito do ensino leigo, mas sem impedi-la. Liberdade de ensino era vinculada ao princípio da liberdade de consciência e à livre iniciativa. O ensino oficial estava mais voltado para os níveis primário e secundário, particularmente ao primário profissionalizante aplicado à agricultura. O dr. Luiz Pereira Barreto manifestara-se contra a implantação da universidade, em favor dos cursos superiores isolados (as escolas

superiores), a serem instalados na província de São Paulo. O peso atribuído ao ensino científico e ao método experimental traduzia-se no apreço pela educação científica, na importância atribuída a ela como fator de adequação ao progresso ambicionado.

O escravismo (cap. IX) defendido pelos grandes proprietários da província, sobretudo no grande Oeste paulista, era entendido como fator econômico, aceito ou tolerado, mas sem justificar a sua transferência às gerações futuras. Embora houvesse abolicionistas intransigentes no partido, mantinha-se uma estratégia de contemporização na linha do gradual emancipacionismo, para evitar o abalo proveniente da desorganização da lavoura. A substituição gradual do trabalhador escravo pelo homem livre apontava a imigração como o melhor caminho.

A agricultura (cap. V, VII e IX) era analisada sob a pressão das relações escravistas de produção, trazendo-se ao primeiro plano a questão da imigração estrangeira, por iniciativa individual ou de sociedades anônimas, devendo colaborar o Estado. Decorrência natural era o enfoque jurídico sobre a locação dos serviços (cap. IV) e a naturalização do trabalhador imigrante (cap. VIII). Ficavam relacionados *trabalho livre, agricultura e ensino da ciência*, pela primeira vez, num documento oficial republicano, cujo efeito não era apenas sistematizar a retórica dos candidatos, mas assegurar o compromisso do partido com a opinião pública e o eleitorado.

O programa dos candidatos era uma tentativa de corresponder à nova situação do eleitorado urbano. Nas eleições gerais de 1881, foram indicados candidatos para oito dos nove distritos, sendo derrotados os republicanos em todos, já no primeiro escrutínio. Nas eleições provinciais, consentâneas, outros foram os resultados: nos 7º e 8º Distritos, Manuel Ferraz de Campos Sales e Prudente José de Moraes Barros elegeram-se no primeiro escrutínio, enquanto nos 1º, 4º e 5º Distritos elegeram-se Américo Brasiliense, Rangel Pestana, Gabriel Piza e Antônio Gomes, em segundo.

O 7º Distrito, com a sua população eleitoral diversificada, respondia positivamente aos apelos republicanos. Campinas era a capital econômica do Oeste, onde à diversificação das forças econômicas e ao mercado de trabalho ativado correspondiam segmentos da sociedade urbanizada, suscetíveis à propaganda. No 8º Distrito, o fenômeno ocorria em menor escala, mas a política de Piracicaba refletia-se nos confins da província, atingindo Batatais. Em todo o Oeste, as manipulações dos políticos em estilo antigo pareciam achar-se comprometidas.

As eleições gerais de 1884 sacudiram a província, em razão do projeto Dantas (Sexagenários), que dividia os próprios republicanos[48]. Às vésperas da eleição, os candidatos declararam-se favoráveis, desde que o mesmo não contivesse caráter "revolucionário", ou seja, abolicionista isento de indenização. São Paulo elegeu, pela primeira vez, dois deputados republicanos, Manuel Ferraz de Campos Sales e Prudente José de Moraes Barros, ao Parlamento do Império, mas com dificuldade e em segundo escrutínio, "ligueiros" aos conservadores de Antônio Prado[49].

Havendo três deputados republicanos eleitos ao Parlamento, em 1884, dois de São Paulo e um de Minas Gerais, não tardou a surgir discrepância entre a sua conduta e os interesses dos agrossenhores, por votarem a favor da maioria liberal no tocante à libertação imediata dos sexagenários, isenta de indenização ou

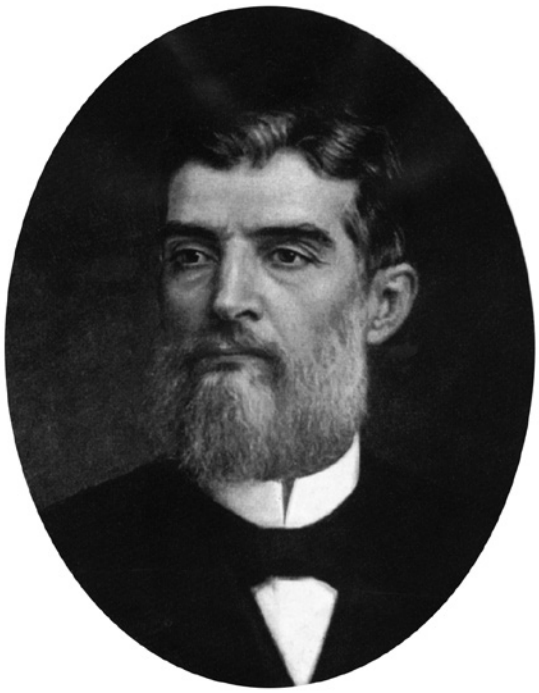
Fig. 5. Prudente José de Moraes Barros (página seguinte) e seu casarão à rua de Santo Antônio, em Piracicaba, hoje, Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes. Montagem fotográfica.

resgate, e contra ela, quando se negou apoio ao ministro Dantas[50].

Na estréia do Gabinete Saraiva (sessão de 11 de maio de 1885), Prudente José de Moraes Barros, proferiu um discurso antológico a respeito dos verdadeiros interesses do PRP. Demonstrou que o cerne do problema econômico gerado pelo abolicionismo não estava na libertação do escravo, mas na sua substituição, isenta do perigo da desorganização da lavoura. Substituir o escravo pelo homem livre (negro ou imigrante), dar-lhe fixação permanente na lavoura – essas deviam ser as verdadeiras intenções dos fazendeiros que trabalhavam a idéia e realizavam a experiência com êxito na década de 1880[51].

Prudente de Moraes confirmava Campos Sales, ao referendar a libertação sem indenização, dando prioridade ao trabalho permanente na lavoura. O inusitado da fala não estava apenas nesse detalhe, mas na mensagem dirigida à Comissão Permanente do PRP, aos eleitores do 8º Distrito, que ele representava no Parlamento. Punha a descoberto a falência da estratégia adotada pelo partido, em 1873, de separar a questão social da questão política, e dava ganho de causa à campanha abolicionista, tornada nacional, apontando para a urgência da reforma nas relações de produção, da qual dependiam o futuro do país e do próprio Partido Republicano. O discurso valeu-lhes a derrota eleitoral de 1886 ao Parlamento, por faltar-lhes o apoio dos próprios correligionários.

A derrota dos campeões de voto do Oeste arrefecia as expectativas de mudança do regime, forçava a redefinição da estratégia político-partidária, a reativação da defesa doutrinária, da disciplina do partido, da propaganda pela palavra fora dos redutos maçônicos. Das conferências proferidas nos teatros e clubes republicanos, as mais notáveis realizaram-se, entre 1886 e 1888, em Campinas, por parte dos grandes nomes do partido. O Oeste contava com jornais republicanos de grande penetração, *A Província de S. Paulo* (1874) e as Gazetas, a *Gazeta de Campinas* (1869) e a *Gazeta de*



Piracicaba (1882), que eram repassadas aos distritos eleitorais.

Prudente José de Moraes Barros percorria em comícios e palestras o 8º Distrito, a sua palavra de tribuno era bem recebida nos casarões, sua pessoa prestigiada pelas famílias dos próprios monarquistas em Araras, Limeira, Rio Claro, São Carlos do Pinhal (Fig. 5) Durante as eleições provinciais de 1887, o eleitorado republicano voltou a reagir, elegendo-o no 8º Distrito, bem como a Bernardino de Campos, Manoel Ferraz de Campos Sales e Martinho Prado Jr., no 7º Distrito. Era pouco.

Notas

1. No Vale do Paraíba, as perdas foram de rápida recuperação. Os estragos demoraram-se no Oeste devido à ocorrência de duas safras anteriores de cana-de-açúcar, prejudicadas pelas geadas, seguidas das complicações pós-revolucionárias, até a Anistia (1844), cujos benefícios se fizeram sentir entre 1844 e 1845. A recuperação veio na safra de 1846-1847, atingindo-se a máxima produção de açúcar. A partir de 1846-1847, a produção açucareira começou a decrescer, enquanto o café iniciava a sua escalada ascendente, em virtude das grandes plantações. Cf. Maria Tereza Schorer Petrone, *A Lavoura Canavieira em São Paulo,* pp. 159-163.
2. Cf. Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Dispersão e Unidade*, II (2), pp. 471, 524.
3. "[...] o quadrilátero do açúcar deixou de sê-lo para dedicar-se com verdadeira obsessão à cultura do café". Cf. (Maria Tereza Schorer Petrone, *op. cit.*, p. 163).
4. O esquema monopartidário prevaleceu sobre tendências e oposições, uma espécie de trégua, beneficiada pelo surto de progresso material do SE. Cf. Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Reações e Transações*, II (3), pp. 55-56.
5. Em 1846-1847, os maiores produtores de açúcar da província de S. Paulo eram Campinas, Itu, Capivari e Piracicaba, sendo baixa a produção cafeeira, salvo em Campinas. Em 1854-1855, o café experimentou avanço e a cana descenso. Itu, Porto Feliz, Piracicaba e Capivari, grandes redutos chimangos, tornaram-se áreas de "resistência" do açúcar, em razão da natureza dos solos, das reservas de mata e dos preços do produto nas bolsas, malgrado a competição do açúcar de beterraba e de outros fornecedores. Aquelas comunidades forneciam 2/3 da exportação açucareira, cuja qualidade era medíocre, dada a precariedade tecnológica no processamento e a deterioração no transporte, pela exposição das tropas de muares à intempérie do planalto e da Serra do Mar, a caminho de Santos. Cf. Maria Tereza Schorer Petrone. *op. cit.*, pp. 164-66.
6. O principal legado da economia açucareira estava na estrutura produtiva sustentada pela figura do empresário agroexportador a garantir a transferência dos capitais e a agilização dos fatores produtivos nos quadros do Oeste. Cf. Maria Tereza Schorer Petrone, *op. cit.*, p. 224.
7. "[...] A última geração de grandes senhores de engenho, surgida nas décadas de 1820 e 1830, viu seus filhos optarem pelo cultivo do café" (Carlos de Almeida Prado Bacellar, *Os Senhores da Terra*, p. 186). A mudança para uma lavoura mais rentável proporcionou o enriquecimento progressivo das fortunas familiares.
8. Por meio do jornal *O Justiceiro*, em 1834, Feijó propunha a criação de escolas normais de agricultura e a contratação de colonos no exterior. Cf. Octávio T. de Souza, *Diogo Antônio Feijó*, p. 205. "[...] O lavrador entre nós ignora ainda os princípios desta arte que tantos progressos tem feito entre outros povos e por meio da qual espera o governo que os brasileiros aprendam a aproveitar os tesouros com que a natureza os enriqueceu [...] A presente introdução de colonos tornará desnecessária a escravatura e, com a extinção desta, muito lucrará a moral e a fortuna do cidadão" ("Proclamação ao Povo de 24.10.1835", em Alfredo Ellis Júnior, *Feijó e a*

Primeira Metade do Século XIX, p. 220). Nas Instruções do regente aos presidentes provinciais, em 09.12.1835, reaparece a preocupação. "[...] Promover a agricultura, fonte principal da nossa riqueza e esperança de nossa futura propriedade. Instituir Escolas Práticas; ajustar colonos de países onde ela tem feito maiores progressos" (Novelli Junior, *Feijó, um Paulista Velho*, p. 239).

9. Brasil, EUA e Cuba experimentaram prosperidade por efeito das demandas dos produtos primário-exportadores, enquanto as suas reservas de força-de-trabalho escravo se acharam em alta de preços. Não houve chance para o movimento abolicionista na década de cinqüenta no Brasil. Os fazendeiros pareciam achar-se satisfeitos, a Monarquia estabilizara o sistema de poder centralista e unitário, na medida desejável a um sistema produtivo com base nas relações escravistas, subordinado à divisão internacional do trabalho. Cf. Jacob Gorender, *A Escravidão Reabilitada*, p. 141.
10. Eric J. Hobsbawm, *A Era dos Impérios*, p. 117. Cf. também Nicolau Sevcenko, "O Prelúdio Republicano, Astúcias da Ordem e Ilusões do Progresso", em *História da Vida Privada no Brasil*, v. 3: 12-14 e, do mesmo autor, *Literatura como Missão*, p. 81.
11. Cf. Rodrigo Soares Júnior, Jorge Tibiriçá e sua época, *passim.*
12. Cf. "Liste des élèves". *L' Institut Agricole de L' État a Gembloux, 1860-1910*, pp. 233-48.
13. A riqueza produzida sobre a terra gerava acumulação de poder da "classe produtiva", expressando a teoria fisiocrática do dr. Quesnay. Com Adam Smith a atividade produtiva geradora da "riqueza das nações" não era reconhecida apenas na indústria, mas também na agricultura. O seu principal divulgador, Say, que teorizava sobre a realidade francesa, em que a agricultura era tida em grande destaque, teve grande aceitação junto aos lentes da Academia de Direito de São Paulo por respaldar, doutrinariamente, os agrossenhores em sua função empresarial dentro da divisão de trabalho nacional e internacional. Tratava-se da versão liberal otimista que caracterizou a "escola clássica francesa". A recomendação dos "clássicos" ingleses e franceses procedia dos lentes famosos. Carlos Carneiro de Campos era discípulo de A. Smith, J. B. Say e Stuart Mill, enquanto João da Silva Carrão era filiado a Mac Leod e à escola clássica. Cf. Sérgio Adorno, *Os Aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*, p. 96 e Paul Hugon, *História das Doutrinas Econômicas*, p. 161.
14. Em 1855, quando a produção de açúcar, café e gêneros do Oeste atingiu dois milhões de arrobas, arrancaram os transportes ferroviários na província. A São Paulo Railway, detentora da chave geral da viação do Oeste e do funil da Serra do Mar para o porto de Santos, atingia a cidade de São Paulo (1866), detendo-se em Jundiaí. Cf. Odilon Nogueira de Matos, *Café e Ferrovias*, p. 71; 74.
15. Entre 1857 e 1863, elevaram-se os preços, de 18 mil réis (a saca de 60 kg) para 27 mil réis. Quando aqueles baixaram, por excesso de oferta, não deixaram o patamar de 1857, havendo o volume exportado por efeito compensador sobre a receita nacional. Com a recuperação do consumo em 1869, os preços voltaram a subir atingindo a cifra de quase 40 mil réis em 1873. Cf. Brasílio Sallum Jr., *Capitalismo e Cafeicultura*, p. 22 e Antônio Delfim Netto, *O Problema do Café no Brasil*, p. 10; 17.
16. O prolongamento da Santos-Jundiaí fez-se por iniciativa dos agrossenhores. Nascida da incorporação acionista, com capitais da cafeicultura do Oeste, a Cia. Paulista de Estradas de Ferro foi inaugurada em 11.08.1872, em seu primeiro trecho, Jundiaí-Campinas. No Vale médio do Tietê, incorporava-se a ferrovia Ituana, com ligação para Jundiaí (1870-1873); outros lançaram a linha Sorocabana conectada a Itu (1875), através da qual atingia Jundiaí. A Mogiana era criada em 1872, buscando uma das maiores zonas produtoras de São Paulo, a partir de Campinas rumo a Moji-Mirim (1875) e Casa Branca (1878), deitando o ramal de Amparo. A Paulista, por sua vez, atingia Santa Bárbara D'Oeste (Ramal-1875), Rio Claro e Limeira (1876), Araras e Leme (1877), Pirassununga (1878) e Porto Ferreira (1880), incorporando o ramal Bragantino. Cf. Odilon N. Mattos, *op. cit.*, p. 80 e seguintes.
17. Cf. Antônio Delfim Netto, *op. cit.*, p. 20.
18. Cf. Antônio Delfim Netto, *op. cit.*, pp. 15 e seguintes. A partir de Limeira, surgiu a mais importante área cafeeira do Sudeste, abrangendo os municípios de São Carlos, Araraquara, Descalvado, Jaboticabal, Sertãozinho e Ribeirão Preto. Algumas dessas comunidades evoluíram rapidamente, a partir de povoados inexpressivos ligados às matrizes antigas do Oeste; outras, surgiram do esforço humano espacialmente deslocado ou do próprio *rush* cafeeiro.
19. Destacando a importância do fenômeno: "[...] Eis porque em São Paulo – fato único em todo o Brasil – as diversas regiões do Estado são conhecidas pelos nomes das ferrovias que as servem"; cf. José Sebastião Witter, Prefácio. (Odilon Ribeiro de Matos, *Café e Ferrovias*, p. 12).
20. A partir da década de 1870, os aumentos da riqueza correm parelhos à busca por aumentos de poder e manifestação das idéias: "[...] A cafeicultura transferia-se para São Paulo, onde, devido à maior produtividade, ela ainda era mais lucrativa" (Antônio Delfim Netto, *O Problema do Café no Brasil*, p. 18. Observa-se que a prosperidade manteve-se até 1893, apesar da oscilação dos preços *idem*, p. 25).
21. Os fazendeiros do Oeste paulista "[...] integravam o derradeiro baluarte da sobrevivência da escravatura", não conduziam o processo abolicionista. (Jacob Gorender, *op.cit.*, p. 145).
22. Cf. Wilson do Nascimento Barbosa, *A Crisálida*, cap. 2, tese de livre-docência apresentada ao Depto. de História da FFLCH-USP, 1992, p. 249.
23. As potências industriais que formavam o núcleo mais dinâmico da economia mundial cresciam, ao prover as necessidades de importação das economias periféricas. Estas,

"quanto melhor se saíssem", maior era o proveito daquelas. Cf. Eric J. Hobsbawm, *op. cit.*, p. 79.

24. No início do Império, o Velho Oeste se estendia de Itapetininga a Bragança e a Moji-Mirim, detendo-se nas duas "bocas de sertão", Piracicaba e Botucatu. A ocupação dos Campos de Araraquara se fez para os lados de Brotas e São Carlos do Pinhal, enquanto de Campinas a corrente seguia para Limeira, Rio Claro e Araras, no novo Oeste. Em meados do século XIX, o café, conjugado à ferrovia e às frentes pioneiras, alterava a configuração anterior para uma área sem contornos definidos, o Centro-Oeste, lançando vetores a Ribeirão Preto, Casa Branca e Araraquara. O grande Oeste paulista e seus "fundões" comportavam trechos ferroviários da Paulista, Mogiana, Ituana e Sorocabana. Cf. Wanda Moreira Magalhães, *Eleitores e Eleitos: os Agentes do Poder em Campinas, na Segunda Metade do Século XIX*, Tese de doutorado apresentada ao Depto. de História, FFLCH-USP, 1992, p. 43.
25. Odilon Nogueira de Matos analisou os avanços populacionais da província de São Paulo, a partir de datas básicas (1836, 1854 e 1886), apontando os efeitos interativos da produção da riqueza e do crescimento demográfico, passando a considerar quatro regiões: Norte, Central, Mogiana e Paulista. Wanda M. Magalhães referiu-se ao Vale do Paraíba, ao Oeste antigo e a outras (Mogiana e Paulista). Em 1836, o Vale do Paraíba e o Centro-Oeste (Central, Mogiana e Paulista) se equivaliam em população, a diferenciá-los os potenciais do açúcar e do café. Em 1854, esse conjunto superava em população o Vale do Paraíba, embora a produção cafeeira (Central, Mogiana e Paulista) não passasse de 22,54% do total, prevalecendo Campinas (4º lugar entre os municípios) e, no Oeste Novo, Limeira (9º lugar). Cf. Odilon Nogueira de Matos, *op. cit.*, pp. 47, 49; e Wanda Moreira Magalhães, *op. cit.*, p. 43.
26. Em 1874, no conjunto dos municípios mais populosos (homens livres e escravos) da província situava-se Campinas em 10 lugar. Entre concentrações escravas destacavam-se Campinas (1º lugar, acima de Cunha, Bananal, Taubaté e Pindamonhangaba), Piracicaba (3º lugar), Moji-Mirim (4º lugar) e Rio Claro (7º lugar) e São Paulo (8º lugar). Em 1886, na relação dos municípios mais produtivos na agricultura estava Campinas, em 1º lugar. Entre os mais populosos: São Paulo (1º lugar) e Campinas (2º lugar). Em população escrava: Campinas (1º lugar), Amparo (3º lugar), Piracicaba (4º lugar). Cf. Wanda Moreira Magalhães, *op. cit.*, p. 53; *idem*, tabelas, pp. 49-50.
27. A Lei dos Círculos (1855), ou da reforma eleitoral, concedia um representante por região distrital; foi modificada em 1860, pela Lei de Alargamento dos Círculos, que aumentou para três o número dos deputados. A província foi redividida em 34 colégios eleitorais, englobados em três distritos, ou círculos, sediados em São Paulo (capital), em Taubaté e Moji-Mirim, tradicionais redutos conservadores. As duas principais configurações geopolíticas da província, o Vale do Paraíba e o Oeste, permaneciam atreladas à capital, como garantia contra os manobrismos regionais da oposição. Cabia à Assembléia Geral fixar o número de eleitores de cada região. Cf. João C. O. Torres, *A Democracia Coroada*, pp. 262-267.
28. A tabela elaborada sobre a população eleitoral da província estabelece a divisão por áreas: Vale (476 eleitores: 40% do total), Oeste (254 eleitores: 21% do total), "outras" (331 eleitores: 26% do total), capital (83 eleitores: 7% do total), Portos (63 eleitores: 6% do total). Cf. Wanda Moreira Magalhães, *op. cit.*, p. 60.
29. Observa-se que a constrição do eleitorado do Oeste paulista em relação ao seu adensamento demográfico pressionou os liberais radicais da província a se organizar, em 1868, nos seus clubes políticos, freqüentados por maçons, por bacharéis representantes da Intelectualidade paulista e por agrossenhores, muitos deles incluídos entre os mais prósperos cafezistas do Oeste. O ano de 1869 foi crítico, conservadores vitoriosos, na nova Câmara, e liberais, na oposição.
30. Em nível de estratégia política nacional, a organização dos radicais em partido vinha encurralar os conservadores nas limitações da Carta de 1824, tornava-os eqüidistantes dos novos liberais. Nas retaguardas atuava a maçonaria, em fase de transformação desde 1863, pela cisão de Saldanha Marinho, da qual resultou a incorporação do Novo Grande Oriente do Vale dos Beneditinos, que viria a exercer a máxima influência sobre as lojas maçônicas paulistas. À cisão maçônica sucedeu o rompimento definitivo de Saldanha Marinho com os conservadores (1869), fato que o teria demovido para o republicanismo. Multiplicaram-se as lojas na província de São Paulo, sob a Obediência comandada pelo último, que passou a denominar-se Grande Oriente Unido. Na capital, a Loja América, fundada em 1868, contava com a participação de Américo Brasiliense, Américo de Campos, Francisco Rangel Pestana; ainda, a Loja Sete de Setembro, da qual teria sido fundador, em 1869, Manuel de Campos Sales. Cf. José Castellani, *História do Grande Oriente de São Paulo*, pp. 60 e seguintes.
31. O Programa Radical guardava pontos comuns com os dos outros partidos, principalmente o do Novo Partido Liberal, como senado eletivo e temporário, *ensino livre* e descentralização, entendida no sentido mais amplo de abertura administrativa e fiscal, seguida de alterações na esfera do Moderador, possibilitando a Federação. Cf. Célio Debes, *O Partido Republicano na Propaganda (1872-1889),* p. 3, nota.
32. "[...] foi lido entre nós o manifesto republicano que vem no 1º número da República – edição de 03.12.1870 – podendo ficar certo o clube do Rio de Janeiro que o de São Paulo, sem a mínima reserva, subscreve-o e protesta-lhe a mais completa adesão", escrevia o jornalista Américo de Campos, oficializando, em 20.12.1870, a entrada dos paulistas no movimento (*idem*, p. 8).
33. Cf. *Exposição de Motivos*, primeiro subtítulo do *Manifesto*,

e "Processo Histórico", segundo subtítulo, em Reynaldo Carneiro Pessoa, *A Idéia Republicana no Brasil, através dos Documentos*, pp. 40 e seguintes.

34. Mais do que uma proposta relativa a um sistema organizacional de governo republicano representativo e federalista, dentro da concepção teórica individualista de pacto social, o Manifesto Republicano de 1870 constituía-se na avaliação crítica da Monarquia, com o propósito de gerar opinião pública e de doutrinar as próprias elites. É o que se constata, passo a passo, na arquitetura do texto apresentado na estrutura seqüencial dos subtítulos ao que vem em epígrafe, "Manifesto Republicano".
35. A Lei dos Nascituros (1871) sofreu oposição tenaz na Câmara por parte dos deputados da cafeicultura, do Vale do Paraíba e do Oeste paulista (entre eles, o Conselheiro Antônio Prado): "[...] Dos 45 votos contrários, 30 procediam do Centro-Sul". (Jacob Gorender, *op. cit.,* p. 151).
36. Por convidados, o abolicionista Luiz da Gama, Bernardino de Campos, de Amparo, Manoel Ferraz de Campos Sales, de Campinas e José Vasconcelos de Almeida Prado, de Itu. Uma comissão devia aglutinar os republicanos no futuro partido, dentro do espírito federativo sobre os demais núcleos, guardando-se a autonomia dos republicanos paulistas perante o Rio de Janeiro. Cf. Célio Debes, *op. cit.*, pp. 8-9.
37. Cf. Jonas Soares de Souza, *Convenção de Itu e o Partido Republicano Paulista*, p. 6.
38. Os republicanos mostraram a que se propunham: " [...] *Um dia o povo é rei*" – foi a frase proferida por Cândido Barata na Estação; "[...] não mais precisar o povo da tutela do governo" – foi a declaração de Martim Francisco Filho no brinde à República Federativa, durante a recepção na *gare.* Cf. citações de Cesário Motta Jr. em suas "Recordações Históricas", transcritas por Jonas Soares de Souza*, op. cit.,* p. 8.
39. Dos dezoito municípios representados, apenas os dois últimos da relação não se envolveram diretamente no movimento chimango paulista de 1842. Itu, Jundiaí, Campinas, São Paulo, Amparo, Bragança, Moii-Mirim, Constituição (Piracicaba), Botucatu, Tietê, Porto Feliz, Capivari, Sorocaba, Indaiatuba, Itatiba, Montemor, Jaú e Rio de Janeiro. Cf. *1ª Ata da Convenção de Itu*, Museu Republicano Convenção de Itu. Descendentes dos chimangos de 1842: os Aguiar e Castro, os Paes de Barros, os Paula Souza (pai médico e filho engenheiro), os Motta (pai médico e filho estudante de medicina). Dos moços, Paula Souza e Cesário Motta se distinguiriam na Primeira República; o primeiro como diretor da Escola Politécnica e o segundo nas áreas da administração, da educação e da cultura. Outras futuras notabilidades: Manuel de Moraes Barros (Constituição, depois Piracicaba), Bernardino de Campos (Amparo), Francisco Glicério (Campinas).
40. Por comissários, os próceres de expressão local e regional no Centro-Oeste, bacharéis, jornalistas, letrados, agricultores: Américo Brasiliense (bacharel e lente da Academia de Direito, São Paulo), Américo de Campos (bacharel e jornalista, São Paulo), João Tobias de Aguiar e Castro (bacharel e agricultor, Itu), Martinho Prado Jr. (bacharel e agricultor, Araras), Antônio Augusto da Fonseca (bacharel e agricultor, Jundiaí), Manoel Ferraz de Campos Sales (bacharel e agricultor, Campinas), João Tibiriçá Piratininga (agricultor de cana e café, letrado, Itu). Cf. Célio Debes, *op. cit.*, pp. 16-18.
41. Cf. Reynaldo Carneiro Pessoa*, Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1873*, pp. 63-66. Os abolicionistas radicais do partido teriam ficado sob o controle das lideranças mais fortes, dos cafeicultores escravistas. Cf. Jacob Gorender*, op. cit.,* p.167. Para outros, os radicais abolicionistas logo se decepcionaram, retraindo-se. Cf. José Maria dos Santos, *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*, p.153.
42. Procurava-se justificar o regime proposto com base nos princípios liberais: a representatividade obtida mediante eleições diretas e assembléias bicamerais, a federação lastreada nos três poderes e na autonomia provincial, a *liberdade de ensino em todos os graus*, a liberdade de religião, a abolição de todos os privilégios e as garantias individuais Cf. Célio Debes, *op. cit*., pp. 20-25.
43. Lojas maçônicas foram inauguradas entre 1873 e 1879: Moji-Mirim, Campinas, Amparo, Bragança Paulista, Itatiba, Jundiaí, Indaiatuba, Montemor, Tietê, Botucatu, Itu, Porto Feliz, Capivari, Piracicaba, Sorocaba, Itapetininga, Pirassununga, São Carlos do Pinhal, Descalvado, Tatuí, Brotas, Santa Bárbara D'Oeste, Ribeirão Preto, Lençóis, São Carlos, capital, Guaratinguetá, Santos e Itaporanga.Cf. José Castellani, *op. cit*., pp. 65 e seguintes.
44. Nota-se que, na primeira metade do século XIX, havia dois níveis de apreensão da lógica liberal, aquele atribuído pelas elites às frações menos significativas da sociedade e aquele que atribuíam a si mesmas. Essa atitude mental predominava ainda na segunda metade do século XIX, transparecendo na Lei Saraiva de 1881, destinada a manter o "cativeiro político das massas", a negar-lhes cidadania.
45. Em 1879, esse sofisma reaparecia na defesa que o deputado pelo Maranhão, Moreira de Barros, fazia do projeto eleitoral: "[...] o governo: não quer atuar sobre as massas inconscientes" (Sérgio Buarque de Holanda (org.), *O Brasil Monárquico, do Império à República*, p. 89). O endosso da exclusão suscitou o protesto de José Bonifácio, o Moço, em defesa das massas: "[...] Se para votar [...] não basta querer e discernir, se é preciso condição especial de capacidade, então a lógica exige tenazmente alguma coisa mais". *Idem, ibidem*, p. 216.
46. Beneficiar as elites em detrimento dos excluídos significava sujeitá-los ao "cativeiro político". O projeto foi aprovado por ⅘ dos parlamentares, converteu-se em lei, contra as defesas de José Bonifácio, o Moço, e Joaquim Nabuco:."[...] Câmara dos servis", protestou o deputado Silveira Martins. (Sérgio Buarque de Holanda (org.), *op. cit.*, II(5):217. Pela

Lei Saraiva, as eleições passavam a ser diretas; acatólicos e naturalizados podiam votar, permanecendo o critério censitário, agravado por duas exigências, a alfabetização e a "papelada" comprovadora da renda – esta, o funil nos pleitos da década de 1880. O sistema eleitoral vinha a barrar os libertos provenientes da lei de 1871 (Nascituros). Cf. Wanda Moreira Magalhães, *op. cit.*, p. 106.

47. O Programa apresentava-se dividido em doze capítulos, era assinado pelos candidatos às eleições gerais e provinciais de 1881, as primeiras sob a Lei Saraiva. Abordava os interesses da província quanto aos rendimentos públicos, aos orçamentos provinciais e às taxações fiscais (cap. II), à economia em geral, bancos emissores e de crédito (cap. VII), locação de trabalho (cap. V), livre jogo no mercado (cap. X), à política externa, às relações amistosas com a Europa e os EUA (cap. XI), à liberdade de consciência (cap. III) e de culto (cap. IV), aos direitos civis (cap. VIII). Cf. Célio Debes, *op. cit.*, pp. 42-48.
48. Campos Sales o apoiava com vistas "a fundar a riqueza nacional sobre as bases largas e fecundas do trabalho livre". Carta ao Major Gonçalves, em 19.II.1884, em Célio Debes, *op. cit.*, p. 109.
49. A Lei Saraiva não moralizou as eleições e não eliminou o fenômeno do enfraquecimento da linha doutrinária divisória entre os partidos, prevalecendo as divergências pessoais e os pontos de vista. Cf. Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, II(5):245-247.
50. A "batalha" em torno do Projeto dos Sexagenários decorreu entre 1884 e 1886, exigiu três ministros, derrubou dois liberais (Dantas e Saraiva), reconduziu os conservadores ao poder (Cotegipe), provocando duas eleições gerais, em 1884 e 1886.
51. Cf. José Maria dos Santos, *op. cit.*, p. 223. Louis Couty, desde 1882, observava entusiasmado a experiência imigracional da província de São Paulo e fora categórico ao apontar na raiz dos males brasileiros a escravidão, na base das soluções, a reforma estrutural do trabalho, mediante a imigração. "[...] Se o Brasil quer continuar o velho Brasil, o Brasil colonial [...] é inútil falarmos de imigração..." (Louis Couty, *O Brasil em 1884. Esboços Sociológicos*, p. 210).

2 | O Grande Oeste da Escravidão

Tendências Republicanas

O "abalo" de 1842 e a prosperidade material dos meados do século XIX apontavam no sentido do amadurecer do projeto liberal, por trabalharem a mentalidade do agrossenhor, definindo posições dos seus representantes na Intelectualidade provincial e na prática política dos seus principais agentes. A repercussão das questões nacionais internas e externas, na crítica republicana e na propaganda, somadas ao comportamento da cafeicultura, em termos de mercado, a atividade dos publicistas, numa imprensa que começava a chegar ao Interior, a multiplicação das lojas maçônicas e dos clubes republicanos, numa sociedade que se urbanizava cada vez mais – tais eram os elementos novos na dinâmica sociopolítica do país[1].

O Partido Republicano, organizado para disputar eleições e doutrinar a opinião pública, explorou as tensões políticas das duas últimas décadas da Monarquia, colhendo dividendos em favor do seu projeto doutrinário. Em São Paulo, as Comissões Permanentes do Partido manifestavam-se, em cada convenção, produzindo manifestos que reforçavam a postura inicial, conquanto abordassem as teses do momento: liberdade de consciência, quando da Questão Religiosa (1871-1873/1875), abolicionismo (tema constante na década de 1880), imigração e naturalização dos estrangeiros (1882 em diante), federalismo e Terceiro Reinado (1887 em diante) e exército (1888)[2].

Em São Paulo, o crescimento do eleitorado republicano foi lento e qualitativo, a partir de 1876. Nas eleições provinciais do ano seguinte, três candidatos republicanos se elegeram nos 9º, 7º e 8º Distritos: Martinho Prado Jr., Campos Sales e Prudente de Moraes. A partir desse momento, o grupo da *Gazeta de Campinas* e os Moraes Barros de Piracicaba desenvolveram força eleitoral frente aos monarquistas, seja por cooptação de seus eleitores como ligueiros, seja por efeito do crescimento do seu próprio grupo. Campos Sales e Prudente converteram-se em nomes aglutinadores de votos nos dois principais redutos do eleitorado republicano da província.

Outros distritos eleitorais, o 1º, o 4º e o 5º, eram mais fracos. O litoral (6º Distrito) e o Vale do Paraíba (2º e 3º Distritos) pertenciam aos monarquistas. Observa-se que, à prosperidade material da província, correspondiam os avanços da oposição republicana e a resistência imposta pelo regime monárquico por meio de suas reformas paliativas[3]. Ao fazê-lo, acentuava as próprias contradições, impedia as reformas profundas de que o País necessitava, como denunciara Zacarias de Goes e Vasconcellos em 1871. Em 1886, os sinais da crise decisiva eram bastante evidentes.

A polarização das tendências liberais

Piracicaba, no efervescer da campanha abolicionista na província de São Paulo, era uma pequena comunidade começando a experimentar as transformações modernizantes que atingiam o Grande Oeste Paulista. Todavia, a força de trabalho que alimentava o sistema escravista de produção e a resistência dos agrossenhores asseguravam-lhe perfilar-se entre os centros de maior população escrava da província, mancha que os abolicionistas radicais apontavam como a negação do progresso pretendido e principal obstáculo ao afluxo imigracional.

Durante a década de 1870, a cidade ampliou os seus espaços socioculturais, adequando-se aos tempos e ao adensamento demográfico. A produção lastreava-se no café e na cana, alimentadora dos engenhos de açúcar e dos alambiques de aguardente, nos gêneros alimentares e na pecuária. As ruas da Praia (ou do Porto) e do Sabão (cap. Antônio Corrêa Barbosa) permaneciam ligadas às atividades do rio e do sertão, dotadas de rica comunidade folclórica. O progresso se materializava na tecelagem Santa Francisca de Luiz Vicente de Souza Queiroz (1874), no Gabinete de Leitura (1876), na ferrovia Ituana (1877), no Colégio Piracicabano (1881), na *Gazeta de Piracicaba* (1882), no Serviço D'Água (1887), na Praça do Mercado (1888), conquanto rondassem sinistros temores do passado, as sezões malignas, as bexigas e a lepra[4].

Nas duas últimas décadas da Monarquia, Piracicaba convertera-se num espaço mais interativo entre o rural e o urbano, conquanto agitado pela competição das elites, monarquistas e republicanos – estes construindo um novo poder no Oeste. A tensão gerada em torno da organização do mercado livre de trabalho estava no cerne das motivações dos agentes socioculturais, na Igreja, na imprensa, nos partidos; também se decodificava na desestabilização das antigas facções, nas divisões internas da política, no acirramento da campanha abolicionista e na reação escravista.

Nos 7º e 8º Distritos eleitorais, áreas de Campinas e Piracicaba, as elites republicanas vinham disputando espaço aos monarquistas com certo êxito, principalmente onde havia partidos divididos internamente, conquanto buscassem o apoio dos segmentos sociais emergentes da diversificação econômica. Nesse contexto, os Conceição (Partido Conservador) e os Arruda Botelho (Partido Liberal) experimentavam o confronto dos irmãos Moraes Barros, liberais arrivistas ituanos que representavam o republicanismo agrário-escravista (Manuel) e o emancipacionismo (Prudente), enquanto o empresário Luiz Vicente de Souza Queiroz encarnava o abolicionismo radical e o republicanismo[5].

Ora aproximadas, ora antagônicas, as duas principais vertentes republicanas de Piracicaba acentuavam a sua pragmática

pela defesa da federação e da modernização do País (trabalho livre, indústria, educação, imigração), singularizando-se os irmãos Moraes Barros pelo discurso opositor aos fazendeiros que integravam as elites monárquicas, os Conceição, os Rezende, os Ferraz de Arruda, os Arruda Botelho, os Barros Ferraz. Na defesa de um novo pacto social com mudança do regime, proferia o dr. Manuel de Moraes Barros a sentença (maçônica) contra o poder monárquico: "[...] que nos entregue a nós mesmos, que se tire de nosso sol"[6].

Causou constrangimento, em meio ao grupo republicano, a convocação pela imprensa, por parte de Luiz Vicente de Souza Queiroz, presidente da Comissão Abolicionista de Piracicaba, para uma reunião no Hotel d'Europa, dos Irmãos Schalch, marcada para o dia 16 de novembro de 1887. Outros nomes locais de intransigentes abolicionistas republicanos endossavam a iniciativa[7]. Escusado é dizer-se da repercussão na cidade e na capital, uma vez que não se fazia segredo da intenção de se proceder à interpelação formal dos três candidatos republicanos do 8º Distrito a respeito das suas autênticas convicções abolicionistas[8].

Prudente de Moraes, vereador da Câmara Municipal de Piracicaba, desde 1865, e chefe republicano do 8º Distrito, apresentava-se candidato à Assembléia Provincial de São Paulo em momento carregado de incertezas. O desastre eleitoral de 1886 alijara do Parlamento os campeões de votos do Oeste, Prudente e Campos Sales. A campanha abolicionista despertara forte reação escravista e o PRP, enfraquecido pelas divisões internas, via-se na contingência de questionar a estratégia relativa à "questão social", adotada na década de setenta. Prudente de Moraes tinha por agravante uma demanda judicial com o coronel Carlos de Arruda Botelho, chefe político liberal na cidade e irmão do conde do Pinhal, que o derrotara no pleito de 1886 e concorria, em 1887, à Assembléia Provincial. Com as eleições marcadas para o mês de dezembro, falas mal-interpretadas poderiam reverter em benefício a ser compartilhado por monarquistas conservadores e liberais do 8º Distrito.

A *Gazeta de Piracicaba*, criada para promover e homogeneizar a opinião republicana no 8º Distrito, às vezes caía na armadilha das contradições do partido. As duas principais lideranças republicanas de Piracicaba divergiam quanto aos rumos da interpretação atribuída à "questão social"; Luiz Vicente de Souza Queiroz, inflexível em seu abolicionismo radical, Prudente de Moraes, tolerante com a situação da lavoura, por ser emancipacionista. Da parte do primeiro, era manifesta a intenção de levantar o véu das dissimulações do republicanismo agrário-escravista; desse, a reação provinha indireta, tentando, de saída, esvaziar a reunião do Hotel d'Europa para colocar a salvo de qualquer interpelação os candidatos do 8º Distrito, um deles em particular, Prudente de Moraes[9].

O grupo radical de Piracicaba preparou uma interpelação formal dirigida a cada um dos candidatos nos seguintes termos:

> [...] os 15 eleitores do 8º Distrito, francamente convencidos de que a importância do sistema representativo está em plena solidariedade de princípios entre os eleitores e seus representantes, entendem não exagerar das suas atribuições pedindo a V.Exa. se digne declarar-lhes se, como eles, também é V.Exa. francamente abolicionista[10].

Nada escapando à observação das facções políticas locais, a Gazeta de Piracicaba caiu

em armadilha ao identificar o elemento pivô da interpelação, Victaliano Ferraz do Amaral, proprietário e republicano, denunciado por sevícias praticadas em escravos. Prudente de Moraes interviera no jornal em seu favor para impedir que o assunto fosse dado a público. Victaliano Ferraz do Amaral não tinha como negar que estivera com o chefe político, em seu escritório de advocacia, justificando tratar-se de interesses particulares, oferecendo como prova da sua inocência uma carta daquele, confirmando as suas palavras[11].

Hábeis intervenções esfriaram o confronto entre as duas facções republicanas separadas pela questão do escravismo, mas o episódio revelava a inegável força das correntes abolicionistas radicais no Oeste e da Comissão Abolicionista de Piracicaba, presidida por Luiz Vicente de Souza Queiroz.

Enquanto crescia a campanha deflagrada por Antônio Bento e seus caifazes, ameaçando desorganizar a lavoura, as grandes lideranças conservadoras da província, conselheiro Antônio Prado e Antônio de Queiroz Telles, visconde de Parnaíba, tomavam iniciativas práticas em favor da imigração, atraindo o apoio dos cafeicultores, superando as divisões entre monarquistas e republicanos[12]. Constituída na província de São Paulo uma legislação de apoio (subsídios das despesas de viagem e introdução no país, por cada cabeça de imigrante), fundara-se a Sociedade Promotora da Imigração, em 1886. Esta recebera autorização do governo italiano para a colocação imediata dos imigrantes no trabalho das fazendas de café, passando a contar com a Hospedaria dos Imigrantes, no Brás[13]. O movimento libertador dos negros associou-se à prática efetiva de substituição da mão-de-obra escrava pelo imigrante, englobando-se as tendências. A imigração converteu-se em novo divisor político na província de São Paulo, as novas relações de trabalho na lavoura afetando a mentalidade dos agrossenhores.

A Comissão Permanente do Partido Republicano Paulista (PRP) via-se entre fogos cruzados, perdendo expressão frente aos realinhamentos. O mês de novembro de 1887 fora crítico, os seus campeões de voto no Oeste pareciam inseguros frente aos abolicionistas radicais, impotentes para vencer as resistências escravistas e infundir liderança ao movimento. Desalojados do Parlamento do Império e sem o poder de influenciar-lhe as decisões, distanciavam-se das possibilidades, já remotas, de rescisão do velho pacto social, dentro da constitucionalidade da Carta de 1824.

Pareciam levados a um beco sem saída. Às portas do pleito de 10 de dezembro de 1887 para a Assembléia Provincial, a situação dos candidatos do PRP no 8º Distrito era incômoda, dados os parcos trinta eleitores cadastrados em Piracicaba. Sem a força coadjutora dos ligueiros, fossem liberais fossem conservadores, seria muito difícil a Prudente de Moraes vencer a eleição distrital. Naquele final de 1887, o que contava para a opinião dos eleitores situava-se acima das fidelidades partidárias, no posicionamento individual com relação à condição operante da força de trabalho, se livre ou escrava.

Luiz Vicente de Souza Queiroz fora inflexível em seu radicalismo abolicionista, fazendo soçobrar as alianças que poderiam sustentar as candidaturas de Rangel Pestana e Cesário Motta no 8º Distrito[14]. O episódio de Piracicaba foi sintomático: uma comissão abolicionista, cuja força não excedia a quinze eleitores, às portas do pleito, julgava-se suficientemente forte para atingir o

republicanismo agrário-escravista, expondo o seu representante máximo no 8º Distrito, Prudente de Moraes. A resposta pública deste ao desafio dos "francamente abolicionistas", encabeçada por Luiz Vicente de Souza Queiroz, foi dada seis dias após a reunião do Hotel d' Europa.

Reconhecendo ser direito legítimo dos eleitores a interpelação dos candidatos, Prudente expressava o seu pensamento sobre "a questão social do elemento servil", respaldando-se na sua atuação pública na Assembléia Nacional, na Câmara dos Deputados, em programas e conferências, e nos seus projetos discutidos em plenários:

> [...] Se ser abolicionista significa desejar e concorrer para a extinção da escravidão, por meios regulares e legítimos, no prazo mais curto possível, eu sou francamente abolicionista, desses que atualmente não recuam nem mesmo diante da idéia de abolição imediata[15].

Argumentos dissuasórios tiveram valor relativo. Reacenderam as quizílias dos Moraes Barros com os liberais – a facção dos Arruda Botelho – naquele mês pré-eleitoral [16]. Contribuíram para reforçar os efeitos da derrota da candidatura de Prudente José de Moraes Barros ao Parlamento, no ano anterior (1886), frente ao conde do Pinhal, Antônio Carlos de Arruda Botelho.

Tais ressentimentos e contrariedades parece que jamais foram esquecidos entre os "históricos" republicanos do Oeste. Durante o mês de novembro, as dificuldades políticas momentâneas foram removidas pelo PRP, após reunião das suas principais lideranças na capital, resultando uma parcial reabilitação frente ao abolicionismo. No 7º Distrito, elegeram-se três candidatos, no 8º Distrito, apenas Prudente de Moraes. Na perspectiva do tempo, e da parte dos principais envolvidos, o incidente do Hotel d'Europa parecia superado em Piracicaba. Se deixou seqüelas, foi em nível subjetivo, no plano das relações interpessoais, o que não impediu que aflorassem na Assembléia Legislativa, no início da vida republicana, quando se discutiram as iniciativas de Luiz Vicente de Souza Queiroz relativas ao projeto da escola de agricultura.

A resistência do republicanismo agrário-escravista não era meramente episódica no Oeste. Diariamente, a *Gazeta de Piracicaba* informava sobre o movimento abolicionista local com base nas libertações precárias, ou cartas de concessão de liberdade com cláusula de prestação de trabalho por determinado prazo. Libertos sob condição! A experiência se reproduzia entre os fazendeiros. Havendo possibilidade de abastecimento de mão-de-obra imigrante, liberavam-se os escravos antes do prazo previsto. Raros agricultores o faziam incondicionalmente, conquanto buscassem mantê-los como livres e assalariados na lavoura[17]. Outros, mal disfarçavam as intenções, a exemplo do dr. Manuel de Moraes Barros, que, em dezembro daquele ano, declarava os seus cinqüenta escravos, livres sob cláusula até o dia de Natal de 1888[18].

As cartas de liberdade eram concedidas sob pressão política dos radicais, no calor do movimento abolicionista que se ampliava, ameaçando desorganizar a lavoura. A resistência dos proprietários escravistas era proporcional à avaliação das safras de cana e de café, consentânea ao afluxo dos trabalhadores imigrantes e à fixação dos libertos. Nos pródromos do trabalho livre, era de vital interesse o abastecimento das fazendas.

Agenciadores estabelecidos na cidade, mediante comissão, dispunham-se a contratar na Hospedaria dos Imigrantes os recém-chegados e encaminhá-los aos fazendeiros[19].

A imprensa republicana registrava as cenas de desembarque na estação da Ituana, referindo-se ao flagrante cansaço dos imigrantes provocado pelo transporte, em penosas condições, apinhados em vagões de carga, obrigados a viajar de pé, crianças sofrendo após seis horas de desconforto. No trecho entre Jundiaí e Piracicaba a situação se agravava, culpando-se a ferrovia pelos transtornos, enquanto pessoas bem-intencionadas reclamavam melhor tratamento para o "gado" humano em que se convertiam os imigrantes[20].

Nos últimos meses de 1887 e no primeiro trimestre de 1888, aumentara o fluxo imigracional, possibilitando-se novas libertações (além das fugas proporcionadas pelos caifazes), reduzindo as matrículas no "livro negro" da Coletoria de Piracicaba. Nesta, a baixa acusada era de 1.028 escravos, até o mês de março. Lograra grande repercussão o ato do dr. João Tobias de Aguiar e Castro, importante fazendeiro do município, o qual passara Cartas de Liberdade em número superior a 150 indivíduos e procedera às respectivas baixas de matrícula na Coletoria[21].

A chegada dos imigrantes era sempre iniciada como fato auspicioso[22]. Área de resistência do açúcar, Piracicaba tardava-se no processo reformador, ressentindo-se da ação dos caifazes. O republicanismo agrário-escravista protestava ante a ameaça de desorganizar-se a produção sem que houvesse suficiente fluxo imigratório:

> [...] Particularizando a cada município, vemos que Piracicaba é um dos que maior abalo sentem, em vista da sua grande produção agrícola e do considerável número de braços reclamados para mantê-la. [...] fizemos sentir aos senhores lavradores a urgência de se promover a imigração para o município aplicando todos os meios possíveis para facilitar a vinda dos imigrantes e estabelecer igualdades de garantias para eles e os lavradores[23].

Se a adesão integral ao abolicionismo, desde novembro de 1887, parecia salvar o PRP nas eleições provinciais, garantindo a presença na Assembléia Legislativa de quatro deputados do Oeste, havia que enfrentar a reação monárquica em níveis regionais e nacional. Em Piracicaba, no início de fevereiro de 1888, um acontecimento inesperado, o falecimento do chefe do Partido Liberal local e vereador, tenente-coronel Carlos de Arruda Botelho, trouxe a presença do irmão dele, o Conde do Pinhal, Antônio Carlos de Arruda Botelho.

Numa importante reunião partidária, realizada no mês de março de 1888, na residência do tenente-coronel Antônio de Barros Ferraz (futuro barão do Piracicamirim), decidiu-se a eleição do sucessor na Câmara, procedendo-se à escolha de um novo diretório do Partido Liberal local, perante uma assembléia de 54 eleitores. Operação de grande efeito político foi mandar publicar na imprensa, inclusive na *Gazeta* (matéria paga em primeira página), a declaração pública do conde do Pinhal em favor do abolicionismo, seguida da promessa de que apresentaria, nos primeiros dias de sessões do Parlamento, um projeto de sua autoria relativo à abolição imediata para todo o país[24].

Na terra do adversário, agia com coerência, apoiando-se num forte eleitorado. No mês de maio (1888), o Partido Liberal conseguiu fazer sucessor ao falecido, vindo a contar com

cinco edis na Câmara Municipal contra dois republicanos e dois conservadores[25].

A Mancha Indelével

A questão escravista ligava-se à sorte de qualquer político naqueles dias de definição pelo trabalho livre. O momento era delicado para o republicanismo agrário-escravista; desde abril buscava-se a união com os abolicionistas radicais por medida salvadora e de estratégia eleitoral imediata. Um editoral da *Gazeta de Piracicaba* trazia em epígrafe: "Ao Povo. Libertação do Município". Como chamada, oferecia uma lista de nomes respeitáveis, obtida entre republicanos e conservadores eméritos, que se manifestavam desejosos de promover uma reunião para a escolha de uma nova comissão abolicionista, voltada para pressionar os proprietários rurais que ainda não haviam dado baixa nos seus escravos na Coletoria de Piracicaba.

Grande peso da argumentação de convencimento recaía sobre o imposto cobrado por cabeça de escravo, um mil réis na zona rural e dezesseis mil réis na cidade. A baixa impunha-se, argumento definitivo da *Gazeta*, por questão de decoro:

> [...] uma vez que não havia mais, de fato, escravos no município de Piracicaba [*sic*]. [...] os que saem das fazendas ficam dentro do município e não serão seduzidos pelos especuladores a se retirarem, ganhando estes traficantes dez mil réis por cabeça para arredarem da lavoura[26].

O aconselhamento a dar baixa na Coletoria não visava apenas ao decoro ou à liberação do imposto por cabeça, guardava interesse específico: A preocupação em evitar as fugas subvencionadas, ou não, por especuladores que operavam ao lado de sinceros caifazes, associava-se ao interesse em manter o escravo no município e fixá-lo em outra propriedade, evitando-se a ameaça que pairava sobre a desorganização da produção.

"O Município de Piracicaba não é escravocrata". A retórica do editorialista perde credibilidade, pois Piracicaba, escravocrata no concerto dos municípios paulistas, era verdadeira "pedra de escândalo" na campanha abolicionista[27]. "Liberto sob promessa" era a fachada do decoro, sempre contraditada, conquanto fosse reconhecida a necessidade de se reformar o trabalho, como penhor do progresso do município[28].

Piracicaba destoava dos municípios vizinhos que se achavam livres da mancha, persistindo entre os proprietários o receio de que, ao dar baixa na Coletoria, a evasão dos negros pusesse a perder a safra. Às vezes, o perigo podia ser amenizado pelo costume dos ex-escravos de trocarem de patrão, passando de uma fazenda para outra. Naqueles dias, o problema mais sério estava na retenção e na fixação da força de trabalho liberta, enquanto não se operasse a substituição pelo imigrante.

O receio de prejuízo não era infundado, porque diante das fazendas pressionavam os agenciadores das fugas coletivas, estimulados pelo prêmio estabelecido de dez mil réis por cabeça extraída. A interferência ameaçadora sobre os capitais imobilizados na lavoura acentuava a reação escravocrata, fazendo predominar entre os proprietários a opinião de que os libertos deviam permanecer *ab conditio* enquanto matriculados na Coletoria, resguardados de cair nas presas dos especuladores[29].

O encontro dos abolicionistas de Piracicaba, realizado em 22 de abril de 1888,

objetivou assentar as bases da libertação total dos escravizados no município. Ao elevado número de fazendeiros somavam-se capitalistas, negociantes, bacharéis e representantes da imprensa. O clima de solidariedade e a aliança com os conservadores da linha pradista se confirmavam pela presença do vigário, padre Francisco Galvão Paes de Barros. Era eco tardio do movimento deflagrado no ano anterior, "a regeneração abolicionista do PRP", e da tomada de posição dos conservadores em favor da transformação do trabalho na província, a partir da reunião de 15 de dezembro no Teatro São José da Capital[30].

Luiz Vicente de Souza Queiroz deixou de comparecer, numa viva demonstração de que permanecia na ortodoxia liberal do republicanismo abolicionista, não comungava dos interesses em jogo, tampouco era proprietário escravista ou político profissional; fez-se representar pelo sogro, que se achava de visita a Piracicaba[31]. Foram aclamados para presidente o dr. João Tobias de Aguiar e Castro, para Secretário o vigário e para Solicitador o vereador liberal João Nepomuceno de Souza, visando-se a uma intencional conciliação das tendências políticas da terra.

As falas de incentivo à desmatrícula na Coletoria mal dissimulavam a intenção de salvar as aparências e limpar a fama de atraso adquirida pelo município, em virtude da sua perseverança no sistema escravista de produção. Os oradores, sem exceção, pediam a urgente baixa aos matriculados: "[...] Só assim, o município de Piracicaba ficaria isento da nódoa secular, havendo condição de alcançar grande futuro sem o trabalho escravo"[32].

Era o que afirmava, em defesa das relações capitalistas de produção, o dr.Rafael Tobias de Aguiar e Castro. O dr. Manuel de Moraes Barros foi mais explícito: "[...] Libertar o nosso município devia ser ponto de honra para os piracicabanos, porque já estamos atrasados; os nossos vizinhos já deram esse glorioso passo"[33].

No seu conceito, o escravismo atrasara o desenvolvimento de Piracicaba e a envergonhava no cotejo das demais cidades paulistas. Batia no peito *mea-culpa*, por haver possuído alguns daqueles infelizes no passado (*sic*). No presente, decidira-se a acompanhar o movimento emancipador e os declarava completamente livres. Mostrava aderir ao novo consenso da corrente do republicanismo agrário, interno ao PRP, sugerindo a baixa efetiva, imediata, das matrículas, único expediente que poderia permitir o encerramento do livro negro da Coletoria e fazer desaparecer a mancha da escravidão em Piracicaba. Por argumento derradeiro, oferecia as suas pérolas: *"[...] era imoral o domínio do homem pelo homem de forma a justificar aos escravizados o exigir a sua liberdade"*[34]. Uma comissão, nomeada pelo presidente, devia ser organizada para tratar com os proprietários de escravos e conseguir que o município pudesse ficar livre da mancha:

> [...] Os possuidores que ainda não a concederam têm a consciência de que já não possuem escravos, porque, na realidade, a escravidão não existe, sendo a baixa da matrícula um simples serviço de limpeza que deve ser feito [...] Precisamos mostrar que somos tão livres como os nossos vizinhos[35].

Prudente de Moraes veio em apoio à idéia, lembrando a importância e a urgência da medida de convencimento junto aos proprietários escravocratas do município:

> [...] tanto mais que a lavoura está se vendo cada vez mais perturbada pela debandada dos

trabalhadores [...] se não conseguir ficaremos na retaguarda e esperaremos que o golpe venha de cima, pela lei[36].

A missão de convencimento sobre os lavradores resistentes era tarefa a ser desempenhada pela comissão republicano-monarquista, em aliança frágil, a exemplo das eleições gerais para o Parlamento, em 1884. Na Câmara Municipal, as posições eram irredutíveis. Era com grande esforço que, somados na oposição, dois conservadores e dois republicanos faziam o contraponto aos cinco representantes do Partido Liberal, orientados pelo clã dos Arruda Botelho, presidido à distância pelo conde do Pinhal (chefe do 8º Distrito), notório adversário político dos Moraes Barros. Em Piracicaba, como no Oeste, permaneciam as antigas facções dos meados do século XIX, salvo quando "ligueiras".

Salvar as Aparências: Pragmática Perrepista

Havendo a comissão procedido ao exame do Livro de Matrícula de Escravos da Coletoria, constatou haver cerca de 1.557 indivíduos assentados, que remanesciam de um total de 3.416: "[...] Menos da metade, é muito pouco", congratulava-se a *Gazeta.* Uma semana depois, treze senhores de um grupo de 190 haviam procedido à baixa de 104 escravos, restando 1.453 em poder de 177 fazendeiros. A notícia, veiculada às portas da Abolição, não dissimulava ser expressiva a reação dos escravocratas, supondo-se, pelo nível de resistência oferecido, ser muito elevado o número de escravos libertos *ab conditio* e retidos por coação[37].

Na primeira quinzena de maio, o afluxo de imigrantes ao município revelava-se insuficiente para atender a demanda, os proprietários retinham os seus estoques de escravos, sob resistência à pressão emancipadora do PRP e da Comissão, à revelia dos argumentos humanitários e moralistas. Impedia-se que a cidade se libertasse da nódoa perante as suas vizinhanças no Oeste paulista. A pretendida festa com a qual se haveria de solenizar a libertação espontânea do município teve de esperar pela lei, vinda de cima, como temera Prudente de Moraes[38].

Em 13 de maio, foram expedidos a Piracicaba dois telegramas comunicando a Abolição, um para Luiz Vicente de Souza Queiroz, identificado por sua anterior liderança nesse movimento, outro para a nova Comissão, formada em abril pela coalizão republicano-monarquista[39]. Era reconhecer as duas facções abolicionistas, a radical e a emancipacionista, duas expressões ideológicas diferenciadas no contexto do movimento liberal, que se repeliam ou se aproximavam, em curtos momentos de conjugação de esforços ou de brilho comemorativo, como ocorria naquela noite fria e chuvosa[40].

Luiz Vicente de Souza Queiroz não compareceu às comemorações, enviando por delegados os mestres Augusto Castanho e Antônio Sardenberg, enquanto os comissários revelavam-se eufóricos, manifestando-se por meio de seus principais oradores, o dr. Manuel de Moraes Barros e Victaliano Ferraz do Amaral. A trégua no interior do liberalismo local foi saudada por músicas vibrantes bancadas pelo grande ausente.

Não tardaram a aparecer denúncias sobre o grande número de libertos, na região de Piracicaba e na província, que ignoravam completamente a sua nova condição ou eram

mantidos sob alheamento. Juízes entregavam a tutela dos ingênuos aos próprios ex-senhores, não se dava garantia de proteção aos ex-libertos e a polícia cometia desatinos. Reconhecia-se, tarde demais, que os proprietários não haviam sido preparados para o enfrentamento das novas condições do trabalho livre[41].

O reaproveitamento e a fixação dos ex-escravos nas fazendas afigurava-se da mais urgente necessidade entre os fazendeiros, a fim de não se desorganizar a lavoura. A *Gazeta* comentava: "Desaparecendo o escravo é necessário que se utilizem os trabalhadores". A euforia da liberdade fazia o êxodo das fazendas. Antes, sob o movimento dos caifazes, passado algum tempo, voltavam à antiga lavoura do ex-senhor ou dirigiam-se a outra. Agora, não. Para efeito de assegurar a mão-de-obra, chegou-se a pensar na criação de agências de trabalhadores em todas as cidades ou vilas[42].

Aos abusos cometidos contra a liberdade dos ex-escravos associavam-se os descontentamentos dos agrossenhores, não tardando os pronunciamentos públicos, em Piracicaba e no 8º Distrito, em favor da revisão do pacto de 1822 e da mudança do regime. O grupo dos Moraes Barros cresceu como veículo de pressão política, respaldando-se no Manifesto de 24 de maio de 1888, saído do Congresso do Partido Republicano Paulista, cuja tônica estava na repulsa ao 3º Reinado, mediatizada pela repercussão da Lei Áurea entre os fazendeiros escravocratas, e no apelo ao Exército, "órgão social de integração da Pátria". Não tardou a colher os frutos, recebendo contínuas adesões monarquistas[43].

As facções liberais permaneciam divididas. Luiz Vicente de Souza Queiroz mantinha guardas permanentes zelando pelo seu patrimônio, a fábrica de tecidos Santa Francisca e o palacete de residência da família; a pretexto de recreação, embarcou para uma temporada na Europa após o 13 de Maio. À repercussão de tantos episódios locais, respondia com silêncio reservado, num gesto muito seu[44].

Piracicaba após a Abolição: Trincheira do Liberalismo

O jornalista português Alfredo do Rego Soares, recém-chegado do Rio de Janeiro para trabalhar como redator-chefe da *Gazeta de Piracicaba*, fustigava em versos – "as pulhas" – sob o pseudônimo de Arsênio, o que havia de mais pitoresco nos espaços socioculturais da cidade[45]. Incomodavam-no o visual urbano naquele final da Monarquia, a crise social da abolição repercutindo sobre o comércio que se retraía, a lavoura ressentida, a violência generalizando-se no cotidiano pacato pelo afluxo dos libertos, caídos à margem da sociedade constituída no antigo burgo da escravidão[46].

A crise desmentia os que se referiam à transição por que passara a lavoura no Oeste como um episódio sem abalos. A violência urbana assustava, a jogatina desenfreada tinha a conivência das autoridades, sambas, fuzos, banzés e sarilhos eram comuns nas tavernas da rua Direita (Moraes Barros), pelos lados do Bairro Alto. Levantava-se a crítica contra a polícia estabelecida em seu temido "palácio amarelo", no Largo da Cadeia (atual praça Tibiriçá), a qual, se intervinha, era para perpetrar truculências contra gente pobre e inocente, como no episódio do pardo Romualdo, que repercutiu na Assembléia Provincial, levado por Prudente de Moraes para exemplo das arbitrariedades cometidas sob recrutamento. Este recaía sobre a população

pobre desde os tempos coloniais e, agora, preferentemente, sobre os libertos que afluíam às cidades e eram dados por desocupados, a vis pretextos.

Piracicaba aprendeu que a crise da lavoura por falta de braços tendia a abrandar-se, proporcionalmente ao afluxo dos imigrantes e à fixação do trabalhador. Por sua vez, o movimento imigratório gerava conseqüências de adaptação ao meio, atritos entre os habitantes da terra e os arrivistas, e sobravam conflitos provocados pela mentalidade escravista dos patrões, brigas e desacatos nas vendas entre os representantes das duas categorias de novos trabalhadores, os libertos e os imigrantes.

Contudo, a cidade ampliava a sua população, emergiam segmentos novos na sociedade urbana, insinuando-se a futura classe média. Aos portugueses, tradicionais no comércio, juntavam-se os italianos, bem-sucedidos na atividade econômica ou profissional, buscando aproximar-se dos liberais monarquistas a pretexto dos interesses da sua colônia: o médico Mancini, o engenheiro Ragghinatti, o construtor Zanotta, o comerciante e banqueiro Galezzi.

Sem desacreditar o cronista, o ar soturno de Piracicaba não corria somente por conta da crise, mas pela política das facções, que fora o seu flagelo desde as origens da Vila. A primeira sessão de vereadores, realizada no Paço da Câmara Municipal, denunciava as divisões internas, agravadas pela crise da abolição e pelo afastamento do ten.-cel. José Carlos de Arruda Botelho, representante da família poderosa desde os tempos coloniais. Era uma câmara de maioria monarquista, incorporada por vereadores extraídos de uma sólida comunidade agrícola, onde as antigas facções de chimangos e cascudos dos meados do século haviam perdido força em proveito de uma coexistência que, respeitando as diferenças semânticas e partidárias, abandonara os enfrentamentos marciais.

Modificadas parcialmente as condições econômicas locais pelo café, os liberais, mais do que os conservadores, tiveram por adversários, a partir de 1870, os arrivistas de barrete frígio, crescidos eleitoralmente na década de 1880 e dispostos, após a Abolição, a recuperar o terreno perdido no Parlamento desde 1886.

Causou espécie entre os próprios liberais, que começavam a dividir-se, a eleição para a Presidência da Câmara, durante o exercício de 1889, do fazendeiro João Nepomuceno de Souza, em detrimento do coletor José Carlos de Arruda Pinto, figura dos Arruda. Assumindo o cargo, o mesmo declarava que se manteria inabalável na posição liberal, sem se dispor a qualquer acordo com os adversários deste ou daquele partido; que se propunha a "ler pela cartilha" do Conde do Pinhal[47].

O Partido Conservador era tradicionalmente coeso e liderado por agrossenhores de prestígio junto à Monarquia: Francisco Manuel da Conceição, barão de Serra Negra e seu genro, o dr. Estevão de Souza Ribeiro Rezende, barão de Rezende, também pertencente à família dos Souza Queiroz, ligado à vida parlamentar do Império e à Câmara Municipal de Piracicaba. Os Conceição e os Rezende não se compunham com os liberais Ferraz e Arruda Botelho ou com os republicanos Moraes Barros[48].

A última Câmara Municipal de Piracicaba, no Império, ficou constituída por cinco vereadores liberais, dois conservadores e dois republicanos. Os conflitos ideológicos foram raros, predominando a morna política monarquista em torno dos interesses locais,

salvo, como veremos, em dois momentos: em março de 1889, contra os irmãos Moraes Barros, e em agosto-outubro do mesmo ano no pleito distrital pela renovação da Assembléia Geral Brasileira, em que concorreram o conde do Pinhal pelo Partido Liberal, o Visconde da Cunha Bueno pela União Conservadora, e Prudente de Moraes, pelo PRP.

O Partido Republicano em Piracicaba se achava organizado, desde os primeiros momentos, sob a liderança dos Moraes Barros. O dr. Manuel de Moraes Barros fora um dos históricos da Convenção de Itu e da fundação do PRP, em 1873. Apesar das raízes tradicionais da família no Oeste paulista, Prudente apoiava-se nos segmentos mais jovens da sociedade piracicabana (Borges, Hüffenbacker, Almeida) e no eleitorado urbano; o irmão trazia os votos dos fazendeiros. Essas condições asseguravam-lhe tornar-se um dos campeões do voto republicano no 8º Distrito, detentor de uma cadeira quase permanente na Câmara Municipal de Piracicaba e na Assembléia Legislativa Provincial.

A força eleitoral de Piracicaba e Campinas (8º e 7º Distritos) não significava a consagração do PRP na província de São Paulo. Apesar da campanha que se revelava eficaz e das suas notáveis lideranças, o Partido era incapaz de enfrentar sozinho os grupos monarquistas quando se faziam de "ligueiros", inclusive com os próprios republicanos, haja vista a fragorosa derrota ao Parlamento em 1886.

Durante a fase pré-eleitoral de 1888, Prudente de Moraes levantara o 8º Distrito com as suas conferências políticas e passeatas, associando a crítica da Monarquia à divulgação do regime pretendido. Ao lhe cobrarem postulações ideológicas ou fidelidade político-partidária ouvia-se-lhe dizer: "[...] O meu programa é o programa do meu Partido", optando fielmente pelo *Programa dos Candidatos de 1881* ao *Catecismo Republicano* (1885) de João Alberto Sales. Era um autêntico liberal-republicano acadêmico, reconhecido por chefe do PRP no 8º Distrito eleitoral, dotado de grande prestígio pela expressão do seu eleitorado e pela palavra de tribuno, respeitada nos meios monarquistas.

Em início de janeiro de 1889, Prudente conduziu o seu discurso ao âmago do conservadorismo monárquico e às trincheiras do 8º Distrito, Araraquara, São Carlos, Limeira, Rio Claro. Em 07 de janeiro, assistiu à sessão inaugural da Câmara Municipal de Piracicaba, em 10 de janeiro partiu para São Paulo, a fim de participar da eleição da mesa diretora da Assembléia Provincial, onde tinha cadeira de deputado, compartilhando espaço com Campos Sales, Martinho Prado e Bernardino de Campos, este escolhido para líder da representação republicana.

Em janeiro de 1889, as oposições começaram a se radicalizar, enquanto o Oeste submergia em onda de calor, chuva, epidemias de maleita, tifo, varíola, seguidas da febre amarela, que vitimou as mais importantes cidades da província, imobilizou a campanha republicana e só veio a arrefecer em agosto-setembro, após o forte inverno.

"Um Dia... a República há de Fazer-se"

Prudente de Moraes

Em 18 de fevereiro, Prudente de Moraes apresentou na Assembléia Legislativa de São Paulo o discurso que redigira em Piracicaba, no qual efetuava graves denúncias contra o governo: "[...] no momento em que se discutia o orçamento da Agricultura, ensaiava-

se nova ação entre amigos, mediante novo programa, o de grandes melhoramentos materiais no país"[49].

Afirmava jogar-se o destino do país no orçamento da agricultura, área do ministro paulista Rodrigo Silva (homem da confiança de Antônio Prado), havendo os pretendidos melhoramentos de recair em ônus daquele. Ao desmascarar os programas reformistas de João Alfredo, reforçava a crítica aos conservadores, por associá-los à corrupção do regime, atingindo ambos os ministros paulistas[50].

A libertação dos negros contrastava com a violência que incidia sobre eles em todo o país, com o recrutamento forçado e arbitrário, a pretexto de reforçar os coeficientes militares. Consentâneo era o propósito de remover os novos efetivos para as fronteiras do Paraguai e Bolívia – parte dessa estratégia fora a transferência do Marechal Deodoro para Mato Grosso, com a intenção de afastá-lo do Clube Militar, onde exercia prestigiosa influência sobre a corporação. Prudente questionava as verdadeiras intenções do governo, pois o afastamento do negro liberto das cidades para fins de recrutamento e o de Deodoro do Rio de Janeiro só poderiam reverter em benefícios escusos, manobras para a facilitação do 3º Reinado e a procrastinação da República[51].

Na sua concepção, o advento da República parecia-lhe inevitável, não havendo como impedi-la, embora reconhecesse que os partidos monárquicos tudo fariam para procrastinar a mudança do regime, desenvolvendo as mais variadas estratégias, desde a defesa promocional à tese do federalismo, até as violências cometidas contra os propagandistas da República e ao "já antipático 3º Reinado", objeto do Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista, em maio de 1888.

Afigurava-se estranha e perigosa a posição preconizada por liberais e conservadores em favor da tese da federação, que sempre combateram. A tese que fora, desde 1870, uma bandeira paulista era o principal suporte do Partido Republicano.

A federação que os republicanos pleiteavam só poderia advir da reforma do sistema de poder com base no direito que o povo possuía de rescindir o contrato social, direito que era reconhecido na Carta Outorgada de 1824: "[...] A nação que aceitou aquele presente tem o direito do povo de recusá-lo quando entender conveniente"[52].

O alvo do discurso era o líder do Partido Conservador, Antônio Prado, que lhe parecia assumir veleidades federalistas, a pretexto demagógico. Prudente cuidava de salvar a plataforma federalista republicana, antes das eleições que a mecânica parlamentar viesse a provocar, primeiro em favor do Partido Liberal, depois em favor do Partido Conservador. O PRP se reaprumava contra os ponteiros do relógio político da Monarquia e Prudente parecia ter a consciência de que algo estava prestes a definir-se.

O discurso repercutiu na Assembléia Provincial, despertando a reação do conselheiro Antônio Prado. O agente da represália no 8º Distrito foi o dr. Rufiro Tavares de Almeida, Juiz de direito da comarca de Piracicaba, o qual, numa sexta-feira, 08 de março de 1889, expediu mandado de prisão contra o dr. Manuel de Moraes Barros por questões de jurisprudência interna do fórum de Piracicaba. Para escândalo dos republicanos, uma escolta policial de dez praças, seguida de oficial da justiça, bateu à porta do indigitado, na rua do Comércio, enquanto ele se evadia para a capital, onde

lhe foi requerido *"habeas-corpus"*, dando-se andamento ao processo[53].

Aproveitando-se da oportunidade, os conservadores pretenderam montar em Piracicaba uma seção da Guarda Negra, porém, os homens de cor não compareceram à reunião marcada. Naqueles dias, a campanha republicana sofria forte reação conservadora no Rio de Janeiro e em São Paulo, não rareando os entreveros com a força policial, a cavalaria e a Guarda Negra[54].

O jornalista da *Gazeta*, Alfredo Soares (Arsênio), presente ao banquete oferecido a Antônio Prado pelos correligionários e admiradores, percebera na fala do chefe conservador dissidente "insinuações do barrete frígio", embora a grande maioria constatasse "uns visos de Jano"[55]. A informação não era de todo infundada, devido às aproximações ligueiras, na capital e em Campinas, entre conservadores e republicanos, exceto em Piracicaba, sede do antipradismo, onde a situação se radicalizava.

No início do mês de maio, Antônio Prado estivera à cidade com destino a sua fazenda no Corumbataí, recebendo manifestações de apreço dos conservadores locais. No retorno, visitou o dr. Rufiro Tavares de Almeida, em ato de reparação ao magistrado pela humilhante decisão no fórum da Capital. Um documento publicado em primeira página do *Diário Mercantil de S. Paulo*, firmado por 136 cidadãos (conservadores e liberais) de Piracicaba, tributava público testemunho de respeito e admiração ao "integérrimo Juiz de Direito da Comarca, dr. Rufiro Tavares de Almeida". Os nominados simplesmente eleitores e fazendeiros constituíam cerca de 50% dos assinantes. Dos 31 comerciantes, vinte eram estrangeiros, sendo dezoito italianos, inclusive Ângelo Tolaine, proprietário de uma hospedaria para imigrantes na cidade. Parecia significativa a adesão dos estrangeiros em torno da reparação monarquista, denotando-se a fragilidade das bases republicanas em Piracicaba, apesar do prestígio dos Mores Barros[56].

A reação pradista no mês de maio prejudicou o resultado da disputa eleitoral travada entre Prudente e o conde do Pinhal pela cadeira parlamentar no segundo turno eleitoral, em outubro de 1889. Antônio Prado não permitiu a convergência dos "ligueiros", conservadores e republicanos no 8º Distrito, diferentemente do que ocorreu no 7º Distrito, em favor de Campos Sales.

Reacesa a Competição das Facções: Julho de 1889

Em maio, devido à persistência da onda de calor, culpava-se o clima pelos surtos epidemiológicos da febre amarela que grassava no Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, Campinas e cidades à margem do complexo ferroviário paulista. Piracicaba, ramal da Ituana, viu-se poupada da febre amarela, mas não da varíola (alastrim), logo posta sob controle, com isolamento e vacinação.

A febre amarela declinou entre junho-agosto, mas manteve obituário durante todo o ano. Passado o pior, reacendeu-se a campanha republicana. Naquele inverno de 1889, resolveu-se a crise ministerial do gabinete de 10 de março (João Alfredo), substituído pelo de 07 de junho (visconde de Ouro Preto), levando Antônio Prado à franca oposição e a avanços em sua política. Com eleições gerais à vista, a questão do federalismo, era crucial nas estratégias político-partidárias do Império, possibilitando aos republicanos novas

oportunidades de análise e de promoção junto à opinião pública.

Forte crítica ao Gabinete Liberal do visconde de Ouro Preto apareceu em julho, em artigo de primeira página da *Gazeta*. Condenando o absolutismo do Imperador e o falso parlamentarismo brasileiro, defendendo a tese de que o federalismo era adverso à Monarquia, demonstrava que o apregoado programa federalista do novo chefe de governo não passava de um pacto entre os interesses da Coroa e do próprio Gabinete. O autor (Timon) lançava as palavras de advertência: "[...] O momento é grave e a crise histórica da Monarquia se aproxima"[57]. Incluía a crítica à política econômica, reiterando a denúncia contra a nova *"feira das consciências"* montada pelo Gabinete de Ouro Preto, concernente à distribuição das verbas aos deputados das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo (cafeicultoras), seguidas do Pará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Tudo levava a crer que na velha estratégia de concessão de empréstimos, mediante a fidelidade do voto, aos agrossenhores atingidos pela crise da Abolição podia estar a salvação da Monarquia, através de uma câmara eleitoralmente renovada e favorável aos projetos do gabinete, permitindo chegar-se à salvação do 3º Reinado[58]. A partir de julho (1889), mês do atentado ao imperador (15.07), os partidos saíram em busca dos votos. No 8º Distrito, os lances foram disputados entre o conde do Pinhal (liberais), o visconde da Cunha Bueno (conservadores) e Prudente de Moraes[59].

De todos os encontros políticos do Oeste, o mais importante realizou-se na capital, em 14 de julho, pelos representantes do partido (União Conservadora), já dissidente, sob a presidência de Antônio Prado. A *Gazeta de Piracicaba* noticiou o fato em meio à citação de importantes adesistas ao Partido Republicano Paulista (PRP), saídos dentre os conservadores[60].

O PRP via com muita apreensão o federalismo de Antônio Prado, conquanto República sem os republicanos era dedução que não passava desapercebida pelas lideranças do Oeste[61]. *A Província de S. Paulo* externava esse receio, procurando contorná-lo, através da carta do dr. Ezequiel Freire a Antônio Prado, publicada no dia do Congresso Conservador de São Paulo (14.07.1889). Tratava-se de um apelo do autor para uma aproximação federalista ligueira, sustando as divergências entre Antônio Prado e os republicanos. Os seus argumentos não pareciam dissonantes ao que se passava nos meandros políticos dos agrossenhores do Oeste paulista[62]. No interior do "novo acampamento" do adesismo propugnado pelos republicanos, sobrava espaço para as alianças e para ousadias políticas que principiavam a amadurecer.

Se o Partido Republicano (PR) alegava prioridade temporal e intelectual sobre o federalismo, o que pleiteava não era a meia federação dos monarquistas, mas o que dizia ser a instituição por inteiro. O alerta perante a nova estratégia de Antônio Prado demonstrava que não desejava ser apanhado de surpresa, numa eventual monarquia federalista e parlamentar com 3º Reinado ou numa república dos conservadores.

Nesse mesmo 14 de julho, comemorava-se a Queda da Bastilha em Piracicaba, numa reunião republicana sob a presidência do dr. Paulo Pinto de Almeida, a qual teve por resultado prático a indicação de Prudente José de Moraes Barros para candidato à eleição geral de 31 de agosto. O atentado ao

Imperador, ocorrido no dia imediato, tirou o ânimo das iniciativas republicanas, embora acorressem, em defesa da inocência do PR, Rui Barbosa e Quintino Bocayuva. Deixava-se no ar a pergunta recorrente na oposição: a quem interessava realçar a figura da Monarquia?

A resposta abria caminho entre as facções do Oeste. Em Piracicaba, o Partido Conservador convocou uma reunião de correligionários na casa do barão de Rezende. Prudente de Moraes publicou carta circular ao eleitorado defendendo a substituição do regime centralizador da Monarquia, responsável pela atrofia das forças vitais do país pelo regime da república federativa[63]. O conde do Pinhal, ao comunicar a sua candidatura ao eleitorado, dispunha-se a defender dois pontos essenciais em seu programa: o soerguimento da lavoura do abatimento em que as circunstâncias e as instituições juradas a haviam colocado, pois somente nela via os elementos da ordem e da segurança pública. Nesse particular, revelava-se o mais conservador dos candidatos, superando a intransigência dos republicanos[64].

Se todos os partidos, cada um à sua maneira, advogavam o federalismo, em nome de que programa se realizaria o pleito às eleições gerais do país? A resposta apareceu clara na carta do barão Geraldo de Rezende à esposa: "[...] a vitória será do Hino Nacional e não da Marselhesa. Por cautela o meu trole estará na cidade, porque se eles ganham, o mundo vem abaixo" [65].

Os monarquistas não mediram conseqüências para vencer essas eleições. Em Piracicaba, o Partido Liberal afastou as autoridades policiais que moralizavam a jogatina em plenos festejos da Boa Morte, deixando a cidade sem policiamento, exposta à violência, aos escândalos e à compressão dos votos, tendo a seu dispor o temível "palácio amarelo" (a cadeia) e o "Sargentão de beiço", braço direito do dr. Nardy Vasconcellos, delegado de polícia.

A Última Batalha Eleitoral do Oeste Paulista

O último pleito eleitoral do Império realizou-se em 1889, nos meses de agosto e outubro. Ao dissolver-se a Câmara dos Deputados, em 15 de junho de 1889, convocavam-se eleições gerais para formar o novo parlamento que iria conviver com o Gabinete Liberal do Visconde de Ouro Preto. Prudente de Moraes recebia no 8º Distrito a concorrência dos monarquistas. Assentadas as estratégias, os candidatos de oposição prepararam-se para "o corpo a corpo" eleitoral, temendo as operações compressoras do voto pelo partido situacionista[66].

Vencedor no primeiro escrutínio de 31 de agosto, Prudente de Moraes batera o conde do Pinhal em quase todas as cidades do 8º Distrito, inclusive em São Carlos. Apenas a soma dos dois partidos adversários conseguia superar o seu coeficiente de votos. Em seus comícios e conferências, levantara o eleitorado, saudado pela Marselhesa nas comunidades em que se apresentava, prestigiado pela juventude. Todavia, o saldo final dessas eleições gerais foi desfavorável ao Partido Republicano Paulista em todos os Distritos eleitorais, inclusive para Campos Sales (7º), Prudente de Moraes (8º) e Francisco Glycério (9º), que disputaram o segundo turno em outubro[67].

No primeiro turno, o republicanismo ofereceu a resistência legal contra a imoralidade do sistema, pautado na qualificação da Lei Saraiva, de 1881 (censitária e discriminatória

dos iletrados), conseguindo enfraquecer os adversários, particularmente, os conservadores. O Partido Liberal dispunha de trunfos para o segundo turno, assistindo-se em todo o país a enxurrada de títulos nobiliárquicos e comendas prodigalizados pelo governo.

Piracicaba, sede da resistência republicana do 8º Distrito, recebeu um baronato e quatro comendas nas figuras de agrossenhores liberais meio estremecidos com o partido: Antônio de Barros Ferraz (agraciado com uma comenda da Ordem de Cristo e, logo depois, com o título de barão do Piracicamirim), o capitão Miguel Antônio Gonçalves de Arruda (Ordem de Cristo), o tenente-coronel José Ferraz de Camargo (Ordem da Rosa), tenente-coronel Joaquim Silveira Mello (Ordem da Rosa)[68].

No segundo turno eleitoral (outubro), Prudente de Moraes e o conde do Pinhal disputaram voto a voto[69]. Quintino Bocayuva, que se dirigira ao eleitorado republicano do país pedindo o exercício do voto como arma da cidadania e da resistência legal, já aconselhara a tática de aproximação para reforço do voto com os conservadores[70]. O *Correio Paulistano* (pradista), em editorial de 26 de setembro, aconselhava os seus correligionários nos distritos que iriam ao segundo escrutínio, onde estivessem competindo republicanos e liberais, que sufragassem os primeiros.

Os republicanos precisavam dos votos conservadores para Campos Sales e Prudente de Moraes, dos liberais, para Francisco Glycério. No 7º Distrito, Antônio Prado aconselhara, particularmente, o voto conservador em benefício de Campos Sales[71]. Em Piracicaba, o apoio não passou do editorial que a *Gazeta* divulgou, mas sem conseguir minimizar os efeitos da anterior declaração de neutralidade no pleito, por parte da liderança conservadora local mais prestigiosa, o barão de Rezende[72].

Somente às vésperas da eleição o Partido Conservador se posicionava, favoravelmente, nos 7º e 8º Distritos, mas sem compromisso afiançado: "[...] o que venha a legitimar a aliança dos partidos não seja a solidariedade das idéias, mas o interesse partidário, quando se acha em jogo a derrota adversária"[73]. Havendo os liberais por verdadeiros adversários, estando em jogo o interesse eleitoral, não viam impedimento em apoiar os republicanos. Tratava-se de um exercício de fortalecimento da disciplina partidária e de enfraquecimento da oposição, e não de apoio a Prudente de Moraes no 8º Distrito.

A *Gazeta* buscava a opinião dos conservadores em favor dos republicanos, servindo-se de todos os meios de convencimento; na falta deste, pedia a abstenção do eleitor[74]. Em 09 de outubro, realizaram-se as eleições de Campinas, onde prevaleceu a coligação monárquica. Em Piracicaba, não havendo acordo tácito, apesar da neutralidade do barão de Rezende, guardava-se esperança na vitória de Prudente. A *Gazeta* publicava em primeira página:

> [...] aqui no 8º Distrito decidia-se a luta mais importante, travada ante as urnas eleitorais brasileiras. É um combate de idéias e também tem o significado de um protesto da província de São Paulo contra o sistema que ameaça conduzir o país à hecatombe [...] Falem amanhã as urnas[75].

Campos Sales e Prudente de Moraes foram derrubados no segundo escrutínio pela compressão dos votos e pelos monarquistas coligados. O primeiro perdeu do adversário, dr. Joaquim Silveira Cintra, por 152 votos,

enquanto Prudente perdeu por oitenta votos (5% do eleitorado). Em Piracicaba, a diferença foi de apenas 41 votos. Pelos sufrágios em disponibilidade no segundo escrutínio do 8º Distrito, o poder de captação do conde do Pinhal sobre o eleitorado disponível teria sido de 52,50%, enquanto Prudente só alcançaria 47,50%. Já em Piracicaba, seria de 56,60%, para o primeiro, e de 43,40%, para o segundo. No final do pleito, os liberais venceram em todos os distritos, embora sentissem o peso do Oeste republicano nos 7º, 8º e 9º Distritos.

A *Gazeta* sabia que os resultados seriam apertados. Na disputa com o conde do Pinhal pesava o anti-Prado, o tribuno do discurso pouco diplomático e das verdades impopulares. Ao mesmo tempo, tinha a consciência de que se jogava no Oeste o último e mais decisivo lance, a valer a estratégia pacifista do PR. No mês de junho, quando da troca do ministério, Timon advertira: "O momento é grave e a crise histórica da Monarquia se aproxima".

Diante dessa realidade, os festejos monarquistas foram discretos, servindo de pretexto a restauração da Comarca Especial em Piracicaba, mas sem estar ausente o tom provocador[76]. Os republicanos não se renderam, anunciando para breve a inauguração festiva do seu Clube Republicano. Simultaneamente, davam início à divulgação de artigos extraídos da imprensa do Rio de Janeiro sobre a corrupção eleitoral, a proposta federalista e as adesões monarquistas ao PRP[77].

Em nível dos regionalismos, a disputa eleitoral no segundo turno estimulara a campanha republicana, na medida em que partindo para a orientação do voto, defendia a resistência legal, o voto independente, o exercício da cidadania e o convencimento na mudança do regime. No plano nacional, prestou-se ao decisivo estágio da aproximação do pensamento de Quintino Bocayuva com o de Silva Jardim, propiciando a ponte para o *"sacrifício cívico"* que poderia induzir à resistência armada, direito invocado pelos velhos chimangos contra a revisão conservadora do pacto social, em 1842.

Em 27 de outubro, data inaugural do Clube Republicano na cidade, ouviram-se os inflamados oradores do partido, o dr. Manuel de Moraes Barros, o dr. Paulo Pinto de Almeida, os professores Antônio de Carvalho Sardenberg e Antônio de Mello Cotrim, o jornalista Victaliano Ferraz do Amaral e o chefe do 8 º Distrito, Prudente José de Moraes Barros, sob repetidas execuções da Marselhesa e estrugir de foguetes. Na porta do clube, tremulava a bandeira confeccionada segundo o modelo do jornal *A Província de S. Paulo* e, da janela do edifício, Prudente de Moraes concitava o público à união[78].

Estavam programados para o ano de 1889 mais dois pleitos, as eleições provinciais, em 25 de novembro, e a senatorial para 07 de dezembro. Parecia surtir efeito o apelo de Prudente em favor da reaproximação de todas as forças republicanas, pois um edital da Comissão Municipal Republicana ao eleitorado apelava para o sufrágio dos seus candidatos no 8º Distrito. O documento trazia por endosso os nomes de José Custódio Soares de Barros e dr. João Tobias de Aguiar e Castro, descendentes dos chimangos de 1842, de Prudente José de Moraes Barros e de Luiz Vicente de Souza Queiroz, estes unidos publicamente, pela primeira vez desde 1887[79].

O Advento da República

Passados os piores momentos da epidemia,

ainda experimentando os efeitos da derrota eleitoral imposta pelo regime, pressentia-se algo de novo nos documentos oficiais do Partido Republicano e nos pronunciamentos jornalísticos de 1888 e 1889. O fenômeno tinha raízes e repercutia na imprensa do Oeste paulista.

Em maio de 1888, o Manifesto do PRP enfocava novo ângulo da estratégia política, ao fazer um pronunciamento sobre o Exército: "[...] órgão social que melhor traduz, nos países que se debatem na anarquia mental, a integração da Pátria [...]", sem descartar a hipótese de vir a constituir-se em elemento de "integração das forças revolucionárias"[80].

Em janeiro de 1889, Silva Jardim promovia a defesa da revolução que haveria de instaurar a República na cidade do Rio de Janeiro: "[...] a Revolução é um dever excepcional, e uma garantia suprema, impossível de ser de todo banida do organismo social [...]"[81].

Em *maio*, Quintino Bocayuva, no Manifesto ao Partido Republicano Brasileiro, externava o desapego gradual pela sua posição original na corrente do republicanismo pacifista[82]. No antepenúltimo parágrafo do documento, referia-se aos "[...] herdeiros da tradição gloriosa dos revolucionários imortais [...] [evocando o] heroísmo resignado dos patriotas rebeldes, vitimados em 1842", os velhos chimangos de São Paulo e Minas, sugerindo caber aos seus herdeiros o exemplo revolucionário daqueles que "[...] saberão certamente achar na sua consciência a mesma subordinação ao dever cívico" que impõe o sacrifício pela liberdade[83]. Com esse discurso, demonstrava estar pronto a abandonar a idéia contemporizadora sobre a Monarquia ainda em *julho* de 1889[84]. Em *agosto*, abrira guerra ao Ministro Ouro Preto e seu federalismo oportunista. Transposta a barreira da moderação, referia-se, em *setembro*, à resistência legal pelo voto como o primeiro estágio de um processo, culminante no "sacrifício cívico", momento solene em que o PR conduziria a povo "à resistência armada"[85].

Chegara-se ao nível das redefinições. João Alberto Sales, nas suas obras *Política Republicana*, de 1882, e no *Catecismo Republicano*, de 1885, expressara a posição dilemática: ou a "Monarquia, com o seu passado de obsolescências e estágios condenados, ou a República com o progresso e a evolução". Em 1889, antepunham-se ao partido as duas alternativas, já previstas: "[...] a evolução, ou a revolução. A primeira deverá ser preferida, mas nem por isso deverá a segunda ser abandonada"[86].

A fundamentação teórico-doutrinária do PRP permanecera nos quadros do liberalismo acadêmico até fins da década de setenta. A partir de então, armara-se do ecletismo liberal cientificista, proveniente das heterodoxias desenvolvidas pelos intelectuais eticamente engajados com o progresso. João Alberto Sales era teórico liberal por formação, federalista por admiração à sociedade norte-americana, era um exemplo de "consciência dividida" por incorporação das idéias de Comte, que procurava conciliar com o biologismo social de Spencer. À luz do positivismo, do qual o dr. Pereira Barreto era o representante mais assimilável em São Paulo, a mudança do regime era vista fora da tradição pactual contratualista, assumindo caráter de movimento social de superação do estágio teológico-metafísico brasileiro para o positivo, prefigurado em lei por Comte.

A imprensa republicana veiculava os conteúdos teórico-doutrinários expostos

pelos articulistas, na capital e no interior, e a campanha, abrangendo os comícios, os pleitos, as conferências realizadas entre 1886 e 1889, promovia no Oeste os níveis de aceitação do projeto por parte dos segmentos sociais que emergiam da diversificação das forças econômicas e das reservas monarquistas.

O PRP parecia organizado e coeso. Não por coincidência, fora eleito diretor do Partido Republicano no Brasil, em congresso realizado em São Paulo, o antigo grão-mestre do Grande Oriente, Quintino Bocayuva, considerado "o primeiro jornalista do País". O estreitamento da conexão vinha de sobreaviso. Nas províncias o poder permanecia sob o controle dos presidentes, criaturas dos gabinetes, dotados de força coatora, policial e jurisdicional, sobre o conjunto social. Era na sede do regime, no Rio de Janeiro, ninho dos monarquistas de grande prestígio, que uma revolução teria chances de ocorrer, não se prescindindo a aliança com os militares, segundo o entender dos próceres interessados: "[...] Sem força armada ao nosso lado, qualquer agitação de rua seria não só um ato de loucura [...] mas principalmente uma derrota antecipada"[87].

Descontentamentos e insegurança, próprios do clima de humilhação e derrota, estiveram na raiz da convergência operada entre os dois grupos de maior força política do País, vivendo à margem das benesses da Monarquia[88]. Consentânea à derrota eleitoral dos republicanos, em agosto-outubro, a animadversão de Deodoro contra os "casacas" (em setembro dera-se o retorno do "exílio" humilhante de Mato Grosso) era um fator de tensão que não podia passar desapercebido no momento das redefinições.

Havendo o militarismo corporativista por acobertar diversas tendências ideológicas, valia como denominador a figura do general, aceita consensualmente. As inabilidades ministeriais possibilitavam a mediação entre os dois grupos descontentes, civis e militares, numa ação pragmática contra o regime. Deodoro da Fonseca abdicou da sua fidelidade monárquica na última fase conspiratória: "[...] a República é a salvação do Exército"[89].

Articuladores engajados num programa comum ajustaram os seus interesses convertendo as pretensões em tática. Procediam de dois grupos restritos, a ponto de dispensar-se o concurso de importantes lideranças, embora os campeões de voto do Oeste estivessem no centro das articulações de Quintino Bocayuva, no Rio de Janeiro. A aliança, que os monarquistas não puderam evitar, em curto prazo deflagrou-se na ação pragmática do 15 de Novembro[90].

No novo pacto, concertado na extra-legalidade da Carta de 1824, afigurava-se a lógica das elites, incorporados os interesses militares e civis. Uma revolução onde o povo não era chamado a participar, portanto, sem bastilhas[91]. Mas, ao investirem contra o regime por um novo contrato social, os aliados podiam parafrasear Rafael Tobias de Aguiar em seu Manifesto: "[...] Como pois será crime em mim, o que era glória nos outros?".

Trinta e cinco dias transcorreram entre a derrota eleitoral no Oeste paulista e a configuração do 15 de novembro no Rio de Janeiro. Nas proclamações, do marechal Deodoro e seus ministros, do Governo Provisório de São Paulo, as cúpulas referiam-se aos corporativistas militares e aos civis como representantes da nação, prefigurando-se a vigência de um novo contrato social, em nome da representatividade e da soberania dos concidadãos. Anos mais tarde, Campos Sales,

o homem forte da conspiração em São Paulo, lançava em livro a sua versão sobre o abandono da tese pacificista: "[...] a República não podia permanecer uma "aspiração platônica"[92]. Como nos velhos tempos chimangos, essa era a lógica e nela estava contido o axioma liberal.

Velha Crônica Republicana

Alfredo Soares (Arsênio) e Joaquim Borges, diretores da *Gazeta de Piracicaba*, promoveram, na edição de 20 de novembro, a crônica da cidade, nascida republicana. Arsênio responsabilizou Ouro Preto pela conjugação dos fatores desencadeantes do 15 de novembro, sem discriminar militares e civis[93].

Joaquim Borges, íntimo dos círculos de Prudente, ofereceu os três boletins que circularam na cidade sobre os acontecimentos. No primeiro texto, apresentava a sua versão, reforçando o caráter conspiratório do 15 de Novembro: "[...] O Exército, a Armada e o Povo, indignados contra a opressão do trono, baniram-no da Pátria", enquanto reordenava as categorias expressas no decreto nº 1 do Governo Provisório (O Povo, o Exército e a Armada). Lembrava que a notícia circulara em todo o país com a velocidade de um raio, graças ao telégrafo. Os primeiros telegramas chegaram a Piracicaba na tarde e noite do dia 15 de novembro, sendo suficientes para provocar aglomeração diante do Clube Republicano[94]. Confirmada a implantação da República, realizou-se uma passeata (dissolvida à uma hora da manhã) ao som da Marselhesa, havendo à frente a bandeira e fazendo-se ouvir os oradores da cidade.

No dia seguinte, ocorreram manifestações ordeiras de regozijo. Durante a nova passeata foram aclamados governadores provisórios de Piracicaba os cidadãos Manuel de Moraes Barros, Paulo Pinto de Almeida e Luiz Vicente de Souza Queiroz, por indicação de Victaliano Ferraz do Amaral, acolhida com delírio pelo povo. Nem bem era nascido o novo pacto, começava a extravasar, nas lindes democráticas, o autoritarismo da facção republicana de Piracicaba[95].

O Governo Provisório de São Paulo tomou providências rápidas para evitar que a situação escapasse da legalidade. Em de uma carta circular, datada de 16 de novembro, comunicava a todas as municipalidades achar-se confirmado no poder pelo Governo Provisório da República Brasileira e, nessa condição, pedia a anuência de todos os vereadores; através destes, a adesão formal dos cidadãos. Era o reconhecimento das câmaras municipais como fonte da representatividade e da soberania popular[96].

A resposta rápida da Câmara demonstrava não haver rejeição ao novo regime da parte das facções monarquistas locais, apanhadas de surpresa. Provam os adesismos incontinentes e a aceitação das "derrubadas" dos ocupantes dos cargos públicos. Um culto de Ação de Graças era celebrado na Igreja Metodista, com a finalidade de pedir sabedoria a todos os que tinham a direção do governo brasileiro[97].

A maior solicitude nos adesismos particularizou-se nas colônias estrangeiras. A manifestação coletiva italiana ocorreu logo após, com passeata precedida de comissão integrada pelos mais destacados representantes da colônia, o médico dr. Tácito Rossini, o engenheiro dr. Ragghinatti Salvador, acompanhados por Pedro Paulo Lagreca, Manoel Mancini, João Guidi, Paschoal Saraceni e Felipe Montoni, este empunhava a bandeira italiana, enquanto a banda musical Artistas

e Operários interpretava, alternadamente, os hinos de Garibaldi e a Marselhesa. Encaminhada à residência do dr. Manuel de Moraes Barros, Ragghinatti saudou ao *cittadino Delegato*, tecendo elogios à forma como se realizou a República, com palavras inspiradas em Giuseppe Mazzini. Reservou oratória para Prudente: *"[...] uno dei primi degni rappresentanti de questo stato di S.Paolo" (*e deu vivas) *"[...] a la Republica degli Stati Uniti del Brasile!"* [98].

As lideranças monarquistas reuniram-se (25 de novembro) na residência do barão de Serra Negra. Os elementos de análise da pauta ligavam-se a dois pontos: 1) achando-se dissolvidos os partidos monarquistas, havia necessidade de manifestar adesão ao novo regime inaugurado; 2) não parecia conveniente ou patriótico cogitar-se da restauração monárquica[99].

Para os monarquistas, a adesão era ditada "pelas conveniências sociais, não pelo merecimento intrínseco". Simplesmente, aceitavam o que lhes parecia inevitável: se os republicanos declaravam-se agentes temporários da soberania nacional, assim devia ser, pelo menos enquanto a nação não se manifestasse em Assembléia Constituinte sobre a forma de organização política adotada. As antigas questões liberais de representatividade, soberania, pacto e contrato social passariam a ser reivindicadas do outro lado da trincheira ao governo considerado irregularmente constituído[100]. Sendo o barão de Rezende um dos vereadores conservadores da Câmara Municipal de Piracicaba, dele partiu a proposta, de aceitação unânime, sobre o encaminhamento de um memorial à instância federal do poder.

Os pontos básicos desse documento refletiam a consciência que tinham sobre o que se passara no Rio de Janeiro no dia 15 de novembro: 1. Um movimento militar voltado contra o estado de direito, a Monarquia Constitucional, proclamara a República, derrubando o governo legítimo, assumira pelos seus chefes o poder do Estado, mediante o apoio do Exército e da Armada. 2. Constituíra-se um governo provisório, prometendo-se consultar a nação, mediante sufrágio, para que ela se manifestasse sobre a nova organização política. 3. A prevalecer a idéia do Contrato Social, *os monarquistas aderiam ao governo implantado* (que não reconheciam legítimo), provisoriamente, porque o julgavam necessário para a garantia da ordem e dos direitos dos cidadãos. Sentindo que o país não podia permanecer acéfalo, a tolerância à República instituída pautava-se nas entrelinhas da moralidade frente ao mal necessário e consentido. 4. Deixavam forte alerta contra o *governo que declaravam irregularmente constituído:* ainda que forte e militarizado, não podia dispensar o apoio dos civis. 5. Por colocação final: sendo os governos provisórios do Rio de Janeiro e de São Paulo meros agentes temporários da soberania nacional, *a sua adesão era condicional*, ficava subordinada à consulta da nação e à organização contratualista do estado de direito[101]. Nem bem adesistas, já dissidentes.

A caracterização de golpe militar no movimento do 15 de novembro e a precária legalidade do Governo Provisório de Deodoro, elementos de composição da primeira parte da trama republicana, prevaleciam na análise monarquista, contribuindo para que as avaliações da oposição e da própria situação parecessem superficiais ao processo transformador que se consumava.

Não passou desapercebido, no primeiro texto de conteúdo positivista da *Gazeta*, de autoria do médico Joviniano Alvim, que, se a República era a adequação indispensável ao progresso natural do mundo e à tecnologia do século XIX, o importante era garantir a estabilidade do novo governo. Sem hesitar, o articulista endossava todas as graças ao Exército e à Armada[102]. Aos republicanos da pitoresca cidade (Fig. 6), o novo pacto se achava justificado, pelo consenso, e legitimado, de fato.

Fig. 6. Piracicaba no final do século XIX. Tela de Gumercindo Duarte, coleção particular.

Notas

1. A década da década de 1880 veio demonstrar as decorrências do mercado: se a cafeicultura respondia prontamente à alta dos preços, o excesso da oferta sobre a demanda atuava em sentido contrário. Foi o que ocorreu entre 1882 e 1885. Na segunda metade da década, as enormes flutuações da oferta viram-se neutralizadas por efeito dos controladores naturais (pragas, geadas etc.) e pela expansão do mercado norte-americano, promovendo-se novo surto de aumento dos preços; entre 1895 e 1900, estes quase duplicaram. Cf. Antônio Delfim Netto, *op. cit.*, p. 22.
2. Observamos, na década de 1880, as ressonâncias da lavoura nos setores avançados da sociedade. Comércio e finanças tinham "fome de divisas", a lavoura, de amparo creditício, e reivindicavam segurança quanto à força de trabalho, escrava ou estrangeira, enquanto, por descompensações do próprio sistema produtivo, as cidades, que começavam a "inchar", se desabasteciam. No conjunto, sobressaía a obsoletização galopante do sistema monárquico de poder.
3. O governo acreditava haver inviabilizado a república com a Lei Saraiva (1881), mas o imperador teria externado, em 1882, ao barão de Hübner, a sua preocupação com o advento desse regime, em futuro próximo, revelando-se particularmente inseguro quanto à província de São Paulo. Cf. Sérgio Buarque de Holanda (org.), *op. cit.,* II(5):265.
4. Em 1885, a população do município chegava a 22.150 habitantes, a produção de café, a 4.500 t. e a de cana, a 1.050 t. Em 1887, a população do município passava de 25 mil habitantes, havendo sete mil moradores urbanos, enquanto o total de escravos matriculados caíra para 3.416. Cf. *Almanak de Piracicaba* para o ano de 1900 e *Relatório* do dr. João Baptista da Rocha Conceição, presidente da Câmara Municipal de Piracicaba, ACMP.
5. Precedendo na política ao irmão Prudente, o fazendeiro e advogado Manuel de Moraes Barros se distinguira como convencional, em Itu, e na fundação do Partido (1873). Ambos promoveram a fundação da Loja Maçônica Piracicaba (1875) e da *Gazeta de Piracicaba* (1882), convertendo-se nos grandes eleitores do 8º Distrito. Luiz Vicente de Souza Queiroz (neto do brigadeiro Luiz Antônio, São Paulo) vinha da ilustração na Europa para estabelecer-se em Piracicaba como proprietário e empresário.
6. Cf. Manuel de Moraes Barros. "Piracicaba-estado presente", em *Almanak de Piracicaba* para o ano de 1900, pp.127-131.
7. Na secção "A Pedidos": "[...] Os abaixo-assinados, republicanos francamente abolicionistas, desejando interpelar os candidatos do partido sobre a questão do elemento servil, convocam os correligionários que pensarem do mesmo modo, para uma reunião no dia 16 do corrente no Hotel d'Europa às 6 horas da tarde" (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 15.11.1887).
8. Os candidatos eram Prudente José de Moraes Barros, Rangel Pestana (diretor de *A Província de S. Paulo*) e Cesário Nazianzeno de Azevedo Motta Magalhães Jr. (médico capivarense e neto do célebre chimango ituano Cândido Motta), tidos entre os mais notáveis republicanos do Oeste paulista.
9. Joaquim Borges, ex-jornalista da *Gazeta*, enquanto fazia questão de afirmar-se eleitor republicano e abolicionista, justificava a sua ausência na reunião convocada por Luiz de Queiroz por julgá-la totalmente desnecessária, uma vez que, no seu entender, eram sobejamente conhecidas as idéias dos candidatos: "[...] falando por eles a sua participação na causa, fosse na imprensa ou na tribuna parlamentar, como deputados provinciais ou como deputado geral" (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 15.11.1887).
10. A *Gazeta de Piracicaba* revelava-se cautelosa com relação ao encontro de 16 de novembro. Intencionando minimizar-lhe os efeitos políticos, referia-se a uma interpelação formal

escrita dirigida aos candidatos do partido, que vinha assinada por diversos eleitores, ressalvando que nem todos estiveram presentes à reunião, que a mesma parecia ter fracassado, que, noutras oportunidades, eles já se haviam declarado abertamente em favor dos candidatos do 8º Distrito. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 18.11.1887.

11. A carta pública de Prudente de Moraes confirmando que Victaliano Ferraz do Amaral estivera em seu escritório para tratar de assunto particular, não de política, não parecia surtir o efeito desejado perante a opinião dos leitores. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 20.11.1887. O caso não esfriou porque na Secção "A Pedidos", no dia imediato à reunião do Hotel d'Europa, Victaliano Ferraz do Amaral dizia-se visado pela oposição radical. Tentava esclarecer que fora convidado por Nepomuceno, Sardenberg e Castanho para "irem ao Salto" tratar com Luiz de Queiroz, dada a necessidade de apurar certos fatos (as sevícias e a intervenção de Prudente), que não estavam de acordo com o pensar dos abolicionistas radicais. Assegurava tratar-se de boatos e de uma estratégia que buscava atingir os candidatos do 8º Distrito, um deles em especial. Lamentava não haver atendido à convocação da Comissão Abolicionista. Buscando confirmar-se abolicionista aos seus olhos, invocava uma memória que o assinalava como um dos fundadores do jornal antimonarquista (*A Gazeta de Piracicaba*) e ativista da abolição, em Santos, arrematando os argumentos da sua defesa com forte dose de ironia: "[...] Agora, que nada mais é preciso fazer, porque é causa vencida [o abolicionismo], cavalheiros que mostravam-me alguma amizade procuram me atirar lama" (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 19.11.1887).
12. "[...] O Partido Conservador na província de São Paulo, pelos seus elementos mais influentes e destacados, ficou sendo abolicionista! [...] vindo juntar-se aos conservadores amigos de Antônio Prado um grande número de capitalistas e fazendeiros liberais – e mesmo republicanos, que, na questão, já de todo ignoravam a Comissão Permanente de Campinas"; cf. José Maria dos Santos. *op. cit.*, p. 243.
13. Os anos 1880 foram da experiência da imigração em grande escala. Cf. Lucy Maffei Hutter, *Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889)*, p. 26. Havia na época dois modelos de experiência imigracional, o "espontâneo", orientado para o estabelecimento dos núcleos coloniais na forma de pequenas propriedades, o modelo promovido pelo governo da província ou por agentes, dedicado ao abastecimento da lavoura cafeeira (*idem*, p. 91).
14. Rangel Pestana recebeu a interpelação como uma injustiça ao seu inquestionável abolicionismo, como uma provocação a sua pessoa, defendeu-se em *A Província de São Paulo*, mas não foi eleito, assim como Cesário Motta, tal o estrago provocado em suas candidaturas. Cf. José Maria dos Santos, *op.cit.*, p. 263.
15. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 22.11.1887.
16. Prudente de Moraes estranhava que a interpelação houvesse ocorrido após a sua indicação pelo eleitorado do 8º Distrito a candidato pelo Partido Republicano e que entre os signatários constassem eleitores seus. Aproveitou para recordar a sua participação na discussão do projeto Saraiva em 1885: "[...] combatendo-o por atrasado e ofereci emendas propondo que a libertação dos sexagenários fosse sem ônus de prestação de serviços" (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 22.11.1887). Mantinha a posição emancipacionista associada à defesa da lei e da substituição do trabalho escravo pelo livre, a mesma que revelou no encontro realizado no Clube Republicano de São Paulo, naquele mês de novembro. Foi o encontro que redefiniu a estratégia do PRP e buscou a reaproximação com Bernardino de Campos, que conseguiu a reabilitação do partido perante o abolicionismo da província. Matéria paga era publicada na sessão "A Pedidos" da *Gazeta*, naquele mês de novembro, trazendo por epígrafe: "Ao sr. Prudente de Moraes Barros". O chefe liberal, Carlos de Arruda Botelho, desafiava-o a instaurar novo processo contra a sua pessoa na Justiça, uma vez que o processo-crime que anteriormente lhe movera fora anulado e Prudente, condenado a pagar as custas. Eram os rescaldos da malfadada derrota eleitoral de 1886. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 22.11.1887.
17. D. Etelvina Augusto Ramos e seus filhos concederam liberdade incondicional aos sessenta escravos que permaneciam na fazenda como assalariados. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 08.11.1887. Francisco de Toledo e Silva prometeu liberdade aos seus 22 escravos sob a condição de prestação de serviços, durante um ano, a contar de primeiro de janeiro de 1888. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 30.11.1887. Antônio Corrêa Pacheco libertou os escravos antes que se completasse o prazo estipulado de três anos. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 08.12.1887.
18. A notícia pela imprensa dessa "libertação" não teria maior repercussão entre os abolicionistas, se os escravos beneficiados não tivessem procedido a contínuas reclamações contra o seu senhor, as quais chegavam ao conhecimento, irritando os radicais. O poderoso fazendeiro publicou a seguinte argumentação pela *Gazeta*: "[...] os não satisfeitos podiam retirar-se, depois de disporem de tudo o que possuíam". Passados alguns dias, o periódico acrescentava a novidade: "[...] até o presente, nenhum se retirou e estão todos trabalhando com boa vontade" (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 14.12.1887 e de 03.01.1888). Não se tratava de notícia para escravos lerem, o endereço era outro.
19. Manuel Inocêncio Nicolau Flores era um conhecido agenciador de força de trabalho imigrante que anunciava os seus serviços pela imprensa. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 03.02.1888. A chegada de doze famílias de imigrantes, ao todo setenta indivíduos, à fazenda do dr. Manuel de Moraes Barros, no Pau d'Alho, era tida por desafogo à situação instalada desde dezembro anterior. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 16.02.1888.
20. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 16.02.1888.
21. A cidade de Rio Claro festejara, em 05.02.1888, a sua

transição para o trabalho livre. O ato do dr. Tobias, neto de Rafael Tobias de Aguiar, em Rio das Pedras, não era isolado. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 23.02.1888. As libertações ocorriam em todos os municípios. Com alguns dias de diferença, Francisco Alves Bonilha dava plena liberdade aos seus dezenove escravos. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 09.03.1888.

22. Chegavam a Piracicaba e Rio das Pedras 130 imigrantes italianos, para abastecer as fazendas do barão de Rezende, de João Batista da Cruz Leite e de Luiz Antônio de Almeida Barros. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 16.03.1888. Entre os fazendeiros providos de capital eram intensas as disputas pelos lotes de trabalhadores, gerando-se atritos que iam parar na *Gazeta*. Também apareciam as queixas contra o trabalhador imigrante, difícil de ser fixado no interior das propriedades, devido às próprias condições do trabalho e à mentalidade senhorial desenvolvida na vigência secular do sistema escravista de produção.
23. Núcleo Colonial. Editorial da *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 04.03.1888.
24. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 07.03.1888.
25. A imprensa republicana procurara convencer o eleitor a votar num candidato republicano ou num conservador para a Câmara Municipal, a fim de impedir a vitória de mais um liberal. Buscaram ligueiros de ocasião, velho procedimento de reforço eleitoral, tentando um movimento de equilíbrio de poder que compensasse a fraqueza do seu partido. Contra as expectativas republicanas, elegeu-se o liberal Francisco Florêncio da Rocha, para a vaga de Carlos de Arruda Botelho. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 12.05.1888.
26. Assinavam a convocação o vigário padre Francisco Galvão Paes de Barros, os irmãos Manuel e Prudente de Moraes Barros, o dr. Paulo Pinto de Almeida, o vereador João Nepomuceno de Souza e o conhecido Victaliano Ferraz do Amaral, entre outros: "[...] O Município de Piracicaba não é escravocrata, [...] não faz parte do número dos resistentes ao benéfico movimento que se opera na província, tanto que bem poucos escravos conta hoje em vista da quantidade que em outros tempos possuiu sua lavoura, trata com atividade da colonização, de modo a entrar todos os dias novos imigrantes para o seu serviço, o que constitui uma prova do desejo nutrido pela substituição de regime servil" (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 22.04.1888).
27. "[...] O município está de fato livre e não há um só fazendeiro que diga: – tenho escravos. Eles têm colonos brancos ou pretos, estão pagando salários; e os que ainda figuram como escravos estão com a promessa de trabalharem até o fim da colheita de café, ficando inteiramente livres" (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 19.04.1888).
28. "[...] Os municípios vizinhos já estão libertos, e só Piracicaba ainda não disse a última palavra na matéria; sendo que de fato nem um piracicabano pode dizer que possui escravos, apesar disso, muitos escravos ainda estão matriculados para obrigar os seus ex-senhores a pagar impostos" (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 20.04.1888). "[...] Somos um povo de humanitários e de caboclos, que vamos cumprir um dever que a religião nos prescreve [...] daqui a poucos dias diremos alto e bom som a todo o Império: – Piracicaba está livre porque apagou-se dela para sempre esse ferrete horripilante, que tanto desdoura os povos civilizados [...] e em breve veremos a prosperidade do nosso município talhado para um grande futuro" (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 21.04.1888).
29. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 19.04.1888.
30. O presidente provincial, Antônio de Queiroz Telles, resistira à pressão dos escravocratas, que exigiam providências policiais mais eficazes contra a ação dos caifazes do líder abolicionista Antônio Bento. Não podendo evitar a tragédia (tocaia seguida de chacina) de outubro, ocorrida em Cubatão, quando um grande grupo de escravos fugia de Piracicaba para Santos, demitiu-se. Na reunião do Teatro São José, as elites agrárias prometeram libertar os escravos até o final do ano de 1889. O aval do PRP estava na presença do seu homem forte, o cafezista de Campinas, Manoel Ferraz de Campos Sales. Achava-se presente o abolicionista de Piracicaba, Luiz Vicente de Souza Queiroz Cf. José Maria dos Santos, *op. cit.,* pp. 268-69.
31. O pai de d. Ermelinda, esposa de Luiz de Queiroz, era o conselheiro Christiano Ottoni, descendente dos luzias (liberais) da Revolução de 1842, em Minas Gerais. Fora assinante do Manifesto Republicano de 1870; naquele momento, era senador Liberal do Império.
32. Houve quem (Victaliano Ferraz do Amaral) confessasse haver sido escravocrata no passado, "como tantos outros brasileiros ilustres"; agora, tinha prazer em ser abolicionista, aplaudindo a idéia do dr. Manuel de Moraes Barros. Acertou-se que os comissários trabalhassem junto aos escravistas, durante um mês, findo o qual se conseguiria a libertação definitiva do município. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 24.04.1888.
33. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 24.04.1888.
34. *Idem*.
35. *Idem.*
36. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 24.04.1888.O periódico registrou-lhe certa decepção na fala. Apesar de concorrida a assembléia, deixaram de comparecer importantes fazendeiros, muitos convencionais daquela manhã haviam se retirado antes do encerramento dos trabalhos. Prudente sentia que a tarefa da comissão não seria fácil, pois não se estabelecera o indispensável consenso entre os proprietários.
37. Estava-se às vésperas da Abolição, a imprensa republicana dando como certa a aprovação do projeto no Senado, restando ser sancionado pela regente. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 12.05.1888.
38. A *Gazeta* comentava o grande número de escravos libertos na província que ignoravam a sua condição, inclusive em Piracicaba. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 12.05.1888.
39. Telegrama recebido pela Comissão: "[...] O projeto que declara extinta a escravidão no Brasil foi hoje aprovado pelo Senado em terceira discussão. Deve ser sancionado às três

horas, recebendo o nº 3.353. Grande entusiasmo na Corte e em São Paulo" (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 15.05.1888).

40. Houve concentração popular em praça pública, o Largo da Matriz iluminou-se para um *Te Deum* solene, duas bandas musicais alternaram-se na execução do Hino Nacional Brasileiro e da Marselhesa, hino dos republicanos, organizando-se uma *marche aux flambeaux,* integrada pelos representantes da sociedade e das colônias imigrantes, a qual percorreu as ruas principais da cidade, detendo-se para ouvir inflamados discursos junto às residências dos políticos, aos brados de: Viva o Brasil, viva a Liberdade, viva o dr. Antônio Bento! A oportunidade prestou-se à confraternização dos grupos imigrantes, italianos, alemães, portugueses, das facções republicanas e dos conservadores. Diante da residência de Carlos Nehring, vizinho de Prudente de Moraes, lia-se: Viva o Brasil! Viva Antônio Prado! O Largo de São Benedito, tradicional ponto de concentração de escravos, foi palco de muitas comemorações. *Idem.*
41. Citando em apoio um artigo do jornal de Quintino Bocayuva, *O Paiz*, a imprensa republicana lamentava a ignorância da lei por parte dos ex-escravos, fato que podia dar lugar ao abuso de prolongar-se a escravidão de alguns destes para além do dia 13 do mês corrente, o que seria um crime inconcebível. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, edições de 17.05.1888 e de 02.06.1888.
42. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 02.06.1888.
43. Em *Adesão Republicana*, o fazendeiro Pedro Ferraz de Andrade lançava o seu protesto à Monarquia, filiando-se ao PRP: "[...] Reconhecendo pois, que a Regente não tem aptidão para governar, que o Conde D'Eu é um estrangeiro ambicioso, que só procura por sua fortuna e que a Monarquia tem sido o principal obstáculo ao progresso deste país, de hoje em diante, filio-me ao Partido Republicano – único capaz de fazer a felicidade da pátria". *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 05.06.1888.
44. No início de julho, o casal Luiz Vicente-Ermelinda de Souza Queiroz partia para uma longa permanência na Europa, disposto a assistir à Exposição Universal de Paris, a inaugurar-se em 1889. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 05.07.1888.
45. As "pulhas" denunciavam o desassossego da terra: "[...] de modo que na noite de Reis já não se pega mais numa viola e numa gaita para ir cantar à porta dos que dormem" (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 09.01.1889).
46. A crise que repercutia no comércio também levara ao fracasso o espetáculo teatral preparado pelo Grêmio Dramático de Piracicaba em benefício do hospital dos lázaros. Os cervejeiros suspenderam as vendas a prazo aos negociantes de molhados na cidade e arredores, enquanto a loja de móveis, máquinas e ferragens de Francisco Arieta promovia liquidação, advertindo: "[...] vendas, só a dinheiro!" (*Gazeta de Piracicaba*, edições de 27.01.1889, de 09.01.1889, de 11.01.1889 e de 15.02.1889).
47. A morte do tenente-coronel. Carlos de Arruda Botelho enfraqueceu o Partido Liberal, iniciando-se a debandada dos elementos de prestígio. O primeiro, foi o fazendeiro Miguel Antônio Gonçalves de Arruda, que se retirava da política sem associar-se a outro partido. Logo era acompanhado por outros membros do diretório, Albano Augusto Leitão, Fernando Ferraz de Arruda, Antônio de Barros Ferraz (futuro barão do Piracicamirim) e Joaquim Silveira Mello. (*Gazeta de Piracicaba*, edições de 13.01.1889 e de 23.01.1889).
48. O mais influente político conservador da província, o conselheiro Antônio Prado, também era proprietário em Piracicaba. Deixara o Ministério da Agricultura no Gabinete de João Alfredo, retornando a São Paulo para coordenar o Partido. Isoladamente, era a maior expressão eleitoral da província, capaz de definir os pleitos mais decisivos.
49. Discurso apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo em 18.02.1889 (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 15.03.1889).
50. Recordava as escandalosas concessões de garantias de juros aos projetos de construção de ferrovias no Brasil e na província de São Paulo, feitas no anterior "programa de reformas adiantadas ao país", que calaram a oposição, à vista do dinheiro oferecido aos deputados para as "reformas". Denunciava situação idêntica, voltando a desaparecer a oposição, os deputados preenchendo emendas que autorizavam investimentos oficiais para futuras ferrovias, engenhos, imigração. Segundo Prudente de Moraes, sempre haveria dinheiro para Loyos (as loterias escandalosas) e esbanjamentos, menos para as reais necessidades da província. Nesta parte, o *discurso atingia frontalmente Antônio Prado*, o poderoso chefe conservador da província de São Paulo. Cf. *Gazeta De Piracicaba*, ed. de 24.03.1889.
51. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 03.04.1889.
52. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 05.04.1889. A fala de Prudente de Moraes demonstrava que a pragmática republicana permanecia: "[...] usando dos meios legais de agir e do seu direito de existir, o Partido tem aconselhado a nação a substituir as instituições incapazes pela instituição da república federativa. O direito de aconselhamento por vias legais, pela imprensa, por conferências, por comícios eleitorais, não pode ser contestado" (*idem*). Ao mesmo tempo, denunciava que a pauta da ilegalidade passava para o lado do governo, mais especificamente da regente, referindo-se às violências cometidas por José do Patrocínio e a Guarda Negra.
53. Prudente de Moraes declarava, em *A Província de São Paulo*, tratar-se de um projeto de vingança do conselheiro Antônio Prado, enquanto a imprensa local registrava "muita agitação nos ânimos do nosso povo". Em poucos dias, dois desembargadores concederam o solicitado, mas o episódio logrou muita repercussão no Tribunal de Relação, que permaneceu lotado de advogados republicanos. Enquanto a *Gazeta* condenava a truculência e o abuso de poder do magistrado local, a *gare* da Ituana regurgitava de amigos e

correligionários, discursos e banda de música para receber, em desagravo, o dr. Manuel de Moraes Barros. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, edições de 13.03.1889 e de 29.03.1889.

54. A notícia veiculada pelo *Diário Mercantil de São Paulo*, de 09.03.1889, foi transcrita pela *Gazeta*. A intenção era isentar os pradistas de responsabilidade junto à Guarda Negra, lançando-a aos radicais da União Conservadora e ao dr. Antônio Bento. Em seu comentário pela imprensa que patrocinava, o Conselheiro Antônio Prado admirava-se de que o líder abolicionista se predispusesse a revolucionar os libertos, "[...] constituindo-os em massa, a fim de defender um trono que, se contar somente com este apoio, pode ficar tranqüilo[...]". O comentário vinha em apoio ao preconizado afastamento do chefe conservador das linhas ortodoxas do seu partido, descrença na Monarquia, quiçá, uma guinada para outras propostas mais modernizantes. Mas a sua consciência de agrossenhor escravista recusando a politização dos negros (o voto seletivo, segundo a lei eleitoral de 1881) mantinha-se dentro do mesmo comentário. Cf. *Gazeta de Piracicaba* de 13.03.1889. "[...] Que se ensine a esta classe de homens, resgatados pela áurea Lei de 13 de Maio, a ler, a trabalhar e a conhecer as leis do país em que vivem [...] A política que julgarem melhor, eles a terão depois, quando forem cidadãos em toda a extensão da palavra" (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 13.03.1889).
55. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 03.05.1889.
56. Assinavam o documento quatro vereadores (dos nove da Câmara Municipal, inclusive o seu presidente), autoridades do Judiciário (o promotor, dr. Francisco Morato), Fazenda e Polícia, profissionais liberais ligados à família Conceição, o próprio Francisco Manuel da Conceição, barão de Serra Negra, o vigário padre Francisco Galvão Paes de Barros, o que havia de mais representativo do monarquismo na cidade. Por curiosidade, registramos a ausência da assinatura do barão de Rezende, genro do barão de Serra Negra e primo-irmão de Luiz de Queiroz (também ausente no documento). Inúmeros italianos se solidarizavam: Lagrecca, Mancini, Guidi, Ribecco. Cf. *Diário Mercantil de São Paulo*, ed. de 16.05.1889.
57. *Gazeta de Piracicaba*, edições de 19.06.1889, de 20.06.1889 e de 26.06.1889. O artigo intitulado "Colaboração", atribuído a Prudente de Moraes, sob o pseudônimo de Timon, fazia a veemente defesa do federalismo, principal bandeira republicana e antigo projeto liberal, sempre postergado, apesar das iniciativas de Silveira Martins, Joaquim Nabuco, Saraiva e Rui Barbosa.
58. Essa era a denúncia que partia de Aristides Lobo no *Diário Popular do Rio de Janeiro*, transcrita para a imprensa republicana local. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, edições de 03.07.1889 e de 07.07.1889.
59. *Voto independente dos lavradores* – esse apelo dramático dos republicanos só poderia ser correspondido onde aqueles estivessem assegurados economicamente dos efeitos do 13 de maio, ou onde aparecessem "ligueiros" de oportunidade, por exemplo, aliança entre conservadores e republicanos, onde saíssem vitoriosos candidatos liberais em primeiro escrutínio, ou entre liberais e republicanos onde vencessem conservadores. Eram as premissas do pleito eleitoral para o Parlamento, em 1889.
60. Nessa mesma edição, as pulhas (gracejos) de Arsênio deixavam escapar, com refinado senso crítico, que a reunião em São Paulo prestava-se para oficializar a virada do senador Antônio Prado na direção da República, o que, sem dúvida, era exagero: "[...] À capital é chegado / tendo vindo a todo o pano / o Conselheiro Antônio Prado / que dizem republicano. [...] Não sei bem o que haverá / mas parece com certeza / que muito depressa virá / em triunfo – a Marselhesa" (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 12.07.1889).
61. Antônio Prado pronunciou-se oficialmente pela federação, na convenção do Teatro São José, em 14.07.1889, justificando-se pela necessidade que via no direito das províncias se autogovernarem, através de presidentes eleitos, ligadas ao centro pelos interesses gerais. Comunicou que o objetivo daquele congresso não era o debate das idéias, mas *a verificação da força destas idéias pelo voto*. Fez sentir aos presentes que as circunstâncias eram adversas ao partido; que aceitassem a federação das províncias, cujo princípio não era mais tido como anticonservador. Posta em votação, foi aceita por quase unanimidade. Demonstrava-se não estarem despreparados os conservadores, que a sua estratégia previa a competição em igualdade de condições com o Partido Liberal, desafiando o federalismo republicano. Nesta linha de pensamento, os federalistas liberais, donos da maioria parlamentar, numa eleição sob o gabinete de Ouro Preto, não poderiam realizar sozinhos a "sua federação". Bastava aos conservadores aguardarem pacientes pela "mecânica parlamentar", para organizar o seu Gabinete e, se o desejassem, operar a transição do regime. Restavam-lhe duas opções: o 3º Reinado com verdadeiro parlamentarismo, isento do Poder Moderador, ou a República, debaixo do seu controle. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 17.07.1889.
62. A *Gazeta* transcreveu carta do dr. Ezequiel Freire, sob a epígrafe: "Do Novo Acampamento". Julgava que Antônio Prado, adotando a federação monárquica, em razão da sua ascendência sobre os conservadores, o partido haveria de saturar-se de liberalismo. Lembrava que o chefe conservador opusera reservas à realeza, criticando-a por ser uma "instituição lantejoulada de mentirosos brilhos". Mas o federalismo de Antônio Prado causara enorme impacto, configurando-se perigoso, tanto para o Partido Liberal quanto para o Partido Republicano. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 17.07.1889.
63. *Gazeta de Piracicaba*, edições de 09.08.1889 e de 18.08.1889: "[...] o meu programa é o programa do Partido".
64. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 21.08.1889.
65. Cf. Célio Debes, *op. cit.*, p. 126, nota.
66. O Congresso do Partido Conservador, em 14.07.1889, assentara as bases do projeto eleitoral de Antônio Prado,

fazendo parte da estratégia a federação e a mecânica parlamentar. Prudente de Moraes enviara carta-circular ao eleitorado: o seu programa era aquele do PR, objetivando a substituição do regime centralizador da Monarquia pela República Federativa. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 18.08.1889. O conde do Pinhal também enviara carta-circular ao seu eleitorado, confessando-se "[...] francamente monarquista e desejoso de manter as instituições juradas, a todo o transe", pois somente nelas acreditava encontrar os elementos da ordem e da segurança pública (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 21.08.1889).

67. Os resultados eleitorais do 8º Distrito, em primeiro escrutínio, eram processados sobre 1.836 votantes de quinze localidades: Piracicaba, Capivari, São Pedro, Rio Claro, São Carlos, Santa Bárbara D'Oeste, Dois Córregos, Limeira, Jaú, Sapé, Araraquara, Jabuticabal, Brotas, Itaqueri, Ribeirão Bonito, faltando duas, Barretos e Ibitinga. Prudente de Moraes saiu-se vencedor em sete delas, com *721 votos*, o Conde do Pinhal em três, com *623 votos*, e o Visconde da Cunha Bueno em três, com *492 votos*. O Conde do Pinhal foi batido por diferença mínima em Piracicaba (3 votos) e em São Carlos (2 votos). Cf. *Gazeta de Piracicaba*, edições de 01.09.1889 e de 04.09.1889.
68. A *Gazeta* congratulava-se com os agraciados, mas Arsênio em "Gravetos", referia-se às comendas para enfeitar as casacas, às coroas para as cimalhas dos palacetes e aos *stores* das carruagens, como busca de apoio para o governo de Ouro Preto e para a Coroa. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 29.09.1889.
69. Este viera a Piracicaba, sede do grande adversário, em busca dos votos conservadores. Prudente apelava ao voto independente e à consciência do eleitor, lembrando o seu passado, oferecendo o seu programa defendido nas conferências públicas, nas cartas circulares: "[...] bem sei que o meu competidor, além do prestígio pessoal, dispõe dos poderosos elementos oficiais, como candidato governista [...] da máquina eleitoral" (*Gazeta de Piracicaba*, edições de 27.09.1889 e de 29.09.1889).
70. Cf. "Ao Eleitorado Republicano", *O Paiz*, Rio de Janeiro, ed. de 03.09.1889.
71. Cf. Célio Debes, *op. cit.*, p. 125.
72. Em matéria paga "Ao eleitorado conservador", datada de 08.09, o barão de Rezende informava que partia com a família para uma estação de águas, em Caxambu, agradecendo aos eleitores do Partido Conservador haverem sufragado o seu candidato, enquanto declarava a sua intenção de não intervir nos trabalhos eleitorais do segundo turno. Era o sinal para a convergência em favor do conde do Pinhal. A mesma edição informava que o sr. conselheiro Antônio Prado estivera de passagem por Piracicaba, sem deixar nenhum pronunciamento, a favor ou contra. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 18.09.1889.
73. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 04.10.1889. Os pradistas parecem haver subestimado a força dos republicanos, acreditando na mecânica parlamentar.
74. "[...] Não tendo o Partido Conservador candidato seu na eleição de amanhã, nenhum eleitor tem obrigação de votar no Conde do Pinhal. A sua obrigação é abster-se". A mensagem partia de alguém que se dizia "um conservador firme" (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 04.10.1889). O mesmo argumento era desenvolvido pelo jornal conservador da Corte, *A Navalha*, que afirmava perceber, no programa de Ouro Preto, o governo a preparar "[...] com segurança e sem emoção o advento da República". Artigo transcrito (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 06.10.1889).
75. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 09.10.1889.
76. Representantes da "fusão monárquica" dirigiram-se à casa do juiz Rufiro Tavares de Almeida, arquiinimigo dos Moraes Barros, que recebeu em homenagem um *bouquet* de flores e lhes retribuiu com uma cervejada. Entre os participantes: o vigário Galvão, o alferes Inocêncio de Paula, o barão do Piracicamirim, o dr. Adolpho Nardy Vasconcelos e o italiano Pedro Paulo Lagreca. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 13.10.1889.
77. O agrossenhor Affonso Agostinho Gentil de Andrada Jr., importante proprietário de Santa Maria da Serra e *filho de chimango de 1842*, declarava-se desiludido com a atuação dos dois partidos monarquistas após a queda do último ministério. Conquanto desconsiderasse as idéias republicanas, por julgar que o Brasil ainda não se achava preparado, decidia-se pelo PRP, comunicando aos seus correligionários não ser mais conservador. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 17.10.1889.
78. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 30.10.1889.
79. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 15.11.1889.
80. Manifesto do Congresso do PRP, de 24.05.1888, consentâneo à reafirmação da estratégia em favor do abolicionismo e da condenação do 3º Reinado (Reynaldo Carneiro Pessoa, *op. cit.,* pp. 95; 105).
81. "Carta Política ao País e ao Partido Republicano", de 05.01.1889, onde também reforçava os argumentos do artigo do ano anterior, "A Pátria em Perigo" (Reynaldo Carneiro Pessoa, *op. cit.*, p. 138).
82. No Congresso geral do partido, realizado em São Paulo, Quintino Bocayuva foi eleito presidente do PR para o Brasil. Gozava do reconhecimento dos agrossenhores e da Comissão Executiva do PRP. O seu Manifesto foi publicado em 24 de maio em *A Província de S. Paulo* (*ibidem*, pp. 161-162).
83. Quintino Bocayuva, *Manifesto ao Partido Republicano, 1889*, p. 146.
84. Desde o primeiro turno das eleições gerais, agosto de 1889, parecia superada a idéia exposta por Quintino Bocayuva em "O Esquife da Monarquia ou Esquife que o Congo leva" (*O Paiz*), conseqüente ao atentado de 15 de julho: "[...] a Monarquia haveria de findar-se com o Imperador, ambos sepultados no mesmo sarcófago" (artigo de Quintino Bocayuva transcrito na *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 23.08.1889).

85. Em agosto, Quintino Bocayuva abrira guerra ao Ministério de Ouro Preto, tomando por lema a questão do federalismo, defendido por ele, apesar de rejeitado em convenção pelo Partido Liberal: "projeto para inglês ver". Cf. "Federação *in nomine*", artigo transcrito na *Gazeta de Piracicaba*, edição de 27.09.1889. O apelo ao sacrifício cívico repercutiu no jornal dos Moraes Barros: "Ao Eleitorado Republicano", artigo transcrito na *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 08.09.1889.
86. Luís Washington Vita, *Alberto Sales, Ideólogo da República*, p. 66.
87. A alocução pertence a Quintino Bocayuva (José M. de Carvalho, *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*, p. 49).
88. Foi o "casamento da razão" (Sérgio Buarque de Holanda (org.), *op. cit.*, II(5):308).
89. José Murilo de Carvalho, *op. cit.*, p. 40. Durante a década de 1880, o corporativismo militar foi testado, entre outras coisas, sob o efeito desgastante das Questões Militares. Haviam-se passado os grandes dias de Caxias e Osório. Entre 1881 e 1889, a Pasta da Guerra era ocupada por "casacas bacharéis".
90. Naqueles curtos dias conspiratórios a união foi possível porque que a campanha republicana sensibilizara importantes segmentos da sociedade, garantindo a intrusão civil liberal-cientificista num movimento militar que buscava a aceitação das elites. A parada militar que derrubou o Ministério de Ouro Preto podia conter, para alguns, o sentido de último ato das "Questões", para outros podia significar a sustação da perigosa reforma ministerial, mas era o primeiro passo da revolução pretendida.
91. A ressaltar-se o empenho jornalístico de informar, não procede a admiração de Aristides Lobo com relação aquela *facies* popular "bestificada", reativa à parada militar do dia 15 de novembro, conduzida pelas ruas centrais da cidade. A não ser que aquela *facies* traduzisse indiferença, em virtude do estado anoréxico de participação cidadã. Parece que sob a República nascente, a proverbial falta de lógica do povo passava por uma reinterpretação das elites, saindo do estado de inconsciência para o de bestificação.
92. "[...] os republicanos compreenderam habilmente que não convinha circunscrever a sua ação a uma política puramente abstrata, apertada, como uma aspiração platônica dentro dos limites das instituições monárquicas" (Campos Sales, *Da Propaganda à Presidência*, p. 22).
93. "[...] O sr. visconde de Ouro Preto pretendera, qual Júpiter, forjar raios para fulminar o republicanismo brasileiro, porém, a sua audácia perdeu-o" (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 20.11.1889).
94. No primeiro Boletim constam três telegramas, dois do dia 15 de novembro e um do dia 16 de novembro. No primeiro (tarde do dia 15 de novembro), de autoria de Paula Souza, citavam-se apenas os acontecimentos relativos à deposição do Ministério*: "[...] Revolta Militar. Ministério Prisioneiro. Ladário morto".* O segundo (noite do mesmo dia, provavelmente entre 22 e 23 horas) era de responsabilidade de Prudente de Moraes, que se achava em São Paulo desde o dia 07 de novembro, a rogo de Campos Sales: *"[...] Revolução militar triunfando no Rio. Governo deposto. República proclamada e governo provisório formado. Aqui grande regozijo geral. Adesão dos chefes conservadores".* O terceiro (16 de novembro), de J. Ferraz, trazia alguns nomes que integravam o Governo Provisório constituído no Rio de Janeiro (Deodoro, Quintino Bocayuva e Ruy Barbosa) e a composição do Governo Provisório de São Paulo (Prudente de Moraes, Rangel Pestana e cel. Mursa), encerrando-se com palavras de ordem e respeito, aconselhadas ao povo de Piracicaba. *Ibidem.*
95. A decisão obrigou Borges a preparar o segundo Boletim (datado de 17 de novembro), convidando o povo para a posse dos "prestigiosos cidadãos", enquanto pedia ordem e respeito. Com relação aos acontecimentos do domingo, discorreu sobre a passeata que se dirigiu à Câmara Municipal: a bandeira do Clube Republicano precedendo os três governadores aclamados, enquanto uma banda executava a Marselhesa. No interior da Câmara aguardavam familiares e personalidades. Entre os oradores destacou-se Manuel de Moraes Barros, que aproveitou para comunicar a sua nomeação para delegado de polícia de Piracicaba e a de Victaliano Ferraz do Amaral para subdelegado.
96. Cf. *Ata* da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Piracicaba, em 18.11.1889. ACMP. Um edital da Câmara comunicava à população do município achar-se instituído o novo regime no País, sob a forma de Governo Provisório, legitimado "pela soberania popular". Reconhecia o Governo Provisório de São Paulo, conclamando os cidadãos a respeitarem a nova fonte de poder, a manterem-se em paz. Em ofício enviado aos triúnviros do governo de São Paulo, a Câmara alegava estar possuída da convicção de que estariam "[...] bem defendidos o destino e o interesse da província de São Paulo" (Edital e Ofício da Câmara Municipal de Piracicaba, datados de 18.11.1889, ACMP).
97. O pastor James Lilbourne Kennedy convidava para o "ato religioso e patriótico", em reconhecimento metodista à proteção conferida pelos Moraes Barros aos fundadores do Colégio Piracicabano, pela defesa da liberdade de ensino e de religião, contida no Programa dos Candidatos, do qual Prudente fizera uma própria bandeira. Na tarde de 18 de novembro, Miss Martha Watts, a célebre educadora norte-americana e diretora do colégio, compareceu ao Clube Republicano, acompanhada das suas colegas e alunas, para participar artisticamente do programa, emprestando a sua solidariedade pessoal ao PRP e ao regime. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 20.11.1889.
98. [Um dos principais representantes deste estado de S. Paulo [...] na República dos Estados Unidos do Brasil] *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 27.11.1889. O dr. Manuel de Moraes Barros aceitou as homenagens e lembrou achar-se iminente a grande naturalização.
99. Precederam-nos, em São Paulo, os monarquistas dos dois

partidos, a convite de Antônio Prado e Augusto Queiroz, com o propósito de aderir aos governos provisórios republicanos. Levaram a Prudente de Moraes a sua solidariedade política, ouvindo deste que "[...] doravante só haveria um grande partido, o Partido Republicano" (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 22.11.1889). Havendo um dos presentes (José de Almeida Ribeiro) julgado necessária a convocação de todos os membros dos antigos partidos monárquicos, o barão de Rezende opôs o seguinte argumento: apesar de razoável, a pretensão se inviabilizava na prática. O importante era buscar um meio prático de manifestar a adesão imediata ao novo regime, sem outra convocação, convindo que os presentes o fizessem junto aos amigos, convidando-os a apresentar as suas adesões pessoais, deixando a convocação geral para ocasião oportuna, quando se tivesse de qualificar o futuro eleitorado ou o candidato à Assembléia Constituinte. Cf. *Ata* da reunião monarquista de Piracicaba. *Idem.*

100. Posteriormente, a *Gazeta* aceitou as retificações, vindas da parte do barão de Rezende, ao que publicara. Este esclarecia não haver ocorrido nenhuma reunião dos antigos partidos monárquicos, apenas de alguns de seus membros, os quais, entendendo ser conveniente propor aos seus correligionários a adesão explícita ao novo regime, precisavam deliberar de comum acordo. Persistia a entente que derrotara Prudente em outubro daquele ano. O barão de Rezende fizera questão de enviar a *Ata* da reunião monarquista de 25 de novembro.
101. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 04.12.1889.
102. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 20.11.1889.

3 | A Primeira Década Republicana

A Força da Terra

[...] O progresso se transformava numa espécie de obsessão, orientando a modernização do espaço urbano e de um novo estilo de vida, entre 1890 e 1914 [...] Mas apesar das inovações, permanecia o caráter predominantemente rural da economia e da sociedade brasileira. Sônia Regina de Mendonça[1].

Pelo fato de incorporar as transformações estruturais na área do trabalho e do capital, a República promoveu políticas financeiras diversas. A princípio, o impacto monetário gerado pelo abandono do padrão-ouro e encerramento da emissão conversível caracterizou a experiência macroeconômica de Rui Barbosa (1889-1891), mas esta, pela sua incompletude, ensejou a reação monetária, deflacionista, para controlar os excessos, em nome do próprio saneamento.

As experiências financeiras realizaram-se durante os dois primeiros governos presidenciais, no bojo de acontecimentos de grande repercussão na opinião pública, como a venda dos estoques oficiais de ouro pelo ministro Araripe, em julho de 1891, a dissolução do Congresso, por Deodoro, em 20 de novembro de 1891, as ameaças de anarquia e a 1ª Revolta da Armada, a renúncia do primeiro presidente, seguida da ascensão de Floriano Peixoto, os revanchismos monarquistas, a guerra civil no Sul e a 2ª Revolta da Armada.

Conseqüente à mudança do regime, realinhavam-se as oligarquias de agrossenhores estabelecidas nos Estados. O reposicionamento político, mesmo em São Paulo, não era isento de tensões, como se observou durante a primeira dissidência perrepista, em 1891. As crises cambiais, de 1890-1891 e de 1896-1897, ligadas à desvalorização do mil réis, com repercussões sobre o poder de importar e o custo de vida, refletiam a crise da cafeicultura e prenunciavam a moratória de 1898-1900. Esses fatos vieram de permeio ao reordenamento da inserção do país na economia internacional, da qual faziam parte os grandes investimentos estrangeiros, ingleses, franceses, alemães e norte-americanos.

A crise da cafeicultura, experimentada nos primeiros anos da República, seguida do colapso dos preços, em 1896-1897, e das grandes dificuldades orçamentárias para os Estados produtores e para a nação, achava-se vinculada à instabilidade macroeconômica que caracterizava a economia primário-exportadora. Esta estava sujeita à realização em moeda estrangeira, às flutuações da demanda e dos preços do café, o que era agravado pela superprodução e por influências exógenas, como as crises financeiras que vieram a afetar o poder de compra dos consumidores na Europa e nos EUA.

Constatou-se, na primeira década republicana, a vulnerabilidade da economia aos choques externos, com conseqüências sobre as receitas e as divisas do país, que praticamente dependia da monocultura, dado o peso das exportações do Sudeste. O café vinha em surto expansionista no Império, mercê da demanda e dos bons preços internacionais, ficando com 65% do peso das exportações, provocando em São Paulo, devido à disponibilidade dos fatores, a afluência em meio aos agroexportadores, a expansão das forças produtivas no geral, os surtos ferroviário e imigracional, que se conjugavam, estimulando a superprodução na cafeicultura.

O fenômeno da hegemonia dos casarões, experimentado na vida político-partidária do Oeste durante o Império, consolidava-se na Primeira República, à medida que São Paulo se transformava sob o café. Em trinta anos, as ferrovias cobriram um terço do seu território. Restavam, ao final do século XIX, os espaços a SO, de Santa Cruz do Rio Pardo para a frente; a N, de São José do Rio Preto para NO; de Bauru para a frente. A vastidão das fronteiras alimentava a expansão dos fatores produtivos no interior da monocultura cafeeira, deitando as conseqüências que se manifestaram no âmbito global da economia.

Até 1890, os cafeicultores, em geral, deixaram de tomar consciência dos perigos a que estavam expostos, uma vez que a produção do Sudeste permanecia nos limites da demanda internacional. Entre 1890 e 1894, os preços do café se mantiveram estáveis, apesar das crises que atravessava o novo regime[2]. As dificuldades da cafeicultura, subseqüentes à superprodução, atingiram os limites, em 1894, quando a demanda se reduziu, provocando declínio nos valores de mercado. Retidos os estoques da safra de 1895-1896, as receitas de divisas acompanharam a queda, chegando-se ao colapso dos preços em 1896-1897[3].

A situação tornou-se crítica para a maior parte dos cafeicultores, pois os seus recursos estavam imobilizados na monocultura. As pressões do setor importador se exerciam no sentido de forçar para baixo os preços, que em 1899 chegaram ao patamar mínimo. Achando-se todos os fatores econômicos concentrados na monocultura cafeeira, a diversificação agrícola era tida como alternativa no mercado internacional, mas a idéia parecia inviável no momento. As baixas cambiais dificultavam a importação dos gêneros alimentares, agravando a carestia de vida e o surto inflacionário, com o seu corolário de tensões sociais. Por sua vez, os demais produtos brasileiros da lista da exportações (algodão, açúcar) experimentavam descenso desde 1881, apenas se mantendo a borracha, o mate, o cacau e o fumo[4].

Os Agrossenhores na República

Odilon Nogueira de Matos afirma ser impossível separar o estadista do fazendeiro[5].

Da mesma forma que não se separam das raízes agrárias o coronel, o bacharel, o deputado, o burocrata, os presidentes do partido, os intelectuais; quanto a estes, salvo exceções, poder, prestígio e conhecimento eram implícitos às condições do berço. Manuel Ferraz de Campos Sales teria sido a personalidade sintetizadora dessas configurações na Presidência da República; Jorge Tibiriçá Piratininga, na Presidência do Estado de São Paulo; e Antônio Francisco de Paula Souza na condução do projeto de ensino técnico paulista de nível médio e superior.

O poder de que podia ser dotado o agrossenhor, a partir da sua terra produtiva, da sua base proprietária e familiar, adquiria manifestação na política eleitoral das câmaras municipais, e, nos distritos eleitorais, pela sua vinculação aos escalões das oligarquias regionais, chegava à composição da mesa diretora do partido, principal centro de decisão política, aos congressos legislativos, à burocracia, refluindo dos altos escalões para as bases[6]. Da reciprocidade de sustentação advinha o apoio material irrestrito ao coronel, o titulado do poder local, que se via prestigiado, atendido, salvo[7].

Outro fenômeno político recorrente, o clientelismo, tendo como ponto de partida a parentela, consangüínea ou por afinidade, estabelecia alianças, compunha os grupos oligárquicos de São Paulo, a exemplo de Rodrigues Alves, em Guaratinguetá, de Arnolfo Azevedo, em Lorena, de Manuel Ferraz de Campos Sales, em Campinas, dos Almeida Prado, em Itu, dos Moraes Barros, em Piracicaba, de Cincinato Braga, em Araras, de Alfredo Ellis, em Araraquara, de Peixoto Gomide e do Coronel Fernando Prestes, em Itapetininga, de Rubião Júnior, em Botucatu.

A estrutura oligárquica do PRP refletia as diversidades regionais internas do Estado de São Paulo, pré-existentes à República, bem como a violência que permeava as relações de poder em níveis local e regional, as suas correlações no interior da sociedade, desde a banalização do cotidiano até as altas esferas do poder[8].

Paternalismo nas relações de poder local e regional, voto encabrestado. O fenômeno podia atingir manifestações violentas como os crimes de Araraquara, ou indiretas, quase desapercebidas, quando no plano da produção cultural, por não aflorarem na mídia. Como veremos no capítulo da parte II, ele esteve sutilmente ativo – embora não fosse o único responsável por eles – em 1896, nos desdobramentos que levaram ao encerramento do projeto de Escola Prática de Agricultura do engenheiro Morimont, em Piracicaba, durante o governo de Campos Sales, havendo, por presidente da Câmara, Paulo de Moraes Barros. Também se fez sentir durante os primeiros anos de vida do estabelecimento, em razão dos conflitos gerados em torno da segunda Dissidência (1901-1906).

No interior desse sistema de relações de poder, costumavam-se produzir pressões sobre a gestão financeira do país (política monetária, cambial, fiscal) e pela tomada de consciência na agricultura. Eram lançadas advertências sobre os perigos da monocultura e sobre a necessidade de defesa dos preços do café, de promoção da diversificação agrícola e da busca de modernização dos processos produtivos na exploração da terra, por meio do conhecimento científico vazado no ensino agronômico.

Nesse quadro de dificuldades, observa-se

que a acomodação da sociedade ao regime republicano não foi passiva, fez-se acompanhar de seqüelas tumultuárias, conflitos ideológicos e doutrinários, revanchismos, movimentos militares, disputas internas entre grupos dominantes e guerras civis. Na primeira década, esbarrou na inexperiência dos três primeiros governos e na ausência de mecanismos institucionais mantenedores da estabilidade política, antes de adquirir a formatação que lhe atribuíram as presidências civis.

Forças Disjuntivas

> [...] a nossa causa é a da autonomia e dos de São Paulo[9].

A República inaugurou-se sem ter previamente à disposição os mecanismos políticos de controle sobre os Estados e os poderes locais. Foi traumático manter o regime, na estrutura contratual pré-concebida (presidencialismo federativo), em meio a uma realidade marcada pela turbulência política e pela instabilidade financeira, agravadas pela crise da cafeicultura. Melhores condições de governabilidade só seriam atingidas após a concepção de um pacto extraconstitucional, ou "política dos governadores", que viria a corresponder a uma nova chave do sistema de poder, aplicada nos Estados da federação[10].

Nascido em 1873, no Oeste paulista, o Partido Republicano Paulista (PRP) converteu-se num partido de expressão nacional, havendo por figuras emblemáticas os seus representantes oligarcas, logo transferidos para o Rio de Janeiro[11]. A princípio, o PRP fora dotado de coesão e força decisória; alcançada a República, viria a ser testado em como assimilar adesistas, arrivistas e interessados, sem perder sua estrutura original ou sair do controle dos seus fundadores, os históricos. O primeiro grande abalo em sua unidade ocorreu após a eleição constitucional de Deodoro da Fonseca à Presidência da República, por uma série de episódios que caracterizaram a chamada primeira Dissidência (1891).

Às mais importantes lideranças históricas do partido, instaladas no Rio de Janeiro, parecia inaceitável o governo de Américo Brasiliense, com suas alianças exóticas, a dispor da proteção federal e da máquina eleitoral, havendo por aglutinar o seu grupo e vencer as eleições para a representação estadual. Na 1ª Legislatura paulista (segundo semestre de 1891), os históricos ficaram praticamente isolados, alcançando apenas um terço do Congresso estadual. A corrente tradicional dos históricos via-se ameaçada de superação dentro do próprio partido que fundara. A reconquista do poder teve de esperar por circunstâncias favoráveis e pela oportunidade que se ofereceu, após o fechamento do congresso federal por Deodoro, em 3 de novembro desse ano. No geral, os congressistas abandonaram o Rio de Janeiro, retornando aos seus Estados para preparar a resistência.

Em 23 de novembro, ocorria a 1ª Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, apoiada pelas resistências civis nos Estados, levando Deodoro a renunciar. Floriano Peixoto cedo entendeu que não poderia dispensar o apoio das oligarquias civis, presentes num congresso, em que Prudente José de Moraes Barros presidia o Senado e Bernardino de Campos, a mesa da Câmara. Para estes, a oportunidade afigurava-se propícia à derrubada dos governos e deputações favoráveis a Deodoro, em São Paulo, crescendo o movimento de oposição a Américo Brasiliense.

Sob aparente neutralidade, durante o mês de dezembro (1891), Floriano consentiu no avançar das intenções, isolou o conflito paulista, sem consentir no auxílio militar federal pleiteado por Américo Brasiliense, fato que significava entregá-lo à oposição[12]. Esta decidira-se pela deposição do governo, naquele velho estilo de coligação do Oeste, manejado do interior contra a capital, por intermédio dos chefes políticos locais ligados aos "históricos": Moraes Barros, em Piracicaba, Ellis, em Rio Claro, Arruda Botelho, em São Carlos, Cunha Bueno, em Jaú etc.

Um movimento deflagrado (13.12.1891) pela Junta Revolucionária, integrada por Campos Sales, Bernardino de Campos e Júlio de Mesquita, fazia cair, em menos de um mês, o governo de Américo Brasiliense (15 de dezembro), sucedendo-lhe o vice, João Alves de Cerqueira César, cunhado de Campos Sales[13]. Esse era o clima que pairava sobre o governo e a 1ª Legislatura paulista, durante o segundo semestre de 1891, quando Luiz Vicente de Souza Queiroz tratou do seu projeto de escola. "[...] Conspira-se sempre [...]", admitia Campos Sales[14].

O segundo esforço na retomada do poder tinha como alvo o Congresso estadual, que permanecia intacto. Cerqueira Cesar dissolveu-o por decreto (29.01.1892), sob a alegação de que se achava incompatibilizado com a opinião pública por haver apoiado o golpe de Deodoro, e marcou eleições para a 2ª Legislatura paulista. O PRP era submetido a expurgo, as chefias municipais resguardadas, e a "máquina" eleitoral azeitada para garantir as representações de interesse (eleições de 07.03.1892) no Congresso. Em agosto, Bernardino de Campos assumia a Presidência de São Paulo para um mandato de quatro anos, até 31.04.1896, as antigas lideranças restaurando a hegemonia dos casarões do Oeste, a visão dos históricos prevalecendo no partido.

No episódio de perda e recuperação do poder, firmou-se um pacto menor, de apoio ao presidente (Floriano Peixoto), como parte da estratégia indispensável à defesa da "autonomia paulista" e do poder perrepista, assegurados em mãos das lideranças históricas. O governo de Bernardino de Campos concedeu auxílio material a Floriano Peixoto em armas, gente e capitais, colhendo dividendos, no momento da sucessão presidencial. Não importava se essa política vinha a afetar, pelo atraso e cortes de verbas, o projeto de implantação do ensino agronômico que o engenheiro Morimont empreendia na Fazenda São João da Montanha, em Piracicaba[15].

Em 1893, a organização do Partido Republicano Federal (PRF), dotado de abrangência nacional e voltado para a coordenação dos políticos em favor da eleição de um presidente civil, foi tarefa da qual se desincumbiu Francisco Glycério[16]. A convenção do PRF escolheu os nomes de Prudente José de Moraes Barros e Manoel Victorino, que foram eleitos e diplomados no segundo semestre de 1894, apesar das incertezas[17].

Em São Paulo, prevaleceram os realinhamentos e os expurgos (1891 e 1892), indispensáveis ao controle interno do sistema eleitoral. Embutidos os regionalismos sob a defesa intransigente do federalismo, fundamental para a autonomia do Estado, parecia consolidar-se a posição do PRP conduzido pela poderosa Comissão Central[18].

Para Prudente, foi quase impossível governar, potencializada a instabilidade do poder, alimentada pelas crises na política, nas finanças e na cafeicultura. A difícil relação entre o poder central – que a República

presidencialista conferia ao Executivo – e o Legislativo remetia ao sistema eleitoral praticado nos Estados, estando aí implícitas as fontes da anarquia que Campos Sales, arguto observador instalado com segurança no governo de São Paulo, apontava como o elemento perverso das democracias, que precisava ser combatido, para não se expor ao descrédito o regime[19].

A forma como Prudente eliminou do jogo do poder, após a derrota da insubordinação dos cadetes da Escola Militar (1897), o PRF e seu chefe, Francisco Glycério, já preconizava os futuros passos do presidencialismo contra o "elemento perverso". Era a antecipação da fórmula de que o poder estadual devia achar-se em conexão com o centro; que a concepção federalista implicava na submissão das partes para com o todo; que, na pretendida República, o chefe do Executivo não devia reconhecer a intermediação partidária, cabendo aos representantes do Congresso ficar em afinidade com os Estados onde eram sufragados, para o alinhamento favorável das bancadas parlamentares.

Essa concepção de poder tornou-se vitoriosa pelas circunstâncias inéditas que o país atravessava, somadas ao atentado sofrido pelo presidente, em novembro de 1898. Campos Sales incorporou a necessidade e a urgência de um novo pacto social, de natureza oligárquica, suficiente para regular as relações entre os poderes; em nível estadual, entre os chefes locais e o governo, e em nível de federação, entre os Estados e o Centro. Buscou-se uma nova chave para o sistema de poder, o que punha em foco os manipuladores do processo eleitoral, a serviço da sustentação das lealdades parlamentares.

Campos Sales apresentou-se como candidato da ordem contra a anarquia, conservador no espírito republicano e credenciado para o cargo de chefe de Estado. Para ele, a vocação natural do governo era administrar (a premência administrativa advinha da questão financeira), livre das injunções parlamentares, que deveriam ficar sob o resguardo de um mecanismo (a chave) mantenedor, com isso pesando pouco os vícios revelados pelo sistema. A "Política dos Estados" (também chamada dos "Governadores"), deveria converter-se no antídoto contra o elemento perverso das democracias[20].

Em nome desses interesses promoveu-se, em 1901, a candidatura de Bernardino de Campos, em retorno ao governo de São Paulo. Mas esta veio contra a lógica dos "históricos" do partido, para os quais a sucessão devia processar-se por escolha dos chefes oligarcas, no interior da Comissão Central do PRP, em respeito à autonomia paulista[21].

A Consciência da Terra

Como manifestação desta consciência, o ruralismo constituiu-se numa das facetas peculiares à mentalidade dos agrossenhores durante a Primeira República. Tomou a forma de movimentos políticos, debates, projetos e formulações discursivas para a sustentação de estratégias e realização de interesses agrários das frações dominantes da sociedade.

Independente do modelo ruralista francês contemporâneo, teve origem na insegurança que se refletia sobre os interesses dos agrossenhores, espécie de reação fisiocrática às transformações estruturais experimentadas pelo país de bases agrárias durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Quando se tentou formalizar o projeto de

ensino superior no Legislativo paulista, que não trai as suas origens agrárias, o ruralismo foi norteador da chamada modernização conservadora e o ensino agronômico veio a ser uma das suas propostas prioritárias[22].

É que na sociedade havia-se começado a produzir procedimentos de valorização de tudo o que se aproximasse da civilização européia e desvalorização de tudo o que dela se afastasse, tornando inevitável a identificação entre o homem "adiantado", urbano, e o "atrasado", rural – fenômeno paralelo ao dia – contraponto entre o moderno e próspero, dos países em fase de revolução industrial, e o Brasil, pouco escolarizado e sacudido por crises[23]. Por reação simultânea, em época de expansão e transformação das cidades, a poderosa influência do urbano sobre o imaginário predispunha à aceitação dos modismos provenientes da Europa e dos Estados Unidos.

O fenômeno não tardou a despertar a reação ruralista, passando a identificar atitudes ideológicas peculiares na Intelectualidade *e* formulações de interesses comuns entre os grupos de dominação[24]. A relação de contraponto apelava para as virtudes do campo, ambiente sadio para a formação do caráter, ideal para se viver e fixar a mão-de-obra, isento dos "vícios da cidade". No setor da produção, o Ruralismo defendia a agroindústria, para a qual o país teria nascido vocacionado e para a qual estaria nacionalmente destinado. Na lavoura, propriamente dita, assumia a tese da modernização. Identificaram-se diversos "ruralismos", manifestando-se no Legislativo através dos seus porta-vozes, ou assumindo variadas formas de pressão sobre o Executivo e os Poderes da República, conforme os viéses de fonte liberal, spenceriana e positivista.

Nas tribunas e salas de conferência, no publicismo e na literatura, deram ganho de causa à tese da vocação agrícola do Brasil, embasando a prática discursiva da Intelectualidade no geral, tipificando uma das suas atitudes mais características, ao privilegiar, durante a crise da última década do século XIX, *a educação técnica*, susceptível de aplicação prática imediata. Não escapavam a uma certa dose de utopia romântico-naturalista, ao repassar aspirações sublimadas para o coletivo, sob a idéia de progresso e otimismo[25]. Esse aspecto manifestou-se quando se buscou elaborar um projeto de ensino pela transformação da comunidade, nacionalmente imaginada, por meio de uma agricultura regenerada pela ciência.

Em suas análise sobre o projeto de ensino superior em São Paulo, Elza Nadai mostra-nos esse projeto como um produto liberal na linha da ideologia do progresso e do desenvolvimento, a serviço da burguesia paulista, e como seu instrumento de dominação, via Estado ou partido[26]. Sem buscar explicações para o fracasso do ensino superior agronômico em suas primeiras tentativas, ela nos oferece, em suas análises dos discursos do Legislativo paulista, um bom entendimento sobre as relações entre a mentalidade utilitária e preconceituosa com relação ao trabalho manual de grande parte dos congressistas e os seus conceitos sobre ciência, ensino superior e modernização da agricultura.

Os viéses ideológicos não esgotam a criação, tampouco os modos coletivos de ser, pensar, sentir, tecer aspirações e construir produtos culturais, quando se referem a questões educacionais ou aos modelos de ensino propostos na última década do século XIX. A escola, agência de saber/saberes, sempre foi o *locus* privilegiado da transmissão da cultura,

guardando nos seus campos específicos de conhecimento e de investigação os esquemas de pensamento particularizados. Tem por finalidade e função proporcionar a disposição geradora e sistematizadora dos esquemas mentais aplicáveis em campos diferentes de pensamento e ação, e oferecer um produto ao final de sua programação, que se transfere à sociedade como um agente do saber, o profissional formado. Ele próprio, uma inovação[27].

As Luzes da Terra

A consciência da terra agricultada, do *ager*, aflorou com intensidade na primeira década republicana, desnudando as limitações da economia. Os interesses das frações da classe dominante expressavam a consciência do agrário, a partir da configuração básica, o agrossenhor, cujo modelo não se esgota, do qual não escapa o próprio Paula Souza, inovador no rumo da industrialização. Independente do grau de envolvimento dos porta-vozes da Intelectualidade, a questão básica da economia, a agricultura, era concebida como indústria matricial e tratada como pilar de sustentação da sociedade, devendo submeter-se à modernização.

Talvez o mais constante e perene defensor dessa modernização, pelos efeitos duradouros da sua obra, tenha sido o médico Luiz Pereira Barreto, em virtude de sua atuação em quase todos os níveis de interesse da sociedade, entre 1880 e 1920, a ponto de ser considerado o seu principal mentor[28]. O positivismo lhe forneceu as categorias analíticas para o Brasil, cuja realidade a ele se afigurava assustadora, após o seu retorno da ilustração na Europa e graduação pela Universidade de Bruxelas, Bélgica. Médico, enxergava o país como o grande enfermo vitimado por dois males ingênitos, a colônia e o escravismo, que respondiam pela mentalidade atrasada do brasileiro, em especial a do agricultor, inerte, infenso à tecnificação, praticando à base da foice e da enxada. A "cura" adviria da transformação no coletivo, da reforma das consciências, que deveria regenerar as mentalidades presas ao estado teológico e metafísico e conduzi-las ao estado positivo.

Parte essencial da reforma que defendia estava no sistema educacional, que devia ser aparelhado para oferecer o ensino dentro da classificação científica de Augusto Comte e formar o profissional técnico embasado nas ciências matemático-físicas e da natureza, a serem ministradas nas escolas secundárias e superiores, indispensáveis à agricultura e à indústria do país[29].

De certa forma, os seus principais artigos na imprensa se achavam imbricados na agricultura, no ensino e na renovação das idéias. No geral, envolviam questões relativas ao povoamento seletivo e a imigração espontânea, a pequena propriedade e o aproveitamento intensivo do solo; à comprovação da fertilidade das terras paulistas – em desmentido ao propalado sobre a geologia brasileira, que se dizia formada por solos estéreis de laterita, prejudicial à imigração não subvencionada; à salubridade do clima, comprovada pelo saneamento da febre amarela e a prática da viticultura, capaz de fixar o europeu; ao aproveitamento do trabalhador nacional, tese polêmica de que outros se ocuparam e que contrariava a política de imigração implantada.

Foi um intransigente defensor da diversificação agrícola e da agroindústria como alternativas à monocultura. Associava a monocultura agroexportadora à crise

financeira, à vergonhosa importação de gêneros alimentares e à carestia de vida. Atribuía a crise da cafeicultura à responsabilidade do fazendeiro e à ineficácia dos governos no aproveitamento da potencialidade dos recursos. Na raiz do debate sobre a modernização da agricultura, ele introduzia o discurso sobre a mudança nas mentalidades.

Em 1901, avaliando a intensidade da crise e as mudanças que ela provocava na visão do agricultor, ele constatava que este já se apercebera de todos os perigos a que se achava sujeito, parecendo haver chegado a um consenso quanto à necessidade de promover a policultura, de armar as novas gerações do preparo intelectual necessário para o atendimento das exigências nacionais. Com certo alívio, anunciava que a antiga visão de que o café "dava para tudo", parecia esgotar-se nos seus próprios limites. Era parte desse quadro a constatação de que os antigos fazendeiros não podiam recuar, da posição assumida, sem destruir os capitais imobilizados. Exortava os jovens a inovar, para que não precipitassem a marcha da geração mais velha rumo ao desastre, servindo-se da alegoria da "procissão de carneiros caminhando para o abismo"[30].

Posição semelhante era a de outro brasileiro ilustrado no exterior, o agrônomo saído da École Nationale d'Agriculture de Montpellier, Antônio Gomes do Carmo, mineiro de nascimento, mas atuante no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde se tornou editor da famosa *Revista Agrícola*, porta-voz da Sociedade Pastoril e Agrícola, na qual escreviam as principais lideranças do ruralismo: Pereira Barreto, Domingos Jaguaribe, Carlos Botelho, Luiz Vicente de Souza Queiroz, os estrangeiros, Franz W. Dafert, Léon A. Morimont, Orville Derby e Albert Loefgren. O inconformismo com a realidade brasileira, que se percebia nos jovens que retornavam da Europa, produzia reformadores – situação comum entre os verdadeiramente ilustrados da sua geração – e bons críticos. Nos EUA, estabeleciam o paradigma de nação bem-sucedida, graças ao seu sistema educacional e regime político; na Europa, a referência matricial de civilização.

Falando como agrônomo, na sua principal obra, *A Reforma da Agricultura Brasileira* (1897), convencido de que a inferioridade produtiva do Brasil devia-se à natureza da agricultura que se praticava e à falta de educação agrícola do seu povo, deixava uma mensagem forte, com a intenção de acordar a classe produtora do país: "[...] Somos, ainda, tão atrasados e primitivos na arte de lavrar a terra quanto eram-no os primeiros homens que a cultivaram, há mais de seis mil anos"[31].

A sua tese predileta era a da *Agricultura Inteligente*, ou seja, racionalizada (científica) e mecanizada, submetida a investimentos de capital, ciência e tecnologia, que se traduziam em lucros certos, com vantagens adicionais sobre a poupança dos braços. A solução proposta, no geral, para o desenvolvimento do país constava de um receituário otimista, propiciatório da liberação dos fatores para a agilização das forças produtivas no setor primário da economia.

As máquinas deviam substituir os milenares instrumentos da roça, a enxada, a foice, o machado; os homens livres deviam habilitar-se para o trabalho mediante treinamento; qualificar-se por ação educativa e escolaridade específica, não apenas nas escolas agrícolas, mas nas fazendas-modelo, nos campos de experiência e demonstração, a exemplo do que se transformaram a fazenda Contenda, do cel.

Jacintho Gomes, em Minas Gerais, e a fazenda do barão Geraldo de Rezende, em Campinas, por orientação de Ernest Lehmann, subdiretor do Instituto Agronômico de Campinas (IAC). Os métodos científicos de cultivo deviam substituir em definitivo os antigos tratos culturais, os métodos rotineiros herdados do passado[32].

Era sua intenção demonstrar que em São Paulo não faltava mão-de-obra. A residual, constituída pelo trabalhador nacional, por ser injustamente tachada de inabilitada, vinha a favorecer a imigração subvencionada; quando treinada ou qualificada, pela instrução profissional, a exemplo do que ocorria nas nações que introduziam o ensino agrícola obrigatório nas escolas primárias, deveria equiparar-se à mão-de-obra de origem estrangeira. A idênticas conclusões havia chegado, em 1895, o engenheiro Léon Alphonse Morimont, diretor na Fazenda São João da Montanha, em Piracicaba.

Ambos, Léon A. Morimont e Ernest Lehmann, demonstraram o rendimento do trabalhador residual de origem escrava, quando submetido a treinamento adequado. Assim dizendo, atingiam susceptibilidades ligadas ao empreendimento da imigração durante a fase de Campos Sales, homem forte do partido no governo de São Paulo, agora na Presidência da República. Em 1902, E. Lehmann já não integrava os quadros do IAC, mas por sua projeção de cientista e agrônomo tornara-se diretor da Real Escola Agronômica de Munsiedel, na Alemanha. O próprio Antônio Gomes do Carmo, ao defender a qualificação do trabalhador nacional e a imigração espontânea, deixou de receber o interesse momentâneo da parte do governo para a recriação do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), que sendo alvo de uma das maiores campanhas da Sociedade Nacional da Agricultura, RJ, só foi institucionalizado entre 1906 e 1910.

A mentalidade do lavrador brasileiro, no final do século XIX, era posta sob crítica severa da parte dos agrônomos e membros da Intelectualidade, particularizando a rejeição que faziam aos recursos científicos e à educação técnica. Havia pontos em comum na crítica que se fazia ao modelo agroexportador, à agricultura predatória, que erradicava a mata, explorava irracionalmente o solo e seguia adiante (agricultura extensiva); ao desnudamento do solo e à razia ecológica, que, combinados à expansão ferroviária, tornavam-se indutores das alterações climáticas e desertificação[33]. Aos maus hábitos da educação, Carmo oferecia como prática de ensinamento a experiência mineira, onde o trabalho fora desorganizado pela Abolição, seguida dos implementos sobre mecanização realizados no Vale do Paraopeba, em Itabira do Campo, na Fazenda Contenda, do cel. Jacintho Gomes, seu pai, em 1890[34].

Tornou-se consensual, entre os membros da Intelectualidade de São Paulo, o reconhecimento da ciência como elemento transformador da economia e da educação, como necessária à felicidade dos povos. O projeto do ensino técnico de nível superior e médio foi defendido sobre essa base pelos seus representantes comprometidos com as áreas da saúde, agricultura moderna e industrialização.

Antônio Francisco de Paula Souza, tido em São Paulo como o principal teórico da industrialização, o foi também para o ensino técnico de níveis médio e superior, pelo seu envolvimento com o projeto da modernização da economia e da sociedade, por meio das

engenharias que implantou, inclusive a agronômica (1894), na Escola Politécnica[35].

O seu pensamento vazou no projeto de ensino superior paulista, através da experiência didático-pedagógica que reproduziu, mediante a organização curricular, a sistematização dos conteúdos programáticos das ciências básicas e aplicadas, a introdução dos métodos experimentais, enfim, do *modus operandi* de uma escola politécnica. Nunca se desvinculou das culturas germânicas, cujo espírito pragmático sempre elogiou: "[...] porque a instrução técnica teve o seu berço nas oficinas e nos campos, nos laboratórios onde se dava essa educação, aliás, empírica"[36].

A constatação do empírico associado ao pragmático, no início da Revolução Industrial, não o impedia de reconhecer que aquela fase havia passado, prevalecendo o pragmático na educação científica que ele próprio recebera e cujo espírito assimilara em sua formação, nos doze anos de permanência na Europa[37]. Levantava pesadas críticas ao país, quando estabelecia a oposição entre a potencialidade dos seus recursos naturais e o atraso material que o caracterizava. Responsabilizava o conservadorismo da sociedade brasileira pela ausência de conhecimentos técnicos e pela submissão às importações do exterior de todo o tipo de gêneros[38]. Convertido em crítico severo do sistema de ensino, tornou-se mordaz para com a cultura acadêmica dos bacharéis.

A instalação da Escola Politécnica guardava o significado simbólico do fechamento do compromisso político das elites com a ciência e a técnica contra o passado, na linha maniqueísta estabelecida entre a ciência e a ignorância, a virtude e o vício, a verdade e o erro. Esse pacto liberal-cientificista passou a contar com a adesão do que havia de mais expressivo nas elites da terra. Confirma-o o discurso do vice-diretor da Escola de Direito, dr. João Monteiro, naquele ato a falar como representante dos "filhos da Academia" sobre a modernização e o progresso do Estado de São Paulo, doravante confiados aos cientificistas e tecnicistas. O grupo dos ilustrados nas ciências matemático-físico-naturais passava a ser interpretado como o legítimo portador do método experimental, agora centrado no projeto de ensino técnico a fundamentar o progresso[39].

O médico Cesário Motta Jr., secretário do Interior de Bernardino de Campos, naquela ocasião, expressava a mesma adesão pactual da Intelectualidade com a ciência; desta com o ensino, em favor do progresso material. Era defensor da expansão da escolaridade nos três níveis (até a universidade), a fim de conferir sustentação ao intencionado desenvolvimento, no contexto das transformações materiais já operadas[40]. Se fazia tábula rasa da educação antiga, também reconhecia que no plano das forças produtivas havia que inovar, que o atraso tecnológico impedia o acesso à riqueza potencial do país: "[...] cumpre-nos resolver tudo isso acumulando energias que nos tornem verdadeiramente senhores da nossa terra"[41].

A explícita adesão ao pacto liberal cientificista, que continha a tese da educação técnica, era dada em meio à crise da primeira década republicana. Os lentes Alfredo Pujol e Anhaia de Mello também encareciam o valor utilitário da ciência pela sua aplicação ao progresso, do ensino das ciências como fator de transformação, num gesto de confiança no futuro da escola, de otimismo quanto à solução das dificuldades brasileiras[42].

O Caso Dafert e a Iniciação Científica em São Paulo

A Estação Agronômica de Campinas (Lei nº 3314 de 16.10.1886), obra do ministro Antônio Prado, foi criada nos últimos anos da Monarquia, fase em que o Sudeste começava a acordar para a questão da modernidade na agricultura. Em 1887, foi contratado na Europa, para organizar e dirigir a instituição, o químico austríaco Franz Wilhelm Dafert, saído da Universidade de Giessen, Alemanha. A obra desenvolvida por ele, nos primeiros anos de trabalho, não foi compreendida, em virtude de contrariar as expectativas de fazendeiros e políticos.

Dafert sempre insistiu na sua função de pesquisador, nunca de técnico voltado para respostas práticas imediatas, como forma de solução aos problemas urgentes da agricultura. Concebia a estação experimental dentro das finalidades científicas de pesquisa, com produção em médio e longo prazo, de mérito reconhecido pela comunidade científica européia, como se verificou com os seus trabalhos sobre nutrição e adubação do cafeeiro. No Brasil, teve rescindido o seu contrato pelo ministro da Agricultura (10.04.1890), por instância dos políticos "[...] por lhes parecerem demasiado teóricos os trabalhos em andamento", sem que o responsável lograsse convencê-los da sua necessidade. Foi reconduzido ao cargo, em 1891, por instância de Orville Derby, quando a instituição passou para o governo de São Paulo, transformada em Instituto Agronômico de Campinas (IAC)[43]. No ano seguinte, prestigiou-o o governo de João Alves de Cerqueira César, ao investir o crédito extraordinário que lhe permitiu reorganizar a instituição, onde permaneceu até 1897.

No final de 1892, a Fazenda São João da Montanha, com todo o patrimônio construído por Luiz Vicente de Souza Queiroz, passava para o Estado. Foi incorporada ao IAC, tornando-se Dafert a sua autoridade imediata, o responsável pelo envio a Piracicaba do cientista Ernest Lehmann, que ali permaneceu um ano como diretor. Vivenciando em Campinas os paradoxos entre a ciência, que pretendia virtualizar, e os resultados práticos, ansiosamente aguardados pela elite, somados às resistências opostas ao livre desenvolvimento da pesquisa, Dafert legou aos pósteros a seguinte observação: "[...] Cautela no emprego dos teoremas econômicos estrangeiros quando se tratar de questões paulistas!"[44].

Era antiga no Brasil a busca pelo conhecimento e aplicação das ciências matemáticas, físicas e biológicas, cujas raízes matriciais procediam do exterior, multiplicando-se os exemplos, nos séculos XVIII e XIX, de ilustrados com formação européia, convencidos da função pragmática da Ciência a serviço do progresso material e da necessidade que viam de integrar o país na cultura ocidental[45]. Porém, o fenômeno não fora suficientemente forte para desencadear uma atividade científica generalizada na área, de forma a abalar a tradição das humanidades ou a inovar pela introdução da cultura tecnológica.

A ciência básica e a pesquisa básica voltadas para o ensino, praticadas na área das exatas e naturais, vinham do Império e tiveram estimulação, nas últimas décadas do século XIX, por parte do positivismo e do liberal-cientificismo[46]. A pesquisa básica aplicada aos diversos ramos da biologia voltou-se inicialmente para a medicina e a agricultura, em virtude do combate às epidemias de febre amarela, peste bubônica, maleita, tifo, pragas da

lavoura, epizootias nos rebanhos[47]. Por falta de critérios epistemológicos sobre o próprio saber e os campos específicos de investigação, havia uma certa indiferenciação entre as áreas de abrangência do conhecimento científico, como por exemplo, entre medicina e biologia, ou entre as áreas de competência dos profissionais formados pelas politécnicas. Os poucos centros de atividade científica e pesquisa no Brasil eram: Museu Paraense (Goeldi), Instituto Agronômico de Campinas (Dafert), Institutos Bacteriológico e Butantã (Adolpho Lutz, Emílio Ribas e Vital Brasil), Museu Paulista (Von Ihering), Instituto de Manguinhos (Oswaldo Cruz)[48].

Em São Paulo, a partir da última década do século XIX, a experiência acumulada pelas escolas e institutos de pesquisa já começava a oferecer o indispensável lastro de conhecimento acerca dos padrões de qualidade e dos procedimentos transferidos do exterior para a sua alimentação *in loco*, bem como técnicos especialistas que divulgaram nos segmentos da sociedade a ciência e a pesquisa cultivadas. Era sentida a ausência da universidade como centro cooptador do conhecimento, em geral, e dispersor da pesquisa tecnológica, em especial[49].

Na última década do século XIX, a capital do Estado de São Paulo "[...] febricitava nas bases do progredir [...] O viver ganhou aceleração. Nas ruas ouvia-se algaraviar em dez idiomas"[50]. O alargar dos bairros proletários refletia o adensamento demográfico, o crescimento industrial, a revolução nos transportes, os efeitos da urbanização; a abertura da avenida Paulista (1891) e o inovar arquitetônico dos bairros elegantes mostravam o refinamento, a europeização dos costumes próprios de uma sociedade que se renovava, sem desdenhar as preocupações culturais. O governo estadual, na fase de Bernardino de Campos, fazia menção de prestigiar a cidade implementando o seu progresso com fundações de impactante modernidade, como a Escola Politécnica, instalada no palacete Três Rios. Além do Museu Paulista, o Ginásio do Estado e o prédio da Escola Normal da Praça da República eram tidos por coroamento da reforma educacional (Lei nº 88.1892), que fazia o ensino público paulista modelar para o Brasil[51]. Pela pujança da economia do Estado, a sua capital "[...] passou a pólo econômico mais dinâmico do País e a centro político, onde eram decididos os destinos da República"[52].

Poder político (Prudente de Moraes vencia as eleições para a Presidência da República) e riqueza concentrados tornavam-na centro de distribuição da cultura e visão no mundo dos empreendimentos. Nesse mesmo ano, inauguravam-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e a Associação Comercial, demonstrando que as forças vivas se achavam francamente expansionistas na pólis. Era portadora de uma intelectualidade meio nativa, meio européia, integrada por profissionais diversos, políticos, proprietários, homens de prestígio que podiam ser identificados na amostra do colegiado que formavam na cidade, quando se deu a fundação do IHGSP[53]. As preocupações desse colegiado tão representativo das elites podem ser conhecidas pelas finalidades culturais abrangentes do sodalício: "[...] a História e a Geografia", os temas "[...] literários, científicos, artísticos e industriais que possam interessar ao País sob qualquer ponto de vista"[54].

O Brasil possuía uma comunidade científica embrionária e rarefeita, distribuída pelos centros distantes da sua geografia, alimentada pelos nomes da ciência européia e norte-

americana (padrões internacionais) e por poucos brasileiros de formação no exterior. O seu desenvolvimento era obstaculizado pela falta de tradição, pelos vícios da educação e pelo passado, não admirando a fragilidade do desenvolvimento científico brasileiro ou que a técnica e a pesquisa guardassem o significado de atividades secundárias[55].

A ciência herdou um compromisso indireto com a República, uma vez que o comprometimento institucional desta era com a educação. Teve de aguardar por uma política mais favorável no século XX, fruto de interesses definidos, e pelo fortalecimento da comunidade científica em suas instituições de pesquisa, para produzir resultados em nível nacional, apesar dos ensaios positivos alcançados na Primeira República. Poderemos incluir nessa primeira etapa o trabalho científico produzido a partir da Escola Agrícola de Piracicaba, através do dr. João Baptista Vizioli, da Estação Experimental de Cana, no combate e erradicação nacional da epifitia do Mosaico, veiculada pelo vírus *Marmor sacchari Holmes*, entre 1922-1930[56].

No final do século XIX, em São Paulo, as ciências básicas e aplicadas foram introduzidas na educação profissionalizante, na área das engenharias da Escola Politécnica. Reconhece-se o seu êxito, bem como a influência que tiveram sobre a expansão da ciência, no geral, e da pesquisa científica, no particular, no desenvolvimento posterior de outras escolas, a de Agricultura, em Piracicaba (1901), a de Medicina (1913) e o Instituto Biológico (1927), na capital. Com produção científica ligada à educação, ou fora do sistema educacional, contribuíram essas instituições pioneiras para que o Estado de São Paulo, a exemplo do Rio de Janeiro, se convertesse num centro que possibilitou criar uma tradição científica, em resposta às solicitações de natureza estrutural e em interação com a sociedade da época[57].

A República e a Educação

Naquele final de século, as mentalidades eram informadas pelas correntes de idéias que adquiriam força de expressão com a Revolução Industrial, em marcha na Europa, EUA e Japão; as formas coletivas de pensar e sentir, os artefatos ideológicos, não só eram reagentes ao clima de mudanças como reativantes entre si. A dar-se razão a Rui Barbosa, "[...] a essência da República está no fundo das idéias liberais"[58], mas verificou-se que o seu evolver foi liberal-cientificista, terminando o século XIX com a sobrevivência da República e a esperança depositada na educação e na ciência; esta, subentendida como a força por trás da Revolução Industrial, alimentadora das ideologias do progresso, do desenvolvimento e do ufanismo que conviveram com atitudes mentais contraditórias, os sentimentos do atraso, da inferioridade, do pessimismo, *facies* da mesma situação circunscrita pelas transformações do país[59].

A República institucionalizou-se sob a Carta Federativa e, ao fazê-lo, devia atender às exigências da representatividade congressual mantenedora do regime; trazia por pressupostos a formação do cidadão (o eleitor) e da futura geração das elites, havendo a educação por instrumento privilegiado. O ideal da instrução pública a serviço da educação brasileira esteve presente nas mensagens presidenciais e nas inúmeras reformas do ensino empreendidas pela Primeira República, a partir de Benjamin Constant. Estas refletiram ensaios e erros no rumo do ensino público, velho compromisso republicano e constitucional, mas de valor

restrito, porque a República não incorporou nacionalmente a rede de escolas públicas em todos os níveis de ensino, exceto o primário, atribuindo ao secundário e ao superior características seletivas[60].

Na história da educação paulista, durante o Império, os colégios confessionais se destacaram no ensino secundário. No Brasil, excetuando-se o Colégio D. Pedro II (RJ), o Colégio São Luiz (Itu) e a curta experiência dos liceus provinciais, as melhores iniciativas correram por conta das sociedades maçônicas e paramaçônicas. No Colégio da Sociedade Culto à Ciência (1869), de Campinas, tiveram a sua formação Cincinato Braga e Paulo de Moraes Barros[61]. A educação para moças das famílias republicanas encontrou no Colégio Pestana (1876-1879), de Campinas, e no Colégio Piracicabano (1881), de Miss Martha Watts, as expressões da moderna educação[62]. A Sociedade Propagadora da Instrução, em São Paulo, chegou a ponto de conceber um projeto de ensino para todos os níveis, inclusive dotado do curso superior de agricultura[63].

Na Carta Federal de 1891, ensino superior e secundário foram liberados ao ensino livre, conquanto ao Estado se reservasse o direito de também criar escolas nesses níveis. A Carta Paulista seguiu-lhe as pegadas, mas durante a 1ª Legislatura (governo de Américo Brasiliense) o ensino livre e o oficial foram questionados, acabando por prevalecer certa conciliação de intenções: sem impedir o ensino particular e até podendo conferir-lhe subsídios, reservava-se ao governo a iniciativa em certas áreas de produção científica do conhecimento, como pediam os alegados interesses do Estado, relativos à medicina, engenharia, agricultura[64].

No plano federal, a República limitou-se à função de estimular e normatizar a educação, permitindo aos Estados testarem os modelos no secundário e no superior, principalmente no ensino técnico[65]. Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo tomaram iniciativas, notadamente o último, pela realização de duas experiências bem-sucedidas, as engenharias superiores na Escola Politécnica (1893.94) e o ensino secundário técnico-agrícola, na Escola Luiz de Queiroz de Piracicaba (1901).

Os projetos que se aplicaram a essas duas escolas demonstram o interesse em proporcionar técnicos habilitados para a modernização de São Paulo, após o surto de progresso experimentado nas últimas décadas do século XIX. O ensino técnico profissional de São Paulo já se achava avançado, bem como o de pesquisa científica, quando, em nível federal, se deram os primeiros passos nessa direção[66].

A proposta original de vir a qualificar, em São Paulo, um novo profissional, portador de formação técnico-científica, com sólido conhecimento das ciências básicas e ciências aplicadas, equivalia a formar o politécnico de nível superior dentro dos diversos cursos propostos, inclusive agronomia. A comissão de deputados que, em 1891, viajou para a Europa em busca de modelos educacionais e, depois, estagiou na Escola da Bahia apresentou o projeto de uma escola agrícola e veterinária, habilitada a "[...] dar os meios de aprendizagem [na agricultura] aos filhos de tantos distintos cidadãos"[67]. Foi aprovado na Câmara dos Deputados, em 14.08.1891, como projeto nº 20.

Passaria a conviver com outro, enviado pelo Senado, o projeto nº 13, que, após inúmeros debates, foi aprovado em terceira discussão (19.10.1891), visando a criar uma escola superior de agricultura, dez estações agronômicas com os seus respectivos campos experimentais e uma escola (secundária) de engenharia, destinada

a formar engenheiros práticos, construtores e condutores de máquinas, mestres de oficina e diretores de indústria. Essa escola de engenharia resultou de uma emenda do deputado Alfredo Pujol, defensor do industrialismo e da escola técnica.

O art. nº 10 do projeto oferecia um esboço de regulamento da escola, esclarecendo a natureza do ensino a ser ministrado (teórico e prático), a duração do curso (três anos), o currículo dividido entre as responsabilidades do ensino teórico (matemáticas elementares, mecânica aplicada a construções, elementos de ciências físicas, químicas e naturais, noções de metalurgia, acrescido de português, inglês e desenho) e do ensino prático ministrado nas oficinas com trabalhos de madeira, metais, máquinas e construção; incluindo-se exercícios militares[68]. Esse projeto converteu-se na lei nº 26, de 11.05.1892.

Ainda na 1ª Legislatura, o Senador Paulo Egídio de Oliveira Camargo apresentou o projeto de nº 18, de 13.08.1891, de natureza polivalente e endereçado "às classes principais da sociedade", como "[...] a dos lavradores, a dos industriais e a dos comerciantes"[69]. Visava, em primeiro lugar, à criação da Associação Protetora das Ciências de São Paulo, e por meio dela, à fundação de uma escola politécnica dotada dos cursos de agronomia e zootecnia, de artes e manufaturas ou engenharia industrial, de comércio, contabilidade e finanças, de um instituto de ensino científico anexo[70]. Esse projeto não se converteu em lei, mas a sua passagem pelo Congresso paulista revela um capítulo da emulação entre as próprias elites na busca de viabilidade aos seus ideais de progresso, onde se fundiam, não raro, utopias educacionais, propostas cientificistas e interesses de ordem material.

Observou-se no Legislativo certo confronto de pontos de vista sobre objetos semelhantes, quando se defendia a institucionalização do ensino técnico superior e secundário. Para muitos congressistas, o positivismo perpassava as elaborações políticas, os seus projetos de ensino reafirmavam a função salvadora da ciência, que partilhava a da virtude de ser indutora ao estado positivo. Os spencerianos integralizavam os fatos sociais, biológicos (orgânicos) e mentais (psicológicos) dentro do esquema seletivo e mecânico do evolucionismo, considerado *lei de progresso*. Todos os fenômenos da vida participavam da lei da evolução. Para os homens de consciência dividida, naquele período, o conhecimento não estava apenas no caminho da cidadania ou da realização da "riqueza das nações", reservava-se a finalidades positivas, utilitárias e pragmáticas quanto à otimização dos progressos das ciências da matéria e da vida.

Os avanços na pedagogia clássica moderna e no ensino técnico, tanto na Alemanha quanto nos EUA, repercutiram nas interpretações sobre a missão educativo-instrucional da escola e na orientação emprestada à organização dos currículos, dos conteúdos programáticos e dos métodos de ensino voltados para a adequação do técnico ao mercado de trabalho em expansão, provocado pela diversificação dos setores da economia[71]. Nas culturas nacionais, passou-se a valorizar o papel da ciência e da instrução científica escolarizada, por constatar-lhes a eficácia em superar o atraso das economias e criar condições para a instalação do progresso. Na América Latina, a repercussão dessa descoberta sujeitou-se às circunstâncias do seu desenvolvimento histórico.

A principal característica dos modelos educacionais germânicos, ou das escolas sob a

sua influência, era a interação entre as ciências básicas e as ciências aplicadas, no interior dos ambientes aparelhados por gabinetes, laboratórios, oficinas e espaços adequados ao ensino teórico-prático. Tais modelos tornaram-se conhecidos pelos brasileiros que fizeram seus cursos de formação técnica nas diversas engenharias e em medicina. Na América Latina e no Brasil (São Paulo), as idéias pedagógicas de Herbart estarão combinadas com as influências de Pestalozzi e Horace Mann, dentro das oportunidades oferecidas pelas experiências educacionais que se sucederam.

Nos cursos de formação técnica de nível médio e superior da Escola Politécnica de São Paulo, observou-se a reprodução, por Paula Souza, dos modelos germânicos, o Gymnasium de Dresden, o Polytechnikum de Zurich e a Engenharia de Karlsruhe; na escola secundária técnica de agricultura, a "Luiz de Queiroz" de Piracicaba, os modelos franco-belga-alemão, por iniciativa de Léon Alphonse Morimont, e do norte-americano, aplicado por Clinton Dewit Smith, além da própria Escola Politécnica de São Paulo.

Num país como o Brasil, dotado de potencialidades materiais, que se achava prestes a completar a sua configuração geográfica no continente, enquanto buscava construir uma imagem a respeito da própria nação, passavam a ser influentes os modelos políticos saídos da Revolução Industrial e a escolaridade desenvolvida como forma de adequação à modernidade e de solução aos problemas nacionais. A crítica ao modelo agroexportador, à monocultura e à cafeicultura, as propostas para a diversificação agrícola, a agricultura científica e o ensino técnico agrícola apareciam nesse contexto. Traduzia-se no sentido da realidade, tantas vezes manifesto pelos representantes das oligarquias no Congresso paulista, a vontade de mudar[72]. Mas sem ocultar representações preconcebidas com relação ao trabalho e à formação científica, seqüelas do sistema escravista de produção, como foram reveladas, em 1898, na fala do deputado Assis Cintra:

> [...] Pode o sábio (aquele que traz a formação científica pretendida pelo ensino agronômico) pegar no arado? Não [...] se formarmos uma escola em que se preparem sábios, nenhum deles irá auxiliar o lavrador[73].

A inferência negativa decorria em virtude de haver se tornado tradição o principal produto da escola, ser o doutor, bem como o fato de se apresentá-lo como aspirante a burocrata, numa sociedade em que conhecimento, *status* e poder se combinavam nos representantes das grandes famílias e nos bacharéis engajados nas carreiras do funcionalismo público.

Nasce o Ensino Técnico Público em São Paulo

> [...] a indústria moderna reclama a instrução técnica do operário como o meio [...] em que até agora tem dominado o empirismo puro. *Alfredo Pujol*[74].

Durante a 2ª Legislatura, os deputados Alfredo Pujol e Antônio Francisco de Paula Souza revelaram-se defensores do industrialismo, do setor que desejavam ver expandido na economia paulista e do ensino técnico para fundamentar o movimento. O primeiro apresentou a emenda ao projeto nº 13 (1891), de Domingos Jaguaribe, do que viria a resultar a escola prática de engenharia apensa à

Escola Superior de Agricultura e às dez estações experimentais. O projeto nº 13 se converteu na Lei nº26, de 11.05.1892. Paula Souza foi o autor do projeto nº 9.1892, causando admiração a rapidez com que tramitou em plenário: da apresentação em 20 de abril, foi a segunda discussão (02 de maio), a terceira discussão (20 de maio), até se converter na lei nº 64, de 16.08.1892, achando-se João Alves de Cerqueira Cesar na Presidência do Estado de São Paulo.

Paula Souza teve apoio daqueles que não eram favoráveis à introdução imediata do ensino superior, porque objetivava primeiramente a criação de uma escola preparatória de três anos para a habilitação dos jovens profissionais vocacionados às indústrias. Visava em primeiro lugar ao preparo técnico e a uma sólida formação de ensino secundário adiantado, que habilitasse aos cursos especiais a serem implantados no futuro: engenharia civil, engenharia mecânica, arquitetura, química aplicada à indústria, agricultura e ciências matemáticas e naturais. Esse era o espírito da lei nº-64, que criava em São Paulo uma escola superior denominada Instituto Politécnico, dotado de curso secundário preparatório (três anos) e cursos superiores especiais (dois a três anos)[75]. Em 1883, no governo de Bernardino de Campos, resolveu-se o impasse provocado pelas leis nº 26 e nº 64 (ambas criando um curso superior de agricultura), por meio de nova lei nº 191, de 24.08.1893, que organizava em definitivo a Escola Politécnica de São Paulo. Em 15 de fevereiro de 1894, a escola seria instalada com base no Regulamento de 1893, logo alterado pelo 2º Regulamento, de 20.11.1894.

O engenheiro politécnico, produto final dessa escola, seria a resposta da educação superior republicana aos desafios do período, o elemento técnico inovador, em atendimento ao mercado de trabalho que se expandia, às exigências dos transportes, da metropolização (urbanização, saneamento, construções civis etc.) e das indústrias. A instrução científica seria colocada a bem da prosperidade do Estado, por meio de uma agência de saber cujo objetivo primordial era ensinar a executar e a não praticar empiricamente. O binômio atrasado/adiantado era invocado amiúde, ressaltando-se o papel regenerador das ciências matemático-físicas, das ciências naturais, dos métodos experimentais, do verdadeiro saber a partir da observação e da experimentação [76].

A escola apresentava dois graus de ensino, o técnico superior e o técnico médio, denominado curso fundamental, que dava acesso ao curso técnico superior. Depois de dois a três anos, possibilitavam-se as carreiras de técnico profissional para o mercado de trabalho em fase de diversificação: contadores, agrimensores, engenheiros geógrafos, maquinistas, mecânicos. O currículo do curso fundamental compreendia dois níveis complementares: o curso preliminar de um ano e o curso geral de dois anos (2º Regulamento de 1894). Foi modelar para os cursos técnicos secundários estabelecidos mais tarde, inclusive para a Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz".

O curso preliminar abrangia uma cadeira com os seguintes conteúdos: matemática elementar, trigonometria, álgebra superior, geometria analítica e descritiva, desenho e escrituração mercantil. O curso geral abrangia oito cadeiras distribuídas nos seus dois anos de duração. 1º ano: geometria analítica e superior; cálculo infinitesimal; geometria descritiva; física experimental e meteorologia, incluindo aulas de desenho geométrico e ornamental. 2º Ano: mecânica racional (topografia, elementos de

geometria, astronomia); geometria descritiva e generalidades de arquitetura; química geral e noções de ciências naturais, incluindo desenho topográfico e elementos de arquitetura[77].

Os primeiros cursos superiores foram os de engenharia civil, industrial e agronomia (iniciada em 1897). O Regulamento de 1894 manteve esses cursos e introduziu o de arquitetura. O Regulamento de 1897 distingiu os cursos de primeira divisão, os superiores, e aqueles de segunda divisão, que habilitavam técnicos de grau médio. O curso de engenheiros agrônomos passava a durar quatro anos, além do curso preliminar de um ano. Avançando na experiência didático-pedagógica, a escola reforçava a formação nas ciências matemático-físicas e naturais, básicas e aplicadas, e aprimorava o modelo reproduzido em São Paulo[78].

Notas

1. Sônia Regina de Mendonça, *Ruralismo*, tese de doutorado apresentada ao Depto. de História da FFLCH-USP, 1990, p. 56.
2. A 2ª Revolta da Esquadra, em 1893, desorganizou o comércio de cabotagem, forçando a importar mais do exterior, aumentando a carestia de vida. Cf. Antônio Delfim Netto, *op. cit.*, p. 26.
3. Entre 1892 e 1896, a produção média era de 6 milhões de sacas, atingindo, na safra de 1896-1897 9,5 milhões e saltando para 11,2 milhões na seguinte. *Idem*, pp. 27, 30.
4. Cf. Antônio Delfim Netto, *op. cit.*, p. 33. Sônia Regina de Mendonça, *op. cit.*, p. 64.
5. Odilon Nogueira de Mattos, *op. cit.*, p. 121.
6. "[...] domínio que mostrava curiosa interdependência que ia desde o governador, virtualmente o presidente do PRP, até os pequenos sitiantes e lavradores que formavam a maioria da clientela eleitoral alistada" (Elias Thomé Saliba, *Ideologia Liberal e Oligarquia Paulista; A Atuação e as Idéias de Cincinato Braga, 1891-1930*, tese de doutorado apresentada ao Depto. História, FFLCH-USP, 1981, p. 105).
7. Essa era a essência do pacto Coronelístico que teve vigência na Primeira República. Cf. Rodolpho Telarolli, *Poder Local na Velha República*, p. 41.
8. Episódios de autoritarismo pessoal adquiriam proporções danosas ao próprio partido. Do linchamento dos Britos (1897), em Araraquara, em vingança à morte do cel. Carvalho, e do escândalo judiciário que se seguiu, os deputados federais Alfredo Ellis e Paulino Carlos passaram para a oposição a Campos Sales, denunciando a sua política avassaladora e prepotente em São Paulo, numa antecipação do repertório que se ouviria durante a Dissidência de 1901 (a segunda dissidência no interior do PRP).
9. Carta de Prudente de Moraes, datada de 10.04.1891, a respeito das interferências do Ministro Lucena em São Paulo, durante o governo de Deodoro; em Antônio Barreto do Amaral, *Prudente de Moraes – Uma Vida Marcada*, p. 160.
10. Um novo Regulamento Eleitoral qualificava o eleitor (Decreto de 19.11.1889), excluindo o censo e mantendo o critério da alfabetização, fato que elevou o eleitorado republicano para cerca de 2,0% da população global do país.Complementado pelo Regulamento Cesário Alvim (22.06.1890), o governo federal adquiriu o controle sobre o processo eleitoral, por meio dos intendentes municipais, nomeados pelo governo estadual, os quais passavam a ser responsáveis pela votação e apuração dos pleitos. A primeira experiência deu-se na eleição da Constituinte, assegurando a vitória dos candidatos apontados pelo governo estadual. Cf. Renato Lessa, *A Invenção Republicana. Campos Sales, as Bases e a Decadência da Primeira República Brasileira*, p. 60. Observamos que a meta era finalizada num Congresso favorável aos desígnios do Executivo, como solução à estabilidade política e à autonomia dos sistemas oligárquicos nos Estados federados. O Centro devia estar conciliado com as partes, uma vez que o poder vinha dos Estados, como sentira Prudente José de Moraes Barros.
11. Prudente José de Moraes Barros era governador nomeado para São Paulo (14.12.1889), de onde saiu para a Assembléia Constituinte, depois transformada em Congresso Federal. Disputou a presidência da mesa com Saldanha Marinho, derrotando as diversas correntes (21.11.1890), transferindo para a República o seu carisma de tribuno parlamentar da causa antimonarquista, apoiado pelos gabinetes ministeriais de Campos Sales e Glycério. Bernardino de Campos também se transferiu para a Câmara Federal. Em menos de um ano, achavam-se alinhados na Capital os chefes oligarcas do Oeste paulista, respectivamente, 7º e 8º Distritos. O sucessor nomeado para o governo de São Paulo foi Jorge Tibiriçá Piratininga, filho e herdeiro político de João Tibiriçá Piratininga, predileto das escolhas da cúpula perrepista.
12. Radicalizados os apartamentos das forças políticas em nível estadual, a única composição possível na marcha para a retomada do poder em São Paulo era estabelecer-se com o florianismo. Permanecia a dualidade de poderes e de situações, a elite do PRP participando do jogo político nas altas esferas do federal, mas alijada do domínio no próprio Estado, pela "dissidência" de Américo Brasiliense e seu grupo. Cf. José Ênio Casalecchi, *op. cit.*, p. 75.
13. Edgard Carone, *A República Velha (Evolução Política)*, p. 57.
14. Campos Sales, op. cit., pp. 114-115.

15. Segundo Bernardino de Campos, o apoio a Floriano jugulava dois temores, a anarquia militar no plano federal num período em que "nenhum civil poderia se agüentar na sela", e no estadual, contra a "canalha oposicionista" (José Ênio Casalecchi, *op. cit.*, pp. 78-79). A importância do apoio oferecido por São Paulo teve o reconhecimento de Floriano Peixoto, que se via ameaçado pelos movimentos de rebeldia, pelo Manifesto dos 13 Generais e a tentativa de *impeachment*, pela revolução federalista do RGS, particularmente no episódio da incursão de Gumercindo Saraiva em Santa Catarina e Paraná, exigindo a defesa das fronteiras paulistas em Itararé (março de1894) e pela 2ª Revolta da Armada (iniciada em setembro de 1893 e encerrada em março de 1894).
16. Foi partido que, havendo cumprido a sua finalidade, teve vida curta. Cf. José Sebastião Witter, *República, Política e Partido*, *passim*.
17. Floriano Peixoto hesitava entre o cumprimento constitucional e os apelos à ditadura militar. Cf. Maria de Lourdes Mônaco Janotti, *Os Subversivos da República*, p. 77.
18. Dentre os oligarcas de mais longa permanência na Comissão Central do PRP estava Jorge Tibiriçá Piratininga, a quem a Escola Agrícola de Piracicaba permaneceu ligada por duas décadas, como veremos nas Partes II e III deste livro; "[...] Considere-se a forma pela qual era eleita a Comissão Central e o continuísmo dos seus membros para saber-se em quão poucas mãos estava o destino da política paulista" (José Ênio Casalecchi, *op. cit.*, p. 83, nota).
19. "[...] Penso que temos a escolher: ou os declaramos adversários e lhes damos combate decisivo, ou renunciamos à aspiração de formar um partido conservador, ordeiro, governamental e orgânico" (Carta de Campos Sales a Bernardino de Campos, agosto de 1896; em Renato Lessa, *op. cit.*, p. 81).
20. Para buscar um congresso domesticado nas eleições de 1900, forjou-se um esquema de triagem contra a emergência das oposições; a diplomação do candidato se fazia com base na *Ata* geral da apuração eleitoral presidida pelo situacionismo (Município). Como penhor de garantia de acesso dos "bons" ao Congresso, a Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados homologava ou degolava, garantindo os grupos oligárquicos de apoio nos Estados. Cf. Renato Lessa, *op. cit.*, p. 106.
21. A "Política dos Estados" ou dos "Governadores" colheu alguns êxitos contra o "elemento perverso" e contribuiu para a relativa estabilização do país, pelo menos na segunda década republicana. Contribuiu para a longa vida dos grupos estabelecidos no poder dos Estados e conferiu aos grandes Estados da Federação maiores prerrogativas na ordem das sucessões presidenciais, nos centros mais dinâmicos, não impediu as oposições políticas. Em São Paulo, o núcleo do PRP refletia as diversidades regionais da fracionada classe dominante; ali não se congelou a competição no interior do Partido, como se pretendia, provam-no as diversas dissidências até 1926.
22. Cf. Sonia Regina de Mendonça, *op. cit.*, p. 26. O conceito de modernização conservadora, a autora atribui originalmente a Barrington Moore Jr. Cf. *op. cit.*, p. 6, nota nº 5. O projeto de ensino agronômico seria, neste sentido, um produto ideológico do ruralismo e o profissional, o agrônomo, um agente da modernização conservadora.
23. A contraposição entre a cidade e o campo envolvia a insegurança perante os valores concorrenciais ao campo em fase de reordenamento das relações de produção, sentidas as seqüelas da abolição, do êxodo rural, da mudança de regime, a incipiente industrialização, a crise da cafeicultura e dos produtos da agroexportação eliminados do mercado. Para o professor Saliba, o ruralismo nessas circunstâncias seria uma atitude ideológica peculiar do grupo dominante paulista. Cf. Elias Thomé Saliba, *op. cit.*, Introdução, p. VIII.
24. "[...] Entre la fin du XIXe. siècle et 1930, le fait urbain est paradoxalement un phénomène majeur dans une société qui restera majoritairement rurale jusque dans les années soixante" [Entre o final do século XIX e 1930, o fator urbano é, paradoxalmente, um fenômeno da maior importância no interior de uma sociedade que permanecerá preponderantemente rural até os anos sessenta] . Cf. Armelle Enders, «L'âge des metrópoles», em *Histoire du Brésil. Questions au xxe. siècle,* pp. 84-85. "[...] as cidades representavam verdadeiras oficinas de civilização [...] O urbanismo e suas concomitantes mudanças socioculturais vão oferecer novas perspectivas para pensar o novo Brasil, desligado do mito fisiocrata" (Jorge Nagle, *Educação e Sociedade na Primeira República*, p. 25).
25. Cf. Elias Thomé Saliba, *As Utopias Românticas*, p. 52.
26. Cf. Elza Nadai, *Ideologia do Progresso e do Ensino Superior.* tese de doutorado apresentada ao Depto. de História, FFLCH-USP, 1981, pp. 34-41 e 139.
27. Na Sociologia do Conhecimento, a escola é interpretada como transmissora de cultura e principal formadora dos hábitos mentais do profissional especializado. Cf. Pierre Bourdieu, *A Economia das Trocas Simbólicas*, p. 211.
28. É como o considera o estudioso da obra barretiana, Roque Spencer Maciel de Barros, em *A Evolução do Pensamento de Luiz Pereira Barreto e o seu Significado Pedagógico*, tese de doutorado apresentada à Cadeira de História e Filosofia da Educação, FFLCH-USP, 1955.
29. Cf. Roque Spencer Maciel de Barros, *idem*, pp. 39; 42-49; 57; 164.
30. Luiz Pereira Barreto, *O Estado de S. Paulo*, ed. de 10.10.1901. A impotência em reverter essa situação se traduziu na frase transcrita de "Crônica Agrícola" sobre o verdadeiro rumo a ser tomado: "*[...] se moços e velhos não sabemos senão plantar café?*". *Idem*.
31. Cf. Antônio Gomes do Carmo, *Reforma da Agricultura Brasileira*, p. 1.
32. "[...] É a agricultura a ciência da natureza [...] sustenta o comércio, anima a navegação, promove a abertura de estradas [...] fonte da riqueza nacional e mãe da prosperidade

pública, como se acha entre nós tão abatida? Como a vemos tão atrasada? [...] Podíamos abastecer as nações européias de café, cacau, fumo, algodão, anil, aguardente, açúcar, centeio, etc., etc. Exportamos apenas alguns destes gêneros em ponto minúsculo; e, vergonhosamente, compramos os outros do estrangeiro!! E por que tudo isto? Porque os nossos estadistas não se importam com a agricultura" (Antônio Gomes do Carmo, *op. cit.*, pp. 32-33).

33. "[...] Ora, tais salvatiguezas atravessam toda a nossa história". Euclydes da Cunha, "Fazedores de Deserto", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 22.10.1901.
34. O convencimento quanto à eficácia dos aparelhos mecânicos importados incluía o arado simples, a charrua de boléia, a grade para o preparo do terreno, o quebrador dos torrões, tanto o de boléia quanto o Cosskill, o sulcador Planet Jr. com múltiplas funções (arado, sulcador e capinador), o amassador de batatas, o semeador de milho e feijão, o capinador mecânico, o cortador de milho que se prestava para cortar trigo, capim e folhagem, o ancinho mecânico, o revolvedor, o arrancador de tocos. As máquinas Planet, John Deere e Mac Cormich, do Estado de Illinois, entre 1845 e 1860, promoveram a cidade de Chicago a grande mercado dos aparelhos de lavoura. Cf. Antônio Gomes do Carmo, *op. cit.*, p. 120.
35. Francisco Antônio de Paula Souza era nascido em tronco ituano, numa das mais importantes famílias liberais. Os seus dados biográficos informam sobre o processo de ilustração no Exterior: saído do Brasil aos doze anos (1856), submeteu-se à escolaridade em áreas de cultura germânica, cinco anos em Dresden (Ginásio), três anos no Polytechnikum de Zürich, de nível secundário (1861-1863), e três anos no curso de engenharia de Karlsruhe (1864-1867). Estudante na Europa, antimonarquista, republicano federalista e abolicionista, revelava-se inconformado com a realidade brasileira. Cf. Maria Cecília Loschiavo dos Santos, *Escola Politécnica da Universidade de São Paulo*, 1894-1984, p. 53.
36. Discurso proferido na Câmara dos Deputados, 21ª Sessão Ordinária de 20.05.189, em Maria Cecília Loschiavo dos Santos, *op. cit.*, p. 44. Regressando a São Paulo, Antônio Francisco de Paula Souza iniciou carreira de engenheiro, mas logo partiu para estágio ferroviário nos EUA (1869), retornou à Alemanha, onde se casou, para finalmente radicar-se no Oeste paulista. Foi convencional de Itu, em 1873, engenheiro ferroviário, e quando a República foi instaurada, assessorou o governo de Prudente de Moraes em São Paulo, foi ministro de Floriano e em 1892 ingressou na segunda Legislatura paulista como deputado, voltando-se para o projeto do ensino superior técnico, do qual resultou a criação da Escola Politécnica – o seu projeto de vida, propriamente dito. Cf. G. Huber & F.B. Souza (orgs.), *Escola Politécnica. 100 Anos*, *passim*. Foi o principal teórico da industrialização em São Paulo.
37. O educar na prática era parte essencial da pedagogia alemã, o "aprender fazendo", segundo a escola pedagógica de Herbart. Paula Souza propunha ao Estado "[...] fornecer uma instrução científica que habilite os seus alunos a não praticarem empiricamente", educando-os na prática do fazer, princípio da formação do técnico; *idem*, p. 42.
38. "[...] em nosso próprio lar encontraríamos facilmente o que hoje, com grande dispêndio, necessitamos importar do estrangeiro". Discurso de Paula Souza na sessão inaugural da Escola Politécnica, 15.02.1894 (Maria Cecília Loschiavo dos Santos, *op. cit*, p. 634).
39. "[...] o soberano sobre todos os outros métodos", conquanto vitorioso sobre "[...] a decrépita metafísica" (*idem*, p. 637).
40. "[...] Em nosso Estado quase tudo estava por fazer. A instrução pública era negativa" (Discurso de Cesário Motta Jr. na sessão inaugural da Escola Politécnica, em 15.02.1894, *idem*, p. 629).
41. Discurso de Cesário Motta Jr., em Maria Cecília Loschiavo dos Santos, *op. cit.*, p. 631. Entre tantas coisas, o orador afirmava que naquela "instituição baseada no estudo das matemáticas em suas diferentes aplicações" foram dados os primeiros passos para a aventura da ciência, pautada pela *conquista da Terra brasileira*.
42. O progresso moral do Brasil, o estado positivo a ser atingido, seria, em última instância, a vitória da ciência, na tese comteana. A elevação intelectual pela ciência e o bem-estar social pelo aproveitamento dos recursos naturais deram a tônica das mensagens na inauguração da Escola Politécnica, em 15.02.1894. Na República, a atividade de pesquisa científica mais antiga montada em São Paulo pertenceu à Comissão Geográfica e Geológica, criada seis meses antes, da qual foi encarregado o geólogo norte-americano Orville A. Derby, com a finalidade de proceder ao levantamento das cartas topográficas, itinerárias, geológicas e agrícolas. Seguiram-se o Museu Paulista (1893), contemporâneo do Museu Paraense (Goeldi), o Instituto Bacteriológico (1893) e o Butantã (1899), voltados para a pesquisa ligada à agricultura. O Instituto de Manguinhos, RJ, é-lhes posterior (1900). Cf. Simon Schwartzman *et alii*. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*, pp. 83-84.
43. O episódio comentado pelo prof. Ernesto de Souza Campos foi posteriormente transcrito por Simon Schwartzman *et alii*, *idem*, p. 100.
44. Cf. Zoraide Martins, *Uma História maior que 100 Anos*, p. 135.
45. Cf. Maria Odila da Silva Dias, *Aspectos da Ilustração no Brasil*, p. 134.
46. As escolas superiores do século XIX eram as medicinas do Rio de Janeiro e da Bahia, a Academia da Marinha (1810). Da Engenharia Militar do Rio de Janeiro, separou-se a Engenharia Civil (Escola Central), que tomou o nome de Politécnica, em 1874. Sucederam-se o Instituto Bahiano de Agricultura (1875), a Escola de Minas de Ouro Preto (1876), a Escola de Agronomia de Pelotas (como Superior, apenas em 1890). Da última década do século XIX, já sob a República, procedem a Politécnica de São Paulo (1893-1894), a Engenharia de Porto Alegre (1896), a Escola de Engenharia

do Mackenzie College (1896) e a Escola Livre de Farmácia de São Paulo (1898).

47. Cf. Simon Schwartzmann *et alii*., *op. cit*., p. 141.
48. Em São Paulo, oito instituições de ciência básica e ciência aplicada vararam o século XIX, o Instituto Agronômico (1887), as duas escolas de engenharia, Politécnica (1893) e Mackenzie (1896), A Escola Livre de Farmácia (1898), o Museu Paulista (1893), os institutos Vacinogênico (1892), Bacteriológico (1893) e Butantã (1899). *Ibidem*, pp. 83-84.
49. Foi observado que a pesquisa tecnológica, propriamente dita, só teria vez no início do século XX, a partir do Instituto Agronômico de Campinas, do Gabinete de Resistência de Materiais (1907), da Escola Politécnica de São Paulo e do Serviço Geológico e Mineralógico do Rio de Janeiro (1907). Cf. Milton Vargas (org.), *História da Técnica e da Tecnologia no Brasil*, p. 134.
50. Hernâni Donato, "A Cidade de São Paulo em 1894", Revista do IHGSP, L/XXXVIII, p. 9.
51. "[...] O ano de 1894 foi, portanto, de muito pensar, de muito realizar. De janeiro a dezembro quase tudo mudou na cidade" (*idem*, p. 17).
52. Nicolau Sevcenko, *Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20*, p. 108.
53. Para melhor caracterizá-la no contexto da época: "[...] Meio nativa, meio européia". (Hernâni Donatto, *op. cit*., p. 18). As 139 personalidades consideradas sócios-fundadores formavam a elite cultural que se fazia representar nos grandes acontecimentos daquele ano. Cf. Revista IHGSP Jubileu Social, nº 88, pp. 10-17.
54. Artigo primeiro dos Estatutos do IHGSP, de 30.12.1894.
55. Cf. Simon Schwartzmann *et alii*., *op. cit*., p. 142. Nos países que buscaram concretizar os efeitos da revolução tecnológica e industrial do século XIX, como o Japão e a Índia, existiu sempre um grupo social a apoiar o governo nas iniciativas de transferência de conhecimento científico e padrões de pesquisa. No Brasil, salvo em alguns poucos centros, como em São Paulo e Rio de Janeiro, os setores sociais envolvidos eram de pouca expressão e não forçaram os governos a investir. *Ibidem*, pp. 80-81.
56. Procedente da Argentina, a epifitia provocou razias nas safras de açúcar e de álcool, intensificando a crise na área paulista, porque se conjugava à da cafeiculltura. O controle da doença foi realizado em nível estadual pelo agrônomo João Baptista Vizioli; depois foi expandido ao país, mediante prática do *roguing* sobre as variedades tradicionais, as S*accharum officinarum*, seguida da sua substituição pelas variedades asiáticas resistentes, denominadas POJ-36, POJ-213 e as CO-290, reproduzidas em Piracicaba. Foi a primeira experiência global da ciência agronômica que se praticava a partir da Escola Luiz de Queiroz, antes de se converter em Escola Superior de Agricultura, o que veio a ocorrer em 1931.
57. "[...] uma ciência paulista eminentemente aplicada" (Simon Schwartzmann *et alii*, *op. cit*., p. 161).
58. Cf. Wilson Martins, *História da Intelectualidade Brasileira*, IV: 78.
59. "[...] no imaginário criara-se a consciência do atraso nacional". Cf. Elza Nadai, *op. cit*., p. 53; "[...] O século XIX terminava, aliás, entre contraditórios sentimentos de beata confiança na 'ciência' e no 'progresso', por um lado, e, por outro lado, inquietantes tendências [...]" (Wilson Martins, *op. cit*., V: 92).
60. Entre 1890 e 1920, os cursos secundários tinham a privilegiar as disciplinas humanísticas e os estudos literários sobre os científicos, prestando-se ao encaminhamento dos cursos superiores e às carreiras de prestígio, como os ginásios-modelo criados nas capitais, e o antigo Colégio D. Pedro II (Ginásio Nacional). Cf. Jorge Nagle, *A Educação e Sociedade na Primeira República*, p. 339.
61. Durante o último quartel do século XIX, sentiu-se a necessidade de cursos secundários seriados, formadores regulares, sob metodologia moderna de ensino e organização curricular adequada ao preparo dos filhos da classe dominante. Não bastavam os cursos particulares de estudos parcelados, que forneciam o ensino das disciplinas preparatórias aos exames de ingresso aos cursos superiores. Através da Sociedade Culto à Ciência, criada em 1869, cujo objetivo era o ensino "leigo, positivo e científico", entraram para o currículo secundário: português, inglês, francês, alemão, latim, aritmética, álgebra, geometria, geografia e cosmografia, cronologia e história, filosofia e retórica, ginástica. A valorização das humanidades era concomitante às matérias científicas, em virtude da preocupação em formar jovens capacitados, dentro de uma cultura geral, valorativa da sua posição de classe. Experiências com o ensino popular primário haviam sido empreendidas com êxito pelas lojas maçônicas (Grande Oriente Unido) nos cursos noturnos das diversas cidades paulistas, preocupadas em oferecer escolaridade a homens, mulheres e até trabalhadores escravos. Com a República iminente, buscavam atender à nova conformação da cidadania, a do cidadão operário, apto para diversas profissões. Cf. Carmem Sylvia Vidigal Moraes, *A Maçonaria Republicana e a Educação: Um Projeto para a Conformação da Cidadania*. Cf. Cynthia Pereira de Souza (org.), *História da Educação. Processos, Práticas e Saberes*, capítulo I, p. 5-26.
62. A educação protestante foi muito valorizada pelos republicanos, em virtude do modelo político norte-americano e pelos métodos pedagógicos. Secularização e liberdade de ensino foram sustentados pelos maçons de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que apoiaram os missionários, principalmente metodistas, na instalação dos grandes colégios no SE. Cf. Peri Mesquida, *Hegemonia Norte-Americana e Educação Protestante no Brasil (Um Estudo de Caso)*, p. 90.
63. A Sociedade Propagadora da Instrução era amparada pela Loja América de São Paulo. Em 1874, preocupada em constituir o mercado interno de trabalhadores, concebeu

um vasto projeto educacional para todos os níveis de ensino, inclusive superior. Os cursos idealizados eram: arquitetura e construção, agrimensura, mecânica industrial, agricultura (em dois anos, comportando as cadeiras de física e química, ciências naturais, para o primeiro ano, e agricultura para o segundo ano). De concreto, a sociedade conseguiu criar o Liceu de Artes e Ofícios, em 1883, mas este veio a se organizar apenas na República, dotado de oficinas técnicas aptas para o treinamento dos profissionais que passaram a integrar os quadros da indústria de construção civil. Cf. Cyntia Pereira de Souza (org.), *op. cit.,* pp. 15 e seguintes.

64. Cf. Elza Nadai, *op. cit.*, p. 28.
65. "[...] a difusão do ensino se impõe com caráter de suprema necessidade" (Mensagem Presidencial do mal. Deodoro da Fonseca, sob o Governo Provisório, 1891; Cf. *A Educação nas Mensagens Presidenciais. Período 1890-1986*, 1:16); "[...] difundir a educação popular e a instrução pública" (Mensagem Presidencial do mal. Floriano Peixoto, em 1892; *idem*, p. 19). "[...] A instrução secundária reclama providências eficazes" (Mensagem Presidencial de Prudente José de Moraes Barros, em 1896, *idem*, p. 26). Com respeito ao ensino secundário: "[...] Sem eliminar deste ensino os estudos clássicos, estabeleceu-se um regime de cursos simultâneos, um propedêutico ou realista e outro clássico ou humanista, coordenados de modo que aos candidatos não se negasse a cultura clássica, nem se tornasse esta obrigatória àqueles que não a quisessem ou pudessem procurar" (Mensagem Presidencial de Prudente José de Moraes Barros em 1898, *idem*, p. 28).
66. Primeiro, para atender aos meninos pobres e aos órfãos, dentro do caráter assistencial (dec. nº 1.606, de 29.12.1906), depois, ao se criar a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária no Rio de Janeiro (dec. nº 8.319, de 20.10.1910).
67. Elza Nadai, *op. cit.*, pp. 42; 43.
68. Cf. Maria Cecília Loschiavo dos Santos, *op. cit.*, pp. 575-77.
69. Elza Nadai, *op. cit.*, pp. 33 e 44.
70. O curso de agronomia e zootecnia devia compreender as seguintes matérias: física experimental, química analítica, geologia, botânica, zoologia, agronomia, zootecnia, agrimensura e construção rural, economia e legislação rural, desenho. Cf. Maria Cecília Loschiavo dos Santos, *op. cit.*, p. 528.
71. Com Johann Friedrich Herbart (1776-1841), Alemanha, a instrução passava a ter finalidade científica a serviço da educação e o interesse na aprendizagem vinha a se tornar a chave para a transmissão e aquisição do conhecimento. A intimidade da escola com o aprendizado para a vida pressupunha a existência de um centro de experimentação e demonstração, de aplicação prática, pedagógica. O herbartismo teve grande influência na segunda metade do século XIX, na Europa e nos EUA. Neste último país, repartiria campo com a doutrina de Pestalozzi, presente na obra de Horace Mann, o teórico da escola pública elementar e da educação técnico-vocacional, voltada para os trabalhos das oficinas, ministrado em instituições politécnicas e agrícolas. Em 1821, foi criado o Gardiner Lyceum no estado do Maine, a mais antiga das escolas agrícolas dos EUA, com o objetivo de preparar agricultores técnicos e mecânicos. Em 1825, em Nova Iorque, foi criada a Rensselaer School of Troy, voltada para a educação politécnica, ao preparo de mestres em agricultura e professores de ciências. Cf. Francisco Larroyo, *História Geral da Pedagogia*, pp. 632-636 e 612-614.
72. Particularizamos o discurso do cel. Ferraz de Sales no Legislativo paulista, em 1898, quando se discutia, no auge da crise da cafeicultura, o projeto oficial do ensino agronômico a ser implantado: "[...] Nós precisamos, sr. Presidente, de saber plantar aquilo que cultivamos, de saber se podemos cultivar por meio de maquinismos ou instrumentos aperfeiçoados, [...] precisamos saber se poderemos plantar o trigo bem como outras plantas ainda não cultivadas por nós [...] para sairmos do exclusivismo do café, que nos atrofia e nos mata; precisamos disso e não de aprender esses nomes difíceis de que fala o projeto [...] vamos deixar essas teorias [...] e entremos no campo do positivo e da realidade" (Anais do Senado, discurso transcrito, Elza Nadai, *op. cit.*, p. 170).
73. Anais do Senado, discurso transcrito, *idem*, p. 164.
74. Discurso de Alfredo Pujol na Câmara dos Deputados, em 02.05.1892 (Elza Nadai, *op. cit.* p. 50).
75. O currículo da Escola Preparatória compreendia: língua portuguesa, álgebra elementar e superior, geometria plana e no espaço, trigonometria plana e esférica, geometria descritiva, geometria analítica, geometria superior, cálculo diferencial, mecânica racional, física experimental, química geral, inorgânica e orgânica, topografia e geodesia, desenho de mão livre, de ornamentação e topográfico. Atividades prático-teóricas nos laboratórios de física e química, manejo dos instrumentos em topografia e geodésia. Art. nº 3 da Lei nº 64 de 16.08.1892. Cf. Maria Cecília Loschiavo dos Santos, *op. cit.*, p. 581.
76. Cf. Elza Nadai, *op. cit.*, pp. 100; 114.
77. Cf. decreto nº 270-A de 20.11.1894, *Coleção de Leis e Decretos do Estado de S.Paulo*, vol. IV.
78. Os regulamentos de 1893 e 1894 traziam o currículo dos cursos de engenharia agrícola. No Regulamento de 1897, ano do início do funcionamento, o curso denominava-se de Engenheiros Agrônomos, apresentando-se bastante ampliado em relação ao proposto originalmente. Tomando-se por base o curso de engenharia agrícola de 1893, observamos que agricultura (geral e comparada), zootecnia, engenharia rural e tecnologia agrícola aparecem no conjunto das ciências básicas e aplicadas, continuamente reforçadas e ampliadas nos currículos de 1894. *1º Ano*: física experimental e meteorologia (4ª cadeira do 1º ano do curso geral); química geral e noções de ciências naturais (4ª cadeira do 2º ano do curso geral); botânica, zoologia e entomologia; mineralogia e geologia: aula de desenho geométrico e trabalhos de laboratório. *2º Ano*: geometria, álgebra, agricultura geral e zootecnia (1ª

cadeira); química agrícola (2ª cadeira); botânica especial (3ª cadeira) economia política, direito administrativo e estatística (4ª cadeira do 3º Ano do curso de engenharia civil); aula de desenho organográfico. Trabalhos de laboratório. *3º Ano*: agricultura especial, higiene rural, irrigação e drenagem (1ª cadeira); zootecnia especial (2ª cadeira); mecânica geral e máquinas (3ª cadeira); química agrícola e especial e aplicação de adubos (4ª cadeira); aula de projetos e trabalhos de laboratório. *4º Ano*: economia rural e alimentação racional dos animais domésticos (1ª cadeira); veterinária (2ª cadeira); arquitetura rural, máquinas e aparelhos agrícolas (3ª cadeira); indústrias agrícolas (4ª cadeira); aula de desenho de máquinas agrícolas e projetos de estabelecimentos rurais. Cf. *Relatório* apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo pelo dr. Cesário Motta Jr., secretário do Estado dos Negócios do Interior, em 28.03.1894.

Parte II

A BUSCA DA AGRICULTURA MODERNA: OS PROJETOS DE ENSINO AGRONÔMICO

1 | O Projeto Luiz de Queiroz

Os Souza Queiroz, Agrossenhores do Oeste Paulista

Luiz Vicente de Souza Queiroz (1849-1898), nascido na cidade de São Paulo, era filho do barão de Limeira e neto do brigadeiro Luiz Antônio, que fora o maior proprietário de terras da província. A sua avó paterna, Gertrudes Paes de Barros, procedia de importante família liberal ituana, era irmã de Bento Paes de Barros, barão de Itu, de Antônio Paes de Barros, barão de Piracicaba, e de Francisco Xavier Paes de Barros, barão de Tatuí. Pelo lado materno, descendia dos Paula Souza, também de Itu, era neto do conselheiro Francisco de Paula Souza e Mello, e primo, em segundo grau, de Antônio Francisco de Paula Souza, o criador da Escola Politécnica.

Desde os tempos coloniais, os Souza Queiroz estavam ligados ao vale Médio do Tietê por parentesco e interesses materiais[1]. As suas propriedades se localizavam nas melhores fronteiras do Oeste, São Paulo, Campinas, Piracicaba, Limeira e São Carlos do Pinhal. A herança do brigadeiro, partilhada em 1819, rendeu bens avultados aos seus descendentes, alguns deles em Piracicaba.Os Souza Queiroz foram liberais, até meados do século XIX, mas não se envolveram, diretamente, na Revolução de 1842. Cafezistas e senhores de engenho, diversificaram as suas tendências na educação dos filhos. O barão de Limeira seguiu o modelo avançado de ilustrar os seus, a exemplo dos Paula Souza e dos Almeida Prado, enviando-os para a Europa.

Luiz Vicente de Souza Queiroz, ainda criança, partiu em 1857 com o irmão para a França, onde permaneceu dezesseis anos. Assistiu aos desdobramentos da Revolução Industrial no continente, à Guerra Franco-Prussiana e ao aparecimento dos novos Estados Nacionais. A Comuna de Paris (1871) impeliu à retirada de muitos estudantes brasileiros para a Suíça, onde também estudou (Zürich). Consta que, retornando ao Brasil em 1873, havia cursado agronomia[2].

Dois filhos do brigadeiro Luiz Antônio se fixaram em Piracicaba, de posse das

suas respectivas heranças. A filha, d. Ilídia Mafalda de Souza Rezende era casada com Estevão Ribeiro de Rezende, marquês de Valença, ambos progenitores do futuro barão de Rezende (dr. Estevão Ribeiro de Souza Rezende), que foi se instalar à margem direita do rio Piracicaba, junto ao Salto, com engenho de açúcar e escravaria, na Fazenda São Pedro. Tornou-se prestigioso chefe político, parlamentar do Império e vereador na Câmara Municipal de Piracicaba, representante do Partido Conservador, até a República.

Na margem esquerda, fronteiriça, a Fazenda Engenho D'Água foi herdada por outro filho, Vicente de Souza Queiroz, barão de Limeira, residente na capital e pai de Luiz Vicente de Souza Queiroz. Retornando ao Brasil, em 1873, aos 24 anos, veio a receber a propriedade por herança paterna[3]. A atividade inovadora que desenvolveu na pequena cidade do Oeste, ainda denominada Constituição, justifica a sua biografia de grande brasileiro, de romântico-naturalista aculturado à civilização européia dos meados do século XIX, de defensor da ciência nascente, a agronomia, de pioneiro na educação técnica voltada para a agricultura, e da iluminação urbana por eletricidade.

Observador da Experiência Francesa

A França, mais do que qualquer outro país, ofereceu o modelo do ensino técnico voltado para a Agricultura. A experiência remonta a 1819, com a obra de Mathieu de Dombasle, em Roville (Ferme-école, criada em 1822). Estende-se aos seus discípulos: Auguste Bella, em Grignon, Versalhes (1827-1828); Jules Rieffel, em Gradjouan, Nantes, no Loire inferior (1833), depois transferida para Rennes; e Alexis Nivière em Saulsaie, Dombes (1842), depois transferida para Montpellier. A França desenvolveu, sob grandes obstáculos, vários projetos de ensino agrícola, a partir das *fermes-écoles ou fermes-modèles*, sem se descurar da bem-sucedida experiência alemã, visível nas suas tradicionais escolas do início do século XIX[4].

As experiências anteriores, século XVIII, comprovaram as dificuldades de estabelecer, numa linha de investimentos do saber, a organização da escolaridade e da produção educacional, objetivando o conhecimento seriado com base nas ciências matemático-físicas e naturais, na racionalidade do método. Nessa proposta, o fruto mais nobre dessa linha de produção, o agrônomo, devia ser o portador do conhecimento téorico-prático para o bom gerenciamento de uma propriedade e o rendimento da agricultura no mercado; enquanto o simples agricultor e o camponês obreiro, estes deviam ser submetidos ao treinamento, exclusivamente prático, em outro tipo de aprendizado. Até 1848, a França empenhou-se em dois tipos de escolas, a regional e a local, ambas de caráter particular, sempre atendendo às diferenças de classe; a *ferme-école*, local, reservou-se aos camponeses e as *regionales* aos filhos de proprietários.

A Segunda República francesa (1848-1852) elaborou um projeto nacional de ensino agrícola amparado na denominada Grande Lei de 03.19.1848. O projeto era ambicioso, concebia três níveis de ensino. *Primeiro grau,* ministrado nas *fermes-écoles*, exclusivamente práticas (particulares, com subvenção oficial). *Segundo grau*, ministrado nas *écoles regionales*, oficiais, administradoras da instrução teórico-prática, adequadas às diversidades regionais do País: Grignon, Grandjouan, Salsaie e Saint-Angeau. Características principais desse curso:

a idade de admissão (dezesseis anos), a duração (três anos), ensino oficial pago, sistema de internato e externato. O currículo escolar era provido por seis cadeiras: economia e legislação rural, agricultura, zootecnia e economia do rebanho, silvicultura e botânica, física-química-geologia e engenharia rural. O *Terceiro grau* era reservado para os altos estudos e a teoria, devendo ser ministrado no *Institut National Agronomique* de Paris[5].

Napoleão III não estimulou o ensino agrícola de segundo e terceiro graus, cortou verbas, suprimiu escolas, inclusive o *Institut*, curso superior. Das escolas secundárias, redenominadas *Écoles Imperiales*, apenas Grignon prosperou: "[...] on niait l'utilité de la science! La pratique seule était en état d' instruire le cultivateur dans son art difficile» foi a crítica de Tisserand, em 1894, à política de ensino dessa época[6]. As três Escolas Imperiais, Grignon, Grandjouan e Saulsaie, e as 52 fazendas-escolas (*fermes-écoles ou d'apprentissages*) apresentavam os dois sistemas de ensino de agricultura mais bem organizados que Luiz Vicente de Souza Queiroz conheceu na França durante a sua longa permanência[7]. Com o fechamento do *Institut*, os filhos dos proprietários passaram a freqüentar Grignon, que alcançou grande prestígio. Os camponeses e os pequenos agricultores freqüentavam as *fermes-écoles*, que rapidamente se multiplicaram em todo o território nacional, em razão do treinamento prático e de serem subsidiadas pelo governo, expediente que os isentava do ônus da educação.

O sistema educacional francês na área da agricultura foi reproduzido em outros países da Europa. Expressava o fenômeno expansivo da Revolução Industrial, das demandas de mercados para os gêneros alimentares e matérias-primas, do crescimento das cidades fabris e das populações operárias, das mudanças da sociedade como um todo. Não obstante, o ensino agronômico encontrou dificuldades organizacionais e financeiras para se implantar. A Bélgica reproduziu um sistema misto de influência alemã e francesa em sua escola oficial de Gembloux, que se tornou famosa na de 1880, atraindo clientela da Europa Oriental e da América Latina, inclusive brasileiros. O saldo da experiência demonstrava que os *Instituts* e as escolas do tipo *Nationales,* apesar do benefício que traziam para o rendimento da agricultura, eram de alto custo para os governos, as anuidades caras e o número de alunos não era alto[8].

A Reinserção na Sociedade do Oeste Paulista

Sob influência dessa realidade francesa, Luiz Vicente de Souza Queiroz retornou ao Brasil e, breve, a Constituição (Piracicaba), onde tomou posse da herança paterna, o Engenho D' Água, junto ao Salto, em 1873. Ali construiu uma empresa movida a vapor, a Fábrica de Tecidos Santa Francisca, equipada com cinqüenta teares e setenta operários, além de realizar outras experiências com tecnologia moderna. A indústria têxtil ensaiava os primeiros passos no interior paulista, desde 1865, em Itu, com a Fábrica de Tecidos São Luís, iniciativa de Anhaia e Mello. Luiz Vicente de Souza Queiroz não teve peias quanto à importação de bens de capital da Europa para equipar a sua indústria[9]. Realizou, ainda, experiência com os tecelões belgas e treinamento de força de trabalho livre; ensaiou a figura do bom patrão, concedendo moradia e proteção aos homens e mulheres, seus operários.

O seu pioneirismo não deixou de receber

oposição por parte de algumas representações populares. A construção do estabelecimento fabril exigia o cercamento da propriedade, desde a rua de São José até a rua do Salto, inclusive a dos Pescadores e a das Flores, o que vinha a interditar o acesso às margens do rio Piracicaba, contrariando a legislação da Câmara[10]. Como a propriedade de Luiz Vicente de Souza Queiroz se achasse em terras do rossio, para impedir o embargo, o dr. Estevão Ribeiro de Souza Rezende, seu primo e vereador na Câmara Municipal, obteve a posse provisória do espaço dessas ruas, contrariando outros interesses[11].

Tais protestos pouco valeram diante da força das transformações. Em 01.07.1874, numa festiva cerimônia, foi assentada a primeira pedra do edifício da tecelagem, registrando-se entre os presentes o poderoso cafezista Francisco José da Conceição, futuro barão de Serra Negra e sogro do dr. Estevão Ribeiro de Souza Rezende. O jornal *Piracicaba*, de Brasílio Machado, parabenizava o empresário pela acertada idéia, pelo seu gênio liberal e amante do progresso[12].

No final da década de 1870, começou a construir junto à tecelagem um palacete em estilo parisiense, que ele viria a habitar após o matrimônio com d. Ermelinda Ottoni, filha do senador liberal e conselheiro do Império Christiano Ottoni[13]. Prestigioso na comunidade, o seu abolicionismo radical começou a gerar desconforto entre os representantes da classe dominante. O modelo de trabalho livre introduzido em sua empresa chocava-se com a velha mentalidade agrária e escravocrata.

A família aristocrática e monarquista, a amizade com o primo, o dr. Estevão de Souza Rezende, maior representante do Partido Conservador na Câmara Municipal de Piracicaba, não o impediram de manifestar-se um radical na questão do escravismo. Por sua formação européia e sua visão de mundo, era um republicano vocacionado. Tornou-se líder abolicionista no município e prócer republicano, independente das correntes políticas locais. Ir ao Salto, significava dialogar com Luiz Vicente de Souza Queiroz ou ouvir a sua fala moderna sobre as questões antigas.

Esse ilustrado romântico-naturalista concebeu um projeto de modernização da agricultura brasileira, via conhecimento científico escolarizado, que começou a tomar forma na década de 1880 em Piracicaba. Em razão dele, tornou-se pioneiro na tentativa de introduzir um modelo de ensino agronômico na Fazenda São João da Montanha, em Piracicaba, entre 1891-1892. Não o conseguindo com capital próprio ou do grupo familiar, recorreu ao subsídio oficial, como era previsto na Carta de 1891, mas o seu projeto não recebeu a atenção esperada da parte do Legislativo paulista, já interessado num outro, o de autoria do deputado Domingos Jaguaribe (Projeto nº 13). Tampouco outro pioneiro e parente, Antônio Francisco de Paula Souza, viria a consegui-lo através da Politécnica, com capital público, quando ali foi criado, em 1893, e instalado, em 1897, o primeiro Curso Superior de Agronomia do Estado de São Paulo.

Parece-nos ouvir o discurso irônico do ministro Tisserand sobre a política francesa de ensino agrícola durante o III Império: *N'étaient pas necessaires d'enseignements agricoles et scientifiques* [não eram necessários ensinamentos agrícolas e científicos]. Durante a década de 1890, e a primeira década do século XX, em São Paulo, as escolas agrícolas não conseguiam instalar-se por falta de verbas e interesse político ou fracassavam por falta de demanda. Fato

tanto mais difícil de entender-se, porquanto os ruralistas vocalizavam interesses em torno da "vocação agrícola do país" e a classe dominante ligava-se pela agroexportação ao mercado consumidor internacional. Para a Intelectualidade da época, a questão remetia aos temas do trabalho livre, da mentalidade senhorial dessa classe e da necessidade, tantas vezes declarada pelos ilustrados nacionalistas do período, de adequar o país às transformações modernizadoras. A busca e a introdução dos fatores inovacionais, como a ciência, a tecnologia e a educação agronômica, tornaram-se um processo árduo de vencer, em virtude das inúmeras barreiras culturais.

Luiz de Queiroz e a Iniciativa do Ensino Agronômico

Entre os anos de 1873 e 1889, Luiz Vicente de Souza Queiroz vivenciou a sua experiência brasileira, como homem, político e empresário bem-sucedido, não lhe faltando oposições de reação por parte da sociedade e das elites que se chocavam com sua atitude inovadora[14]. Em julho de 1882, o seu nome aparece ligado à primeira experiência de telefonia em Piracicaba: é que mandara estender uma linha entre a fábrica de tecidos e a Fazenda Santa Genebra (Chácara Nazareth), onde residia. Em 1884, por ocasião da visita do conde D´Eu e filhos, hóspedes de Francisco José da Conceição, a Fábrica de Tecidos Santa Francisca foi prestigiada com a sua presença. Na oportunidade, Luiz Vicente de Souza Queiroz realizou a memorável experiência com a iluminação elétrica do local, inclusive nas casas e adjacências, como parte culminante da recepção em seu palacete. Piracicaba assistia pela primeira vez a essa inovação[15].

A fábrica de tecidos era um sucesso, mas a produção têxtil levantava a questão do abastecimento das fibras e do abandono da monocultura em favor de uma produção agrícola a ser diversificada. É do início da década de 1880 a sua vontade de proceder à instalação, nos fundos da sua morada, de um estabelecimento de ensino agrícola e hortícola, dotado de um viveiro de plantas úteis para divulgação entre os lavradores, nos moldes de um pequeno campo de demonstração, no modelo europeu adaptado à realidade paulista. Depositava a maior esperança de que viesse a funcionar como uma *escola prática* para todos que o fossem visitar[16]. Era a primeira vez que investia na idéia: outubro de 1881. O objetivo imediato era difundir o conhecimento agrícola em meio aos lavradores, talvez dar treinamento à mão-de-obra rural, mas a Câmara Municipal negou-lhe o pedido, após o parecer da comissão de dois vereadores encarregados de examinar o terreno e a proposta.

Não se tratava de um projeto ambicioso, apenas um ensaio do que seria proposto na década seguinte. O local mais adequado parecia-lhe o terreno contíguo às edificações da sua propriedade, junto ao rio Piracicaba, entre as ruas do Conselho, das Flores e dos Pescadores[17]. Era pequena a área reivindicada, agora sob servidão pública. A própria comissão julgou que isso em nada prejudicava o município, mas deitou dúvida quanto à legalidade da concessão[18]. Com base nesse argumento, a Câmara indeferiu-lhe o requerimento, "[...] por não ter competência, e crer ilegal a concessão pedida"[19].

Continuou preocupado com a difusão dos conhecimentos entre os lavradores, mostrando-se particularmente interessado na cultura algodoeira. É de sua autoria o folheto de

1884, *Pequeno Guia do Plantador de Algodão no Município de Piracicaba,* onde expunha conhecimentos práticos sobre essa cultura[20]. Manteve-se sempre envolvido com o paisagismo e a arborização da cidade, contribuindo com árvores e plantas ornamentais para diversos logradouros, inclusive o Jardim Público e o Largo de São Benedito[21].

Entre os anos de 1885 e 1888, envolveu-se em episódios políticos locais na condição de Presidente da Comissão Abolicionista de Piracicaba, atraindo a reação dos agrossenhores escravistas, monarquistas e republicanos, vindo a chocar-se com o grupo dos Moraes Barros, como vimos na *Parte I* deste trabalho. A própria viagem à Europa (1888-1889), que haveria de colocá-lo a par das novidades tecnológicas que assinalavam as transformações no continente nas últimas décadas, teria ocorrido sob pressão pós-abolicionista[22]. Dessa viagem resultaram os dois formidáveis projetos concebidos para a modernização da cidade em que residia[23].

Progresso com Eletricidade e Agricultura

Em 1889, a *Gazeta de Piracicaba* noticiava que Luiz Vicente de Souza Queiroz retornava da Europa trazendo por grandes idéias, entre elas a iluminação elétrica da cidade (ruas e casas), e antecipava que o mesmo pretendia tornar-se concessionário desse serviço e oferecê-lo à cidade dentro de um prazo de nove a dez meses[24]. A adoção da eletricidade na iluminação pública e no acionamento das indústrias, por Nova Iorque e pelas grandes cidades da Europa, levaram-no a conceber o projeto de iluminação de Piracicaba, por meio do aproveitamento do potencial hidrelétrico do Salto[25]. Essa realização, à custa de pesados sacrifícios materiais, torná-lo-ia um dos pioneiros da eletricidade no país.

Despertaram-lhe a atenção o quadro do ensino agrícola europeu na Alemanha e na Bélgica, a distribuição das suas modalidades cobrindo todo o território francês com os seus variados graus, em atendimento aos segmentos da sociedade rural, o alto nível de cientificidade do *Institut Agronomique* de Paris, a aplicação teórico-prática da *École de Grignon* aos novos rumos da agricultura e, especialmente, o modelo então recém-criado, a *École Pratique d'Agriculture*, voltada para o filho do pequeno proprietário rural. Se o Continente emprestava o modelo da agricultura racional escolarizada, a Inglaterra com a Estação Experimental de Rothamsted oferecia o modelo de pesquisa que também se desejava implantar num *College*[26].

Retornando ao Brasil, no final de 1889, ele deu início aos dois projetos de grande impacto, o da iluminação elétrica da cidade e o da educação agrícola, a começar pela compra de uma propriedade, a Fazenda São João da Montanha, que deveria servir à instalação de uma escola de agricultura. Em dezembro de 1889, já corria em Piracicaba vaga notícia sobre o seu intento com relação à escola[27]. A idéia teve ampla repercussão, mas não deixou de despertar a ironia dos resistentes às inovações.

> [...] segundo um artiguete de Cincinatus, inserto na *Gazeta de Piracicaba*, dizia-se, à boca pequena: – Qual escola! Para plantar batatas não é preciso estudar![28].

A cidade reconhecia que o seu dinamismo parecia não ter limites (Fig 7). No ano seguinte, ele obteve do governo do Estado de São Paulo (governo de Prudente José de Moraes Barros)

a concessão por cinqüenta anos de uma linha de bondes por tração animal ou a vapor, que deveria ligar Piracicaba a Limeira, projeto não levado avante[29].

A idealizada instrução agrícola e a pragmática usina hidrelétrica motivaram uma segunda viagem à Europa e aos EUA, em 1891. Desta vez ele ia em busca de um projeto arquitetônico para a escola a ser instalada na Fazenda São João da Montanha, além de compra de materiais para a usina hidrelétrica e a iluminação da cidade. Geradores e turbinas ainda se encontram instalados junto ao rio Piracicaba, hoje Semae[30].

Estagiando na Europa, onde revisitava estações experimentais e escolas agrícolas, encarregou o arquiteto Alfred Blandford Hutchings (abril de 1891), em Londres, de construir um modelo de planta geral para a escola que pretendia organizar em Piracicaba, que deveria incluir de fachada e interiores do edifício. Durante o mês de maio, elaborou-se uma minuta do acordo entre as partes e uma proposta sobre o projeto.

Tratava-se de um empreendimento de grande porte, mas sem ostentação, como fora recomendado. O edifício sede, além de inúmeras dependências, possuía um grande colégio-internato com a capacidade de alojar de 110 a 120 apartamentos individuais para alunos, no esquema de sala e quarto conjugados, servidos de pia de água fria[31]. Tudo indica tratar-se de alojamentos para jovens da classe dominante, no estilo inglês para *land lords*, ou de uma faculdade norte-americana do Leste. As medidas, tiradas em pés e polegadas, permitem-nos concluir sobre as dimensões do apartamento de cada estudante: 12.6" x 14.0" por 14.0" de altura[32].

O arquiteto Hutchings denominou o seu anteprojeto de *Agricultural College to be erected at Piracicaba, San Paulo, Brazil*. No seu conceito, tratava-se de uma realização simples, apesar do porte, sobressaindo a grande fachada de tijolos vermelhos e amarelos em estilo normando, medindo 314 pés[33]. Como elemento decorativo dispunha dos arcos que constituíam a varanda e os pedestais, todos de tijolos vermelhos e pisos de mosaico (ladrilhos). Possuía uma cobertura estruturada de aço e telhas vermelhas. Dispensando construções complementares, como piscina, enfermaria, capela, permitia uma avaliação aproximada de custos (comparativamente à Inglaterra) em cerca de 30 mil a 35 mil libras esterlinas, excluindo-se o mobiliário[34].

A planta geral incluía de inúmeros desenhos que iam sendo enviados a Paris, onde se achava hospedado Luiz Vicente de Souza Queiroz, no mês de maio de 1891, ou aos EUA, à Legação do

Fig. 7. A cidade de Piracicaba sempre reconheceu-lhe o mérito inovador; Em 01.08.1959 (192º aniversário da sua fundação), erigiu-lhe o belo monumento na praça José Bonifácio. Escultura de Morrone, foto.

Brasil, em Nova Iorque, em junho do mesmo ano, quando para lá se dirigiu para a compra de materiais para a usina[35]. O arquiteto, que cobrava trezentas libras esterlinas pelo projeto e devia receber mais 5% pela supervisão e inspeção do material encomendado na Inglaterra ao Merchant Bank Company para ser enviado ao porto de Santos, comprometia-se a executar pequenas modificações nos desenhos, sem cobrança de taxas adicionais[36].

O *draft*, ou *minuta*, do contrato estabelecido entre as partes e o *Proposed Agricultural College to be erected at Piracicaba*, ambos do ano de 1891, permitem reconstruir parte do projeto, na falta das plantas[37]. Concebia-se um vasto edifício-sede para a escola e o colégio-internato, constituído por dois pavimentos. No térreo, situavam-se a entrada principal, a suíte do reitor, o salão da congregação e o apartamento do diretor da faculdade. As duas alas laterais comunicavam-se com o corpo central por imensas varandas com piso de cerâmica, permitindo a circulação interna e externa. Na primeira (à esquerda), ficavam as dependências de uso comum, salão de jantar, cozinha, copa, utilitários dos serventes, a sala de aulas de desenho, a oficina e o ginásio. Na outra ala (à direita), as salas das futuras disciplinas: agricultura, botânica, história natural, química (laboratório). Em ambas as alas distribuíam-se toaletes e lavabos, razoavelmente distantes da entrada principal[38].

No primeiro andar achavam-se distribuídos os primeiros 54 apartamentos individuais, providos com quarto e sala, pia e janela. Preservavam-se os espaços para ventilação, iluminação e circulação interna. O piso dos corredores internos devia ser de cerâmica ou madeira. Como o primeiro andar ocupava a mesma extensão do edifício, tinha o pé-direito de 14 pés (4,27 m) e vinha dividido em duas grandes dependências laterais separadas por corredores da central. O acesso ao primeiro andar se fazia por quatro escadas de pedra. Um desses lanços era de serventia dos empregados desse andar. Na frente do lanço principal, no meio do prédio, situava-se o museu de amplas dimensões (80 x 45 pés ou 24,38 m x 13,72 m), ladeado pelos apartamentos particulares do reitor e do diretor. Também nesse andar havia quatro banheiros equipados com lavatórios, pias e mictórios[39].

No segundo andar, reservavam-se 62 apartamentos individuais para alunos, com as mesmas características, embora o pé-direito fosse de 13 pés (3,96 m). Havia três cômodos para empregados e a galeria, acessada do museu por escada de pedra. Existiam acomodações para banho e armários, à semelhança do primeiro andar. Sobre a última estrutura assentavam-se os reservatórios de água. Cada andar devia estar devidamente aparelhado com equipamento contra incêndio[40].

Os meses de maio e junho de 1891 foram decisivos para os projetos da escola e da usina, tudo parecia concertado na Europa e nos EUA. Foi na condição de "*president and agent of an association of Brazilian gentlemen*" [presidente e agente de uma associação de cavalheiros do Brasil] interessada em fundar "in the province of São Paulo an agricultural school to be known as the Escola Agricola de São Paulo" [na província de São Paulo uma escola de agricultura que será conhecida como Escola Agrícola de São Paulo] que Souza Queiroz contratou, em 14.09.1891, em Nova Iorque, Eugene Davenport, professor de agricultura do *Michigan Agricultural College,* para o cargo de diretor, pelo período de um ano[41]. Parte das funções do contratado incluía a supervisionar

a construção do edifício, gerenciar a fazenda, conceder orientação e assistência no programa de estudos, deveres dos alunos e seleção dos professores. Por esse trabalho receberia seis mil dólares divididos em pagamentos mensais de quinhentos dólares. Teria direito a despesas de viagem pagas para ele e a esposa, casa mobiliada e pequenas vantagens na fazenda, carne, leite, verduras, cavalo e carruagem[42]. Parece não haver deixado traço o trabalho do prof. Davenport em Piracicaba, mas sabe-se que houve por retornar aos EUA no ano seguinte[43].

Em 1891, Luiz Vicente de Souza Queiroz iniciou, simultaneamente, os dois empreendimentos, a hidrelétrica e a escola. Dispondo de técnicos contratados no exterior e de mão-de-obra local, passou a residir com a esposa na antiga sede da Fazenda São João da Montanha, para dirigir pessoalmente os trabalhos, mas não contava com as dificuldades financeiras acarretadas pelas modificações cambiais, que passaram a encarecer as importações em demasia: tampouco previra os entraves operacionais relativos ao transporte da pesada carga que chegava a Santos[44].

Os Projetos e os seus Percalços

As dificuldades materiais durante o período em que Luiz Vicente de Souza Queiroz procurava desenvolver os projetos de escola e da usina elétrica podem ser percebidos pela documentação relativa ao ano de 1891, levantada junto ao museu da Esalq. As despesas da Fazenda São João da Montanha aparecem em diversos recibos de pagamentos efetuados por ordem do proprietário, por meio do seu procurador e secretário, o sr. Antônio Teixeira Mendes[45]. Crescia a atividade na fazenda, chegando a duzentos trabalhadores e dois arquitetos espanhóis, além do diretor norte-americano. O sacrifício financeiro levou-o a buscar ajuda oficial[46].

Parte da correspondência bancária referente ao período foi salva nos arquivos do sr. Antônio Teixeira Mendes e repassada por seus filhos, Antônio e Carlos, em data comemorativa do 44º aniversário da escola (03.06.1945). Os documentos revelam o esforço financeiro de Luiz Vicente de Souza Queiroz para a aquisição da Fazenda São João da Montanha, no início de 1891.

> [...] Sr. Antônio Mendes. Hoje mandei pôr a sua disposição no banco [London and Brazilian Bank] a quantia de 50:000$000 com a rubrica da Escola Agronômica de Piracicaba. Sem mais. Seu amigo obrigado. Luiz de Queiroz. São Paulo, 8 de janeiro de 1891[47].

Tratava-se de quantia a ser destinada a outro credor, o Banco Comércio e Indústria. As operações bancárias, em cidades desprovidas de agências, como Piracicaba, eram complicadas e morosas. O London & Brazilian Bank Limited, agência de São Paulo, decidiu enviar por carta, a Piracicaba, o montante de apenas três cheques para serem preenchidos e enviados, o que causou uma série de transtornos. O sr. Mendes, que já passara por telegrama a ordem para efetuar os pagamentos aos credores da Escola Agronômica, em São Paulo, apenas em 3 de fevereiro, recebeu a carta do banco referindo-se, "[...] ao nosso cheque que deverá ser preenchido e assinado" pelo secretário da Escola, "[...] logo que o recebermos pagaremos a quantia de 50:000$000 ao Banco Comércio e Indústria, conforme seu pedido"[48].

A aquisição do imóvel promoveu despesas que exigiram um depósito adicional de dez

contos de réis. O comprador escrevia ao seu secretário:

[...] Ontem, em caminho, recebi seu telegrama que foi dirigido a Itapetininga. Estimei saber que a compra tinha-se efetuado e como subiu para bem mais do que eu esperava, já escrevi ao London and Brazilian Bank para pôr a sua disposição mais dez contos. No fim de fevereiro lá estarei. Deseja sua saúde. Seu amigo obrigado. Luiz de Queiroz[49].

A operação transcorreu como desejado, pronunciando-se o banco:

[...] Hoje, transferimos a quantia de Rs 10:000$000 da conta corrente do sr. Luiz de Queiroz para o crédito da Escola Agronômica, conforme aviso recebido do mesmo[50].

A compra da Fazenda São João da Montanha ocorreu em hasta pública, no mês de janeiro de 1891, em virtude de ação movida contra o seu proprietário, João Florêncio do Amaral. O valor ficou acima do previsto. Ainda no mês de fevereiro, o advogado Francisco Antônio de Almeida Morato retirava das mãos do secretário Mendes o valor de dois contos de réis, por conta da Escola Agronômica, para ser aplicado na compra de casas ou terrenos em favor de Ana e Carolina do Amaral, irmãs do antigo proprietário da fazenda[51].

O ano de 1891 foi pleno de investimentos na fazenda e de aquisições de material no estrangeiro. Quando o material adquirido para a Escola Agronômica começou a chegar no porto de Santos, surgiu nova fonte de despesas com os fretes relativos ao trecho da ferrovia Ituana, entre Jundiaí e Piracicaba. Luiz Vicente de Souza Queiroz encaminhou ao presidente da companhia o pedido de concessão de fretes gratuitos: "[...] Sendo esta escola construída por donativos particulares, unicamente com fins patrióticos, e não visando interesse pecuniário algum [...]"[52].

O ofício foi deferido, favoravelmente, no mesmo dia, ficando na dependência da aprovação do governo, pois era este que detinha a garantia dos juros da companhia. Foi necessário oficiar ao presidente do Estado de São Paulo, historiando o caso e, novamente, solicitar a concessão gratuita dos fretes relativos ao material que desejava transportar. Após ser lido, na Secretaria do Governo, o ofício foi enviado à Superintendência de Obras Públicas para informar. A resposta do diretor interino foi favorável, apoiada no parecer do engenheiro-chefe da 3ª Seção da superintendência.

O parecer data de 10.03.1891. O engenheiro reconhecia os interesses patrióticos presentes na construção da escola, bem como ser pequeno o desfalque produzido nas rendas da ferrovia, coisa a ser compensada no futuro. Previa algumas exigências a serem fixadas com base na discriminação do material a ser transportado, incluindo a relação detalhada dos volumes, seguida da especificação da quantidade e do peso, para ser apresentada ao centro de controle e fiscalização da Estrada de Ferro Ituana. Essa era uma condição prévia para serem expedidas as ordens pela diretoria[53].

Retornando o pedido original ao secretário do Governo, Carlos Villalva, o seu parecer foi o seguinte: "[...] parece-me, como à Seção, que a concessão pedida deve ser feita mas com a restrição posta pela Superintendência de Obras Públicas". As restrições anteriores foram confirmadas em despacho pelo presidente Américo Brasiliense[54]. O documento vem esclarecer antiga queixa entre os simpatizantes de Luiz Vicente de Souza Queiroz, de que

lhe havia sido negada a concessão dos fretes gratuitos. Pelo menos durante o ano de 1891 a concessão se manteve, pois Américo Brasiliense só foi deposto em dezembro (Dissidência de 1891). Talvez os embargos aludidos sejam quanto ao material da hidrelétrica, no ano seguinte, quando se operou a fusão ferroviária de que resultaria a Cia. União Sorocabana e Ituana (1892-1907).

As Barreiras Insuperáveis

As dificuldades financeiras vinham sendo enfrentadas com o capital particular e com a colaboração da família Souza Queiroz, compondo a sociedade investidora na futura Escola Agronômica[55].

Estimulado pelas cartas Federal e Estadual de 1891, Luiz Vicente de Souza Queiroz contava com a concessão de subvenção governamental para o desenvolvimento do seu projeto de escola. A carta Federal deixava espaço à iniciativa particular em matéria de ensino secundário e superior, enquanto a carta Estadual previa em seu capítulo IV, artigo 20, parágrafo 11, letra E, que o ensino secundário, profissional e superior viesse a ser promovido por indivíduos e associações, subvencionados ou não pelo Estado. A carta paulista de 14.07.1891 só viria a ser complementada, em questão educacional, pela Lei do Ensino Paulista de nº 88 de 08.09.1892, pelo decreto de nº 397, que incluía o regulamento da Escola Normal de São Paulo, e pelo decreto nº 400, que apresentava o regimento interno das escolas complementares do Estado, ambos de 1896. Os dois modelos previstos (1º e 2º graus) serão destinados ao ensino público, convertendo-se em experiências ricas para a Secretaria da Educação. Praticamente inexistia experiência na área da educação técnica em São Paulo, quer em nível secundário quer em nível superior[56].

Com o passar dos meses, obstáculos de natureza política, criados no Legislativo, se interpuseram ao projeto de Luiz Vicente de Souza Queiroz, agravando-lhe as dificuldades materiais. A subvenção de 430 contos, solicitada em 1891 ao governo paulista, passou no Senado estadual, mas não chegou a entrar no orçamento do estado, devido à deposição de Américo Brasiliense, em 15.12.1891, e fechamento do Legislativo, em janeiro de 1892, por Cerqueira Cesar (Dissidência de 1891).

Durante a 1ª Legislatura Paulista, circularam na Câmara diversos projetos de ensino público superior, visando a implantar cursos de medicina, engenharia, farmácia e agricultura, evidenciando-se que não seria fácil a obtenção de apoio do Estado para a escola agronômica, apesar do prestígio da família Souza Queiroz e da mediação das amizades políticas. Desde o final de 1891, as elites enfrentaram fortes tensões políticas na capital do país e em São Paulo, suscitando-se dúvidas quanto ao futuro do próprio regime.

A Fazenda São João da Montanha era um canteiro de obras desde o segundo semestre de 1891[57]. Superada a primeira negativa, era tida como certa a concessão do subsídio oficial, em 1892. Mas esse ano traria novo cortejo de decepções. O Legislativo paulista aprovou a lei nº 26, de 11.05.1892, a qual tinha origem anterior (1ª Legislatura), proveniente de elaborações pela Comissão de Agricultura da Câmara sobre o projeto nº 13.1891, de autoria do dr. Domingos Jaguaribe. Era a lei que criava no Estado de São Paulo uma escola superior de agricultura, uma de engenharia e dez estações experimentais. A iniciativa do *College* em Piracicaba parecia condenada.

No mês de abril, o Senador Paulo Egídio de Oliveira Camargo apresentara um projeto de sua autoria, solicitando a subvenção oficial de trezentos contos de réis para a escola agrícola, que se achava em fase de organização em Piracicaba[58]. Foi durante o mês de maio de 1892 que passaram a concorrer no legislativo os dois projetos paralelos de ensino superior agrícola, um de natureza particular, solicitando subsídios, outro de implantação oficial. Percebendo que o seu projeto não tinha oportunidade, Luiz Vicente de Souza de Queiroz procurou abdicar dele, oferecendo-o ao governo, na tentativa de chegar a um acordo de dupla conveniência. Não cometera engano quanto à subvenção oficial, pois a verba que recebera parecer favorável no Senado foi rejeitada pela Câmara dos Deputados, segundo o parecer nº 267, emitido na sessão ordinária da Câmara, de 28.09.1892[59].

O segundo semestre de 1892 foi crítico: a vida republicana conturbada, as dificuldades cambiais onerando a construção da usina e a renúncia ao projeto da Escola Agrícola. O ofício que encaminhara, em 08.08.1892, ao recém-eleito presidente do Estado de São Paulo, Bernardino de Campos, tinha por proposta a doação da Fazenda São João da Montanha, sob a cláusula de nela o governo instalar uma escola de agronomia dentro de prazo estabelecido de dez anos: "[...] devendo ser a base do acordo a renúncia que faço dos 150 contos oferecidos: oferta que não revogo, e recebendo eu somente o excesso da elevação sobre aquela quantia". Segundo nota do tabelião, Mattos Júnior, o excedente era de 45:657$100[60]. O proponente se dispunha a leiloar a propriedade e doar os 150 contos de réis à Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba, na hipótese de o governo não aceitar a oferta. O Executivo e o Legislativo foram pressionados pela imprensa a aceitar o acordo, que se fez nos termos do Decreto nº 130, de 17.11.1892[61].

O decreto nº 130 continha três itens fundamentais: 1) o governo aceitava a doação da fazenda, com tudo o que dela fazia parte; 2) concedia ao proprietário indenização relativa às benfeitorias e custos de manutenção da propriedade, cerca de 50:774$000, e estabelecia a abertura de um crédito equivalente, junto à Secretária de Agricultura, Comércio e Obras Públicas; 3) aceitava a doação condicional, obrigando-se a criar na Fazenda São João da Montanha, em Piracicaba, uma escola agrícola para educação profissional (artigo primeiro), sem especificação do grau[62]. No decreto estava prevista a hipótese de a propriedade retornar a Luiz de Queiroz ou a seus herdeiros, no caso de o governo descumprir o acordo (Anexo B). O prazo de dez anos constava da escritura pública de doação, lavrada em 06.12.1892 (Anexo C).

Em mensagem de solicitação de um "*bill* de indenidade" ao Congresso, Bernardino de Campos justificou o dec. nº 130, que aceitava sob condições a doação de Luiz Vicente de Souza Queiroz. Afirmava inexistirem empecilhos para receber a doação, apesar da falta de programa de ensino e de regulamento da escola, ressaltando que não poderia desperdiçar o esforço e o sacrifício pecuniário da iniciativa privada em benefício da agricultura, base da riqueza e da prosperidade do Estado. Dentro desse princípio, providenciara a indenização de 50:774$000, expedidos pelo doador em benefícios e custeio. Lembrava que a lei nº 26 de 11.05.1892 autorizava o governo a fundar uma escola superior de agricultura e a estabelecer dez estações experimentais em locais apropriados, e sugeria o aproveitamento da doação para esse fim. As estações estavam destinadas a tornar-

se verdadeiras escolas práticas de agricultura e auxiliares da escola superior (a Politécnica) a ser organizada no futuro[63].

Na solicitação do "*bill* de indenidade" ao Congresso, Bernardino de Campos reconhecia, dentro do "espírito" da lei nº 26, a soberania da congregação da escola superior sobre as estações com os seus respectivos campos experimentais (art. 3º), inclusive da que viesse a ser criada em Piracicaba. Também esclarecia que a viabilização desta dependia de estudos, de um programa relativo ao ensino agrícola e de um regulamento a ser adotado pela escola. O aproveitamento da doação não podia contrariar o preestabelecido no art. 3º da lei nº 26, quanto ao que se pretendia no plano social: "[...] nestas estações serão preferidos como aprendizes e operários os menores órfãos que os juízes respectivos designarem"[64].

Sérias delimitações ameaçavam os planos de Luiz Vicente de Souza Queiroz: a lei nº 26 parecia sugerir uma espécie de escola correcional ou apontava no rumo da *ferme-école* de nível elementar como as mais prováveis aplicações do ensino agrícola a vigorar nas futuras estações experimentais, subordinadas à única escola superior. Concedido o "*bill* de indenidade" para os fins imediatos a que se destinava, Bernardino de Campos veio a reformular o seu ponto de vista, certamente sob a influência do seu secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o agrônomo Jorge Tibiriçá Piratininga, delegando ao futuro a definição da escola em termos de adequação à realidade paulista.

O decreto nº 130 era completado pela carta de lei nº 193, de 28.08.1893, que concedia o "*bill* de indenidade" e autorizava a abertura de um crédito extraordinário, até 50:000$000, para dar-se início aos trabalhos de adaptação da fazenda:

> Fica aprovado o Decreto nº 130, de 17 de Novembro de 1892, pelo qual o Presidente do Estado aceitou a doação feita pelo cidadão Luiz Vicente de Souza Queiroz da fazenda São João da Montanha, situada no município de Piracicaba, a fim de nela fundar uma escola agrícola de educação profissional, e abriu o crédito de 50:774$000, para indenizar o doador, de despesas feitas com benfeitorias e custeio da mesma fazenda[65].

Outro decreto, de nº 216, de 18.11.1893, completava o anterior, abrindo à Secretaria da Agricultura o crédito extraordinário de cinqüenta contos de réis. O artigo único esclarecia a finalidade da verba:

> [...] para ser aplicada à conservação e ao início dos trabalhos de adaptação da fazenda São João da Montanha à escola de educação profissional agrícola, que nela se projeta fundar[66].

Não se especificava o grau do curso pretendido, mas a nomeação do engenheiro Léon Alphonse Morimont, por decreto, em 17.11.1893, revelava a guinada para outro modelo de educação profissional, distante do projeto original. As escolas práticas constituíam o modelo inovador no ensino agrícola, testado com êxito na França entre 1875 e 1890. A incompatibilidade com a lei nº 26 se acentuava, mas esta parecia superada ao ser criada a Escola Politécnica. O *College* aristocrático, projetado para a aspirada escola de Luiz Vicente de Souza Queiroz, era derrotado; *"[...] seus planos, com tanto carinho elaborados, foram desde logo rejeitados, substituídos por outros"*, reconhece a sobrinha, Edith Moraes Natividade, em entrevista concedida ao pesquisador Edmar José Kiehl[67].

Costumava-se dizer que a subvenção

solicitada por Luiz Vicente de Souza Queiroz não fora aprovada por falta de fundamentação do seu projeto, pois dele não constavam o programa de ensino a ser adotado ou o regulamento da escola superior de agricultura[68]. Contra o "esvaziamento" de conteúdo, há o testemunho insuspeito de Ernest Lehmann, em carta a Dafert (1891), na qual ele aludia ao período (1892-1893) em que administrou a Fazenda São João da Montanha e manteve contato com o ex-proprietário:

> [...] tive a oportunidade de reconhecer na pessoa do sr. Queiroz um homem dotado de um alto grau de Intelectualidade, de energia e de atividade, sem ser egoísta, visando somente à prosperidade da sua pátria. Isto coligi logo das plantas apresentadas para a futura Escola de Agronomia, as quais causaram-me admiração, e para cuja realização o sr. Queiroz ia gastar enormes quantias caso tivesse de concluir as obras como desejava, com os seus próprios recursos[69].

As plantas do *College* desacompanhadas de um regulamento da escola não tiveram o mérito de convencer a Câmara dos Deputados, já comprometida com o Projeto Jaguaribe[70]. A inexperiência dos parlamentares, salvo exceções, em questões de educação técnica, deixava-os embaraçados entre os requisitos organizacionais e curriculares de cursos propostos e a sua concretização, quando não a respeito da própria ciência e das disciplinas científicas.

No caso particular da escola de Luiz Vicente de Souza Queiroz, bacharéis e coronéis do Legislativo superestimaram os textos teóricos em detrimento da iniciativa concreta, manifesta na prática por meio das plantas, dos trabalhos executados na Fazenda São João da Montanha, para uma escola superior que devia oferecer um curso de agronomia para o país agrícola, em cuja federação o Estado de São Paulo desfrutava de prestígio econômico e político. No entanto, da parte teórica, que não era apresentada, deveria encarregar-se o prof. Davenport, contratado nos EUA pelo idealizador, numa clara opção pelo modelo americano de ensino agrícola.

Bernardino de Campos, em mensagem ao Congresso do Estado de São Paulo, reconheceu-lhe o mérito, a despeito das interdições da Câmara:

> [...] Pretendera o doador levar a efeito o estabelecimento dessa escola e mantê-la por iniciativa e contribuições particulares, conseguindo dar começo de execução à idéia com a aquisição da fazenda citada, realização de diversos melhoramentos, levantamentos e organização de plantas e projetos dos edifícios a construir, para sua adaptação ao fim desejado, mas teve logo de verificar a impossibilidade por falta de recursos, de levar avante o seu projeto sem auxílio oficial e, nesta contingência, resolveu dar ao Estado a fazenda com a condição de ser realizado por este o seu *tentamem*[71].

A doação do patrimônio, sob condições, incluía os 131 alqueires (317 hectares) contendo terras, benfeitorias, apetrechos, animais, plantas e objetos dos edifícios a construir a troco de o adquirente (o Estado de São Paulo) levar a efeito a idéia dos transmitentes (a família Souza Queiroz):

> [...] de fundar na mencionada fazenda a Escola de Agronomia para a educação profissional dos que se destinam à lavoura; e que, na hipótese de não ser levada a efeito, no prazo de dez anos, reverter a eles transmitentes ou seus herdeiros a propriedade

doada, previamente indenizada pelo Tesouro do Estado da quantia de, em moeda da época, 50:774$000 correspondente ao valor da doação[72].

O Pensamento de Luiz de Queiroz sobre a Agricultura

O pensamento de Luiz Vicente de Souza Queiroz aparece manifesto em 1895, nos primeiros números da *Revista Agrícola*, organizada nesse ano pelos médicos Luiz Pereira Barreto, Carlos Botelho e Domingos Jaguaribe, ruralistas fundadores da Sociedade Agrícola Pastoril e por elementos de vanguarda entre os chamados agricultores progressistas do Estado de São Paulo. Luiz Vicente de Souza Queiroz integrava a diretoria da sociedade, vindo a contribuir com vários artigos publicados na revista. Encontrava-se numa fase da vida em que, havendo liquidado a maior parte dos negócios em Piracicaba, transferira-se para São Paulo, onde permanecia expectante da ação do Estado no cumprimento do acordo e na execução do projeto da escola de agronomia.

O Estado, através do Secretário da Agricultura, Comércio e Obras, Jorge Tibiriçá Piratininga, contratou o engenheiro agrônomo belga Léon Alphonse Morimont para o serviço de direção da Fazenda São João da Montanha e elaboração de um projeto de escola prática de agricultura. Havendo cláusula para o cumprimento do dec. nº 130, a aceitação da doação sob a promessa de criar-se a escola no prazo de dez anos, ou a reversão do patrimônio ao doador, cabia-lhe aguardar e insistir na efetivação do projeto, que justificava na imprensa alegando tratar-se de uma necessidade nacional, simultaneamente à tese defendida pelos ruralistas, "a salvação do País pela lavoura"[73].

A representação sobre a regeneração da agricultura brasileira perpassa todos os seus artigos, seja a respeito dos tratos culturais na lavoura e no criatório, ou na forma de pequenos conselhos, de rápida na incorporação aos hábitos do agricultor. A sua intenção manifesta era fazer lembrar aos governantes e aos agrossenhores a necessidade urgente de se implantar o ensino agrícola, para dar início ao processo de adequação do país à modernidade ocidental construída na Europa durante a Segunda Revolução Industrial. Alguns trabalhos sobre educação técnica agrícola publicados na *Revista Agrícola* constituem reprodução dos seus artigos em jornais da época e tornaram-se a nossa principal fonte de referência, para conhecimento das suas idéias.

Como Antônio Francisco de Paula Souza e Jorge Tibiriçá Piratininga, Luiz Vicente de Souza Queiroz fazia da necessidade de adequação à modernidade um tema singularizado na representação de uma comunidade que desejava ver nacionalmente construída, o Brasil. Eram herdeiros da tradição ilustrada do Vale Médio do Tietê, vivenciados em culturas européias, às quais o romantismo emprestou conteúdo revolucionário para seus projetos de construção nacional e o naturalismo complementou com o toque acadêmico das ciências subjacentes ao industrialismo. Não podiam deixar de manifestar a sua consciência eclética, mas coerente, quanto às suas representações sobre o desenvolvimento econômico do Brasil, havendo por sustentáculo a ciência e, no seu embasamento, a educação e a técnica:

> [...] estamos convencidos de que alcançaríamos com os elementos que felizmente possuímos, dar um salto e nivelarmo-nos, em pouco tempo, aos países mais prósperos do mundo[74].

Empenhou-se em convencer a classe dominante a apoiar a agricultura científica, mediante os exemplos históricos que resgatava. Em sua consciência, a intervenção romântica no curso da história, pela ação natural da ciência (que era revolucionária, por ser inovadora), combinava-se em novo produto, permitindo-lhe externar-se num discurso de viés nacionalista:

> [...] Aí está o exemplo da Prússia [com] 6 institutos superiores d'agricultura, com mais de 140 cursos, 4 academias agrícolas [...] 41 escolas práticas, 6 escolas de irrigação e drenagem e, até, uma escola especial de piscicultura [...] mais de 30 estações agronômicas e numerosas escolas veterinárias e de outras escolas congêneres [...] não nos admira ter ela [agricultura científica] conseguido fazer da pobre Prússia do século passado o grande império alemão de hoje[75].

Deixava-se impressionar pelo exemplo prussiano-alemão, como outros representantes da Intelectualidade da época, Paula Souza, Pereira Barreto, Jorge Tibiriçá. Associava comportamentos de outras nações, que em momentos cruciais da sua história se haviam voltado para a regeneração da agricultura, investido no conhecimento escolarizado da mesma, promovendo-a na pauta das prioridades nacionais.

> [...] Esta tendência dos povos a ressarcir os seus desastres pela agricultura nos ensina, a nós brasileiros, o caminho que devemos seguir, e, se, infelizmente, não quisermos acompanhar o que a história está nos revelando, a necessidade nos há de obrigar a fazê-lo, mais tarde, talvez com grande prejuízo para o nosso país[76].

Emprestava pragmaticidade ao aforismo de natureza fisiocrática e ruralista, *a salvação da agricultura era a salvação do país*. Apesar da atividade industrial empresarial em Piracicaba, permanecia ligado às origens agrárias, representante da Intelectualidade e do ruralismo, em ritmo de modernidade, o que significava defender a ciência aplicada na diversificação da agricultura (policultura), na produção das novas culturas de exportação (agroexportação), na agroindústria e na indústria reprocessadora de matéria-prima de origem agrícola, como a têxtil. Mercado externo e interno em desenvolvimento, população consumidora dos bens nacionais, imigração aumentada, mas com trabalhadores qualificados, era o que incluía na revolução agrícola, a partir da qual se "[...] abriria o verdadeiro caminho para entrarmos na indústria com base sólida"[77].

Mentalidade inovadora, expressava-se num ruralismo modernizante, revelando-se admirador inconteste dos avanços da ciência moderna, cujos efeitos se multiplicavam na agricultura científica e tecnológica desenvolvida nos países prósperos. E, ao mesmo tempo, interagindo na comunidade tradicional, comunicava-se na linguagem dos agrossenhores: "[...] em toda a parte [a Agricultura] é olhada como a vaca leiteira do tesouro"[78].

Desde 1899, oferecia uma proposta específica, a de arrancar a agricultura brasileira da prática secular e rotineira, em mãos dos acomodados da lavoura, jazendo abandonada em si mesma, de transformar-lhe os padrões de produção, mediante a agricultura racional e a educação. Era uma proposta nacionalista de reconstrução republicana e de desenvolvimento econômico, a partir do setor primário

diversificado (policutor): "[...] pondo-nos em posição de produzir gêneros alimentícios que hoje nos vêm, em tão grande escala, do estrangeiro, e, cujo valor monta em muito mais de cem mil contos"[79].

A malversação do potencial agrícola do país era o que lhe afigurava vergonha nacional, porque se materializava na importação de alimentos, na atividade extensiva e predatória sobre as reservas naturais do solo e da vegetação, práticas que deviam ceder à agricultura racional, intensiva, policultora e produtora de alimentos para o mercado interno, exportadora para as nações do mundo.

Idêntica racionalidade devia estender-se à exploração dos outros recursos naturais, notadamente as jazidas minerais nacionais. Particularizava com o exemplo das reservas de fosfato de cal da região de Ipanema, elemento básico utilizado como adubo mineral na recuperação da fertilidade das terras cansadas,

> [...] poupando a vergonha de ser o Brasil o único país novo que importa em tão larga escala gêneros alimentícios; assim muito melhorariam as nossas finanças, o que viria também auxiliar a consolidar nossas instituições porque com boa finança é muito mais fácil fazer boa política[80].

Luiz Vicente de Souza Queiroz chamava a atenção para os grandes países que, em sua maior parte, tinham revelado idênticos apelos à agricultura de salvação nacional em momentos históricos: "[...] logo após um cataclisma que o reduz à última extremidade, a primeira coisa que trata o governo de fazer é melhorar tudo o que tem referência à agricultura..."[81]. Lembrava a Prússia, após o desastre de Iena, a Áustria, após Sadowa, a França, após Sedan, e os EUA, após a Guerra da Secessão. Desastres nacionais e reedificação dos países por meio de aplicação de projetos de agricultura racional, conjugados ao ensino agrícola, eram modelos que se multiplicavam, sob o viés nacionalista, também no Japão, na Argélia e no Congo Belga.

No seu entender, a situação brasileira de calamidade formatava-se nas seqüelas do Encilhamento, na instabilidade do regime, na crise do café, na carestia dos gêneros alimentares e nas dificuldades financeiras. Sem ser teórico, oferecia solução à crise brasileira, após demonstrar haver na própria crise a raiz da demanda pela agricultura científica e pelo ensino agronômico. Era a sua contribuição particular à causa nacional, feito sempre reconhecido pela comunidade científica da Esalq (Fig. 8).

Na Europa, os desdobramentos da Revolução Industrial atingiram a educação, através de instituições especiais, as escolas de agricultura aprimoradas, providas com horto e campos de experiência. Elas interagiam com as estações agronômicas que eram centros de pesquisa, os viveiros de plantas ou hortos experimentais, destinados a introduzir e aclimatar plantas úteis, de valor industrial e capazes de proporcionar aumento de divisas. Esses exemplos poderiam viabilizar-se no Brasil e influenciar a imigração, atraindo contingentes humanos mais qualificados para a lavoura.

Nesse particular, não disfarçava as críticas à imigração subvencionada, que tentava suprir pelo atacado, sem critérios seletivos, as necessidades de mão-de-obra no campo. Enquanto ruralista, fazia da agricultura uma questão de urgência e de sobrevivência nacional; como empresário priorizava o qualitativo imigracional e como intelectual, o científico na educação agrícola: "[...] Não há

Fig. 8. "A Luiz Vicente de Souza Queiroz – O teu monumento é a tua Escola". Esta é a inscrição na lápide do homenageado, ao fundo, mandada executar pela congregação, em 1960; no primeiro plano, escultura de Morrone, à entrada do parque construído em 1907. Postal.

país civilizado que não esteja, neste ponto, mais adiantado do que nosso[...]"[82].

A sua retórica não foi vencida; ela contribuiu diretamente para a persuasão das autoridades, atraindo a ação governamental para o trabalho iniciado em Piracicaba. O fracasso do seu projeto de escola agronômica esteve indiretamente ligado à interpretação que essas autoridades faziam das questões relativas à educação agrícola e ao ensino superior, bem como aos interesses e às decisões internas do Partido Republicano Paulista (PRP), nem sempre harmônicos com o discurso da Intelectualidade. O próprio Estado colheu dessas contradições quando se dispôs a realizar os seus projetos de ensino agronômico.

Epílogo

Luiz Vicente de Souza Queiroz comportava-se como cidadão comum, apesar de ser empresário industrial têxtil e construtor de hidrelétrica. Era homem culto e discreto, pouco afeito a documentar as suas idéias em textos. Deu a conhecer o seu abolicionismo republicano e o seu lado político, indiretamente, pela ação promovida no interior da Comissão Abolicionista que presidia em Piracicaba, o mesmo acontecendo com a figura do pensador na esfera da agricultura. Como pouco falou e escreveu, vindo a falecer relativamente jovem, deixou o seu exemplo de vida. A comunidade científica da Esalq prima em reconhecer-lhe o mérito e ilustrar a sua memória.

Permanece homem e mito. Ainda hoje em Piracicaba contam-se histórias de fundo moral a seu respeito, repassadas de tradição. Há casos pitorescos, em que se vê envolvido com pessoas que, por desconhecê-lo, tal a sua simplicidade, o tratam com certo desdém, e nos quais ele se sai com grandeza e dignidade. Há episódios anedóticos sobre a sua pessoa e jeito de ser, mas pouco se sabe sobre ele. No imaginário piracicabano, ele e a esposa formavam o par ideal, compunham o momento singular de uma comunidade que se modernizava ao pé do Salto, no formoso rio, sem deixar de ser romântica e paisagística.

É certo que viveu em Piracicaba os anos mais intensos da sua vida. A construção da hidrelétrica se revelou empresa difícil, submetendo-o a sério desgaste financeiro. Não conseguiu cumprir o prazo previsto para a entrega da obra, sendo obrigado a pedir, em outubro de 1892, prorrogação à Câmara Municipal, em virtude de achar-se retido no porto de Santos o material importado. Em abril do ano seguinte, desfez-se dos seus bens na cidade. O destino da tecelagem foi a incorporação à Companhia de Cultura de Tecidos de Algodão S.A. no Rio de Janeiro, fato que muito o deve ter amargurado[83].

As experiências com a eletricidade iniciaram-se no mês de agosto, inaugurando-se o serviço em 6 de setembro de 1893. No dia seguinte, hospedado no Hotel Central por não mais dispor do palacete, recebia as homenagens públicas com discursos e bandas de música. Sabe-se que as dificuldades continuavam, com novos prejuízos e incompreensões[84]. Em janeiro de 1884, pedia endosso à Câmara Municipal para a obtenção um empréstimo bancário no valor de 250:000$000, o qual lhe foi concedido no ano seguinte[85]. O serviço tinha falhas, a ação dos predadores nas lâmpadas solapava o fornecimento da energia, as reclamações eram constantes.

Os aborrecimentos com a empresa, a crise financeira e a tecelagem perdida afetaram-lhe a saúde. Acompanhou à distância a ação do governo na Fazenda São João da Montanha, continuou promovendo a agricultura, vindo a falecer subitamente, em São Paulo, em 11.07.1898, na véspera de completar cinqüenta anos. Edmar José Kiehl refere-se ao "tiro de misericórdia" desferido em seu abalado coração: o governo (Peixoto Gomide), decidido a comprimir as despesas, dispensara o último diretor da Escola Agrícola, paralisando as obras[86].

Período de Transição: a Fase Administrativa de E. Lehmann

Ernest Lehmann, agrônomo austríaco e subdiretor do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), foi enviado por Franz Wilhelm Dafert como administrador da Fazenda São João da Montanha durante o período em que a fazenda permaneceu nos quadros dessa instituição. Não pôde dar continuidade à obra de Luiz Vicente de Souza Queiroz durante os treze meses de sua permanência em Piracicaba (26.11.1892 a 31.12.1893). Ele foi constrangido ao exercício das funções específicas de administração da fazenda, a cuidar da conservação dos edifícios existentes, do tratamento dos animais e das culturas, a evitar extravios e prejuízos ao governo.

Limitou-se a obedecer às ordens superiores de Dafert, que poupava investimentos em Piracicaba, pois a fazenda estava prestes a passar para a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo.

Como pesquisador, sentiu-se frustrado frente à dotação orçamentária, que o impedia de desenvolver a exploração rentável da fazenda, de proceder à introdução da lavoura de cana-de-açúcar e de colonos, de investir nos edifícios escolares e de realizar experimentos, pois tinha conhecimento da futura separação da fazenda em relação ao IAC.

Mais tarde, confessaria que se sentiu tentado e teve esperanças de continuar os planos do idealizador, mas faltavam-lhe capital e poder. O Instituto Agronômico, enfrentando dificuldades financeiras, cortou-lhe despesas e operários. O quadro de Movimento de Pessoal permite verificar as drásticas reduções, que paralisavam as construções e o ritmo da fazenda: "[...] Estes números caracterizam melhor as circunstâncias do que qualquer descrição"[87].

Malgrado o relato desanimador, o diretor prestava contas relativas ao estado em que encontrara a fazenda, o movimento econômico, a manutenção das estradas, do equipamento, do gado e das culturas[88]. Ofereceu a relação dos trabalhos executados durante o ano em que sucedeu a Luiz Vicente de Souza Queiroz, acrescentando alguma luz sobre o patrimônio original transferido de João Florêncio da Rocha, em 1890[89]. As obras deixadas pelo último proprietário e idealizador da escola, conferem com o que é citado em seu relatório, à página 178, em rodapé[90].

As obras de Lehmann reduziram-se a *consertos* freqüentes na estrada que ligava à cidade, a *reconstruções* da ponte sobre o ribeirão Itapeva, a *trabalhos* no encanamento de água, a cercas e valos no interior da propriedade, às casas de colonos, a alguma *colheita* das culturas deixadas e das iniciadas por ele, capim angola, feijão, milho, e a *experimentos* de pequeno porte realizados no jardim da fazenda. O rebanho bovino diminuíra por razão de enfermidades e abates, apenas sendo mantidos os suínos[91].

Notas

1. "[...] Os Souza Queiroz, os Souza Barros, os Rezende e os Vergueiro serão por muito tempo grandes proprietários rurais, com grande produção de açúcar e de aguardente, mas os que têm suas propriedades nas terras do município de São Carlos (Campinas) serão atraídos pela lavoura do café mais cedo do que os que se radicaram nas terras piracicabanas". Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, *Um Lavrador Paulista do Império,* p. 26.
2. Cf. Edmar José Kiehl, "Vida e Obra de Luiz de Queiroz", em *Esalq 75 (1901-1976). 75 Anos a Serviço da Pátria*, p. 22. A responsabilidade pela informação de que teria estudado na célebre Escola de Grignon cabe aos representantes atuais da família Souza Queiroz, embora consultas efetuadas aos anais da faculdade não confirmem a sua passagem.
3. Cf. Edmar José Kiehl, *op. cit.*, p. 25. Por partilha dos bens do barão de Limeira, coube a Luiz Vicente de Souza Queiroz a herança da Fazenda Engenho D´Água, em Constituição (Piracicaba). A sentença foi proferida em 25.08.1873, segundo o Inventário lavrado em São Paulo. Cf. Leandro Guerrini, *História de Piracicaba em Quadrinhos*, p. 49. Observamos que essa fazenda fazia parte da antiga sesmaria do Bom Jardim de Cima do Salto, recebida no século XVIII por Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho, legada aos seus herdeiros que ali mantiveram o solar ancestral, o engenho tocado a água, os monjolos e os pastos para aluguel das tropas, que faziam a vau a travessia do rio Piracicaba, acima do Salto.
4. A origem particular dos primeiros estabelecimentos de ensino técnico agrícola está nas iniciativas desses agrônomos e nas *fermes-écoles*, *ou fermes modèles*, das primeiras décadas do século XIX na França. Cf. Grosjean, *Rapport sur l' enseignement professionnel agricole en France,* p. 2. Em Moeglin, criada pelo médico real Albrech Daniel Taher, Auguste Bella freqüentou cursos de agricultura, enquanto Nivière estagiou nas mais importantes: Hohenheim, Eldena, Tharandt e Moeglin. *Idem*, p. 3.
5. Cf. Tisserant, *Rapport sur l' enseignement agricole en France*, pp. 15-16. Observou-se que, em 1870, o currículo foi enriquecido pela cadeira de mineralogia aplicada à agricultura.
6. [Negava-se a utilidade da ciência. Somente a prática estava em condição de instruir o agricultor em sua difícil arte.] Tisserant, *idem,* p. 17.
7. Outras havia: as *écoles vétérinaires*, as *écoles pratiques* (ainda em fase experimental). Havia as cadeiras de química agrícola nas faculdades de ciências, as cadeiras departamentais de

agricultura, as seis estações e laboratórios agrícolas, que se destinavam à pesquisa. Cf. Grosjean, *op. cit.*, pp. 3-5.

8. Na França, entre 1852 e 1870, a média foi de 24 alunos diplomados por ano. Cf. Tisserand, *op. cit.*, p. 24.
9. Cf. Edmar José Kiehl, *op. cit.*, p. 25.
10. As ruas citadas correspondem, atualmente, às seguintes: São José e Cristiano Cleopath (do Salto). No trecho citado se incluíam a rua dos Pescadores, atual Prudente de Moraes, e a das Flores, atual 13 de Maio.
11. Cf. Leandro Guerrini, *História de Piracicaba em Quadrinhos*, pp. 49-50. A oposição não era infundada, pois o fechamento dessas vias privava a população do melhor passeio da cidade, aquele mirante natural para apreciar o movimento das águas e o Salto. Independente do lazer, afetava o trabalho das lavadeiras de ganho, porque tiveram interditado o seu acesso ao logradouro mais propício para "bater a roupa". Compreende-se por que os populares promoveram protesto público no local e encontraram eco na Câmara Municipal de Piracicaba. *Idem*, p. 55.
12. O periódico local informou sobre as duas comemorações realizadas naquela data. A primeira, *in loco,* fora de natureza popular, acompanhada de banda de música, distribuição de refrescos e bebidas. A outra, fora uma aristocrática recepção, em que "o sr. Luiz de Queiroz recebia os cumprimentos da parte melhor da sociedade da terra"; Cf. Leandro Guerrini, *op. cit.*, p. 52. Em 1876, o jornal *Piracicaba* informava sobre os produtos da fábrica de Tecidos Piracicaba (Santa Francisca): panos rústicos, pano tinto, riscado e mesclado, a preços baratos, mas de qualidade semelhante aos melhores saídos das fábricas de Petrópolis. Cf. Leandro Guerrini, *op. cit.*, p. 60.
13. O presente de casamento que ofereceu à esposa, em 1880, o belo carro de tração animal adquirido em Paris, foi algo que "sacudiu" a cidade. Independentemente das aparências, merece destaque o espírito empresarial dos Souza Queiroz nas duas margens do rio Piracicaba. Na década de setenta, enquanto Luiz Vicente de Souza Queiroz consolidava a tecelagem e construía o belo palacete, o seu primo, dr. Estevão Ribeiro de Souza Rezende, futuro barão de Rezende, organizava a Cia. de Navegação Fluvial Paulista, para operar a ligação do Vale do Piracicaba com o médio e baixo Tietê, até Avanhandava. Essa linha foi, posteriormente, incorporada pela ferrovia União Ituana-Sorocabana. Em 1881, o dr. Estevão organizava o primeiro engenho central da região, em terras da sua propriedade. Nos primeiros anos da década seguinte, Luiz Vicente de Souza Queiroz estará envolvido com a experiência educacional agrícola e a iluminação elétrica da cidade.
14. Os espaços socioculturais da cidade passavam a ser disputados por duas grandes famílias do Oeste, os Souza Queiroz e os Moraes Barros, arrivistas de origem, mas fixados em Piracicaba, participantes da onda de progresso que começa a sentir-se na década de 1870.
15. Cf. Leandro Guerrini, *op. cit.*, p. 110.
16. Um requerimento de Luiz Vicente de Souza Queiroz à Câmara Municipal de Piracicaba pedia permissão para fechar o terreno situado entre o seu palacete e a serraria, deixando franca a comunicação por baixo, beirando o rio Piracicaba. Buscando clareza, lembrava que no local existira outrora o antigo engenho d´água, do qual ainda restavam vestígios; que o mesmo fazia parte da sua propriedade, cedido para que ficasse "em aberto"; que não tinha utilidade ao público da cidade, "[...] tanto que logo depois de roçado cresce o mato sem estorvo, ficando em capoeiras" (13º Livro de Atas da Câmara Municipal de Piracicaba. Segunda Sessão Ordinária de 19.10.1881. ACMP). Era seu desejo criar ali "[...] tanto quanto o permitir a sua extensão, um estabelecimento agrícola e hortícola, que há de ser de não pequeno proveito para este Município, como escola prática para os que forem visitá-la e como croísmo de plantas úteis cuja vulgarização tanto convém a nossos lavradores" (*idem*, *ibidem*).
17. Essas denominações hoje correspondem às ruas Regente Feijó, Voluntários de Piracicaba, 13 de Maio e Prudente de Moraes.
18. Tratava-se do terreno situado entre a fábrica e a rua das Flores. A Comissão "[...] é de parecer que não prejudica a servidão pública a parte pedida, visto ser terreno mal feito, e ser pequeno o lugar ficando franca a rua das Flores até o rio e toda a margem deste até a primeira propriedade do sr. Queiroz, e seguindo em linha reta a direção da rua do Sabão té um rego que conduz água para a casa nova do mesmo sr. Queiroz. No entanto a Comissão nutre dúvida, se pode, ou não a Câmara ceder o dito terreno, propondo que fique adiada sua decisão para melhor depois deliberar" (13º Livro de Atas da Câmara Municipal de Piracicaba. Terceira Sessão Ordinária de 20.10.1881. ACMP).
19. 13º Livro de Atas da Câmara Municipal de Piracicaba. Sexta Sessão Ordinária de 23.10.1881. ACMP. Esse foi o pronunciamento final dos cinco vereadores.
20. Cf. Leandro Guerrini, *op. cit.*, pp. 108-109.
21. Cf. José de Mello Moraes, *Histórico*, original s. d., ME.
22. Constou na cidade que, após o 13 de maio, o seu palacete e a tecelagem permaneceram sob segurança, frente ao risco de represálias por parte do reacionarismo escravista.
23. O progresso já começara a chegar em Piracicaba, afastando o ranço colonial e as lembranças da Forca, acima do Itapeva. Apesar dos animais soltos pelas ruas, da precária iluminação a querosene e da turbulência mensal, causada pela chegada da monção da Colônia Militar do Itapura, o silvo da locomotiva já competia com o chiado dos carros de boi desde 1877. A iniciativa privada parecia bem-sucedida, Engenho Central (1881), Colégio Metodista (1882), Serviço de Abastecimento de Água Encanada de Frick & Zanotta (1887). Em 1885, a população do Município aproximava-se de 22.150 habitantes, inaugurava-se o Jardim Público diante da Matriz; o café chegava a 4.500 t. e a cana a 1.050 t. Em 1886, Piracicaba foi convidada a participar da Exposição Sul-Americana que se realizava na Bolívia e Luiz V. S. Queiroz

foi nomeado membro da Comissão, juntamente com o dr. Manuel de Moraes Barros e o prof. Carlos Nehring. Essa solidariedade não escondia a profunda divisão que dominava os grupos políticos da cidade: os Arruda Botelho e os Barros Ferraz preparavam-se para reeleger o Conde do Pinhal e manter o seu controle na Câmara Municipal, os Conceição, os Souza Queiroz e Souza Rezende, do Partido Conservador, recebiam festivamente, em 1886, os Imperadores do Brasil em sua visita à cidade. Hospedados pelo dr. Estevão Ribeiro de Souza Rezende, retribuíram-lhe com o título de barão de Rezende (1887). À esquerda, situavam-se os republicanos liderados pelos Moraes Barros, empenhados na propaganda. Em 1887, o número dos habitantes urbanos chegava a 7 mil, exigindo da parte das autoridades certo zelo administrativo. As *posturas* da Câmara Municipal obrigaram os proprietários urbanos a calçar de pedra a frente das suas moradas, a construir muros de taipa ou cerca, para melhorar o visual urbano. A praça do Mercado inaugurava-se em 1888, não tardando a surgir as escolas públicas e as sociedades beneficentes. Em 1900, os dados demográficos oferecidos pela Câmara Municipal informam sobre uma população urbana estimada em 14 mil habitantes. Ao encerrar-se o século XIX, Piracicaba se incluía entre as principais cidades paulistas. Cf. Marly T. G. Perecin, *A Síntese Urbana* (1822-1930), pp. 37 e seguintes.

24. "[...] A convicção que temos, de que o sr. Queiroz nessa empresa satisfará plenamente os desejos da população pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas do contrato, leva-nos a felicitar desde já a nossa terra, fazendo ardentes votos para que nenhuma óbice apresente-se a consecução do seu *desideratum*" (*Gazeta de Piracicaba*, edição de 13.11.1889).
25. "[...] Sem isso, não usufruirá o Brasil as vantagens que a Inglaterra desfruta com suas máquinas em funcionamento, porque não temos carvão como John Bull o possui" (José de Mello Moraes, *A Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"*, original, s. data. Arquivo particular).
26. Consumada a República, Luiz Vicente de Souza Queiroz propôs à Intendência Municipal o projeto de iluminação elétrica da cidade, o qual foi entregue à Comissão de Obras Públicas, para avaliação. Sendo decidido que o mesmo seria levado à concorrência pública, e, não se apresentando concorrente, o Conselho da Intendência passou a estudar-lhe as possibilidades. Aprovado, teve o contrato elaborado pelos vereadores Manuel de Moraes Barros e Paulo Pinto de Almeida, vindo a ser assinado pelas partes interessadas em 22.06.1890. Cf. Leandro Guerrini, *op. cit.*, p. 184. Enquanto tentava obter da Câmara Municipal de Piracicaba um contrato de prazo para o serviço de iluminação da cidade, tomava providências para outro projeto, o da Escola, encarregando o advogado Francisco Morato de arrematar, em hasta pública, a fazenda pertencente a João Florêncio da Rocha. Essa propriedade agrícola, que se chamava Fazenda São João da Montanha, media 131 alqueires, ou 317 hectares, distando três quilômetros da cidade. Cf. Edmar José Kiehl, *op. cit.*, p. 15. O valor do alqueire paulista, medida de área corresponde a 24.200 metros quadrados. O valor dessa arrematação, conseguida em janeiro de 1891, era de 43:550$000. Cf. Leandro Guerrini, *op. cit.*, p. 192.
27. Cf. Leandro Guerrini, *op. cit.,* p. 191.
28. *Idem*, p. 192.
29. *Idem*, p. 187.
30. O que se soube dessa hidrelétrica? "[...] Manda vir dos Estados Unidos toda a maquinaria e mais o engenheiro eletricista, dr. T. Alvim Call [...] A usina comportará duas turbinas com 250 cavalos de força e três dínamos Thompson & Houston. O maior deles destina-se à iluminação particular, desenvolvendo 1.200 amperes, e os outros dois à iluminação pública, desenvolvendo 770 amperes" (Edmar José Kiehl, *op. cit.*, p. 32). Quanto à Escola, uma carta expedida dos EUA foi publicada na *Gazeta de Piracicaba*, porque informava a respeito da proposta que fizera a um professor universitário para que viesse lecionar na futura escola de Piracicaba. Cf. Leandro Guerrini, *op. cit.*, p. 200.
31. O arquiteto declarava a capacidade do Colégio-Internato: "[...]120 students by separate private apartments" [120 estudantes em apartamentos individuais separados]. Cf. "Short Description of the Building" *(Proposed Agricultural College to be erected at Piracicaba, San Paulo, Brazil, 1891.* ME). A polegada é antiga medida linear inglesa, correspondente a 25,4 mm. O pé, por sua vez, corresponde a 12 polegadas, ou seja, 30,48 cm.
32. Essas medidas correspondem a 3,81 m. de largura x 4,27 m. de comprimento x 4,27 m. de altura.
33. "[...] to have a North East aspect and measures, over all, about 314 feet "[...] The building itself is to be constructed in brickwork generally, with red and yellows bricks [...]" [para ter a NE fachada e dimensão num total aproximado de 314 pés [...] o próprio edifício está para ser construído com trabalho de tijolo à vista no geral, com tijolos vermelhos e amarelos] (*Proposed Agricultural College to be Erected at Piracicaba, San Paulo, Brazil, 1891.* ME A fachada correspondia a 95,70m.).
34. "[...] the cost may be assumed approximately at from 30.000 to 35.000" [o preço pode ser orçado aproximadamente a partir de 30 mil a 35 mil (libras esterlinas)]. (*Memorandum of Agreement made this... day of May 1891 between Senr. Dor. Luiz V. de Souza Queiroz and Alfred Blandford Hutchings.* MEO).
35. Cf. Cartas de Alfred Blandford Hutchings a Luiz Vicente de Souza Queiroz, endereçadas ao Grand Hotel de Paris, datadas de 04 de maio e 30 de maio de 1891, informam sobre os desenhos e o andamento da planta geral do College. ME.
36. O recibo das trezentas libras esterlinas pagas por Luiz Vicente de Souza Queiroz a Alfred Blandford Hutchings, estabelecido em Victoria Street, at Westminster Abbey, London, é datado de 02 de junho de 1891, dizendo respeito aos seus "[...] professional services and expenses in preparation of design and drawings of the proposed

Agricultural College to be ereted at Piracicaba..." [serviços profissionais e despesas na preparação da planta e desenhos do sugerido Colégio de Agricultura para ser levantado em Piracicaba] (Recibo, ME). Durante o mês de junho a correspondência era enviada à legação do Brasil em Nova York, tratando dos desenhos relativos à infra-estrutura, drenagem, tubulação de águas e esgotos, alterações e futuros fornecimentos de material a ser comprado na Inglaterra e enviado para o porto de Santos. Hutchings cuidava das especificidades técnicas e comerciais do projeto, parecendo estar próximo à realização das grandes aquisições de material: "[...] you will send me the orders for materials direct" [você me enviará as ordens para os materiais diretamente]. (Carta de 06.06.1891. ME).

37. Cf.*Memorandum of Agreement made this day of May 1891 between Sen. Dor. Luiz de Queiroz now to the Grand Hotel Paris of the one part and Alfred Blandford Hutchings of 14 Victoria Street Westminster England Architect, of other part. May, 1891* e o *Proposed Agricultural College to be ereted at Piracicaba,* San Paulo, Brazil, 1891. ME.
38. As dimensões dos principais cômodos do térreo também são dadas em pés e polegadas. Assim: salão de jantar: 78 x 25 pés, ou seja, 23,77 m x 7,62 m; Ginásio: 52 x 25 pés, ou seja 15,85 m x 7,62 m; biblioteca: 36 x 25 pés, ou seja, 10,97 m x 7,62 m; salão da congregação: 27 x 25 pés, ou seja, 8,23 m x 7,62 m. Três salas de aula medindo cada uma 25 x 25 pés, ou seja, 7,62 m x 7,62 m.; oficina: 22 x 25 pés, ou seja, 6,70 m x 7,62 m; Sala de aula de química: 38 x 25 pés, ou seja, 11,58 m x 7,62 m. Em todas as dependências cabe um pé-direito de 15 pés, ou 4,57 m. Cf. *Proposed Agricultural College to be erected at Piracicaba, San Paulo, Brazil.* ME.
39. *Idem.*
40. Cf. *Proposed Agricultural College to be erected at Piracicaba, San Paulo, Brazil.* ME.
41. Luiz Vicente de Souza Queiroz declarava-se presidente de uma sociedade de *brazilian gentlemen*, responsável pela futura escola. Tudo indicava tratar-se de um empreendimento familiar, não meramente pessoal. A escritura pública de doação, passada em 06.12.1892, em São Paulo, vem confirmar esta suposição.
42. Cf. *Contract... between Eugene Davenport [...] and Luiz de Souza Queiroz [...] dated New York City. USA. September 4.* 1891. ME.
43. É o que se depreende da carta do empresário F.C. Austin, seu fornecedor de equipamentos agrícolas de Chicago: "[...] We have just heard from Mr. Eugene Davenport that he has severed his connection with your school and is returning to this country" [Acabamos de ouvir do Sr. Eugene Davenport que ele rompeu sua ligação com a escola do senhor e está retornando a este país] (Carta datada de 24.09.1892 da parte de F.C. Austin a Luiz Vicente de Souza Queiroz. ME).
44. A instalação da usina elétrica, com prazo certo para início de fornecimento de luz e força à cidade, e a construção da escola agrícola consumiam enorme capital. Luiz de Queiroz previu que não lhe seria possível continuar sozinho na execução das obras da escola. Cf. Edmar José Kiehl, *op. cit.*, p. 33.
45. São notas esclarecedoras sobre seu desempenho no projeto. Ao Hotel d´Europa, de propriedade dos irmãos João e Gustavo Schalch, pagou 128$000 concernentes ao fornecimento de móveis (camas, mesas), madeira, utensílios e gêneros alimentícios (manteiga, queijo Minas, cebolas e pães). À Loja da Lealdade de Granja & Cia., pagou 28$900 relativos a livros, maço de pregos e correntes. À Mendes & Irmão, pagou 53$000. Entre os meses de maio e dezembro, aparecem os recibos de pagamentos mensais dos empregados da fazenda, ao capataz Joaquim Mateus da Silva Paes, parcelas orçadas entre 400$000 e 500$000. Há compras de cavalos, bestas, porcos de criar, atingindo 1:300$000. Há recibo da Casa de Descontos de Jaime Pinto de Almeida (rua Direita, 161), relativo ao pagamento de um título à vista de seis contos de réis, sujeito a desconto. Encontramos bilhetes curiosos, escritos de próprio punho, dirigidos ao sr. Mendes, como: "[...] Pague-se ao sr. Luiz Augusto de Toledo a quantia de 247$000 que o sr. debitará em conta da Escola Agronômica", com data de 18.11.1891; ou como: "[...] não tenho miúdo e o homem me tem incomodado diversas vezes. Seu amigo obrigado, Luiz de Queiroz", com data de 21.11.1891. ME.
46. Cf. José de Mello Moraes, *Histórico,* original s.d., ME.
47. W. Whitacher, *manager of the London & Brazilian Bank Limited*, informava ao sr. Mendes sobre o depósito daquele valor por Luiz Vicente de Souza Queiroz, que "[...] levamos a crédito da Escola Agronômica" (Carta dirigida a Antônio Teixeira Mendes, datada de 07.01.1891. ME).
48. Carta do London & Brazilian Bank a Antônio Teixeira Mendes, datada de 03.02.1891. ME.
49. Carta de Luiz Vicente de Souza Queiroz a Antônio Teixeira Mendes, datada de 20.02.1891. ME.
50. Comunicado do London & Brazilian Bank, a Antônio Teixeira Mendes, datado de 03.02.1891. ME.
51. Comprovante expedido pelo dr. Francisco Antônio de Almeida Morato a Antônio Teixeira Mendes. ME.
52. Ofício de Luiz Vicente de Souza Queiroz, datado de 04.03.1891. ME.
53. Carta-resposta do dr. Miguel Monteiro de Godoy, da Secretaria do Governo, em 11.03.1891: "[...] A Seção entende que tudo quanto o governo fizer no intuito de facilitar o derramamento da boa instrução entre o povo não será demais, ao contrário será compensado com os proveitos que daí resultarão" (ME).
54. Parecer de Carlos Villalva. ME. "[...] deferido, obrigando-se, porém, o requerente a apresentar à Repartição, a cujo cargo estiver a fiscalização da Estrada de Ferro Ituana, logo que a isso esteja habilitada e antes de tornar efetivo o favor concedido, uma relação detalhada dos volumes a transportar, com especificação de quantidade e peso, e, satisfeita esta exigência, expedir-se-ão as necessárias ordens à Diretoria da Estrada de Ferro da Companhia Ituana. Palácio do Governo

de São Paulo, 11 de março de 1891" (assinado pelo presidente Américo Brasiliense, Ofício. ME).

55. A escritura pública de doação, passada em 06.12.1892 no 1º Cartório de Notas de São Paulo, nomeia como transmitentes do patrimônio da Fazenda São João da Montanha as seguintes pessoas: Luiz Vicente de Souza Queiroz e esposa, d. Ermelinda Ottoni de Souza Queiroz; João Francisco de Paula Souza e esposa, d. Gabriela Barros Paula Souza; Pauline de Souza Queiroz, baronesa de Limeira; Paulo de Souza Queiroz e esposa, d. Narciza A. de Souza Barros; dr. Antônio Francisco de Aguiar Barros e esposa, d. Genebra Souza Queiroz de Barros; Theobaldo de Souza Barros; Carlos Pires de Barros e esposa, d. Alice Souza Queiroz de Barros; Domingos Corrêa de Moraes e esposa, d. Carolina Queiroz de Barros. Cf. Autos da Escritura. ME.
56. Afirma Elza Nadai que o Estado brasileiro e a Federação resguardaram o compromisso com o ensino elementar, gratuito e obrigatório, liberando a iniciativa particular nos segundo e terceiro graus. Da maneira como a República tratou o ensino, seja no dec. fed. nº 150, de 22.06.1890, seja nas cartas federal ou estadual, ambas de 1891, vingou a interpretação do conceito de liberdade de ensino, como o direito do particular de abrir escolas, a idéia do ensino particular livre, quase sem fiscalização do Estado. Quanto ao ensino superior, acabou prevalecendo a participação governamental em certas escolas superiores, aquelas de maior prestígio e ônus financeiro, como a Politécnica e a Medicina. Cf. Elza Nadai, *op. cit.*, pp. 17-29.
57. Dizia-se que duzentos homens trabalhavam na fazenda quando Luiz Vicente de Souza Queiroz se transferiu para lá, acompanhado da esposa, d. Ermelinda Ottoni, a fim de fiscalizar pessoalmente os trabalhos. Vejamos o que diz o pesquisador sobre o período de 1892, ainda sob o comando do idealizador: "[...] Na Fazenda São João da Montanha funcionavam duas olarias e uma serraria a vapor, a primeira no gênero na cidade. Explora-se uma pedreira, um forno para fabricação de cal está em franca produção. Todos os materiais necessários para as construções ali se acham em abundância. A casa do diretor da fazenda já tem seus alicerces prontos. Um estábulo moderno e uma pocilga já estão em andamento. Para o levantamento do edifício destinado à Escola, enorme quantidade de pedra de cantaria e tijolos amontoa-se junto ao local da construção. Quatro casas de colonos já estão prontas e três outras em vias de construção" (Edmar José Kiehl, *op. cit.*, p. 32).
58. Já no primeiro semestre de 1892 parecia fora de dúvida que o pedido de subvenção lhe seria negado, pois era certa a aprovação do Projeto Jaguaribe relativo a uma escola agrícola de nível superior, convertido em lei nº 26, de 11. 05.1892. Luiz Vicente de Souza Queiroz perdia as esperanças, apesar do êxito no Senado e de algumas preciosas amizades políticas.
59. Quando apresentou o novo pedido de subvenção (300 contos de réis), em abril de 1892, projeto nº 10/1892, o senador Paulo Egídio de Oliveira Camargo despertou debates em torno da "liberdade do ensino e oficialismo", temas recorrentes na época. Aprovado no Senado, em 05.09.1892, foi negado na Câmara dos Deputados em 28.09.1892. A rejeição fundamentava-se no argumento de que tal despesa acarretaria ônus ao Estado, sem as correspondentes vantagens, além de faltarem os documentos comprobatórios da utilidade da subvenção, como "os estatutos da escola". Cf. Elza Nadai, *op. cit.*, p. 147.
60. Leandro Guerrini, *op. cit.,* p. 217. Segundo o verbete de 06.11.1892, extraído da *Gazeta de Piracicaba*, os inventariantes do patrimônio da Fazenda São João da Montanha foram José Gabriel Bueno de Matos Jr. e Ernest Lehmann, em conjunto com um representante do Tesouro do Estado. Tudo fora avaliado em 195 contos de réis, cabendo ao Estado repor a importância de 45 contos, o excesso sobre a doação de Luiz Vicente de Souza Queiroz, cerca de 150 contos de réis. Tudo indica que Luiz Vicente de Souza Queiroz cuidava unicamente de preservar o seu investimento inicial, a fazenda, entregando-a pelo preço de custo ao governo, sem levar em conta as despesas posteriores. Encontramos entre os papéis avulsos do Museu da Esalq as anotações a lápis do tabelião Mattos Jr., relativas aos totais inclusos na arrematação da fazenda em 1891. Móveis: 1:506$6000. A Fazenda e benefícios: 43:550$000. Nove bois: 490$000. Uma besta estrela: 110$5000. Total: 45:657$100.
61. Cf. Elza Nadai, *op. cit.*, p. 152-53.
62. Cf. dec. nº 130 de 17.11.1892, *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*, tomo II.
63. O "*bill* de indenidade" era um instrumento jurídico que tornava o doador indene, ou seja livre de prejuízo. Cf. *Relatório* Anual apresentado ao cidadão presidente do Estado de São Paulo pelo dr. Jorge Tibiriçá, secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1893. Daesp.
64. Jurandyr de Andrade Frattini*, Index Legis,* p. 24. A transação entre Luiz Vicente de Souza Queiroz e o governo não se fez isenta de protestos. Um editorial do *Jornal do Comércio*, de São Paulo, manifestava-se contrário à localização de uma escola agrícola em Piracicaba, por considerá-la um centro produtor de baixo índice. Sugeria outras localidades, como a capital ou Ribeirão Preto. A *Gazeta de Piracicaba* imediatamente reagiu, defendendo a posição da cidade como um centro de atividade agrícola, em dia com o merecimento. Cf. Leandro Guerrini, *op. cit.*, p. 222.
65. Resolução nº 193, de 28.08.1893. Artigo Primeiro (*Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*, tomo III).
66. Dec. nº 216, de 18.11.1893 (*Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*, tomo III).
67. Edith Moraes Natividade, "A Vida de Luiz de Queiroz", em José Perez Romero*, Luiz de Queiroz e a sua Escola Agrícola,* São Paulo, Ceres, 1992, contracapa. A *Gazeta de Piracicaba* lamentava o descaso governamental para com a Fazenda São João da Montanha e a intencionada escola agrícola. Cf. Leandro Guerrini, *op. cit.*, p. 226.
68. A referência é de Bernardino de Campos no documento

em que solicita ao Legislativo de São Paulo o "*bill* de indenidade". Cf. *Relatório Anual* apresentado ao cidadão presidente do Estado de São Paulo pelo dr. Jorge Tibiriçá, secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1893. Daesp.

69. Cf. Carta de Lehmann a Dafert, publicada no *Estado de S. Paulo* de 18.02.1901, a pedido de Loefgren. Dafert era o diretor do Instituto Agronômico de Campinas, quando o Estado incorporou a doação de Luiz de Queiroz e a colocou sob a administração desse órgão. Lehmann, vice-diretor do IAC, veio a Piracicaba e trabalhou na Fazenda São João da Montanha entre outubro de 1892 e dezembro de 1893.
70. O Parecer da Câmara dos Deputados era contrário à concessão do subsídio solicitado por Luiz Vicente de Souza Queiroz, alegando que acarretaria pesado ônus ao Estado, sem oferecer vantagens positivas em troca. O proprietário apenas cedia ao governo o direito de exercer fiscalização sobre a direção da escola – o que parecia pouco, havendo-se já aprovada, pela lei nº 26, a criação de uma escola oficial. Também era alegada carência de documentação para a efetiva apreciação do pedido: "nem ao menos os estatutos da Escola" (Anais da Câmara dos Deputados, 97ª Sessão Ordinária de 28.09.189, p. 1081, transcrição de Elza Nadai, *op. cit.*, p. 147).
71. *Relatório Anual* apresentado ao cidadão presidente do Estado de São Paulo pelo dr. Jorge Tibiriçá, secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1893, Daesp.
72. *Escritura* pública de doação, 06.12.1892. 1º Cartório de Notas, São Paulo, transcrição do original, ME.
73. *Revista Agrícola*, 1(1):13, jun. 1895. Ele próprio, um ruralista e vice-presidente da Sociedade Pastoril e Agrícola de São Paulo, publicou inúmeros artigos nos dois primeiros números do periódico que a mesma editava. Cf. "Maneira prática e econômica de plantar forragens em grande extensão de terreno" *(idem, ibidem).* No número seguinte: "Renda anual de 9 a 12 contos por alqueire de terra (cultura da banana); Maneira racional de dar sal ao gado; De que idade deve ser castrado o touro; Eucaliptos e as febres paludosas (saneamento de terras); Conservação dos ovos; O Vime; Meio prático de pôr etiquetas nas sementeiras; Instrumento para cortar abóbora para animais; Agricultura dos Trópicos; Jardim da Aclimação; O Bambu; Estrumeira; Ananaz; Avicultura; Algumas Palavras sobre a Cultura do Café; A cultura intensiva do café-adubos químicos; Apelo ao Governo e às Câmaras Municipais (contra a destruição das matas); Apicultura; Tatu (proteção contra o predador); Avicultura; Phosphato de cal; Casca de café; Criação; Estrebaria; *Viveiro de Plantas e horto d'experiências; Escolas Agronômicas; Como se fez de um dos países mais pobres da Europa, um dos poderosos do mundo* (a Prússia)" *Revista Agrícola*, 1(2), jul. 1895. Os seus artigos se resumem em dois tópicos: conselhos úteis que acompanham práticas agrícolas e defesa da agricultura racional via escolarização (em itálico).
74. Luiz de Queiroz, "Escolas Agronômicas", *Revista Agrícola*, 1(2):112, julho de 1895.
75. *Idem*.
76. Luiz de Queiroz, "Como Se Fez de um dos Países Mais Pobres da Europa, um dos Mais Poderosos do Mundo", *Revista Agrícola*, 1(2):114, julho de 1895.
77. Luiz de Queiroz, "Viveiro de Plantas e Horto d'Experiências", *Revista Agrícola*, 1(2):72, julho de 1895.
78. *Idem.*
79. Luiz de Queiroz, "Phosphato de Cal", *Revista Agrícola,* 1(2): 126, julho de 1895.
80. Luiz de Queiroz, "Phosphato de Cal"*, Revista Agrícola*, 1(2): 126-27, julho de 1895.
81. Luiz de Queiroz, "Viveiro de Plantas e Horto d' Experiências"*, Revista Agrícola*, 1(2):72, julho de 1895.
82. Luiz de Queiroz, "Viveiro de Plantas e Horto d' Experiências"*, Revista Agrícola*, 1(2):72, julho de 1895.
83. Cf. Leandro Guerrini, *op. cit.*, p. 222.
84. *Idem*, p. 228.
85. *Idem*, p. 242.
86. Cf. Edmar José Kiehl, "Vida e Obra de Luiz de Queiroz", *Esalq 75 (1901-1976) 75 Anos a Serviço da Pátria*, p. 36.
87. Durante o mês de outubro de 1893, havia na fazenda cerca de sessenta trabalhadores, dos quais 42 eram operários e dezoito estavam nas culturas de campo, despendendo-se 5:000$000 em ordenados pagos. Em novembro de 1893, restavam dez trabalhadores, sendo cinco operários, e cinco trabalhando no campo, cobrindo gastos salariais na base de 674$000. A receita da fazenda era integrada pela subvenção do Estado (23:469$102) e pela renda própria (11:264$030). O balanço do ano de 1893 mostrava as despesas com melhoramentos, culturas agrícolas, horta, tratamento de animais, olaria, pessoal encarregado da administração e da conservação. O movimento financeiro chegava a 34:733$132. Cf. *Relatório* sobre a Fazenda São João da Montanha em Piracicaba, durante o período de 1 de janeiro a 7 de dezembro de 1893, apresentado ao dr. Diretor do Instituto Agronômico do Estado de São Paulo pelo Administrador da fazenda, dr. Ernesto Lehmann, Subdiretor do Instituto Agronômico Daesp.
88. "[...] Não encontrei plantação nem depósitos de café, cana ou de qualquer outro material em condição de dar rendimento presente ou futuro, mas em lugar disso, as pontes caídas, as casas em ruínas, das cercas, apenas restos estragados. O canal deu origem a uma irrigação artificial parcial, pouco vantajosa, pois se tinham formado pântanos prejudiciais à saúde. As culturas de milho, batata, feijão e mandioca existentes foram destinadas à manutenção dos inúmeros animais da Fazenda". (*Relatório* sobre a Fazenda São João da Montanha em Piracicaba referente ao período de 1 de janeiro a 7 de dezembro de 1893, apresentado ao diretor do Instituto Agronômico do Estado de São Paulo pelo administrador da fazenda, Ernest Lehmann, subdiretor do Instituto Agronômico Daesp).
89. Tratava-se de uma unidade rural típica da rede fundiária de Piracicaba, de cujo inventário constavam a *Casa-sede*, chamada por Lehmann de Casa da Administração, o velho

paiol em ruínas, o *curro, o engenho velho* de três caldeiras e um alambique, que, de tão arruinado, já fora convertido por Luiz de Queiroz em depósito de madeira, o *moinho de milho,* de "duas pedras e turbina de colher com eixo vertical", que não admitia reparo. A título de curiosidade, os maquinismos seriam movidos com a água do Piracicamirim (*idem*).

90. Para maiores informações, leia-se a carta de Lehmann (retornado à Alemanha) para Dafert, publicada a pedido de Lofgren em *O Estado de S. Paulo*, ed. de 18.02.1908. A *olaria* oferecia grande produção de tijolos, que eram vendidos à razão de 55$000 o milheiro, proporcionando rendimentos que eram empregados na fazenda. Luiz de Queiroz dera início a três *casas de colonos*; Lehmann concluíra duas, deixara a terceira até o teto e mais uma quarta apenas iniciada. Tais casas serão constantemente citadas nos relatórios de Morimont e darão ensejo ao protesto de Lehmann em 1898. Os *alicerces de pedra* da casa do diretor, Lehmann limitou-se a limpá-los. As *culturas* de feijão, batata-doce, mandioca e abóbora foram danificadas pelos porcos e a alfafa, atacada pela cuscuta. *Idem.*

91. *Idem.*

2 | O Projeto Morimont

A Saga de um engenheiro agrônomo

> [...] Estou consertando as ruínas que achei[...][1].

Contratado pelo secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá Piratininga, durante o mandato presidencial de Bernardino de Campos, o engenheiro agrônomo belga Léon Alphonse Morimont chegou a Piracicaba, em dezembro de 1893, como diretor comissionado da Fazenda São João da Montanha. Trazia por incumbência a recuperação física do patrimônio e a sua adequação ao ensino agrícola profissional, bem como a elaboração do projeto da escola agrícola prática que se pretendia organizar em Piracicaba[2].

A curta biografia não permite maiores esclarecimentos sobre a figura que tanto dignificou as ciências agronômicas no mundo[3]. Nasceu na Bélgica, em Arbre (Namur), em 22 de dezembro de 1850. Era um camponês, *"maniant mieux la charrue que la plume"* [manuseando melhor o arado do que a pena], quando, aos 24 anos (1873), foi conduzido por seu pai, então fazendeiro em Loverval (Hainaut), para a Escola de Gembloux. Diplomou-se com distinção em 1876, partindo em busca de trabalho. Permaneceu por três anos na administração de uma grande fazenda na França, depois trabalhou em La Constança, na Espanha, a seguir foi para a Sicília, perto de Palermo, onde viveu durante dois anos em grandes dificuldades. Esteve contratado em Portugal, perto de Sintra, e depois partiu para o Senegal, onde teve êxito em termos profissionais. No entanto, vitimado por enfermidade tropical, teve de retornar à Europa. Ainda exerceu atividades sob um contrato de três anos em Andaluzia, na Espanha, trabalhando com vinhedos, cereais e irrigação para milhares de hectares[4].

Em 1893, partiu para o Brasil, onde deveria realizar o seu maior empreendimento, o projeto de escola prática de agricultura. Permaneceu em Piracicaba, na Fazenda São João da Montanha, entre dezembro de 1893 e novembro de 1896, deixando inconcluso o trabalho, por ordens superiores. Retirou-se do Brasil para a ilha

de São Tomé, África, para dirigir uma vasta propriedade, onde teve sucesso e "[...] où il croyait enfin avoir trouvé avec un repos relatif, une belle siuation pécuniaire" [onde acreditava ter encontrado, com um relativo repouso, uma bela situação pecuniária]. Porém, a enfermidade contraída no Senegal minava o seu organismo e teve de retornar à família, vindo a falecer em viagem por mar, à altura da Costa do Marfim. Contava 49 anos, deixando esposa, filhos, um deles jovem agrônomo, bem como o irmão, Jules, ambos formados na célebre escola de Gembloux[5].

O biógrafo de Morimont para a associação dos ex-alunos de Gembloux refere-se indiretamente às causas do seu afastamento do projeto brasileiro, lembrando que, em razão do seu "[...] caractère autoritaire et trop peu malléable pour subordonner tous ses actes aux caprices administratifs du pays, il dut résilier ses fonctions et alla prendre la direction de île de San Thomé"[6]. O prof. dr. Pierre Dagnelie acrescentou: "[...] Pour diverses raisons, la réalisation des projets de Léon Morimont est freinée et il quitte ses fonctions à la fin de l' année de 1896" [Por razões diversas, a realização dos projetos de Léon Morimont foi reprimida e ele abandona suas funções ao final de 1896][7].

Durante o ano de 1893, Morimont revelou-se ao Brasil por seus trabalhos publicados em *O Estado de S. Paulo* e na *Revista Agrícola*, os quais lhe trouxeram grande reputação em meio às elites. A proposta inicial, que transparecia em seus artigos, referia-se à disposição de empreender em Piracicaba um amplo trabalho de sistematização: 1) executar as instalações e obras necessárias, pressupondo o levantamento das condições locais, a realização de trabalhos topográficos, de plantas e localização das construções; 2) dar organização geral à projetada escola prática de agricultura, incorporando os seus anexos, o colégio-internato para oitenta ou cem alunos, o posto zootécnico para o curso de indústria pastoril, a fazenda-modelo provida com destilaria, culturas, campos experimentais, prados artificiais, irrigação. Tudo era concebido como unidades independentes, racionalmente agrupadas, para proporcionar a fácil articulação dos trabalhos e a melhor harmonização da teoria com a imediata demonstração prática. Complementavam a instalação hidráulica e elétrica aproveitando o rio Piracicamirim, que cortava a Fazenda São João da Montanha[8].

Morimont pretendia adotar por princípio organizacional a interdependência entre os núcleos de produção e de trabalho agrícolas e o centro de decisão administrativa, os primeiros com o ensino, havendo por proposta pedagógica o curso prático das ciências agronômicas. A teoria e as demonstrações, os métodos experimentais de cultivo e o quadro das atividades práticas teriam a sua oportunidade no interior de uma experiência educativa globalizante, a escola prática de agricultura de Piracicaba.

A experiência européia demonstrava que o conhecimento agronômico podia ser ministrado em duas categorias de instituições, as acadêmicas e as práticas. Nas primeiras, incluíam-se as escolas de engenharia agrícola e as estações agronômicas ou "químico-fisiológicas". Nas segundas, incluíam-se as escolas práticas de agricultura, os campos de experiências com os viveiros e os estábulos nacionais de propagação das melhores raças de gado e animais. Com vistas a um país como o Brasil, Morimont propunha que tais instituições procedessem da ação governamental, em virtude da sua finalidade social e da necessidade de

que os benefícios fossem partilhados pelos agrossenhores. Nesse particular, tinha o apoio das autoridades do governo.

Morimont se tornara conhecido no Brasil, em 1893, por seus artigos na imprensa paulista, primando pela defesa da educação agronômica e pela divulgação do desempenho que as escolas técnicas e industriais tiveram no processo de modernização de vários países, na segunda metade do século XIX. Apontava os progressos da Europa e dos Estados Unidos, que ele atribuía aos amplos investimentos em educação técnica e especializada, e os êxitos na agricultura como reflexo dos princípios agronômicos aplicados nos campos de experiências e escolas práticas.

No seu entender, as escolas deviam ser proporcionadas pelo governo à juventude, cabendo à classe proprietária ou à associações agrícolas oferecer os campos aos lavradores. Nesses campos, geralmente aos domingos, o engenheiro agrônomo estadual programaria para os fazendeiros cursos, e demonstrações, e a divulgação de conhecimentos práticos na agropecuária, destacando-se a sua figura como "o verdadeiro médico da terra". Bem no estilo dos belgas, que fizeram do seu país o "jardim da Europa". Morimont falava por experiência própria das questões que abordava, tinha a confiança do secretário da Agricultura, Jorge Tibiriçá Piratininga (agrônomo de formação alemã), e sempre despertou admiração entre os agrossenhores progressistas, que o reverenciaram como "ilustrado professor e agrônomo". Como se viu, pouco se conhece a seu respeito.

Agente da agricultura moderna, conquanto ele próprio fator de desenvolvimento, o profissional de agronomia era apresentado como o comunicador do saber científico e dos modernos métodos, tornados práticos, a uma classe especial de homens do campo, cujo símbolo era o agrossenhor[9]. Este, por sua vez, era reconhecido como um empresário cauteloso, avesso à teorização e nada disposto a aventuras; aquele ser que jamais arrisca, salvo "em bem demonstrados e lucrativos progressos". Nesse particular, Morimont apontava o denominador comum dos homens da lavoura: conservadores buscando, por resultado prático, a produção e o lucro[10].

Morimont se impressionara, como todo estrangeiro, com o potencial de recursos naturais que observara no Brasil, formando a convicção de que o país estava destinado a uma grande prosperidade pelo desenvolvimento da agricultura e da indústria associados, podendo vir a desempenhar uma posição hegemônica na política da América do Sul[11]. Não ignorava que a responsabilidade de buscar solução ao problema da agricultura, pela via da educação agronômica, recaía na força política do governo de São Paulo e, em última instância, nos homens do Partido Republicano Paulista (PRP)[12].

O seu discurso consolidava a proposta inovadora do conhecimento científico instrumentado pela escola técnica, como anteriormente fizera Luiz Vicente de Souza Queiroz. Aprofundava-se ao enunciar soluções agronômicas para a crise da agricultura brasileira, mediante o conhecimento do solo, da sua correção, da recuperação ou estimulação da fertilidade por manipulação de agentes organominerais; pela aplicação da força mecânica no rendimento do trabalho, onde faltava mão-de-obra; pelo estímulo das indústrias rurais; pela irrigação, drenagem e agrimensura. Fechava a argumentação com a proposta objetiva de um curso de educação agronômica prática, com a duração de três anos, endereçado aos jovens brasileiros que, não buscando os estudos eruditos, os cursos

formadores de bacharéis e doutores, desejassem voltar-se para as propriedades rurais, a fim de transformá-las pelo gerenciamento.

Trazia a marca dos discípulos de Gembloux, onde a agricultura era entendida como a indústria matricial, a que recuperava as economias de seu atraso e fazia a riqueza das nações, que era agroindústria, voltada para a produção para o mercado e que não podia prescindir ou eximir-se das ciências. A sua escola de agricultura, o *Institut,* atendia às demandas por especialistas na Bélgica e no mundo, em virtude da formação que dispensava em duas linhas de atuação: o ensino teórico e o prático, que formavam o técnico superior nas ciências básicas e aplicadas de um *curriculum* e no exercício da *ferme-atelier* ou fazenda-modelo, interpretada como oficina de aplicação, produção para lucros e investimentos.

A agricultura belga adquirira grande reputação pelas suas técnicas de exploração do solo para a produção vegetal e pela economia de rebanhos. Assimilara o lastro de experiências da escola francesa de Grignon e incorporara os progressos teóricos dos centros da ciência alemã nos quais se pesquisavam a nutrição mineral das plantas e a alimentação animal. Na sua *ferme-atelier* (fazenda-oficina) aplicavam-se os princípios desenvolvidos nos cursos teóricos e nas sedes de pesquisa, nos laboratórios e na estação experimental; a prática teórica presidindo todas as operações agronômicas. Ensino, pesquisa, publicação de obras e produção agroindustrial eram o selo da escola que operava a síntese das experiências científicas européias na educação técnica superior[13].

O currículo do ensino superior em Gembloux abrangia campos de saber dos quais se ocupavam os professores *chargés* (catedráticos). Os dois mais importantes, diretor e subdiretor da escola, eram responsáveis por economia rural e agricultura (geral e especial). Em 1880, os campos do saber agronômico se achavam desenvolvidos a partir de um núcleo inicial de ciências básicas e aplicadas, formando a sua própria árvore do saber: *Agricultura*, *Zootecnia*, *Silvicultura* (desmembrada de Agricultura), *Tecnologia Agrícola* (desmembrada de química e compreendendo adubos, *brasserie*, conservação de alimentos, açúcar, laticínios, panificação); *Engenharia Rural*, *Físico-Química* (desmembrada em física, química inorgânica, meteorologia, química orgânica e química analítica), *Botânica* (com ciências minerais e zoologia). Além das cadeiras, havia os cursos de contabilidade agrícola, economia social (que incluía sociologia) e desenho. Entre as instalações e equipamentos que constituíam o *Institut*: salas de aula, anfiteatros e gabinetes, coleções de plantas, animais e minerais, laboratórios diversos, biblioteca, museu, jardim botânico completo (arboreto, parque, estufas), ligados à estação agronômica, ao laboratório do Estado e aos serviços públicos[14].

Os alunos de Gembloux tornaram-se conhecidos como organizadores de escolas de agricultura na Bélgica, Europa, Ásia e América Latina (Argentina, Uruguai, Peru). *O que se teorizava nos estudos se praticava, imediatamente, na fazenda-oficina*. Essa proposta didático-pedagógica era lançada por Morimont no Brasil, em dois níveis: 1) lições, estudos e interrogações; 2) exercícios práticos nas lavouras, armazéns, estábulos, laticínios e oficinas. Como parte da ação teórico-experimental, no primeiro nível, previa um mínimo de conhecimentos teóricos distribuídos no interior dos conteúdos programáticos segundo as disciplinas básicas,

física, matemática, botânica, zoologia, química, mecânica agrícola, anatomia e fisiologia animal, veterinária, zootecnia e técnicas agrícolas. As atividades prático-demonstrativas incluíam como objetos de curso a cafeicultura (a aclimatação das espécies mais resistentes à geada, os diversos tratos culturais), a vinicultura e o melhoramento das espécies vegetais (a cana e o fumo).

O modelo de escolaridade proposto em Piracicaba guardava poucas exigências frente à clientela: idade mínima, instrução primária, pagamento de taxa anual para os alunos pensionistas, salvo os gratuitos. Nesse particular, ficava claro que não se dirigia especificamente às frações mais prestigiosas da classe dominante, mas aos filhos dos fazendeiros em geral, podendo até mesmo incluir os jovens pobres, procedentes de asilos ou de liceus de arte e ofícios, que se fizessem merecedores da "patriótica proteção do Estado"[15]. Um regimento interno devia encerrar a questão disciplinar dos costumes e aplicação aos estudos. A proposta de trabalho de Morimont era coerente com a sua experiência pregressa e a sua visão de recém-chegado.

Na Fazenda São João da Montanha

Morimont fora antecedido, em Piracicaba, por duas personalidades de prestígio no mundo agronômico, Ernest Lehmann e o pioneiro, Luiz Vicente de Souza Queiroz. Chegou a tratar com ambos. O que Morimont teria encontrado em Piracicaba? "[...] Triste era o estado em que achei a Fazenda São João da Montanha!"[16].

Embora a expressão configurasse o importante legado de Luiz Vicente de Souza Queiroz, convertido em patrimônio do Estado, não se pode descrer do inventário reduzido a "dois alicerces, quatro casas de colonos não acabadas, edifícios em ruínas, três famílias de trabalhadores, poucos animais, escassas culturas, sem apresentar um pé de café ou de cana, pastos sem roçar, armazéns vazios, material de lavoura quase nulo ou estragado, escritório sem vestígio de contabilidade"[17].

A exposição denunciava o agravamento das condições da fazenda, durante o período 1892-1893, sob Lehmann. Este alegara falta absoluta de verbas para levar adiante os empreendimentos, mas Morimont afirmava existir pequena subvenção do Estado no valor de 23:469$102, enquanto a fazenda, sem possuir rendimentos próprios, apresentara o saldo de 11:264$030, que na sua interpretação "só poderiam resultar" da alienação de parte do capital móvel, ali deixado pelo doador[18].

A questão remete a Ernest Lehmann no ano de 1892, quando era subdiretor da Estação Agronômica de Campinas e foi enviado à Fazenda São João da Montanha pelo seu superior, Franz W. Dafert, para administrá-la. Não encontrara plantações, depósitos de café, cana ou qualquer produto em condições de dar rendimento presente ou futuro, mas, em lugar disso, as pontes se achavam caídas, as casas em ruínas, as cercas estragadas. As suas impressões foram registradas: "[...] as condições gerais da Fazenda eram desanimadoras"[19]. O canal de irrigação artificial prestara-se à formação de pântanos, e o pouco que sobrevivia das antigas culturas, milho, feijão, batatas e mandioca, destinava-se à manutenção dos inúmeros animais da fazenda. Como administrador, durante o ano de 1892, não lhe fora possível introduzir lavoura de cana e colonos, nem desenvolver experimentos científicos, porque, segundo ele, a fazenda ia ser, futuramente,

separada da instituição dirigida por Dafert. Não dera continuidade aos edifícios escolares; apenas se limitara a administrar o patrimônio, evitando o extravio dos bens materiais, mantendo em bom estado o que encontrara, mediante os recursos limitadíssimos de que dispunha[20].

A Fazenda São João da Montanha era um pequeno "mundo" de 131 alqueires (317 ha) nas cercanias de Piracicaba, município agrícola com cerca de vinte mil habitantes e em fase de transformações naquela virada do século XIX. Mantinha vivas as tradições folclóricas, era suprida por vasta rede fundiária, enquanto o café, introduzido de forma relativamente tardia, não se implantara com força total, nem implicara no abandono da antiga lavoura, repartindo espaço com a cana, seus antigos engenhos e dois engenhos centrais.

Lehmann e Morimont conheceram Piracicaba na última década do século XIX, embora vivessem confinados na Fazenda São João da Montanha. São parecidas as suas opiniões sobre o que encontraram no local. Morimont reconheceu as dificuldades do antecessor, mas Lehmann pareceu agastar-se, após o desabafo inserido no preâmbulo do Relatório de 1895:

> [...] Em condições tão deploráveis, e depois de tantas vicissitudes, é fácil imaginar com quantas dificuldades de toda a espécie eu vinha logo tropeçar para a realização da honrosa missão de que o Governo me tinha incumbido que era adaptar a Fazenda São João da Montanha ao Ensino Profissional Agrícola"[21].

Entre os agrossenhores locais havia elementos progressistas que compreendiam a importância do projeto da educação agronômica. Alguns deles vieram em auxílio de Morimont, de diferentes maneiras, por reconhecerem que a falta de tecnologia e conhecimento científico impunha limitações à expansão da economia agrícola; que a combinação da escassez com a desqualificação da força de trabalho caracterizavam pontos de estrangulamentos no processo produtivo. Uma agência de saber agronômico predispunha à simpatia das elites para com o seu instrumentador. As prestigiosas amizades locais, desenvolvidas entre republicanos e monarquistas, mostraram que Morimont não só foi bem recebido, como soube cultivá-las.

A Experiência Global

> Morimont colocava-se diante do legado de Luiz de Queiroz. Mesmo que este patrimônio estivesse conservado intacto, era pouco diante das necessidades.

Defensor do modelo de escola de agricultura prática, Morimont definia a agricultura racional como "aquela dotada de natureza metódica"[22], embasada no conhecimento científico e com função teórico-prática. Na Fazenda São João da Montanha teria a oportunidade de desenvolver uma experiência global, de aplicar os procedimentos metódicos e organizacionais nas diversas frentes de trabalho a empreender, fosse na adaptação do existente às necessidades da Escola e da Fazenda Escola (ou Fazenda Modelo), entendida como *ferme-atelier,* ou nos Estudos Técnicos dos quais dependia a elaboração do seu projeto de Escola Agrícola Prática. Vêmo-lo operando em todas as frentes, inclusive desenvolvendo tarefas administrativas, funções de representação social e promocionais em torno daquele que foi, no seu dizer, o

projeto da sua vida, bem como a sua missão no Brasil.

Os Trabalhos e os Dias

A Questão da Mão-de-obra

Obter e qualificar força-de-trabalho foi atribulação permanente. Ao fraco rendimento do trabalho produzido, somavam-se problemas disciplinares de toda natureza: furtos de ferramentas, de alimentos ou de animais, discórdias[23]. A princípio, tais problemas predominavam entre os trabalhadores negros, egressos do sistema escravista, em dificuldades pessoais para se adaptar aos esquemas do trabalho livre. Morimont refere-se a eles em diversas ocorrências, desejando uma mão-de-obra mais preparada, oriunda da imigração, de preferência, portugueses, com os quais já trabalhara na Europa[24]. Mais tarde, ele modificaria sua opinião sobre os ex-escravos.

Era comum ouvi-lo queixar-se da falta que lhe faziam os empregados técnicos, para organizar a fazenda-escola: pedreiros, carpinteiros, ferreiros, jardineiro e arboricultor. Em maio de 1894, pedia aos seus superiores, na Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um horticultor diplomado, falava sobre a necessidade de um médico veterinário e de muitas famílias camponesas para os trabalhos da fazenda[25]. Independentemente de serem trabalhadores negros ou imigrantes, deu-lhes treinamento e obteve bons resultados, especialmente com os primeiros, que se destacaram nos aparelhos aratórios, vindo a ser muito requisitados pelos fazendeiros de Piracicaba[26].

Grande interesse despertavam as informações sobre o corpo integrante da força de trabalho empregada na fazenda. Morimont lembra que "daquelas três famílias do Inventário de 1893", passado um ano, apresentavam-se dezenove famílias, com uma população de 66 pessoas, das quais 25 eram os trabalhadores. Outras quinze ainda não se haviam mudado para a fazenda, por falta de moradias (quarenta familiares). Os 81 habitantes constituem percentuais interessantes quanto às nacionalidades: 28 eram brasileiros, ou 34,56% (destes, 24 eram negros); 26 eram italianos, ou 32,45%; dezenove eram portugueses, ou 23,45%; oito eram escandinavos e diversos, ou 9,87%. Os imigrantes eram 65,43%. Quanto à cor, 57 indivíduos eram brancos, ou 70,37%, e 24 eram negros, ou 29,62%. Quanto ao sexo, 53 eram homens, ou 65,43%, e 28 eram mulheres, ou 34,56%. Quanto à idade, 59 eram maiores de catorze anos, ou 72,83%, e 22 eram menores, ou 27,16%[27].

A jornada de trabalho no verão estendia-se das 6h00 às 17h00, com o intervalo de uma hora para o almoço. No inverno, ela era reduzida em uma hora, ou seja, das 6h30 às 17h30. A remuneração salarial era "ao mês" e "a seco" (sem refeições). Os preços variavam, trabalhadores do campo: 2$800; bons aradores e carroceiros: 3$800; rapazes: entre $800 e 1$800; pedreiros e carpinteiros: entre 4$000 e 8$000; tijoleiros: 22$000 por cada milheiro. Os trabalhadores considerados colonos recebiam terra para o seu cultivo particular e pasto para seus animais[28].

Dada a carência de mão-de-obra qualificada, foi com grande satisfação que recebeu Arsène Puttemans, arquiteto paisagista belga, que fora contratado pelo serviço público como jardineiro e chegava a Piracicaba levando uma coleção de plantas e objetos destinados ao campo de experiências da fazenda[29].

O Trabalho Agronômico

Morimont encontrara alguma cultura de milho, feijão, batata-doce e forrageiras, que procurou melhorar e aumentar na área de plantio. Ampliou a superfície dos pastos cercados e lançou o mandiocal com feijão intercalado, e dessa experiência extraiu a observação de que, nesta condição, o grão se tornava mais rendoso do que quando intercalado com o milho, que sombreia[30].

Nos *campos de experiência e horta*, concebeu cinco esquemas de experimentos com cana-de-açúcar, viveiros de plantas, pomar e alfafal. A estes, juntou a horta[31]. O quadro de experiências práticas e o método racional das culturas complementavam o seu plano metódico de experimentação, sem o qual inexistia a agricultura moderna, que ele preferia chamar de racional. Preocupava-se com a falta de uma cultura de rendimento econômico na Fazenda São João da Montanha. Em razão dessa premência, introduziu nos campos de experiências vinte variedades de cana-de-açúcar, numa área de seis hectares ou dez quartéis, em terra roxa cansada, afirmando que não pretendia reproduzir os métodos tradicionais, iria valer-se dos aparelhos mecânicos, dos aratórios e da estrumação vegetal. Semeou dezesseis hectares de milho nas variedades gigante caraguá e catete, 31,2 ha de batata-doce e 21,2 ha de mandioca. Com o café, desenvolveu experiências nos viveiros.

Na *pecuária.* Em dezembro de 1894, Morimont tinha formado um pequeno rebanho composto por muares, eqüinos, bovinos (novilhos, vacas leiteiras para comercialização e bezerros), suínos e galináceos. Confessava que os melhores resultados haviam sido obtidos com a suinocultura e que o sistema semi-intensivo de criação, associado às práticas de alimentação, reprodução e higiene, fora muito bem recebido em meio lavradores da região, em virtude dos seus bons resultados[32]. A *estrumeira* era complemento natural e indispensável numa fazenda, pois fornecia o adubo orgânico, único elemento adotado em São Paulo para a recuperação das terras cansadas. Morimont adotou a estrumeira coberta, construída ao pé das pocilgas e do estábulo, procedendo ao ajuntamento sistemático dos estrumes, das palhas, bagaços, cinzas, ossos e varreduras, que passavam a ser regados semanalmente, com o objetivo de se obter a fermentação úmida que enriquecia o nitrogênio e transformava a massa em fertilizante. O processo descrito consistia no "método de fermentação úmida"[33].

No *escritório*. Era preciso introduzir a prática da escrituração diária e do serviço de contabilidade, atender à vasta correspondência e às consultas sobre questões práticas de agricultura: adubação química, estrumeiras, profundidade das lavouras, aratórios aperfeiçoados, sementes garantidas, culturas de hortaliças, prados artificiais, irrigação e drenagem, raças leiteiras européias, criação e engorda do gado suíno, fabricação de cal, medicamentos veterinários, campos de experiência etc.[34]. Notava haver lavradores bastante interessados na criação da escola e na modernização da agricultura.

Com a *meteorologia.* Morimont montara uma pequena estação meteorológica na fazenda, dispondo de alguns aparelhos: barômetro, termômetro, psicrômetro e pluviômetro. Fazia observações regulares, elaborando quadros mensais que enviava à seção meteorológica da Comissão Geográfica e Geológica do Estado. Desejava a instalação de uma estação completa, devido à grande importância das

observações meteorológicas para as experiências agronômicas e a agricultura[35].

Com as *coleções de história natural* indispensáveis ao ensino demonstrativo das ciências, que eram a base da agronomia, iniciara um herbário, uma amostra de animais e das principais rochas, interessando-se pela qualidade dos solos. Lembrava que as espécies botânicas da fazenda haviam sido determinadas pelo ilustre botânico da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, o dr. Albert Loefgren[36].

As *importações*. A implantação dos processos agronômicos era uma decorrência do projeto de adaptação da Fazenda São João da Montanha à condição de fazenda-escola e ao funcionamento futuro da escola agrícola prática. Implicava custos operacionais e gastos com a importação do exterior de material para uso na lavoura, aratórios, carrinhos, ferramentas, diversos implementos, sementes e plantas para dar formação aos primeiros cultivos da horta, pomar e jardins[37]. Morimont tinha interesse em adquirir, além de máquinas e plantas, animais seletos para o desenvolvimento do posto zootécnico (que não chegou a promover). Estava sempre encomendando ou recebendo da Europa os volumes e as caixas que eram despachadas para o porto de Santos e que chegavam a Piracicaba pela ferrovia Ituana. Em 1896, pouco antes de serem paralisados os serviços, continuava importando[38].

Além dos importadores, Morimont correspondia-se com outras fontes, das quais recebia doações[39]. Entre os doadores particulares da fazenda estavam o barão Geraldo de Rezende, que enviou para o posto zootécnico um casal zebu, e o dr. Júlio Conceição, que lhe enviou, em 1896, de uma só vez, 338 espécies de plantas frutíferas e ornamentais, reforçando-lhe o presente com preciosos bacelos e amostras de café.

Os *Consertos e as Reformas: 1894*. Resgatar a Fazenda São João da Montanha do estado geral de ruína e transformá-la num canteiro de obras, priorizando os consertos e as reformas, era dar atendimento à finalidade imediata de adaptação. Lutando contra a insuficiência das verbas, todo o material velho foi reaproveitado no conserto dos edifícios que ainda resistiam e que guardavam alguma funcionalidade diante dos novos propósitos[40]. Morimont usou verbas destinadas à fazenda e outras provenientes da Superintendência de Obras Públicas. Revelou-se um grande tocador de serviços e fez compras de material durante todo o ano de 1894[41].

A atividade dos trabalhadores permaneceu intensa. Morimont comprava telhas, arame farpado, chapas de ferro, material de construção, ferragens e carvão para forja. O capitão Sampaio, proprietário da Fazenda Santa Rita, era o seu fornecedor de caibros, vigotas, ripas, assoalhos, portas e janelas. Bastava enviar-lhe a lista de pedidos e ele entregava as mercadorias, juntamente com a fatura, transportadas rio abaixo por seus "marinheiros". Outras mercadorias procediam de São Paulo, via Cia. União Sorocabana Ituana, os fretes correndo por conta do Estado. Havia fornecedores locais: o comerciante Antônio Teixeira Mendes e o dr. Torquato leitão, coletor e fazendeiro.

Em dezembro de 1894, Morimont se achava preocupado, aguardando no Congresso Paulista a votação da verba necessária para as construções destinadas à escola e à fazenda-modelo. O ano seguinte parecia-lhe oferecer indícios de que a fase das "ruínas" se achava superada[42]. Enfrentara grandes dificuldades com os atrasos das verbas para os pagamentos. Esses

aborrecimentos foram uma constante, em 1894, causando interrupções nas obras e pondo em risco o desenvolvimento do projeto. Os cinco contos mensais designados para as despesas da fazenda nunca chegavam a tempo na coletoria e o dr. Torquato Leitão não lhe liberava os saques. Viveu situações constrangedoras, com trabalhadores ameaçando abandonar as obras, caso não recebessem os atrasados[43]. Frente às aperturas desabafou: "[...] Já não direi de outras dificuldades, devidas à guerra civil..."[44].

Lutando para colocar ordem no estado de coisas que encontrara, um ano depois (1894) apresentava a relação de serviços prestados, consertos e reformas, na linha de recuperação do antigo patrimônio e sua adaptação às novas necessidades. A relação oferece um vislumbre do que poderia existir durante o período em que a fazenda pertenceu a Luiz Vicente de Souza Queiroz[45].

A sede, onde habitaram Luiz de Queiroz e d. Ermelinda, achava-se transformada em casa de administração. Foram restaurados a fachada arruinada, o telhado e o interior, introduzidos água e esgoto. A antiga senzala oferecia onze construções, que foram aproveitadas como casas para os colonos. Trabalhos foram empreendidos no paiol e seus anexos, que foram convertidos em depósito de materiais e estrebaria. Outros recursos: ferraria (equipada com forja e esplanada para material da lavoura); moinho e canal de alimentação; engenho velho, adaptado como armazém e estábulo provisório para vacas leiteiras; casinha para vaqueiro e porqueiro; chiqueiro e anexos; estrumeira coberta, aparelho com sistema de urinas, esgoto e distribuição de água; mangueiras para bestas e bois; pontes, em número de três, pequenas; estrada de 1.500 metros; cerca de arame com 3.228 metros[46].

Obras, ainda em fase de execução: casas quádruplas de colonos, cujos telhados eram de sapé, que necessitavam receber assoalho, chaminé, cozinha e latrinas. As casas de números 3 e 4 se achavam em estado extemamente precário. A olaria se achava montada próximo à embocadura do Piracicamirim, oferecendo excelente barro. Como havia no local matas remanescentes, Morimont julgava conveniente recomeçar a fabricação dos tijolos; porém, advertia que o rancho de secar e os fornos de cozer necessitavam de reparos[47].

Relatórios e Plantas

Durante os meses de novembro e dezembro de 1894, enquanto dava prosseguimento às construções utilitárias e às tarefas administrativas, Morimont cuidava da elaboração do seu *Relatório* [Geral] *da Fazenda São João da Montanha*, de 1894, que seria apresentado no ano seguinte ao Legislativo.

A rigor, esse documento consta de dois relatórios. O primeiro é denominado Parte Administrativa, documento de 32 páginas, no qual descrevia os trabalhos empreendidos numa fazenda experimental, os campos e os tratos culturais. Anexou-lhe um segundo relatório, documento de 59 páginas, que denominou Parte Técnica, onde apresentava o *Projeto de Organização da Escola Prática de Agricultura do Estado de São Paulo em Piracicaba*, que era acompanhado de uma parte gráfica (*Plantas Anexas*) contendo nove plantas relativas às edificações e áreas de cultivo da fazenda. O relatório técnico contém o projeto de ensino técnico agrícola, *Projeto Morimont*, elaborado em 1894 e publicado no ano seguinte. Em página de rosto, era apresentado ao

"Cidadão dr. Jorge Tibiriçá Dig.mo Secretário dos Negócios da Agricultura do Estado pelo Engenheiro-Agrônomo Leão Affonso Morimont. 1894". Quase no rodapé, estava impresso o emblema da República, abaixo do qual se estampou um arado de aiveca, desenho de autoria do gráfico V. Steidel[48].

Para a elaboração das plantas foi enviado a Piracicaba, por curtos períodos, o desenhista da Repartição, Francisco Henzler. Em março, ainda faltava concluir o trabalho, "tendo de passar à tinta diversas plantas e fazer as fachadas do colégio-internato"[49]. O projeto da escola agrícola prática estava prestes a ser encaminhado à publicação, havia urgência em revisar todas as plantas. Morimont solicitava ajuda ao dr. Rebouças, superintendente de Obras Públicas do Estado de São Paulo, preocupado com os prazos e as plantas das fachadas do edifício do colégio, *"[...] de estilo um pouco rústico [...] visto ser uma obra no meio do campo, ainda que de certa elegância"*[50].

Henzler permaneceu em Piracicaba, passando a trabalhar sob a sua direção, executando tudo o que era concebido: pocilga, estábulos, galinheiro, bebedouro, banho etc. Auxiliou-o na tarefa das avaliações parciais dos pastos, das matas, dos cultivos experimentais, das hortas e dos prados, que permitiam chegar à área global da fazenda, indispensável ao relatório técnico. A disposição do terraço de meteorologia levou Morimont a consultar especialistas, o engenheiro da Repartição, Antônio By e o cientista dr. Albert Loefgren, da Comissão Geológica e Geográfica do Estado de São Paulo[51].

Em março de 1895, o material ficava pronto para receber publicação e Morimont sentia-se esperançoso, pois soubera que as construções seriam ativadas[52]. Em maio, a parte gráfica do relatório técnico estava quase pronta, faltando alguns retoques, Henzler acompanhando, em São Paulo, o andamento da publicação. Havia pressa, particularmente dos primeiros cinqüenta "atlas" das plantas, para efeito de distribuição, pois previa-se para 6 de junho anunciar-se, em ordem do dia, a segunda discussão do projeto da escola agrícola prática no Congresso[53].

Os poucos relatórios que saíam da gráfica eram distribuídos entre políticos, num esforço generalizado junto aos congressistas. Previa-se uma grande partida de mais de mil cópias do relatório técnico com as plantas anexas e avaliações orçamentais. Morimont se achava empenhado em divulgá-lo; ele continha a experiência de sua vida profissional. A passagem desse material pelo Congresso foi desgastante para ele, que acompanhava os trâmites, em São Paulo, entre junho e setembro. O projeto tinha a aprovação do Executivo e o apoio integral dos secretários da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, dr. Jorge Tibiriçá e seu sucessor, além do mérito intrínseco. Foi decisivo para a fundamentação do trabalho parlamentar[54].

Baseando-se no relatório técnico e nas plantas anexas, o deputado Arthur Prado Queiroz Telles apresentou o projeto de escola nº 142.1895, que não passou em segunda discussão. A Comissão de Agricultura, Colonização e Imigração apresentou, em seguida, um substitutivo, transformado na lei nº 367, de 03.09.1895, que autorizava o governo a criar a escola prática de agricultura em Piracicaba[55].

Morimont parecia satisfeito com a aprovação da lei, mas queixava-se do andamento dos trabalhos. Assoberbavam-no as preocupações relativas à edificação do colégio-internato e à inauguração da escola. Era sua intenção proceder à abertura dos alicerces e levantar as paredes com um orçamento

de 250 contos, porém o novo secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o dr. Theodoro Dias de Carvalho Júnior, autorizara, em 17.12.1895, a Superintendência de Obras Públicas a despender, imediatamente, 100 contos de réis em múltiplos alicerces, abrangendo o colégio, o posto zootécnico e a fazenda-modelo[56].

Aconteceu o que Morimont mais temia: executados os alicerces (que só ficaram inteiramente prontos em agosto daquele ano), faltaram recursos para o levantamento dos edifícios, cujo orçamento atingia trezentos contos de réis, quantia irrisória para o propósito, porém inviável devido à crise do café, que arruinava as previsões orçamentárias do Estado. O projeto da escola agrícola prática ficava na absoluta dependência dessas verbas e da vontade política que as liberava. Restava-lhe empenhar-se na busca da intermediação do senador Manuel de Moraes Barros, quiçá do presidente[57].

As despesas cresciam na medida do desenvolvimento do projeto em sua globalidade. Caminhavam paralelos os investimentos na fazenda, dotada de verba própria anual. Morimont desenvolvia as lavouras e os campos experimentais, adquiria animais reprodutores, aparelhos aratórios modernos, mantinha trabalhadores para todos os serviços. A tarefa de adaptação às necessidades da escola agrícola prosseguia, independentemente das novas construções. O seu desejo expresso era que:

> [...] Assim, com uma despesa relativamente moderada, toda a organização caminhasse simultânea e progressivamente, sem saltos arriscados"[58].

Preocupavam-no os trabalhos de engenharia a serem executados no *grand plateau*, pois necessitava do perfil diagramado do local das edificações do colégio-internato, do posto zootécnico e da fazenda-escola e não aparecia ninguém da Superintendência de Obras Públicas para executar o trabalho. O dr. Kurt Bacellar prometera enviar um engenheiro, mas este só aparecia no final de dezembro (1895), enviado para a tarefa de reconhecimento e aprovação do local escolhido, sendo deixado para janeiro (1896) o trabalho de locação e estaqueamento. A construtora Jarussi, de São Paulo, já havia sido contratada para proceder à abertura dos alicerces do edifício a ser levantado[59].

As plantas dos alicerces dos diversos edifícios chegaram em janeiro, mas a locação não ficou concluída, postergando-se a sua abertura. Morimont se preparava para marcar a data da cerimônia de assentamento da primeira pedra, que devia atender aos objetivos promocionais do projeto e do governo do presidente do Estado de São Paulo, o dr. Bernardino de Campos, cujo mandato se achava prestes a expirar. O próprio Bernardino de Campos lhe determinara que concluísse um lanço inteiro de alicerce em cada edifício, para que as personalidades, presentes à cerimônia, pudessem ter condição de avaliar as proporções do estabelecimento. Malgrado a pressa em ultimá-los, Morimont tinha de se submeter aos ditames burocráticos e aos caprichos do Partido Republicano Paulista (PRP).

Em outros momentos difíceis, Morimont recorrera ao senador, de forma que a este não pareceu despropósito o convite para uma visita em que pudesse ser consultado a respeito da locação. Ela se realizou em 20.01.1896, às seis horas da manhã, deixando formalizada a

promessa de que haveria de entrar em contato com o presidente, com do objetivo de apressar a locação. A visita deixou outro saldo: o senador julgava que a fachada principal do colégio, junto com o jardim correspondente, devia ficar "olhando para a cidade", enquanto as caixas d'água deviam passar para o lado oposto, e a pocilga ser transferida para um local atrás do galinheiro[60].

A promessa do senador não lhe pareceu estimulante. Após a visita, Morimont decidiu escrever ao dr. By, solicitando-lhe a intervenção junto ao dr. Kurt Bacellar, no sentido de que este apressasse a locação. Lembrava que, anteriormente, pedira um engenheiro competente como o dr. Euclydes da Cunha, que também era da escolha do dr. Bacellar, e que melhor do que outros parecia "ter compreendido, perfeitamente, o diagrama a fazer, desenhar e, logo, estaquear". Não obstante, o governo enviara um só engenheiro, o dr. Molina; este viera com tamanha pressa que não pudera completar o trabalho. Oito dias depois, dirigia-se pela segunda vez ao dr. By, pedindo-lhe que enviasse o dr. Euclydes da Cunha; na falta deste, a Henzler, para que também comparecesse em pessoa à Fazenda[61].

A sua insistência obteve resultados, pois, no final do mês de fevereiro, ele podia comunicar ao dr. Rebouças: *"[...] Locação ficará pronta esta semana"*[62]. Achando-se a festa marcada para o dia 1º de abril, apenas em meados de março ele podia comunicar ao secretário de Estado que o lugar das construções se achava preparado para o lançamento oficial da primeira pedra[63].

A notícia não significava que os problemas estavam resolvidos. A ponte do Piracicamirim, contratada por Carlos Zanotta, que no mês de dezembro parecia quase concluída, passava a oferecer dificuldades. Em março, era a vez do empreiteiro Jarussi, cujos serviços nas casas quádruplas da colônia deixavam muito a desejar. Essas obras eram necessárias ao projeto e à apresentação visual da fazenda no dia da festa[64].

Sob a Responsabilidade do Diretor

A correspondência expedida da Fazenda São João da Montanha demonstra que Morimont procurou cultivar a amizade dos Moraes Barros e, por meio deles, atrair a atenção e o apoio do governo paulista. Pouco antes de empossar-se na Presidência da República, Prudente José de Moraes Barros acedera ao convite do diretor, comparecendo em pessoa à fazenda[65].

Em 1895, na ausência de Prudente, já na suprema magistratura da nação, buscava apoio junto ao irmão deste, o senador Manuel de Moraes Barros, que ia com relativa freqüência a Piracicaba; Morimont, recorria a seus favores e prestava-lhe grande deferência. A mediação deste junto ao presidente era benéfica, a influência de ambos sobre o governo paulista reverteu em benefício do projeto da escola. Morimont desfrutou de cordialidade e certa franqueza no trato com o senador. Certa feita, lembrava-lhe que, ao convidar o presidente do Estado de São Paulo, o dr. Bernardino de Campos, para vir assentar a primeira pedra em Piracicaba, este lhe respondera que: "[...] sendo isso de primeira pedra apenas um simulacro, fôssemos assentando quantas pedras pudesse ser, para assim melhor julgar das proporções do estabelecimento"[66].

Outro indicador do seu grau de relacionamento com as personalidades da época encontra-se na correspondência oficial, diretamente ligada a sua atividade como especialista e diretor da Fazenda São João da

Montanha. Ela não reflete apenas as ligações com os superiores hierárquicos na Secretaria da Agricultura ou no Departamento de Obras Públicas, mas permite vislumbrar os centros de interesse de Morimont nessa fase de adaptação da fazenda em escola[67].

A Festa

O ponto alto dos esforços da parte do engenheiro e do governo estava reservado ao assentamento festivo da pedra fundamental do edifício-sede no *plateau* escolhido, em ato solene que se converteria num dos fechos de relevância do mandato de Bernardino de Campos. Agendara-se para o dia primeiro de abril e seria prestigiado pelo presidente do Estado e sua comitiva. Morimont desenvolveu grandes preparativos e insistentes contatos políticos. A Escola Prática era compreendida como parte do "plano patriótico de regeneração da lavoura" por meio da agricultura racional, preconizada como o único instrumento de recuperação dos séculos de atraso nas práticas agrícolas[68]. O secretário da Agricultura, Comércio e Obras Pública, Theodoro de Carvalho, oficializou os convites e solicitou ampla cobertura à Imprensa.

Bernardino de Campos compareceu a Piracicaba em 31 de março, acompanhado de uma comitiva de 47 altas personalidades, mais os integrantes da Banda do Corpo de Bombeiros da capital e representantes de doze jornais, conduzidos por trem especial, numa viagem repleta de paradas para receber as homenagens que lhes eram prestadas por parte das autoridades locais[69]. Chegados a Piracicaba com três horas de atraso, eram aguardados pela elite local, pela população, pelas crianças das escolas, com flores, discursos e fogos de artifício, bem no estilo perrepista. O senador Manuel de Moraes Barros estava acompanhado dos filhos, Paulo de Moraes Barros, presidente da Câmara Municipal e Antônio de Moraes Barros, redator-chefe da *Gazeta de Piracicaba*, dos vereadores e do intendente cel. Joaquim Fernandes Paes de Barros. A loja maçônica representava-se na figura de seus membros mais graduados, ostentando o respectivo estandarte. Entre as amizades monarquistas de Morimont, estavam o barão de Serra Negra e o médico Torquato Leitão[70].

Enorme acompanhamento seguia a pé, através das ruas embandeiradas da cidade, passando pelas alas de escolares, em direção ao Hotel Central. Diante da concentração no Largo da Matriz, o Presidente discursou sobre a importância da Escola, louvando o interesse de Piracicaba e a compreensão do seu povo pelo empreendimento: "[...] semente benéfica geradora da prosperidade da nossa principal indústria"[71].

No dia seguinte, às oito horas, quarenta carros dirigiram-se à Fazenda São João da Montanha, conduzindo as personalidades que deviam assistir à cerimônia da inauguração oficial das obras de construção da escola prática de agricultura. O presidente chegou, ao som do Hino Nacional e do espocar de girândolas e baterias, até o elegante rancho da exposição de plantas e projetos, montado por Morimont. Às 10h30, pelas mãos do Presidente do Estado de São Paulo, fez-se o assentamento da pedra fundamental do edifício-sede da escola e colégio-internato[72].

Seguiu-se o almoço campestre, servido na mesa em forma de "U" para um número superior a quatrocentos convivas, no rancho decorado com retratos dos principais políticos envolvidos no projeto. Na oportunidade,

Morimont proferiu um longo discurso, enfatizando o quanto São Paulo deveria esperar da sua escola prática de agricultura, ao mesmo tempo em que esboçava um histórico das escolas congêneres da França. No momento dos brindes, o senador Manuel de Moraes Barros ergueu a sua homenagem a Luiz Vicente de Souza Queiroz, ausente. Paula Souza brindou ao progresso de São Paulo.

Morimont incluíra no programa a visita aos setores da fazenda: campos de experiências, viveiros de plantas, maquinaria, rebanho, moradias e sede da administração. Foi nessa oportunidade que se apresentou no campo a famosa equipe de aradores negros, condignamente trajados, arrancando admiração e aplausos. Morimont não ocultava a sua satisfação diante dos seus trabalhadores negros e caboclos, adestrados no manejo dos aparelhos da lavoura e dos aratórios, treinamento que ele mesmo proporcionava, após constatar serem os italianos "inexpertos para o arado"[73].

Encerrando a tarde, a comitiva presidencial visitou o Salto de Piracicaba, o engenho central, as obras do abastecimento de água, da iluminação elétrica, do grupo escolar, cadeia e outros edifícios. À noite, houve sarau na residência do senador Moraes Barros, enquanto as principais ruas permaneciam iluminadas e as bandas tocavam na praça da cidade. Completava-se o roteiro inesquecível daquele dia 1º de abril de 1896.

As expectativas eram enormes, tanto para a cidade quanto para a agricultura paulista. Considerando-se a importância da futura escola para o município, já se imaginava Piracicaba um centro estudantil voltado à educação agrícola do país[74]. O curso de agronomia da Politécnica ainda não se achava instalado, reforçando-se o significado da escola prática a ser criada em Piracicaba – a única do Estado de São Paulo – convertida em símbolo do seu progresso e da visão dos homens do seu governo. No entendimento dos progressistas, aproximava-se a oportunidade de que a direção da lavoura viria a definir-se em mãos de homens dotados de conhecimentos científicos, preparados para a sua missão. Reforçava-lhes a esperança de que os métodos arcaicos, fixados na rotina da lavoura e preservados em detrimento da modernização, finalmente começassem a ceder[75].

Acompanhando as repercussões do evento, o presidente da nação, Prudente José de Moraes Barros, enviou a Bernardino de Campos a seguinte mensagem telegráfica:

> [...] O lançamento das fundações do edifício destinado à Escola Prática de Agricultura é a chave de ouro que fechará a vossa criteriosa, fecunda e patriótica administração [...] congratulo-me com o Estado pela certeza que tem de que, em breve, será uma realidade esse poderoso fator de sua crescente prosperidade[76].

Pareciam encerradas as polêmicas travadas no início da década de noventa sobre a necessidade de se criar o ensino da agricultura no Estado de São Paulo. Enquanto não se materializavam o curso de engenharia agrícola da Escola Politécnica e o curso (secundário) de agricultura prática de Piracicaba, ganhavam sustentação as críticas sobre os métodos atrasados da lavoura, sobre a importação do exterior dos gêneros de necessidade alimentar e industrial. Cresciam os defensores da agricultura racional e diversificada, da policultura generalizada em áreas de recuperação das terras cansadas para evitar a expansão ilimitada das fronteiras agrícolas.

Essas avaliações achavam-se presentes na mensagem que Bernardino de Campos enviou ao novo Congresso Paulista em seu último dia de governo, oito de abril[77].

Necessidades econômicas eram repensadas sob viés do patriótico, atribuindo-se à ciência a carga ideólogica ruralista, que se observava na mensagem de Cesário Motta Jr., dirigida ao senador Manuel de Moraes Barros, em abril: "[...] A fundação dessa Escola corresponde a uma necessidade econômica e a um fim, amplamente patriótico[...]".

Questões Financeiras

O governo Campos Sales, instalado em 01.05.1896, trouxe mudanças significativas no andamento dos trabalhos e uma conduta surpreendente com relação ao diretor da Fazenda São João da Montanha. O novo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o dr. Álvaro Augusto da Costa Carvalho (01.05.1896 a 01.07.1897), deu início a uma política de contenção de despesas que, ao mesmo tempo, questionava os gastos efetuados por Morimont durante a administração anterior, aqueles relativos às festividades do lançamento da pedra inaugural. Este manteve-se na linha de reserva habitual, embora exercendo pressão pela retomada do ritmo dos trabalhos na fazenda, objetivando a instalação, mesmo que sob condições precárias, da escola em 1897, insistindo sempre na autorização verbas maiores, para a aquisição de aparelhos, plantas e animais.

A fazenda recebia a sua dotação orçamentária anual, que era distribuída em parcelas mensais e trimestrais, além das despesas extras com as construções. As verbas para o exercício de 1894 foram de 50:000$000, embora estivesse previsto no relatório geral, em sua parte administrativa, a verba de 75:000$000 para o ano de 1897, quando deveria começar a funcionar a escola. Tratava-se de uma previsão orçamentária exclusiva, que era justificada em razão da necessidade de se organizar as novas culturas experimentais, manter as já iniciadas, adquirir material aperfeiçoado (aratórios, implementos, etc.) e principiar a criação de gado melhorado[78].

Era crescente o aumento das despesas com relação a 1894, em virtude dos interesses projetados na fazenda-modelo e no posto zootécnico. Para 1897, mais da metade da verba orçamentária prevista estava destinada aos pagamentos salariais do pessoal administrativo e jornaleiro. Consumia o restante: material de lavoura (aquisição e consertos), ferramentas, animais de trabalho e de raças aperfeiçoadas, organização de culturas, tratos culturais e campos de experiências (plantações, irrigação, adubação), horta, pomar, viveiro de plantas, sementes, material de escritório, diárias, empreitadas na lavoura, manutenção das edificações etc. [79].

A previsão orçamentária distinguia três categorias de trabalhadores: o pessoal de nomeação (diretor e secretário), o pessoal contratado (feitor de serviços, jardineiro formado, hortelão irrigador, caseiro-horteiro, guarda-jurado, contínuo-servente, quitandeiro, primeiro arador, caseiro, porqueiro e vaqueiro) e os jornaleiros (carpinteiros, ferreiros-ajustadores, aradores, caseiros, carvoeiros e camaradas trabalhadores). Ao todo, 49 elementos. Montante do orçamento previsto: 100:000$000. Distribuição da renda: seis contos de réis mensais e quatro parcelas de dez contos de réis, sacáveis na Coletoria de

Piracicaba. A previsão de jornaleiros para 1897 contrastava com o número deles na fazenda (nada menos que noventa camaradas, em julho de 1896). Eram cortes incompreensíveis, quando mais se carecia deles[80].

O segundo semestre de 1896 foi carregado de apreensões, devido à ameaça de interrupção dos trabalhos na fazenda e às recorrentes justificativas de despesas anteriores ao governo de Campos Sales. Parte dessas apreensões tinha origem no inventário da fazenda. Nele, Morimont enviava a relação dos animais, bovinos, suínos, muares, aves e de todo o material agrícola existente até 15.09.1896: instrumentos aratórios, escarificadores, veículos, grades, ferramentas, adubos, sementes, forragens, material de olaria, ferraria e construção[81]. O inventário de Morimont de 1896 pode ser comparado, com enorme vantagem, ao de Lehmann (1893) e ao que o prof. dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho encontrou em 1901, ao inaugurar a Escola.

A essa altura, Morimont sentia que, por alguma razão, caíra em desvalimento junto ao novo secretário da Agricultura, mas acreditava no seu trabalho e no futuro desenvolvimento do projeto. Aproveitou para enviar, anexo ao inventário, a relação de um lote de animais, que desejava adquirir para a escola, pedindo-lhe que expedisse a verba de dez contos de réis à Coletoria de Piracicaba, para efeito de concluir a transação.

Morimont e a Aprovação das Contas

A passagem do governo para Campos Sales trouxe alterações profundas na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, resultando numa concepção diferente da que os secretários dr. Jorge Tibiriçá e dr. Theodoro Dias de Carvalho Jr. advogavam para o projeto de Morimont. A crise cafeeira dava a tônica da situação alarmante, configurada pelo presidente na área do equilíbrio financeiro. Sob o novo enfoque, a obra de adaptação da Fazenda São João da Montanha em escola agrícola prática perdia espaço para as prioridades fixadas na área do café e da imigração[82].

Após a festa de lançamento da pedra inaugural, caíra o interesse político pelo projeto. O mandato de Campos Sales na Presidência do Estado de São Paulo (01.04.1896-10.11.1898) fora curto e passara por duas substituições de Peixoto Gomide. Apesar da simultaneidade dos mandatos de Prudente de Moraes e de Campos Sales, em 1896, 1897 e 1898, as obras da fazenda foram desaceleradas, até a paralisação. Consumada a sucessão na Presidência da República, em 1898, assumiu o governo de São Paulo, por dois anos, o dr. Fernando Prestes de Albuquerque.

A crise na cafeicultura assumiu proporções alarmantes entre 1894-1898, atingindo o governo de Campos Sales no Estado de São Paulo, impondo a contenção de despesas em geral[83]. A atitude do novo secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Álvaro Augusto da Costa Carvalho, demonstrava que os anos de interesse e simpatia pelo projeto e seu autor estavam encerrados. Morimont tivera as suas contas aprovadas pelo Tesouro do Estado durante o governo anterior. Restavam alguns gastos relativos à festa de 01.04.1896. Nos primeiros dias do novo governo, foi levantada a questão em torno da justificativa de tais despesas, parecendo pretextar-se algo que viria a se efetivar alguns meses depois. Morimont caiu em desgraça perante o Partido Republicano

Paulista (PRP) em razão dessas contas, e não se reabilitou, apesar das justificativas apresentadas, o que ofereceu o desejado pretexto para afastá-lo do cargo, única maneira de paralisar o projeto, naquele momento de contenções[84].

A questão dos rendimentos da fazenda também oferecia um pretexto, porque se julgava indispensável a utilização dos mesmos em benefício do próprio estabelecimento. Foi o que Morimont reassegurou ao novo secretário da Agricultura, quando este, por meio do ofício nº 112, de 23.05.1896, deu início às pressões para que se justificassem as contas. Daí, a razão da sua derrota e as condições penosas que teve de enfrentar até o início do mês de novembro, quando foi afastado do cargo, após ver-se submetido a longo desgaste[85].

A justificação das despesas realizadas com roupas, por ocasião da festa de 01.04.1896, diz respeito à aquisição de indumentária para os maltrapilhos trabalhadores da fazenda, particularmente para os famosos aradores negros, tão requisitados pelos fazendeiros vizinhos. O secretário desaprovara uma despesa de 233$000, relativa ao documento que Morimont assinara em março desse ano, referente aos panos, confecção e implementos de indumentária, que resultaram em "camisas, calças, blusa, cinta, chapéu", ao todo 27 fatos completos "[...] para os aradores e carreiros do estabelecimento, por ocasião das festas oficiais". Apresentara no dia da festa, decentemente vestidos, perante autoridades e convidados, os "[...] trabalhadores pretos e outros, cada um manejando o seu arado e outro mecanismo"[86].

Sabe-se que a equipe de aradores negros tivera grande sucesso na festa, bem como os carreiros, devidamente uniformizados, manuseando com destreza os seus aparelhos. Eram trabalhadores egressos do sistema escravista, abolido pouco tempo antes, em adaptação ao mercado livre de trabalho. Num momento em que se prestigiava o trabalhador estrangeiro, imigrante, pode-se compreender a admiração despertada. O treinamento oferecido na fazenda demonstrava o potencial desse trabalhador, submetido a forte preconceito e baixíssimo salário e, ainda assim, uma boa força de trabalho[87].

Se as contas do primeiro semestre de 1896, no governo de Bernardino de Campos, eram revistas, o novo governo censurava a prodigalidade de gastos por ocasião da festa. A questão repercutiu, entre maio e outubro desse ano, despesas que Morimont justificava uma a uma, com constrangimento e certa ironia[88]. Em junho, sentindo a paralisação das obras e percebendo o perigo que o projeto corria, Morimont redigiu um breve histórico da sua atuação em Piracicaba. Não deixava dúvida quanto à sinceridade dos propósitos com que se apegava a sua missão no Brasil, a de "adaptar a Fazenda São João da Montanha ao Ensino Profissional Agrícola" e dar início ao funcionamento da escola em 1897[89].

A questão financeira sempre foi o ponto central da política administrativa de Campos Sales. Pior para a escola prática de agricultura, objetivo da defesa dos Moraes Barros. A mesma atitude não prevaleceu em relação à escola complementar instalada em 1897, que, apesar do apoio da família, era produto da iniciativa da Câmara Municipal e da Diretoria Geral da Instrução Pública. O período de semi-abandono da Fazenda São João da Montanha e o encerramento do projeto leva-nos a crer que, malgrado as rupturas políticas e a crise econômica, o pretexto tenha sido dado por Morimont, não tanto pela insinuada irregularidade das contas, que veio

a justificar, uma a uma, mas pela insistência na continuidade das obras e das verbas, na sua fina ironia e certa impaciência com os representantes burocráticos[90].

Outro sério agravante se apresentava: os custos das construções, que constavam nos planos e orçamentos estabelecidos em 1894, quando fora elaborado o projeto, achavam-se alterados. O fato talvez acoberte o motivo imediato da decisão do governo de afastar o diretor da fazenda. Morimont atribuía às mudanças cambiais a alta expressiva de 15% nos custos dos materiais de construção. Outro fator a alterar os custos decorria das modificações impostas às plantas, em 1895, quando se aprovou a lei nº 367, que autorizava o governo a criar a escola prática de agricultura em Piracicaba.

No projeto original, o colégio-internato fora orçado em 219:700$000, tendo capacidade para oitenta alunos. A alteração por parte do Congresso para um limite de cem alunos provocava um adicional de 20% nos custos. No posto zootécnico, junto à ala das cavalariças, um desnivelamento do terreno fazia incorrer num aumento de 5% a 10% sobre os custos originais (32:413$000). Conquanto repassasse essas preocupações ao seu superior na Secretaria, o diretor geral dr. Eugênio Lefèvre, Morimont assegurava manter os mesmos preços orçamentários.

O último documento assinado por ele como diretor da Fazenda São João da Montanha, em Piracicaba, data de 29.10.1896. É certo que, no início de novembro, não se encontrava mais em Piracicaba, tudo indicando que fora chamado a São Paulo e dispensado em 05 de novembro. Substituíram-no interinamente por Francisco Henzler durante o mês de novembro, e por José Viegas, em dezembro. No mês de janeiro de 1897, tomou posse o novo diretor interino, o engenheiro Adolfo Barbalho Uchoa Cavalcanti, permanecendo José Viegas como responsável pelas obras internas.

Por quase quatro anos as obras ficaram paralisadas. Em 11.03.1901, era empossado o dr. Ricardo Ernesto de Carvalho, diretor interino e lente da 5ª cadeira da Escola Agrícola Prática de Piracicaba, que imediatamente se ressentiu do estado geral de abandono em que se achava a Fazenda São João da Montanha, bem como da falta de verbas e do apoio oficial. O trabalho de Morimont fora destruído, restando os alicerces sufocados pelo mato, os utensílios quebrados, os aparelhos do posto meteorológico inutilizados; os animais encontravam-se desaparecidos e as culturas, arruinadas. O zelador entregou-lhe um caixa contendo oito mil réis. Achando-se a inauguração da escola com data marcada e não sabendo por onde recomeçar, o novo diretor pediu aos seus superiores na Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas que lhe enviassem os relatórios de Morimont[91].

O Projeto da Escola Prática de Agricultura (Relatório Técnico, ou "Metódica Síntese")

Ao captar a raiz dos preconceitos cultivados pela sociedade, que se manifestavam na insensibilidade para com os estudos agronômicos, o engenheiro agrônomo Léon Alphonse Morimont assim se expressava: "[...] O que interessa, pois ao lavrador, não é a teoria científica, mas, sim, o fato – o resultado positivo da operação prática"[92].

O seu Projeto de Ensino Agronômico e de organização da Escola Prática de Agricultura de Piracicaba foi elaborado com base em

sua experiência acadêmica e trabalhos profissionais no exterior, associados aos estudos desenvolvidos *in loco*, dentro dos propósitos buscados pelo secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, o agrônomo Jorge Tibiriçá Piratininga. Foi publicado no primeiro semestre de 1895 como *Relatório Técnico*, sendo apresentado incluso no relatório geral acompanhado das plantas anexas, durante o governo de Bernardino de Campos, achando-se na Presidência da República Prudente José de Moraes Barros. Foi a sua contribuição máxima às ciências agronômicas do Brasil[93].

O Estado de São Paulo parecia disposto a seguir as pegadas das nações mais adiantadas, que colocavam grandes orçamentos em disponibilidade ao ensino agrícola, ao estabelecimento dos postos zootécnicos, dos campos de experiências e estações experimentais, objetivando a modernização da sua agricultura. Morimont reconhecia o valor das iniciativas pioneiras dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo em seu documento básico, mostrando-se esperançoso com a aprovação do seu Projeto pelo governo. Jorge Tibiriçá Piratininga era titular da então recém-criada Secretaria e deve-se a ele a decisão de implantar o ensino agronômico por meio de uma agência de saber inovadora da agricultura e independente da escolaridade de primeiras letras patrocinada pela Diretoria Geral da Instrução Pública. Contratou-se na Europa o engenheiro Morimont para dirigir a Fazenda São João da Montanha, em poder do Estado de São Paulo desde 1892, e para elaborar um projeto de ensino agrícola[94]. Na ausência de modelo educacional próprio, optava-se pelos estrangeiros, confiando-se na iniciativa do técnico belga, formado no afamado sistema de ensino agronômico do Instituto de Gembloux.

A influência do Relatório Técnico – *Projeto Morimont de Ensino* – foi decisiva, junto à Comissão de Instrução Pública e à Comissão de Agricultura, Colonização e Imigração da Câmara dos Deputados, para a elaboração de projeto de lei para a criação da futura escola. Morimont promoveu seu projeto junto aos poderes públicos, investindo toda a sua experiência, trabalho e influência e recebendo o apoio pessoal dos secretários da Agricultura, Jorge Tibiriçá Piratininga e seu sucessor Theodoro Dias de Carvalho Júnior, e o prestígio do presidente do Estado, que julgaram o projeto decisivo para a criação da Escola Prática de Agricultura de Piracicaba. Essa expectativa se consolidou por meio da lei nº 367, de 03.09.1895, que foi promulgada pelo presidente Bernardino de Campos, mas permaneceu sem regulamentação até o fim do seu mandato, por falta de tempo hábil no Legislativo paulista[95].

Apresentação do Projeto Técnico como Parte da Discussão sobre o Tema da Atualidade, a Agricultura Científica

O projeto técnico (Parte Técnica do relatório geral) é considerado a parte mais importante do Projeto de Organização na Escola Prática de Agricultura, encomendado por Jorge Tibiriçá Piratininga. Segundo o parecer desse secretário, ele foi "cabalmente desempenhado" por Morimont. Ele é composto por uma longa exposição dividida em três partes, às quais se anexam as nove plantas dos edifícios e conjuntos que deveriam integrar o complexo educacional a ser instalado na Fazenda São João da Montanha.

O modelo

Na *primeira parte, item I,* Morimont discute *o modelo de escola* mais conveniente a ser criado para a *escola prática de agricultura*, um modelo baseado no ensino teórico-prático para formar agrônomos práticos, considerados técnicos de nível secundário. Inspirado nos modelos europeus, particularmente o francês, que ele considerava o mais completo em nível e graus, devendo corresponder aos diversos segmentos da sociedade (as *écoles pratiques d'agriculture* e as *regionales* do tipo *écoles nationales*, como Grignon), e o belga, de nível superior, de onde procedia o célebre *Institut Agricole de l'Etat a Gembloux*, Morimont elaborou uma síntese metódica adaptável às condições da Fazenda São João da Montanha, segundo os interesses do governo expostos pelo titular da Secretaria, Jorge Tibiriçá Piratininga, e inteiramente "de acordo com o seu modo de ver". Este nunca deixou de reconhecer-lhe o mérito, mesmo após ele haver caído em desgraça, junto ao governo, e ter o seu nome proscrito.

Morimont construiu seu modelo educacional, ou sua "metódica síntese", apoiado em sua experiência acadêmica e profissional. Identificara, pelo *affaire Daffert,* o espírito do agricultor paulista, sempre exigindo soluções imediatas e respostas conclusivas e salvacionistas. A vivência no exterior lhe propiciara a experiência de captar as singularidades regionais. Ele acertara ao dizer que o lavrador "[...] não estava interessado na teoria científica, mas sim, no fato positivo, o resultado material da operação prática"[96]. Tinha a considerar de importância substancial para o ensino proposto aquilo que designava por atividades demonstrativas e experimentais dos métodos prático-científicos. O seu "projeto brasileiro" não teria passado de mera tentativa de adequar o ensino demonstrativo-prático das escolas européias à realidade paulista, se, ao elaborá-lo, não tivesse em vista criar na Fazenda São João da Montanha um complexo educacional, com o objetivo de torná-la uma base operacional para a elaboração de uma agricultura brasileira a partir da instrução técnica de segundo grau. Recebera a incumbência acompanhada do pleno aval do secretário da Agricultura, também agrônomo e experiente fazendeiro paulista.

Teorizou e compôs o seu protótipo de escola a partir da realidade paulista. A sua preocupação estava voltada, inicialmente, para a determinação do tipo de escola a ser introduzida. Valia-se do referencial das iniciativas oficiais anteriormente desenvolvidas no Estado de São Paulo: a Estação Agronômica de Campinas, dedicada "às análises químicas e investigações científicas que interessam à lavoura", e a Escola Politécnica, cuja terceira Seção era destinada ao ensino agrícola superior, objetivando formar os agrônomos científicos. Em resultado disso, "[...] o tipo de Escola Agrícola a se organizar no interior devia, sobretudo, ser prático, para fornecer ao país agrônomos, essencialmente, práticos"[97]. Essa idéia, que já defendera anteriormente, reforçava-a com números oficiais extraídos do Relatório do Ministério da Agricultura da França, 1893-1894, apontando a relação entre as escolas agrícolas profissionais e práticas nesse país com os aumentos da sua produção agrícola e da sua renda nacional.

O objetivo das escolas práticas de agricultura era oferecer o exercício, o treinamento e a atividade prática aos alunos, durante um certo período letivo, três a quatro anos, segundo os modernos processos

agronômicos, de acordo com uma proposta didático-pedagógica específica adotada por professores-agronômos experientes. Criação européia, a "sua" escola prática de agricultura de Piracicaba pressupunha um processo educacional singularizado, inteiramente diverso do modelo de ensino superior previsto para a Escola Politécnica; nela, os conteúdos programáticos práticos deveriam ser prevalentes sobre os teóricos. Essa peculiaridade o levava a afirmar que o objetivo imediato das escolas práticas em geral era sempre o mesmo: adestrar os jovens com professores experientes e treinados para formar agrônomos; o que variava era a "cor regional"[98]. O modelo idealizado por Morimont, embora fosse baseado no sistema francês de ensino para o segundo grau, as *écoles pratiques d'agriculture*, guardou especifidades acadêmicas do *Institut Agricole de l' État a Gembloux*, como veremos.

As escolas práticas na França surgiram na década de 1870, em atendimento à demanda de ensino profissional agrícola por parte dos pequenos proprietários e agricultores, que constituíam a maior parte da população rural e que não se achavam em condições de enviar os seus filhos às *écoles nationales* e tampouco desejavam vê-los nas *fermes-écoles* freqüentadas pelos camponeses. No final desse século, as cidades inchadas também ofereciam uma provável clientela à carreira agrícola, fato que o governo buscou estimular. A finalidade dessa modalidade de ensino não sofreu modificação: formar chefes de cultura (aos não-proprietários) e dar instrução profissional aos filhos dos pequenos proprietários agricultores.

Quanto ao nível, situava-se entre as *écoles regionales* (Grignon, Montpellier, Grandjouan), consideradas de segundo grau, e as *fermes-écoles* de grau primário ou elementar. Pela lei que as instituiu (30.07.1875) no território francês, as *écoles pratiques* eram consideradas como fazendo parte do ensino elementar e prático de agricultura. Tendo como pré-requisitos o ensino primário e o exame de admissão, podiam ser consideradas de nível primário-superior, como se observa pelas exigências do seu *curriculum*. Não existe nele uma organização modular, apenas o enquadramento das disciplinas em cursos, ao todo cinco[99].

O novo modelo de escola foi o resultado de uma experiência no ensino técnico para jovens entre doze e quinze anos, portadores de escolaridade primária, que podiam pagar as anuidades de um curso, entre quatrocentos e seiscentos francos para o regime de internato, ou menos, para semi-internato e externato, com a duração de dois anos, onde recebiam o tratamento correspondente a sua extração social, embora sob a severa disciplina e instrução que os capacitava a se tornar agricultores profissionais no âmbito da prática racional. Lições teóricas e exercícios práticos, observação direta e "intuições" eram a nova regra do êxito assegurado. Poucos jovens se dirigiam às *ecoles nationales*, a maior parte retornava às suas propriedades, divulgando os novos métodos de cultivo aprendidos na *école pratique.* O êxito residia no princípio de exigir baixos custos e de ser, por excelência, *l'école du paysan*.

Depois do êxito da experiência educacional nos Departamentos do Leste, mais afetados pela guerra Franco-Prussiana, as escolas práticas foram criadas por lei (30.07.1875) e se multiplicaram, durante a década de 1880, em todo o território francês, especialmente a NE e a NO, chegando, em 1894, a uma cifra de quarenta unidades. Tratava-se de uma experiência didático-pedagógica nacional,

promovida numa fase em que o Estado saía do abalo da Guerra Franco-Prussiana e preparava a sua recuperação na agricultura, ao mesmo tempo em que se fazia a propaganda dos novos métodos de adubação química (a teoria mineralística de Liebig para a agricultura) e do emprego do material (vegetal e animal) selecionado: "*[...] Se um país se impõe aos sacrifícios para oferecer instrução profissional a um jovem, é unicamente na esperança de que a agricultura se desenvolverá*". A frase é do criador da escola prática, M. Tisserand, inspetor geral da Agricultura na França, o responsável pelo nível intermediário, ou ensino primário superior de agricultura[100].

A montagem de uma unidade de ensino nesse modelo fugia aos padrões que o Estado de São Paulo desejava estabelecer na Fazenda São João da Montanha, em Piracicaba. Na França, a organização escolar se implantava numa propriedade particular, sobre a qual o Estado não tinha responsabilidade jurisdicional ou financeira, apenas investindo nas despesas relativas ao pagamento dos professores e funcionários, no custeio do ensino (inclusive demonstrações e pesquisa) e em algumas bolsas de estudo. Nessas propriedades eram instalados trinta ou qaurenta alunos que deviam receber instrução teórico-prática, por meio do exercício de todos os trabalhos de exploração agrícola. A sua jornada diária era dividida em dois turnos, uma parte dedicada aos trabalhos de cultura no campo, com os animais, preparo de ração, manutenção de máquinas, atividades no jardim, corte de árvores; outra metade era dedicada às lições, aos estudos e exercícios, e ao laboratório. A escola permanecia sob a fiscalização e controle da Inspetoria do Ensino Agrícola, podendo o proprietário da fazenda, um agrônomo prático, vir a ser nomeado diretor.

Observa-se a adequação de cada escola instalada aos parâmetros da economia regional, se era área de cultivo de cereais, de forrageiras, de pecuária e laticínios, de vinhedo, mantendo-se as características individualizadas no conjunto nacional, o ensino prático variando de uma para outra unidade. O traço comum estava na informação teórico-demonstrativa: nas explicações científicas com base nas ciências físico-naturais, no estudo dos adubos, dos solos, das máquinas, da agrimensura, dos melhoramentos. Pela organização e método de ensino, as escolas práticas francesas foram um sucesso.

O modelo de escola prática de agricultura a ser introduzido em Piracicaba recebeu o aval da Secretaria da Agricultura Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo após a reelaboração do modelo de ensino que era consagrado na França. O mérito de Morimont consistiu em apresentar um modelo prático suficiente para impedir a excessiva teorização dos cursos superiores, sem incorrer no primarismo das *fermes-écoles*, conquanto guardasse coerência com as necessidades de mudanças na lavoura cobradas pela Intelectualidade; era metódico quanto aos propósitos do ensino básico e aos princípios da educação de grau médio para o Brasil, sem incorrer em mutilações do conhecimento científico. Não deixou de ser um produto do academicismo europeu, para atender às necessidades de modernização do setor primário da economia, a ser testado no Estado de São Paulo.

Os elementos constitutivos da escola

Na *Primeira Parte, item II,* Morimont apresentava um trabalho de especialista, justificando a reputação de agrônomo e

DE CIMA P/ BAIXO

Fig. 9. Planta do Colégio-Internato. Planta nº 8, escala 1:100, ou 0,01. Anexo de Plantas ao Projeto da Escola Prática de Agricultura, foto.

Fig. 10. Escola Prática de Agricultura, fachada lateral. Planta nº 07. Anexo de Plantas ao Projeto da Escola Prática de Agricultura, foto.

personalidade científica que o elegera no conceito de Jorge Tibiriçá Piratininga e que fora a razão de este lhe delegar a incumbência de elaborar o projeto para a escola agrícola prática de Piracicaba. Ao relacionar o que considerava *elementos constitutivos da escola* (Figuras 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15), separou-os em duas categorias: A) as edificações necessárias ao ensino teórico e prático, a ser ministrado no *colégio-internato*, no *posto zootécnico*, na *fazenda modelo* e B) os *campos* de *experiências* e *cultura* e *criação* de *animais*, juntamente com outros elementos do ensino prático, de forma a integrar as áreas de cultivo, os campos experimentais, o horto, a mata, o posto meteorológico, os serviços diversos (arações, drenagens, irrigação, fertilização do solo), próprios da agricultura intensiva.

Na primeira categoria, o *colégio-internato*. Eram previstos os espaços para a administração, as instalações de ensino (salas de aula, gabinetes, laboratórios de química e física, museu, biblioteca, sala de estudo e da congregação), as instalações dos alunos (refeitórios, dormitórios-alojamento para oitenta alunos, banheiras, duchas e enfermaria), as dependências de serviços, que incluíam quarto do professor, quarto de vigilante noturno, sala do porteiro, cozinha, despensa, copa, adega, lavanderia e quarto de criados.

O colégio-internato também era a sede da escola, devendo ocupar um edifício de dois andares, na forma de um T dobrado, segundo a planta elaborada pelo arquiteto Hutchings. Ocupava posição de destaque, no topo de um espigão e no centro das edificações do complexo escolar. No térreo, destacam-se as varandas e no andar superior, o terraço ao ar livre, com o mirante, o relógio-sino, os tanques d'água e a instalação dos aparelhos meteorológicos. A planta descrita aproxima-se do original inglês, substituídos os apartamentos individuais por dormitórios coletivos para quarenta ou cinqüenta alunos.

Na concepção de Morimont, o colégio-internato era:

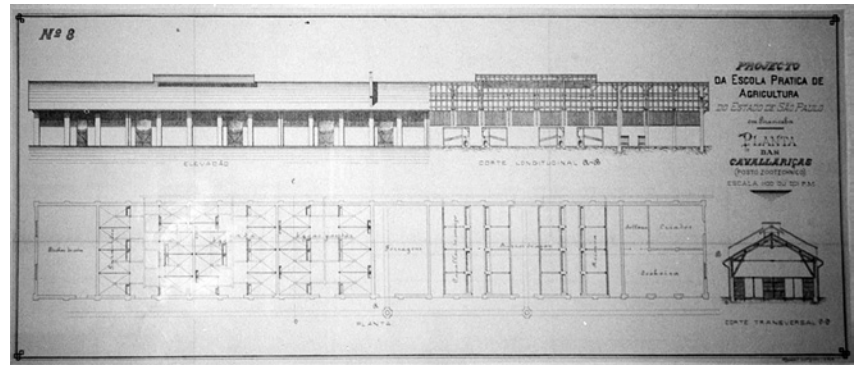
> [...] a sede dos estudos teóricos, está imediatamente rodeado, por todos os lados pelas

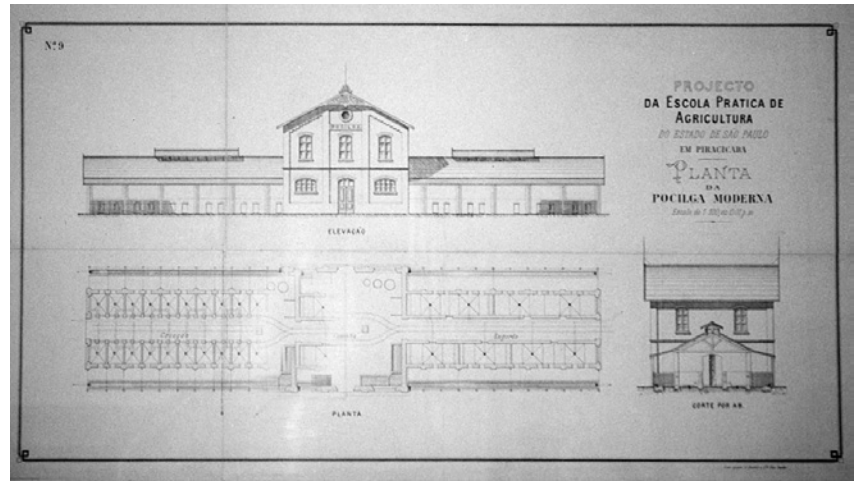
mais variadas aplicações da prática, quer na Fazenda-Modelo, quer no Posto Zootécnico, quer nos Campos de Experiência e outros[101].

Na primeira categoria dos elementos constituintes da escola está o *posto zootécnico* (originariamente em posição invertida, ou seja, na frente do colégio-internato), ocupando um vasto retângulo fechado, contendo estrebarias, estábulos, vacarias, cavalariças e pocilgas, em condições higiênicas e práticas. No pátio, um grande bebedouro-banho, no exterior, mangueiras e uma *rede de estradas decauville* para trazer forragens e levar os estrumes. As forragens eram separadas por muro corta-fogo. O posto estava dividido internamente em três estrebarias, dotadas de uma linha dupla de baias, corredores de serviço, enfermarias para animais doentes, manjedouras, cocheira e selaria. Tudo era disposto objetivando a instrumentação do ensino prático. Previam-se instalações para a criação bichos-da-seda, depósito de ferragens e leiteria. Externamente, estavam previstos redil para carneiros, ovelhas e cabras de raça, mangueiras de gado, diversas seções de aves, tudo racionalmente agrupado em torno do edifício-sede do posto zootécnico, mas constituindo seções isoladas, independentes e racionalmente articuladas num pátio: cavalariças, vacaria, pocilga, mangueiras, medas de feno e palha, bebedouro-banho e galinheiro. As estrumeiras ficavam um pouco afastadas, mas dentro do conjunto[102].

Uma estrada *decauville* de bitola simples devia percorrer todos os setores do posto zootécnico, a fazenda modelo e a destilaria, devendo ser previamente instalada para facilitar o transporte dos materiais de construção.

Na primeira categoria dos elementos constituintes da escola está a *fazenda-modelo*. É o setor do ensino prático, por excelência. Nela deviam predominar os mesmos princípios da simetria, independência relativa e suficiente concentração, para a agilização dos serviços práticos e fiscalização dos trabalhadores. Era guarnecida com de um vasto pátio, ficando-lhe à esquerda uma série de armazéns; à direita, a destilaria e pequenas oficinas. Separando as duas alas, um jardim alojando as caixas d' água, uma das quais prestando-se a demonstrações práticas de piscicultura. Na entrada geral, a balança de carros e o escritório. No fundo, fechando o pátio da fazenda-modelo, o pavilhão da exposição permanente dos aratórios e dos adubos químicos. Outras edificações: o sobrado destinado aos politécnicos e aos



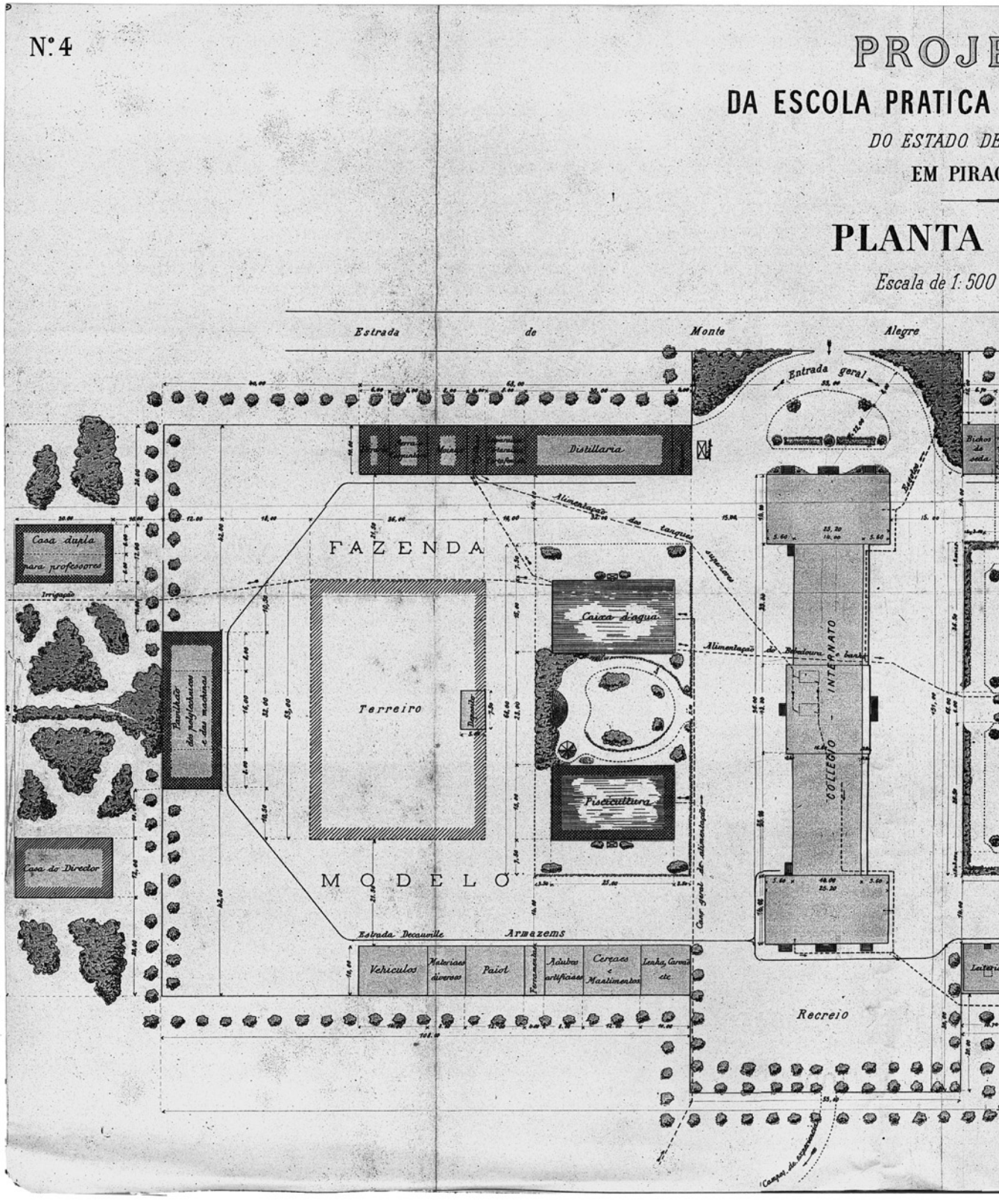


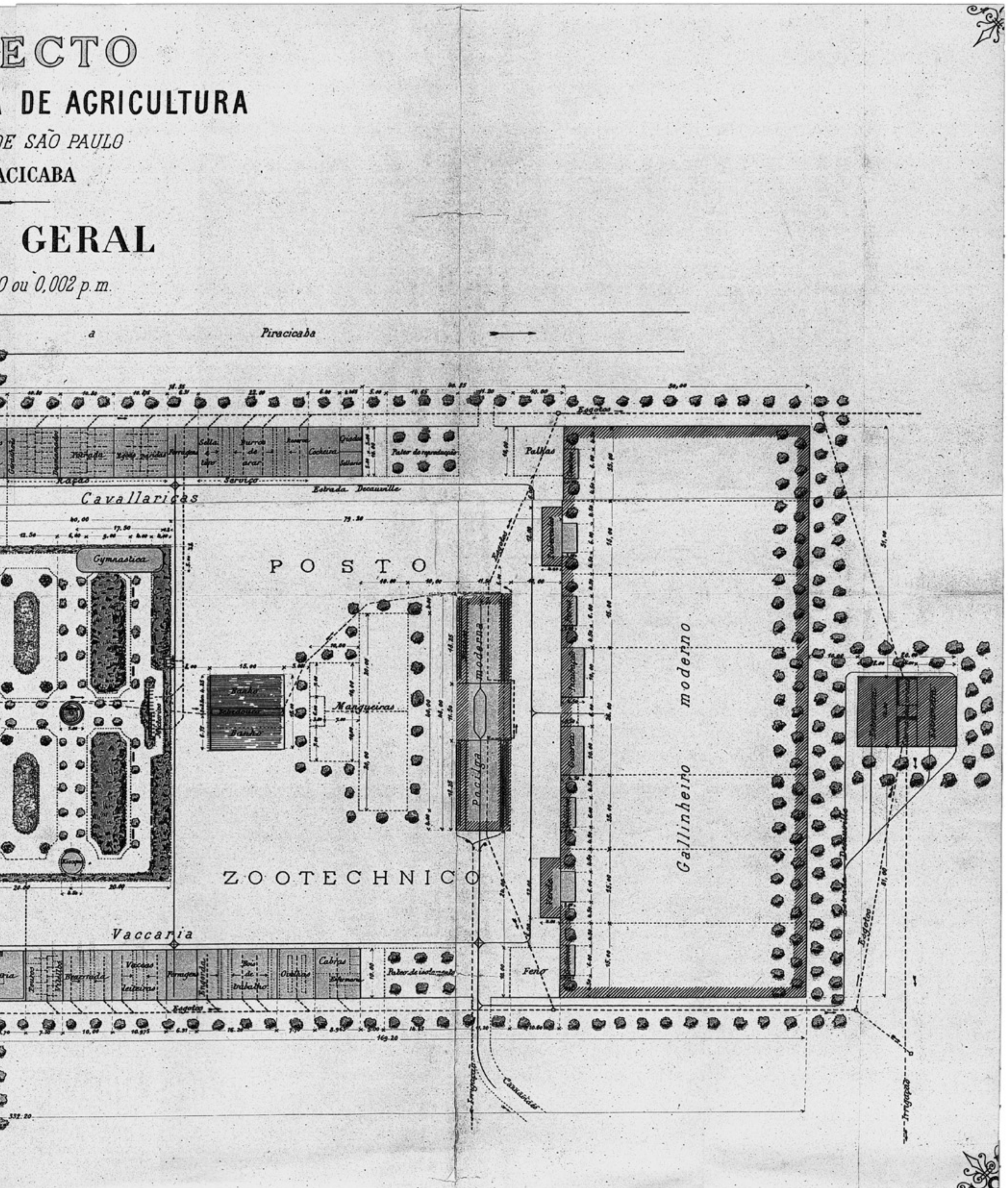
DE CIMA P/ BAIXO

Fig. 11. Posto Zootécnico: cavalariças. Planta nº 8, escala 1:100, ou 0,01 p.m. Anexo de Plantas ao Projeto de Organização da Escola Prática de Agricultura, foto.

Fig. 12. Pocilga Moderna. Planta nº 09, escala 1:100 ou 0,01 p. m. Anexo de Plantas ao Projeto da Escola Prática de Agricultura, foto.

Fig.13. Planta Geral nº 04, Escala 1:500, ou 0,002 p.m. Anexo de Plantas ao Projeto da Escola Prática de Agricultura, foto.




ECTO
A DE AGRICULTURA
DE SÃO PAULO
ACICABA
GERAL
0 ou 0,002 p.m.
a Piracicaba
Cavallariças
Estrada Decauville
Gymnastica
POSTO
Mangueiras
Pocilga moderna
Gallinheiro moderno
ZOOTECHNICO
Vaccaria
Palhas
Feno
Esgotos
Irrigação

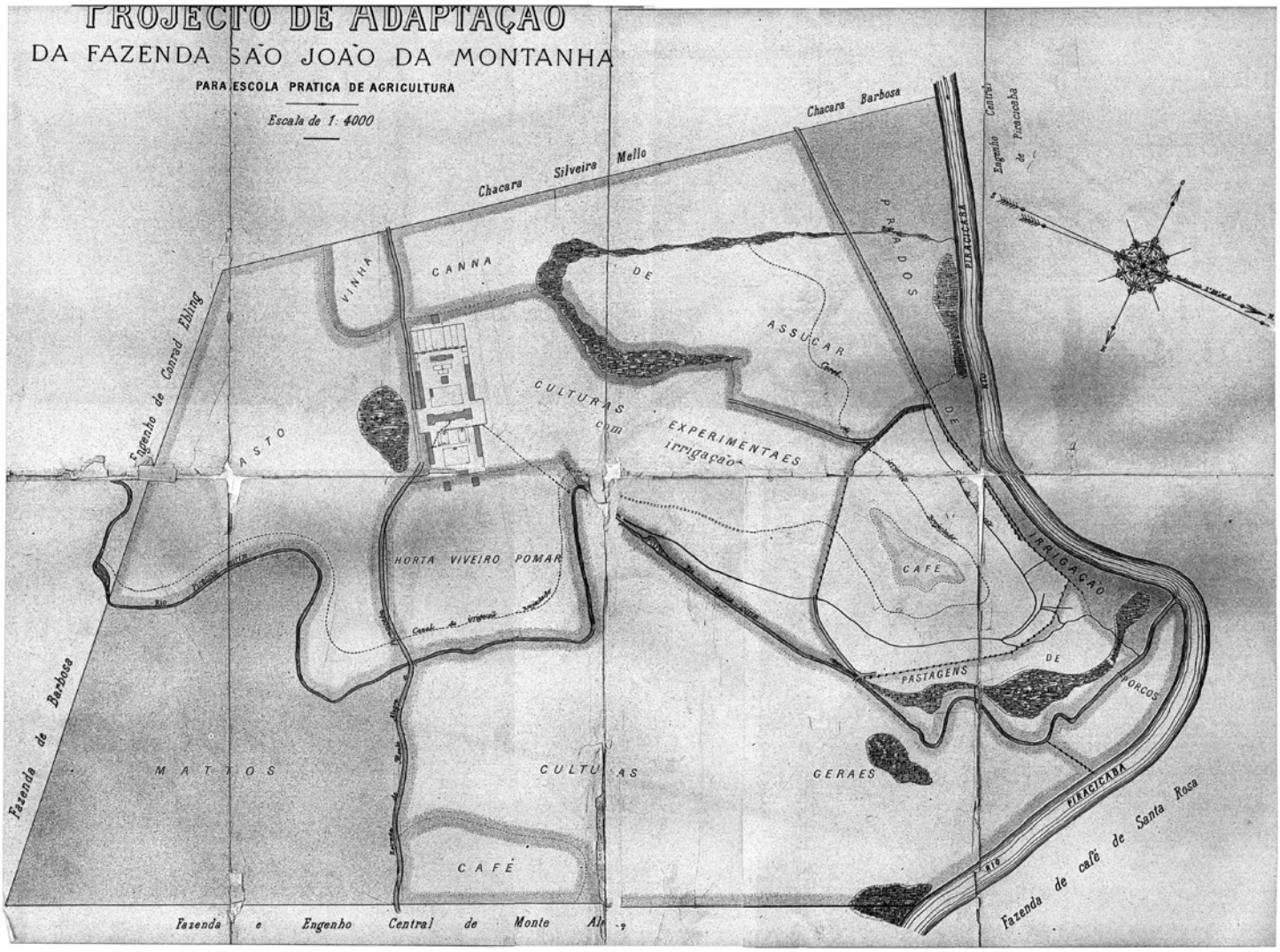


Fig. 14. A Fazenda São João da Montanha, em 1894. Planta nº 02, Escala 1:4000. Anexo de Plantas ao Projeto da Escola Prática de Agricultura, foto.

auditores, a casa do diretor do estabelecimento e a casa dupla para professores casados[103].

Na segunda categoria dos elementos constitutivos da escola, estavam compreendidos os *campos de experiência e cultura* e os diversos *grupos de animais,* bem como as operações peculiares da lavoura e do campo.

Os *campos de experiência e cultura*. As áreas de pastos, capoeiras e terrenos de culturas da Fazenda São João da Montanha deviam prestar-se ao sistema de cultivo intensivo, prática característica da agricultura moderna. Nesse sentido, a escola agrícola prática devia converter-se em instrumento suficiente para o "*rompimento aberto com a rotina*". Estavam previstos o *cultivo experimental do café e o cultivo comercial da cana-de-açúcar*, com a fabricação de aguardente numa destilaria aperfeiçoada; o plantio das *culturas correntes* de milho, feijão, batata, mandioca, arroz; o plantio das *culturas experimentais*, fumo, algodão, videira. Os *Campos* deviam alojar, ainda, horta, pomar, parque botânico e prados artificiais. As reservas de mata deviam prestar-se aos estudos florestais.

O seu plano de cultura previa o tratamento anual da maior parte da fazenda, com todas as características da cultura intensiva, incluindo-se o maquinário da lavoura moderna para as arações profundas, as drenagens e a irrigação. Estava prevista a construção de estrumeiras, e técnicas de adubação, e o tratamento dos fertilizantes minerais para a correção das terras cansadas.

Os *grupos de animais*. Este item abrangia os animais de trabalho e aqueles que correspondiam à indústria pastoril moderna, que operava com animais de raças aperfeiçoadas: "[...] sob o ponto de vista da riqueza das nações (que é a suma das riquezas particulares)", Morimont julgava necessário proceder à substituição do rebanho paulista, constituído de raças degeneradas, por animais aperfeiçoados e valiosos no mercado de capitais[104]. Para que um novo e aperfeiçoado rebanho pudesse atender às necessidades dos agricultores, fazia- se indispensável multiplicar os núcleos zootécnicos destinados ao aprimoramento das raças adequadas a cada região: "[...] o Posto Zootécnico da Escola Agrícola Prática constituirá, ao mesmo tempo, a mais natural demonstração prática do indispensável Curso de Indústria Pastoril"[105].

A educação técnica em Agricultura

Na *Primeira Parte, item III,* Morimont tratava da organização da escola prática de agricultura, sob o aspecto didático-pedagógico, introduzindo a concepção modular de currículo técnico, generalizante para ensino das ciências básicas e as ciências aplicadas. Ele abordava o elenco das disciplinas e dos seus conteúdos programáticos, a metodologia do ensino (teórico, demonstrativo e prático)

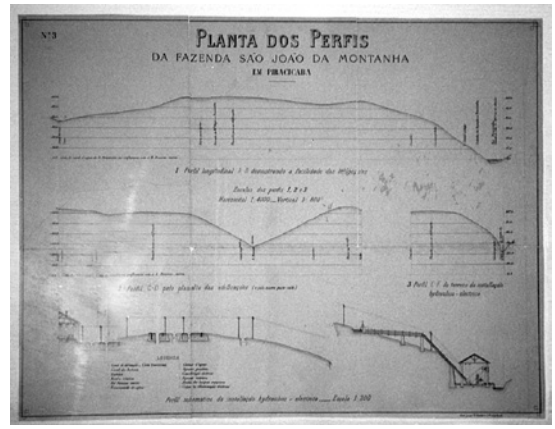


Fig. 15. Perfis da Fazenda São João da Montanha. Planta, escala 1:200. Anexo de Plantas ao Projeto da Escola Prática de Agricultura, foto.

e o cronograma das atividades planejadas para o curso de três anos. Incluía proposta de regulamento, de organização do corpo docente e dos funcionários e a avaliação orçamentária.

Programa. Morimont sugeria que os futuros lentes organizassem os seus conteúdos programáticos no quadro da elaboração esquemática dos *seis campos de saber teórico-experimental* com virtualidade prática, ou, como diremos, *núcleos modulares*, que julgava indispensáveis numa escola técnica. A tais módulos, seis ao todo e de igual peso, corresponderiam as *cadeiras* com as disciplinas e os conteúdos programáticos.

1. *Agricultura*. Compreendia: cultura geral e culturas especiais. Incorporava horticultura e arboricultura. Esta seria completada por um curso de economia rural e florestal.
2. *Engenharia Rural*. Incluía: matemática, desenho linear, agrimensura, elementos de mecânica, motores e aparelhos agrícolas, drenagem, irrigação e construções rurais.
3. *Ciências naturais*. Abrangia as ciências físico-químicas e naturais a partir dos elementos de física, meteorologia e química, rudimentos de mineralogia, geologia e zoologia, botânica e herborizações, exercícios de microscopia e trabalhos de laboratório. 4. *Zootecnia e indústria*

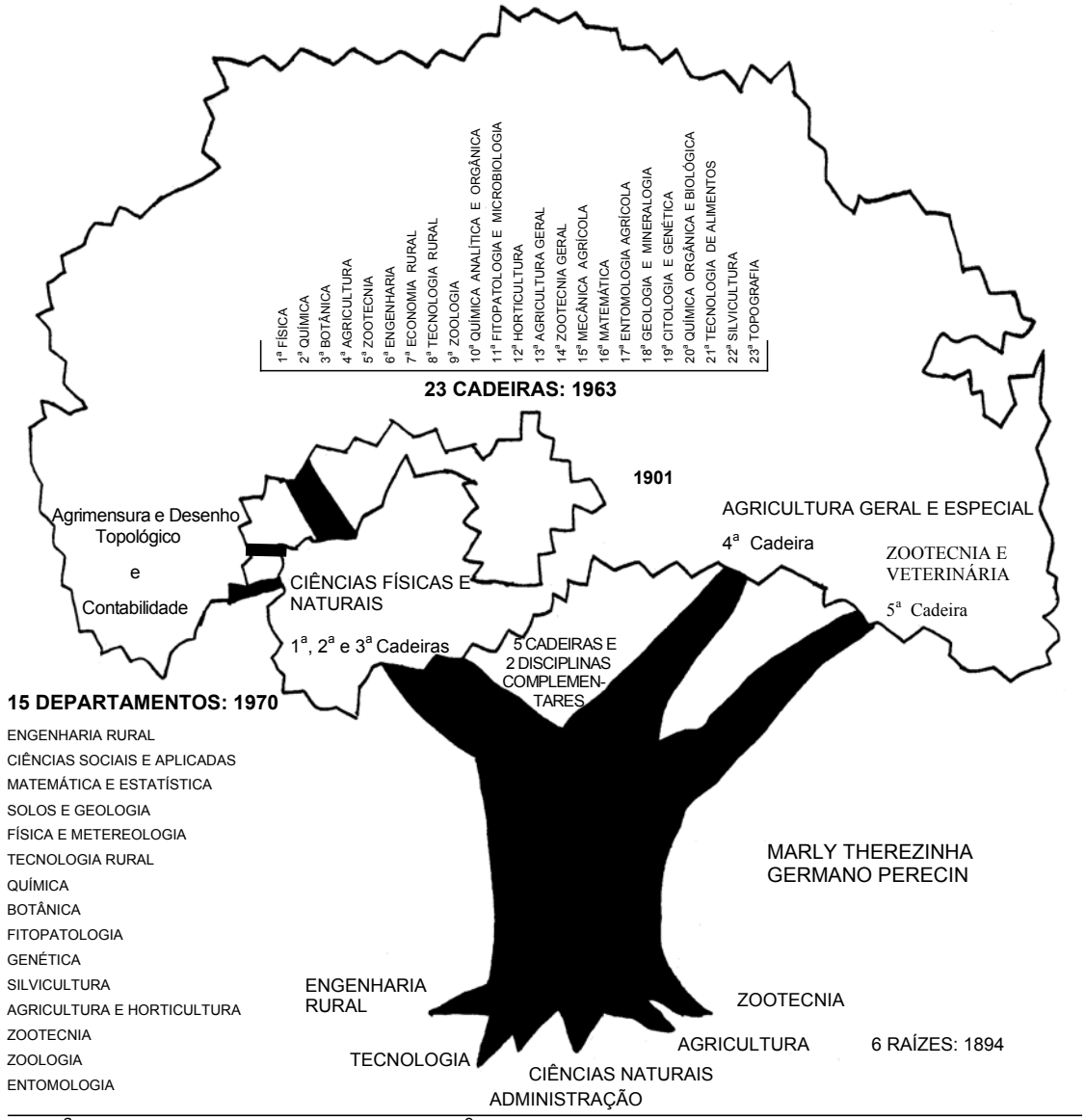


Fig. 16. A Árvore do Saber: As seis raízes plantadas por Morimont sustentaram o Saber Agronômico. Concepção alegórica sobre a evolução das cadeiras e dos departamentos até 1970.

pastoril. Compreendia: anatomia, fisiologia animal, higiene, alimentação racional e engorda e criação dos animais domésticos. 5. *Tecnologia*. Abrangia o conhecimento sobre as indústrias agrícola principais do país.
6. *Administração*. Compreendia preceitos de moral cívica, princípios de direito, escrituração, contabilidade e contratos[106].

Observamos que a composição modular do saber teórico-prático do projeto de Morimont prevaleceu na implantação da Escola Prática de Agricultura "Luiz de Queiroz", em 1901, norteando a sua evolução (Fig. 16). O que se concretizou naquela época foi resultado de mutilações anteriores, sob as influências do projeto nº 142.1895, de Arthur Prado de Queiroz Telles e do projeto nº 25.A-1898, de Francisco Malta[107]. Em relação ao Projeto

Morimont, a mutilação foi brutal, justificada apenas em razão das dificuldades econômicas e da premência do prazo para a implantação da escola. Eram mantidos os três módulos de *agricultura*, *zootecnia, ciências físicas e naturais*, entrando como *disciplinas complementares* a agrimensura e o desenho topológico (reminiscência do módulo de engenharia rural) e contabilidade, a substituir o módulo de Administração (Fig. 16).

Regimento da escola. Morimont apresentava um esboço para alguns dos itens básicos. Nele eram definidos os agentes que a escola devia formar como profissionais práticos da agricultura: o administrador da fazenda e o futuro proprietário. Assim, estabelecia a idade mínima de quinze anos para o candidato portador de escolaridade mínima (curso primário ou primeiras letras). Esse devia submeter-se a um exame de admissão e ao pagamento de uma pensão razoável, excetuando-se alguns alunos bolsistas, escolhidos por meio de exame entre candidatos indicados pelas instituições de desamparados. Alunos bolsistas financiados pelo governo, isso não era idéia nova; o projeto simplesmente a endossava.

Era prevista uma longa jornada de estudos e trabalhos dentro do regime de internato, dispensando-se as férias escolares, porque o curso era prático e o alunado, no seu dizer, não corria risco de *surmenage* intelectual, apesar da agenda diária apertada, desde as 4h30, no verão, ou 5h00, no inverno, observados os intervalos para refeições, recreio e descanso. Manhã: estudos e trabalhos de campo, terreiro, estábulos e oficinas. Tarde: aulas, argüições, exercícios de desenho e laboratórios. Final da tarde: estudos. A tabela da distribuição diária do tempo, durante os três anos de duração do curso, demonstrava o grande empenho em racionalizar as horas aplicadas em atividades escolares teóricas e práticas (oito horas), em estudos (quatro horas), com relação as outras doze horas restantes, reservadas para as em refeições, recreação e sono.

A preocupação metodológica consistia em informar por meio de conteúdos teóricos passíveis de experimentação e demonstração nos gabinetes e salas de aula do colégio-internato, para depois pô-los em prática nos campos de cultura e experiência e no posto zootécnico. Chegar a termo, significava viabilizar a teoria e a prática pelo método experimental, concretizar o ensino pela indissociação dos estudos teóricos dos trabalhos práticos, num esquema serial adequado ao curso de três anos, a ser desenvolvido na globalidade do projeto de escola, a partir dos seus principais elementos constituintes, colégio-internato, posto zootécnico e fazenda-modelo. A carga horária dos trabalhos teóricos tendia a decrescer, da 1ª para a 3ª série do curso, enquanto inversamente, aumentava a carga relativa aos trabalhos práticos[108].

Como proposta final, o curso da escola agrícola prática oferecia o treinamento intensivo do aluno-agrônomo até formar o profissional prático da agricultura. No terceiro ano, os agronomandos deviam estar aptos para (dentro das turmas) assumir, alternadamente, a direção semanal simulada, mas com "execução prática" de todos os serviços da fazenda e do posto zootécnico, assim como da fazenda de café de um proprietário vizinho, ou de um engenho (sugeria-se o Engenho Central).

Formas de avaliação: 1) as turmas deviam prestar contas dos serviços sob a forma de conferências ou argüições; 2) haveria exames anuais, práticos e teóricos, devendo pesar nos

resultados finais as notas de aproveitamento, diárias ou semanais; 3) na conclusão do curso, após a realização dos exames finais, os alunos teriam o prazo de três meses (férias) para a elaboração do seu relatório-tese sobre uma cultura, fazenda, indústria pastoril ou tema da sua escolha, dentro da sua especialidade. A tese se destinava à classificação dos agrônomos diplomados.

Ao terceiranista diplomado a escola garantia a qualificação para a administração de fazendas e indústrias agrícolas, enquanto o governo de São Paulo devia conceder-lhe preferência na admissão à carreira burocrática nas repartições administrativas e nos serviços agrícolas. Julgava insuficiente qualificar técnicos na agropecuária e na agroindústria, mas também burocratas do serviço estadual. Morimont desejava que o governo oferecesse aos melhores alunos bolsas de estudos no exterior, para aperfeiçoamento do saber agronômico, como um mecanismo adicional de estímulo à carreira.

Corpo docente. A distribuição dos profissionais docentes na organização modular privilegiava os engenheiros agrônomos e industriais que, futuramente, sairiam da Escola Politécnica, já tomada por referencial de qualidade em 1895.

Engenheiros agrônomos podiam ser designados para os cargos de diretor, subdiretor, lentes catedráticos em agricultura e economia rural e chefes do laboratório agrícola regional. *Engenheiros industriais* podiam ocupar cargos de lentes catedráticos em engenharia rural e tecnologia agrícola ou de técnicos do estabelecimento. *Médico veterinário* podia ser lente catedrático de zootecnia e indústria pastoril, preposto do posto zootécnico e inspetores veterinários da região. O d*outor em ciências naturais* podia ser lente catedrático de ciências naturais, químico ajudante e micrógrafo do laboratório agrícola regional. O *horticultor* diplomado podia ser jardineiro-chefe, professor de horticultura e arboricultura. O *professor normalista* podia ser secretário da escola, encarregado de curso primário complementar, professor de contabilidade e direito rural[109].

Na última parte do item III, Morimont tratava das previsões relativas ao *orçamento anual*, ponderando os lucros e os prejuízos de uma unidade voltada para a produção, de forma a não exceder os cem contos de réis. O posto zootécnico e a fazenda-modelo deviam gerar renda, o que muito contribuiria no abatimento das despesas e, principalmente, geraria lucros anuais para ser reinvestidos em benefício de seu aprimoramento.

Na Primeira Parte, item IV, apresentado um *plano de cultura* e de *criação* adaptado à realidade brasileira e aos 131,5 alqueires da Fazenda São João da Montanha, seguindo os modernos critérios agronômicos que deviam embasar o sistema cultural de agricultura intensiva, conjugado às aplicações da economia rural. Eram apresentados os *métodos de afolhamento decenal* (rotativo) com a cana-de-açúcar: fora do afolhamento, com alfafa, horta, viveiros e pomares, arroz, mandioca; com as culturas experimentais para fins comerciais (fumo, algodão, videira e café); e com as culturas alimentares.

O seu sistema de afolhamento decenal para os cem hectares[110] previstos de cana-de-açúcar associava o costume de aproveitamento das socas e das ressocas com os métodos de fertilização do solo por alternância de plantas cerealíferas (milho), tuberculosas (batata) e leguminosas (feijão)[111].

Morimont buscava demonstrar que o

afolhamento intensivo alternava a cultura industrial para o mercado (cana), com cereais graníferos para ração dos animais, com leguminosas para o abastecimento do colégio-internato e com tubérculos para a engorda do gado suíno. A experimentação proposta para uma área de dez alqueires de terra num afolhamento decenal traria por rendimentos: 40 ha de cultura industrial, 30 ha de cereais, 10 ha de leguminosas, 10 ha de tubérculos e 10 ha de alqueive com tratamento completo. Era o que propunha como amostra de uma cultura intensiva dentro do método de afolhamento decenal, num rendimento final de 100 ha[112].

Numa outra amostra para culturas *fora do método de afolhamento*, relativas a áreas variantes, eram previstos 12 ha de prados artificiais irrigados, com alfafa, capim-angola e outras forrageiras (havendo o solo recebido cuidados e estrumação), 17 ha de horta, viveiros, pomares, 5 ha de arroz, 3 ha de mandioca, 6 ha de culturas experimentais (fumo, algodão e videira) e 7 ha de café. Totalizavam-se 50 ha Os produtos finais eram destinados ao consumo interno e ao mercado.

No item *diversos*, Morimont incluía pastos (75 ha), culturas de colonos (25 ha), matas (50 ha), construções, caminhos, rios, brejos (19 ha), totalizando 169 ha Os finais totais correspondiam a 319 ha de cultivo na Fazenda São João da Montanha, ou seja, 131,5 alqueires paulistas (3.182.300 metros quadrados).

Na *discussão do sistema cultural*, Morimont defendia a cultura intensiva para o Brasil, apesar da sua grandeza territorial e da fraca densidade demográfica (2 habitantes/km²). Previa que o sistema cultural intensivo devia substituir o antigo sistema extensivo brasileiro, não só por razões de economia rural, como de estratégia de política agroexportadora para São Paulo. Deter o avanço das frentes pioneiras na fronteira agrícola era a alternativa mais apropriada para se refrear a superprodução monocultora do café e minimizar os efeitos do descontrole dos preços no mercado.

Tinha a oferecer o *sistema cultural intensivo* próprio da agricultura moderna e um exemplo de economia rural, para São Paulo e para o Brasil. Apresentava por modelo e ponto de referência a Escola Prática de Agricultura de Piracicaba, o que se promovia no interior da Fazenda São João da Montanha, dadas as suas condições de população (trezentos habitantes, entre pessoal e alunado) e grande aglomeração de animais (mais de mil cabeças), compatíveis com a área disponível[113].

A agricultura como sistema produtivo devia se submeter a um plano de cultivo e criação, plantas e animais. No seu *plano de criação* de animais de trabalho e de indústria pastoril para a escola prática de agricultura, previa um pequeno rebanho constituído por muares, gado cavalar, bovino, lanígero, suíno e criação miúda, num total de 972 animais. Permaneciam indissociáveis estudo e produção[114].

Instrumentação de Engenharia

Na segunda parte do projeto técnico, Morimont discutiu a adaptação da Fazenda São João da Montanha ao projeto global da escola prática de agricultura, em função das condições fisiográficas do local, particularizando três setores:

1. Setor topográfico e hidrográfico da fazenda, no qual estudava, em vista de sua futura utilização, o regime das águas do Piracicamirim e os materiais ali existentes adequados à construção. Considerava a racionalidade do local escolhido por Luiz

Vicente de Souza Queiroz, sobrepondo os estudos de hidráulica e eletricidade, tendo em vista a construção de uma usina para obtenção de força motriz, iluminação, irrigação e abastecimento para o colégio, o posto zootécnico e da fazenda-modelo, o que exigiria obras de engenharia: açude, canal de irrigação, bomba elevadora para os 2.000 m³ diários de água. Reconhecia haver abundância de recursos locais e regionais, a escola estava bem servida de caminhos, distando apenas três quilômetros da cidade. Deixou um estudo completo, dadas as condições da época, sobre o aproveitamento do Piracicamirim, em seu potencial hidráulico e elétrico[115].

2. Quanto à racionalidade do local escolhido para a edificação do colégio-internato e todas as suas dependências, julgava encontrar-se reunidas na Fazenda São João da Montanha as mais desejáveis condições de altitude, ventilação perfeita, salubridade, bom solo, facilidade de comunicação, excelência de materiais de construção etc.

3. Completavam suas observações, um estudo sobre os aparelhos de cultura, no qual ele sugeria a manutenção de uma exposição permanente de aratórios e adubos químicos, anexa ao museu agrícola. Julgava indispensável a apresentação de arados e maquinismos modernos, juntamente com sementes e adubos químicos, que seriam colocados à disposição dos lavradores, a baixo custo. Estimulação e empenho eram estratégias a serviço da modernização da agricultura que se buscava numa escola e numa fazenda-oficina, a exemplo do que se fazia em Gembloux.

Para sensibilizar os parlamentares e os agrossenhores de São Paulo, referia-se à importância que tomavam os aratórios no amanho da terra, bem como ao rápido e econômico desempenho que eles proporcionavam ao desenvolvimento das lavouras em todas as suas fases, do trato da terra à colheita. Buscando convencer sobre a necessidade de mudança de hábitos, argumentava com exemplos: um bom cultivador, puxado por um ou dois burros, tinha a capacidade de substituir dez enxadas em terreno regular; um Brabant-duplo, com três juntas de bois, surribava a um pé de profundidade, removendo mais terra e de modo melhor do que 25 enxadões. No seu entendimento, a questão tornava-se de extrema relevância num país como o Brasil, carente de mão-de-obra, mas dotado de uma economia que permitia levantar capitais[116].

Reforçar esse objetivo era familiarizar os futuros agrônomos e administradores de fazenda com o manejo dos maquinismos agrícolas, a exemplo do que também se praticara com êxito nos EUA. Lembrava as dificuldades de braços enfrentadas por essa nação no desenvolvimento da sua agricultura e a importância da utilização, em grande escala, dos aparelhos aperfeiçoados de cultura. Dentro desse espírito utilitário, justificava a introdução das cadeiras de engenharia rural (com o curso de mecânica agrícola) e tecnologia na grade curricular da escola a ser criada, como uma das aplicações necessárias ao vasto campo do saber agronômico.

Retomando a questão da metodologia do ensino na escola, lembrava que o curso de mecânica agrícola devia incluir todos os elementos necessários para a demonstração prática. Da mesma forma, o curso de indústria pastoril teria no posto zootécnico, a base para estudos específicos e demonstrações práticas; o de agricultura teria, nos campos de experiências, a aplicação natural dos

conhecimentos agronômicos (que Morimont chamava de doutrinas agronômicas).

Transcendendo à própria clientela escolar, haveria espaço para as conferências práticas especiais para os lavradores e também para consultas gratuitas presenciadas pelos alunos. Parte nobre da missão de uma escola prática de agricultura era divulgar, simultaneamente, os aparelhos e maquinismos aperfeiçoados da lavoura, os adubos complementares do estrume e as sementes mais recomendadas para as produções[117].

A escola somente se completaria quando estivesse equipada com um laboratório de análises químicas de terras, adubos e produtos industriais. Tendo o lavrador necessidade de estrumar racionalmente sua terra (ou seja, fornecer-lhe os elementos nutricionais indispensáveis à planta), a escola poderia indicar-lhe os percentuais indispensáveis do adubo adequado e específico, bem como o melhor modo de vir a ser manipulado e utilizado, onde ir buscá-lo e por qual preço no mercado mundial. Em decorrência, Morimont previa a organização de um *laboratório químico regional*, onde deveriam aperfeiçoar-se os agrônomos diplomados. A aquisição de adubos pelos lavradores era feita por importação da Europa, a preços altíssimos[118].

Na terceira parte, Morimont discutia os orçamentos parciais das construções, a usina hidrelétrica, os maquinismos, o mobiliário, os animais, e anexava um orçamento geral para a instituição.

Destacamos do Orçamento Geral as avaliações para o *colégio-internato* (construções, aparelhamento e mobiliário), 250:744$000; para o *posto zootécnico* (construções, aparelhamento e animais), 153:067$000; para a *fazenda-modelo* (construções e maquinismos), 95:353$000; para os *anexos* (construções, material e mobília), 78:000$000; para a *instalação hidráulica-elétrica e decauville,* 79:371$000. Total Geral: 656:535$000. Isso era o calculado para a instalação efetiva da escola no prazo de três anos (1898), embora ele defendesse a execução parcelada das partes, a fim de possibilitar o funcionamento em 1897. Estava incluído um *orçamento anual para o funcionamento da escola* (referente ao pessoal técnico e às despesas com a organização das culturas e campos de experiências) no valor de 75:000$000[119].

Morimont estabeleceu o seguinte cronograma, para facilitar a aplicação das verbas: *1895/1896*, construção do colégio-internato, que poderia receber a primeira turma de alunos; *1897*; inauguração da escola. *1897/1898,* organização das seções essenciais do posto zootécnico e fazenda-modelo[120].

A Lei Nº 367, de 03.09.1895[121]

O modelo europeu que Morimont buscava adaptar à realidade paulista não foi aceito sem resistências pelo plenário de agrossenhores e representantes das elites no Legislativo, a despeito do aval do Executivo. Entre os meses de março e setembro de 1895, o Projeto Morimont se defrontava com a oposição dos membros da câmara. O deputado Arthur Prado de Queiroz Telles apresentou um projeto alternativo, uma simplificação dos seis campos de saber, que conservava intactos os módulos de agricultura, ciências físicas e naturais, zootecnia e engenharia rural, e englobava tecnologia e administração num único módulo, num total de cinco módulos. Não foi aprovado.

A Comissão de Agricultura, Colonização e Imigração apresentou outra versão do projeto

modular de Morimont, que viria a se viabilizar na lei nº 367 de 03.09.1895. Quando se buscou a persuação e o consenso do plenário, pesaram os interesses na diversificação da produção agrícola, que poderia beneficiar o modelo agroexportador, bem como a política dos núcleos coloniais e da imigração em geral.

Características da Lei. Mantinha-se a concepção original de Luiz Vicente de Souza Queiroz: uma escola de grandes dimensões, destinada a formar agrônomos de nível médio, dotada de colégio-internato aumentado de oitenta para cem alunos. O conhecimento que se pretendia viabilizar apoiava-se numa organização curricular adequada ao curso serial de três anos de duração (art. 2º e 3º da lei). Os módulos (campos de saber) incorporavam "matérias" formando um elenco de disciplinas provenientes das ciências básicas e das ciências aplicadas ou técnicas (Art. 3º, itens a-g). A organização curricular abrangia os campos de saber teórico e prático, inclusive todas as atividades educacionais programadas, como os exercícios demonstrativos e experimentais desenvolvidos pelas diferentes cadeiras, no laboratório e nos gabinetes, bem como os exercícios práticos, nos campos de experiência e demonstração da fazenda modelo e no posto zootécnico (Art. 4º).

O texto da lei guardou correspondência com o projeto original de Morimont, promovendo-se o consenso legitimador dos seis módulos previstos para uma escola de nível médio para candidatos portadores de escolaridade prévia. As exigências de Morimont, dos pré-requisitos de curso primário completo e de idade mínima de quinze anos foram alteradas. Era a seguinte disposição dos módulos:

1º Módulo*: ciências físicas e naturais*, incorporava matemática elementar e desenho (retiradas de engenharia rural, que desaparecia); física e meteorologia; química, geologia e mineralogia; botânica e zoologia (era acrescentada a entomologia e excluída a herborização) (art. 3º, itens a e b).

Observa-se que o original de Morimont incluía arboricultura em agricultura e herborização em botânica. Outra modificação: esse módulo era desdobrado em dois itens: a) revisão das matemáticas elementares e desenho; b) noções de física e meteorologia, química, botânica e entomologia, zoologia, geologia e mineralogia.

2º Módulo: agricultura geral, incorporava agrologia, química agrícola, culturas especiais, horticultura, arboricultura e viticultura. Era introduzida a viticultura, em conseqüência da defesa do dr. Pereira Barreto, bem como química agrícola no campo da agricultura, reforçando-se arboricultura e horticultura (Art. 3º, item c).

3º Módulo: *zootecnia*, que era acrescida de veterinária elementar, como se procedida em Gembloux (Art. 3º, item d).

4º Módulo: *agrimensura*, substituía a designação "engenharia rural" como denominação do campo de saber, sendo excluída matemática e o desenho, que eram transferidos para o primeiro item do 1º módulo. Passava a incluir: nivelamento, mecânica agrícola, drenagem, irrigação e construções rurais (art. 3º, item e).

5º Módulo: *principais indústrias do país*, substituía a designação "tecnologia" como denominação do campo de saber. Os temas pertinentes eram: açúcar e laticínios, como em Grignon, e preparo de adubos (que era oferecido por Morimont em agrologia,

incluído no módulo de agricultura) (art. 3 º, item f).

6º *Módulo: economia rural e florestal*, substituía a designação "administração" como denominação do campo de saber, sendo esta incorporada a seu conteúdo. Esse campo era assim denominado no sistema de ensino francês, tanto nas *écoles pratiques* quanto nas *écoles nationales* de economia e legislação rural. Em Gembloux (*Institut de l'Etat*), ele era designado por economia social e rural e incluía noções de legislação, contratos e contabilidade agrícola (art. 3º, item g).

Observa-se que a inovação vinha por conta de economia, que não era mencionada por Morimont (apenas subentendida). Quando se inaugurou a escola, em 1901, a mesma era reduzida à disciplina contabilidade, juntamente com administração e legislação. Era mantida a proposta didático-pedagógica de formar o agrônomo (art. 11º), após três anos de experiência educacional (art. 3º), num curso ministrado em nível secundário (art. 8º, parágrafo único). Os pré-requisitos para se cursar a escola diziam respeito à idade mínima do candidato, dezoito anos (contra os quinze anos exigidos no projeto Morimont) e a escolaridade em nível médio, ou seja, alunos habilitados nos cursos das escolas complementares do Estado, com comprovação dos exames prestados. Mais tarde, os exames de equivalência seriam chamados de "preparatórios" por serem complementares para os que não possuíssem o curso de ginásio oficial, ou das escolas complementares, bastante raros na época.

Em relação ao Projeto Morimont, observam-se alterações curriculares, no nível de ensino e nas exigências de escolaridade prévia e de idade para os candidatos, indicando mudanças com relação ao rumo anterior, que distanciavam o curso com relação ao da *école pratique*, de grau médio inferior, e o aproximava do modelo da *école nationale* do tipo de Grignon, de grau médio superior, com conseqüente avanço na linha da teorização. Essa disposição deixava a lei nº 367 de 03.09.1895 em desacordo com a lei do Serviço Agronômico, lei nº 678 de 13.09.1899, em seu art. 3º, que previa o ensino profissional agrícola a ser implantado na Fazenda São João da Montanha, porém, em nível elementar.

Em sua tentativa de adaptar o ensino agronômico europeu às necessidades brasileiras, Morimont não especificou o grau da escola pretendida, mas deixava muito claro seu posicionamento em nível inferior ao da Escola Politécnica, formadora de agrônomos científicos; ao determinar a escolaridade prévia (ensino primário completo) para a escola prática de agricultura, ele a fazia corresponder ao grau médio. Na verdade, Morimont estava muito mais preocupado com a natureza prática do ensino do que com o nível da teorização. Em sua generalização, ele pressupunha campos de saber ou módulos correspondentes a vários conteúdos, de acordo com as disciplinas. A lei nº 367, de 03.09.1895, corrigia em parte essa generalização. Os módulos permaneciam em número de seis, mas o primeiro (ciências físicas e naturais) desdobrava-se em dois itens, revelando o surto expansionista da cientificação.

A matrícula impunha uma barreira seletiva cultural e econômica, que interditava a escola ao pequeno proprietário, ao trabalhador da lavoura, aos segmentos urbanos de baixa renda, por fixar a anuidade escolar em 450$000, além da taxa adicional de matrícula, 50$000 (artigos

9º e 10º). A dispensa de pagamentos se fazia em regime de exceção, para alunos pobres e com a escolaridade exigida, numa cota prevista de dez candidatos bolsistas (11º art., parágrafo único).

Morimont deu-se por satisfeito com a aprovação das linhas gerais do seu projeto pelo Legislativo paulista. Bernardino de Campos sancionou a lei nº 367 de 03.09.1895, que jamais foi regulamentada. Jorge Tibiriçá Piratininga apresentara o Projeto Morimont ao chefe do Executivo, em 26.03.1895, dias antes de se retirar da Secretaria para candidatar-se ao Senado, mas contava com o apoio do seu sucessor Theodoro Dias de Carvalho Júnior. Jogara o peso do seu prestígio político e do da família – sendo filho de João Tibiriçá Piratininga, a quem o PRP tanto devia nos primórdios da sua organização – e obteve o apoio de Bernardino de Campos, outro histórico convencional de Itu (1873), o qual exerceu pressão sobre o Congresso, para a aprovação da lei. Não contava com duas ordens de obstáculos: o presidente do Estado se achava prestes a encerrar o mandato e o Legislativo também devia ser renovado em abril de 1896. Não houve tempo hábil para a regulamentação efetiva da lei, que permaneceu sem vigência até ser substituída, dois anos mais tarde, pela lei nº 587, de 31.08.1898.

Pela primeira vez, aparecia no Congresso paulista um projeto global de ensino técnico agrícola para os jovens portadores de escolaridade primária, destinado à cidade de Piracicaba, elaborado após debate entre dois especialistas interessados, Jorge Tibiriçá Piratininga, agrônomo formado pela famosa escola alemã de Hohenheim, e Morimont, pelo Institut de Gembloux, da Bégica. Recebia a total aprovação do Secretário:

> [...] o ensino da futura escola deveria ser, antes de tudo, prático, já porque a isso se prestava admiravelmente a fazenda, já porque assim completava-se o ensino agrícola do Estado, que terá a sua parte essencialmente científica na seção agrícola da Escola Politécnica e a de investigação no Instituto Agronômico de Campinas[122].

Luiz Vicente de Souza Queiroz fora o idealizador da escola e o criador do projeto original a ser implantado na Fazenda São João da Montanha. Léon Alphonse Morimont deu-lhe o projeto global de ensino e introduziu o modelo prático de grau médio, formulado a partir da experiência européia. O Congresso aprovou a lei nº 367. Porém, a implantação do projeto viria a esbarrar na pendência da aprovação das dotações orçamentárias.

A sucessão no governo paulista, com Manuel Ferraz de Campos Sales, mudou o enfoque com a relação à Escola Prática de Agricultura de Piracicaba. Uma questão financeira, associada aos custos do projeto, chamava a atenção dos setores administrativos, convertendo-se em obstáculo incontornável, durante a crise da cafeicultura. No item referente ao orçamento da despesa, atingira-se a cifra de 656:535$000, quantia considerada insuficiente em 1895. A saga vivida pelo engenheiro Morimont na Fazenda São João da Montanha, em Piracicaba, era em grande parte conseqüência da insensibilidade dos primeiros governos perrepistas com relação ao tema da educação secundária. A introdução do ensino técnico agrícola pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, inexperiente nesse campo, foi uma atitude corajosa, mas se defrontou com a crise da cafeicultura e com dificuldades financeiras, que atigiram o Estado de São Paulo no último lustro do século XIX.

Notas

1. Cf. *Correspondência* de Léon A. Morimont, carta ao Secretário, datada de 04.03.1894, ME.
2. Morimont fora nomeado em decreto de 17.12.1893, mas desde 07 de dezembro, achava-se instalado na Fazenda São João da Montanha, em substituição ao austríaco Ernest Lehmann, subdiretor do Instituto Agronômico de Campinas. Era uma personalidade agronômica da sua época, trazendo um *curriculum* que comprovava o seu lastro de experiência profissional na Europa e na África Equatorial. O ordenado que o Estado de São Paulo se comprometia em pagar-lhe era de 700$000 mensais. Morimont demonstrava estar bem informado sobre os centros da instrução e divulgação do conhecimento agronômico, promoção de sementes, mudas de plantas e instrumentos de lavoura. Deu provas do seu prestígio nos meios científicos em setembro de 1894, quando foi consultado, em Piracicaba, pelo dr. Uchoa Cavalcanti, encarregado de organizar uma escola agrícola em Pernambuco. Forneceu-lhe cartas de apresentação a personalidades científicas das instituições da Bélgica e da França, ao lado de conselhos e informações da maior utilidade.
3. Cf. A. Damseaux, *L'Igenieur agricole de Gembloux, Journal de l'association des anciens elèves de l'Institut de l'Etat,* pp. 430-31.
4. Cf. A. Damseaux*, L'Igenieur agricole de Gembloux, Journal de l'Association des anciens Elèves de l'Institut de l'Etat,* pp. 430-31.
5. *Idem*, p. 431.
6. [Caráter autoritário e bem pouco maleável para subordinar todos os seus atos aos caprichos do país, ele resignou suas funções e foi assumir a direção da ilha de São Tomé.] *Idem, ibidem*.
7. Pierre Dagnelie, "Appendix 2". As informações pessoais sobre Morimont foram gentilmente transmitidas, por e.mail, pelo prof. dr. Pierre Dagnelie, da Faculté Universitaire des Sciences Agronomiques de Gembloux, Bélgica, em dois documentos, "Appendix 1", onde transcreve o texto de Damseux, e o "Appendix 2", com as suas observações sobre Morimont e a Esalq, pp. 3-4.
8. Cf. Léon A. Morimont, *Relatório da Fazenda São João da Montanha em Piracicaba,* 1894, pp. 28-30 (relatório a administrativo).
9. "[...] intermediário entre a ciência e a prática, entre o método racional e a rotina [...]" (Léon A. Morimont, "Escola Agronômica", *Revista Agrícola*, 1(2):23, julho de 1895).
10. Léon A. Morimont, "Escola Agronômica", *Revista Agrícola*, 1(1):16, junho de 1895.
11. "[...] Prosperidade, progresso agrícola e industrial, boas escolas profissionais: tudo isso forma uma trilogia inseparável" (*Ibidem*).
12. "[...] temos insistido de modo especial sobre as escolas práticas de Agricultura, que constituem, hoje, nas mãos dos governos progressistas o meio mais poderoso e mais rápido de inculcar às jovens gerações, as fecundas aplicações agrícolas da mecânica, da química e da zootécnica." Léon A. Morimont, "Escola Agronômica", *Revista Agrícola*, 1(2):25, julho de 1895.
13. Cf. *L'Institut Agricole de L'État a Gembloux,* pp. 173-91.
14. Cf. *L'Institut Agricole de L'État a Gembloux, passim*.
15. Léon A. Morimont, "Escola Agronômica", *Revista Agrícola*, 1(2):26, julho de 1895.
16. Léon A. Morimont, *Relatório da Fazenda S. João da Montanha em Piracicaba,* 1894, p. 7 (relatório administrativo).
17. *Idem.*
18. Lehmann (então, na Europa, como professor e diretor da Real Escola Agrícola de Munsiedel), em carta dirigida a Dafert, demonstra antigo ressentimento em relação a Morimont: "[...] as quatro casas de colonos mencionadas [referia-se a uma publicação da *Gazeta de Piracicaba* de 16.12.1899] não foram construídas por Morimont". A carta publicada, originalmente em *O Estado de S. Paulo*, em 18.02.1901, foi transcrita na *Revista Agrícola* a pedido de Alberto Loefgren. Cf. "Luiz de Queiroz e sua Escola", edição fac-similar da *Revista Agrícola*, 1992, p. s.nº. Em nenhum momento Morimont atribuía a si próprio a construção destas casas, as quais a empreiteira Jarussi entregou incompletas apenas em 1896.
19. Transcrevemos as suas observações pessoais sobre o que encontrou: "[...] duas olarias perto das pedreiras,uma pedreira aberta e um forno de cal para o fornecimento do material de construção. Os alicerces da casa do Diretor estavam prontos, também uma moderna estrebaria para vacas e outra para porcos. Havia grandes quantidades de tijolos e pedras de cantaria para alicerces dos edifícios destinados à Escola, quatro casas de colonos, das quais duas se achavam prontas até o teto e duas em construção. Trabalhavam no local 60 homens, dos quais 42 eram oficiais. Foi encontrado um pequeno lote de animais de transporte e de tração: 4 cavalos, 23 burros e 12 bois". Carta de E. Lehmann a F. W. Dafert, transcrita em Luiz de Queiroz e sua Escola", edição fac-similar da *Revista Agrícola*, p. s.nº.
20. Cf. *Relatório Anual* apresentado ao "cidadão dr. Presidente do Estado de São Paulo" pelo dr. Jorge Tibiriçá, secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1893, p. 55. Daesp.
21. Organizar metodicamente a fazenda São João da Montanha, era condição *sine qua non* para estabelecer-se o ensino prático da escola de agricultura. Léon A. Morimont, *Relatório da Fazenda S. João da Montanha em Piracicaba*, 1894, p. 8 (relatório administrativo*)*.
22. Léon A. Morimont, *Relatório da Fazenda S. João da Montanha em Piracicaba*, 1894, p. 8 (relatório administrativo).
23. Não faltaram questões de harmonia e moralidade em que teve de servir como mediador e conselheiro, outras como

agente disciplinador, em parceria com o delegado de polícia. Cf. *Correspondência* de Léon A. Morimont, cartas de 23.07.1894, 21.09.1894, 12.01.1895 e 09.01.1896, ME.

24. A princípio, Morimont parece cansado com os negros e italianos, buscando os portugueses. Cf. Carta de 05.01.1895 dirigida ao diretor da Hospedaria dos Imigrantes. Em 1896, já parece preterir os portugueses, pois vemo-lo dirigir-se a Karl Valais (diretor de uma agência importadora), interessado em saber da chegada dos imigrantes dos Alpes Provence. Cf. *Correspondência* de Léon A.Morimont, carta de 22.04.1896, ME.
25. Dirigia-se com freqüência ao dr. Antônio By, um dos diretores da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Cf. *idem,* cartas de 04.03.1894 e 31.04.1894, ME.
26. Como se vê, após o efetivo treinamento, os ex-escravos apresentavam-se no mercado de trabalho dos homens livres qualificados, disputados pela classe proprietária. Cf. *idem*, carta ao Secretário em 15.10.1896, ME. No grupo dos trabalhadores da fazenda não se pode omitir o representante de uma das profissões mais antigas e requisitadas na época, a do especialista domador de muares, Artur Silvestre, que fora contratado para aplicar quinze galopes "entre montados e arreiados para carroça" a oito burros, pelo valor de 200$000. Cf. *idem*, carta de 08.01.1895, ME.
27. Esses percentuais foram extraídos a partir dos dados contidos no *Relatório da Fazenda S. João da Montanha em Piracicaba,*1894, pp. 13-14 (relatório administrativo).
28. Cf. *Correspondência* de Léon A. Morimont, carta ao chefe do tráfego da Cia. Inglesa, em 11.06.1894, ME.
29. Cf. Léon A. Morimont, *Relatório da Fazenda S. João da Montanha em Piracicaba, 1894*, p. 19 (relatório administrativo).
30. Nos viveiros foram semeadas quatro variedades de café, catorze de fumo, quatro de algodão, doze de eucalipto, dois de rami e quarenta videiras. As experiências mais felizes na horta foram com relação aos repolhos *Cedovem hatif* de Rennes, o Quintal e o de Milão. Com tomates, o "Rei Humberto e o Mikado". Também foram citados: alho porro e sersifim [salsifi]. Cf. Léon A. Morimont, *Relatório da Fazenda S. João da Montanha em Piracicaba,*1894, pp. 20-21 (relatório administrativo).
31. Morimont descreve, minuciosamente, esses primeiros experimentos com a cana-de-açúcar nos campos experimentais da Fazenda São João da Montanha, em Piracicaba. Era o que chamava de "plano metódico de experimentação", que permitia avaliar todas as despesas e os rendimentos de uma cultura agrícola. *Idem,* pp. 18-21.
32. Cf. Léon A. Morimont, *Relatório da Fazenda S. João da Montanha em Piracicaba*, 1894, pp. 14-17 (relatório administrativo).
33. "[...] o esterco dos animais é o alicerce natural da restituição da fertilidade às terras cansadas" (*idem*, p. 17).
34. *Idem*, p. 28.
35. *Idem*, p. 30.
36. Cf. Léon A. Morimont, *Relatório da Fazenda S. João da Montanha em Piracicaba*, 1894, pp. 30-31 (relatório administrativo).
37. Encomendas da França chegavam, em julho de 1894, para o campo de experiência da fazenda: doze variedades de eucalipto, frutas, flores, batata, *liège d'Algérie*, uma coleção de Cobac e *cotton de ycorgis.* Cf. *Correspondência* de Léon A. Morimont, carta de 12.07.1894, ME, Chegavam da Europa, pelo navio "Ville de Buenos Ayres", ao porto de Santos treze caixas contendo sementes e plantas destinadas ao campo de experiência (*idem*, carta de 20.11.1894, ME). Pelos navios "Ville do Ceará" e "Elbe" chegavam muitos volumes contendo sementes, tubérculos, instrumentos aratórios, adubos e árvores frutíferas (*idem*, carta de 28.04.1895, ME). Pelo vapor "Hozart", procedente de Londres, chegavam seis caixões e cinco fardos de aratórios (*idem*, carta de 27.04.1896, ME).
38. Chegavam a Santos, procedentes da Europa, instrumentos agrícolas, pacotes de sementes de legumes e hortaliças. Cf. *Correspondência* de Léon A. Morimont, carta de 27.04.1896, ME.
39. Morimont escreveu ao diretor do Jardim Botânico, RJ, solicitando a remessa de uma coleção de sementes, alhos, tubérculos, estacas, plantas ornamentais, plantas-mudas, plantas-agrícolas e florestais para os campos de experiências e o horto botânico da Escola. Cf. *Correspondência* de Léon A. Morimont, carta de 13.05.1895, ME. Referia-se com satisfação aos trabalhos no *grand plateau*, destinado à horta pomar, viveiro de plantas e parque de floricultura. *Idem*, cartas ao dr. Júlio Conceição em 19.09, 26.09 e 21.10.1896, ME.
40. Cf. Léon A. Morimont, *Projeto de Organização da Escola Prática de Agricultura em Piracicaba, 1894*, (Relatório Técnico), pp. 9-12.
41. Essas compras implicavam despesas que dependiam das expedições do Tesouro de Estação à Coletoria de Piracicaba. Não raro, Morimont valia-se dos empréstimos em dinheiro entre as amizades locais. Cf. *Correspondência* de Léon A. Morimont, carta de 21.02.1894, ME.
42. Cf. *Correspondência* de Léon A. Morimont, cartas ao dr. A. By, em 24.12.1894 e em 08.02.1895, ME.
43. Durante o mês de fevereiro, os trabalhadores chegaram a se retirar das obras. *Idem*, carta de 21.02.1894 ao sr. José Teixeira. Mendes ME. Em março, expediu o seguinte telegrama ao dr. Jorge Tibiriçá, secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas: "Cinco contos sempre esperados. Pessoal ameaça greve, amanhã. Suplico providências urgentes. L. Morimont, Diretor". *Idem*, telegrama de 15.03.1894, ME. Neste mesmo mês, foi necessário providenciar adiantamentos em gêneros alimentícios aos trabalhadores, valendo-se do crédito pessoal e da boa-vontade do comerciante Angelo Colaini. Não via outra saída, salvo mandar "pôr na conta" (*idem*, carta de 18.03.1894, ME). Em setembro desse ano, foi obrigado a suspender o pedido à serraria do capitão Borges de Sampaio. Somente em outubro, já com o dinheiro nas mãos, pede-lhe

seja enviada com urgência a encomenda, porque o governo virá inspecionar as obras (*idem*, cartas de 19.10.1894 e de 09.10.1894, ME).

44. Léon A. Morimont, *Relatório da Fazenda S. João da Montanha em Piracicaba,* 1894, p. 8 (relatório administrativo).Tratava-se da Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, que chegou até o Estado do Paraná. Floriano contou com o apoio de S. Paulo, sob a presidência de Bernardino de Campos, em 1894. O governo paulista colaborou em armas, dinheiro e guarneceu Itararé, por temor à invasão das tropas de Gumercindo Saraiva, então no Paraná. Esse episódio provocou a demora na chegada do dinheiro à Coletoria de Piracicaba. Edgar Carone, *A República Velha* (*Evolução Política*), p. 116.
45. "[...] longe de poder, nesse primeiro ano de 1894, cogitar de obras e coisas do Ensino Agrícola, propriamente dito, vê-se que era indispensável repor a fazenda em estado normal de produção, começando a organizar, metodicamente, criando gado, Campos de Experiência e outras bases, condição *sine qua non* do futuro ensino prático da projetada Escola de Agrícultura" (Léon A. Morimont, *Relatório da Fazenda S. João da Montanha em Piracicaba,* 1894, p. 8 (relatório administrativo)).
46. *Idem,* p. 11.
47. *Idem*, pp. 11-12.
48. Morimont se achava-se tão sobrecarregado que confessava ao dr. By, engenheiro da Repartição de Obras Públicas, que se dispunha a pagar bem a um especialista. Cf. *Correspondência* de Morimont, carta de 16.12.1894, ME.
49. *Idem*, carta ao dr. By, datada de 08.03.1895, ME.
50. Aludindo a sua condição de engenheiro agrônomo, confessava: "[...] Não tenho, porém, competência para isso" (*Correspondência* de Léon A. Morimont, carta ao engenheiro Rebouças, em 11.02.1895, ME).
51. *Idem*, carta ao dr. Antônio By, em 15.02.1895, ME.
52. *Idem*, carta ao dr. Antônio By, em 24.03.1895, ME.
53. *Idem*, carta ao gráfico Steidel, em 05.06.1895, ME.
54. Em setembro, Morimont caiu enfermo por vários dias. O seu secretário em Piracicaba, Augusto Cartagenova, atribuía ao "[...] excesso de trabalho devido ao estado de desordem em que achou a Fazenda na sua volta de São Paulo". *Correspondência* de Léon A. Morimont, carta de 19.09.1895, ME.
55. Essa lei não foi regulamentada e teve de ser, mais tarde, reeditada, mas, na época, significava a aceitação das idéias de Morimont pelas elites de São Paulo. Cf. Elza Nadai, *op. cit.*, p. 157.
56. Morimont confessava, em carta ao senador Manuel de Moraes Barros, que se abstivera de fazer quaisquer objeções, visto que a lei nº 367 autorizava o governo a proceder às operações de crédito necessárias para o pagamento do pessoal e serviços. Cf. *Correspondência* de Léon A. Morimont, carta de 27.12.1895 ao senador, ME.
57. "[...] Dependerão, portanto, do poderoso e paterno interesse demonstrado à nascente Escola por V. Exa., a alcançar do governo os 300 contos que poder-se-ão, utilmente empregar no ano de 96, no quase acabamento do colégio e na elevação de tijolos dos demais edifícios, podendo ficar tudo pronto, até, fins de 97" (*Correspondência* de Léon A. Morimont, carta de 27.12.1895 ao senador, ME).
58. *Idem*, carta de 27.12.1895 ao senador Manuel de Moraes Barros, ME.
59. *Idem*, *ibidem.*
60. Desejoso de obter a visita política do senador, Morimont não apenas solicitava-lhe a "sábia opinião", como colocava-lhe à disposição o trole da fazenda. Cf. *Correspondência* de Léon A. Morimont, carta de 18.01.1896, ME. Realizada a visita, Morimont sentia-se um pouco constrangido em participar ao dr. Antônio By, na Repartição de Obras Públicas, sobre a mudança de posição das fachadas: *"[...] são simples inversões"*, escrevia para tranqüilizá-lo (*idem,* carta de 21.01.1896, ME).
61. Cf. *Correspondência* de Léon A. Morimont, cartas ao dr. By, em 21.01.1896 e de 29.10.1896, ME.
62. *Idem*, telegrama ao dr. Rebouças em 26.02.1896, ME.
63. *Idem*, carta ao secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, dr. Theodoro Dias de Carvalho Jr. em 19.03.1896, ME.
64. Zanotta não lhe entregara a obra no prazo combinado, só lhe restando uma cobrança amigável, mas ansiosa (*idem,* carta a Zanotta em 29.01.1896, ME). Morimont cobrava a Jarussi a conclusão da casa de nº 1, que continuava em estado inabitável e vergonhoso, com o sapé do telhado apodrecido e esburacado (*idem*, carta a Jarussi em 19.03.1896, ME).
65. Num domingo, às seis horas da manhã, Prudente e notabilidades de Piracicaba tomaram leite ordenhado, observaram as plantas, os relatórios e os projetos, a criação dos porcos ingleses e o campo de experiências de alfafa. Muitas das instalações situavam-se na parte baixa, próximo ao rio Piracicaba, local da antiga sede, reformada para a administração. Os planos da construção da escola e do canal projetado para desviar o rio Piracicamirim, para a construção de uma pequena hidrelétrica, privilegiavam o *plateau* central. Cf. *Correspondência* de Léon A. Morimont, carta ao diretor geral da Secretaria dos Negócios de Agricultura, Comércio de Obras Públicas, dr. Eugênio Lefèvre, em 08.10.1894, ME.
66. *Idem*, carta ao senador Manuel de Moraes Barros, em 27.12.1895, ME. O senador era pai do médico-sanitarista dr. Paulo de Moraes Barros, que também era clínico da fazenda São João da Montanha, à qual não comparecia. Desejando lembrá-lo das suas funções na fazenda, Morimont deu azo a um episódio quase anedótico. Enviara ao médico, de presente, uma carroça de capim para os seus cavalos. O efeito não foi o intencionado, porque o presenteado decidiu remunerar o entregador. Tentando desfazer o mal-entendido, Morimont escreveu-lhe com a sua habitual franqueza: "[...] Se V. Sa., porém, quer absolutamente dar alguma recompensa por esse pouco capim que se está perdendo,

então aceitarei com gratidão o favor d'alguma filantrópica visita a algum pobre trabalhador desta fazenda, se por desgraça tivemos alguma doença grave, porque as leves, com licença de V.Sa., as remediamos nós mesmos" (*idem,* carta ao dr. Paulo de Moraes Barros, em 21.07.1894, ME).

67. Durante o ano de 1894, correspondeu-se com o dr. Antônio Francisco de Paula Souza, o diretor da Escola Politécnica, solicitando-lhe exemplar do regulamento, programas e folheto da sessão inaugural. Cf. *Correspondência* de Léon A. Morimont, carta de 27.07.1894, ME. Fez o mesmo com o dr. Gustavo D'Utra, diretor da Escola Agrícola da Bahia, pedindo-lhe os regulamentos da escola, os programas da 4º cadeira (agricultura) e a coleção dos relatórios anuais (*idem*, carta de 02.08.1894, ME). Fez contato com a Câmara Municipal de Uberaba, solicitando um exemplar do regulamento dos institutos técnicos de Minas Gerais e informações que buscava para a escola que organizava (*idem*, carta de 09.11.1894, ME). Sobre questões de botânica e ciência, correspondeu-se com o diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (*idem*, carta de 13.05.1895, ME). Correspondeu-se com o dr. Luiz Vicente de Souza Queiroz (*idem*, carta de 17.07.1895, ME). Correspondeu-se com o dr. Albert Loefgren e com Inchneider, ambos da Comissão Geológica e Geográfica de São Paulo (*idem,* cartas de 15.02.1895 e 28.02.1895, ME).
68. "[...] *A fundação dessa Escola corresponde a uma necessidade econômica e a um fim amplamente patriótico.* Econômica porque ensina a não exaurir a terra, restituindo-lhe os elementos gastos pela planta, a tirar o maior produto com o mínimo esforço, a poupar as forças vivas, a escolher o terreno segundo a sua constituição físico-química e a adaptação do vegetal; dá um cunho científico à agricultura, para cujo desenvolvimento reclama a contribuição das artes e das ciências" (Carta de Cesário Motta Jr. ao senador Manuel de Moraes Barros, *O Estado de S. Paulo*, ed. 11.04.1896, p. 2).
69. A Imprensa que se fazia presente em Piracicaba naquele 1º de abril de 1896: *Correio Paulistano* (Máximo Pinheiro Lima), *Diário Popular* (José Maria Lisboa Jr.), *O Município* (Hélio Jaguaribe F.º), *Paulicéia* (Alvarenga Peixoto), *O Paiz* (Augusto Barjona), *A Bruxa* (Souza Lage), *O Nativista* (Samuel Porto), *República* (João Sampaio), *Fanfulla* (Vitalino Rottelini), *Tribuna Italiana* (Ancona Lopez), *Germania* (José Wieniger), *O Estado de S. Paulo* (Ernesto Roso). Cf. "Excursão Presidencial", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 03.04.1896, p. 2. O jornal do governo, o *Correio Paulistano*, dera especial destaque "[...] à ação filantrópica de Luiz de Queiroz" e à iniciativa do governo de Bernardino de Campos, que promovera por lei a criação do estabelecimento de instrução agrícola. Cf. "Piracicaba", *Correio Paulistano*, ed. de 31.03.1896, p. 1. Referindo-se à viagem a Piracicaba, lembrava que parte dessas homenagens eram os estrepitosos vivas aos principais políticos do perrepismo, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Cerqueira Cesar e Alfredo Pujol. Cf. "Viagem Presidencial", *Correio Paulistano*, ed. de 03.04.1896, p. 1. O principal jornal republicano de São Paulo publicava: "[...] Hoje, às 7 1/2, em trem especial segue para Piracicaba, onde vai assistir à solenidade da colocação da 1ª pedra do edifício destinado à Escola Prática de Agricultura, o dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado". Cf. "Viagem Presidencial", *O Estado de São Paulo*, ed. de 31.03.1896, p. 2. Atribuía especial destaque a alguns integrantes da comitiva: Alfredo Pujol, Secretário do Interior; Mello Peixoto, secretário da Justiça; tenente Pedro Arbues, ajudante de ordens; Paula Souza, diretor da Escola Politécnica; Pereira Rebouças, Superintendente de Obras Públicas; deputados Adolpho Gordo e Almeida Nogueira. O cônsul da Bélgica, John Neave, achava-se em Piracicaba.
70. Hospedados no Hotel Central, foram convidados ao banquete na residência do senador, seguindo-se passeio pelas ruas centrais da cidade, visita e conferência no Colégio Piracicabano, recepção no Clube Republicano. Na praça iluminada, a banda apresentava concerto ao público. Cf. *O Estado de S. Paulo*, ed. 03.04.1896, p. 2.
71. "Viagem Presidencial", *Correio Paulistano*, ed. de 03.04.1896, p. 1. Nem todos se hospedaram no Hotel Central. Alguns ficaram no Clube Piracicabano, outros, como o presidente, o vice-presidente, o secretário do Interior e Paula Souza, permaneceram na residência do senador Manuel de Moraes Barros, onde se realizou o jantar. O presidente recebeu pessoas da cidade e uma comissão da loja maçônica. A cidade se apresentava festiva, as bandas de música tocaram no Jardim e no Largo da Matriz, os edifícios da Câmara Municipal, do Clube Republicano e dos Hotéis se achavam iluminados e embandeirados. À noite, houve conferência no Colégio Piracicabano.
72. O jornalista Ernesto Roso afirmou que Bernardino de Campos, sem hesitar, desceu uma pequena escada, empunhando colher de pedreiro e martelo, vindo a cimentar, sob a pedra do ângulo esquerdo da parede lateral do edifício-sede, uma urna de vidro com documentos, contida numa caixa de cobre. Cf. *O Estado de S. Paulo*, ed. de 03.04.1896, p. 1. O jornal do governo informa que uma cópia da ata lavrada no dia foi colocada em caixa de ferro entre os alicerces. Cf. "Viagem Presidencial", *Correio Paulistano*, ed. de 03.04.1896, p. 1.
73. "[...] Vista a geral falta de aradores na localidade, e ser a quase totalidade dos trabalhadores agrícolas italianos inexpertos no arado, fui formando com elementos nacionais um pessoal de aradores pretos que hoje sabe manejar com tanta perfeição que os fazendeiros vizinhos dirigem-se a esta fazenda para pedir emprestados os aradores". *Correspondência* de Léon A. Morimont, carta ao diretor geral da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, dr. Eugênio Lefèvre, datada de 25.10.1896, ME). Na mesma carta, Morimont observava que os aradores recebiam um salário um pouco maior do que os outros camaradas, os caboclos, julgando que devia melhorar-lhes as gratificações, a fim de estimulá-los no trabalho. Por outro lado, justificava-se com

o dr. Lefèvre quanto à indumentária dos trabalhadores que a festa permitira-lhe exibir: "[...] os servo-pessoal-aradores, manejando no terreno todos os arados aperfeiçoados do estabelecimento, podia parecer mal de apresentá-los esfarrapados ao Presidente, Ministros e convidados do Estado (*idem*, carta datada de 25.10.1896, ME).

74. "[...] Imagine-se aquele edifício todo cheio de estudantes, vindos de todos os pontos do Estado, trazendo para a nossa terra um novo elemento de vida, como que transformando a sua feição de cidade do interior, em capital, pequena, muito embora, mas com os recursos que caracterizam a vida nesses centros" ("Piracicaba", *Correio Paulistano*, ed. de 31.03.1896, p. 2).
75. "[...] A rotina, esse óbice a todos os progressos, esse *non possumus* contra todas as reformas, desaparecerá para ceder o lugar à Intelectualidade humana afeiçoada a um trabalho o mais produtivo possível sob o domínio dos princípios científicos" ("Piracicaba", *Correio Paulistano*, ed. de 31.03.1896, p. 2).
76. Cf. "Telegrama do Rio", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 06.04.1896, p. 2.
77. Cf. "Mensagem de Bernardino de Campos", *O Estado de S. Paulo*, ed. 08.04.1896, p. 1.
78. A previsão orçamentária de 1896, contida no Relatório Geral, contrasta com o rascunho encontrado entre os papéis de Morimont, relativos ao mês de abril.1895, época em que organizava o orçamento e a despesa para aquele exercício, e não faz constar o montante relativo aos pagamentos de pessoal de serviço, exceto diretor e secretário. Total previsto de despesas: 75:100$000. Cf. Papéis avulsos, ME.
79. Essa previsão orçamentária também se encontra entre os maços de papéis de Morimont, relativos ao mês de setembro de 1896, quando as obras da fazenda experimentavam progressiva desativação. Cf. *idem*, *ibidem*.
80. A relação de trabalhadores consta da carta de 08.07.1896 (*idem*, *ibidem*).
81. I. Animais; cavalaria: 24 (cavalos de serviço, 02; burros de arar, 22); bovinos: 48 (bois de trabalho, 30; vacas, novilhos e bezerros, 18); suínos: 112 (porcas e capados, 64; leitões, 48); galináceos: 209 (galo, galinhas, frangos e pintos, 174; angolas, perus, gansos e pombos, 35). II. Aratórios: 23 arados de dez sistemas, 03 escarificadores, cultivadores e carpideiras, 5 grades de diversos sistemas, 1 rolo de ferro, 1 segadura mecânica, 1 ancinho automático a cavalo, 1 pá de cavalo, 1 corta-capim, 5 diversos, lava e corta raízes, debulhador, semeador e pulverizador, 5 estragados. III. Rodantes: 10 carros, carroças e troles; 10 carrocinhas e carrinhos. IV. Ferramentas: 7 dúzias de enxadas, enxadões, picaretas, pás, cavadeiras, 8 dúzias de foices, machados, martelos, ancinhos, forquilhas, alavancas, brocas. V. Diversos: material de olaria e de ferraria, uma porção de arreios e diversos. VI. Móveis e utensílios: aparecem detalhados no Livro do Inventário. VII. Adubos, sementes e ferragens: 6 sacos de adubos químicos, uma pequena porção de sementes hortenses, 20 carradas de milho no paiol, uma porção de feno de alfafa. VIII. Materiais: 8 milheiros de tijolos. Cf. Inventário da Fazenda, *Correspondência* de Léon A. Morimont, carta de 17.10.1896, ME.
82. O colapso dos preços do café no mercado internacional, na fase 1896-1897, provocou pânico na economia do Estado de São Paulo, cujas rendas estavam atreladas à exportação: "[...] O governo na imaginação de Campos Sales é uma instância da administração [...] A verdadeira política não é visível, mora no câmbio e nos orçamentos [...]". Renato Lessa, *op. cit.*, p. 92.
83. Durante a primeira década republicana, instalou-se a crise na cafeicultura, efeito da retração da demanda devido às crises na Europa (1890) e EUA (1894), da superprodução e dos aumentos dos estoques internacionais, com conseqüentes baixas de câmbio e de preços, afetando as receitas de divisas do Estado. A situação dos produtores tornou-se desesperadora. Cf. Antônio Delfim Neto, *op. cit.*, p. 31. Outro autor refere-se à educação em particular: "[...] justificado pela crise financeira que atingia o Estado, resolveu (o governo) economizar com a instrução". Cf. Elza Nadai, *op. cit.*, p. 160.
84. Morimont comprovou desde o frete do Bordeaux, que servia aos ilustres visitantes da fazenda, até a cerveja que distribuía aos camaradas como gratificação por serviços prestados a desoras, em condições de perigo, fora da jornada de trabalho, tais como incêndio na mata, ameaça de chuva repentina, manipulação de adubos químicos. Sobre os móveis novos e objetos que adquiriu para a sala de visitas e escritório da sede da administração lembrava que "[...] de tão antiga, torna-se indecorosa para receber visitantes ilustres" (*Correspondência* de Léon A. Morimont, carta-resposta de 29.05.1896 ao Ofício nº 112 de 23.05.1896 do secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, dr. Álvaro da Costa Carvalho, ME). Julgava-se autorizado a fazer tais gastos como diretor da fazenda, estranhando que, noutra oportunidade, despesas semelhantes fossem aprovadas.
85. Permanece incógnito o motivo da exoneração de Morimont. Consta do relatório apresentado pelo dr. Augusto Antônio da Costa Carvalho ao presidente Campos Sales: "[...] não correspondeu à expectativa do governo". Nunca se alegou incompetência ou se provou que houvesse operado os lucros da Fazenda em proveito próprio. Caíra em desgraça frente ao novo governo, talvez pelo seu insistente comprometimento com a aceleração do projeto, por questões de temperamento ou por cultivar amizades indesejadas, monarquistas e republicanas. Os constrangimentos financeiros com relação a um montante de pouco valor (ao todo, 388$650), que ele houve por justificar, pretextaram o desfecho inglório, que lhe custou amarguras e ostracismo. Ele morreria dois anos mais tarde; o projeto, no entanto, perdurou, até a segunda década do século XX, como modelo institucional (*Idem*, carta ao secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, dr. Álvaro Augusto da Costa Carvalho, em 29.06.1896, ME).

86. *Correspondência* de Léon A. Morimont, carta-resposta ao ofício nº 112 da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, datada de 29.05.1896, ME.
87. Morimont acorre, mais uma vez, em sua defesa: "[...] Podia parecer mal de apresentá-los esfarrapados ao Presidente, Ministros e convidados do Estado [...] em vez de repartir os 233$000 em banais gratificações [...] que, sem dúvida, teriam sido, como costume, aprovadas, resolvi transformá-los em 27 fatos, todos uniformizados". Propunha que esse valor fosse, em parte, descontado nos balancetes de abril e maio e no inventário de abril, enquanto assumia o prejuízo de 8$600, pois "[...] tendo a satisfação de apresentar o pessoal bem vestido nas festas oficiais da Escola, posso aceitar de bom grado" (*Idem, c*artas ao secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, dr. Álvaro Augusto da Costa Carvalho, datadas de 25.05.1896 e 15.10.1896, ME).
88. A questão das gratificações remete ao ano de 1894, quando Morimont fazia uma caixa especial, destinada à assistência médica dos trabalhadores. Comunicando ao diretor geral do Tesouro do Estado de São Paulo a intenção de organizar um fundo de socorro na contabilidade da fazenda, com recursos provenientes de salários não reclamados, multas e outros, não lhe foi concedida permissão para levar adiante a idéia (*Idem,* carta do diretor do Tesouro, em 30.08.1894, ME).
89. Cf. *Correspondência* de Léon A. Morimont, carta ao Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, dr. Álvaro Augusto da Costa Carvalho, em 10.06.1896, ME.
90. Para obter o desempenho econômico desejado, Campos Sales julgava indispensável colocar o governo sob rígido controle. A política paulista podia ficar contida, sob a ação dos chefes locais, mas em centrifugismo com o primeiro mandatário. Na sua gênese, esboçava-se a política dos governadores, montada posteriormente. Esta concepção diferia da de Prudente de Moraes, um liberal acadêmico na Presidência, que enfrentava o caos da República recém-instaurada, e um partido, o Partido Republicano Federal (PRF) liderado pelo "general das 21 Brigadas", Francisco Glicério, que pretendia convertê-lo na principal instituição política do país. Prudente de Moraes e Campos Sales eram ambos "históricos" e representantes oligarcas do antigo Oeste paulista, respeitavam-se, mas achavam-se em campos divididos quanto à práxis política. Posicionando-se Campos Sales no rumo da Presidência do País, em 1897, estarão parcialmente incompatibilizados, até o rompimento definitivo, em 1901.
91. Cf. *Livro de Correspondência*, cartas do dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, expedidas em 11.03.1901, 13.03.1901, 14.03.1901, 20.03.1901, 13.04.1901, 11.05.1901 e 02.10.1901, à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ME.
92. Cf. Léon A. Morimont, "Escolas Agronômicas II", *O Estado de S. Paulo*, ed. 13.06.1893, pp. 2-3.
93. O *Relatório Geral* constitui um documento encadernado de 92 páginas, comportando *dois relatórios*, um de natureza *administrativa* (Parte Administrativa) e outro *técnico* (Parte Técnica) acompanhado de um *Anexo* com nove plantas. Ambos apresentam dedicatória lavrada em 1895 na Fazenda São João da Montanha; o primeiro é de 29 de janeiro, o segundo é de 20 de fevereiro. O documento ganhou divulgação como Relatório Morimont, prestou-se à informação do Congresso Paulista embasando propostas institucionais de ensino.
94. A Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo fora recentemente criada (dec. nº 28, de 01.03.1892) e achava-se, ainda, em fase de organização Continha duas seções abrangendo setores os mais diversos, terras, imigração, correios e telégrafos, comissão geográfica e geológica, serviço astronômico e meteorológico, ferrovias, obras públicas etc., além da agricultura propriamente dita. Somente em 1896 ganhou uma terceira seção, e algum tempo depois, a Grande Lei do Serviço Agronômico, lei nº 678, de 13.09.1899, que passou a gerir o ensino profissional agrícola, elementar e de grau médio. O art. 13 enquadrado nessa lei previa a criação da primeira Escola Prática de Agricultura a ser instalada no Estado de São Paulo, justamente na Fazenda São João da Montanha, em Piracicaba. Cf. Zoraide Martins, *Agricultura Paulista. Uma História Maior que Cem Anos*, *passim*.
95. Como veremos adiante, a lei nº 367 acabou substituída, em circunstâncias inteiramente diversas, por Francisco Peixoto Gomide, o vice-presidente em exercício, pela lei nº 587, de 31.08.1898.
96. Léon A. Morimont, "Escola Agronômica", *Revista Agrícola*, 1(1):16, junho de 1895.
97. Léon A. Morimont, *Relatório Técnico* ou *Projeto de Organização da Escola Prática de Agricultura do Estado de São Paulo em Piracicaba*, 1894, p. 9.
98. Morimont fazia a crítica do ensino superior agronômico europeu, não por ser dotado de recursos técnicos e científicos, mas por carecer do ensino prático que era viabilizado nas fazendas e estações experimentais, industriais agrícolas, pastoris e florestais. Dadas as limitações espaciais, geralmente praticava-se agricultura em pequena escala. A dificuldade européia em reunir numa só escola os altos recursos da ciência com a prática das fazendas e operações agropecuárias converteu-se em aceitação natural da divisão tripartite da atividade agronômica, que se via reproduzida em São Paulo: as investigações científicas ficaram adstritas ao Instituto de Pesquisa (Agronômico de Campinas, existente desde 1887 como Estação Experimental), os Altos Estudos Agronômicos, à 3ª seção da Escola Politécnica (criada em 1894 e instalada em 1897) e o Ensino Profissional Prático endereçado à Escola Agrícola de Piracicaba. Cf. *Relatório Técnico,* p. 10. No Brasil, parecia um contra-senso a agricultura em pequena escala, tal como se procedia na Escola Politécnica. Por outro lado, a divisão tripartite dos níveis de ensino agrícola, que beneficiava aquela, só foi corrigida na segunda metade do século XX.

99. Os cursos oferecidos nestas *écoles pratiques*: 1) *curso de agricultura* (geral e especial, silvicultura, zootecnia geral e especial, economia e legislação rural); 2) *curso de física e de química* (aplicadas à agricultura, tecnologia vitícola, meteorologia, engenharia rural); 3) *curso de ciências naturais e horticultura* (zoologia, botânica, geologia e mineralogia aplicadas à agricultura, insetos úteis e apicultura, insetos nocivos, enfermidades das plantas, culturas hortícolas e arbóreas, seleção e enxertias); 4) *curso de francês e de matemáticas* aplicadas (língua, história, geografia, instrução moral e cívica, aritmética, geometria, noções de álgebra, contabilidade, desenho, agrimensura e nivelamento). 5) *curso de exterior e higiene dos animais domésticos* (primeiros socorros, enfermidades contagiosas, bacteriologia, legislação de política sanitária de animais); 6) *exercícios militares*. No ensino prático entravam todas as operações de uma exploração agrícola, laticínios, comércio e indústrias. Cf. M. Tisserand, *Rapport sur l'enseignement agricole en France*, p. 198.
100. Cf. M. Tisserand, *op. cit.*, p. 3. H. Grosjean, *op. cit.*, p. 40.
101. Léon A. Morimont, *Relatório Técnico ou Projeto de Organização da Escola Prática de Agricultura do Estado de S. Paulo em Piracicaba,* 1894, p. 13.
102. Cf. Léon A. Morimont, *op. cit.,* p. 10; *decauville*: linha férrea de bitola estreita (0,40 x 0,60), de uso, principalmente, na zona rural.
103. Cf. Léon A. Morimont, *op. cit.*, pp. 18-19.
* Observe-se que a frente do edifício não se achava, originariamente, voltada para a cidade. A mudança de posição ocorreu a pedido do senador Manuel de Moraes Barros, em 1895. Outra curiosidade é o ajardinamento, à esquerda, prefigurando o parque traçado por Arsène Puttemans, em 1907.
104. Léon A. Morimont, *op. cit.*, p. 2.
105. Cf. Léon A. Morimont, *op. cit.*, pp. 22.
106. Cf. Léon A. Morimont, *op. cit.*, pp. 22-23.
107. Arthur Prado de Queiroz Telles manteve quatro módulos originais de Morimont: *agricultura*, *engenharia rural*, *ciências naturais* e *zootecnia*. Os módulos tecnologia e administração apresentavam-se fundidos: *indústrias agrícolas, administração e legislação rural*. Francisco Malta manteve três módulos originais de Morimont: *agricultura*, *zootecnia*, *ciências físicas e naturais*. Introduzia dois módulos: *agrimensura e mecânica agrícola,* em substituição a engenharia rural e tecnológica, bem como *economia e legislação rural,* em substituição a administração. A composição modular de 1901 foi uma grosseira reprodução deste último.
108. Cf. Léon A.Morimont, *op. cit.*, p. 24.
109. Cf. Léon A. Morimont, *op. cit.*, p. 25.
110. Morimont utilizava a medida métrica de área, o hectare, equivalente a 10.000 metros quadrados. Também usava o alqueire paulista, outra medida de área, correspondente a 24.200 metros quadrados.
111. O Plano de Cultura proposto por Morimont para a cana-de-açúcar, segundo o afolhamento decenal. tinha por base quatro anos de cana, alternando–se os cinco anos seguintes com culturas diversas: milho, batata-doce, feijão, fazendo-se alqueive no décimo ano (sujeito a arações profundas e estrumação para dar recomeço à rotação). Assim: nos quatro anos iniciais, principiando pelo plantio da lavoura de cana com estrumação completa e irrigação, utilizando-se as soqueiras e as ressocas (3º e 4º); estas, mediante meia estrumação de adubos químicos e irrigação. A partir do quinto ano, introduzia-se o milho no roteamento das soqueiras. Nos anos sexto, sétimo, oitavo e nono introduziam-se, respectivamente, o milho, o feijão e o milho. Completava-se o ciclo no décimo ano, deixando-se o solo para a prática do alqueive, dentro dos procedimentos declinados. Cf. Léon A. Morimont, *op. cit.*, p. 27.
112. Cf. Léon A. Morimont, *op. cit.*, p. 28.
113. Cf. Léon A. Morimont, *op. cit.*, p. 28.
114. Cf. Léon A. Morimont, *op. cit.*, p. 29.
115. Cf. Léon A. Morimont. Parte Hidráulica e Parte Elétrica. (*Relatório Técnico*, pp. 35-43).
116. Cf. Léon A. Morimont. "Arados e outros maquinismos modernos", *Relatório Técnico,* pp. 46-47.
117. Cf. Léon A. Morimont, *Relatório Técnico*, p. 47.
118. "[...] O comércio de adubos artificiais que tornara-se a "vaca leiteira" da Europa sem corresponder, inteiramente, à boa-fé dos lavradores quanto ao teor fertilizante, somente vindo a moralizar-se após a criação dos Laboratórios Agrícolas e das Estações Agronômicas, seguida da repressão judicial aos falsificadores" (Léon A. Morimont, *op. cit.*, p. 48).
119. Cf. Léon A. Morimont, *Relatório Técnico*, pp. 57-58. Jorge Tibiriçá Piratininga endossou-lhe a proposta orçamentária, embora dependesse da aprovação do Congresso. Como prova de confiança no *"bem organizado Projeto do Diretor da fazenda"*, o secretário pedia a aprovação de verbas extraordinárias para dar início às obras da Escola e continuação aos trabalhos. Cf. *Relatório* do secretário dos Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo apresentado em 03.03.1895 ao dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado, pelo dr. Jorge Tibiriçá.
120. Em posfácio, Morimont afirmava esperar que seu projeto devesse corresponder às necessidades crescentes do Estado de São Paulo e lhe atribuía condições de viabilidade prática imediata. A escola pretendida achava-se destinada a servir de modelo às futuras, e a representar um papel distinto entre as congêneres da América do Sul. Guardava a consciência de haver contribuído com esse projeto para a "grandiosa edificação da Agricultura Paulista, tão sabiamente arquitetada pelo infatigável agrônomo", o secretário dr. Jorge Tibiriçá (Léon A. Morimont, *op. cit.*, p. 59).
121. Cf. *Coleção de leis e Decretos do Estado de São Paulo*, 1895, tomo V.
122. Cf. *Relatório* da Secretaria dos Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo apresentado em 03.03.1895 ao dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado, pelo dr. Jorge Tibiriçá, pp. 45-46.

3 | O Projeto de Ensino Técnico Agrícola de São Paulo

Os Anos Difíceis

Morimont fora exonerado (05.11.1896), achando-se as obras da Fazenda São João da Montanha semiparalisadas. Substituído interinamente por Henzler e por Viegas, apenas em 30.01.1897 nomeou-se novo diretor em comissão, na pessoa do agrônomo baiano Adolpho Barbalho Uchoa Cavalcanti[1]. Alguns meses depois, a avaliação deste sobre as condições da fazenda, incluindo-se as obras, a lavoura e o criatório, não podia ser mais desanimadora[2]. Declarava que as obras de adaptação não vinham sendo executadas de acordo com os planos; quanto ao projeto propriamente dito, afirmava não estar inteiramente de acordo, propondo futuras modificações: "[...] só o aceito em parte"[3].

O dr. Cavalcanti prometeu um relatório mais minucioso e um programa para a escola e a fazenda, mas não tardou que diretor e pessoal assistente fossem exonerados, ficando apenas um zelador e três serventes para os serviços indispensáveis de manutenção. À safra de 1897-1898, aos preços no mercado internacional e ao câmbio, atribui-se a mortal sentença proferida contra a Escola Prática de Agricultura durante o governo de Francisco de Assis Peixoto Gomide, vice-presidente em exercício de Campos Sales:

> [...] Obedecendo ao plano adotado de reduzir as despesas do Estado à execução dos serviços criados ou iniciados, e que não pudessem ser interrompidos nem adiados para ocasião mais oportuna, tendo em vista a perspectiva da diminuição da renda proveniente da nossa principal verba de receita com a baixa profunda sofrida pelo café, foi ordenada a suspensão das obras que estavam sendo executadas na Fazenda São João da Montanha, em Piracicaba, para o estabelecimento da Escola Prática de Agricultura, autorizada por lei do Congresso do Estado[4].

A contenção das despesas vinha a afetar a relação intrínseca entre o conhecimento e o capital a ser aplicado, entre o desenvolvimento material do Estado de São Paulo e o

ordenamento dos fatores de produção na agricultura. A lei nº 587, aprovada em 31.08.1898, vinha a recriar a escola prática, mas tombava frente às baixas experimentadas pelo modelo agroexportador. Ao colapso dos preços do café, o governo pronunciava-se contra tudo que lhe parecesse "demasiado científico". O Instituto Agronômico de Campinas (IAC) prosseguia a duras penas com os trabalhos nos campos experimentais, nos laboratórios de análises e na seção de fitopatologia, pois grassava entre os cafeeiros a praga da cochonilha (*Lecanium viride*), causadora da temida fumagina. Nos anos perdidos para a escola de Piracicaba, coube-lhe salvar a ciência agronômica, uma vez que o curso instalado na Politécnica já decepcionava pela falta de demanda.

Se o impacto da crise na cafeicultura demovia o governo de investir no ensino agrícola em 1898, decidida a sucessão estadual em favor do cel. Fernando Prestes de Albuquerque (10.11.1898-01.05.1900), mudava a orientação da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em mãos de Alfredo Guedes. Não só parecia disposto a conduzir a grande reforma anunciada pelo antecessor (a qual se converterá na lei do Serviço Agronômico), mas também a dar o primeiro passo nessa direção, criando a 3ª Seção da Secretaria que viria a responder pela sua implantação. Pela primeira vez, um secretário de Estado deplorava oficialmente o despreparo científico do setor agrícola do governo paulista, assumindo indiretamente a culpa que lhe cabia como representante do governo.

Diante do pouco que se tinha realizado em favor da agricultura no Estado de São Paulo, Alfredo Guedes lamentava o despreparo do lavrador em questões de natureza econômica, de custos de produção, de aceitação nos mercados, de competição internacional de preços. Retomando a questão aberta pela Intelectualidade paulista, no início da década, sobre a difusão do conhecimento científico na agricultura, lembrava que a modernização pleiteada pressupõe a instalação, o mais breve possível, da Escola Prática de Agricultura de Piracicaba, equipada com o campo de experiências e o posto zootécnico anexos, previstos pela lei nº 587, de 31.08.1898[5].

Em seu relatório, Alfredo Guedes constatava que, em virtude da crise financeira, nada se fizera na Fazenda São João da Montanha, estando paralisados os trabalhos havia quase dois anos. Apenas expedira-se o decreto nº 611, de 09.11.1898, para a execução da lei nº 587, "[...] mas não fora possível proceder à instalação da Escola, por não ser suficiente a verba concedida". A esperança de reinício do projeto era repassada para o orçamento do ano seguinte (1899), que previa a verba de 60:000$000, de *per si* insuficiente, haja vista que se esperavam despesas da ordem de 70:000$000, com pessoal docente e administrativo. Seria tentado a um artifício aplicável no primeiro ano de instalação da escola, o de preencher as três primeiras cadeiras, o que reduziria as despesas para 58:200$000. O saldo insuficiente (1:200$000) para custear o empreendimento exigiria um crédito suplementar e remanejamento das despesas com a instalação[6].

A fazenda continuou paralisada, até que a atividade reformadora sobre a agricultura veio a se concretizar por meio do ato da aprovação da lei do Serviço Agronômico no Congresso Paulista (lei nº 678), em 13 de setembro de 1899. No final desse do ano, Alfredo Guedes pôde informar que se achava em execução o art. 13 da lei nº 678, graças ao qual a primeira Escola

Prática de Agricultura devia ser instalada na Fazenda São João da Montanha, em Piracicaba. As obras haviam sido autorizadas, e achavam-se em ritmo satisfatório as aquisições feitas para, "[...] em breve prazo, inaugurar-se a Escola". Retomadas as construções da época de Morimont, adaptava-se um grande armazém para prestar-se às aulas, "[...] até que se possa construir outro melhor". Previa-se para março de 1900, a conclusão das obras de instalação da escola, adiantando-se a verba para a aquisição de móveis e materiais escolares encomendados no exterior.Apertava-se o orçamento para 50:000$000[7].

Em 1900, inaugurava-se o mandato de Francisco de Paula Rodrigues Alves na Presidência do Estado de São Paulo. O novo secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antônio Cândido Rodrigues, deu continuidade às iniciativas de Alfredo Guedes[8]. Em primeira instância, cuidou da montagem do Serviço Agronômico do Estado de São Paulo e da instalação dos seis distritos constituídos dentro de circunscrições individualizadas, geográfica e economicamente[9]. Complementando, instalava as comissões municipais de agricultura, o Serviço de Estatística da lavoura do café, os campos de experiências ou demonstração, saídos da iniciativa municipal (Moji-Mirim e Pirassununga) e o ensino agronômico.

Quanto à Escola Agrícola de Piracicaba, Cândido Rodrigues reconhecia que apesar dos esforços despendidos "[...] ainda não foi possível conseguir tão *pariótico desideratum*"[10]. Tudo indicava ser iminente a inauguração da Escola, pois os móveis encomendados na capital e o material de laboratório adquirido na Europa já se achavam na fazenda; o ano escolar devendo iniciar-se em 10.01.1900.

Questões diversas responderam pelo atraso de dezoito meses no calendário. *Primeiro:* a lei do Serviço Agronômico só foi posta em vigor pelo dec. nº 752, de 15.03.1900. Em razão do Art.13 da lei, preparou-se um novo regulamento, que precisou ser submetido à aprovação do Legislativo paulista, o que veio a ocorrer na forma do dec. nº 683-A, de 29.12.1900[11]. *Segundo:* houve dificuldades na composição do corpo docente e auxiliar da escola. *Terceiro*: a nomeação do diretor gerou dificuldades técnicas, pois tratava-se de uma figura que devia associar a competência como professor à capacidade administrativa, além de exercer as funções de docente numa das cadeiras, dirigir o colégio e administrar a fazenda-modelo anexa à escola. Porém, o regulamento não o discriminava no orçamento dos lentes; foi necessário aguardar nova deliberação do Legislativo, mas este só se reuniu após o recesso, em março de 1901. Prestes a expirar o prazo decenal, contrariava-se a expectativa do secretário, que desejava inaugurar a escola, a fim de dar por

> [...] satisfeito o compromisso tomado pelo governo ao aceitar, em 1892, a doação da Fazenda São João da Montanha por parte do dr. Luiz de Souza Queiroz, da ilustre família que por mais de um ato desta natureza faz jus ao reconhecimento do Estado[12].

A Fase Legiferante

Durante a última década do século XIX, ensaiou-se no Congresso paulista uma legislação específica sobre o ensino profissional agrícola. A lei nº 26, de 11.05.1892, autorizava o governo a criar uma faculdade de agricultura, uma escola de engenharia e dez estações experimentais.

A lei nº 64, de 17.08.1892, criava o Instituto Politécnico; a lei nº 191, de 24.08.1893, completava a fusão das duas leis anteriores (a nº 26 e a nº 64) e dava regulamento à Escola Politécnica, dotada dos cursos de engenharia industrial, engenharia agrícola e curso de artes mecânicas.

A lei nº 367, de 03.09.1895, criara a Escola Prática de Agricultura, em nível secundário, na Fazenda São João da Montanha, em Piracicaba, mas nunca veio a ser regulamentada[13]. A lei nº 587, de 31.08.1898, recriava a mesma escola, mas em nível elementar, sendo regulamentada pelo dec. nº 611, de 09.11.1898[14]. A introdução do Serviço Agronômico do Estado de São Paulo, mediante a lei nº 678, de 13.09.1899, implicou alterações no corpo da lei anterior, que foi reinterpretada pelo dec. nº 683-A, de 29.12.1900 (constante de dezesseis capítulos e 143 artigos) e que lhe atribuiu novo regulamento e, praticamente, constituiu a certidão de nascimento da nova Escola Prática de Agricultura de Piracicaba[15].

O governo ensaiava uma política agrícola, desde José Alves de Cerqueira César, vice-presidente em exercício, em cujo mandato foi criada a Secretaria de Estado da Agricultura Comércio e Obras Públicas (lei nº 15, de 11.11.1891), dotada de receita própria e com poder de alcance sobre os fatores da produção. A organização dessa secretaria e a sistematização dos serviços exigiu cerca de uma década; sua meta era expansão da economia, a defesa da sua principal indústria, a agricultura, além da administração da iluminação pública, ferrovias, correios e telégrafos, serviço astronômico e meteorológico, comissão geográfica e geológica[16].

Paralelamente, organizava-se o projeto de ensino público, que resultaria na lei nº 88, de 08.09.1892, e que devia ser implantado pela Diretoria Geral da Instrução Pública. A retomada da organização da Secretaria da Agricultura ocorreu no mandato presidencial seguinte, de Bernardino de Campos (dec. nº 251, de 03.08.1894, e dec. nº 345, de 25.03.1896), mas só veio a completar-se com a lei do Serviço Agronômico (lei nº 678, de 13.09.1899), a Grande Lei da Agricultura de São Paulo, que deveria implementar o projeto da "modernidade" na política agrícola do governo.

Alfredo Guedes, o novo titular da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, viria a reconhecer, em 1898, o quanto essa secretaria se achava desaparelhada para atender aos fazendeiros na fase aguda da crise da cafeicultura[17]. Buscou-se um programa capaz de atuar sobre as fontes da produção da riqueza no setor agrícola, de descobrir alternativas, de dividir o Estado em regiões agrícolas e distritos agronômicos. Satisfazia, em parte, aos setores mais progressistas da classe, ao pretender um amplo programa para a agricultura, em geral, e para o ensino profissional agrícola, em particular, a começar pelo estabelecimento em Piracicaba.

Em face da necessidade da transformação do país, buscava-se dar fundamentação científica e tecnológica às mudanças que se pretendiam implantar, sob a influência dos modelos bem-sucedidos na agricultura moderna. Por suporte técnico, a Estação Agronômica de Campinas, que fora transferida, em 08.01.1892, para a esfera administrativa da Secretaria da Agricultura, e rebatizada como Instituto Agronômico de Campinas (IAC), que viria a se tornar um grande centro da pesquisa na agricultura paulista no século XX.

Uma das estratégias adotadas pela Secretaria da Agricultura foi o ensino profissional

agrícola, desenvolvido com independência em relação ao ensino público patrocinado pela Diretoria Geral da Instrução Pública, embora tivesse de aguardar quase uma década para concretizar-se. O decreto de nº 611, de 09.11.1898 (1º Regulamento da Escola) – que regulamentava as leis nº 587, de 31.08.1898, e nº 683-A, de 29.12.1900 (2º Regulamento), que o substituíram – demonstrava a intenção da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em manter-se independente na área do ensino agrícola de grau médio, condição em que permaneceu durante toda a Primeira República, financiando com recursos próprios o Projeto de Ensino Técnico, que foi incluído na lei do Serviço Agronômico (lei nº 678, de 13.09.1899)[18].

A implantação de uma agência de saber técnico pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, mediatizada pelo Serviço Agronômico, dava direcionamento aos fatores sociais da produção do conhecimento teórico-prático objetivando, a médio e longo prazos, a racionalização dos métodos de produção na agropecuária e na agroindústria, a diversificação da lavoura e a implementação da modernidade na agricultura pela tecnificação. Os técnicos formados na escola prática de agricultura deveriam colocar-se ao lado dos engenheiros agrônomos saídos da Politécnica, como os agentes da modernização na agricultura, a bem do progresso do Estado de São Paulo. É o que se depreende da análise dos documentos básicos, as leis de nº 367 e nº 587, a Grande lei (nº 678) e os dois regulamentos elaborados para a Escola de Piracicaba. Apesar das alterações impostas pelas circunstâncias, o projeto oficial que se tentava implantar em 1901 não escapava influência do projeto originariamente elaborado pelo engenheiro Morimont, nem rompia com as bases sobre as quais ele se sustentava.

Nas pegadas de Morimont

> A Escola Prática de Agricultura é a metódica síntese de todos esses progressos [científicos] e o complemento mais necessário para a sua vulgarização [...] Assim, em três anos de curso, formar-se-ão, para a lavoura paulista, valiosas plêiades de auxiliares, não aventureiros, admiravelmente preparados a propagar as melhores práticas até o extremo dos sertões, e colher os dons ubérrimos que a nossa boa mãe comum – a terra – nos oferece generosamente de braços abertos[19].

A experiência do engenheiro Léon Alphonse Morimont se desenvolve num contexto de contribuições cumulativas. O projeto de 1895 e a legislação sucedânea constituíram um corpo de racionalizações embasadoras do Projeto de Ensino Técnico Agrícola, que veio a formular-se nos últimos anos do século XIX. Pode-se inferir, pela comparação dos documentos subseqüentes, o alcance do projeto original de organização da Escola Prática de Agricultura, a sua permanência motivadora e como referencial qualitativo na defesa dos interesses do ensino profissional agrícola. Guardaram a sua marca os projetos enviados pelo governo paulista ao Legislativo, ali defendidos pelos mentores da cientificação agrícola, Pereira Barreto, Jorge Tibiriçá, Paula Souza, Arthur Prado de Queiroz Telles, Francisco Malta, Alfredo Guedes e Cândido Rodrigues.

A convergência de interesses justificava-se em função da crise da cafeicultura, que sensibilizava os grupos políticos às pressões dos publicistas e dos porta-vozes das ações transformadoras a ser introduzidas na

agricultura paulista. Por haver sido bem-sucedida com uma monocultura de exportação, a classe proprietária na lavoura resistira aos apelos de mudança, muitos fazendeiros se endividaram na década de 1890, parecendo condenados a perder os seus capitais. Como ressolho, as palavras do dr. Pereira Barreto: "[...] Nós, fazendeiros, só sabemos plantar café [...]".

Discutia-se o modelo agroexportador e a monocultura; o câmbio baixo, que agradava a maioria dos lavradores, dificultava as importações, provocando a carestia dos gêneros alimentares; o crescimento das cidades e do mercado interno exigia a diversificação da agricultura. O último lustro do século XIX demandava mudanças e redirecionamento das forças produtivas na agricultura, exigia uma política oficial, capaz de inovar a partir das bases, respaldada pelo conhecimento transmitido, metodicamente, por meio de uma programação específica.

A concepção do ensino superior como o responsável pela transmissão metódica de uma programação de saber específico se achava consolidada no final do século XIX e contava em São Paulo com o funcionamento recente da Politécnica. A política agrícola que o Estado exigia não podia dispensar o ensino agronômico de grau médio, ainda inédito. A finalização que se perseguiu, numa linha de programação do ensino profissional agrícola (técnico), a tomar-se por base a organização de uma escola *sui generis*, levou à construção de um sistema de ensino patrocinado pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras do Estado de São Paulo, em que esta assumiu todos os riscos.

Qualquer especulação a respeito do sistema de ensino intencionado remete ao Primeiro Capítulo dos dois regulamentos, elaborados em 1898 e 1900, pelos quais a escola é convenientemente entendida como o *locus* privilegiado da transmissão da cultura técnica agrícola e definida por sua função de promover a programação teórico-prática (subentendida como verdadeira missão educacional), dirigida para a formação dos novos profissionais, os agrônomos práticos, personagens tidos em conta de agentes colaboradores da modernização da agricultura paulista.

O objetivo da escola não se limitava à formação técnicos habilitados para a agricultura paulista: ela devia também alinhar o novo profissional a um potencial mercado de trabalho, onde lhe seriam oferecidas duas oportunidades opcionais: ou a exploração racional da lavoura, no interior das propriedades rurais (art. 3º, cap. I do Regulamento de 1900), ou a ocupação como funcionário público integrante dos quadros da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (art. 115, cap. XIII do Regulamento de 1900) e principal agente de comunicação no serviço agronômico. Em ambos os casos, configurava-se o portador de um preparo técnico reclamado, urgentemente, pela agricultura. Ambas as possibilidades haviam sido previstas por Morimont em seu Relatório Técnico de 1894. Em razão desse almejado preparo técnico, o novo profissional era tido em conta de paradigma, passível de reprodução ulterior, colocado, por meio da sua ação transformadora a serviço do progresso da agricultura paulista (art. 1º, cap. I do Regulamento de 1898 e art. 3º, cap. I do Regulamento de 1900).

Apresentava-se a escola como a nova agência de saber institucionalizado e metodicamente organizado, de um lado; o agrônomo, agente técnico da modernização, de outro. Ambos, agência e agentes, eram oficialmente

potencializados nesse final do século XIX, tidos em conta de fatores transformacionais a serem lançados junto à classe proprietária na lavoura, a braços com a formidável crise, instalada bem no eixo do sistema econômico que lhe dava suporte.

Ambos, agricultor e agricultura, vinham sendo criticados, na última década do século XIX, pelo apego aos métodos tradicionais, à foice e à enxada, à monocultura, ou por sua resistência à diversificação, à tecnificação, às práticas racionais fundamentadas pelas ciências agronômicas. Diagnóstico e prognóstico colocavam o técnico no cerne da problemática agrícola, evidência recebida sem muita convicção pela classe dominante, quase como uma concessão aos reclamos dos ilustrados e progressistas que acenavam com os exemplos bem-sucedidos na Europa, América do Norte e Japão. Nos últimos anos, quando muitos já se desiludiam do projeto de ensino agronômico de grau médio, a crise da lavoura do café e os apelos aos expedientes de ordem salvacionista trabalharam a mentalidade dos políticos, possibilitando a sua implantação.

Assim, chegamos aos objetivos do ensino agrícola que deviam proporcionar a buscada transmissão cultural intencionada dos princípios agronômicos, por meio de uma experiência metódica e motivadora, no interior de um complexo educacional montado na Fazenda São João da Montanha, em Piracicaba (art. 13º). Em razão do que se desejava, organizava-se o ensino técnico agrícola, dotado de currículo inovador, provido de um esquema organizatório que o adequava às finalidades do ensino teórico-prático, ao método demonstrativo-experimental.

A escola promotora do ensino devia ser organizada de forma a privilegiar a instrumentação do saber agronômico nos seus três ambientes pedagógicos: o colégio, reduto do ensino teórico-demonstrativo, equipado com salas de aula, gabinetes de leitura, laboratório, museu, biblioteca e dependências utilitárias; a fazenda-modelo e o posto zootécnico, destinados às aplicações práticas e à experimentação nos diversos tratos culturais ou de animais, equipados para proporcionar conhecimento e produção, tanto para o consumo interno quanto para rendimentos em vista do custeio do estabelecimento (art. 3º, cap. I e art. 93º, 98º e 99º, cap. XII do Regulamento de 1898 e art. 5º, cap. I do Regulamento de 1900).

Consolidava-se o modelo básico (ensino europeu adaptado) deixado por Morimont, quando defendera, entre 1894 e 1896, a introdução do ensino profissional e prático da agricultura no complexo educacional a ser montado na Fazenda São João da Montanha[20]. Seguindo esse modelo, era previsto o treinamento do aluno nas diversas situações-problema do cotidiano de uma fazenda, ensejando-se o espaço ideal para a incorporação dos conhecimentos técnicos. Privilegiando-se o ensino prático, não se deveriam minimizar os princípios científicos, proporcionando-se, ainda, uma dimensão inédita para o grau médio, a investigação de gabinete ou de campo, para a elucidação das questões práticas. Por sua vez, o elenco das experiências educacionais não se limitaria ao complexo instalado na Fazenda São João da Montanha, pois a educação agrícola devia ser coextensiva aos modelos extra-escolares, de forma a proporcionar a observação *in loco* dos tratos culturais, dos processos agroindustriais e das atividades agropastoris (art. 2º, itens 1, 2, 3 e 4, cap. I do Regulamento de 1898; art. 4º, itens 1, 2, 3 e 4,

cap. 1 do Regulamento de 1900). Por finalização da experiência educacional pretende-se dotar o agronomando do preparo técnico, da capacitação gerencial e exploratória das potencialidades de uma propriedade agrícola, subentendida como empresa agroindustrial.

Formar o técnico num contexto empresarial correspondia às expectativas sócioeconômicas do capital agrícola. Não bastava. Era indispensável lançá-lo como fator de inovação atuante no interior das forças produtivas.

A Experiência Proposta com Base na "Metódica Síntese"

Durante o governo de Francisco Peixoto Gomide (1898), estando na Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras, como seu titular, o engenheiro Antônio Francisco de Paula Souza, a Escola Prática de Agricultura foi recriada com o objetivo de atender às modificações no projeto, mediante a lei nº 587, de 31.08.1898. Alteravam-se os pré-requisitos, reduzindo-se a idade mínima exigida para quinze anos e o nível de escolaridade anterior (curso elementar). Abandonava-se o modelo de escola de segundo grau proposto na lei nº 367, em razão das dificuldades econômicas do Estado de São Paulo e da necessidade de inaugurá-la até 1901, segundo as condições pré-estabelecidas no dec. nº 130, de 17.11.1892, e nos autos da Escritura Pública de 1892.

Permaneciam os três elementos constitucionais: o colégio, a fazenda-modelo e o posto zootécnico. Descenso de grau e de escolaridade motivaram a opção pelo "ensino rudimentar, o mais prático possível", mas suficiente para formar "cultivadores" (art. 4º, parágrafo 3º da lei nº 587, de 31.08.1898). A obra racionalizadora de Antônio Francisco de Paula Souza perpassava a legislação, acentuando a proposta curricular. Por efeito imediato, aumentava-se o distanciamento com relação à Escola Politécnica, enquanto se restringia a organização modular do currículo para *três campos de saber* (art. 2º, itens a, b e c), que especificamos:

Matemática elementar, contendo escrituração mercantil aplicada aos estabelecimentos agrícolas.
Princípios fundamentais das ciências físicas e naturais.
Agricultura geral, zootecnia e economia rurais.

O Regulamento de 1898 (dec. nº 611, de 09.11.1898), elaborado para essa lei, refletia a mesma tendência simplificadora, impunha diferenciação entre campo de saber (os três módulos supra), cadeiras (em número de cinco), devidamente ocupadas pelos lentes ou professores efetivos, e disciplinas ou matérias, organizadas em função de cada cadeira, distribuídas pelas três séries do curso. Economia rural entrava como conhecimento na área de agricultura; inexistiam tecnologia, engenharia rural e administração como disciplinas independentes, observando-se que desenho, topografia e horticultura deviam ser ministrados por professores auxiliares (art. 12 e 13).

As cadeiras eram as seguintes (art. 12):

1ª Cadeira: matemática elementar; física experimental e meteorologia; mineralogia.
2ª Cadeira: botânica; zoologia; fitopatologia.
3ª Cadeira: química inorgânica; química orgânica e agrícola.
4ª Cadeira: agricultura geral e especial; economia rural.

5ª Cadeira: zootecnia geral e especial; química; higiene veterinária.

As cadeiras distribuíam-se por séries (art. 10º, Regulamento de 1898), segundo as disciplinas que incorporavam:

1º Ano. *Parte teórica*: física; química inorgânica; mineralogia; botânica; zoologia; matemática elementar.
1º Ano. *Parte prática*: trabalhos de laboratório; desenho; serviço de preparo de terreno; racionamento de animais.
2º Ano. *Parte teórica*: química orgânica; meteorologia; fitopatologia; agricultura geral; economia.
2º Ano. *Parte prática*: trabalhos de campo (sementeiras, cultivo, colheita); tratamento de animais; exercícios de laboratório; desenho.
3º Ano. *Parte teórica*: agricultura especial; zootecnia especial; veterinária; química agrícola; contabilidade.
3º Ano. *Parte Prática:* trabalhos de agricultura e zootécnica; horticultura; química veterinária; administração; excursões.

Notamos que essa produção curricular buscava aproximação com o modelo da *école pratique*, mas com nível inferior. Talvez fosse a materialização da fórmula solicitada pelo deputado Antônio de Moraes Barros para o "ensino rudimentar". Não tardou a operar-se a reação, sob a influência do Legislativo, que preparara o projeto nº 25/A de 1898, consubstanciado na Grande lei do Serviço Agronômico de 1899 (a lei nº 678, de 13.09.1899). Em 1900, a crítica cientificista ao empobrecimento do currículo proposto para a Escola Prática de Agricultura partiu dos representantes mais progressistas no Congresso, inclusive de Antônio Cândido Rodrigues, futuro secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (no governo de Rodrigues Alves).

Foi aprovado um novo regulamento para a escola, que invalidava o anterior. O decreto nº 683-A, de 29.12.1900, tinha a finalidade de pôr em execução o que prescrevia a lei nº 678, de 13.09.1899, quanto à função gerencial do Serviço Agronômico sobre o ensino profissional agrícola (art. 1º, parágrafo 1º) de nível elementar, a ser criado nas escolas práticas (art. 3º e 4º), e de liberar a Escola Prática de Agricultura de Piracicaba, a primeira de uma série, a ser instalada na Fazenda São João da Montanha (art. 13). Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente do Estado de São Paulo, praticamente recriava a Escola Agrícola Prática de Piracicaba, ao lhe atribuir o novo regulamento (art. 1º do referido decreto)[21].

O regulamento reabilitava o aluno, novamente titulado de agrônomo, o curso permanecia com três anos de duração (art. 7º), no grau médio (as disciplinas exigidas para os preparatórios eram de nível elementar: português, francês, aritmética elementar e noções de ciências naturais (art. 74) e a idade mínima era dezesseis anos (art. 73). Mantinha a simplificação anterior quanto aos três campos de saber, ou módulos, e as cinco cadeiras, que vinham enriquecidas com novas disciplinas como climatologia (em complemento à física e meteorologia), geologia e química industrial (em complemento à química), agrologia, fitotecnia e máquinas (em complemento à agricultura), agrimensura (art. 9º).

Organização Pedagógica: Módulos e Currículo

I. Matemática elementar; física-meteorologia-climatologia agrícola; química inorgânica e mineralogia;química orgânica e industrial; geologia agrícola; botânica, fitopatologia e zoologia.
II. Agrologia e máquinas; fitotécnica; economia e contabilidade rurais.
III. Zootecnia; arte veterinária; higiene pecuária.

Mantida a concepção modular de currículo, as cinco cadeiras eram dirigidas por lentes, sendo incluídas como disciplinas auxiliares 1) desenho topográfico com agrimensura e 2) contabilidade, ministradas por simples professores (art. 9º e 10º):

1ª cadeira
1ª Parte: matemática elementar.
2ª Parte: física-meteorologia-climatologia agrícola.
3ª Parte: química inorgânica e elementos de mineralogia.

2ª cadeira
1ª Parte: botânica geral e agrícola.
2ª Parte: fitopatologia.
3ª Parte: zoologia (noções de entomologia agrícola; apicultura; sericicultura e piscicultura).

3ª cadeira
1ª Parte: geologia agrícola (formação e composição dos terrenos geológicos do Estado de São Paulo).
2ª Parte: química orgânica aplicada às indústrias rurais.
3ª Parte: química agrícola (composição de solos, nutrição de plantas, fertilizantes, análise mecânica e físico-química do solo lavradio).

4ª cadeira
1ª Parte: agrologia (classificações de terras, mecânica aplicada às máquinas, métodos de lavoura, correções físicas do solo, processos de estrumação.
2ª Parte: agricultura especial (estudo fitotécnico dos cereais, das leguminosas, plantas industriais e feculentas, das forragens, das frutíferas, das essências florestais e dos vegetais hortenses).
3ª Parte: noções gerais de economia; estudo dos instrumentos de produção: terra, trabalho e capital, e questões relativas.

5ª Cadeira
1ª Parte: zootecnia geral e especial; princípios das construções rurais (estábulos, silos, estrumeiras, celeiros).
2ª Parte: noções de anatomia e fisiologia; exterior de animais domésticos
3ª Parte: patologia; pequena cirurgia; higiene veterinária.

O curso de três anos era dividido em semestres (art. 12º), com avaliações parciais e gerais.

1º Ano
1º Semestre: matemática elementar; botânica; química inorgânica e mineralogia.
2º Semestre: física; zoologia; geologia.

2º Ano
1º Semestre: geologia; agrologia; agrimensura.
2º Semestre: química orgânica; agricultura; zootecnia; agrimensura.

3º Ano

1º Semestre: química agrícola; economia rural; anatomia, fisiologia e exterior de animais domésticos.

2º Semestre: fitopatologia; cirurgia; higiene veterinária; construções rurais; contabilidade agrícola.

No currículo a ser implantado em 1900 era visível a influência européia. Todavia, não se pode descurar a existência de um curso superior de engenharia agronômica oferecido pela Escola Politécnica de São Paulo e, por meio dele, a notória presença de um especialista consagrado, Paula Souza, empenhado em resguardar o distanciamento entre o curso da Politécnica e o curso prático secundário a ser ministrado em Piracicaba. Tudo indica que em seu primeiro Regulamento, de 1898, não se buscou a miniatura do currículo da Politécnica, embora eles se correspondessem. Guardadas as devidas proporções, as cadeiras de agricultura e zootecnia, bem como as disciplinas agrimensura, contabilidade e desenho, fazem parte dos dois cursos.

O que se destaca na Escola de Piracicaba é a ênfase atribuída às chamadas ciências matemático-físicas e químico-naturais, propiciatórias dos conteúdos técnicos e organizadas em nível de segundo grau em três cadeiras. No curso da Politécnica, elas estavam incluídas no nível superior. Por exemplo: física experimental e meteorologia integravam o curso de engenharia civil, enquanto química geral integrava o curso de engenharia industrial. Já observamos a lamentável ausência de tecnologia agrícola no currículo da Escola Agrícola Prática de Piracicaba, que, no entanto, aparecia na Politécnica, no curso de engenharia rural. A sua ausência constitui prova do distanciamento exigido por Paula Souza como prática diferencial dos níveis superior e secundário no ensino. Outra constatação diz respeito às aproximações com o Regulamento Politécnico de 24.03.1900, quanto à composição das "matérias" nos seus três módulos, ou "seções", com atenção a sua natureza: 1º ciências físicas e matemáticas; 2º tecnologia, artes e administração; 3º ciências naturais, culturas e indústrias agrícolas (art. 36, cap. IV, Regulamento de 1900).

Observando-se na perspectiva do tempo as modificações ocorridas em relação ao Projeto Morimont, três campos modulares de saber foram particularmente visados e submetidos a um grosseiro processo redutor: administração, tecnologia e engenharia rural. Em 1895, a pretexto de aliviar a carga científica, excessiva para uma escola de grau médio, tentou-se, por intervenção do deputado Arthur Prado Queiroz Telles, favorecer discretamente os conhecimentos de economia, enquanto englobava-se tecnologia, administração e legislação rural num único campo. A iniciativa foi barrada em razão da pressão cientificista e política que promanava do Congresso, Jorge Tibiriçá e outros, que recebia o apoio do presidente do Estado Bernardino de Campos. A concepção original permaneceu na lei nº 367, de 03.09.1895, mas não logrou concretização (Fig. 17).

Três anos mais tarde, em meio à crise econômico-financeira que abalava a cafeicultura e o Estado de São Paulo, retomou-se a iniciativa, a pretexto de instalar a escola de qualquer jeito, assumido-se o risco do "ensino rudimentar". Operava-se grave retrocesso sob a lei nº 367, que criava uma escola de grau médio. O deputado Francisco Malta, relator da Comissão de Agricultura da Câmara,

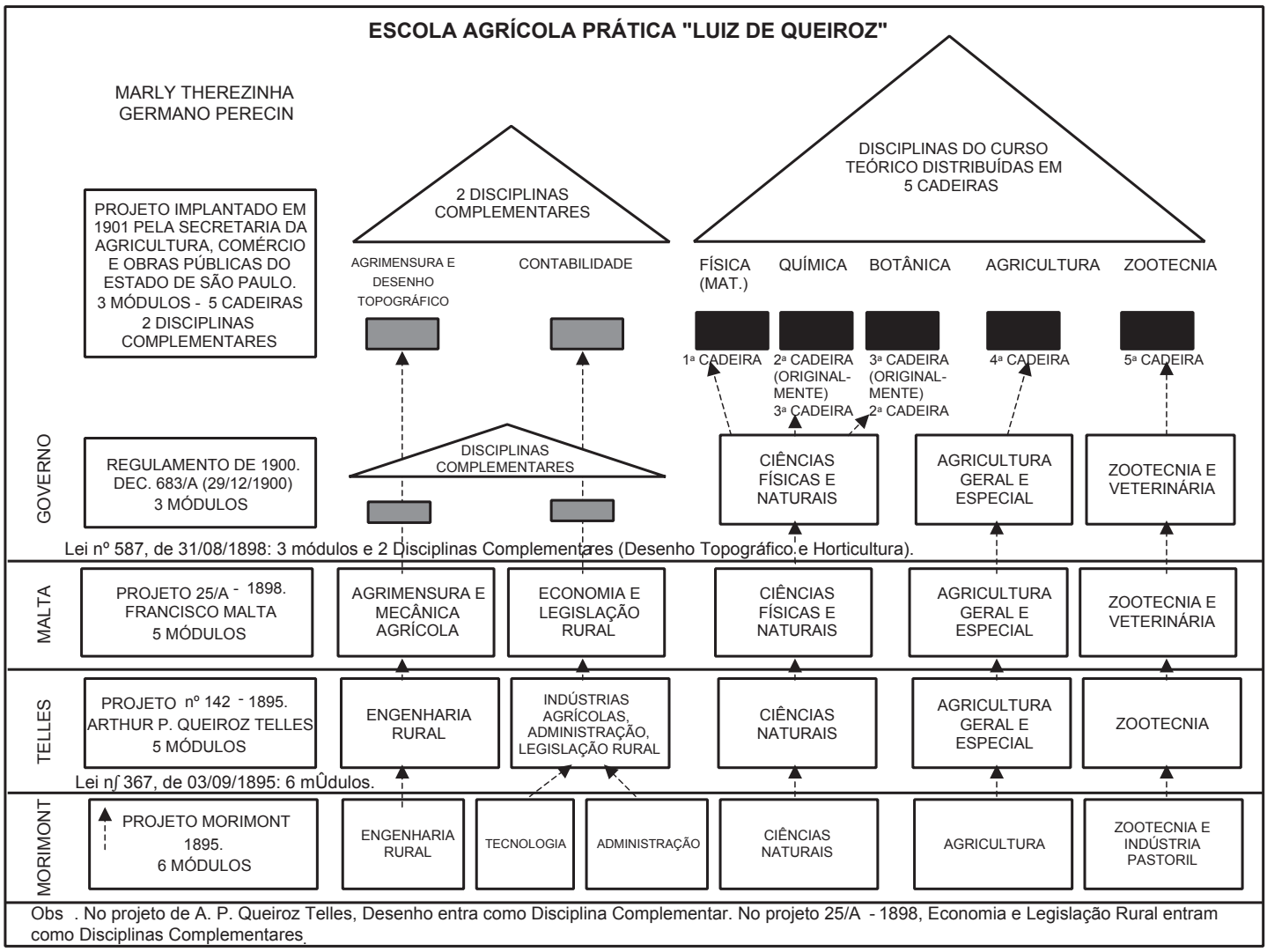


Fig. 17. A simplificação do Projeto de Léon Alphonse Morimont, ocorrida no período 1895-1901.

apresentara, em junho de 1898, um projeto curricular de cinco módulos (Fig. 17), que suprimia tecnologia e dispunha o currículo da seguinte forma: 1) ciências físicas e naturais; 2) agricultura geral e especial; 3) zootecnia e veterinária; 4) agrimensura e mecânica agrícola; 5) legislação e economia rural[22].

A lei nº 587, de 31.08.1898, viria a consumar a radicalização, justificada face à crise. A mutilação dos currículos anteriores reduzia a escola ao nível elementar, abolia a titulação de agrônomo para o aluno formado por tal curso profissionalizante e aumentava o distanciamento com relação à Escola Politécnica, na qual já funcionava o curso de engenharia agronômica, desde 1897. A simplificação grosseira dos seis módulos originais do Projeto Morimont em apenas três, estabelecidos pela lei nº 587 e pelo regulamento contido no dec. nº 611, ambos de 1898, manifestava a tendência do governo Peixoto Gomide de atribuir prioridade a outras áreas.

Em função da lei do Serviço Agronômico, lei nº 678, de 13.09.1899, reformulou-se, em 1900, o projeto da Escola Prática de Agricultura, reajustando-se o grau de escolarização (aproximando-o da *école pratique* do sistema de ensino agrícola francês), resguardando-se o distanciamento preconizado por lei em relação à Escola Politécnica[23]. Mantiveram–se os três módulos da lei nº 587, de 31.08.1898, individualizados quanto às áreas básicas: ciências físicas e naturais (matemática, física, química e biologia), agricultura e zootecnia. Agrimensura, desenho topográfico e contabilidade eram incluídas como disciplinas complementares, na ausência de engenharia rural e administração. Tecnologia, área símbolo da agricultura moderna, era apenas inserida no módulo de agricultura especial, como complemento aos estudos sobre as plantas e matérias-primas de valor industrial, o mesmo acontecendo com economia, incluída na terceira parte do programa da 4ª cadeira (agricultura) (Fig. 17).

Buscamos apresentar em linguagem gráfica (Fig. 17) ao mudanças ocorridas desde a formulação do Projeto Morimont de 1894 até se chegar ao projeto implantado por meio do dec. nº 683-A, de 29.12.1900, de forma a revelar a importância atribuída ao *curriculum* científico adotado em 1901. Permaneceram inalterados apenas os módulos de agricultura e zootecnia, transformados nas cadeiras (4ª e 5ª). Os demais foram suprimidos ou passaram por modificações circunstanciais, como o das ciências físicas e naturais, que se desmembrava em três cadeiras (1ª, 2ª e 3ª), hipertrofiando-se (ver o Anexo A).

A Transmissão Metódica ou Modo de Ensinar

Os conteúdos de pensamento e de ação (o saber) relacionam-se com as condições institucionais da sua transmissão e os métodos teórico-experimentais aplicados.

O engenheiro Morimont impressionou as autoridades paulistas pela coerência com que defendeu a modernização da agricultura através do ensino técnico. Tomando por base a experiência adquirida, ele não enxergava dificuldades na implantação de um projeto educacional, apesar de inédito. No seu entender, para formar os alunos, bastavam as condições materiais e um curso seriado ministrado por professores competentes a exemplo do que se praticava nas escolas agrícolas européias[24].

Otimista, confiante na pujança do Brasil e no potencial econômico paulista, como outros intelectuais estrangeiros da época, equacionava a sua proposta didático-pedagógica em termos de um bem dosado equilíbrio entre teoria e prática, havendo esta por predominar sobre aquela. Ao mesmo tempo em que propunha o colégio-internato por sede dos estudos teóricos, ligava-o aos setores de aplicação prática, a fazenda-modelo, os campos de experiência e o posto zootécnico. A relativa centralização dos estudos teóricos no interior do complexo educacional a ser montado viria a ser compensada pelo funcionamento "desembaraçado" dos setores naturais de demonstração e de aplicação prática. Se o posto zootécnico constituiria a "mais natural demonstração prática do indispensável curso de Indústria Pastoril", os campos experimentais da fazenda-modelo, seriam como "o livro aberto" da natureza[25].

A teoria e a prática propostas por Morimont, em 1895, para serem aplicadas ao sistema de ensino profissional agrícola projetado pelo governo paulista remetiam ao método teórico-prático, eleito como o caminho indispensável à formação do novo técnico, o agrônomo prático. A Escola Prática de Agricultura trazia como novidade a figura do aluno na condição de aprendiz-trabalhador, recebendo treinamento nos diversos tratos culturais da fazenda-modelo, nos campos de experiência e demonstração, nos processos mecânicos, nas tarefas da agrimensura e da engenharia rural, nos armazéns, nos currais, na fabricação de laticínios, nas diversas agroindústrias e indústrias pastoris. A defesa do novo titulado, o agrônomo, era implícita no compromisso inovador de formar o técnico para o exercício da agricultura, como proprietário, administrador ou funcionário público, numa economia de trabalho liberto, marcada pelo ingresso maciço da mão-de-obra imigrante, que se justapunha à residual, proveniente do antigo sistema.

Morimont revelara-se cauteloso na defesa do ensino científico. A apresentação de um currículo teórico, eivado das chamadas ciências matemático-físicas (matemática, geometria e física) e naturais (biologia e química), associadas a trabalhos práticos, o levava a afirmar:

> [...] Conseqüente com o nome, o programa da Escola Prática de Agricultura será, sobretudo, prático. Entretanto, há um *minimum* de conhecimento teórico que um agrônomo deve possuir, não só por ser o alicerce da sua profissão, como também um elemento necessário da moderna cultura intelectual[26].

Não diferia, em essência, a posição do dr. Pereira Barreto[27]. Este foi um dos pioneiros no ensino agronômico, com a sua projetada Escola de Viticultura, no início da década de 1890, delineada num projeto encomendado a Daffert. No particular do ensino tecnicista, o médico defendia uma metodologia em que a função prática estivesse subordinada à teoria, de forma que o mestre devesse possuir a teoria e viesse a repassá-la, demonstrativamente, a fim de que o aluno "aprendesse a apreender".

Em ambos, Morimont e Pereira Barreto, a aparente separação entre a teoria e a prática era mero expediente a ser adotado, nunca recurso para separar as funções docentes e discentes, tampouco para truncar o processo do conhecimento, mas para reforçar o empenho no ensino prático, visto como área de aproximação com o empírico, ainda muito presente na agricultura, e por esses meios levar à obtenção de resultados favoráveis na formação do técnico. Pereira Barreto vinha em defesa de Morimont: a prática devia ser acompanhada de teoria. O regulamento oficial de 1900, revisto por ele, insistentemente, reafirma esses conceitos nos artigos 15 e 29 do II Capítulo.

Referindo-se à proposta didático-pedagógica da escola, já oficializada, Elza Nadai destaca a importância atribuída ao método intuitivo-demonstrativo, o que, segundo ela, denotava a preocupação governamental em manter a escola num nível prático, sem caráter acadêmico, mas sem abandonar o ensino teórico[28].

Método e Intuição

O dever de ensinar intuitivamente consagrava-se nos dois regulamentos precedentes à instalação da Escola Agrícola Prática de Piracicaba (parágrafo 1º, art. 2º, cap.

I, do regulamento de 1898, e parágrafo 1º, art. 4º, cap. I do regulamento oficial de 1900). O método intuitivo era reafirmado de forma a dirimir quaisquer dúvidas nos capítulos subseqüentes. O legislador do dec. nº 611, de 09.11.1898, reitera: *É mister que o ensino seja feito pelo método intuitivo ou demonstrativo* (art. 39). Na assertiva vingava a interpretação de Paula Souza do método intuitivo de concretização do ensino. No dec. nº 683-A, de 29.12.1900, sob a interpretação de Pereira Barreto, o ensino também *devia ser sempre intuitivo e largamente demonstrativo* (art. 15).

O método intuitivo de ensinar era eleito por componente básico na impactação pedagógica sobre a agricultura prática. Acionado *in loco* (colégio, fazenda-modelo, posto zootécnico ou num ambiente motivador, como, por exemplo, uma excursão), sob o pressuposto da interação entre o espírito observador do aluno e a demonstração científica, ou o teórico-demonstrável, prestava-se a *reproduzir as experiências, a deduzir as conseqüências e a extrair as conclusões*. Numa segunda etapa, induzia às teorias, às formulações gerais e às aplicações da ciência. Na linha das recomendações ao mestre no exercício das suas funções, era primordial *objetivar os conteúdos, abster-se de ditar a matéria, explicá-la, clara e concisamente, promover demonstrações e comparações* a respeito do conteúdo informativo, o que deveria viabilizar-se na prática, no interior do gabinete e, fora dele, aplicar-se no cotidiano da agricultura (parágrafo único, itens 1 a 5 do art. 39, cap. VII do regulamento de 1898 e nos arts. 15 a 29 do cap. III do regulamento oficial de 1900).

A ensaiarmos qualquer definição, optamos pela tradicional compreensão de método como sendo um conjunto de procedimentos lógicos utilizados numa disciplina, os quais, sem descurar o seu objeto específico, tenham por finalidade atingir meta previamente estabelecida[29]. Por intuição racional, entende-se a apreensão clara do conhecimento transmitido (a visão clara do encadeamento lógico de uma demonstração[30]. Na classificação geral dos métodos, quanto à concretização do ensino, o método intuitivo consiste no estabelecimento do contato direto com o objeto estudado; ele é método que está sempre presente na experiência vivida *in loco*, na produção de uma demonstração científica, na explicitação dos dados teóricos numa situação concreta. Ele pressupõe a exposição teórica por parte do professor, seguida do procedimento demonstrativo na intercorrência dos diversos ambientes, laboratórios, gabinetes, oficinas, estábulos, campo ou estação meteorológica instalados no interior de um complexo educacional agronômico.

A essa experiência globalizante já se referia Morimont: "[...] o campo experimental é o livro aberto onde o público pode ler os resultados". A concretização intuitiva da cultura transmitida ou do saber inflete sobre a recomendação de Comenius a respeito da necessidade de "abrir-se o livro do mundo", enfatizada por cientificistas e pela pedagogia de Pestalozzi, de Herbart e de Horace Mann, que davam primazia à impressão sensorial na motivação do ato da aprendizagem. Foi eleita pela Intelectualidade paulista e sancionada pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no projeto de ensino profissional agrícola que se desejava ver implantado.

O repertório dessas idéias foi consubstanciado no novo regulamento oficializado em 1900. O zelo didático levou o legislador a prescrever, como em receituário, o

"modo de ensino" ou a metodologia desejada para o ensino prático da agricultura. A veemente condenação das preleções teóricas e das leituras recitadas pelo mestre continha a crítica ao antigo sistema de ensino, vigente nas escolas de Primeiras Letras e Humanidades. Todo o longo discurso metodológico se detinha nos conselhos e cuidados para que a informação teórica fosse largamente demonstrativa e instrumentada experimentalmente, porque o aluno e futuro agrônomo devia conhecer *prevalentemente as aplicações dos princípios teóricos, na forma de conhecimentos práticos de utilidade na agricultura*. Por conclusão, o método de ensino de que o professor devia se valer para a concretização do conhecimento só poderia ser o intuitivo, *largamente demonstrativo* (art. 15 e art. 16, cap. III do regulamento de 1900).

Na aplicação desse método, o professor deveria saber estimular o espírito de observação do aluno, motivá-lo, antes de proceder às objetivações concretas e às experiências demonstrativas, chegando-se às minúcias dos detalhes, a impor regrinhas e a oferecer modelos. Sempre predominando o zelo em evitar as preleções consideradas demasiado teóricas e a antiga sistemática. Vetavam-se mais do que três lições teóricas num dia letivo, para evitar prejudicar-se o andamento das atividades práticas (art. 17, art. 18 e art. 19, cap. III do regulamento de 1900).

Os conteúdos ou exercícios de qualquer cadeira deviam ser ministrados diariamente, sendo-lhes reservado um tempo de duração dobrado em relação à aula teórica. Nesse particular, havia séria advertência em caso de exposição de alguma doutrina cientificista (Lamarck, Darwin, Spencer): unicamente em dias alternados, para que não houvesse mais do que três lições teóricas num dia. Outro cuidado: as preleções teóricas podiam ser públicas, mas as demonstrações práticas, fossem de gabinete ou nos campos, ficavam sujeitas à autorização do professor (art. 20 e art. 21, cap. III do regulamento de 1900). A preocupação com distribuição dos conteúdos em razão da carga horária, jornada diária e séries do curso levou à elaboração das tabelas (Tabela 1 e 2) que se seguem:

Tabela 1. Previsão de Morimont no Relatório Técnico (1894)

número de horas diárias/emprego do tempo	1º ano	2º ano	3º ano
Trab. teóricos	5 (decrescente)	4	3
Trab. práticos	3 (cresce)	4	5
Refeições	2 (mantém)	2	2
Recreios	2 (mantém)	2	2
Estudo	4 (mantém)	4	4
Descanso	8 (mantém)	8	8
Total:	24	24	24

número de horas semanais/emprego de tempo	1º ano	2º ano	3º ano
Lições teóricas	18 (decresce)	16	14
Exercícios práticos	36 (cresce)	38	40
Estudo na classe	12 (mantém)	12	12
Refeição:1 ½ h	09 (mantém)	09	09
Recreio: 2 ½ h	15 (mantém)	15	15
Sono: 9 horas	54 (mantém)	54	54
Total: Por dia: 24 horas aula. Dias por semana: 144 horas			

Tabela 2. Previsão no Regulamento de 1898 (dec. n.º 611, de 09.11.1898)

A preocupação de lotar as horas-aula de atividades práticas com trabalhos, exercícios e demonstrações apareceu, detalhadamente, no regulamento oficial de 1900, entre os artigos 23 e 29. O educador podia assegurar-se da praticidade dos conteúdos programáticos nas cinco cadeiras, por meio de práticas gerais, como resoluções de problemas, descrições de aparelhos, repetições de experiências, resoluções e preparação de fórmulas de química, observações meteorológicas, classificações de pedras, terras e animais, processos de enxertias e podas. As práticas específicas compreendiam: preparação das caldas cúpricas, tratos cultivares, dosagens de fórmulas para adubos, utilização de produtos químicos, exames de microscópio, criação de animais, preparo de alimentos, extração de amido e de óleo, fabricações diversas na agroindústria, como vinho, queijo, manteiga, açúcar, álcool, avaliações em animais, tratamentos clínicos e lições práticas de contabilidade.

Observa-se na 4ª cadeira (agricultura) a associação entre graus de conhecimento teórico e empírico quando se tratava de prever o reconhecimento dos solos, tanto por suas qualidades físicas quanto pela vegetação que abrigava (os padrões arbóreos dos antigos agricultores). A classificação dos solos incluía tanto as análises laboratoriais quanto o estudo prático da camada vegetal da superfície, a sua adequação às lavouras, a sua resistência à charrua e demais aratórios. Nos diversos tipos de lavoura, entravam valores novos, científicos, como os costumeiros e funcionais para plantar em covas, em leiras, em canteiros, em sulcos, à rasa, médias, fundas e superficiais. Entravam os mais diversos processos de estrumação e adubação química. Eram previstos os mais diversos tratos culturais, para cereais, leguminosas, forragens, frutíferas, café, fumo, cana-de-açúcar, algodão, videiras e hortaliças. Outras práticas envolviam drenagem, saneamento de terras e irrigação. A 4ª cadeira (agricultura), já indiciava, pela multiplicidade de apelos aos suportes científicos de outros campos de saber, as possibilidades ilimitadas da sua expansão e os seus desdobramentos ao longo das décadas do século XX.

Finalidade da escola, objetivos educacionais, organização curricular, conteúdos programáticos e metodologia do ensino eram temas minuciosamente tratados no Regulamento oficial de 1900, ao todo seis

capítulos, sobrepujando os três do regulamento de 1898. Os temas a respeito da congregação, diretor, professores, administração também eram abordados com a minúcia de detalhes, que remete à preocupação de manter uma autoridade hierárquica e centralizadora na figura do secretário da Agricultura, a quem cabia a última palavra nas decisões, as mais simples. Essa autoridade inquestionada, mantida a respeitável distância (seis horas pelo circuito ferroviário da Cia. Ituana), logo se revelou fator de tropeço no andamento dos trabalhos docentes. Não era vã a reivindicação dos lentes de se alterar o regulamento de (1900), a partir do cap. IV até o cap. XII, art. 180, Parágrafo 4º. A excessiva autoridade sobre a programação didático-pedagógica e os entraves burocráticos logo revelaram o seu peso negativo, como veremos, ao analisar a primeira experiência de educação agrícola profissional, empreendida em Piracicaba entre 1901 e 1907.

A Organização dos Recursos Humanos

A congregação dos professores

A congregação da escola, tema do cap. IV (e seus treze artigos) do regulamento de 1900, era definida como a reunião dos lentes sob a presidência do diretor. Do simples roteiro de obrigações didático-pedagógicas e reuniões oficiais ordinárias, bimensais e extraordinárias, previstas no Regulamento de 1898 pelo secretário Paula Souza, convertia-se num estóico ordenamento de deveres, de reuniões mensais obrigatórias (ordinárias e extraordinárias), de punições pecuniárias aos professores faltosos sem prévia justificativa. O rigor imposto ao professor e sua docência (art. 36, cap. IV) fazia com que a congregação se convertesse em tribunal para os seus pares, nas situações em que viesse "a examinar e discutir as faltas e delitos dos professores" que fossem contrários à moral e ao regulamento, podendo resultar em processo instaurado e julgado pelo secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

As questões didático-pedagógicas também eram passíveis de discussão. À congregação cabia analisar e discutir a bibliografia utilizada em aula ou em curso por cada professor, bem como o programa de ensino das diversas cadeiras, antes de submetê-los à aprovação do secretário da Agricultura (art. 38, cap. IV do Regulamento). A falta de liberdade nas questões de docência perpassa todo o capítulo, chocando-se com o disposto no 1º parágrafo desse artigo de lei que assegurava à congregação a faculdade de "superintender e deliberar sobre tudo que fosse atinente ao regime científico e à polícia das aulas", e com o disposto no parágrafo 12 do mesmo artigo, que permitia tomar, nos casos urgentes, com relação ao regime científico e policial das aulas, as providências de imediata necessidade e não previstas no regulamento.

Sério impasse se estabeleceu nos primeiros momentos de vida da escola em razão desses direitos, que vinham a chocar-se com a centralização imposta[31]. Com base no próprio regulamento, os choques de autoridade se manisfestaram em incidentes mais graves, pondo em risco a qualidade dos trabalhos da docência e a própria continuidade do estabelecimento. O nada fazer sem a consulta prévia e a autorização do secretário da Agricultura inviabilizava as iniciativas relativas ao regime científico das aulas e tornava estéril a ênfase posta em favor do ensino e progresso da escola.

A direção

A figura do diretor era apresentada como mediadora entre a escola e o governo, via secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Fiscal e executor do regulamento, residente obrigatório no *campus*, personalidade escolhida dentro do corpo docente e de nomeação do presidente do Estado por indicação do secretário, na prática possuía fraca autonomia. A sua autoridade era fortalecida moralmente, na medida em que era o gerente da produção escolar, por ser responsável pela supervisão de todo o complexo instalado na Fazenda São João da Montanha, bem como pela nomeação e demissão dos empregados administrativos.

As deliberações que o diretor podia vir a tomar guardavam sempre caráter provisório, sujeito à confirmação ou anulação por parte do secretário. Cabia-lhe, entre tantas coisas, organizar o relatório anual da escola, de conteúdo administrativo e técnico, zelar pelo "regime científico da escola" e pelo orçamento das despesas a serem efetuadas no ano seguinte. O cargo era eminentemente político e sujeito aos critérios perrepistas, um deles, a reconhecida competência para o magistério. Era-lhe interdito chocar-se com a lealdade devocional aos princípios coronelísticos. A força desse postulado foi revelada no primeiro semestre da vida escolar em Piracicaba, por ocasião da Dissidência no interior do Partido Republicano Paulista, em 1901.

A docência

Os professores eram tidos na condição de criaturas do governo, nomeadas por decreto pelo presidente do Estado, segundo indicação do secretário da Agricultura, que os escolhia entre os mestres de notória competência, devendo ser diplomados por estabelecimentos de ensino superior nacional ou estrangeiro, onde fossem "professadas as ciências agronômicas" (art. 49, cap. VI, do Regulamento). Deles era esperado o exercício das funções da docência com a máxima correição e idoneidade, em pressuposta lealdade ao partido. Cabia-lhes a responsabilidade pela metodologia da elaboração dos programas de ensino (submetidos à análise da congregação na última reunião ordinária do ano), pelas atividades didático-pedagógicas (teóricas, práticas e extra-classe) reservadas a sua cadeira. A sua experiência devia documentar-se nos diários de classe e nos relatórios anuais sobre os cursos ministrados.

Aparentemente o governo lançava sobre os ombros do professor a responsabilidade pelo êxito ou fracasso do ensino a ser ministrado no interior do vasto complexo educacional. Dificultava-lhe as condições de trabalho pela centralização exercida pela Secretaria e pelas políticas coronelísticas, exigia-lhe participação ativa na produção, inclusive a aceitação de qualquer incumbência científica (parágrafo 4º, art. 50 do Regulamento), e passividade quanto às reivindicações gerais. Pouco ou quase nada valiam as deliberações da congregação por escrutínio secreto, se a sua vontade não era soberana e sua criatividade podia ser anulada politicamente por atos do secretário.

O Regulamento de 1900 continha um código disciplinar para o professor, sujeitando-o a punições *in pecúnia*, perda dos vencimentos parciais ou integrais, suspensão do exercício e demissão do cargo. Nos casos de licença por motivos de saúde, até oito dias, os vencimentos eram integrais, nada recebendo o professor

substituto. Acima desse prazo, descontava-se um terço do salário, para remunerar o substituto. Nas férias semestrais e anuais, era pago salário integral apenas ao professor que houvesse completado na íntegra os trabalhos escolares do ano letivo findo (arts. 52 a 56 do cap. VI).

A complementação pedagógica

As funções burocrático-administrativas da escola eram preenchidas pelo seu secretário, mas este também devia acumular as funções docentes, como professor de contabilidade. Incluía-se a figura do bibliotecário. Previa-se a organização de uma biblioteca especializada nas ciências e nas artes que constituíam o curso escolar (cap. VII e VIII do Regulamento de 1900).

Na organização das demais dependências, quatro gabinetes serviam às cinco cadeiras, mais agrimensura e contabilidade. O museu e o laboratório formavam espaços educacionais complementares às salas de aula, abrindo oportunidades novas à docência. Os gabinetes eram aparelhados com equipamentos de física e meteorologia, mostruários e coleções variadas para geologia e mineralogia, botânica, zoologia e zootecnia, material topográfico, para agrimensura e modelos de escrituração e reproduções, para contabilidade. O laboratório de química era aparelhado para análises de terras, cinzas e adubos, e o museu devia organizar-se diversificado com as seleções e os produtos animais, vegetais e minerais do país (art. 68, cap. IX do Regulamento).

O alunado

A questão da clientela escolar e do aluno ingresso na escola era vista com certo pessimismo entre os capítulos X e XIII. Eliminados o sistema de internato e semi-internato, previstos no Regulamento de 1898, bem como as taxas de moradia e pensão, simplificava-se o regime a mero externato (art. 70, cap. X, Regulamento de 1900). Apelava-se para os espaços socioculturais da cidade e sua capacidade de alojar a população estudantil. Foram reduzidas as exigências relativas à escolaridade prévia, definindo-se uma idade mínima para o ingresso (dezesseis anos), bem como as despesas por parte do interessado, que se limitavam a uma módica taxa anual de matrícula, a fim de promover um acesso mais amplo. Não se fixava o número de vagas, podendo-se admitir tantos alunos quantos viessem a comportar as instalações e os recursos de ensino.

Percebe-se a intenção de, na ausência do internato, facilitar o acesso da clientela local e regional, na presunção de que o crescimento verificado na agroindústria açucareira e na cafeicultura de Piracicaba e da região garantisse o afluxo dos filhos dos médios e pequenos proprietários[32]. Permaneciam como pré-condições de ingresso a idade mínima, a vacinação, a escolaridade de nível elementar, sendo exigidos como preparatórios para os que dispunham do diploma do grupo escolar os conhecimentos de português, francês, aritmética elementar, noções de ciências naturais (art. 74, cap. X do Regulamento), avaliados em exame realizado no próprio estabelecimento, e a taxa anual de 50$000, paga no ato da matrícula (art. 76, cap. X do Regulamento).

Avaliações

Freqüência. A questão da freqüência às aulas e da disciplina interna (polícia

do estabelecimento) era encarada sob a perspectiva européia. A intenção manifesta era obter rigorosa disciplina, de forma que o aluno advertido não pudesse, sob nenhum pretexto, "levantar objeção ou manifestar-se em contrário" (art. 80, cap. XI do Regulamento de 1900). O rigor disciplinar procedia do texto supervisionado por Paula Souza, em 1898, ao repelir *in limine* os atos perturbadores da boa ordem educacional, prevendo-se a sua severa punição, até a perda do ano escolar e exclusão dos quadros de matrícula. Em 1900, mantinha-se a mesma disposição, porém, o peso maior das exigências recaía sobre o cumprimento dos horários de aula, cujo controle devia ser feito por uma minuciosa relação de comparecimentos e faltas. Essas podiam vir a ser abonadas pela congregação e, quando alcançado o limite de vinte faltas não abonadas, serem suficientes para decidir a perda do ano letivo.

Aproveitamento. O sistema de avaliação incluía "exames" ou provas de periodicidade semestral e anual, parciais e finais, para cada disciplina. Eram de natureza teórico-prática, devendo os exames teóricos suceder aos práticos, sendo estes permitidos ao aluno que houvesse integralmente cumprido os trabalhos práticos prescritos pelo professor durante o curso. Os exames práticos constavam de demonstrações ou preparações indicadas mediante sorteio do ponto na ocasião. Os exames teóricos consistiam em duas provas tendo como objeto a matéria geral dos cursos, uma escrita para toda a turma e uma prova oral para cada aluno, esta com ponto sorteado, 24 horas antes, com argüição realizada por banca examinadora.

O Regulamento de 1900 demonstra a grande preocupação com a aplicação desses exames e uma meticulosa sistemática. O grau de aprovação em cada disciplina era determinado pela média aritmética das provas, escrita e oral. O aluno reprovado em duas ou mais matérias devia repetir o semestre ou o ano; o aluno reprovado em apenas uma matéria ficava sujeito à dependência no ano seguinte, mas só realizaria exames finais depois de aprovado em sua dependência. Presidiam ao julgamento dos exames dois critérios, aprovação e reprovação, enquanto a classificação se operava por meio de graus, de zero a dez (art. 107, cap. XII).

O curso seriado era suficiente para a escola conferir ao aluno concluinte o diploma de agrônomo; aos não-concluintes reservava-se um atestado de estudos e freqüência que pudesse respaldá-lo vida afora. Havia grande interesse em oferecer distinções ao aluno formado pela Escola Prática de Agricultura, sob a forma de prêmios e medalhas, ouro para o primeiro lugar, prata e bronze para os demais classificados (art. 113, cap. XIII). A conexão entre a escola e o funcionalismo público era praticamente assegurada. A promessa de fácil colocação nos cargos do serviço agronômico correspondia ao interesse da Secretaria da Agricultura em lotar os espaços abertos em seus quadros funcionais em expansão, geralmente chefes de culturas para as estações experimentais e fazendas ou agrônomos comissionados nos distritos em fase de organização (art. 115, cap. XIII).

Organização administrativa

Administração incluía tudo o que dizia respeito à ordem, disciplina e economia do estabelecimento, ficando sob a competência do diretor (art. 117 a art. 121, cap. XIV). O custeio da escola era de alçada governamental e estava sujeito a um orçamento anual. A economia da escola ficava sob inteira responsabilidade

do diretor, a quem competia o gerenciamento de todo o complexo da Fazenda São João da Montanha, a aplicação de verbas no custeio geral, os pagamentos dos funcionários, as aquisições de material, bem como a utilização da renda dos produtos da fazenda, que só entrava indiretamente, após passar pelo Tesouro, na renda geral, compondo com a dotação orçamentária estatal que era consignada anualmente. A autonomia do diretor sobre o orçamento era muito relativa, pois tudo ficava sujeito às instruções da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

A organização administrativa previa um corpo de funcionários categorizados, num escalonamento hierárquico que culminava na pessoa do diretor, figura de docente, presidente da congregação, supervisor pedagógico e administrador. Ao diretor e sete funcionários competiam as funções administrativas da escola: o secretário, os dois amanuenses, o arquivista bibliotecário, o mestre das culturas e o porteiro-contínuo, o guarda do edifício escolar. O Regulamento de 1900 separava as funções docentes das administrativas, de forma a dar destaque ao mestre de obras no andamento dos trabalhos da fazenda. No regulamento anterior não existia a separação, podendo caber as tarefas do mestre de culturas ao professor da cadeira de agricultura (ou um feitor) em conjunto com o diretor da escola (art. 94).

A importância do mestre de culturas se destaca sobre as demais funções administrativas, pois a ele eram reservados cinco artigos do Regulamento de 1900. O trabalho que lhe cabia pode ser avaliado pela soma das suas atribuições gerais: o serviço agrícola e zootécnico, ou seja, todos os trabalhos de campo, inclusive aqueles ordenados pelos professores, o trato dos animais de serviço e de estudo, bem como a administração das dependências do estabelecimento (as suas instalações externas), a conservação dos caminhos e do material de trabalho agrário, a aferição e conservação das colheitas, o trato com o pessoal de serviço, a supervisão de todas as seções da fazenda (jardim, horta, pomar, viveiros, prado, pastos, armazéns, oficinas etc.). O seu trabalho devia ser acompanhado de um boletim diário para informar a Secretaria. Executando as funções gerais, o mestre de culturas era uma espécie de *factotum* no complexo educacional, situando-se ao lado do diretor na organização dos planos e melhoramentos da fazenda, embora ele nada pudesse empreender sem o aval do secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (art. 127, cap. XIV).

A questão salarial

Chama a atenção a tabela dos vencimentos oferecida ao pessoal integrante do funcionalismo público nesse complexo escolar. No Regulamento de 1898 eram declarados os vencimentos integrais dos cinco lentes, devendo cada um receber rendimentos anuais de 6:000$000, correspondendo ao salário mensal de 500$000, o qual, acrescido da gratificação, atingia 540$000. No regulamento oficial implantado em 1900, os rendimentos anuais do lente atingiam 6:000$000, incluindo-se a gratificação, de forma a totalizar a 4:000$000, mais a 2:000$000 de gratificação. O ordenado mensal global correspondia a 500$000, mas sem a gratificação, a quebra se tornava muito mais significativa. O Estado materializava a sua intenção de poupar sobre a remuneração justa do profissional da educação. O mesmo ocorria com o cargo do secretário, o qual acumulava funções no magistério com as

aulas de contabilidade. No Regulamento de 1898, ele devia receber 4:800$000 anuais, o que correspondia a 400$000 mensais. Pelo Regulamento de 1900, ele devia receber 4:200$000, incluindo-se a gratificação, o que totalizava 350$000 mensais. Devia receber o mesmo o professor de agrimensura e desenho, conforme a tabela dos vencimentos da Escola Prática de Agricultura de Piracicaba, inclusa no Regulamento de 1900.

O Tesouro procedeu à alquimia dos salários, de forma a majorar os vencimentos de outras categorias, o mestre das culturas, os amanuenses e o porteiro-contínuo, sem necessidade de investir proporcionalmente. Não se discriminou a remuneração do cargo de diretor, que permaneceu nivelada aos lentes, omissão prejudicial, pois retardou o preenchimento dos quadros de pessoal docente, impedindo a inauguração da escola no início de 1901, por falta de quem desejasse ocupar o cargo, onerado de deveres e responsabilidades.

Quanto ao cargo de mestre de culturas, o Regulamento de 1898 previa um salário mensal de 250$000. No Regulamento de 1900, incluindo-se a gratificação, ele se elevava para 300$000 mensais. O amanuense e o zelador de gabinetes tiveram as suas remunerações mensais elevadas de 200$000 para 250$000, incluída a gratificação. O porteiro-contínuo também ascendia de 150$000 mensais para 200$000, com a gratificação. O arquivista-bibliotecário entrou no mesmo esquema minorativo aplicado ao lente. Deveria receber, pelo Regulamento de 1898, 250$000 mensais; permaneceu com o mesmo valor, estando porém incluída a gratificação. No conjunto, observa-se que as funções do magistério foram pouco prestigiadas.

Comparando os regulamentos de 1898 e 1900

Ambos os documentos revelam o mesmo discurso conservador emitido por Morimont em seu projeto de 1894. Os projetos de ensino agrícola considerados foram dirigidos, preferencialmente, aos filhos dos fazendeiros, à "classe da lavoura", de *per si* conservadora, embora ela se apresentasse fracionada e incluísse segmentos progressistas, ligados aos outros setores da economia. Visões transformadoras em busca de adequação ao progresso do mundo eram ensejadas por parte de seus representantes mais ilustrados, presentes no partido, no Legislativo, na administração do Estado e no publicismo. Ao esforço e contribuição destes, se deveram os projetos do ensino técnico de nível médio e superior, com vistas a incidir sobre as fontes de produção da riqueza, beneficiando, por compensação, outros segmentos sociais.

O dec. nº 611, de 09.11.1898, que punha em execução a lei nº 587, de 31.08.1998, estabelecia o primeiro Regulamento da Escola Agrícola Prática de Piracicaba, documento constituído por 14 capítulos, aos quais se anexavam duas tabelas, uma de vencimentos e outra de carga horária das três séries do curso de agricultura. Foi elaborado pelo engenheiro agrônomo e ex-diretor da Fazenda São João da Montanha, Adolpho Barbalho de Uchoa Cavalcanti, sob a supervisão do engenheiro Antônio Francisco de Paula Souza, criador da Politécnica, enquanto secretário da Agricultura, Comércio e Obras Publicas do vice-governador em exercício Francisco Antônio Peixoto Gomide.

Trata-se de um documento sintético, bastante enxuto de minúcias circunstanciais, fiel ao que preconizava a lei nº 587, "[...] *criar na fazenda São João da Montanha uma Escola Prática de Agricultura*" (art. 1º). Era socialmente

excludente, devido às elevadas anuidades que impunha ao alunado, embora fosse o promotor do *"ensino rudimentar, o mais prático possível"* (art. 4º, Parágrafo 3º), expressão consagrada pelo deputado Antônio de Morais Barros, defensor do singular modelo que pretendia implantar em Piracicaba, a qualquer preço, enquanto não se aprovisionasse o ensino secundário defendido por Jorge Tibiriçá, constante do Projeto Morimont e estabelecido na lei nº 367.

A simplificação do currículo e a retirada do titulo de agrônomo traíram a pragmática de Paula Souza, bem como a sua grande preocupação em resguardar os espaços que por lei pertenciam ao ensino superior da Politécnica. A severidade do regime disciplinar do colégio evocava os rigores disciplinares das escolas européias que ele freqüentara na Suíça e na Alemanha. Esse regulamento tinha caráter declaradamente provisório e, como o ensino rudimentar não chegou a ser implantado, apesar de estabelecido na lei nº 678, de 13.09.1899 (art. 14º), ou lei do Serviço Agronômico, foi dois anos depois substituído por novo regulamento, que se julgava mais compatível com o modelo francês da *école pratique*.

O Regulamento de 1900 veio para atender às necessidades da instalação da Escola de Piracicaba. O novo presidente do Estado de São Paulo, Francisco de Paula Rodrigues Alves, pelo dec. n.º 683-A, de 29.12.1900, punha em execução a lei nº 678, de 13.09.1989, que vinha do governo anterior, ao mesmo tempo em que recriava a Escola Prática de Agricultura de Piracicaba, estabelecendo seu regulamento definitivo. Serviu-lhe de modelo o anterior, escoimado do indesejável. É atribuído ao dr. Gustavo D'Utra, seu texto é mais complexo e prolixo, tem o toque revisionista do dr. Luiz Pereira Barreto e, como não podia deixar de ser, guarda o ressaibo da sua "fé" positivista e da sua concepção de ciência integrante do corpo da doutrina comteana, doutrina que é mencionada ao longo do documento por diversas vezes.

O Regulamento de 1900 abolia o sistema de internato e o semi-internato, eliminava as anuidades, substituindo-as por módica taxa de matrícula anual, insuficiente para subvencionar a escola ou para impor barreiras seletivas de classe à admissão do alunado. Facultava amplas possibilidades de acesso aos elementos da lavoura, pela fraca exigência de escolaridade prévia (nível elementar), assim como pela ampla capacidade de atendimento, chegando a prever uma capacidade de acomodar cem alunos "ou mais". Oferecia facilidades de acesso e vantagens ao alunado, como a recuperação do título de agrônomo e a promessa de colocação no serviço público. Nele não há referência ao "ensino rudimentar" preconizado no anterior, definindo-se o ensino profissional agrícola dentro do grau elementar que o aproximava da *ecole pratique* de grau primário-superior, como na França. Assim o governo julgava garantir o êxito do empreendimento.

Observou-se que a escola criada pela lei nº 587, de 31.08.1898, não correspondia ao Regulamento de 1900, contido no dec. nº 683-A de 29.12.1900, pelas contradições anteriormente geradas entre o ensino rudimentar (primeiro regulamento) e o ensino *elementarmente teórico e essencialmente prático* (parágrafo único do art. 7º do segundo regulamento) defendido, e entre o regime do colégio-escola e a escola externato pretendida, e pela própria filosofia positivista que permeava a organização curricular. O espaço de ensino superior da Politécnica continuava preservado, bem como certa afirmação da rigorosa disciplina européia. A adequação com a lei do Serviço Agronômico se manteve no plano do que parecia intocável, devido à crise

financeira, restrito ao previsto pelo art. 1º, parágrafo 1º, e pelos artigos 3º, 5º, 10º, 11º, 12º e 13º. Este último foi recebido como a nova certidão de nascimento da Escola Agrícola Prática de Piracicaba. Caía por terra a intenção de generalizar o ensino profissional agrícola por meio das inúmeras escolas práticas (art. 3º da lei nº 678) previstas para o Estado de São Paulo, destinadas a "difundirem os trabalhos práticos que acompanham o conhecimento agrícola" (art. 5º da referida lei).

Apesar das vantagens oferecidas, a procura para o curso de Piracicaba foi fraca, a exemplo do que ocorria com o de engenharia agronômica da Politécnica. Contra este, concorriam os cursos de formação técnica superior, voltados para as exigências do processo de urbanização e industrialização da cidade de São Paulo, explicando, em parte, o fraco interesse. Funcionando desde 1897, o curso da Politécnica tinha cinco anos de duração, era dotado de currículo exigente, inserido numa escola seletiva em capacitação prévia, mas outorgante de um diploma de pouca procura no mercado de trabalho[33].

Contra a escola de Piracicaba atuaram diversas variáveis, apesar de se acharem desmontadas as principais barreiras seletivas (anuidades elevadas e escolaridade prévia), de forma a atrair clientela em todos os segmentos da classe da lavoura. Verificou-se que a escolaridade prévia, por mais elementar que fosse, ainda constituía uma barreira. Logo percebeu-se o fraco envolvimento do novo profissional com a agricultura, o técnico titulado de agrônomo, esvaziado de prestígio social e político em relação ao titulado e doutor em direito, medicina ou engenharia. Observava-se uma fraca receptividade das elites e dos proprietários na lavoura, a nova profissão não tinha a receptividade imediata desejada, numa sociedade em que quase todos se julgavam conhecedores e praticantes da agricultura. Muitos eram recebidos com ceticismo e descrença nos primeiros passos da sua profissão[34].

Fez-se então um esforço de persuação da sociedade, enquanto se testava o novo agente do saber, o técnico em agricultura. A Intelectualidade paulista otimizou o debate, argumentando em nome da modernização do país, da diversificação e da tecnificação do setor primário da economia, mediatizados pelo conhecimento agronômico e pela ciência. Esteve presente nos anos de luta pela implantação da escola e sua sobrevivência, até chegar-se ao consenso que a consagrou, na segunda década do século XX.

A eliminação dos regimes de internato e semi-internato prejudicou a escola, em razão da distância com relação à capital, seis a sete horas de viagem pela ferrovia da Cia. União Sorocabana e Ituana, embora Piracicaba se situasse no antigo Oeste paulista. A precariedade das comunicações reduzia a procura entre as cidades vizinhas, fazendo a escola dependente da clientela local. A posição concorrencial dos cursos acadêmicos devia pesar aos optantes do ensino agrícola[35].

Sobrepondo-se aos sombrios prognósticos sobre a Escola de Agricultura Prática de Piracicaba, um fator devia superar os demais: a própria natureza prática do ensino, tão apregoada por seus defensores, *o conhecer fazendo*, reputado como causa final do sucesso das escolas da Europa, Japão e EUA – mas este era pouco motivador no país, em virtude da mentalidade senhorial da elites, da disposição ao mando por parte dos grupos dominantes e da sua visão particular quanto ao trabalho manual e aos símbolos da moderna agricultura (Fig. 18)[36].

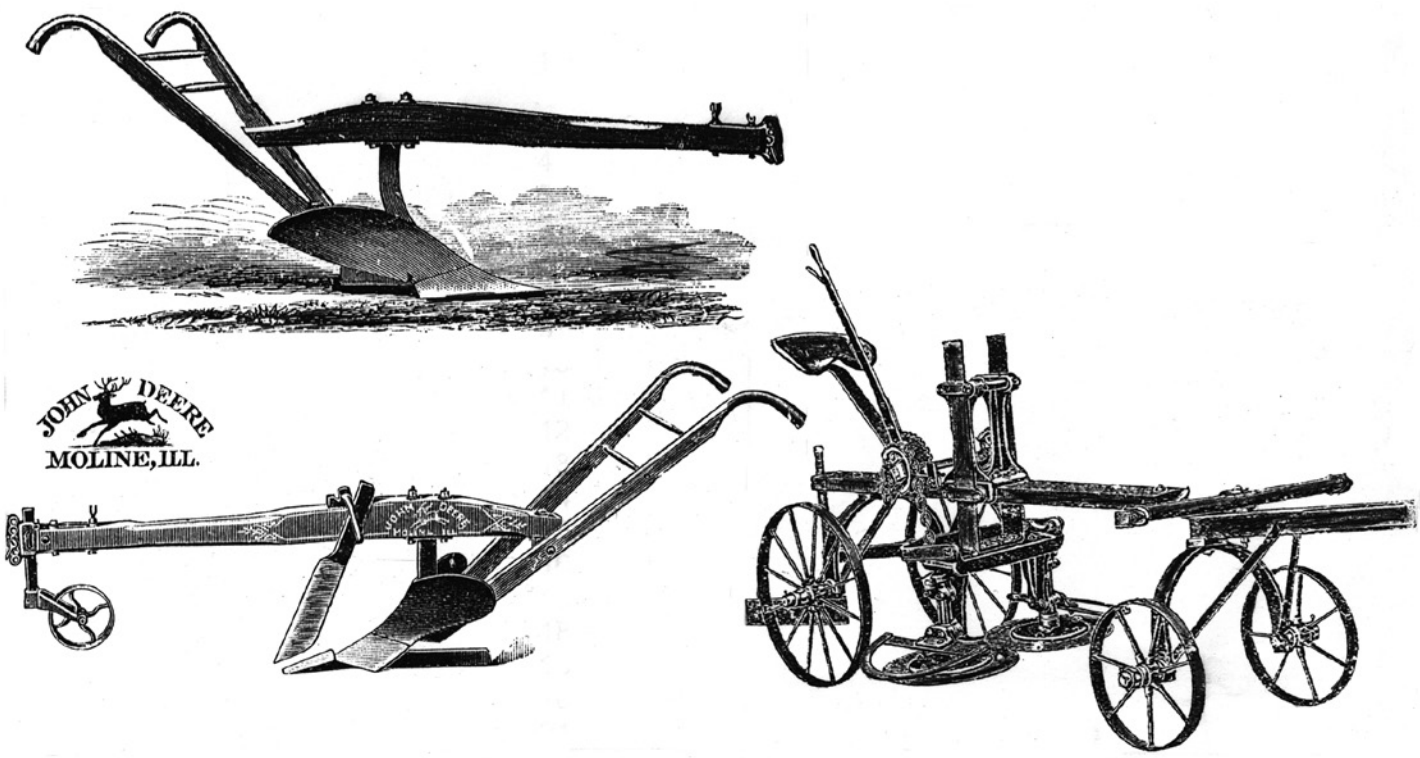


Fig. 18. Máquinas de tração animal: o arado simples e o arado sulcador (à esquerda) e o cortador de restolhos, *stubble-shaver* (à direita).

As máquinas John Deere revolucionavam os métodos de cultivo do solo, mas empunhar o arado e os artefatos da moderna agricultura podia parecer desvario a um representante da classe dominante.
Fonte: Lourenço Granato, *Agronomia Geral*, pp. 63 e 69. Gravura.

Notas

1. É o mesmo que, em 1894, escrevera a Morimont, em Piracicaba, solicitando informações sobre as escolas estrangeiras e lhe pedira cartas de apresentação às personalidades dos centros de cultura agronômica da Europa.
2. "[...] quase tudo está por fazer em matéria de adaptação na fazenda em questão, apesar dos muitos sacrifícios já feitos pelo Estado para esse fim, o que evidencia os desperdícios havidos na administração [...] Das questões científicas não se tratou até agora" (*Relatório* apresentado ao dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, presidente do Estado, pelo dr. Álvaro Augusto da Costa Carvalho, secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, 1896).
3. *Idem, ibidem*. A sua proposta para o novo modelo incluía: 1) ensino teórico resumido, segundo o "método intuitivo", `a vista de espécimes, modelos, estampas, quadros etc. 2) o ensino prático teria lugar no laboratório, nas dependências diversas e no campo. 3) laboratório agrícola para análises. 4) fazenda agrícola. 5) posto zootécnico. 6) campo de experiências e demonstrações para os alunos e lavradores interessados.
4. *Relatório* apresentado ao dr. Francisco de Assis Peixoto Gomide (vice-presidente do Estado) pelo dr. Firmiano M. Pinto, secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. São Paulo, 1897. O texto mais significativo desse relatório diz respeito à maneira como o perrepismo na fase de Campos Sales metabolizava o paradoxo da condenação do trabalho científico, desenvolvido por Dafert e Lehmann no IAC: "[...] é pensamento capital da reforma, que está prestes a realizar-se, dar ao Instituto Agronômico uma feição mais prática, *eliminando tudo quanto haja de demasiado científico* para o grau de adiantamento da nossa agricultura e ampliando os aparelhos de demonstração e divulgação práticas, de modo a produzirem resultados mais imediatos em benefício do aperfeiçoamento e inovação dos processos agrícolas (*Idem, ibidem*).
5. Cf. *Relatório* apresentado ao presidente do Estado, cel. Fernando Prestes de Albuquerque, pelo dr. Alfredo Guedes, secretário da Agricultura Comércio e Obras Públicas de São Paulo, 1898.
6. Esta exigia a aquisição de móveis, utensílios, animais, ferramentas agrícolas, alimentação dos alunos internos e semi-internos, pagamento dos docentes (*Idem*, *ibidem*).
7. Cf. *Relatório* apresentado ao presidente do Estado cel. Fernando Prestes de Albuquerque, pelo dr. Alfredo Guedes, secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, 1899. As notícias mais promissoras na agricultura provinham das atividades científicas do IAC sobre as moléstias dos cafeeiros, a fumagina (*Lecanium viride*) e as anguilulas (*Aphclencus cofee*). No campo experimental de Santa Elisa prosseguiam as várias culturas experimentais com milho, algodão, arroz, amendoim, feijão, sorgo, fumo, alfafa, café e 65 variedades de cana-de-açúcar (*Idem, ibidem*).

8. As obras de adaptação haviam sido realizadas em 1899, "[...] sob a inteligente administração do Intendente Municipal, que desinteressadamente prestou-se ao trabalho, desempenhando-o com notável zelo e economia" (*Relatório* apresentado ao dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente do Estado, pelo dr. Antônio Cândido Rodrigues, secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, 1900). O intendente municipal naquele ano era o cel. Aquilino José Pacheco, que foi sucedido em 1900 pelo dr. Paulo de Moraes Barros.
9. Em cada distrito agronômico nomeava-se um inspetor de agricultura com funções assistencionistas generalizadas. Ao todo, seis distritos agronômicos: o primeiro incluía a capital e as áreas cafeeiras mais antigas; o segundo pertencia a Campinas; o terceiro, a Ribeirão Preto; o quarto, a São Carlos do Pinhal; o quinto, a Sorocaba; o sexto, a Iguape e litoral (*Idem, ibidem*).
10. *Relatório* apresentado ao dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente do Estado, pelo dr. Antônio Cândido Rodrigues, secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, 1900.
11. O dr. Gustavo D´Utra, ex-diretor da Escola Agrícola da Bahia e diretor do IAC, foi um dos autores do regulamento. O documento veio a sofrer emendas e revisões da parte do dr. Luiz Pereira Barreto, até converter-se no instrumento de que fala o dec. nº 683, de 29.12.1899 (*Idem, ibidem*).
12. *Idem, ibidem.*
13. Cf. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*, tomo V.
14. *Idem*, tomo VIII.
15. *Idem*, tomo VIII e tomo X. Cf. Jurandyr de Andrade Frattini, *Index Legis*, pp. 25 e seguintes. Elza Nadai observa que alguns projetos não nasceram no Legislativo: eles foram enviados diretamente do Executivo, vindo a sofrer alterações, como o Projeto Morimont, convertido na lei nº 367, ou o projeto 25/A, de 1898, de Francisco Malta, que se converteu na Grande Lei nº 678, de 13.09.1899, organizadora do Serviço Agrônomo do Estado, ao qual se ligou o ensino profissional previsto para as escolas práticas de agricultura.
16. Zoraide Martins, *Agricultura Paulista. Uma História Maior Que Cem Anos*, pp. 117 e seguintes.
17. "[...] Nada se tem feito de útil, até hoje, no sentido de aparelhar a classe agrícola, já não direi para prevenir, mas ao menos para atenuar os efeitos das crises como a que ora atavessa" (*Relatório* apresentado ao presidente do Estado, coronel Fernando Preses de Albuquerque, pelo dr. Alfredo Guedes, secretário de Agricultura Comércio e Obras Públicas de São Paulo, 1898).
18. "[...] tem sido demorada a organização do ensino agrícola [...] também faltam serviços de atendimento, de orientação aos agricultores, qual seja de orientação na adoção dos gêneros culturais e desenvolvimento das plantações [...] sem instrução agrícola, sem informação e esclarecimentos capazes de orientá-los não podem os agricultores empreender com segurança de êxito nenhum ramo de lavoura, nem podem estar garantidos contra as possíveis contingências da concorrência" (*Relatório* apresentado ao presidente do Estado, coronel Fernando Prestes de Albuquerque, pelo dr. Alfredo Guedes, secretário de Agricultura Comércio e Obras Públicas de São Paulo, 1898).
19. Léon A. Morimont, "Escola Agronômica". *Revista Agrícola*, 1(2):24, junho de 1895.
20. "[...] o objetivo de todas aquelas escolas profissionais é sempre o mesmo" (Léon A. Morimont, *Relatório Técnico*, p. 10).
21. A Esalq reconheceu a importância do decreto: "[...] foi, criada, em 1900, a Escola Agrícola Prática de Piracicaba, cujo nome foi alterado para Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz em homenagem ao seu idealizador" (Fernando Galli, "O Ensino na 'Luiz de Queiroz' através dos Tempos", *Esalq 75 (1901-1976). 75 Anos a Serviço da Pátria*, p. 119).
22. Cf. Elza Nadai, *op. cit.*, p. 164.
23. O art. 3º da lei nº 678, de 13.09.1899, dispunha: "[...] O ensino profissional agrícola, *sem prejuízo do curso superior de agronomia da Escola Politécnica, será realizado por meio das escolas práticas de agricultura, de instrução elementar* para alunos externos, fundados na proporção dos meios concebidos no orçamento e conforme os programas que o Governo mandar observar". O art. 14 justificava o descenso de nível como medida provisória, até que se possibilitasse montar a escola de Piracicaba de acordo com todas as exigências do ensino agrícola. Era quase uma excusa pela decepção imposta aos defensores dos modelos sugeridos por Luiz Vicente de Souza Queiroz e por Léon Alphonse Morimont.
24. Valia-se da experiência de Gembloux, reciclada internacionalmente, quando criou fazendas-modelo e administrou estabelecimentos agrícolas na Europa e na África. Cf. Léon A. Morimont, *Relatório Técnico,* p. 10.
25. "[...] se o Campo Experimental é o livro aberto onde o público pode ler os resultados, a Escola Prática de Agricultura é a metódica síntese de todos esses progressos" (Léon A. Morimont, "Escola Agronômica", *Revista Agrícola*, 1(2):24, junho de 1895).
26. Léon A. Morimont, *op. cit.*, p. 25.
27. A falta de instrução científica e técnica na cultura brasileira levou-o a defender um programa de transformação do país, que pressupunha o forte preparo científico-tecnológico, a processar-se no ensino secundário, compreendendo o ensino técnico da agricultura em direção ao ensino superior. Quando, em 1896, participou da comissão encarregada de elaborar um plano para a Escola de Medicina, Cirurgia e Farmácia de São Paulo, abordou a questão metodológica sobre a teoria e a prática, aclareando a discussão sobre a natureza do ensino prático e do saber teórico, indispensáveis ao mestre e ao profissional. Cf. Roque Spencer Maciel de Barros, *A Evolução do Pensamento de Luiz Pereira Barreto e o seu Significado Pedagógic*o, *op. cit.*, p. 140 e o artigo do dr. Luiz Pereira Barreto, "Pomologia e Horticultura, II", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 15.04.1904, citado em nota (61), *idem*, p. 152.

28. Cf. Elza Nadai, *op. cit.*, pp. 172-73.
29. Cf. Imídeo Giuseppe Nérici, *Introdução à Didática Geral. Dinâmica da Escola*, pp. 221-222.
30. Cf. Gérard Durozoi et André Roussel, *Dicionário de Filosofia*, p. 261.
31. "[...] Consultar e representar ao secretário da Agricultura sobre todas as questões e quaisquer assuntos de proveito do ensino e progresso da escola, tendo em vista sempre o alargamento e a proficuidade do ensino prático" (IIº parágrafo do art. 38 do Regulamento de 1900, *Coleção Leis e Decretos do Estado de São Paulo,* 1900, tomo X).
32. A expansão sincrônica das duas riquezas, a agroindústria canavieira e a cafeicultura, em 1896, era amostra do surto de prosperidade agrícola na região de Piracicaba que, apesar dela, mantinha-se longe dos índices do Oeste paulista, em virtude da natureza geológica do seu solos. Cf. José Machado *et alii*, *Aspectos da Constituição e Desenvolvimento do Mercado de Trabalho em Piracicaba*, pp. 16-17.
33. A Politécnica também formava engenheiros agrimensores a curto prazo (curso de "2ª divisão"). Formou 24 engenheiros agrônomos entre 1901 (primeira turma) e 1910, havendo poucos representantes das grandes família de proprietários agrícolas, como Adalberto Queiroz Telles ou Joaquim Teixeira de Barros, formados em 1902. O bacharelismo em direito e medicina continuava atraindo com força, particularmente os cursos jurídicos da Academia de Direito. Alunos brasileiros ainda continuavam colando grau no famoso *Institut de l'Etat a Gembloux*, entre 1897 e 1908. Havia paulistas estudando agronomia na França e na Alemanha.
34. *"[...] para plantar café, feijão ou batata não há necessidade de uma educação esmerada"* (Luiz Pereira Barreto, "Escola Prática de Agricultura II", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 25.03.1895, p. 2).
35. A Escola Politécnica, durante sua primeira década, antes das grandes reformas, com pouco mais de dois anos de curso, formava engenheiro geógrafo, engenheiro agrimensor e engenheiro mecânico, além de outros créditos. Engenheiros civis, industriais e agrônomos começaram a formar-se a partir de 1899, 1900 e 1901.
36. O preconceito contra o trabalho parecia ao agrônomo Antônio Gomes do Carmo a pedra de escândalo da sociedade brasileira, que ele denuncia em dois trabalhos, *Reforma da Agricultura Brasileira* (1897) e *O Estado Moderno e a Agricultura* (1908), ao mesmo tempo em que defende a mão-de-obra nacional por suficiente às necessidades, faltando-lhe o treinamento adequado e organização; igualmente defende a agricultura intensiva e policultora, tecnificada segundo o modelo norte-americano, à base dos aratórios e aparelhos mecânicos. A experiência do cel. Jacintho Gomes, na Fazenda Contenda (MG), causara impacto regional, que ele descreve com espírito: "[...] O fato de meu pai empunhar a rabiça do arado causou certa impressão, ao ponto de julgarem-no louco ou caduco [...] quando é que já se viu um homem como o coronel andar com brinquedo de menino de dia com o sol quente? [...] Felizmente, antes de completar os dois anos, já o número de loucos subia a 106!!" (Antônio Gomes do Carmo, *Reforma da Agricultura Brasileira*, p. 89).

Parte III

A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA AGRÍCOLA PRÁTICA "LUIZ DE QUEIROZ"

1 | A Escola da Dissidência Perrepista

Da cabeça de Júpiter dos nossos dias não é fácil fazer surgir uma Minerva toda armada. [...] seja como for, é preciso absolutamente que o ensino agrícola se instale e se fortaleça.
Luiz Pereira Barreto[1].

A Festa da Intelectualidade

A inauguração da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" ocorreu sob o signo da discórdia, em ato público despojado de pompas, quase em caráter emergencial[2]. O evento foi programado para o dia 3 de junho de 1901, numa segunda-feira, às doze horas, por decisão do secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antônio Cândido Rodrigues. Contrariava-se a intenção do diretor, Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, que, em correspondência de 25 de maio, expedira convite ao "patriótico governo do Estado" para uma sessão inaugural a realizar-se em primeiro de junho, sábado, numa das dependências do estabelecimento[3].

O dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho era competente zootecnista e fora nomeado, por meio de portaria (22.02.1901), diretor Interino e Lente da 5ª cadeira (zootecnia). Maranhense de nascimento e agrônomo formado na França (Grignon), foi o especialista indicado a Cândido Rodrigues para a organização da escola. No final do mês de fevereiro, foi conhecer Piracicaba, acompanhado do secretário da Agricultura, do inspetor agronômico José Amandio Sobral, do dr. Luiz Pereira Barreto e do cientista Albert Loefgren. *A Gazeta*, dos Moraes Barros, publicou em manchete: "[...] Desta vez a Escola Agrícola vai ser uma realidade, e novos horizontes vão se abrir ao Estado de São Paulo com este primeiro estabelecimento profissional agrícola"[4].

A Secretaria da Agricultura mantinha na Fazenda São João da Montanha alguns funcionários e um zelador, o agrônomo José Watzl. O serviço inicial de adaptação fora planejado pelo dr. Uchoa Cavalcanti, ex-diretor da fazenda, e vinha sendo executado pelo intendente da Câmara Municipal, Aquilino José Pacheco. O mais vasto edifício, remanescente

do projeto Morimont e originalmente destinado a servir de depósito de instrumentos agrários, foi escolhido para sede da escola (Fig. 19). Colhemos em *A Gazeta de Piracicaba* interessante relato do que o novo diretor devia encontrar para dar início aos seus trabalhos[5].

A descrição do edifício, "sem estilo algum" e de um só pavimento, sólido e dotado de vastas proporções, lembra que todas as salas se comunicavam por um passeio ou varanda exterior coberta. Reservavam-se espaços para três salas, para o diretor, para os lentes e para o secretário, além da portaria. Havia três salas de aula. A primeira tinha ao fundo o gabinete de botânica e zoologia e, ao lado, o laboratório de química. Seguiam-se o vestiário dos alunos e os sanitários; mais adiante, duas amplas salas de aula com os respectivos gabinetes experimentais de física e de química. Na extremidade do edifício, ficava um vasto salão, cimentado e fechado com gradil, mobiliado, provido de uma divisão menor para depósito de instrumentos agrários[6].

Um outro relato sobre a primeira sede da escola descreve-a como um edifício retangular, com 68,40 m de comprimento por 10 m de largura, dividido em 16 espaços interiores, compreendendo salas de aula, gabinetes, museu, diretoria e depósito de instrumentos. "[...] Todas as aulas são vastas e arejadas possuindo aparelhos e instrumentos completos de física, química, zoologia, botânica, agrimensura, zootecnia, tecnologia e cirurgia veterinária"[7].

Quanto aos recursos didáticos, ela era equipada com quadros-negros, mesas para desenho e laboratórios, armários, instrumentos, coleções, aparelhos e máquinas. O gabinete de física estava montado e equipado com instrumentos necessários e modernas máquinas pneumáticas elétricas e areômetros; o laboratório de química tinha as suas prateleiras ocupadas por cadinhos, retortas, cubas, vidros de reagentes e suportes. No gabinete de botânica e de zoologia, considerado o mais interessante, havia modelos desmontáveis de plantas, frutos e flores, mostruários de produtos vegetais de utilização industrial, coleções de animais domésticos, peças anatômicas, aparelhos de veterinária. No laboratório central podiam ser observados aparelhos para a indústria de laticínios. Havia uma biblioteca com mais de quatrocentos volumes e um acervo de instrumentos mecânicos para a lavoura[8].

Empossado em 11.03.1901, o dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho achava-se encarregado dos trabalhos preliminares de instalação definitiva da escola, envolvido num ambiente de parcos recursos financeiros, faltando-lhe os mais elementares, em meio aos destroços da obra do engenheiro Morimont[9]. O governo de São Paulo lhe delegara a missão de colocar o nascente estabelecimento em condição de funcionar no mais curto prazo possível, mas a tarefa não era pequena, como se pode observar em sua correspondência, na qual as informações se chocam com a lisonjeira descrição oferecida pela imprensa dos Moraes Barros[10].

Nem bem se instalara, o diretor via-se atribulado pelas conhecidas dificuldades, o atraso da verba dos três contos de réis na Coletoria da cidade, a falta de funcionários e de infra-estrutura (água, esgoto, estrada de acesso). O antigo zelador da fazenda, José Watzl, entregara-lhe um saldo de oito mil réis. Não havendo como enfrentar as necessidades imediatas, propôs-se a vender para o talho cinco bois gordos e velhos, "imprestáveis para o serviço de tração", os quais lhe foram entregues pelo mesmo zelador. A notícia da reativação da

Fazenda São João da Montanha despertava o interesse dos prováveis candidatos à escola, os quais buscavam informações; como a Secretaria não preparara material de divulgação, o diretor pedia que lhe fossem enviados exemplares do Relatório da Escola, elaborados por obra de Morimont[11].

Dar conta dos trabalhos e dos dias era desafio à altura das necessidades da futura escola. Cuidou da limpeza de toda a área que fora objeto dos trabalhos de Morimont, iniciando as reformas e os consertos nos edifícios que encontrou. O que estava em melhores condições era o grande armazém, que teve recuperado o telhado, antes de se proceder à adaptação do seu interior, para transformá-lo em sede da escola, espaço das aulas, dos departamentos do ensino agrícola e do setor administrativo[12]. Simultaneamente, cuidou do aterro e rolagem mecânica da rua que devia servir de acesso entre o portão da fazenda e o estabelecimento escolar, a sua principal avenida. Na área fronteira à sede, adequou um campo de experiências e exercícios práticos para os alunos[13].

A remessa da previsão orçamentária para o ano de 1902 causou apreensões na Secretaria da Agricultura. Originalmente calculado em 88:000$000, elevara-se para 115:000$000. Mais de 50% eram reservados às despesas relativas ao corpo docente, pessoal administrativo e quadro de funcionários; seguiam-se os gastos com aquisições de utensílios e equipamentos indispensáveis ao aparelhamento didático-pedagógico, ao suprimento de adubos, sementes, plantas, animais, conservação e reparo das construções antigas[14].

Os trabalhos de adaptação inviabilizaram o início do ano letivo no primeiro semestre, marcando-se o início do funcionamento da escola para junho, o que reduzia o primeiro ano do curso para seis meses. O edital para a inscrição dos candidatos às matrículas foi publicado no final do mês de abril, sendo reproduzido na imprensa durante todo o mês de maio[15]. A inauguração da Escola foi amplamente divulgada pelos dois principais jornais da capital, o *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*, bem como por *A Gazeta* e pelo *Jornal de Piracicaba*. Começaram a aparecer as primeiras inscrições de candidatos à matrícula, alguns em dia com os dispositivos do regulamento, outros necessitando de exames preparatórios ou declarando-se na condição de ouvintes. Na Fazenda São João da Montanha nem tudo estava completo; nas salas de aula faltavam as carteiras; nos campos, as sementes; no setor administrativo, as verbas para o custeio das despesas da fazenda e do ensino, prevendo-se a dispensa de vários trabalhadores a partir do mês de junho[16].

A cidade mobilizou-se para o evento, a Câmara Municipal fez circular um boletim de convocação ao povo para prestigiar a chegada do secretário da Agricultura "[...] a cujo patriotismo se deve haver se tornado a Escola uma realidade"[17]. A Escola inaugurou-se com data e hora marcadas, mas sem o mobiliário escolar, de segunda mão, que fora adquirido em Uberaba. As aulas começaram a funcionar, regularmente, no dia seguinte, 4 de junho, tendo comparecido 29 alunos mais um ouvinte[18].

Ano Político

O ano político de 1901 começara em meio às tensões provocadas pelas relações confliantes no interior das oligarquias paulistas. Em abril, o presidente da República, Campos Sales, decidira-se pela sucessão em favor

de Rodrigues Alves, cujo mandato como presidente do Estado de São Paulo devia ser, prematuramente encerrado, para esse fim. A idéia afigurava-se uma imposição inaceitável para a poderosa facção oligárquica do PRP, liderada por Prudente de Moraes. Efeito imediato da "Política dos Estados" inaugurada por Campos Sales, porém não exclusivo. A crise paulista agravara-se pela injunção de outros agentes complicadores ligados às eleições de dezembro de 1900, como a política sucessória federal e estadual conduzida pelo presidente da República, a reforma na Comissão Central do partido e a batalha no Congresso paulista em torno da revisão constitucional. Isso tudo gerava uma situação insustentável, acentuada pela crise na lavoura. As insatisfações geradas nos grupos de oposição alargaram as cisões no arranjo oligárquico do partido, havendo por escapar-lhe uma importante minoria, que se erigiu em partido dissidente, o PRDSP[19].

A repetição da fórmula que interrompia o mandato de um presidente estadual para alçá-lo à suprema magistratura do país, enquanto projetava nacionalmente São Paulo e o PRP, acarretava transtornos administrativos e conduzia os projetos internos a uma solução de continuidade. Anos antes, o projeto de adaptação da Fazenda São João da Montanha fora abruptamente interrompido por Peixoto Gomide (1898), acarretando lamentáveis conseqüências, que seriam enfrentadas pelo governo de Fernando Prestes de Albuquerque. Agora, frente à retirada prematura de Rodrigues Alves do governo paulista, pairava a antiga ameaça de interrupção nos planos locais de instalação e funcionamento da escola – fato que não devia mais ser procrastinado.

Piracicaba era reduto de um dos mais importantes grupos oligárquicos de São Paulo, o dos Moraes Barros, agentes perrepistas do 8º Distrito Eleitoral, que se achavam em processo de ruptura com o situacionismo. Esse grupo vira tolhidos os seus mecanismos de pressão e barganha na Comissão Central do partido e frustradas as suas pretensões na arquitetada sucessão paulista. A indicação do nome de Bernardino de Campos para a sucessão de Rodrigues Alves era recebida como uma imposição indevida ao grupo, que defendia outro pretendente, Cerqueira César[20].

A situação era de confronto e desequilíbrio, pondo em risco o novo projeto de escola pública, prestes a implantar-se. Em Piracicaba, nada se movia sem o consentimento do grupo oligárquico de Prudente de Moraes. O mesmo que experimentara as mais sérias derrotas políticas durante o primeiro semestre, em torno da disputa pela Comissão Central do partido e da composição da mesa do Congresso Constituinte do Estado; que, defendendo a sua posição, chegaria às últimas conseqüências, até o seu rompimento político e formal com o governo, em setembro do mesmo ano. Durante o mês de junho, a crise instalada no interior do partido ameaçava transformar-se em borrasca na ocasião do ato de inauguração. O situacionismo decidiu afastar-se, o presidente Rodrigues Alves deixou de comparecer ao ato, enviando por representante o secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antônio Cândido Rodrigues[21].

Em conseqüência, o ato inaugural despiu-se do brilho, tão caro aos perrepistas. Ilustres convidados ausentes solaparam o congraçamento que costumava cercar os eventos políticos do PRP, as pompas circunstanciais e os arroubos de oratória a respeito dos destinos do Estado líder e seu progresso. Para evitar confrontos indesejáveis

na terra dos Moraes Barros, o governo enviou uma discreta comitiva, onde predominavam jornalistas, da qual estavam ausentes das figuras mais representativas do PRP[22]. Para torpedear o situacionismo e embaçar o significado da obra governamental, a que os oposicionistas se recusavam a emprestar mérito exclusivo, fora convidado o dr. Luiz Pereira Barreto, para receber as homenagens de Piracicaba em tributo a sua atuação pioneira na defesa da agricultura científica. Ambos os lados buscavam minimizar os efeitos que pudessem vir a reverter dividendos nos confrontos futuros. A festa perdeu o brilho, sem, contudo, apequenar-se.

Júlio de Mesquita, de *O Estado de S. Paulo*, um dos principais mentores do grupo de Prudente, limitou-se a informar os seus leitores, sem atribuir repercussão ao fato, evitando que dele viessem a se beneficiar os adversários governistas[23].

Um Certo Alvoroço

Viajar era uma aventura a que o ritual perrepista praticado em trânsito ferroviário emprestava certo estilo cavalheiresco, no frio domingo de junho de 1901, desde a partida do vagão especial na Estação da Luz. O secretário da Agricultura, Comércio e Obras, Antônio Cândido Rodrigues, fazia-se acompanhar do seu oficial de gabinete, A. Victor de Azevedo, do dr. Luiz Pereira Barreto, do deputado piracicabano no Congresso paulista, Antônio de Moraes Barros, e de diversos jornalistas. Como não poderia faltar num evento dessa natureza, seguia no mesmo comboio uma seção da Banda da Brigada Policial, sob a regência do maestro Lorena.

A viagem a Piracicaba exigia baldeação na cidade de Jundiaí, onde os passageiros se transferiam da Santos-Jundiaí Railway para a Cia. União Sorocabana e Ituana, a fim de seguirem viagem. Essa segunda parte do trajeto, muito mais pitoresca, oferecia parada obrigatória em Itaici, onde, segundo o diário de viagem do repórter de *O Estado de S. Paulo*, juntou-se à comitiva o dr. José Amandio Sobral, inspetor do 5º Distrito Agronômico. Os políticos locais deram cumprimento às formalidades perrepistas, enquanto "um ligeiro lanche" era oferecido pelo correligionário local, Francisco Araújo.

Quatro horas sacolejantes esgotavam o contorno do antigo Oeste paulista. A partir de Itu, a paisagem das colinas divisórias dos cursos dos rios Tietê, Capivari e Piracicaba oferecia a vistosa sucessão dos cafezais, embora, teimassem os engenhos e resistissem as ressocas dos antigos canaviais da depressão periférica. No remate da última curva, o casario, a *gare* construída à margem do ribeirão Itapeva, que atravessava a cidade de Piracicaba. Para surpresa do secretário, a população, ou parte expressiva dela, atendendo à convocação das autoridades municipais, lotava a plataforma de desembarque e as cercanias, sob o furor de foguetes e acompanhamento musical. Bem no estilo dos Moraes Barros.

Presentes à Câmara Municipal incorporada, autoridades judiciárias, figuras do PRP local, da Comissão de Agricultura, representações das principais escolas (Complementar, "Luiz de Queiroz", Primeiro Grupo Escolar, Grupo Escolar "Moraes Barros", Umberto I (seus alunos vestidos à Garibaldi)) e das sociedades locais (Clube Piracicabano, Societá Italiana di Mutuo Socorso, Circolo Italiano XX Setembre, Cooperativa Agrícola "Vila Rezende", Sociedade Espanhola, Sociedade Igualitária Instrutiva), ostentando

os respectivos estandartes. Os estudantes das escolas particulares e públicas, inclusive os alunos matriculados na "Luiz de Queiroz", postavam-se ao longo das calçadas, perfilando o trajeto a ser percorrido. "[...] Extraordinária ocorrência, na *gare*, no Largo da Estação, nas ruas adjacentes" – registrava o repórter de *O Estado de S. Paulo*, Armando Azevedo, que colhia informações do colega diretor da *Gazeta*, Juvenal do Amaral[24].

Aparentemente quebrava-se o gelo entre os perrepistas. O dr. Paulo de Moraes Barros anfitrionava os visitantes, em nome da cidade, como presidente da Câmara Municipal de Piracicaba. Era sobrinho do presidente, filho do senador Manuel de Moraes Barros, e irmão do deputado estadual Antônio de Moraes Barros. Dele partiu a saudação oficial ao secretário da Agricultura, Comércio e Obras, no ato do seu desembarque. Prudente de Moraes comparecia, em pessoa, acompanhado dos membros do Diretório Republicano Municipal, do corpo docente da "Escola 'Luiz de Queiroz'" e das pessoas importantes da comunidade[25]. A divisão perrepista encarnava-se nessa figura nacional da oposição, barrada pelo situacionismo de sentar-se à Mesa diretora do PRP. Conquanto se abrisse uma pausa para anfitrionar as representações de todas as "oligarquias" paulistas, o inevitável confronto emprestava tonalidade política inquietante à inauguração da escola.

O repórter de *O Estado de S. Paulo* não sucumbiu ao exagero. As festas perrepistas de Piracicaba saíam ao gosto dos Moraes Barros, meio aristocráticas, meio populistas. Duas bandas de música, a local (Banda Musical Stipp) e a da Brigada, executaram os números de grande sucesso na época, enquanto espocavam girândolas de foguetes, bem ao estilo do partido. O destacamento da polícia local, incorporado por 22 praças, submeteu-se à revista por parte do secretário e prestou-lhe as continências de estilo. Seguiu-se a caminhada pelas ruas antigas de Piracicaba, até o Hotel Central, honrada por Prudente de Moraes, passando-se entre as alas formadas pelos escolares para receber as aclamações populares. O repórter registrou os calorosos "vivas" à pessoa do secretário, ao dr. Luiz Pereira Barreto, ao dr. Prudente de Moraes, à Câmara Municipal, não excluindo sequer o dr. Rodrigues Alves[26].

De uma das janelas do Hotel Central, Antônio Cândido Rodrigues proferiu seu discurso de agradecimento, ao mesmo tempo em que se congratulava, junto ao povo piracicabano, pela inauguração da escola agrícola. Justificava-se a sua referência à alegria piracicabana pelo evento, pois a escola idealizada por Luiz de Queiroz, defendida pelos Moraes Barros, sempre se achara incorporada às reivindicações locais. Era o reconhecimento de que as peculiaridades regionais, mesmo quando enrustidas nas práticas coronelísticas de uma antiga "Boca de Sertão", respaldavam-se em nome do povo, segundo as bases doutrinárias.

O Hotel Central foi a hospedaria oficial da cidade em diversas oportunidades, inclusive durante os acontecimentos políticos que assinalaram a inauguração da escola agrícola, oferecendo as suas janelas por tribuna e os seus salões para o lauto banquete servido ao secretário e sua comitiva[27]. Hotel, praça da Matriz e Jardim Público completavam-se como espaço organizado nos grandes momentos da cidade. As demonstrações internas de regozijo foram interrompidas às vinte horas, quando, procedentes da praça da Matriz, acompanhadas por um grande público, as duas bandas compareceram diante do hotel com a missão de homenagear o dr. Luiz Pereira Barreto por

suas idéias positivistas e seus brilhantes artigos publicados em *O Estado de S. Paulo* sobre a questão religiosa armada em torno da atividade dos jesuítas. Era a vez da maçonaria atrair a atenção para o ilustre convidado, roubando o espetáculo aos governistas[28]. Segundo o *Correio Paulistano*, jornal da situação, o homenageado tecera a "[...] apologia da Escola Agrícola que se ia inaugurar e enalteceu o ato do governo do Estado"[29].

As homenagens públicas prestadas às duas personalidades, Luiz de Queiroz e Pereira Barreto, deixaram em segundo plano as representações governistas. Também foi bastante enfatizado o trabalho organizacional da escola durante a gestão do secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Alfredo Guedes (10.11.1898 a 30.04.1900), posicionado na pré-dissidência, junto ao grupo de Prudente. Ficava subentendido que, no burgo dos Moraes Barros, o então atual secretário pouco tinha a colher, e o mesmo era válido para as políticas de Rodrigues Alves e de Campos Sales. Os Moraes Barros resgataram os seus envolvimentos anteriores no projeto da escola e não se dispunham a repartir dividendos num momento de confronto com a "oligarquia" partidária. O tom de festa não disfarçava o clima pré-dissidente, mesmo quando o secretário e sua comitiva percorreram a praça e as ruas centrais acompanhados pelos anfitriões, o deputado Antônio de Moraes Barros e seu ilustre tio Prudente José de Moraes Barros. Festa cívica para um município de 25.374 habitantes[30].

Três de Junho

As manhãs de junho em Piracicaba são normalmente acompanhadas de forte cerração, que se desfaz perto das nove horas. Cumpriu-se curto programa, que incluía visitas aos edifícios públicos e ao Salto do Piracicaba. Era passeio obrigatório aos visitantes, que acabavam se envolvendo com a beleza natural, a mesma que havia inspirado Brazílio Machado em seu poema "Piracicaba", no século XIX[31]. O curto passeio foi suficiente para contemplar a paisagem, já desnaturada pelas construções do Engenho Central e pela Fábrica de Tecidos Sta. Francisca. Naquela época, a caudal possuía redobrada violência. Aos fundos do Vaivém, na Rua do Porto, avistava-se a colônia de pescadores, memória da piscosidade do grande rio, sacrificada meio século depois.

Ao meio-dia, numerosos carros (*tilburies*, caleças, *trolleys*) dirigiram-se à Fazenda São João da Montanha, para a cerimônia inaugural que, na descrição de nossos repórteres, foi bastante simples, destituída das pompas de 1896, quando Morimont apresentara à sociedade e ao PRP, diante do presidente do Estado, Bernardino de Campos, o seu projeto da Escola Prática de Agricultura[32]. Todo o trajeto, da cidade à Escola, achava-se ornamentado. Em cada poste no interior do campus, estavam afixados escudos rodeados de festões com os nomes das sumidades agronômicas estrangeiras: Olivier des Serres, Mathieu de Dombasle, Malagueli, A. Young, Albert Thaer, conde Gasparin, Justus von Liebig, Boussaingault, Baudement, André Sanson, Duclaux, Segê, Joignaux, Leconteux, Cornevin, Grandeau, Nocard, Moel, Gayot e Deherain[33].

Cabia a Francisco de Paula Rodrigues Alves, em seu segundo ano de mandato no governo paulista, instalar oficialmente a tão aguardada Escola Pública de Agricultura Prática de Piracicaba. Autoridades e políticos, representantes da magistratura, da imprensa, do magistério, da força pública, do corpo

docente e administrativo da "Luiz de Queiroz", alunos matriculados e senhoras da sociedade compunham o público, que se acomodou, com algum desdouro, na melhor das três salas adaptadas da antiga oficina de Morimont. Antônio Cândido Rodrigues proferiu um discurso rápido e deu por oficialmente inaugurada a Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz"[34].

Outra fonte relata que o secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas presidiu a sessão, havendo sido composta a mesa pelo ex-presidente Prudente de Moraes, pelo dr. Luiz Pereira Barreto, pelo diretor interino dr. Ricardo Ernesto Ferreira Carvalho e pelos lentes dr. Lacordaire Duarte e dr. Antônio de Pádua Dias (secretário *ad doc* para lavrar a ata inaugural). Confirmavam-se o laconismo e a sobriedade do secretário ("breve alocução"), que, "ao dar por inaugurada a Escola instalando as suas aulas, abria o primeiro ano letivo do curso agronômico"[35].

Os discursos proferidos nessa tarde não escondiam a fala acautelada; eram iniludíveis quanto aos propósitos, repassados de carga ideológica. Os temas abordados foram: o ensino agrícola (diretor), a reforma da agricultura brasileira e o desenvolvimento do país (dr. Luiz Pereira Barreto), a memória sobre o Projeto da Escola Agrícola Prática de Piracicaba (dr. Prudente de Moraes)[36].

O diretor interino proferiu um discurso enquadrado no projeto agronômico do Estado de São Paulo, contido no decreto 683-A, de 29.12.1900. Assegurava que a agricultura científica, isenta das grandes teorizações, voltada para a aplicação prática, era a estratégia reformadora do governo na perspectiva do ensino público e profissional. Congratulava-se com o governo paulista, mas mantinha discrição quanto aos graus de comprometimento político, pois fora indicado ao governo paulista pelo grupo de Prudente, em fase anterior à crise que separou as duas poderosas correntes oligárquicas no interior do PRP[37].

O dr. Luiz Pereira Barreto saudava o governo paulista e o povo piracicabano, que o homenageara na véspera. Colocando-se à margem do conflito, não discriminava o governo, a oposição ou as forças maçônicas. Mantinha-se fiel ao seu pensamento positivista e à linha que desenvolvera em sua vasta produção literária e jornalística a favor do ensino da agronomia e na defesa da ação transformadora da agricultura científica sobre a prática tradicional da lavoura. Incentivou os alunos a valer-se das vantagens oferecidas pela escola, de modo a tornarem-se preciosos fatores da riqueza agrícola de São Paulo e do progresso brasileiro[38].

A intenção manifesta no discurso de Prudente de Moraes era estimular a memória, e desviar a atenção da política presente, pois o governo que inaugurava a escola agrícola era o mesmo com o qual se incompatibilizara na Comissão Central do PRP. Prudente expressou a "profunda gratidão e o reconhecimento do povo piracicabano à memória de Luiz Vicente de Souza Queiroz, a cuja generosidade devia o governo paulista a Fazenda São João da Montanha".

Mencionando outros três nomes, destacou a atuação de Alfredo Guedes, secretário da Agricultura, a quem atribuía a formulação do projeto de ensino público agrícola de São Paulo, de grau médio. Ao "grande sábio dr. Luiz Pereira Barreto" reconhecia a importância da voz que não se calara nos momentos em que o projeto da agricultura racional parecera condenado. Deu destaque a Antônio Cândido

Rodrigues como o secretário do governo paulista responsável por sua implantação[39]. Em seu arroubo de orador teria chamado a estes três de "os verdadeiros fundadores da Escola". Preferia unir na mesma fala um futuro dissidente do PRP, Alfredo Guedes, um situacionista, Antônio Cândido Rodrigues, ao símbolo da Intelectualidade, o dr. Luiz Pereira Barreto, a citar Rodrigues Alves ou a fazer justiça ao engenheiro Morimont, cujo nome continuava impronunciável e proscrito[40].

Outros oito oradores se sucederam, consumindo-se a tarde em retórica, muito ao gosto da época. Merece destaque a mensagem do inspetor do 5º Distrito Agronômico, José Amandio Sobral, dirigida contra a dependência do governo com relação aos gêneros de importação. No seu entender era "[...] necessário consorciar o braço à cabeça para que o trabalho seja produtivo". Não hesitou em prognosticar a importância da "Escola 'Luiz de Queiroz'", ao lado da Escola de Direito e da Politécnica, em termos de alcance do ensino da agricultura no futuro[41].

Extremamente discreto, o secretário encerrou a sessão estendendo os seus agradecimentos a todos os presentes e excelentíssimas famílias. Enquanto o recinto se esvaziava, os visitantes oficiais percorreram as dependências da Fazenda São João da Montanha, a fim de constatar as benfeitorias, as terras lavradas e as diversas culturas desenvolvidas[42].

No dia seguinte, quatro de junho, secretário e comitiva retornaram a São Paulo, acompanhados do deputado Antônio de Moraes Barros e do inspetor agronômico José Amandio Sobral. Às oito horas, na *gare* da Cia. União Sorocabana Ituana, os três aguardavam público e autoridades do Judiciário, da Câmara Municipal, políticos da terra, para as despedidas formais. Em pessoa, Prudente de Moraes acompanhado do presidente da Câmara, o dr. Paulo de Moraes Barros.

Os promotores maçônicos da homenagem ao dr. Luiz Pereira Barreto novamente se fizeram presentes, a pretexto de entregar-lhe um rico álbum e de expressar-lhe admiração pelo saber e civismo, manifestos em toda a sua obra. Solidarizavam-se com o representante positivista "ante a perigosa invasão clerical em nosso país", enquanto reforçavam as posições pré-dissidentes[43]. Novamente roubavam a cena ao principal figurante governista. As calorosas despedidas não arrancaram do secretário da Agricultura, Comércio e Obras o mais discreto discurso de agradecimento, mesmo depois da execução do Hino Nacional pelas duas bandas e de o público erguer calorosos "vivas" à sua pessoa, ao dr. Luiz Pereira Barreto e à imprensa.

O trem arrancou às 8h15, havendo por chegar em São Paulo, perto de 15h25, o que era extremamente rápido para os padrões da época. Da própria *gare* de desembarque expediu-se um telegrama coletivo de agradecimentos ao dr. Paulo de Moraes Barros. Eram lembradas a "fidalga hospedagem" em sua residência e a imponente recepção oferecida pela municipalidade, povo e imprensa de Piracicaba. Assinavam o secretário e os integrantes de sua comitiva[44].

Em clima de pré-dissidência, numa segunda-feira, o secretário cumprira, discretamente, um ato público no burgo dos Moraes Barros. Estes acolheram uma figura não oficial do governo paulista, o dr. Luiz Pereira Barreto, fizeram-no alvo de homenagens e subtraíram chances promocionais à situação. Se a festa de inauguração da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" perdia o brilho,

o diretor e os lentes podiam aquilatar a delicadeza da conjuntura. O estabelecimento mal era nascido e já se via lançado em meio aos conflitos entre as duas facções mais poderosas do PRP. O clima de frieza indisfarçada do governo e de agastamento não declarado dos futuros dissidentes marcou, pelo viés da tolerância recíproca, a data da inauguração. Breve ele seria rompido por luta aberta ao declarar-se, em setembro desse mesmo ano, a dissidência (a segunda) no interior do partido.

Discursa o Dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho

Na base do Discurso inaugural do diretor imbricava-se a idéia mestra do progresso regenerador, abstração conceitual do século XIX, articulada nas linhas ideológicas da fala da classe dominante, inserida no esquema de poder do governo paulista e, por aspiração sublimada, a solução dos problemas da lavoura pela regeneração da agricultura via ciência. O imaginário, o ideológico e o utópico permeavam a retórica do diretor, de maneira a permitir a separação do texto documental em três seções.

Primeira Parte. Não escondendo o entusiasmo, o diretor fazia proclamação: a Escola Agrícola Prática que se inaugurava "[...] era a primeira de São Paulo e, talvez, a primeira em toda a República". O ufanismo pelo progresso, que contagiava as elites, lhe permitia acrescentar: "[...] Será o primeiro marco plantado no caminho das reformas práticas da nossa agricultura". Lente e autoridade na instituição pioneira, clarificavam-lhe o propósito de: "[...] Propagar o ensino profissional de acordo com o regulamento orgânico de que a escola era dotada"[45].

Agrônomo formado na França, profissional zootécnico e homem de ciência a serviço do Estado, submetia-se aos esquemas do poder, não falando apenas em nome próprio, mas como porta-voz das iniciativas oficiais: "[...] A introdução das novas diretrizes reformistas, através do ensino prático da agricultura, colocava a lavoura no caminho da sua reclamada regeneração". Ao apresentar o Estado paternalista como a fonte para as soluções dos problemas e questionamentos da lavoura, consenso a que chegaram as elites paulistas, acrescentava ser essa novel instituição "[...] um testemunho do critério com que o governo do Estado de São Paulo resolvia os problemas que mais de perto interessavam à principal indústria do país"[46].

Durante a última década do século XIX, os problemas da agricultura paulista haviam sido exaustivamente debatidos pelos lavradores progressistas e representantes da Intelectualidade no Congresso Estadual. Resguardadas as especificidades das suas propostas, estabelecera-se entre eles, numa base consensual, a convicção de que não havia saída para a crise em que se debatiam os lavradores, senão por meio da ação reformista preconizada pela agricultura racional. A sua vitória política consistiu em incluir, na base da modernização proposta, um projeto de educação agronômica, a exemplo do que ocorrera nos países da Europa e nos Estados Unidos.

As associações de lavradores e a imprensa ocupavam espaços privilegiados, nos quais as frações da classe dominante "falavam e ouviam" através dos seus representantes. Aos poucos estes deixaram de ser vozes isoladas, estabelecendo-se um pequeno coro de insistentes reformadores, embora eles nem sempre abordassem as mesmas questões ou

propusessem as mesmas medidas saneadoras da agricultura.

Superando a figura empresarial do doador da Fazenda São João da Montanha, Luiz Vicente de Souza de Queiroz, apontou-o como o ilustrado da época, voltado para a defesa da modernização da agricultura. Valendo-se dos exemplos concretos dos modelos históricos da Europa e Estados Unidos, explicou à saciedade a importância e a urgente necessidade de se adotar no Brasil a educação agronômica dos jovens por meio das escolas práticas de agricultura. Foi a idéia que venceu, sob a iniciativa oficial, e que ele conseguiu impor, valendo-se da estratégia de oferecer ao Estado a Fazenda São João da Montanha juntamente com os planos que desenvolvera.

O seu discurso era bastante objetivo, veiculado em grande parte em artigos publicados na *Revista Agrícola*, editada pela da Sociedade Pastoril e Agrícola, cujos redatores eram os médicos Luiz Pereira Barreto, Carlos Botelho e Domingos Jaguaribe. Podemos sintetizá-lo: *a agricultura era a "vaca leiteira" do Tesouro Nacional; do êxito da lavoura dependia o futuro do país*. A partir desses pressupostos, concluía pela necessidade inadiável de se adotar as escolas práticas de agricultura, regra de sucesso nos países ricos. Graças a essa forma da educação, o conhecimento teórico ficava reduzido ao indispensável, predominando o ensino técnico do trabalho rural, o desempenho com a maquinaria moderna, o conhecimento das intervenções veterinárias, das operações de cultivo e das construções rurais.

Da crítica conjunta feita pelos progressistas e intelectuais na última década do século XIX, duas linhas de idéias apontavam para o reconhecimento do atraso multissecular da agricultura brasileira e para a busca de uma saída para a lavoura (saída que não dizia respeito, exclusivamente, à crise dos cafeicultores e dos agroexportadores), ambas convergindo para a chamada agricultura racional. Na base da modernização, da ação reformista e regeneradora, a ciência.

Ao falar em defesa da ciência, o diretor encarnava a postura reformista. Não podia esquivar-se a apontar, egressa do passado, a lavoura extensiva, símbolo do atraso, "[...] tão arraigada nos nossos lavradores a despeito dos limites do tempo e da razão". Essa mesma lavoura extensiva tinha raízes profundas e chegava ao presente com o seu rosário de desgraças, "[...] sem quebrar os laços que a prendiam à rotina, sem acompanhar o movimento evolutivo e ascendente das diversas manifestações da atividade e da vida nacional". Dentro da tônica principal do discurso do diretor, no encalço da agricultura racional possibilitada pela ciência, investia-se na ação prática, no ensino técnico proporcionado pela "Luiz de Queiroz". Esse era o caminho[47].

Tardiamente, a ciência agronômica, sob a forma escolarizada, viria a se inserir no bojo das transformações socioeconômicas experimentadas por São Paulo. Coube ao Estado desenvolver as primeiras estratégias modernizantes em benefício da agricultura paulista, a partir da pesquisa e da "ciência pura" – assim chamada na época – que se praticavam no Instituto Agronômico. O ensino agronômico, em nível de altos estudos, estava incluído na área de engenharia agrícola, que se introduziu na Escola Politécnica desde 1897. As experiências com o ensino elementar agrícola nos aprendizados rurais ocorriam nos distritos agronômicos. A novidade na área do ensino agronômico era, justamente, o ensino técnico profissionalizante, introduzido em Piracicaba

(1901). Sinal de grande avanço, assegurava o diretor, era a passagem dos esforços "literários para os processos operatórios na arte agrícola", para efeito de se arrancar a lavoura à sua tradicional inércia[48].

A dar-lhe razão, a Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", enquanto estabelecia um marco institucional na linha da escolaridade pública, deixava cindidas as águas entre a chamada "ciência pura" (estudos teóricos) e os conhecimentos de aplicação prática (técnicos); estes, de ação mais rápida e eficaz, viriam a atender aos reclamos de parte da Intelectualidade, acautelada tanto contra o bacharelismo quanto contra os ensaios teorizantes. O acentuado empenho em reforçar o caráter prático do ensino que se instalava na "Luiz de Queiroz" tinha endereço certo, visava a tranqüilizar as vozes agoureiras dos conservadores. A inexistência de uma tradição científica em São Paulo (as exceções corriam por conta dos que buscaram formação no estrangeiro) explica as suas colocações radicais. O sistema de educação agrícola a ser implantado não podia oferecer espaço para a pesquisa nem para a formação de cientistas. Mas se a "Luiz de Queiroz" destinava-se a resultados práticos na lavoura, uma condição se impunha à experiência educacional inovadora: a aprovação urgente e consensual da sociedade, para garantir-lhe a sobrevivência.

Retomando a tônica principal da primeira parte do discurso, o diretor reafirmava serem tais processos operatórios da *arte agrícola* "[...] o único meio de se derramar nas entranhas mal exploradas da lavoura nacional os germes fecundos da sua transformação"[49].

Segunda Parte. Assossegados os espíritos, restava acrescentar ao discurso a proposta didático-pedagógica da "Escola 'Luiz de Queiroz'". Esta não podia ficar dissociada da sua finalização agronômica prática: "[...] devemos imprimir ao ensino e à propagação das doutrinas agronômicas a ação direta da prática"[50]. Novamente, a ausência de uma tradição científica no país levava o diretor a manifestar sua preocupação em esclarecer a opinião quanto ao trabalho de formação metodológica do educando dentro da programação científico-prática.

Desejava afirmar, sem riscos, a proposta didático-pedagógica que deveria se manifestar na seriação dos trabalhos processados ao longo da atividade curricular, desde o recinto das salas de aula até os gabinetes e os laboratórios, fase em que a exposição dos conceitos, a demonstração, a experimentação e a aplicação dos princípios se completariam, ao incluir também os estábulos e os campos de experiência, onde se faria a plena aplicação prática da "arte agronômica". A instrumentação didática tinha por objeto colocar os conteúdos programáticos "[...] diante dos olhos e ao alcance dos braços dos que aprendiam [...] por processos objetivos, por exemplos positivos e palpáveis, por situações vividas, os melhoramentos que se pretendiam propagar"[51].

A intenção era de qualificar, por meio da proposta de seriação dos trabalhos escolares, o método moderno de aprendizado *a posteriori*, ou método de captação do concreto, também chamado na época de "intuitivo", por ser conseqüência natural da sistematização dos procedimentos didáticos. Tal método, apregoado no regulamento da escola, era tido como o caminho correto para se chegar ao modelo da lavoura racional, intensiva e policultora que se desejava introduzir no Estado de São Paulo através da "Luiz de Queiroz".

A proposta alternativa à monocultura intensiva, própria do modelo agroexportador vigente, reforçava-se no interesse econômico despertado pela agronomia concebida como ciência transformadora dos produtos da terra: "[...] A terra e o animal doméstico são verdadeiras máquinas de poder e, como tal, devem ser explorados de acordo com os princípios científicos que regem todas as indústrias"[52]. A ênfase nos fatores de produção dava-os por geradores da riqueza básica da terra, conseqüentemente, do poder. Ficavam subentendidos os parâmetros da riqueza potencial, resguardados no âmbito de uma determinada classe de proprietários rurais a que pertenciam os grupos oligárquicos que se enquadravam no PRP e nos esquemas do governo. A socialização dos créditos de uma agricultura brasileira modernizada ficava por conta do futuro.

A valorização dos produtos agricultados e da terra, esta concebida como fonte da vida econômica e de poder, compunha o quadro fisiocrático-liberal das expectativas com relação ao desenvolvimento da agricultura, tida como "primeira indústria nacional", base da prosperidade paulista e nacional. Tais representações econômicas passavam a constituir parte intrínseca do universo mental das lideranças progressistas e da elite ilustrada naquele dealbar do século XX. Ocupavam o centro do seu imaginário, afloravam nas suas preocupações ideológicas e utópicas, fazendo parte das suas construções narrativas e da sua retórica. Destacando-se das sempre buscadas soluções político-financeiras, a saída pela ciência, mediante a educação, afigurava-se naquele momento mais do que um componente de impostação dramática na fala do diretor: ela possuía uma virtude axiomática a revelar-se pela inovação transformadora no conjunto das manifestações da economia brasileira. O tempo viria a confirmar-lhe as palavras.

O dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho reforçava as metáforas dos críticos "ao vicioso sistema rural", herança histórica dos antepassados, aos quais se ofereciam, gratuitos e abundantes, os fatores excepcionais de produção agrícola de que o Brasil sempre fora dotado, tais como terra virgem e braço escravo. Considerando que os erros do passado cediam às transformações do país, sob o influxo do regime republicano, concluía: "[...] Há que inscrever, entre elas, a reforma da indústria agrícola, que é, por assim dizer, a fonte da vida econômica, da prosperidade estadual e a mais sólida base da grandeza nacional, da riqueza e bem-estar dos habitantes do país"[53].

Terceira Parte. Assentada a saída pela ciência como parte do processo operatório da modernização, a bem dos interesses nacionais, a agricultura científica e o ensino prático se justificavam pelo consenso. Faltava o trabalho de persuasão a respeito da eficácia da "educação agronômica da mocidade", concebida em torno do projeto da Escola Agrícola Prática de Piracicaba, oferecido como o mais adequado aos fins a que se propunha. O diretor alinhava argumentos.

O Estado de S. Paulo se colocava na vanguarda de todos os progressos, inclusive a instrução pública. Era o primeiro a compreender a necessidade da organização e funcionamento de um serviço agronômico completo, do qual a escola técnica de grau médio fazia parte[54]. Curiosamente, o projeto de ensino paulista, em nível médio profissionalizante, implantava-se por meio de duas Secretarias do governo. A diretoria

Geral da Instrução Pública lançava, com sucesso, o curso complementar nas principais cidades paulistas, promovendo a qualificação profissional dos jovens procedentes dos segmentos emergentes da classe média urbana, em particular a profissionalização da mulher no magistério público primário. Piracicaba via-se privilegiada com as duas experiências educacionais, antecipando-se às congêneres do interior no atendimento vocacional da sua clientela escolar de grau médio[55].

Em princípio, a Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" não se endereçava à profissionalização das elites urbanas ou rurais pré-escolarizadas, que tradicionalmente optavam pelo bacharelato jurídico, pelos cursos de medicina, fora de São Paulo, e pelas engenharias da Politécnica. Destinava-se a uma clientela eventual, aos jovens menos informados que se apresentassem ao grau médio em busca de qualificação para o atendimento das demandas da lavoura. Clientela em potencial havia em todas as frações da classe dominante e nos segmentos emergentes da classe média urbana.

A primeira grande dificuldade estava em sensibilizar os filhos dos agricultores, atraí-los para uma escola prática que não formava doutores e exigia a participação direta no trabalho de campo. A segunda era o pré-requisito da escolarização de nível primário ou preparo equivalente, sujeito à avaliação por banca examinadora. Devido a essa exigência, a escola apresentava-se, desde o início, seletiva, impondo dificuldades ao próprio projeto, sem abrir mão do conhecimento propedêutico à iniciação científica, torpedeando o preconceito com relação ao braçal no campo.

A inovação educacional tinha na crise da agricultura, que se pretendia modernizar, a principal aliada, embora nesse momento inaugural, a educação agronômica de grau médio se apresentasse ao candidato mais carregada de exigências do que de recompensas. Diretor e professores, por sua vez, submetiam-se ao jugo de um poderoso código de varas, implantado pela Secretaria da Agricultura, por meio dos minuciosos artigos do dec. nº 863-A, de 29.12.1900, que punha em execução o artigo 13 da lei nº 678 de 13.09.1899 (recriadora da Escola Agrícola Prática na Fazenda São João da Montanha, em Piracicaba), e lhe atribuía o respectivo regulamento.

As propostas de regeneração da lavoura e saída das dificuldades do país pela ciência agronômica, via escolarização e formação de técnicos, acenavam com soluções, em médio e longo prazo, às prementes necessidades da produção agrícola, que pecava pela força de trabalho desqualificada ou insuficiente, pela falta de diversificação, decorrente da agroexportação monocultora e da tibieza do mercado interno, e pela falta de conhecimentos específicos e tecnologia. Por outro lado, esse modelo de escola era inteiramente desconhecido em São Paulo e os resultados eventuais da sua implantação eram tidos por incógnita. Pairava certo ceticismo, difícil de eliminar, quanto aos resultados, mormente entre os segmentos mais conservadores. A corroer o otimismo dos idealistas, o despreparo da clientela era parte flagrante da realidade. Os filhos dos agricultores, grandes ou médios proprietários, careciam dos conhecimentos básicos indispensáveis ao segundo grau, reduzindo-se as possibilidades reformistas da educação agronômica dos jovens por falta de adequação e demanda[56].

Dar exeqüibilidade ao projeto da Escola Agrícola Prática de Piracicaba correspondia a

aceitar as múltiplas dificuldades por parte de um corpo docente experimentado, à altura do desafio. O ineditismo do modelo pedagógico era posto em risco já no nascedouro. Em razão disso, assistimos ao diretor, quase em prece, na evocação daquele que era apresentado como modelo de virtudes cívicas, Luiz de Queiroz, "[...] vida consagrada ao trabalho, à agricultura e às indústrias, além de benemérito doador da Fazenda São João da Montanha"[57]. Ei-lo convertido em mane tutelar da nascente Escola![58] Não era de se estranhar que o governo, saído da insensibilidade com que por vários anos lidara com o projeto de Luiz de Queiroz, viesse a tributar-lhe homenagens e a batizar a escola com o seu nome (dec. nº 882, de 18.03.1901)[59].

A omissão do nome de Morimont não impedia que o primeiro projeto global da Escola Agrícola Prática, concebido por ele e publicado em 1895, transparecesse sob a proposta didático-pedagógica aventada. O colégio-internato, o posto zootécnico, a fazenda-modelo com o serviço de observação meteorológica, os viveiros e os campos de experiência ficavam implícitos nas tarefas de construção da "Luiz de Queiroz". O nome e o mérito de Morimont jamais foram reconhecidos. Não obstante, sobravam espaço e oportunidade para outras elogiosas referências a diversas personalidades estrangeiras e nacionais, entre estas o dr. Luiz Pereira Barreto, "ilustre e sábio mestre", especialmente convidado.

É no fecho do discurso que o diretor revela a sua mensagem particular. Sem desdenhar a importância dos trabalhos pioneiros empreendidos no passado, apontava para as novas diretrizes que incluíam o desenvolvimento de estudos experimentais, de caráter nacional. Falando como cientista, colocava por questão prioritária a fundamentação da agricultura brasileira em bases práticas e nacionais: "[...] muito há, ainda, a estudar e a fazer por estudos experimentais propriamente nacionais para fornecermos à agricultura brasileira as bases práticas sobre as quais ela deva formar-se"[60]. Levantava uma questão primordial de ordem metodológica: a experimentação científica devia preceder à prática agrícola, subentendia a pesquisa. No seu inconsciente, traçava-se o destino que a escola haveria de buscar durante a primeira metade do século XX, por meio da ciência, da formação de agrônomos, de docentes e de pesquisadores.

O dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho demonstrava possuir a consciência de que um empreendimento desse porte não poderia limitar a simples procedimentos escolares de primeiro grau ou à transmissão de alguns conhecimentos sobre tratos culturais e zootécnicos, mas a um projeto educacional de grande porte, a definir-se no futuro. Para os burocratas do governo, a escola era apenas um elo na cadeia reformista do serviço agronômico, completando a base sobre a qual devia assentar-se o processo de modernização da agricultura paulista, via conhecimento científico: Instituto Agronômico, Escola Politécnica e "Luiz de Queiroz".

Teorizações à parte, ele deixava definido o campo da produção da escola na agricultura policultora:

> [...] Sem limitar-nos aos meios, restritamente indispensáveis ao funcionamento da Escola, tais como as demonstrações feitas em laboratórios e nos campos de experiências e exercícios escolares, teremos de reconstituir sobre melhores bases uma grande fazenda, pondo em evidência os preciosos elementos de que ela dispõe[61].

Fig. 19. A primeira sede da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" de Piracicaba, 1901-1907. O edifício das oficinas, demolido na década de 1940, era o antigo barracão deixado pelo engenheiro Léon Alphonse Morimont (1893-1896).
Fonte: Relatório apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá Piratininga, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1906. Daesp. Foto.

Reforçados estavam os fins a que a Fazenda São João da Montanha se destinava: "[...] os quais, perfeitamente, a afeiçoavam às mais variadas formas de policultura"[62].

O seu discurso não era novo. A sua proposta tinha o mesmo sentido de outras anteriormente apresentadas, porém nunca suficientemente divulgadas. A reforma regeneradora, da qual dependia a agricultura brasileira, pressupunha fundamentação científica, bases práticas e manifestação generalizada pela policultura nacional. Porém, no ato inaugural, o seu discurso podia parecer aos presentes mais um elemento de representação utópica. Tudo estava por fazer[63]!

A Inauguração em Clima de Ruptura

[...] Somos pois, o partido Republicano Dissidente de São Paulo.
Manifesto Político de 06.11.1901

Para o jornal governista *Correio Paulistano*, na raiz do cisma que rompeu a solidariedade interna, a solidariedade dos chefes oligarcas do PRP, o grande bloco hegemônico na política paulista, estavam as ambições contrariadas, as susceptibilidades ofendidas, nunca a divergência doutrinária. O partido reduzia-se a uma coligação pessoal, cujo programa fora inventado a *posteriori.* Para Júlio de Mesquita, voz de *O Estado de S. Paulo*, ao contrário, a divergência procedia de uma base ideológica e doutrinária que culminou na cisão e no programa do Partido Dissidente Republicano. Era uma medida absolutamente necessária, desde o mês de julho, quando se reuniram os adeptos da revisão constitucional, sob a presidência de Prudente de Moraes, no chamado "congressinho"[64].

Situação e oposição não ocultavam que o clima de ruptura promanava da "Política dos Estados", artefato de Campos Sales, posto em prática nas eleições ao Congresso Federal em 1900 e nas intervenções praticadas nos Estados da federação, aplicado em São Paulo mediante duas intervenções simultâneas, a imposição da candidatura de Bernardino de Campos para a sucessão de Rodrigues Alves, levado à suprema magistratura, e a intervenção governamental na Constituinte Paulista. As oportunidades de pacificação interna foram desperdiçadas porque a voz de Prudente não fora atendida. Ele, seus aliados e seus dois representantes na Comissão Central do partido estavam marginalizados pela política de Campos Sales, seguida em São Paulo por Rodrigues Alves.

Quando se tratou da questão sucessória, em nível nacional e estadual, os nomes apontados por Júlio de Mesquita eram Prudente de Moraes e João Alves de Cerqueira César. Estava quebrada a solidariedade entre os históricos do Oeste paulista desde o rompimento entre Prudente e Glycério, em 1897; entre este e Campos Sales, em 1897-1898. Das três lideranças mais fortes, Campos Sales e Bernardino de Campos representavam o 7º Distrito Eleitoral, Prudente de Moraes, o 8º.

No 1º Distrito Eleitoral firmava-se João Alves de Cerqueira César, nos 2º e 3º (Vale do Paraíba), Rodrigues Alves. Os 4º e 5º subdividiam-se entre as influências do Oeste e o 6º entre as influências do litoral "Norte" e da Capital. O "vazio" deixado por Francisco Glycério foi naturalmente ocupado por Rodrigues Alves, estabelecendo-se a nova correlação de forças predominantes sobre o grupo de Prudente. A solidariedade mantida pelos históricos na dissidência de Américo Brasiliense (1891) perdera sua razão de ser.

A Dissidência (1901-1906) não deixaria de ser reflexo dessa mudança nas relações de poder no Estado de São Paulo. Quando se tentou eleger a nova Comissão Central do partido, os três nomes mais cotados foram Prudente de Moraes, Cerqueira César e Bernardino de Campos, aos quais se juntariam o cel. Virgílio Rodrigues Alves (2º e 3º Distritos) e o cel. Fernando Prestes (5º Distrito), abrindo-se natural vantagem para o grupo de Prudente. A pressão governista mudou o quadro em favor de uma comissão central constituída pelos cinco representantes dos chefes oligarcas do Estado: Prudente, Cerqueira César, Bernardino de Campos, Campos Sales e Rodrigues Alves. Dessa "conciliação precária", obtida nos meses de julho e agosto, evoluiu-se para a cisão. Não por oposição a Bernardino de Campos, mas por rejeição à política impositiva do presidente Campos Sales, que era adversa ao tradicional sistema de escolha dos oligarcas presentes na Comissão Central e que foi interpretada como atentatória à autonomia federativa do Estado de São Paulo[65].

O desfecho do primeiro momento da crise ocorreu no dia 4 de setembro, com a saída do deputado Júlio de Mesquita do plenário do Congresso Paulista, acompanhado de mais vinte colegas, em virtude de o governo considerar "questão fechada" dois pontos reivindicados pelos revisionistas da Carta: o cargo de vice-presidente e a duração do mandato. "A Cisão é o choque entre dois grupos de políticos dentro do partido", um liderado por Campos Sales outro por Prudente de Moraes[66]. Em 1901, Prudente ainda conservava nacionalmente reconhecido o seu prestígio político e tinha poder de articulação nas diversas frações da classe dominante. Com a crise da cafeicultura e o descontentamento generalizado quanto à política econômico-financeira de Campos Sales, ele se constituía na liderança histórica e numa alternativa a ser oferecida pela oposição como modelo de virtudes cívicas e símbolo da reação ao modelo degenerado de governo[67]. Em 7 de setembro, a oposição lançava o seu Manifesto:

> [...] Somos o partido republicano de São Paulo. Amanhã, chamar-nos-emos de dissidentes. Mas há dissidências e dissidentes. Nós dissentimos da orientação do presidente da República, do presidente do Estado e da maioria da Comissão Central. Eles dissentem das crenças do partido e das suas tradições[68].

Referia-se às bases organizacionais do partido, dos diretórios municipais, da Comissão Central do PRP, aprimoradas pela lógica liberal durante a Monarquia e consagradas pela Convenção Republicana de 1873, em Itu. A representatividade alcançada pelo exercício do voto e derivada do princípio da cidadania consagrava o cidadão eleitor, que devia manifestar-se por esses canais, seguindo a mesma lógica liberal contida no princípio federalista e na distribuição natural do poder. Conquanto o regime se apresentasse contrafatual e a República desfigurada, a ânsia

regeneradora dos dissidentes, tomava o partido como primeiro alvo do projeto reformista.

> [...] Não se trata de um partido que se organiza, mas de um partido que se reorganiza. Não é uma nova agremiação partidária que surge, é o velho partido republicano que ressurge querendo confirmar o seu reingresso nos sãos princípios democráticos[69].

As bases invocadas e as tradições acadêmicas do liberalismo clássico configuravam-se na ideologia do grupo dissidente, desafiante da República formatada pela "Política dos Estados" de Campos Sales. A área matricial da dissidência foi o Oeste, sede de importantes distritos eleitorais, onde já se invocara o compartilhamento do poder em nome da "liberdade bem entendida" (1832), do direito de resistência (1842) e da mudança do regime (1873), dentro da velha "lógica liberal". A formação de um grupo político de oposição dentro do PRP, em resultado de um processo de cisão apoiado em bases doutrinárias e ideológicas, era um fato novo. Considerando-se os guardiões do liberalismo e depositários das tradições, os aliados formalizaram, no mês de setembro de 1901, através do partido Dissidente (PRDSP), um projeto cuja síntese poderia se encontrar na proposta reformadora de "republicanizar a República"[70].

Conhecedor das difíceis circunstâncias em que se instalava a "Luiz de Queiroz", o dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho deixava transparecer, em suas últimas palavras do discurso inaugural, a apreensão de que era tomado frente à magnitude da tarefa e das responsabilidades que o aguardavam. Se a crise da cafeicultura alimentara os protestos durante os cinco anos precedentes, a política de Campos Sales levara à ruptura no PRP no primeiro semestre do ano. Não passa desapercebido o pessimismo que se manifestava nas últimas palavras do discurso inaugural: "[...] A nossa missão não é pequena [...]"[71]. À frente da "sua Escola", cabia-lhe seguir o regulamento, encomendado pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para reger uma experiência educacional inédita que incorporava grandes capitais e recursos do poder público.

O regulamento da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" previa a instrumentação didático-pedagógica em dois níveis de atividades: as teóricas, oferecidas em sala de aula, gabinetes e laboratórios; e as práticas, ministradas na fazenda-modelo e nos campos experimentais; ambas integradas na concepção modular de ensino. Apesar da atenção dedicada ao ensino teórico, seria dada atenção especial à carga horária, pois os procedimentos no campo ou junto ao aparelhamento mecânico, instrumental topográfico, serviços de estábulo e cocheiras, ou mesmo em laboratórios, deviam corresponder ao dobro do tempo dispensado em sala de aula.

A informação teórica em benefício do "aprender à vista e do saber-fazendo" no campo demonstrativo e no experimental-prático era a principal proposta pedagógica da escola. Por metodologia de ensino, deveria adotar-se o caminho "intuitivo-demonstrativo", acessível *a posteriori*, pela indução dos conhecimentos teoricamente confirmados em sala de aula, gabinete ou laboratório, que teriam em vista uma ulterior dedução a partir dos princípios e a reprodução das experiências, objetivando a aplicação prática na agricultura. Essa era a marcha que o regulamento estabelecia como necessária para a formação de um técnico em agricultura, o profissional

portador dos conhecimentos agronômicos, livre dos academicismos reservados à Escola Politécnica e ao pesquisador qualificado no Instituto Agronômico de Campinas (IAC). Transpor o estatuto para o quadro da realidade educacional, esse era seu objetivo.

O 1º Ano Letivo (2º Semestre de 1901)

As aulas da Escola Agrícola Prática foram iniciadas em quatro de junho, mesmo com as obras incompletas e disposições improvisadas. A distância de 2,5 km da cidade, que devia ser percorrida em caminhos inseguros, principalmente durante as chuvas de março, e a falta de alojamentos adequados (acomodações para abrigar os alunos de outras cidades, refeitório etc.), associadas à inexistência de transporte organizado, prejudicavam o expediente da escola, impediam a pontualidade às aulas e barravam o acesso à fazenda. Um novo horário para as aulas teve de ser estabelecido logo no início do ano letivo[72].

Segundo a opinião da política local, as dificuldades como o transporte poderiam ter solução a curto prazo, mediante o assentamento de uma linha de bondes de tração animal, cobrindo o penoso trajeto que os estudantes percorriam (ida e volta) duas vezes ao dia. A Câmara Municipal, presidida por Paulo de Moraes Barros, se comprometia a assentar os trilhos, prevendo-se a inauguração em curto prazo (10.10.1901). Esse projeto não foi concretizado, embora o secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antônio Cândido Rodrigues, enviasse à Câmara dos Deputados uma mensagem solicitando autorização para tomar providências em Piracicaba, concernentes a duas iniciativas: a primeira, de reduzir os inconvenientes da distância da escola à cidade, e a segunda, de se proceder à edificação de uma casa de hospedaria para os alunos dentro do estabelecimento.

Não tardou que o governo considerasse ambas as iniciativas dispendiosas para o momento de crise financeira. O secretário da Agricultura, em particular, defendia a idéia da hospedaria, por ser menos onerosa. Por sua vez, a Câmara Municipal defendia a linha de bondes, pelo fato de a maioria dos alunos residir em Piracicaba[73].

As questões relativas ao transporte e alojamento dos alunos foram abordadas pelo secretário, em seu Relatório Anual, como matéria de necessidade para o bom-aproveitamento dos alunos, obrigados que eram a permanecer na escola para aulas e trabalhos práticos a maior parte do dia, mas tendo de caminhar quase 10 km diários. Advertia aos interessados que não podia fugir do espírito da lei nº 678 (Serviço Agronômico) e do regulamento da escola, que previa o regime de externato como parte intrínseca do modelo de Escola Agrícola Prática a ser implementado em todo o estado.

Alegava tratar-se de um projeto educacional econômico, que oferecia condições de acesso (anuidade módica) aos "menos favorecidos da fortuna". O regime de internato viria a acarretar gastos extraordinários para o governo e para os alunos (taxas mais pesadas), embora pudesse trazer grandes vantagens para o seu aproveitamento e melhora da freqüência escolar. Entrementes, reconhecia a penosa situação do alunado de Piracicaba e a excepcionalidade da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz"; que esta se constituía num caso à parte, que merece ser regulado por uma lei especial que a contemplasse com uma moradia para alunos e uma linha de bondes entre a escola e a cidade.

A esse respeito lembrava existir um projeto no Senado, já em terceira discussão[74].

Transtornos de freqüência não pareciam ser os obstáculos mais graves. No dia 15 de junho, às 14h30, após o término das aulas diárias, reunia-se pela primeira vez a congregação integrada pelos professores Antônio de Pádua Dias, engenheiro politécnico e lente da 1ª cadeira, Lacordaire Duarte, médico e lente da 2ª cadeira, Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, agrônomo e zootecnista, lente da 5ª cadeira e diretor. Objetivo: dar organicidade ao *curriculum* da escola e sistematização aos conteúdos programáticos das duas primeiras cadeiras, a partir de uma distribuição mais conveniente do que a disposta no dec. nº 863-A, de 29.12.1900, que estabeleceu o regulamento da escola. Essa questão deu origem às principais polêmicas da vida da congregação durante os primeiros anos de existência da escola. A proposta dos lentes era a seguinte:

1ª cadeira: 1ª parte: matemática elementar; 2ª parte: noções de mecânica aplicadas às máquinas agrícolas; 3ª parte: construções rurais, estábulos, solos, estrumeiras, celeiros, medas e agrimensura.

2ª cadeira: 1ª parte: botânica geral e agrícola; 2ª parte: fitopatologia; 3ª parte: trabalhos práticos de gabinete relativos às duas primeiras partes do curso. Excursões e preparações botânicas, formação do herbário da flora local.

Não havendo professores habilitados contratados para as 3ª e 4ª cadeiras, não se previu nada detalhado com relação a elas; fizeram apenas sugestões. Os cursos de desenho (geométrico, topográfico e de construções rurais) e o de contabilidade ficaram à espera de programa. O curso de contabilidade seria ministrado pelo secretário da escola, ficando desenho à espera de contratação de professor habilitado. Aguardava-se a contratação de um preparador de ciências físicas e naturais[75].

Outras questões diziam respeito ao desenvolvimento dos trabalhos práticos da 1ª cadeira (química elementar), dos trabalhos experimentais de campo, dos exercícios práticos dos alunos na fazenda-modelo e das culturas em grande escala na fazenda anexa. Faltavam as drogas para o abastecimento do laboratório de química, as sementes fornecidas pela Casa Vilmorin Andriex, de Paris, os fosfatos, nitratos e sais potássicos em barricas para se fazer a "[...] estrumação experimental das culturas"[76].

Os lentes não pareciam satisfeitos com a formalização programática oficial, vindo a pleitear algumas alterações, que o diretor endossou, no sentido de um remanejamento das disciplinas do curso teórico, conquanto esclarecesse ao secretário da Agricultura que não haveria alteração de conteúdo. Tratava-se de um programa anual adaptado ao curso de apenas um semestre, que exigia apenas certa flexibilidade, porém, a pretensão do corpo docente esbarrou no regulamento e na inflexibilidade do secretário da Agricultura. Os ânimos esfriaram quando, um mês depois, a sentença foi dada por meio de um despacho do secretário:

> [...] o governo do Estado não julgava, por ora, oportuna a modificação da distribuição das disciplinas do ensino teórico da Escola, parecendo-lhe preferível manter o regulamento tal qual é, ao menos até o segundo ano escolar, até que a prática e a experiência demonstrassem melhor a conveniência da modificação proposta[77].

No mês de setembro daquele ano, a situação política no interior do perrepismo se transformara na borrasca da dissidência, que

desabava sobre os Distritos Eleitorais do Estado de São Paulo. No 8º Distrito, ela foi mais intensa, por ser reduto eleitoral de Prudente de Moraes, primeira figura da dissidência do PRP. A partir da situação criada, percebe-se a "pouca disposição" situacionista para com a Escola Agrícola Prática de Piracicaba. É visível o constrangimento do corpo docente, a partir do mês de setembro. A essa situação de desconforto somavam-se as dificuldades dos alunos em termos de freqüência e aproveitamento, que eram repassadas para a congregação.

O constrangimento cresceu quando, marcadas as eleições de vereadores e juízes de paz nos distritos eleitorais para dezembro (1901), começaram as "derrubadas", durante o mês de outubro, em todo o Estado. O descontentamento dos alunos com relação aos meios de transporte, associado à indisciplina de alguns na cadeira de desenho, deu origem à primeira greve, punida com a suspensão de uns e a advertência de outros. Em tempos de cisão perrepista, ensejou o pretexto para a "derrubada" do diretor da escola, o dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, elemento de indicação de Prudente de Moraes, quando da organização da escola.

Em 09.10.1901, o inspetor de Agricultura do 5º Distrito Agronômico, José Amândio Sobral, homem da situação governista, foi oficialmente indicado para o cargo de diretor da escola. Em terra de Moraes Barros e Sampaios, o fato causou descontentamento, e o alunado, que refletia a sociedade, promoveu manifestações de protesto[78]. A sua posse como diretor nomeado em comissão pelo governo consta da Ata de 28.10.1901. Quem o apresentou à congregação como o novo diretor da Escola foi o próprio dr. Ernesto Ferreira de Carvalho, preocupado não só em demonstrar-lhe solidariedade, como em evitar qualquer ligação com a "leviandade praticada", isentando todos os demais lentes[79]. Colocando à mostra o ofício do secretário, que o nomeava em comissão diretor da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", o agrônomo José Amândio Sobral afiançava estar cônscio da sua missão:

> [...] imprimir ao ensino desta Escola o cunho que seja a vontade do legislador e o pensamento do governo, tendo em vista administrar um ensino, antes de tudo prático, à maneira do que se professa nos Estados Unidos nos cursos profissionalizantes[80].

O que parecia um ato de vassalagem dos professores da escola ao inspetor de Agricultura do 5º Distrito Agronômico do Estado de São Paulo levou-nos a transcrever as palavras da Ata:

> [...] Os senhores lentes assim prometeram e declararam reconhecer como diretor da Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz o Sr. dr. José Amândio Sobral, inspetor de Agricultura [...][81].

Falando a respeito do afastamento do primeiro diretor, o secretário da Agricultura dizia achar-se desagradavelmente impressionado com certos sintomas de indisciplina escolar que lhe haviam chegado aos ouvidos, aos quais atribuía "[...] a falta de energia e método na direção do estabelecimento". Constatando serem fundamentadas as suas apreensões, dispensara do cargo o lente da 5ª cadeira, pela "[...] má direção que levava o estabelecimento"[82].

A intenção de humilhar os dissidentes transparecia na avaliação oficial dos resultados obtidos na escola. No entender do secretário, o novo diretor estabelecera ordem e a disciplina "jamais observadas" e se distinguia por "[...] substituir os exercícios e trabalhos práticos",

que haviam sido completamente descurados, malgrado a primazia que deveriam receber. Referia-se à cooperação dos alunos, do pessoal administrativo e dos lentes da 1ª e 2ª cadeiras, reconhecendo a deficiência do curso de desenho (providenciava-se a substituição do professor) e do ensino prático. Quanto a este, reconhecia não ter sido "[...] possível regularizar os respectivos exercícios", principalmente quanto aos trabalhos agrícolas, senão nos últimos meses do ano letivo. O secretário observava que a fazenda-modelo estava em fase de desenvolvimento, que os campos de experiência e cultura ainda não ofereciam as condições ideais para o ensino sobre bases práticas e econômicas[83]. Subestimava o trabalho do ex-diretor e colega.

A Primeira Turma de Agrônomos (1901–1903)

O primeiro ano letivo da escola funcionou com algumas irregularidades. Apenas um semestre, muitos alunos em situação irregular (ouvintes), mas que, tendo pago a taxa, acabaram admitidos às aulas e apresentavam freqüência. Curiosamente, havia predominância dos moços da família Sampaio, seguidos dos Silveiras e dos Mellos, todos aparentados. A qualidade do ensino deixava muito a desejar em desenho; o acesso difícil à escola e os transportes a pé, a cavalo e a trole persistiam, bem como os horários "muito puxados". Tais eram os temas das reclamações da parte dos alunos e o pretexto para as solicitações de abonos das faltas. A princípio, cada aula tinha 75 minutos de duração, mas logo o período teve que ser reduzido para sessenta minutos. Os exercícios práticos eram de 120 minutos e a escola funcionava de segunda-feira a sábado, em jornada de oito horas, das sete às quinze horas.

Em conseqüência da greve bem-sucedida, os alunos procedentes de outras cidades receberam um alojamento improvisado, que se tornou conhecido como "a casa da escola"; e pode observar-se no quadro geral de matrícula, elaborado em novembro de 1901, a referência à condição de internos de pelo menos sete deles.

Tratando-se de um semestre de excepcionalidade, a carga horária ficou distribuída segundo o quadro abaixo (Fig. 20)[84].

O quadro de aproveitamento final dos alunos, concluído em dezembro de 1901, apresenta uma relação de 26 integrantes e avaliações sobre 25. Destes, nove são considerados desistentes, cinco são repetentes e onze são aprovados. Entre os aprovados, oito apresentam rendimento baixo (entre 3 ½ e 10 pontos) e apenas três apresentaram

Fig. 20. Horário para o 1º Ano Letivo (1901).
Fonte: 1º Livro de Atas da Congregação, AE.

Das 7h00 às 9h00, diariamente, exercícios práticos e trabalhos agrícolas						
Horário	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado
10h00 às 12h00	Exercícios práticos da 2ª cadeira	Desenho	Exercícios práticos da 1ª cadeira	Desenho	Exercícios práticos	Desenho
12h30 às 13h30	Aula da 2ª cadeira	Aula da 1ª cadeira	Aula da 1ª cadeira	Aula da 1ª cadeira	Aula da 1ª cadeira	Aula da 1ª cadeira
14h00 às 15h00	Aula da 1ª cadeira	Aula da 2ª cadeira	Aula da 2ª cadeira	Aula da 2ª cadeira	Aula da 2ª cadeira	Aula da 2ª cadeira

bom rendimento (15 pontos) – computando-se as médias finais das duas cadeiras. No primeiro caso, as médias de desenho e trabalho prático foram salvadoras. Os onze aprovados matricularam-se no segundo ano letivo, iniciado corretamente em janeiro de 1902[85].

O Corpo Docente e o Trabalho Didático

A produção dos lentes, Antônio de Pádua Dias e Lacordaire Duarte era adstrita às ciências básicas. Na 1ª cadeira, os conteúdos programáticos ministrados objetivavam as seguintes disciplinas: aritmética, álgebra, geometria, trigonometria, física, química mineral e mineralogia. Na 2ª cadeira, os conteúdos programáticos localizavam-se nas áreas de botânica e zoologia, com a observação de que o programa não foi esgotado, por falta de tempo e que os temas de entomologia, apicultura, silvicultura e piscicultura deviam ficar a cargo da 5ª cadeira.

A chegada do novo diretor parece estar relacionada com a apresentação da lista do material bibliográfico sobre os cursos ministrados. As indicações dos lentes foram aprovadas, sob o compromisso de se "[...] completar com notas suas o conhecimento veiculado pelos livros, bem como vir a se desprezar tudo o que fosse supérfluo ao curso da Escola"[86].

Na seqüência das cadeiras, a relação bibliográfica foi a seguinte[87]:

Na 1ª cadeira. Lente: Antônio de Pádua Dias.
Matemática: Apareceram no século XIX as coleções de matemática utilizadas no Colégio D. Pedro II, as "FIC" para o segundo grau, editadas pela Livraria Garnier, Rio de Janeiro, sem data. Era comum completar-se o conteúdo de *Álgebra Elementar e Trigonometria* com *Geometria para Escolas Secundárias* e com exercícios adaptados pelo dr. Eugênio de Barros Raja Gabaglia. O conteúdo dos trabalhos dos antigos autores Viana e Trajano, *Aritmética Elementar*, completava-se com os recursos das "FIC", *Elementos de Aritmética*. Também era adotado, de Clairaut, *Geometria Elementar*.
Física: Francisco Ribeiro Nobre, *Tratado de Física Elementar*, edição portuguesa.
Química: Martins Ferreira Langlebert, *Química Elementar*. Maximiano de Lemos: *Mineralogia Elementar*[88].

Na 2ª cadeira. Lente: Lacordaire Duarte.
Biologia: V. Desplast e Garcia Redondo, *Botânica Elementar* (nível médio). Saavedra, *Zoologia*[89].

Na 5ª cadeira. Lente: Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho. *Zootecnia:* Cornevin, *Zootecnia Geral.* André Sanson, *Zootecnia Especial e Veterinária*. Granovinet e Buchard, *Construções Rurais*[90].

Os exames finais, realizados na segunda quinzena do mês de dezembro definiram os recursos do ensino para o ano de 1902. Os Artigos de nº 96 e nº 97 do regulamento previam um sistema de avaliação na forma de exames práticos e teóricos. Os primeiros tinham procedência, valendo vinte pontos cada cadeira. Os exames teóricos ocorriam sob duas modalidades: a prova escrita, valendo vinte pontos cada cadeira, e a prova oral, atribuindo-se cinco pontos para cada cadeira.

Os lentes apresentavam com antecedência as três listas de pontos cada um, para efeito de discussão e aprovação em sessão ordinária da congregação. Cada lente elaborava as suas listas,

concernentes às provas práticas, orais e escritas. Os pontos tratavam dos temas lecionados no curso geral[91].

Nos exames orais, os pontos eram sorteados na urna, com 24 horas de antecedência, achando-se os alunos divididos em três turmas. Nos exames escritos, as duas cadeiras promoviam a sua avaliação por meio de uma prova dividida em duas partes. Os temas apresentavam-se combinados, para oferecer oportunidade de uma avaliação geral. A primeira parte era reservada à primeira cadeira; a segunda parte, à segunda cadeira.

Cabia à congregação a última palavra na listagem dos pontos. Analisados em 1998 pelo professor da Esalq, dr. Frederico Pimentel Gomes, os pontos apresentados pelas 1ª e 2ª cadeiras evidenciam tratar-se de um curso de grau médio, tipo "ginásio forte", se comparados aos programas de ensino das décadas de 1950 e 1960, dentro do magistério oficial.

Os modelos de provas apresentados a seguir oferecem uma amostragem da sistematização dos trabalhos de avaliação do aprendizado e do rigor adotado pela escola[92].

Modelo de *Prova Prática*, segundo o ponto sorteado:

Ponto nº 5:
1ª Parte: Determinação de um corpo sólido qualquer (15 minutos).
2ª Parte: a) Manejo do microscópio. b) Pêlos.

Modelo de *prova escrita* (teórica), segundo o ponto sorteado:

Ponto nº 4:
1ª Parte: Equação do 1º grau a uma incógnita. Pressão atmosférica. Barômetros. Leis da combinação química.
2ª Parte: a) Caracteres dos dicotiledôneos. b) Ossos da coluna vertebral.

Modelo de *prova oral* (teórica), segundo o ponto sorteado:

Ponto nº 1:
1ª Parte: a) Logaritmos. Multiplicação e divisão algébrica. Medida da circunferência. Área do círculo. b) Princípio de Pascal. Princípio de Arquimedes. Pressão atmosférica. c) Hidrogênio. Ácidos, bases e sais.
2ª Parte: Órgãos de reprodução dos vegetais. Gramíneas. Aparelho respiratório e suas funções.

Prestes a encerrar-se o ano letivo de 1901, o balanço geral da freqüência do alunado era desanimador. Muitos perderam o ano por faltas e nulo aproveitamento. Dois foram salvos, por se relevarem algumas faltas, em consideração à boa aplicação nos estudos e ao transtorno dos transportes para a escola, agravado pelas chuvas. As médias de aplicação e a fraca assiduidade constituíam desestímulo ao trabalho didático[93]. A evasão do curso foi considerável: dos 26 alunos integrantes e quatro ouvintes, submeteram-se aos exames finais quinze, dos quais onze foram aprovados; destes, sete aprovados simplesmente e quatro aprovados plenamente[94].

As dificuldades encontradas pelo diretor ficaram circunscritas ao âmbito da sua correspondência com os superiores da Secretaria, omitindo-se das atas que a escola encerrara o seu balancete de dezembro deficitária em 2:011$000[95]. Por sua vez, a instalação do posto meteorológico fracassara, devido à falta dos principais aparelhos.

Permissão fora dada pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo

para efetuar-se a transferência dos instrumentos de Sorocaba para Piracicaba, porém, quando eles chegaram, faltou pessoa qualificada para o serviço[96]. O cafezal formado pelo engenheiro Morimont se arruinara, necessitando-se de um milheiro de mudas para restituir o "cafezal da Escola" e atender aos programas em funcionamento[97]. O segundo ano do curso não tinha condições de funcionar, exigindo-se reformas no prédio da escola, fato que obrigava a transferir as aulas de desenho para o armazém das máquinas, que, por sua vez, deviam passar para outro local – talvez a céu aberto, aproveitando-se os espaços dos alicerces levantados por Morimont. Até a casa do diretor precisava adaptar-se às necessidades do curso. Nada parecia adequado: *"[...] o atual edifício escolar não servirá senão provisoriamente para o fim em que é ocupado agora*"[98].

Sombrios Prognósticos

No mês de dezembro, às portas das eleições para vereadores e juízes municipais, afloraram os graves questionamentos da política perrepista, expondo-se antigas discussões da velha lógica liberal. A princípio, a abordagem das questões teóricas liberais tinha por pano de fundo a crise financeira do país e o descontentamento que se manifestava na oposição às idéias do ministro Murtinho, numa fase crítica da cafeicultura. O artigo do dr. João Sampaio, contra o expediente aventado com a queima do café, não era somente um protesto contra o perigo que ameaçava abater-se sobre os pequenos lavradores (uma vez que os grandes fazendeiros já tinham os seus estoques adquiridos; prova disso, era que os grandes exportadores defendiam a medida abertamente), mas sobretudo uma advertência quanto às conseqüências desastrosas dessa intervenção no interior do setor de geração da riqueza[99].

Desde agosto, a *Gazeta de Piracicaba* preparava a opinião pública do 8º Distrito, tendo em vista um novo pacto político para o país. Ao veicular a crítica de Alberto Sales sobre a experiência republicana do decênio, a *Gazeta* endossava-lhe a opinião, no sentido de que o regime não funcionava bem em virtude da falta de experiência política e devido à inexistência de uma ação fiscalizadora, que só poderia ser exercida pelos partidos políticos sobre o sistema representativo, de forma a garantir a seriedade e a verdade do sufrágio na República Federativa Presidencial, consagrada na Carta de 24.02.1891. No exercício da cidadania – em seu momento culminante, o voto – e na representatividade das minorias, depositava-se a salvação do regime republicano[100].

Se a estratégia financeira que penalizava a sociedade era atribuída ao ministro da Fazenda dr. Murtinho, sobre o presidente da República, Campos Sales, pesavam as acusações de faltar aos mais solenes compromissos liberais e de estrangular o partido que o elegera. A *Gazeta* lembrava que a sua candidatura nascera da ruptura que afastara as "falanges do ilustre general Glycério"; a coalizão contra este lhe dera a vitória, mas, passados dois anos, jaziam "abandonados, desprestigiados, perseguidos" nos Estados da federação, os amigos que lhe foram solidários[101].

Não apenas Prudente havia sido posto à margem das articulações do partido, mas todo o seu grupo, evidência que se tornara inegável com a derrota de Cerqueira César à eleição da mesa do Congresso Constituinte de São Paulo, em maio daquele ano. A cisão no interior do PRP era previsível e parecia iminente desde

junho. Na opinião da *Gazeta*, o governo de Campos Sales houve por intervir em todos os Estados, *"[...] faltava só o de São Paulo"*. Assim,

> [...] os republicanos que seguem os conselhos dos dois eminentes chefes dissidentes Prudente de Moraes e Cerqueira César não podiam resistir por muito tempo "aos empurrões" – é este o termo – com que os estavam despedindo das fileiras do partido[102].

Em setembro, a reação da política de Piracicaba foi imediata, tão logo se declarou no Congresso paulista a cisão. Retomava-se a crítica liberal e o purismo da velha lógica, expressando o descontentamento para com a política do presidente Campos Sales, seguida por Rodrigues Alves no governo do Estado de São Paulo:

> [...] estes começaram a se afastar das velhas normas republicanas [...] com os dissidentes fica a bandeira do antigo presidente da República, com eles ficam os bons princípios da democracia que a situação dominante tem conspurcado e que eles procuram reviver. [...] Nós somos da dissidência [...] a vitória pode não sorrir-nos hoje – porque a oligarquia asfixiante que nos domina tem meios de abafar a voz do povo –mas, amanhã virá o triunfo[103].

Após transcrever na íntegra o Manifesto de 07.09.1901, a *Gazeta* interpretava o significado da cisão como a atitude dos chefes políticos que se declaravam em oposição aos governos do Estado e da União. Alegava tratar-se de uma atitude de coerência perante a defesa dos princípios republicanos, manifesta pelos signatários, muitos dos quais foram "verdadeiros apóstolos da idéia republicana". Naquele momento, eram colocados na posição de intransigência e de verdadeiros representantes do partido, portadores que eram das tradições honrosas do passado, contra a "oligarquia" ruinosa sob o patronato de Rodrigues Alves. A arma da restauração estava na verdade eleitoral, no voto livre e uninominal, na formação de um novo partido como o passo mais seguro para a solução da crise política, econômica e financeira que os abalava, e para a consolidação da República[104].

Em outubro, começaram as denúncias sobre as retaliações do situacionismo em Piracicaba, de permeio com a defesa de uma intervenção salvacionista junto ao Banco de Crédito Real de São Paulo (ameaçado de quebra, porque as prestações dos contratos hipotecários se achavam insolváveis por parte dos agricultores, em grandes dificuldades pelas baixas das cotações do café)[105].

Duas escolas em Piracicaba foram alvo de retaliações. Uma delas era o Grupo Escolar Moraes Barros, que funcionava como modelo de aplicação à Escola Complementar de formação de professores primários, desde o ano anterior, em sede provisória. No Congresso paulista a maioria governista rejeitara em segunda discussão a emenda que autorizava o Executivo a despender cem contos de réis na construção do edifício-sede no antigo Largo da Cadeia. A *Gazeta* denunciava a manifestação da oligarquia contra Piracicaba, "[...] onde a política nefasta dos seus comitentes não encontrava eco [...] é a oligarquia que sacrifica à politicagem os mais sagrados interesses populares"[106]. Mas o alvo principal do conflito declarado entre os dissidentes e os governistas localizava-se na Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", também conhecida por "escola dos Moraes Barros".

A questão administrativa crucial estava ligada ao transporte e alojamento do alunado,

entendida como responsável pela evasão escolar e mau aproveitamento do trabalho didático. A Câmara Municipal estava disposta a resolvê-la em parceria com o Estado. O seu presidente, Paulo de Moraes Barros, entendera-se com o secretário da Agricultura, Antônio Cândido Rodrigues, ficando assentado que seria construída a pretendida linha de bondes, em lugar da hospedaria, mediante concessão de verba pelo governo do Estado, a qual já constava na previsão orçamentária[107]. O destino da escola estava em jogo. Aos esforços dos dois secretários, Alfredo Guedes, que mandara executar as obras, e Antônio Cândido Rodrigues, que lhes dera continuidade e as inaugurara, o perrepismo dissidente não poupava elogios.

As grandes dificuldades experimentadas pelo alunado, desde o início do curso, com transporte e alojamento permaneciam sem solução; a *Gazeta*, propondo a linha de bondes, e o secretário, a hospedaria. Pareceu chegar-se a um consenso no mês de outubro, quando Antônio Cândido Rodrigues interveio junto à Câmara dos Deputados em favor das necessidades da escola. O projeto sobre a construção da linha de bondes foi aprovado em três discussões e remetido ao Senado, onde ficou adormecido na Pasta de Obras Públicas. Em dezembro, passou em primeira e segunda discussões; nesta segunda, o senador Jorge Tibiriçá Piratininga pronunciou-se por um projeto substitutivo, visto não estar inteiramente de acordo com o original. No dia aprazado, para a terceira discussão, não houve *quorum*, embora na casa se achasse número suficiente de parlamentares. Apesar dos esforços dos senadores Guimarães Jr. e Ezequiel Ramos (dissidentes), a sessão foi boicotada pela obstrução da maioria, devendo o projeto ser transferido para o ano seguinte. O protesto dos dissidentes não se fez esperar:

> [...] Mas, esse adiamento é a morte da escola, que o governo há de mandar fechar por falta de freqüência, visto que o transporte dos alunos, já por ser difícil e penoso, torna-se quase impossível com a entrada da estação chuvosa que aí vem[108].

Apesar do apoio do secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o projeto foi barrado no Senado. A oposição dissidente responsabilizava a maioria situacionista, rendida ao servilismo incondicional por Rodrigues Alves, que não desejava favorecer a "Escola dos Moraes Barros": "[...] o projeto não passou porque o Sr. Rodrigues Alves não quis [...] procura um motivo para fechá-la"[109].

Parecia desconcertante a relação contraditória entre os defensores da escola, separados em grupos opostos pela dissidência. Os Moraes Barros a pressionar, exigindo os melhoramentos, Jorge Tibiriçá Piratininga (o principal incorporador da idéia entre 1892-1896) a apresentar um substitutivo que não passava de um expediente procrastinador. A *Gazeta* denunciava a manobra: "[...] ficava assim adiado o projeto para o ano vindouro, e até lá estará fechada a escola, cuja vida e prosperidade dele dependiam". Responsabilizava Rodrigues Alves por inviabilizar o plano patriótico, "[...] matando a instituição de ensino prático, cuja importância não soube compreender [...] sacrificando os mais elevados princípios republicanos em holocausto à oligarquia de que faz parte"[110].

Balanço do 1º Ano do Curso

A Gazeta acertara ao denunciar o sacrifício do ensino prático da agricultura na "Luiz de

Queiroz", mas errava ao prever o holocausto final mediante o fechamento do curso. A linha do descontentamento do governo para com a escola não extrapolava o plano econômico – a experiência do ensino agrícola saíra muito onerosa. Os investimentos iniciais em montagem, docência, recursos pedagógicos, após os primeiros meses de funcionamento, pareciam insignificantes porque a escola permanecia desaparelhada para os fins a que se destinava. As verbas despendidas eram insuficientes para atender às necessidades crescentes. O diretor alegava "[...] não serem demasiado para uma Escola cuja fazenda se está formando e em que é necessário tudo estabelecer de novo" [111].

A Escola resistiu ao primeiro ano. Se a evasão do alunado era assustadora, motivada não exclusivamente pelos fatores citados, o índice de aprovação para o 2º ano letivo garantia a sua existência. Em dezembro eram publicados os Editais de Matrícula para o mês de janeiro de 1902, com as exigências regulamentares: idade mínima de dezesseis anos, escolaridade prévia etc. As disciplinas preparatórias eram língua portuguesa e francesa, aritmética elementar e noções de ciências naturais; na falta desse pré-requisito, o candidato poderia habilitar-se diante de uma banca examinadora organizada na própria escola.

A intenção era abastecer-se do alunado, mas era óbvio que a escola causava impacto, não só pelas dificuldades conhecidas como pela inovação do currículo, pelo conjunto das atividades consideradas de nível teórico (sala de aula), demonstrativo-experimental (gabinete e laboratório) e prático (fazenda-modelo). A experiência inovacional parecia não corresponder às expectativas, correlacionando-se ao pouco aproveitamento do trabalho didático-pedagógico. Os professores reconheciam que o alunado arrepiava-se às ciências lógico-matemáticas e naturais, ministradas dentro do ensino técnico pela primeira vez no interior do Oeste paulista. O fenômeno não era diverso, em essência, do que ocorrera com o cientista Franz Wilhelm Dafert no IAC (antes denominado Estação Experimental de Campinas) ou na própria Politécnica. Se a escola causava impacto, o seu futuro era imprevisível. Alguma vitória era assinalada ao contar-se o número de alunos matriculados, catorze no 1º ano e onze no 2º ano; ao todo 25[112].

Em 1902, o corpo docente se achava acrescido de novos especialistas, compondo-se o quadro de professores para o ano letivo:

1ª cadeira: Antônio Pádua Dias, engenheiro politécnico, paulista.
2ª cadeira: Lacordaire Duarte, médico, procedente de Minas Gerais.
3ª cadeira: Aristóteles Pereira, químico.
4ª cadeira: Luciano José de Almeida, engenheiro agrônomo formado nos Estados Unidos.
5ª cadeira: Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, engenheiro agrônomo formado na França, procedente de Minas Gerais (Instituto Zootécnico de Uberaba), mas natural do Maranhão.
Disciplinas: desenho e agrimensura – Francisco Soares, engenheiro politécnico, paulista.

A distribuição serial do ensino ficava assim organizada:

1º Ano: 1ª cadeira, 2ª cadeira, desenho, e trabalhos práticos no campo.
2º Ano: 3ª cadeira, 4ª cadeira, 5ª cadeira, desenho, agrimensura e trabalhos práticos no campo.

Os alunos eram divididos em pequenas turmas para o aprendizado teórico, demonstrativo, experimental e prático. As aulas teóricas tinham uma hora de duração, as aulas práticas, duas horas e os trabalhos práticos agrícolas (campo), duas horas. O aluno perfazia uma jornada de oito horas e meia dentro da escola, sujeita a pequenos intervalos e uma hora e meia para almoço. Quando as atividades escolares se organizaram em definitivo, o quadro distributivo da carga horária para o 1º e o 2º anos (1902) passou a ser o mostrado na figura 21.

Havia qualquer coisa no ar... apesar dos esforços do corpo docente. A experiência do ensino técnico era extremamente nova para São Paulo, as injunções políticas eram diuturnas, sob a cisão operada no interior do PRP. O corpo docente e o pessoal administrativo se achavam "nas mãos do partido", enquanto a proposta didático-pedagógica da escola oscilava entre as aspirações liberais e as decisões da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, desde as contas até as atas, dependentes da aprovação do agente governamental, S. Exa. o secretário[113].

O percurso continuava difícil (Fig. 22) e a cidade de Piracicaba dispunha de pouco poder político, enquanto sede da oposição. Prudente José de Moraes Barros era o presidente do partido dissidente, o PRDSP, e a escola era mantida em isolamento "profilático" pelo PRP.

1º ANO						
Hora	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sábado
Trabalhos Práticos Agrícolas						
6h30 – 8h30	1ª Turma	2ª Turma	1ª Turma	2ª Turma	1ª Turma	2ª Turma
10h00 – 12h00	Prática: 1ª cadeira	Desenho	Prática: 2ª cadeira	Desenho	Prática Geral	
12h30 – 13h30	Prática: 2ª cadeira	2ª cadeira	Prática: 2ª cadeira	2ª cadeira	2ª cadeira	2ª cadeira
14h00 – 15h00	Prática: 1ª cadeira	1ª cadeira	Prática: 1ª cadeira	1ª cadeira	1ª cadeira	1ª cadeira

2º ANO						
Trabalhos Práticos Agrícolas						
6h30 – 8h30	1ª Turma	2ª Turma	1ª Turma	2ª Turma	1ª Turma	2ª Turma
10h00 – 12h00	Prática: 3ª cadeira	Desenho	Prática: 4ª cadeira	Desenho	Prática Entomologia	Agrimensura
12h00 – 13h00	Prática: 3ª cadeira	3ª cadeira	Prática: 3ª cadeira	3ª cadeira	3ª cadeira	3ª cadeira
13h00 – 14h00	Prática: 4ª cadeira	4ª cadeira	Prática: 4ª cadeira	4ª cadeira	4ª cadeira	4ª cadeira
14h10 – 15h10	Entomologia	Entomologia	Entomologia	Entomologia	-	Entomologia

Fig. 21 Horário do Curso: 1902
Fonte: *1ª Livro de Atas da Congregação*, AE.

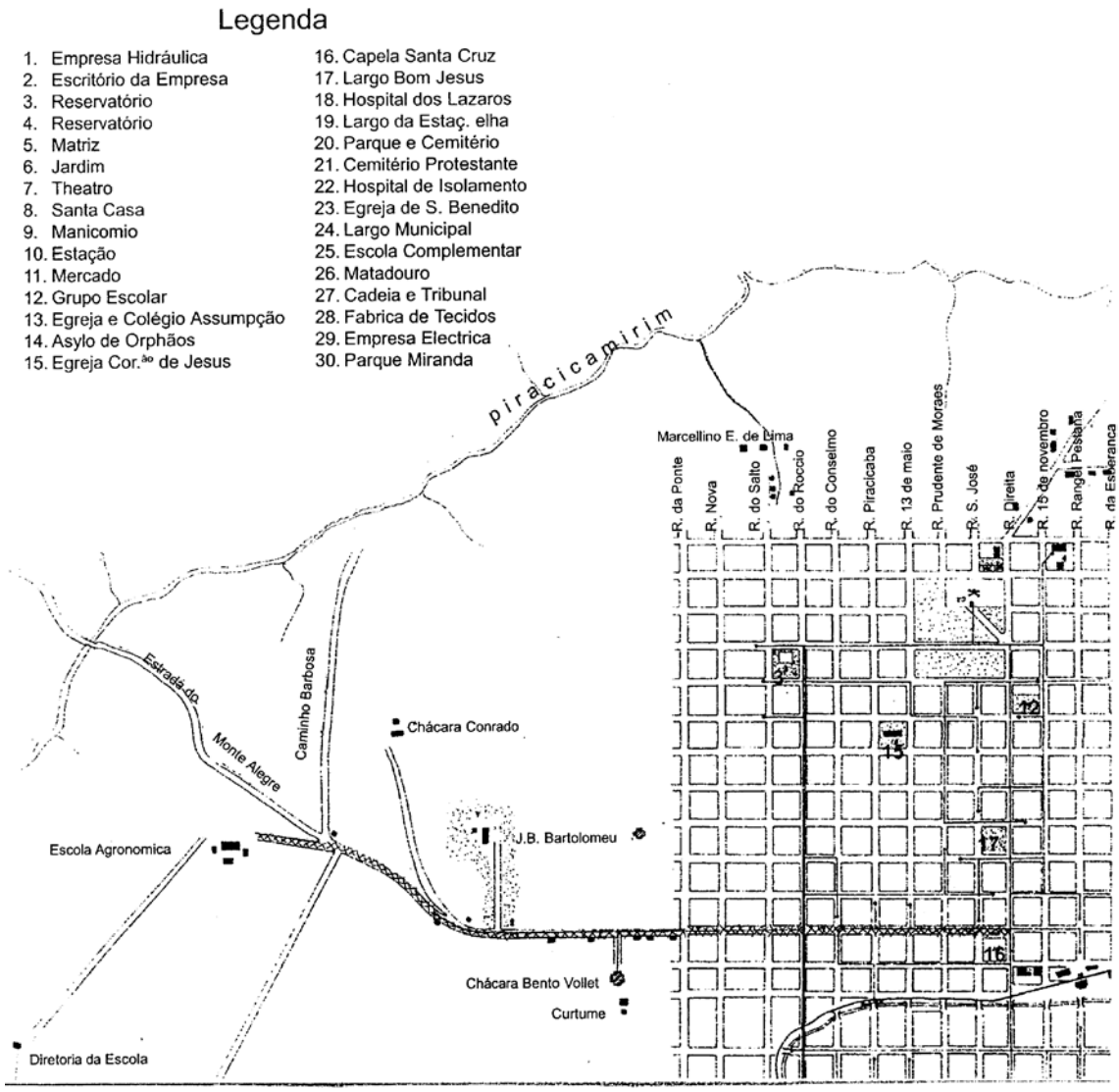


Fig. 22. Planta da cidade de Piracicaba e subúrbios, com a rede de encanamentos da Empresa Hidráulica. Escala 1: 6.000. Engenheiro Amilcare Cantadori, 1902.
Fonte: APMP. Cópia reduzida do original.

A partir do Largo da Santa Cruz (16), prossegue-se em linha reta, infletindo-se um pouco a leste, em direção à Fazenda São João da Montanha e Escola "Luiz de Queiroz".

A Reação do Alunado

Viviam-se os dias agitados da dissidência, agravados pela derrota eleitoral de 16 de dezembro em todo o Estado de São Paulo, exceto em três municípios da oposição, Piracicaba entre eles, o burgo dos Moraes Barros no 8º Distrito Eleitoral. Dando inicio ao ano letivo, o diretor José Amandio Sobral assegurava haver constatado certa agitação em meio aos alunos, indisciplina que atribuía à oposição local e à incompreensão geral com relação ao ensino agrícola e as finalidades da "Escola 'Luiz de Queiroz'". Motivações exógenas e pretextos internos, que poderiam resumir-se na indisciplina e na má vontade dos alunos para com os trabalhos práticos da fazenda-modelo, de que resultavam a baixa freqüência insinuadora da perigosa evasão escolar.

A questão da freqüência levantava um problema mais sério, que podia ter interpretação capciosa da parte dos alunos. Para o diretor, as

lições teóricas e as práticas (que continham os exercícios diários de campo, sob a orientação do chefe das culturas e a supervisão do diretor) deviam ser entendidas como aulas previstas no regulamento. Contrariando essa interpretação, outros preferiam um sentido restrito à aula, exclusivamente as lições teóricas, o que tornava possível escapar-se ao art. 94 do regulamento, que previa perda do ano por abuso de faltas (o excedente sobre as vinte permitidas por disciplina). A pretensão de desarmar o diretor e tolher-lhe a autoridade para exigir a freqüência à parte prática do ensino só foi barrada no tribunal do secretário da Agricultura.

A busca de fundamentação para o não comparecimento às aulas práticas trazia à luz outra séria dificuldade enfrentada pela escola, a indisposição dos alunos para com os exercícios de campo, devido ao preconceito com relação ao trabalho manual na agricultura. Enquanto o diretor julgava da maior urgência aumentar os espaços disponíveis para os campos de demonstração, onde os alunos ampliariam as suas noções práticas de agricultura, os mesmos se insurgiam contra os exercícios diários "monótonos", por serem repetitivos e exaustivos, pedindo a redução da carga horária prevista na tabela anterior. Independentemente da forma como se expressaram, o diretor curvou-se às pressões, reduzindo a carga horária de doze para seis horas semanais, em dias alternados, mas sob a promessa de restabelecer a jornada prevista, assim que a leiteria, a estrebaria, as pocilgas, as oficinas de ferreiro e de carpinteiro, o terreiro, as tulhas e demais dependências estivessem em condições de funcionamento[114]. Era-lhe forçoso reconhecer que a diminuição da carga horária dos trabalhos práticos convertia-se num fator a mais na indefinição do projeto da escola, contrariando todos os modelos de ensino do exterior. Procurou contemporizar a indisciplina no campo, dividindo os alunos em duas turmas, para as atividades em dias alternados.

As queixas chegavam ao secretário e ao partido pelos canais políticos de acesso. O diretor viu-se na contingência de dar explicações formais, complementando-as mediante a relação dos trabalhos práticos executados durante o mês pelos alunos[115]. A recusa aos trabalhos práticos ele atribuía não só aos insufladores "vindos de fora", como a outra linha de aspiração dos alunos com relação à escola:

> [...] O que eles pretendem é transformar esta Escola prática numa escola teórica: querem ser engenheiros com um curso de três anos e tendo como preparatórios Português prático e Aritmética prática. É risível esta pretensão, mas tem quem a apóie[116].

As interferências no projeto da escola, por parte dos "entendidos", apareciam amiúde. A mentalidade senhorial nutria sensibilidades pelas queixas dos alunos, procedentes ou não, gerando outros tipos de interferências desconfortáveis, a cujas pressões as autoridades da Secretaria pareciam ceder.

A incompreensão com relação ao ensino agrícola lhe parecia generalizada e perigosa, movida por intenções oportunistas e pelo empreguismo que fazia parte da mentalidade dos diversos segmentos da sociedade, "[...] muita gente quer falar de cátedra sobre um tão importante assunto". Via a escolarização oferecida na "Luiz de Queiroz" em risco de submeter-se a esse enfoque utilitário, que ameaçava desvirtuar-lhe a finalidade, "[...] no sentido de tornar-se menos útil preparando antes doutores do que lavradores". A prosseguir na idéia "[...] esta Escola será uma fábrica

de empregados públicos e não fornecerá à lavoura senão uma parte insignificante dos seus alunos [...] em vez de lavradores fornecerá orçamentófagos"[117]. Ao diretor não restava alternativa, salvo pedir que secretário e governo cerrassem os ouvidos às críticas, a fim de que fossem vencidas as dificuldades "levantadas por quem quer que seja".

Nos primeiros meses de 1902, o novo diretor acumulara experiência suficiente para avaliar, por razões políticas e culturais, o quanto problemático afigurava-se incorporar à clientela escolar os filhos dos fazendeiros da região. Portadores de mentalidade senhorial, veiculavam tendências dissidentes ou buscavam privilégios por mediação partidária, ofereciam resistência a receber ordens, à disciplina dos estudos e ao trabalho interno agrícola, que na "Luiz de Queiroz" constituía-se nos exercícios aplicados na fazenda-modelo, insurgindo-se contra a proposta fundamental da escola, o ensino prático.

O diretor sugeria ao secretário da Agricultura alteração na clientela atual, que o Estado fizesse pensionistas aos alunos pobres, especialmente "aos órfãos que podiam ser retirados dos colégios dos salesianos", moços disciplinados e virtuosos que, formados na escola, poderiam encontrar trabalho junto aos fazendeiros, mediante ordenados de 150 a duzentos mil réis, até obterem maior experiência como administradores. A presença desses moços, no seu entender, seria

> [...] obstáculo às manifestações de indisciplina por parte dos outros alunos, filhos de fazendeiros e quase sempre avessos aos trabalhos que não sejam inteiramente intelectuais[118].

O Congresso do Estado de São Paulo estava prestes a reabrir. O diretor esperava que fossem tomadas medidas legislativas em benefício da escola, sem recursos e desamparada. A ênfase com que atacava os obstáculos para respaldar-se em suas justificativas não o impediu de tomar providências complementares: o corte das horas dos exercícios práticos se fizera acompanhar da separação das turmas de alunos do 1º e do 2º ano, para evitar o contágio da indisciplina atribuída à agitação insuflada pelas forças locais e pela má vontade dos alunos perante o trabalho. Como solução às eventuais repetições, sugeria "uma direção mais severa, fortemente apoiada"[119]. A indisciplina ameaçava generalizar-se a diversos pretextos, o não comparecimento às aulas refletia-se na evasão e na queda do rendimento escolar. Os obstáculos anteriores se combinavam a isso: chuvas, distância da cidade, estrada precária, falta de transporte adequado e falta de alojamento.

Nos dias de chuva, a estrada da escola se tornava intransitável, não só ela mas também a rua Santa Cruz, prejudicando o funcionamento dos trabalhos, justificando o expediente dos abonos de faltas por parte dos professores, como aconteceu nos dias 25 e 26 de fevereiro e 20 de março desse ano[120]. O diretor desaprovava o regime de externato, julgando mais conveniente que os alunos residissem junto à escola, para terem ampla experiência das atividades. Chegara a oferecer abrigo a alguns alunos na "casa velha" da administração, mas aos poucos esses foram se transferindo para a cidade e conseguindo meios de transporte, "[...] uns comprando troles de sociedade, outros alugando carro, outros comprando animais"[121].

Não aprovava a vida nas "repúblicas", onde, ao desconforto acarretado pela falta de cozinheiras e empregadas, somavam-se as despesas, e o que lhe parecia pior, "as

distrações". Propunha a construção, em caráter de urgência, de dois pavilhões de vinte quartos cada, com refeitórios e dependências para os criados, espécie de meio-termo entre o sistema rigoroso de internato com o de externato. A idéia da construção do alojamento lhe parecia prioritária à dos lentes quanto à construção do posto zootécnico.

A Retomada: 1902

Antes de encerrar-se o primeiro ano letivo, na última reunião da congregação (14.12.1901), os lentes da 1ª cadeira e da 2ª cadeira apresentaram os seus programas de ensino para as primeiras séries do ano seguinte. Ficavam para o primeiro e o segundo semesetres de 1902 as programações das demais cadeiras e cursos. Acrrescentamos a seguir a relação completa.

1ª cadeira. Lente: Antônio de Pádua Dias.

1º e 2º Semestres. Os conteúdos de matemática compreendiam aritmética, álgebra (incluindo cálculo), geometria e trigonometria. Os conteúdos de física compreendiam física experimental, gravidade, acústica, termologia, cristalização, ótica, magnetismo, eletrologia, meteorologia e climatologia. Os conteúdos de química mineral compreendiam noções gerais, estudo dos elementos (e seus compostos mais importantes) e noções de cristalografia.

2ª cadeira. Lente: Lacordaire Duarte.

1º Semestre. Noções de botânica. Botânica analítica. Fitotaxia. O conhecimento do Solo e seus principais tipos agrícolas. Funções clorofílicas. Classificação das Plantas. Geografia botânica aplicada ao Solo, especialmente aos estados de São Paulo e Minas Gerais.

5ª cadeira. Lente: Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho.

2º semestre. Conceito de zoologia. Os seres vivos. Funções de nutrição. Reprodução. Relações existenciais. Zoologia descritiva. Agricultura, piscicultura e sericicultura. Os três itens finais tiveram prioridade na programação, por solicitação da congregação.

Agrimensura e Desenho Topográfico eram disciplinas a cargo do professor Francisco Soares, que substituía José Watzl. Para o 1º ano desenvolveu um programa de desenho linear geométrico e outro para o 2º ano de desenho topográfico que era completado com Agrimensura[122].

3ª cadeira. Lente: Aristóteles Pereira, 1º e 2º Semestres.

1º Semestre. Conteúdos programáticos de Geologia Agrícola compreendiam: geologia, fisiográfica, petrografia, geologia histórica, formação e composição dos terrenos geológicos do Estado de São Paulo.

2º Semestre. Programa de Química Orgânica aplicada especialmente às indústrias rurais: açúcar, amido, óleos vegetais, essências e resinas, fermentação, vinho, cerveja, vinagre, licores, moedura e panificação, leiteria, indústrias diversas, conservação dos materiais e comestíveis, preparação de fibras têxteis e taumagem[123]. *Bibliografia:* Maximiano de Lemos, *Geologia.* Nivoit e Lapparent (autores de geologia muito recomendados).

4ª cadeira. Lente: Luciano José de Almeida, 1º e 2º semestres.

1º Semestre. Conteúdos programáticos de agrologia, solos, origem, composição e classificação das terras do Estado de São Paulo. Corretivos de solos, estrumação,

métodos diversos de lavoura, mecânica agrícola, máquinas.

2º *Semestre*. Agricultura. Plano de Exploração. Estudo das principais culturas (que abrangia a mais completa diversificação: cereais, aminoáceos, têxteis, forraginosas, oleaginosas, látex, frutíferas, vinha, café e floresta). Emprego de adubos e inseticidas, fungicidas e anti-sépticos[124].

Recebendo alguma divulgação junto à opinião pública, apesar das dificuldades, a escola começava a despertar o interesse dos candidatos. Do Rio Grande do Sul, chegava uma consulta sobre a possibilidade de pretendentes gaúchos virem a realizar os exames de acesso à "Escola 'Luiz de Queiroz'" nas dependências do Liceu Agronômico de Pelotas, ou, no caso de transferência, valerem os exames e as qualificações ali obtidas. A Congregação se pronunciava favoravelmente, embora no segundo caso, os pretendentes devessem comparecer às aulas práticas em Piracicaba. Alguns dias mais tarde, o secretário de Agricultura se pronuncia no sentido de que faltava à congregação qualquer competência para reconhecer a validade ou não dos exames do Liceu Agronômico de Pelotas ou de qualquer outro estabelecimento congênere. Não abria mão da exclusiva competência do governo do Estado de São Paulo[125].

O desfecho do episódio só não foi mais humilhante, porque elevou-se a palavra do lente da 2ª cadeira, dr. Lacordaire Duarte, sobre o direito da congregação de superintender o regime científico das aulas (parágrafo 1 do art. 38 do regulamento). Dava a entender que não se tratava de exorbitar as suas atribuições e, sim, de uma prática adotada em outras escolas, citando como exemplo o caso dos exames prestados no Instituto Zootécnico de Uberaba, que haviam sido aceitos nas escolas Politécnica e de Farmácia do Estado de São Paulo[126]. A decisão do secretário foi mantida, apesar dos dispositivos regulamentares. A aceitação de alunos procedentes de escolas congêneres, segundo o seu novo pronunciamento, permaneceu de exclusiva competência do governo, que se respaldava no federalismo da Carta Magna[127].

As dificuldades com a freqüência, nos meses de fevereiro e março, obrigaram os professores a ser tolerantes com os pedidos de abono de faltas e a estabelecer uma cota, ou um mínimo aceitável, de ausências, avaliada em um quarto das aulas dadas por cadeira ou curso. Como se viu, as chuvas torrenciais daquele verão chegaram a interditar o acesso à escola por diversas vezes[128].

O abastecimento das necessidades hidráulicas da escola era precariamente mantido por dois carneiros mecânicos ajustados ao ribeirão Piracicamirim, ficando acertado para o mês de maio o contrato com a empresa de Carlos Zanotta, que haveria de proporcionar vinte mil litros diários. Em setembro, o Estado não cumprira a sua parte, permanecendo desabastecida a escola, sem água para o projeto de construção dos edifícios[129].

Durante o mês de abril, procedia-se às colheitas de milho, arroz e feijão e a direção desejava saber qual a destinação a ser dada à produção. A escola aparecia como centro de estudos, de produção cerealífera e algodoeira, supridora da Fábrica de Tecidos Aretusina, de Piracicaba. A agricultura propriamente dita, ficava sob responsabilidade da 4ª cadeira e de um mestre de culturas especialmente contratado, o sr. Pierre F. Gelas, que cursara *a ferme-école* de Izére e se diplomara na

Escola Prática de Irrigação e Drenagem de Legardeaux[130]. Os saldos econômicos eram enviados ao Tesouro em São Paulo, não podiam ser imediatamente utilizados, mas contavam créditos a favor da escola.

Notas baixas e péssimo aproveitamento eram também sinônimo de indisciplina. Em março, o professor de agricultura, dr. Luciano de Almeida, chegou a pedir exoneração do cargo por indisciplina de um aluno do 2º ano. Em junho, o secretário da escola era agredido, ao comunicar a um outro aluno sua inabilitação para exame prático na 1ª cadeira. Ao ser punido, o mesmo desacatou o diretor, alegando que "não aceitava repreensão". Sempre que desejavam, os estudantes deixavam de comparecer coletivamente às aulas, pretextando dia santificado, como ocorreu em *Corpus Christi*, "[...] acoroçoados, às vezes, por alguns mestres"[131].

As notas obtidas nas diferentes cadeiras continuavam baixas, especialmente em desenho e agrimensura[132]. Dado o escasso aproveitamento dos alunos do curso de Desenho, a Congregação decidiu que os secundaristas freqüentassem as aulas do professor Francisco Soares em regime obrigatório, havendo por realizar os trabalhos de agrimensura aos domingos e dias feriados! Os trabalhos práticos eram realizados no período da manhã, sob a supervisão do mestre de culturas da fazenda-modelo. Os alunos continuavam a reclamar, ora contra os exercícios no campo, ora a favor de horticultura e arboricultura, pediam abonos de faltas e alteração de horário.

Os incidentes desagradáveis eram contornados à medida que o secretário ampliava a sua autoridade sobre a congregação e esta perseverava em manter a integridade do trabalho didático-pedagógico. Durante a discreta comemoração do primeiro aniversário de instalação da escola, em 03 de junho de 1902, procedeu-se à inauguração dos retratos a óleo do patrono Luiz Vicente de Souza Queiroz e de Antônio Cândido Rodrigues, este chamado em ata de "protetor da escola".

> [...] convencido como está de que só o desenvolvimento racional da Agricultura, isto é, o estabelecimento de uma agricultura industrial, pode fazer com que o Brasil ocupe o lugar que lhe compete entre as nações do mundo[133].

Notava-se um certo desafogo na fala do ex-diretor, professor Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, pelo fato de ver "[...] a escola finalmente encaminhada, depois de tantos contratempos e dissabores". Em resposta, o diretor José Amândio Sobral, sempre fiel a sua missão perrepista "disciplinadora" no burgo dos Moraes Barros, comunicava aos possíveis interessados "[...] o regozijo diante da boa harmonia reinante entre alunos e corpo docente"[134].

A Escola buscava apartar-se da política dos Moraes Barros e dos dissidentes como medida acauteladora de sobrevivência. Nessa primeira comemoração de aniversário, manteve-se distante da *Gazeta de Piracicaba* e dos próceres do Diretório republicano, da Câmara Municipal (dr. Paulo de Moraes Barros) e do ex-presidente Prudente de Moraes. Por convidados à solenidade apenas os professores, os alunos e o representante do *Jornal de Piracicaba* (periódico de oposição à *Gazeta*)[135].

Até 15 de junho, José Amândio Sobral permaneceu no cumprimento da sua missão "disciplinadora", quando passou o cargo para o professor Luciano José de Almeida. Podemos

aquilatar o grau de intimidação sofrida pelos professores, na ação do novo diretor de convocar uma reunião extraordinária da congregação para dar conhecimento de um ofício do secretário de Agricultura, no qual era emitida uma decisão sobre uma questão de ordem disciplinar interna: se um determinado aluno podia ou não submeter-se a exames parciais[136]. Ficava patente que somente ao secretário cabia interpretar o regulamento da escola em qualquer caso mais delicado, principalmente quando famílias importantes recorriam às influências do partido, prevalecendo-se do clima da cisão partidária[137].

A oportunidade ensejava bons resultados aos alunos faltosos e de fraco rendimento, exacerbando os atos de indisciplina. Alguns alunos puseram-se a reclamar contra o ritmo puxado das aulas, pedindo alteração no horário, de forma restar mais tempo para descanso[138]. Os atos de indisciplina se repetiam, provocando, não raro, intervenções políticas, pressões e recurso às autoridades de São Paulo. Abonavam-se em grande número faltas, por requerimento dos alunos, as notas continuavam baixas e a evasão era impressionante. Percebe-se o quanto a escola ia mal perante as aspirações cientificistas.

O nível de tensionamento entre a docência e a estrutura administrativa parecia haver chegado ao máximo no mês de agosto, quando se realizou uma sessão extraordinária da congregação, convocada a pedido dos professores. O professor Antônio de Pádua Dias, que desfrutava de grande prestígio entre alunado e corpo docente, decidiu-se a falar em seu próprio nome (1ª cadeira) e em nome dos lentes das 2ª, 3ª e 5ª cadeiras, respectivamente, dr. Lacordaire Duarte, Aristóteles Pereira e Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho. Na base das suas reivindicações constavam: a) maior clareza no regulamento da escola; b) melhor distribuição das matérias entre as cadeiras; c) substituição do curso de desenho topográfico e geométrico, agrimensura, noções de mecânica aplicada às máquinas agrícolas e construções rurais, por uma nova cadeira, a 6ª. Não deixavam de reconhecer o mérito do professor Soares, que indicavam para regê-la; o pronunciamento era motivado pela necessidade de atenuar as reprovações; d) com base no quadro de aferição da freqüência e aproveitamento dos alunos, sugeriam medidas (aconselhadas pela experiência) a bem da escola e progresso do ensino[139].

A congregação aprovou-lhe as palavras, enquanto o diretor deu o seu voto sob restrições, apesar de também ser professor da casa (4ª cadeira). Decidiu-se nomear uma comissão encarregada de elaborar um projeto sobre as alterações necessárias, o qual, depois de discutido e aprovado, seria encaminhado ao governo. Depois de pronto e aprovado pelos professores, o projeto sofreu restrições da parte do diretor, particularmente com relação à criação da 6ª e da 7ª cadeiras, mas foi-lhes assegurado que seria encaminhado ao secretário[140]. Os meses decorreram nesse clima, os lentes estavam unidos e agiam corretamente em suas reivindicações. Quanto à necessária expansão das áreas do saber, a sua pretensão somente viria a ser atendida no futuro.

Antes de findo o semestre já estava pronta a relação dos pontos para os exames práticos. Os programas de todas as cadeiras para o ano letivo de 1903, também se achavam em vias de encaminhar-se à análise por parte da congregação.

Um *modelo de prova prática*, segundo o ponto sorteado, continha elementos das cinco cadeiras, como se pode observar:

Ponto nº 9: 1º ano[141]
1ª cadeira: reconhecimento de alguns minerais pelos seus caracteres físicos.
2ª cadeira: descrição e classificação de mamíferos, segundo os modelos do respectivo gabinete.

Ponto nº 7: *2º ano*[142]
3ª cadeira: caracteres de um bom vinagre (30 ml).
4ª cadeira: fazer a demarcação e a lavra média de uma superfície de 5 m x 10 m com o arado de aiveca fixa e de aiveca móvel.
5ª cadeira: indicação das partes que formam o órgão de visão, em vista das peças anatômicas artificiais deste órgão.

Aproximando-se os exames finais (provas teóricas e orais), era espantoso o quadro de freqüência às aulas, dado o número de faltas justificadas e não justificadas. Os professores não poderiam estar plenamente motivados, tantas as injunções políticas e constantes interferências do secretário, solicitado para quase tudo, ou em tudo interferindo, sem que se atendesse propriamente aos professores[143].

A dimensão das dificuldades experimentadas pelo corpo docente pode ser avaliada pela gravidade de muitos dos incidentes ocorridos em 1902, não raro o poder das grandes famílias e o alcance das amizades políticas atingindo os escalões perrepistas, chegando a definir a intervenção do secretário da Agricultura, a pressionar decisões dos professores a ignorar o regulamento em favor dos interesses dos alunos. Indivíduos impedidos ou reprovados tiveram intervenção salvadora em mais de um caso, exautorando a congregação que lhes negara os exames. Em geral, os pronunciamentos do secretário tinham o seguinte teor: "[...] em vista dos esclarecimentos prestados e em face do art. 101 do regulamento da Escola"[144].

A Reforma da Escola à Vista

O futuro da Escola Agrícola Prática parecia ainda mais incerto após a mudança na administração estadual. Francisco de Paula Rodrigues Alves (01.05.1900-13.02.1902), escolhido para a sucessão de Campos Sales na Presidência da República, fora, por sua vez, sucedido por Bernardino de Campos, havendo Antônio Cândido Rodrigues de ser substituído na Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas por João Baptista de Mello Peixoto.

Algumas mudanças eram naturalmente aguardadas, como as mudanças operacionais relativas aos trabalhos agrícolas na Fazenda São João da Montanha. Até então, o diretor da escola acumulava as funções de docente, diretor e administrador da fazenda-modelo – esta pesava sobremaneira no conjunto de suas responsabilidades. Desejava-se sanar esse inconveniente, pois a fazenda-modelo da Escola Agrícola Prática de Piracicaba devia prestar-se a servir de amostra para todas as demais a serem futuramente criadas. A Secretaria da Agricultura decidiu separar as funções, contratando, em dezembro de 1902, nos Estados Unidos, um profissional qualificado dentro do ensino agrícola, o Sr. Milton M. Underdown, como diretor autônomo da fazenda-modelo[145].

O novo secretário, Mello Peixoto, reconhecia que a agricultura devia ser libertada dos processos empíricos e que o ensino profissional era um meio de fomentar a riqueza pública e fortalecer as nações; que, por um vício do caráter nacional, o trabalho material era visto com desdém e parecia haver

sido transferido ao ensino técnico agrícola. Quanto a este, formulava pesada crítica: não vinha correspondendo às expectativas, não formava os verdadeiros agricultores e só fazia aumentar o número de candidatos a empregos públicos[146]. Neste particular, a crítica devia dirigir-se à Escola Agrícola da Bahia, ao Liceu Riograndense de Pelotas e ao curso de Agronomia da Politécnica, anteriores ao da "Escola 'Luiz de Queiroz'", que não chegara a formar a primeira turma de agrônomos.

Julgava que o poder público devia criar estabelecimentos de ensino elementar essencialmente práticos e não escolas destinadas a conferir graus acadêmicos, vício que precisava ser desenraizado do caráter do povo brasileiro[147]. Para formular essa crítica ele se servia do previsto na Lei do Serviço Agronômico (nº 678, de 13.09.1899) com relação à criação de escolas práticas de agricultura, deixando-se o ensino da agricultura científica avançada para o Curso Superior de Agronomia instalado na Escola Politécnica. O espírito da lei previa que as escolas agrícolas práticas deviam fornecer instrução rudimentar para alunos externos, dentro dos recursos orçamentários do governo e programas especialmente elaborados. Tais instituições deveriam ter por finalidade exclusiva difundir os trabalhos práticos e as noções elementares dos conhecimentos agrícolas no interior de cada complexo escolar constituído por edifícios, campos de experiência e demonstração, fazenda-modelo[148].

Da experiência desenvolvida em Piracicaba ficava pendente o futuro das demais escolas práticas. Que a escola de Piracicaba não ia bem, que reformas no regulamento deviam ser feitas para salvá-la, os professores conheciam à saciedade e empenhavam-se nisso desde os primeiros dias, sob a autoridade discricionária do secretário. Aquele momento refletia uma mudança de atitude, sob o novo governo de Bernardino de Campos e seu secretário João Baptista de Mello Peixoto, no que dizia respeito à própria natureza da instituição.

Por exemplo: o novo secretário atribuía a um erro do legislador (contido no art. 109 do regulamento) o fato de conferir-se o diploma de agrônomo, que no seu entender pressupunha o grau científico, aos alunos formados numa escola prática de agricultura, cuja finalidade era ministrar o ensino agrícola elementar, em atividades essencialmente práticas, nas quais o ensino teórico seria meramente acessório. Atividades práticas significavam a principal finalidade da escola. Na exploração racional de uma fazenda-modelo estava o cerne do ensino prático. O seu entendimento do problema reforçava a intenção revisionista sobre a instituição criada em 1901, a braços com sérias dificuldades e sujeita ao fracasso, não só em virtude das contradições presentes no regulamento, mas também pelo abandono e incompreensão dos burocratas.

Antônio Cândido Rodrigues chegara a enviar à Europa um observador, o dr. Mário Amaral, incumbido de estudar a organização do ensino agrícola na Itália, o qual apresentara um relatório, datado de 20.09.1902, sobre o que conhecera, principalmente as escolas régias práticas, que ofereciam um curso de três anos e nas quais o ensino teórico era limitado ao estritamente necessário[149]. Influenciado pelo texto, conquanto desejoso de expressar a nova política governamental de Bernardino de Campos, o secretário Mello Peixoto externava a idéia de rebaixar o nível do ensino ministrado para o rudimentar (previsto nas leis nº 578, de criação da escola, e nº 678, do serviço agronômico) a pretexto de atender aos

interesses da agricultura, corrigir enganos do legislador e salvar a instituição.

Isso equivalia a reconhecer o fracasso da experiência, enquanto afastava da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas a responsabilidade por ele. Afirmando a intenção de dirigir o curso para uma clientela mas ampla, pretendia resolver as contradições institucionais em favor da simplificação curricular (o ensino teórico deveria ser estritamente reservado à compreensão e aplicação dos processos agrícolas) e dos pré-requisitos à matrícula (apenas a aprovação no curso fundamental, ou preliminar, das escolas públicas). Nas suas sugestões para a reforma da "Luiz de Queiroz", apontada naquele momento, injustamente, como "mito científico", julgava proceder coerentemente com o pensamento do Congresso, quando fora decretada a Lei do Serviço Agronômico, em 1899. Na sua interpretação redutora da proposta didático-pedagógica de origem, bastaria pouca coisa para operar a transformação da escola.

O interesse financeiro transparecia sob o apequenamento pretendido. A duração do curso permaneceria de três anos. Os trabalhos práticos de agricultura predominariam, havendo de ser os alunos os trabalhadores para todos os serviços usuais da fazenda-modelo. Na grade curricular, as cinco cadeiras ficariam reduzidas a três. Bastaria um professor de agricultura e indústrias relativas e de geometria prática, o qual poderia acumular o cargo de diretor da escola. Um segundo professor cuidaria das ciências físicas e naturais e desenho. Um terceiro ficaria com as disciplinas de português, aritmética, história e geografia.

Ficou na intenção o desejo de simplificar o currículo, de reduzir o número de professores e de funcionários do complexo escolar (inclusive a fazenda-modelo), motivados pelo imediato interesse na redução das despesas gerais. Na contenção destas, sem jamais exceder a renda da Fazenda São João da Montanha, acreditava-se encontrar a fórmula de evitar o academicismo, em benefício da formação dos "verdadeiros lavradores", de poder redimir-se a escola perante os grandes gastos do passado.

Se o modelo da escola prática, implantado em 1901, parecia ao governo ser de nível muito elevado, e demasiado dispendioso para o aproveitamento da clientela disponível, rebaixá-lo ao nível de uma *ferme-école* não seria solução para se evitar o fracasso iminente, tampouco viria a contribuir para "[...] libertar a indústria dos processos empíricos, dando ao povo a instrução capaz de habilitá-lo para a exploração racional da terra e dos seus variados produtos", como se empenhava em declarar o secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo[150]. O rebaixamento eventual do nível do curso de agricultura prática da "Luiz de Queiroz" resultaria na destruição do trabalho empreendido nos seus dois anos de funcionamento. Pode-se avaliar o tamanho do desastre que se pretendia consumar pela qualidade e abrangência dos exames práticos realizados no segundo semestre de 1902, bem como pelo programa da 4ª cadeira (agricultura), elaborado para 1902 e 1903.

Os Exames Práticos de Encerramento do Ano de 1902

Em 1902, o currículo escolar era constituído pelas atividades das cinco cadeiras e das duas disciplinas. A listagem da matéria ensinada, que se destinava à avaliação nos exames práticos no final do ano letivo, incluía dez pontos para cada lente, oferecendo uma boa amostragem do trabalho desenvolvido pela escola[151]. *Em síntese*:

Na *1ª cadeira*, o professor Pádua Dias exigia três atividades para avaliação prática: o reconhecimento dos sais, de alguns minerais e ensaio ao maçarico.

Na *2ª cadeira,* o dr. Lacordaire Duarte exigia manejo do microscópio para exame de insetos, descrição e classificação de mamíferos e de aves, de peças de ruminantes e de peças diversas.

Na *3ª cadeira*, o professor Aristóteles Pereira exigia conhecimentos sobre extração de substâncias, fabrico de produtos, análise da farinha de trigo, do leite, e titulação alcoométrica de bebidas fermentadas.

Na *4ª cadeira*, o professor Luciano de Almeida exigia operação com aparelhos mecânicos, com a carpideira Dechammeuse nas ruas do milharal, o uso do cultivador Planet Jr., o manejo do arado de aiveca móvel e do arado Deere de aiveca fixa para tirar linhas paralelas de 20 m. de comprimento, da segadeira mecânica, do estorroador de discos, exercícios de gradagem, além de operação de plantio e outros tratos culturais com emprego de aparelhos mecânicos.

Na *5ª cadeira*, o professor Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho exigia determinação e classificação de peças anatômicas, determinação da idade de um animal, exame dos aprumos e paralelismo das alavancas ósseas nos eqüídeos, domínio do conhecimento sobre as peças anatômicas dos modelos apresentados, diferenciação dos tipos de animais domésticos e determinação das formas e caracteres da raça bovina, leiteira e de corte.

Programas da 4ª Cadeira (Agricultura): 2º e 3º Anos (1902-1903)

2º Ano:
1º Semestre. *Agrologia*: conhecimento dos solos, sua variedade, composição, propriedades físicas e constituição química, classificação. Estudo, denominação e classificação das terras do Estado de São Paulo, solo e subsolo. Corretivos mecânicos, físicos e químicos do solo – calagem, drenagem, irrigação, estrumação: processos diversos, adubos orgânicos e inorgânicos. Métodos diversos de lavoura. Mecânica agrícola. Máquinas agrícolas em geral, inclusive veículos agrícolas.
2º Semestre. *Agricultura geral*: cultura, sementeiras e afolhamento. Plano de exploração. Cultura de cereais, leguminosas, tubérculos, plantas têxteis, fumo, cana-de-açúcar, forraginosas, oleaginosas, planta de látex, frutíferas e vinha. Café. Florestas e madeira. Emprego de adubos inorgânicos, de inseticidas, fungicidas e anti-sépticos[152].

Em 1903, o programa do segundo semestre para o 2º ano apareceu um pouco modificado. A novidade estava no *3º ano*, mediante a inclusão de conteúdos de economia rural abrangendo: 1) conceitos diversos sobre o meio agrícola, as forças produtivas, as fontes da riqueza, mercado, moeda e crédito, trabalho, máquinas, valor do solo, das colheitas, salários e capital; 2) estudo das empresas agrícolas e dos sistemas de culturas, administração agrícola, a teoria agrícola, a grande e a pequena lavoura e os produtos agrícolas; 3) estudo das leis econômicas da agricultura, do planejamento e execução dos trabalhos agrícolas[153].

A Perseverança dos Mestres

Em 1903, à medida que se acentuava a crise da cafeicultura, repercutindo na gestão financeira do Estado de São Paulo,

cujas receitas orçamentárias repousavam majoritariamente no imposto sobre a exportação do café, consumavam-se os cortes nas despesas públicas ou eliminavam-se serviços importantes em benefício da sobrevivência de outros. A Secretaria da Agricultura teve de reduzir os distritos agronômicos de seis para três, em vista dessa contenção, justamente no momento em que procurava soluções alternativas ao modelo agroexportador, confiando à ação dos inspetores de agricultura a tarefa educacional de orientação do fazendeiro, no sentido de convencê-lo e motivá-lo a diversificar a sua produção, a experimentar novas culturas, como o cultivo de gêneros alimentícios, oleaginosas e forrageiras ou da produção de têxteis.

O fato era deplorado pelo dr. Luiz de Toledo Piza e Almeida, que, em agosto de 1903, sucedia Mello Peixoto na Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. A voz do secretário se expressava no sentido da crítica e do reconhecimento de que algo necessitava ser feito: enquanto "o café dava para tudo" [...].

> [...] graças às fartas colheitas que eram escoadas no mercado a preços tão compensadores que permitiam comprar até o feijão e o milho no estrangeiro ou a promover os grandes investimentos de capital em imigração, em ferrovias, a pagar os juros aos comissários sobre os adiantamentos das safras, a imobilizar capital em terras incultas [expansão da fronteira agrícola], a gozar de rendimento[...] tudo ia bem para as finanças públicas. O café pagava tudo. Sobreveio a crise e com ela reconheceu-se a dura realidade[154].

Os argumentos do secretário anterior, Mello Peixoto, sobre o rebaixamento do nível do curso também constituíam uma resposta distorcida à avaliação dos professores quanto à realidade da escola; longe de resolver-lhes os problemas, acrescentaram mais desorientação, respondendo em parte pelas omissões de conduta do seu sucessor com relação às discrepâncias do regulamento, no cotejo das necessidades didático-pedagógicas. Com Toledo Piza, a situação não se modificou, mesmo após as férias de janeiro de 1903, estando prestes a realizarem-se os exames de admissão ao 1º ano, época em que se devia completar o quadro das matrículas ao curso[155]. O perigo não parecia afastado.

Em 1902, o número de aprovados do 1º para o 2º ano foi de seis alunos, aos quais juntaram-se dois reprovados, portanto oito alunos; ao longo do semestre, esse número caiu para sete. No 1º ano, o número de quinze alunos regularmente matriculados caía para nove no final do primeiro semestre, e para seis no final do segundo. O número de aprovados do 2º para o 3º ano, em 1902, foi de sete alunos, aos quais se somaram os reprovados; havendo duas evasões. No primeiro semestre, o número de matriculados caiu para nove e depois para sete, no segundo semestre, em virtude das duas reprovações. O total das matrículas no primeiro semestre de 1903 era de 29 alunos: 1º ano: quinze alunos; 2º ano: sete alunos; 3º ano: 7 alunos[156].

Autêntica vitória traduziu-se na inscrição dos quinze novos alunos no 1º ano, a ser cursado em 1903. O número logo caiu, devido a desistências, ligadas às conhecidas dificuldades, porém, o ano letivo da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" iniciou-se com 29 matriculados nas três séries. Movidos por grande preocupação quanto ao futuro, no princípio do mês de janeiro, os lentes tomaram a iniciativa de requerer ao diretor Luciano José de Almeida a

convocação de uma reunião extraordinária para tratar dos seus antigos questionamentos.

O alvo imediato era o regulamento da escola, que se revelara inexeqüível na prática por diversas razões. Já o haviam considerado obsoleto no início do curso, e agravara-se, pela forma dogmática com que era imposto, tolhendo a prática didático-pedagógica, inibindo a coordenação dos programas e a sistematização do saber por meio de simples rearranjos necessários entre as cadeiras. As primeiras dificuldades da escola já haviam acirrado o debate em torno dos artigos do regulamento, quanto às áreas de decisão e competência dos lentes, da congregação dos professores, do diretor e do secretário da Agricultura[157].

O dr. Lacordaire Duarte tomara a palavra de início, mas o que deveria ser um momento de reflexão sobre o currículo escolar, mudanças no regulamento e medidas pedagógicas degenerou em séria polêmica. Procurando esvaziar-lhe o discurso, o diretor retirava-lhe a autoridade de porta-voz, alegando que o mesmo não havia esgotado o programa do curso que ministrara em 1902, exigência que se fundamentava no art. 45 e respectivos parágrafos do regulamento. O dr. Lacordaire respondeu-lhe argumentando estar provado ser inexeqüível o regulamento, que não havia grandes prejuízos com os temas que se achavam deslocados da 5ª cadeira para a 2ª cadeira"[158].

Defendendo a qualidade do curso técnico da "Luiz de Queiroz", o Dr. Lacordaire fazia presente uma questão que será aventada nos anos futuros da escola: "[...] oferecera um curso quase superior nas matérias do segundo semestre na 2ª cadeira [...] as Ciências Naturais lecionadas nesta Escola não podem nem devem consistir em noções, porque destas, já o aluno trazia o respectivo exame"[159].

O centro dos debates era o próprio regulamento da escola. Para o secretário da Agricultura, tocar nos seus dispositivos significava expor a proposta didático-pedagógica da Escola Agrícola Prática, manifestamente voltada contra as teorizações dos circuitos acadêmicos, como as reservadas à Escola Politécnica, ou à pesquisa promovida pelo Instituto Agronômico de Campinas (IAC). Para os professores, significava discutir a prevalência dos princípios teóricos do ensino técnico do grau médio com relação ao grau elementar, ou a prevalência daquele nível já testado com relação ao que se pretendia implantar, por falta de recursos e a pretexto da Lei do Serviço Agronômico. Os professores demonstravam acreditar na viabilidade do ensino prático de grau médio que se pretendia consolidar na Escola de Piracicaba, desde que não lhe faltassem os recursos teóricos e o instrumental para fazê-lo; defendiam o direito de dispor das vantagens da abertura do currículo em benefício da sistematização dos conteúdos e da expansão do saber.

O espírito que motivara os legisladores, quando da elaboração e aprovação do decreto 863-A de 29.12.1900, que incluía o regulamento da escola, orientava para um ensino eminentemente prático, mas fundamentado nos conceitos teóricos consagrados no método experimental e demonstrativo. Agrônomos (Adolpho Barbalho Uchoa Cavalcanti e Gustavo D'Utra) e um cientista de representação nacional (dr. Luiz Pereira Barreto) haviam se comprometido com um programa científico e educacional que não podia ser "amesquinhado" em nome da crise. As discrepâncias entre as propostas emitidas,

nos anos de 1898 a 1900, deviam encontrar outras soluções que não o rebaixamento do nível da escola no seu grau científico.

Era contra o amesquinhamento do saber que se pretendia generalizar no currículo da "Escola 'Luiz de Queiroz'" que se insurgira o dr. Lacordaire Duarte: "[...] As Ciências Naturais lecionadas nesta Escola não podem nem devem consistir em noções". Falando em nome da congregação, defendia todas as disciplinas e a ciência no geral[160].

Uma intervenção do professor Antônio de Pádua Dias vinha reforçar a posição do interlocutor quanto ao verdadeiro propósito do ensino técnico que se pretendia. Se o projeto caminhava mal, julgava que a solução devia ser buscada fora das lições teóricas ministradas em aula. O professor Pádua Dias demonstrava que o programa, deixado inacabado pelo dr. Lacordaire, não era falha de gravidade:

> [...] Este fato não tinha valor porquanto, como os seus colegas sabiam, a escola não possuía os necessários elementos para fazer o ensino prático dessa matéria o qual ficaria limitado a algumas lições teóricas em aula[161].

O problema central das discussões era de outra natureza e podia resumir-se na questão de como o corpo docente podia ministrar o ensino prático, sem recursos, no interior de uma escola desaparelhada. Os que a acompanhavam desde a origem podiam identificar outras deficiências, como o fato de haver sido implantada ao sabor das improvisações, estar sujeita às injunções do governo em um momento de crise financeira e política, às intervenções inábeis do secretário em questões disciplinares internas ou ao patrulhamento ideológico exercido pelos agentes antidissidentes. O falecimento de Prudente José de Moraes Barros, em dezembro de 1902, transferia o comando da dissidência para a capital, propiciando romper-se o isolamento a que o 8º Distrito fora submetido pelo PRP, embora a oposição local permanecesse sob a liderança de Paulo de Moraes Barros, seu herdeiro político.

Dez dias depois, realizou-se nova sessão extraordinária. O poder das grandes famílias atingia a escola, via governo, procurando dobrar o regulamento de acordo com as suas conveniências. Desta vez era o próprio secretário quem exautorava a congregação, porque esta negara exames a um certo aluno no segundo semestre do 2º ano, nas matérias das 4ª e 5ª cadeiras. Era recorrente a argumentação do secretário da Agricultura: "[...] em vista de esclarecimentos prestados e em face do art. 101 do regulamento da escola". A única defesa da congregação era apresentar-lhe as cópias dos exames do referido aluno, seguidas de outras, e de um aluno do 1º ano, que criava caso semelhante[162]. Nem sempre os lentes podiam contar com o apoio do diretor (Fig. 23).

Sobrepondo-se aos problemas políticos e educacionais que pressionavam a congregação, um fato positivo se objetivava quanto ao alunado em geral; este vinha por corresponder em número suficiente de matrículas, impedindo, com a sua presença, o fechamento da instituição. Se a experiência do ensino técnico agrícola corria risco iminente de fracassar, os professores pareceram mais compreensivos com a fraca assiduidade e mais generosos com as avaliações do primeiro bimestre (fevereiro-março de 1903). A partir de abril, as notas do 1º ano caíram verticalmente, operando-se a conhecida triagem qualitativa de um processo de conhecimento que poucos agüentavam ou tinham condição de acompanhar; apenas os alunos de 2º e 3º

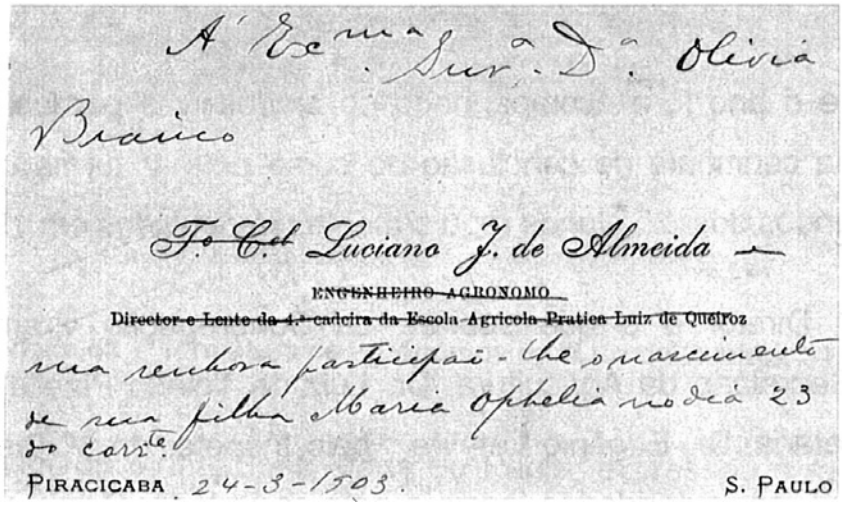

A' Exma. Snra. Da. Olivia
Branco
Fo. Cel. Luciano J. de Almeida
ENGENHEIRO AGRONOMO
Director e Lente da 4.ª cadeira da Escola Agricola Pratica Luiz de Queiroz
sua senhora participão-lhe o nascimento
de sua filha Maria Ophelia no dia 23
do corrte.
PIRACICABA 24-3-1903. S. PAULO

Fig. 23. Cartão de visitas do diretor, 1903. Foto.
O dr. Luciano J. de Almeida era tenente-coronel com prestígio no PRP, achando-se ligado à sociedade local.

anos, já selecionados, conseguiam manter o esperado rendimento de qualidade. A média das matrículas durante o primeiro semestre de 1903 foi a seguinte: catorze alunos no 1º ano, sete no 2º ano e 7 no 3º ano, chegando-se aos exames de junho com 28 alunos[163].

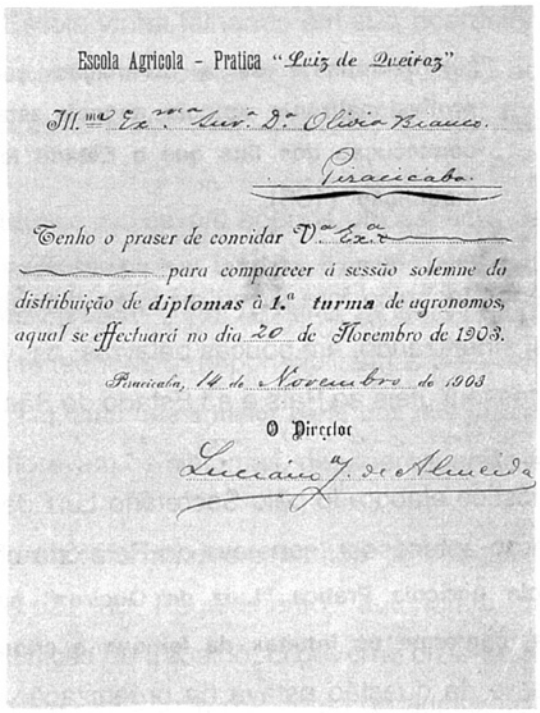
Em 6 de março de 1903, falecia o dr. Lacordaire Duarte, bastante enfermo desde 1902, havendo por substituí-lo o prof. Aristóteles Pereira, lente da 3ª cadeira. Na fazenda-modelo as coisas não eram menos difíceis. Por desentendimentos com o dr. Milton M. Underdown, Pierre Gelas, mestre de culturas, foi dispensado e substituído por Lee Fergusson, mas os atritos entre o primeiro e o diretor, que também era lente da 4ª cadeira, tinham sempre o mesmo motivo: as máquinas e os animais estavam a serviço de Underdown nos momentos das aulas práticas de agricultura, prejudicando o ensino demonstrativo. Discórdia, rupturas, afastamentos e substituições foram a tônica desse ano letivo, a ponto de haver, no mês de setembro, apenas dois professores, Pádua Dias e Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, na regência das cinco cadeiras.

Os alunos sentiram-se desestimulados, a ponto de compreender-se a sua ausência coletiva, sem autorização ou aviso prévio, para uma excursão a São Paulo, no dia 11 de setembro, a fim de "dar as boas-vindas a Santos Dumont", que retornava triunfal da Europa, fato que deixou furioso o diretor. Por sua vez, o insucesso do curso de desenho desanimava o professor Francisco Soares, que avisou não desejar continuar no cargo e, em novembro, cumpriu a palavra, retirando-se do corpo docente.

Se o ano foi acompanhado de perdas expressivas, um momento de exceção foi a cerimônia de conclusão do curso pela primeira turma de agrônomos práticos, apenas sete, oriundos do grupo de 25 alunos regularmente matriculados em 1901 (Fig. 24)[164].

O diretor e o que restara da congregação viram-se prestigiados pela presença do secretário da Agricultura, dr. Luiz de Toledo Piza e Almeida, pelo diretor geral da Secretaria, dr. Eugênio Lefèvre, pelo inspetor do 6º Distrito Agronômico, José Amândio Sobral, por autoridades locais e representantes da sociedade. Como evidência da crise geral que se abatia na vida econômica e política do Estado de São Paulo, a outorga das medalhas, prevista em dispositivo regimental (ouro, prata e bronze) aos alunos destacados durante o curso, não pôde efetuar-se em virtude de as mesmas não estarem cunhadas a tempo.

O orador da turma, José Maria de Paula, expressou o reconhecimento pela obra e doação de Luiz de Queiroz, característica recorrente em todas as gerações de agrônomos graduados pela escola. A carga ideológica transpareceu quando ele invocou a tradição agrícola do Estado de São Paulo e o seu papel de liderança na Federação, acrescido da nova função de guardião da iniciativa científica.



Escola Agricola - Pratica "Luiz de Queiroz"

Ill.mo Ex.mo Snr. Dr. Olivio Branco.

Piracicaba.

Tenho o praser de convidar V. Ex.a

para comparecer á sessão solemne da distribuição de **diplomas** á **1.ª turma** de agronomos, aqual se effectuará no dia 20 de Novembro de 1903.

Piracicaba, 14 de Novembro de 1903

O Director

Luciano M. de Almeida

Fig. 24. Convite da primeira formatura de agrônomos da "Luiz de Queiroz", 1903, foto, ap.

Não omitia o protesto de gratidão dos novos profissionais ao carinho dedicado pelo Governo do Estado (e ao partido) à escola[165]. Dados sobre suas vidas revelam que todos eles se dedicaram ao funcionalismo público, como técnicos-burocratas, não ingressando na lavoura, fosse como proprietários fosse como administradores.

O próprio secretário da Agricultura parecia nutrir dúvidas quanto ao futuro da "Luiz de Queiroz" como uma agência de saber voltada para a agricultura racional aplicada. Em seu relatório ao presidente do Estado, foi lacônico: "[...] formou-se a 1ª turma de alunos [...] caberá a eles

> [...] demonstrar se a orientação que tem sido dada ao ensino profissionalizante agrícola, naquele estabelecimento, é a melhor para a consecução dos fins que o Estado teve em vista com a criação da Instituição[166].

Não menos lacônico fora o seu discurso durante a sessão de formatura dos primeiros agrônomos, sintetizando, em poucas palavras, os votos para que os formandos, em sua vida prática, fossem úteis ao país e ao Estado de São Paulo[167].

O diagnóstico elaborado pelo secretário Luiz de Toledo Piza fundamentava-se na recomendação do antecessor e constava do relatório oficial de 1904: "[...] impunha-se uma reforma na Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" para efeito de dar-lhe a feição essencialmente prática, conforme os intuitos da lei que a criou"[168]. Ao endossá-la, pretendia demonstrar que o cerne da questão estava na organização das aulas e sua distribuição enquanto teóricas e práticas. Vejamos:

	Teóricas	Práticas
1ª cadeira	101	15
2ª cadeira	71	11
3ª cadeira	93	23
4ª cadeira	98	32
5ª cadeira	208	40
	571 – 82,57% do Total	*121 – 17,48% do Total*

Rendia-se às evidências, mas era uma abordagem unilateral. Não levava em conta que a proposta didático-pedagógica para o ensino técnico era originariamente embasada no regulamento, comprometida em atribuir ordem primacial às aulas práticas sobre as teóricas. Se a escola vinha falhando em sua operacionalidade, cabia supri-la de recursos técnicos e financeiros, completar a sua adequação aos fins para os quais fora criada, deixando os mestres falar sobre as suas reais necessidades.

As percentagens indicavam apenas um aspecto da questão, "[...] tendo-se em conta a proporção das aulas práticas para as teóricas, o ensino ministrado está longe de ser o de uma escola agrícola essencialmente prática"[169]. A falha, atribuída às aulas práticas, era pretexto para atribuí-las às exigências teóricas e responsabilizá-las pelo afastamento dos candidatos à admissão no 1º ano: "[...] tanto que a maior parte dos que procuram a Escola o fazem como simples ouvintes"[170]. Afloravam os sintomas, desapercebendo-se as causas.

Lembrava que a reforma dos estatutos já fora assinalada pela congregação, quando esta pedira clareza no regulamento, autonomia de decisão nos assuntos científicos e condições técnicas de trabalho. O governo dizia-se disposto a dar continuidade à escola em vez de fechá-la, simplificando o sistema de admissão, no sentido de reduzir-lhe as exigências de ingresso, como fator de cooptação dos candidatos, enquanto dava andamento ao ensino prático: "[...] a Escola Agrícola 'Luiz de Queiroz' deve ser prática, dando-se do teórico exclusivamente o que for indispensável à compreensão daquele"[171].

Conquanto a proposta didático-pedagógica e a metodologia do ensino fossem questões que não podiam ser desconectadas do apoio financeiro, técnico e moral à instituição, o secretário, longe de prover essas exigências, ensaiava a série das degolas apoiadas pelo partido: redução do corpo docente, do pessoal administrativo e auxiliar, com cortes de despesas. Parte desse plano consistia na entrega da direção técnica do ensino a "mãos competentes", separadas da direção administrativa e financeira (para aliviar a sobrecarga do diretor), a uma comissão de lavradores do município, "sem preocupações partidárias", apenas dotados de idealismo no progresso e boa vontade em servir, os quais "poderiam conseguir recursos, aliviando-se o Tesouro da sobrecarga"[172].

No seu entender, a escola deveria atrair apenas os alunos interessados na agricultura prática, em lugar daqueles que buscavam o bacharelado. Nessas circunstâncias, propunha que se investisse apenas nas autênticas vocações. Na efetividade dessa proposta, cabia ao Estado conceder simples certificado de conclusão do curso, em lugar de diploma de agrônomo prático, liberando-se o encaminhamento de parte dos candidatos interessados na titulação para a Escola Politécnica, que formava engenheiros agrônomos. Procedia, na época, a crítica exclusivista contra aqueles que buscavam títulos para qualificar-se ao funcionalismo público ou carreiras que exigiam preparo técnico e teórico; porém, tornar pouco atraente a Escola, no momento em que ameaçava perder-se, parecia arriscado. Durante a cisão perrepista, jogou-se contra o futuro da escola, fosse por indefinição da Secretaria da Agricultura sobre o ensino técnico, geralmente improvisando-se ao sabor das circunstâncias, fosse pela insensibilidade gerada pelo poder discricionário do governo e seu corpo de burocratas.

O pensamento do secretário, manifesto no Relatório Oficial, publicado no ano seguinte, vazou por diversos canais. A redução, em dez contos de réis, do orçamento das despesas da escola, cujo projeto se achava no congresso para ser votado desde março de 1903, já era um forte indício. Em dezembro, a boataria que circulava sobre o destino da escola, causava apreensões, sendo levada pelo diretor ao secretário: "[...] diante dos boatos que lhe chegavam ao conhecimento,

os quais já começavam a prejudicar a procura dos candidatos ao primeiro ano. Muitos já renunciavam em razão dos mesmos boatos..."[173] Logo verificou-se que a ameaça de fechamento da escola parecia substituída pelo rebaixamento do nível de ensino, levantando-se a hipótese da formalização de uma *ferme-école*, ou escola para jovem pobres, num estilo pouco mais apurado do que nos "aprendizados", mas suficiente para afugentar a clientela potencial.

Em janeiro de 1904, o diretor avisava à imprensa que o novo regulamento era aguardado para o início do ano letivo, antes de se efetuarem as matrículas. Mas as dificuldades aumentavam, os pagamentos dos professores (por gratificação e substituições), dos trabalhadores e fornecedores achavam-se com atraso de três meses. dr. Milton Underdown demitia-se da fazenda-modelo e retirava-se de Piracicaba. A escola esvaziava-se, por temor ao rebaixamento do nível de ensino pela sua precariedade – basta ver que apenas três professores se encarregavam de cinco cadeiras e um curso[174]. Quando se avisou que as aulas seriam reabertas em 1º de março, sob a vigência do regulamento de 1900, apenas um aluno estava matriculado regularmente no 1º Ano, avaliando-se que a escola se achava reduzida a um total de dezessete alunos.

A Lavoura que Salva na Fazenda-Modelo

Uma decisão burocrática, contida no decreto nº 1076, de 22.12.1902, desanexara a fazenda-modelo da escola, atribuindo-lhe a direção independente, o que levou o governo a contratar nos Estados Unidos o agrônomo Milton M. Underdown. Quando este apresentou relatório (1903) dando conta de sua administração e do trabalho desenvolvido junto às instalações, enquanto na agricultura propriamente dita (desmatamento para ampliação das lavouras, deslocamento, drenagem, aração e plantio), verificou-se que a distribuição das culturas era a seguinte: milho (26 ha), algodão (5 ha), arroz (8 ha), feijão (8 ha) e outras culturas (12 ha). Entre as culturas experimentais, estavam várias qualidades de ervilha de vara, de feijão, cevada, aveia, alfafa, cebola e milho. Registrava-se expressivo progresso no ano agrícola de 1903-1904 sobre o anterior, a área plantada elevando-se de 20 ha para 60 ha[175].

Apesar dos crônicos desentendimentos entre o dr. Milton M. Underdown e o diretor da Escola, a boa administração da fazenda assegurou-lhe condições de sustentar o projeto do ensino técnico agrícola e, de certa forma, contribuiu para salvá-lo da sentença fatal durante a crise. Durante o exercício do ano de 1903, enquanto o Tesouro despendia grandes somas na manutenção dos serviços criados na Secretaria da Agricultura, como o IAC (145:600$000), os distritos agronômicos (107:800$000), a distribuição das sementes (15:000$000), os campos de experiência e demonstração (50:000$000), a introdução de imigrantes (400:000$000), a hospedaria dos imigrantes (273:260$000) e a superintendência de obras públicas (320:1200$000), a Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", que contava com apenas 6,89% das verbas discriminadas, oferecia a seguinte contabilidade[176]:

Débito	Crédito	Saldo Credor
80:366$233	88:400$000	8:033$767

Verificando as despesas, constatamos:

1. Com o pessoal docente e administrativo, inclusive o mestre de culturas: 44:375$137

2. Com a gratificação do diretor da Escola: 3:600$000
3. Com o Expediente e a aquisição de objetos para ensino (gabinetes, laboratório e aulas): 6:215$313
4. Com a Fazenda Modelo: 26:175$783

A importância cada vez maior atribuída à fazenda-modelo e à fazenda anexa demonstra que ambas estavam plenamente justificadas.

Os Primeiros Frutos

Bem administrada, a fazenda-modelo apresentava saldo credor, graças a sua lavoura. A escola tentava revalorizar-se, no final do ano de 1903, oferecendo ao Estado de São Paulo os primeiros produtos do ensino técnico de grau médio, a primeira turma de agrônomos práticos formados (Fig. 25). Era o recurso de que dispunha para afastar a intervenção nulificadora da Secretaria, que a ameaçava em nome da crise financeira, dos casuísmos oligárquicos e da inexperiência em educação.

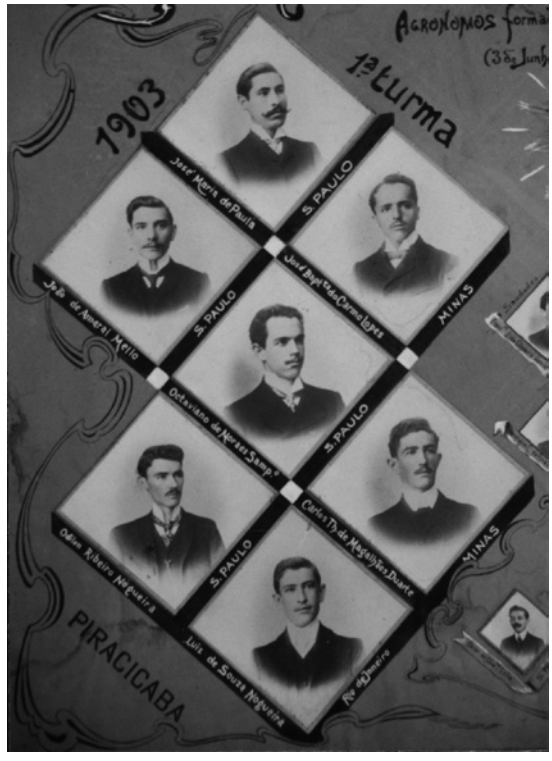


Fig. 25. Primeiro quadro de formatura dos agrônomos da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" de Piracicaba, 1903.
Fonte: acervo fotográfico da Esalq.

A composição do quadro de alunos do 1º ano, em 1904, tornara-se tarefa quase impossível de cumprir, forçando a adiar-se, por dois meses, o início do ano letivo. A manutenção das matrículas deve ter sido objeto de muito esforço local, no empenho de se evitar o fechamento do curso. Havia apenas dois alunos regularmente matriculados (um calouro e um reprovado do ano anterior), outros dois foram incluídos na turma, na condição de ouvintes, enquanto deviam aguardar sua regularização por meio da habilitação conferida por banca examinadora, o que seria feito apenas em junho, mas não contribuiria para a segurança do curso, uma vez que eles não foram aprovados. Durante o segundo semestre, o efetivo reduziu-se a dois alunos, aos quais juntou-se um terceiro, provavelmente remanejado. Três foram os aprovados para o 2º ano, em 1905[177].

Em 1904, dezessete alunos totalizaram a clientela escolar no primeiro semestre, dos quais, oito no 2º ano e cinco no 3º ano. No segundo semestre, o total achava-se reduzido a quinze alunos, dos quais houve três aprovados no 1º ano, 7 no 2º ano e 5 no 3º ano. Tratava-se de um saldo irrisório, perante o grandioso projeto de implantação da agricultura racional idealizado para o país sob o modelo do ensino técnico aplicado na "Escola 'Luiz de Queiroz'" de Piracicaba.

Desfalcada de alunos, em meio a tantas incertezas, durante o mês de maio a escola recebeu a posse do novo presidente do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá Piratininga, como indício de uma fase positiva de mudanças. A reorientação da Secretaria da Agricultura vinha

por empenho do novo presidente do Estado, também agrônomo de formação européia (Escola Superior de Engenharia Agrícola de Hohenheim, Alemanha) e ex-secretário da Agricultura (1892-1895), e um dos responsáveis pelo impulso dado ao projeto de ensino técnico do engenheiro Morimont durante o primeiro mandato de Bernardino de Campos. Carlos Botelho, escolhido para a Pasta da Agricultura do Estado de São Paulo, referia-se ao fato de que, tão logo empossado, Jorge Tibiriçá Piratininga voltara a sua atenção para a escola, desejoso de

> [...] fazer daquele estabelecimento de ensino profissional agrícola o que tem sido a aspiração dos governos deste Estado [...] se não um modelo no gênero, pelo menos uma norma para outros que devam ser fundados para facilitar a difusão dos conhecimentos práticos da agricultura racional em todo o território de São Paulo[178].

A política do café, considerada à parte, não impediu que se promovesse, através da Secretaria da Agricultura, um redobrado esforço no sentido do fomento da produção agrícola de São Paulo, em vista do atendimento da demanda do mercado interno e na tentativa de atenuar a dependência em relação às importações de gêneros alimentícios do exterior. Na reforma empreendida por Carlos Botelho na Secretaria da Agricultura, deu-se ênfase ao serviço agronômico, à atividade dos distritos exercida pelos inspetores agrícolas, à instrução sobre os processos culturais nos campos de demonstração e experiência, aos postos zootécnicos e ao ensino.

Na acanhada circunstancialidade em que se achava envolvida durante o ano de 1904, poucas vezes a congregação de professores encontrou razões para comemorar. No primeiro semestre, a exceção correu por conta da publicação da monografia do dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho sobre "melhoramento dos terrenos de cultura", que mereceu em ata um voto de congratulações por parte da escola, por indicação do professor Pádua Dias[179]. No segundo semestre, os trabalhos práticos da 4ª cadeira foram suspensos sob justificada razão: o professor Abelardo Pompeu do Amaral conduzia os seus alunos ao Engenho Central de Raffard, para estudos práticos em destilação de álcool[180].

O quadro docente sofria novo desfalque, com a exoneração do dr. Luciano José de Almeida em 7 de julho de 1904, mas recompunha-se da seguinte maneira: 1ª cadeira: Antônio de Pádua Dias; 2ª cadeira: Abelardo Pompeu do Amaral; 3ª cadeira: Aristóteles Pereira; 4ª cadeira: Germano Vert; 5ª cadeira: Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho. O curso de agrimensura e desenho era ministrado pelo professor substituto Abelardo Pompeu do Amaral e o curso de contabilidade, pelo secretário da escola, professor Augusto Salgado. A 6ª cadeira – que se pretendia introduzir – devia ficar a cargo do lente e novo diretor da escola, dr. Francisco Dias Martins, oficialmente empossado em 31.07.1904[181].

Vencendo os percalços, a escola encerrava o ano letivo de 1904 apresentando a sua segunda turma de agrônomos formados, que adotaram pela primeira vez a fórmula do compromisso que seria consagrada no futuro: "[...] Prometo desempenhar conscienciosamente os deveres da minha profissão"[182]. A cerimônia, despida de maiores comemorações, foi realizada numa das salas de aula, diante das autoridades locais e de representantes da sociedade piracicabana, sendo paraninfo o dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho.

A Fazenda-Modelo se Inscreve nos Anais da Escola

Os inúmeros atritos entre o dr. Luciano José de Almeida e o dr. Milton M. Underdown resultaram no afastamento de ambos[183]. A princípio, nomeou-se um diretor interino para a fazenda-modelo, Henrique P. Ribeiro, até a contratação definitiva, nos Estados Unidos, do dr. John William Hart, professor da Universidade de Illinois, o qual deveria assumir o cargo em março de 1905, mas só chegaria no segundo semestre.

Durante vários meses, a fazenda permaneceu sob a responsabilidade do agrônomo Henrique P. Ribeiro, nomeado diretor interino em 30.07.1904. Felizmente, encontramos o seu relatório de atividades desenvolvidas nos meses de agosto, setembro e outubro, documento de grande importância, por se constituir numa crônica agrícola trimestral da "Luiz de Queiroz" naquele ano[184]. Nele, o novo diretor relata que, tão logo assumiu, elaborou um plano de trabalho com vistas a colocar em ordem a fazenda, repor em condições os instrumentos de lavoura, colher o que havia (algodão, feijão e mamona), limpar os pastos (dez alqueires) e dar continuidade à lavoura em geral. Como fertilizante do solo, empregou adubo verde, enterrando-se o feijão da Flórida e a mucuna, tidos como importantes fixadores de azoto. Também procedeu ao levantamento da planta da área de cultivo, fazendo uso da atividade prática dos alunos de agrimensura, vindo a obter uma área de 63 ha e 6.070 m², que foi dividida em talhões sujeitos ao preparo: gradagem, destorroamento e cilindragem. Divididos em lotes menores, estes foram destinados a diversas culturas, segundo a ordem determinada pelo secretário da Agricultura, que os designou para três campos de atividades: agricultura prática, agricultura especial e agricultura experimental.

O seu Plano para Agricultura Prática incorporava culturas alimentares e têxteis. Na primeira categoria incluíam-se feijão-mulatinho, diversas variedades de milho (americano cristal 1, cristal 2, cristal 3, cristal 4, cristal 5, cristal 6, cristal 7 e caiano), cana-taquara, arroz-dourado, batata-doce, cará e abóbora. As plantas têxteis estavam representadas pelas variedades de algodão: Upland, Floresta e Sea Island. No Plano de Culturas, constavam o montante da área cultivada, a procedência das sementes, os tratos culturais empregados e o valor despendido, bem como o estado atual de cada cultura (muito bom, bom, regular). Cada lote era regularmente marcado, apresentando uma placa com o nome científico e o nome comum de cada vegetal, além da data do plantio. Sob acompanhamento do professor, a parte que cabia à atividade dos alunos era observar o desenvolvimento das plantas e a ocorrência das moléstias[185].

Durante o mês de novembro, foram semeadas diversas gramíneas forrageiras, sorgo-branco, sorgo-preto, milho-vassoura, teosinto e capim-guiné. Entre as leguminosas tinham vez as favas, feijão-gigante, mucuna e ervilhaca. Outras espécies aguardavam a oportunidade: aramina, girassol, amendoim. O fumo já se achava em canteiros e, para o cafeeiro, a terra estava preparada[186].

O Plano de Agricultura Especial revela que o novo diretor estava empenhado em atender a uma recomendação da Secretaria, qual seja, dar à fazenda-modelo aspecto agradável ao visitante, dentro de um princípio ordenador para o plantio das frutíferas e das ornamentais, preservando-se os bosques isolados de madeira

de construção (as variedades nacionais e estrangeiras) em diversos pontos, tendo em vista deixar mais atraente a propriedade e estimular o interesse pelo ensino prático da silvicultura. Plantadas no pomar, havia sete variedades de cereja, doze de pera, treze de maçã, onze de ameixa, duas de caqui, marmelo-do-japão, amendoeira e figueira. As mudas haviam sido fornecidas pelo Horto Botânico, a área do pomar era de 26.000 m^2 [187].

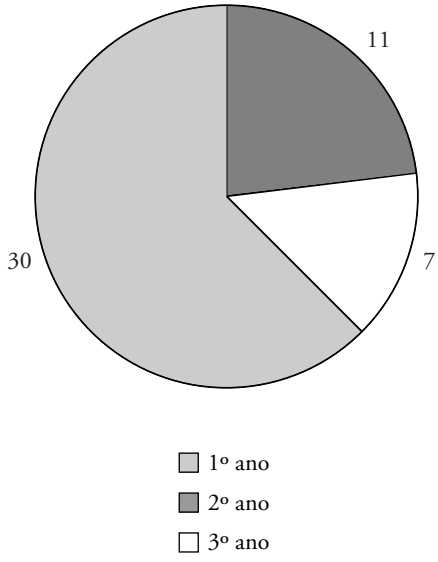
O Plano de Agricultura Experimental compreendia os espaços para experiência e observação dos alunos: diversos canteiros de cana, contendo 64 variedades, um canteiro de sarraceno, um de palmito, uma pequena quadra de melão *cavaillon* e 29 variedades de fumo nacional e estrangeiro (turco aromático, Jorge Grande, Bahia, *Spanish, Amersforster* e Sumatra)[188].

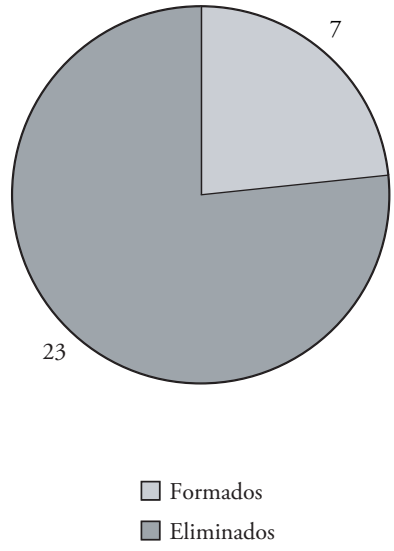
Representação Gráfica da Experiência

Ano	1901	1902	1903	Aprovados em relação à matricula
1º sem. letivo	30	11	07	Do 1º p/ 2º ano 36,66%
2º sem. letivo	25	07	07	Do 2º p/ 3º ano 63,63%
Nº aprov.	11	07	07	3º ano 100,00%
Formados agrônomos em relação à matricula 23,33%				

ao lado

Tab. 3. Evolução da primeira turma de matriculados (1901-1903).





à esquerda / à direita

Fig. 26. A Seriação da Escolaridade

Fig. 27. A Produção Final

AO LADO

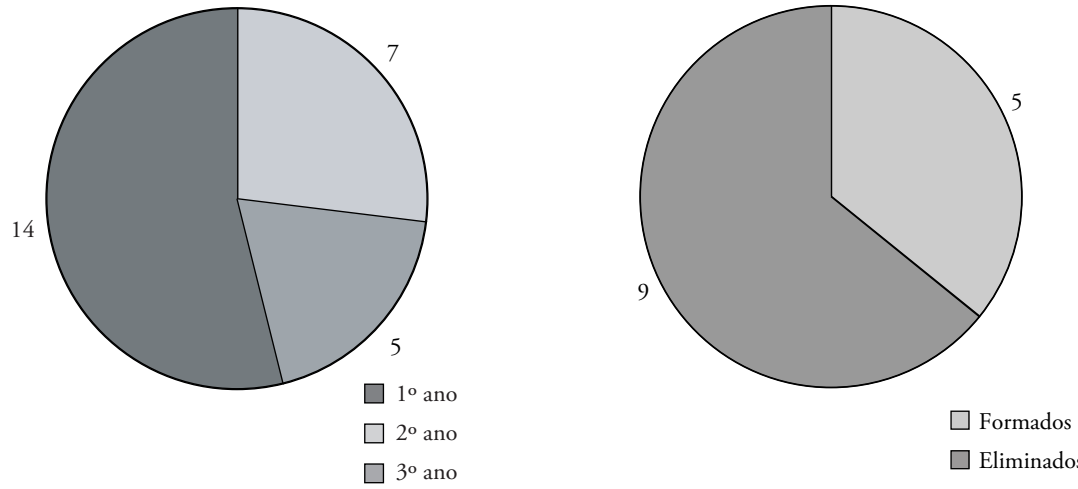
Tab. 4. Evolução da segunda turma de matriculados (1902-1904).

Ano	1901	1902	1903	Aprovados em relação à matricula
1º sem. letivo	14	07	05	Do 1º p/ 2º ano 42,85%
2º sem. letivo	08	06	05	Do 2º p/ 3º ano 71,42%
Nº aprov.	06	05	05	3ºano 100,00%
Formados agrônomos em relação à matricula 35,71%				

À ESQUERDA / À DIREITA

Fig. 28. A Seriação da Escolaridade.

Fig. 29. A Produção Final.



AO LADO

Tab. 5. Evolução da terceira turma de matriculados (1903-1905).

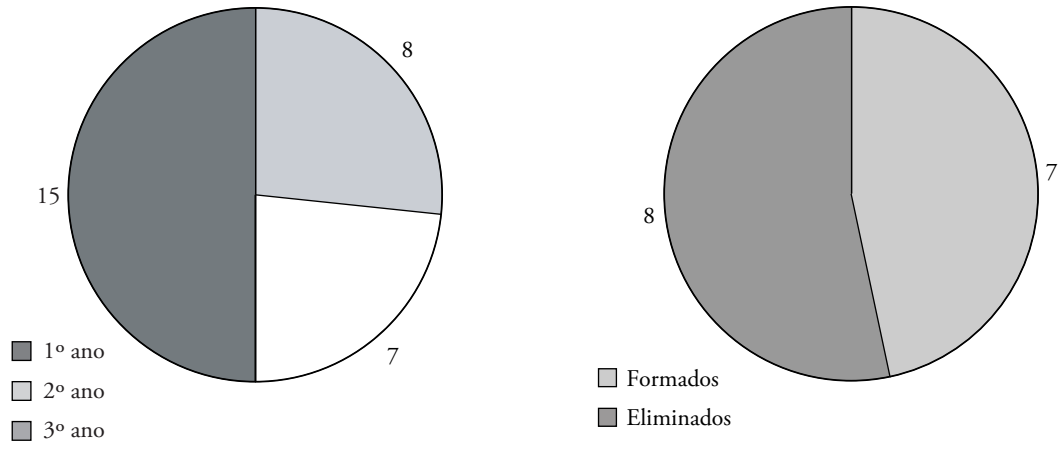
Ano	1901	1902	1903	Aprovados em relação à matricula
1º sem. letivo	15	08	07	Do 1º p/ 2º ano 46,60%
2º sem. letivo	07	07	07	Do 2º p/ 3º ano 87,50%
Nº aprov.	07	07	07 e 05*	3ºano 100,00%
Formados agrônomos em relação à matricula 46,66%				

* Dos 07 formados apenas 05 são agrônomos

À ESQUERDA / À DIREITA

Fig. 30. A Seriação da Escolaridade.

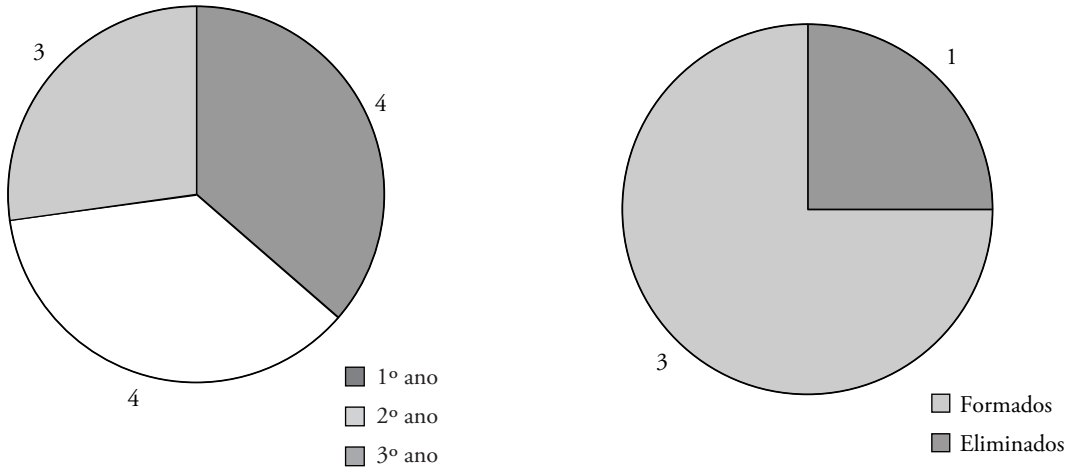
Fig. 31. A Produção Final.



Ano	1904	1905	1906	Aprovados em relação à matricula
1º sem. letivo	04	04	03	Do 1º p/ 2º ano 75,00%
2º sem. letivo	03	03	03	Do 2º p/ 3º ano 75,00%
Nº aprov.	03	03	03	3ºano 100,00%
Formados agrônomos em relação à matricula 75,00%				

AO LADO

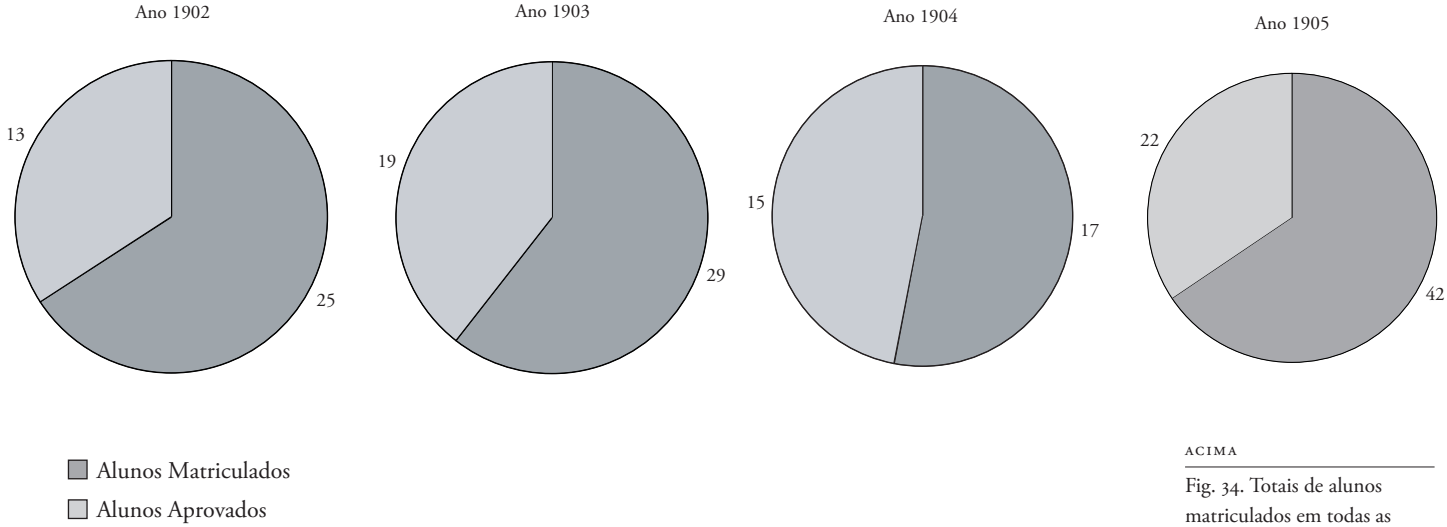
Tab. 6. Evolução da quarta turma de matriculados (1904-1906).



À ESQUERDA / À DIREITA

Fig. 32. A Seriação da Escolaridade.

Fig. 33. A Produção Final.



ACIMA

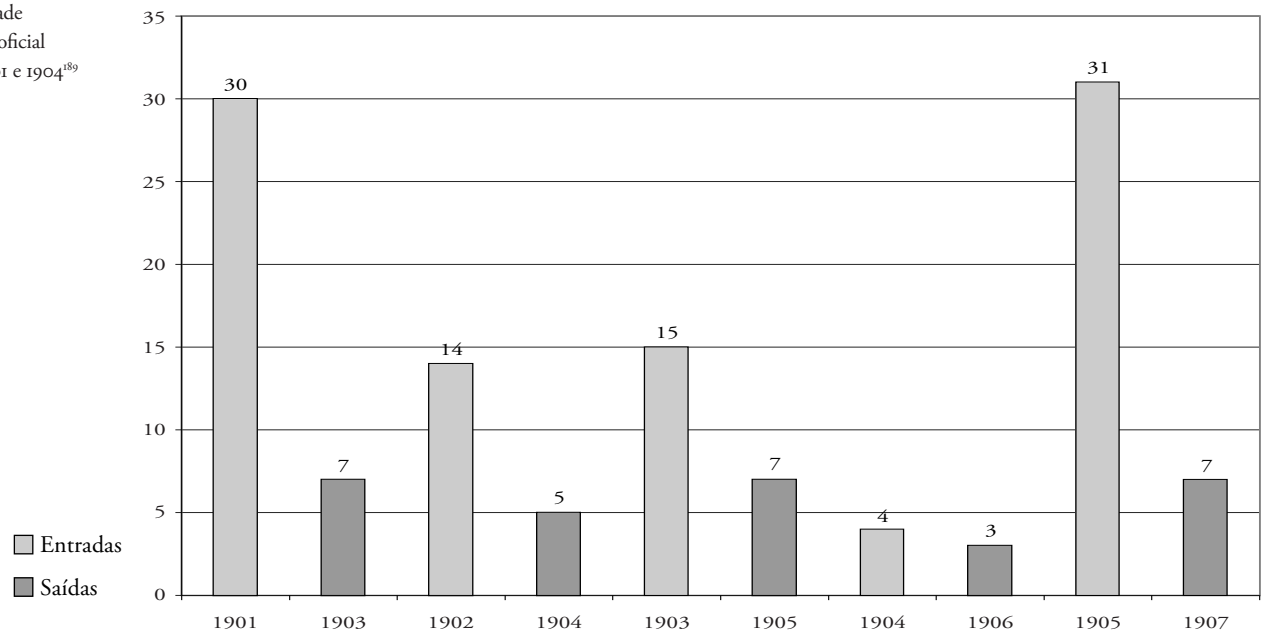
Fig. 34. Totais de alunos matriculados em todas as séries no primeiro semestre da escola e aprovados no final do ano letivo.

Tab. 7. Balanço do qüinqüênio (1901-1905).

Entrada	Alunos	Saída	Formandos
1901 – 1º Regulamento, de 1900	30	1903	07
1902	14	1904	05
1903	15	1905	07 (05 ag.)
1904	04	1906	03
1905 – 2º Regulamento, de 1900	31	1907	07
Totais	94		29 (30,85%)

Observação: A primeira experiência encerrou-se em 1906. A continuidade do gráfico demonstra a reação operada a partir de 1905.

Fig. 35. A produtividade do primeiro modelo oficial implantado entre 1901 e 1904[189]



Reconhecimento dos Erros Acumulados

Os professores pareciam indecisos quanto aos prognósticos para o ano letivo de 1905, sob a expectativa da reforma regimental anunciada, após assegurada a manutenção da escola pela Secretaria da Agricultura. A princípio, o novo secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Carlos de Arruda Botelho, médico e conceituado agricultor, confessava um certo desânimo diante do estado de coisas na sua Pasta: "[...] é preciso reconhecer que não temos andado certo". Nada pudera fazer nos sete meses de governo, em 1904, para dar cumprimento à Lei do Serviço Agronômico (nº 678, de 13.09.1899), pois esta exigia "[...] aparelhamento intelectual e material que não era possível criar de chofre". Sem esconder o quanto a crise financeira do Estado prejudicara a Secretaria da Agricultura reconhecia que

> [...] nada mais se pôde fazer até agora, senão custear o Instituto Agronômico [...] e organizar para início de ensino profissional agrícola entre nós a Escola

Agrícola Prática Luiz de Queiroz, em Piracicaba e o Aprendizado Agrícola dr. Bernardino de Campos em Iguape[190].

As mudanças incipientes não eram fortes suficientes para dissipar o desânimo advindo da experiência anterior. Durante a última reunião da congregação, em 22 dezembro de 1904, destinada à discussão dos futuros programas de ensino, apenas o lente da 1ª cadeira, Antônio de Pádua Dias, assegurava aos seus pares que, nada havendo a acrescentar em seu programa de trabalho, repetiria os mesmos conteúdos do ano findo. Os demais se omitiram[191].

Quanto ao novo diretor, dr. Francisco Dias Martins, a leitura do seu relatório consistiu num rosário de queixas, que iam desde furtos praticados, a invasões das matas por caçadores acompanhados de matilhas de cães veadeiros, a predações nos pastos e terrenos cultivados pelos animais da vizinhança, a ocupação das casas dos empregados por gente estranha, a deterioração do aparelhamento mecânico que se encontrava abandonado, alguns sem jamais terem sido usados. Na administração externa, as suas atividades dirigiram-se aos consertos em geral, às obras na casa da administração, na residência do diretor e na nova cocheira, aos fundamentos e construção do posto zootécnico[192].

Na parte das informações sobre agricultura, seu relatório confirmava o de Henrique P. Ribeiro, chamando a atenção para o novo aumento da área plantada, demonstrando o empenho com as culturas alimentares do homem, as forrageiras para a pecuária e as industriais. Em dezembro de 1904, as culturas existentes na fazenda-modelo atingiam 80 ha; as maiores extensões eram cobertas com as variedades de milho americano, caiano e catete vermelho. Seguiam-se: arroz-dourado, batata-doce, batatinha, cará, abóbora, amendoim, sorgo (preto, branco, vassoura), teosinto, mucuna forrageira, feijão-gigante, favas, algodão de três variedades (Upland, Sarapuhy e Sea Island), cana-taquara, fumo de diversas variedades, mandioca, pomar e horta. O café plantado[193] cobria uma área de 14 ha e 8.000 m².

Na avaliação do secretário da Agricultura, entre as causas materiais do fracasso da escola incluíam-se a insuficiência de material didático para as aulas práticas e para o preparo dos alunos: falta de compêndios para adoção em algumas cadeiras, falta de equipamento e matéria-prima nos laboratórios para os estudos de química mineral e física, de química orgânica e de fitopatologia. Na 2ª cadeira (biologia), a escola dispunha de um microscópio quebrado. Na 5ª cadeira (zootecnia), por falta de um posto zootécnico, as lições eram ministradas nos estábulos das propriedades vizinhas. Como recurso didático, o máximo que se conseguira fora a introdução de um mimeógrafo, para facilitar a reprodução dos textos distribuídos pelos lentes, para complementação dos conhecimentos, na ausência de bibliografia específica. Os professores sentiam-se extremamente prejudicados em seu trabalho e o secretário lhes endossava as queixas, compreendendo as razões do fraco desempenho da escola em termos das atividades práticas. Mas era inegável que um planejamento estava a caminho, e sua natureza não era desconhecida[194].

Enfrentando a crise financeira do Estado, no 1º semestre do governo de Jorge Tibiriçá Piratininga foram tomadas com relação à Escola quatro providências de grande impacto. A *primeira* dizia respeito à retomada da construção do colégio-internato (Projeto Morimont), ou sede da escola, expediente que transformaria num canteiro de obras a esplanada escolhida por

Luiz Vicente de Souza de Queiroz, obrigando a remover, durante o ano letivo de 1905, as salas de aulas teóricas para um endereço no centro da cidade: "[...] provisoriamente serão instalados na cidade de Piracicaba os cursos teóricos, em prédio para isso há pouco alugado"[195].

A *segunda* providência dizia respeito à escrituração contábil introduzida na escola e na fazenda-modelo, para que cada planta tivesse "[...] a sua conta individual, desde o preparo do solo até o celeiro e o consumo"[196]. A *terceira* era-lhe complementar e previa a introdução de um arquivo de agricultura prática e experimental, traçando "o histórico da vida das plantas". No dizer do secretário,

> [...] era indispensável que as plantas falassem, testemunhando a utilidade do ensino, porque sem esse conhecimento a agricultura é cega, apoiando-se vacilantemente na 1ª mão que se estende[197].

A *quarta* consistia na construção do Posto Zootécnico, elemento indispensável ao funcionamento da escola.

Agricultura Racional na Escola Agrícola Prática

Com esse título, o dr. Francisco Dias Martins, o novo diretor da "Luiz de Queiroz", redigia um artigo sobre a nova política que a Secretaria da Agricultura adotava para a escola. Essa política incluía uma reforma "salvacionista", para atender às finalidades educacionais implícitas e aos interesses da agricultura paulista que se desejava diversificar segundo objetivos econômicos voltados para o abastecimento do mercado interno (policultura), achando-se em discussão o próprio modelo agroexportador.

A proposta de uma Escola prática, reformada de acordo com o modelo agronômico norte-americano, e o estabelecimento de novos rumos para a economia paulista eram entendidos como elementos indissociáveis e necessários. Da natureza do ensino a ser promovido dependiam as futuras alterações econômicas, de forma a que a escola deveria apresentar-se como a "[...] única capaz de formar uma falange de agricultores" à altura das necessidades de São Paulo, a "[...] única capaz de transformar o Estado em poderoso policultor, de monocultor que tem sido até hoje"[198].

Com base nessa disposição, a reforma da "Luiz de Queiroz" levaria em conta dois aspectos, o formal, próprio das "Ciências que subsidiavam a agricultura", e o prático, dentro do vasto campo de ação oferecido pela fazenda-modelo. Esta devia ser bastante melhorada para corresponder às propostas de Carlos Botelho sobre "o livro aberto da natureza" e o método para o registro de cada planta, que incluía as exigências de seu cultivo e os processos mecânicos, desde o preparo do solo, até a semeadura e colheita, inclusive as diversas fases por que passava a semente até sua entrada no celeiro – etapas que deveriam acompanhadas pelos orçamentos relativos às despesas. Tais eram os registros da agricultura racional para efeito do ensino e da consulta dos alunos.

O governo parecia disposto a fazer do ensino reformado na "Luiz de Queiroz" um modelo capaz de ser confrontado com os melhores do mundo. A mecanização era apontada como fator de aumento da produtividade e de barateamento dos custos, e a defesa da agricultura cerealífera, para fins de produção dos gêneros alimentares, era tida como o primeiro passo rumo à policultura. Concomitantemente

ao cultivo dos cereais, desejava-se impulsionar a cultura forrageira, também com processos mecânicos, destinada à pecuária. As plantas e os animais eram compreendidos como os dois esteios da agricultura. Aos grãos e às gramíneas sucediam as culturas de grande valor econômico industrial, como a cana e os têxteis; também o café, "[...] gênero, até agora, desprezado na Escola"[199], e frutas nativas ou aclimatadas, vistas como opção alternativa na agroexportação para o mercado internacional.

A síntese da sua mensagem nesse artigo: a terra racionalmente trabalhada iria substituir aquela que se via maltratada pela rotina esterilizante. No livro aberto da natureza agricultada, as páginas seriam os campos da fazenda-modelo, onde se adquiria o conhecimento dos processos culturais de cada planta e dos cuidados de cada animal. A escola prestava-se a sustentar no "livro aberto" aos estudantes, pelo curso das ciências físicas, químicas e naturais, "a agricultura maravilhosa, indispensável como o pão para a boca dos povos". Oferecendo preparo prático e teórico, a escola se valorizava como a única capaz de formar a falange de agricultores de que São Paulo necessitava; reformada, ela abriria as suas portas aos jovens brasileiros que quisessem se empenhar em transformar o Brasil em celeiro do mundo. Em 1904, o novo diretor conceituava a agricultura moderna, definia o papel da Escola Agrícola Prática, por meio das suas propostas e finalidades educacionais voltadas para uma sociedade vocacionada para a agricultura, sob a inspiração ruralista da destinação agrícola do Brasil.

As elites reconheceram a importância da nova política estabelecida para as frentes da agricultura e o acerto do governo de Jorge Tibiriçá Piratininga nesse campo (Fig.36).

Fig. 36. Placa de mármore e bronze com as efígies em perfil de Jorge Tibiriçá Piratininga, presidente do Estado de São Paulo, e Carlos Botelho, secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ofertada pela Sociedade Paulista de Agricultura, Comércio e Indústria, com data de 1906. Postal.

Notas

1. *Primeiro Congresso de Ensino Agrícola*, 1911, São Paulo, p. 29.
2. Em informações gerais sobre a escola, o principal jornal situacionista, *Correio Paulistano,* afiançava haver sido: "[...] Doada com a condição de ali ser instalada uma Escola Agrícola até fins do corrente ano, por falta de verbas e etc., o governo mandou adaptar um antigo edifício" ("Escola Agrícola 'Luiz de Queiroz'", *Correio Paulistano*, ed. de 04.06.1901, p. 1).
3. Cf. *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", expedição de 25.06.1901 e Ata da Sessão Inaugural da Escola, transcrita no *1º Livro de Atas das Sessões Solenes*, pp. 2-3, AE.
4. *Gazeta de Piracicaba,* edições de 24.02.1901 e de 28.02.1901. Foram efusivamente recebidos pelos políticos perrepistas locais, o senador Manuel de Moraes Barros, o dr. Paulo de Moraes Barros, presidente da Câmara Municipal, o tenente coronel Aquilino José Pacheco, intendente municipal, e membros do Diretório Republicano e da Comissão de Agricultura do Município.
5. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, edições de 24.02.1901 e de 28.02.1901.
6. Além do edifício destinado à sede da escola, outros havia, remanescentes do Projeto Morimont, inclusive os alicerces de pedra de dois metros de altura. Pela primeira vez empregava-se o nome do engenheiro Morimont para relacioná-lo ao desastroso abandono do projeto: *"[...] por ser grandioso e dispendioso em excesso, foi abandonado pelo governo do Estado. Com tais alicerces e outros serviços inúteis foi dispensado mais de uma centena de contos".* Eram mencionadas a casa de morada, próxima ao rio e em estado de ruínas, antiga sede da fazenda que fora habitada por Luiz de Queiroz e esposa em 1892, depois convertida em sede da administração por Morimont, entre 1893 e 1896, a casa do diretor (futura); as dezesseis casas de tijolos, próximas ao Piracicamirim, destinadas aos trabalhadores; além de alguns poucos animais. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 28.02.1901. Encontramos, em outra fonte, informações complementares sobre os edifícios e benfeitorias existentes na Fazenda São João da Montanha, chamando a atenção a obra anteriormente começada, onde deveria funcionar no futuro a escola, ostentando alicerces de grande solidez, feitos de pedra e argamassa de concreto, com paredes de um metro de altura. Tratava-se de um edifício de grandes proporções, com 96 m. de frente sobre 25 m. de largura nos pavilhões e 14 m. na parte central. Além dessa, citavam-se a casa velha, as moradias dos colonos e empregados, a casa elegante destinada ao diretor, o armazém grande, a ponte nova sobre o Piracicamirim, mangueiras e estábulos, chiqueiros e cocheira. Cf. "Escola Agrícola 'Luiz de Queiroz'", *Correio Paulistano*, ed. de 04.06.1901, p. 1.
7. Encontramos essa descrição do antigo barracão transformado na primeira sede e sobre a escola, em geral, no *Correio Paulistano*. No museu, encontravam-se "coleções de espécies mais conhecidas por Museu Deyrolles", grandes caixas e estantes, coleções herbárias, de sementes, insetos, plantas têxteis, industriais e alimentares, maquinismos de fazer queijo e manteiga, modelos de ferraduras e arreios. No depósito de instrumentos agrários e utensílios da lavoura viam-se arados de diversos sistemas, capinadores, semeadoras, escarificadores, enxadas-cavalo, arrancadores de batata, debulhadores, corta-raízes etc. Havia viveiros de plantas úteis e terrenos lavrados para os ensaios com as culturas de trigo e cânhamo, para as experiências e exercícios práticos. Na fazenda anexa à escola, existiam 10 ha de terra lavrada ("Escola Agrícola 'Luiz de Queiroz'", *Correio Paulistano*, ed. de 04.06.1901, p. 1).
8. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 28.02.1901.
9. Quase tudo parecia perdido do espólio de Morimont; os edifícios arruinados, os aparelhos quebrados no posto meteorológico, gabinetes e laboratórios, os alicerces cobertos de mato, áreas culturais transformadas em charneca. Pouquíssima coisa restava, exceto o grande barracão e alguns aparelhos. Cf. Ofício de 20.03.1901, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME.
10. No mês de março, o diretor enviara à Secretaria da Agricultura uma lista de pedidos: 36 bancas-carteiras, duas balanças e diversos aparelhos mecânicos, entre eles uma charrua Brabant e um arado Dombasle nº 3-A, pertencentes ao antigo Instituto Zootécnico de Uberaba, MG, os quais se achavam expostos em hasta pública e podiam ser adquiridos por metade do preço. Cf. Ofício de 13.03.1901, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME. Observamos que o material foi comprado pelo governo paulista em 20 de abril, mas só chegou à Escola em 22 de junho, após a inauguração, vindo a suprir parte da deficiência de mobiliário.
11. Cf. Ofícios de 14.03.1901 e de 20.03.1901, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME.
12. Ao que parece, a *Gazeta* informou aos leitores com base no planejamento do dr. Uchoa Cavalcanti. A correspondência do dr. Ernesto Ferreira de Carvalho demonstra "quem tirou do papel" a recuperação do edifício e o adaptou aos fins educacionais.
13. Cf. Ofício de 20.03.1901, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME.
14. Cf. Ofício de 20.03.1901. *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME.
15. A *Gazeta de Piracicaba* comunicava: "[...] Faço público para conhecimento dos interessados que fica aberto, a partir desta data, a inscrição dos alunos que pretendem matricular-se no primeiro ano letivo da Escola". Como exigências, a apresentação de: ofício dirigido ao diretor; certidão de nascimento (a partir de 16 anos de idade); aprovação nas disciplinas preparatórias previstas no art. 74 do regulamento (português, francês, aritmética elementar e

noções elementares das ciências naturais); atestado médico de vacina nos últimos três anos e declaração de não ser portador de moléstia contagiosa. Eram aceitos os exames realizados nos estabelecimentos públicos ou nos particulares, quando reconhecidos pelo governo. Os candidatos não portadores desses certificados poderiam habilitar-se perante uma junta examinadora organizada na Escola. Durante trinta dias ficou aberta a inscrição para esse tipo de exame, devendo encerrar-se o prazo geral em 31 de maio. A matéria foi publicada, regularmente, a partir de 16 de abril. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, edições de 25.04, de 02.05 e de 16.05.1901.

16. O diretor julgava indispensável "[...] termos ao menos uma aula decentemente mobiliada por ocasião da solenidade da inauguração oficial da Escola, pois os nossos toscos bancos de pranchões pregados no assoalho da menor e mais escura sala do estabelecimento, bancos sem gavetas e nem o lugar para o tinteiro, não correspondem às exigências do ensino moderno, nem mesmo nas escolas primárias" (Ofício de 13.04.1901, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME). Embora no campo tudo estivesse preparado para os viveiros de plantas e as culturas experimentais, faltavam as sementes de trigo argentino, cânhamo, linho, cevada, capim jaraguá, favorito e gordura roxo. Cf. Ofício de 17.04.1901, *idem.* Quanto às verbas que se atrasavam, as suas palavras guardavam o mesmo tom das recorrentes súplicas de todos os diretores que passavam pela Fazenda São João da Montanha: "[...] rogo-vos, entretanto, providencieis quanto ao pagamento dos vencimentos relativos ao mês de abril próximo passado, visto como até esta data nenhuma ordem nesse sentido recebeu o respectivo Coletor" (Ofício de 17.05.1901, *idem*).
17. A concentração estava marcada para o dia 02 de junho, às 15 horas, no Largo da Igreja Matriz, de onde deveria tomar o rumo da estação da Sorocabana. Avisava-se que o dr. Luiz Pereira Barreto, que tanto prestígio desfrutava nos meios científicos e maçônicos, estaria presente na comitiva do secretário. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 02.06.1901.
18. Este era o jovem Carlos Thomaz de Magalhães Duarte, filho do médico e lente da 2ª cadeira, dr. Lacordaire Duarte, chegados de Minas Gerais. Cf. Ofício de 06.06.1901, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME.
19. José Ênio Casalecchi, *O Partido Republicano Paulista (1889–1926),* pp. 100 e seguintes.
20. "[...] Assim, a ala de Júlio de Mesquita, que se encontra sob a direção de Prudente de Moraes, não aceita o nome de Bernardino de Campos, afirmando que cabe ao partido decidir a questão" (Edgard Carone, *A República Velha* (*Evolução Política*), pp. 186-187).
21. Alfredo Guedes fora secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas durante o governo do Presidente Fernando Prestes de Albuquerque (10.11.1898–30.04.1900), sendo prestigiado pelo trabalho desenvolvido em favor do ensino público agrícola e do serviço agronômico. Fazendo parte do grupo pré-dissidente, não compareceu à solenidade de instalação da escola.
22. Entre os jornalistas, Armando Azevedo de *O Estado de S. Paulo*, Campos Porto de *A Tribuna do Rio de Janeiro*, também Plínio dos Reis e João de Sá Rocha de *O Correio Paulistano*. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 06.06.1901.
23. A edição de domingo, 02.06.1901, noticiava, em segunda página, que a inauguração da Escola "Luiz de Queiroz" devia ocorrer no dia seguinte. Na mesma edição, em terceira página, letra miúda, parte inferior da sétima coluna, completava a informação: "Segue hoje para Piracicaba o secretário dr. Antônio Cândido Rodrigues, acompanhado de convidados e jornalistas". Esclarecia que o Presidente enviava representantes e que o povo da cidade fora convidado a assistir à chegada da comitiva paulistana, mediante boletins distribuídos no sábado. Cf. "Os Municípios", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 02.06.1901. No dia seguinte, segunda-feira, em primeira página, o periódico continuava veiculando notícias velhas, como a reunião do Diretório do Partido Republicano de Piracicaba, em 01 de junho, para efeito de tratar "do melhor modo de receber o secretário" ("Os Municípios", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 03.06.1901. Na edição de terça-feira, em segunda página, espaço reservado aos municípios, avisava que em Piracicaba era preparada "uma grande manifestação de apreço ao ilustre dr. Luiz Pereira Barreto" (*O Estado de S. Paulo*, ed. de 04.06.1901).
24. Devemos a ambos as principais crônicas do evento. Ao primeiro: "Escola Agrícola Prática 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 04.06.1901, p. 2. Ao segundo: "Escola Agrícola Prática", *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 06.06.1901, p. 1.
25. O "burgo" dos Moraes Barros não parecia tão exclusivamente fechado. Na Câmara Municipal havia vereadores remanescentes dos partidos monarquistas, responsáveis pela branda oposição, o dr. Estevão Ribeiro de Souza Rezende (barão de Rezende), Teodolindo de Arruda Mendes e dr. Francisco Antônio de Almeida Morato. Isso fazia parte do jogo liberal dos oligarcas na política local; esses ilustres vereadores emprestavam respeitabilidade ao Legislativo.
26. Outros integrantes do cortejo: os vereadores, tenente-coronel Aquilino José Pacheco, Francisco de Oliveira Ferraz, Amador de Campos Pacheco e Pedro Alexandrino de Almeida, o juiz de direito dr. Rafael M. Cantinho, o juiz de paz dr. Francisco Borges, o presidente da Comissão Municipal de Agricultura dr. Buarque de Macedo e dois membros da mesma, Antônio de Oliveira Prado e José Gabriel B. de Mattos, o prof. dr. Antônio Pinto Ferraz, o diretor e os lentes da "Luiz de Queiroz", o dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, o dr. Antônio de Pádua Dias e o dr. Lacordaire Duarte. "Escola Agrícola Prática 'Luiz de Queiroz'", Cf. *O Estado de S. Paulo*, ed. de 04.06.1901, p. 2.
27. A Câmara Municipal não poupou despesas, tampouco as mais encomiásticas referências e discursos de ocasião. Ao *dessert* [sobremesa], o dr. Antônio de Moraes Barros

brindava, em nome da cidade, ao secretário e ao dr. Luiz Pereira Barreto. Aquele não respondeu, apenas delegou poderes ao jornalista João de Sá Rocha, do *Correio Paulistano*, jornal governista, para que apresentasse os agradecimentos e brindasse ao presidente da Câmara e ao deputado Antônio de Moraes Barros. Cf. "Escola Agrícola Prática 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 04.06.1901, p. 2.

28. Diante do público postado na praça e dos visitantes, assomados nas janelas do hotel, discursaram pela intelectualidade do partido local o dr. Antoninho (Antônio Pinto Ferraz) – este em nome dos manifestantes – e, em nome do partido, o deputado Antônio Moraes Barros, que evocou os méritos do dr. Luiz de Queiroz, o ilustre doador da Fazenda São João da Montanha ao governo de São Paulo, para efeito de nela instalar-se uma escola prática de agricultura (*Idem*, *ibidem*).
29. *Correio Paulistano*, ed. de 04.06.1901.
30. Cf. "Escola Agrícola Prática 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 06.06.1901, p. 2; "Recenseamento Federal de 1900", em Mário Neme, *Piracicaba*, 1936, p. 121.
31. Brazílio Machado era promotor público na cidade (1873-1876) quando escreveu o poema "Piracicaba", que acabou por atribuir-lhe o epíteto de "Noiva da Colina". Assinalando a fase da busca pela identidade nacional, a "noiva" do poema é uma índia, postada sobre a colina em que se assenta a cidade; a espumarada e a neblina sobre a caudal, provocadas pelo formoso Salto, compõem o véu da noiva, da "Noiva da Colina", onipresente no imaginário dos piracicabanos: "Sacode os ombros nus, ó Noiva da Colina / Que a luz da madrugada encheu o largo céu / E arranca-te das mãos o manto da neblina / Que ondula sobre o rio, enorme e solto véu" (1ª estrofe). Cf. Antônio da Costa Barros (coord.), *Piracicaba Noiva da Colina*, p. 12, 1975. No início do século XX, Piracicaba destacava-se entre os municípios paulistas por seu plano de saneamento e infra-estrutura urbana, levado a efeito pela Câmara Municipal, cujo mentor fora o dr. Paulo de Moraes Barros, político e médico sanitarista. Praças arborizadas, ruas limpas e perfiladas, era tida como a *pérola dos paulistas*, a quinta cidade do Estado de São Paulo em população e, na segunda década, a primeira em escolas, só perdendo para a capital. Foi quando recebeu o epíteto de que mais se orgulha, o de *Ateneu Paulista*, conferido por Roberto Capri no *Libro D´Oro dello Stato di S. Paolo*, p. 576.
32. Nada fazia lembrar aquele primeiro de abril de 1896. Demorou dois anos para a retomada do interesse pelo projeto e o reinício das obras da Escola. Estas só ocorreram por iniciativa do presidente Fernando Prestes de Albuquerque (10.11.1898 a 01.05.1900), porém fizeram-se ao sabor do improviso, cabendo ao diretor interino lutar contra o tempo e a precariedade de recursos materiais.
33. Cf. *Correio Paulistano*, ed. de 04.06.1901.
34. Escrevendo de Piracicaba, o repórter comunicava, via despacho telegráfico, a notícia do ato inaugural. Antônio Cândido Rodrigues fora secretariado pelo ex-presidente Prudente de Moraes, pelo dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, diretor da Escola, e pelo dr. Antônio Alves de Carvalho, secretário da Agricultura do Rio de Janeiro. Cf. "Piracicaba", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 04.06.1901, p. 2. Juvenal do Amaral, da *Gazeta*, sintetizou o discurso do secretário: Naquele local estava a plantar "[...] o primeiro marco de uma nova estrada de progresso, inaugurando esta escola onde se verá difundido o ensino agrícola sobre as bases da ciência". Recordava o nome do benemérito Luiz Vicente de Souza Queiroz, "[...] doador da Fazenda São João da Montanha, prematuramente morto, sem a satisfação de ver colhido um fruto sequer da grande planta que semeara". Na oportunidade, agradecia em nome do governo à viúva, dona Ermelinda Ottoni de Souza Queiroz, pela honra da sua presença naquele ato, antes de dar por instalada a Escola Agrícola Prática. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 06.06.1901.
35. Ata da Sessão Inaugural de 03.06.1901, transcrita no *1º Livro de Atas das Sessões Solenes* da Esalq, AE.
36. Observa-se que estes pronunciamentos não foram transcritos em ata, salvo o discurso do diretor.
37. O seu discurso será analisado adiante, pp. 284-295.
38. Cf. Ata da Sessão Inaugural, transcrita no *1º Livro de Atas das Sessões Solenes* da Esalq, AE. De acordo com outra fonte, teria afirmado ser "[...] aquela festa a glorificação da ciência" (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 06.06.1901).
39. O confronto entre os dois documentos referentes ao episódio inaugural sugere desacordo entre as versões atribuídas a Prudente. A ata lavrada *in loco* pelo dr. Antônio de Pádua Dias afirma que Prudente lembrara os nomes daqueles que cooperaram para a fundação da escola, entre eles os referidos secretários e o dr. Luiz Pereira Barreto. Já *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 04.06.1901, afirma que Prudente saudara os três supracitados como sendo os verdadeiros fundadores da escola. Ficamos com o matemático dr. Antônio de Pádua Dias, pois considerar três fundadores tão desassociados entre si é dar um peso desconhecido ao objeto. Luiz de Queiroz é considerado justamente, na Esalq, como o idealizador e o pioneiro na sua realização. Naquele três de junho estavam pendentes outros interesses.
40. Outra fonte refere-se ao destaque dado por Prudente de Moraes aos principais nomes ligados à escola, o doador, Luiz Vicente de Souza Queiroz, o ex-secretário Alfredo Guedes, que muito trabalhou para que a escola se tornasse realidade, "[...] que não de modo desorientado como os seus antecessores, criando edifícios fabulosos" – vemos que as farpas eram endereçadas a outro ituano, Jorge Tibiriçá Piratininga, grande nome do situacionismo perrepista. Finalmente, destacava a pessoa do secretário Antônio Cândido Rodrigues, que não deixara interromper os trabalhos da instalação da escola. Esta constituía, verdadeiramente, o mais importante passo para a emancipação econômica do Estado de São Paulo. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 06.06.1901.

41. A seqüência dos oradores: dr. Manuel Buarque Macedo, empresário local e presidente da Comissão Municipal de Agricultura, dr. Paulo de Moraes Barros, presidente da Câmara Municipal, dr. José Amandio Sobral, inspetor agronômico do 5º Distrito, prof. João Aranha, diretor da Escola Complementar, prof. Miguel Carneiro, diretor do Grupo Escolar "Moraes Barros", o aluno matriculado Elias de Paula, em nome dos alunos do novel estabelecimento, o jornalista Campos Porto, em nome da imprensa do Rio de Janeiro, e Armando Azevedo, representante de *O Estado de S. Paulo*. Cf. "Piracicaba" (por despacho), *O Estado de S. Paulo*, ed. de 04.06.1901, p. 2.
42. No cair da tarde, a família Moraes Barros ofereceu um jantar ao secretário e a sua comitiva. Ao *dessert*, sucederam-se os discursos, havendo sido saudados Antônio Cândido Rodrigues, o dr. Luiz Pereira Barreto, a imprensa e o governo do Estado de São Paulo. A dar-se crédito ao repórter, o clã político de Prudente de Moraes, na intimidade, permitia-se a certas concessões, embora o nome de Rodrigues Alves permanecesse impronunciado, o que explica a discrição do secretário, que só se comunicou através do seu porta-voz, o jornalista Sá Rocha, do *Correio Paulistano.* Cf. "Piracicaba" (por despacho), *O Estado de S. Paulo*, ed. de 03.06.1901, p. 2.
43. Referiam-se ao recrudescimento do catolicismo radical, não desassociado de elementos monarquistas, ao qual somava-se a investida dos jesuítas no campo da Educação. Cf. *O Estado de S. Paulo*, ed.de 03.06.1901, p. 2.
44. Cf. "Escola Agrícola Prática 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 05.06.1921, p. 2.
45. Cf. "Escola 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 10.06.1901, p. 1.
46. Cf. "Escola 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 10.06.1901, p. 1.
47. Cf. "Escola 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 10.06.1901, p. 1.
48. Aos efeitos *literários* o diretor atribuía a ação dos publicistas: Assis Brasil, Luiz Pereira Barreto, Domingos Jaguaribe, Léon A. Morimont, Carlos Botelho e Luiz de Queiroz. Aos efeitos "operatórios" atribuía o desempenho dos políticos progressistas no Congresso, os autores de leis e projetos: Domingos Jaguaribe, Antônio Prado de Queiroz Telles, Francisco Malta. Por efeitos *operatórios* entendia as iniciativas de ordem prática, como a de Luiz Pereira Barreto, em proveito da escola de viticultura, ou as atividades nas colônias agrícolas, na pesquisa, nos altos estudos e na "Luiz de Queiroz" (*Idem, ibidem*).
49. "Escola 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 10.06.1901, p. 1
50. *Idem, ibidem.*
51. "Escola 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 10.06.1901, p. 1.
52. *Idem, ibidem.*
53. "Escola 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 10.06.1901, p. 1.
54. A lei nº 678, de 13.09.1899, organizava o Serviço Agronômico do Estado de São Paulo, que ficava adstrito à chamada 3ª Seção da Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O serviço agronômico compreendia o ensino agrícola prático profissional, sem prejuízo do ensino superior de agronomia, já criado na Escola Politécnica (art. 1º, parágrafo primeiro e art. 3º da lei). As bases organizacionais do ensino profissional agrícola a ser ministrado nas escolas práticas de agricultura, bem como as diretrizes pedagógicas da primeira delas, a ser implantada em Piracicaba, achavam-se contidas entre os artigos 3º e 14º da referida lei.
55. Na diretoria Geral da Instrução Pública, o modelo das escolas complementares (escolas-modelo de segundo grau, com quatro anos de duração) começava a ser instalado com sucesso, a partir de 1895. A Escola Normal de São Paulo, reformada pelas leis nº 27 de 12.03.1890 e lei nº 88 de 08.09.1892, destinava-se a suprir a escola pública de instrução primária. As escolas-modelo anexas lhe eram complementares na obra de renovação do ensino iniciada por Caetano de Campos. Como a Escola Normal revelou-se incapaz de atender à demanda crescente da clientela de primeiro grau, os complementaristas obtiveram o direito de lecionar nas escolas públicas. Em 1897, foram instaladas três escolas complementares: no bairro da Luz, em São Paulo; em Piracicaba; e em Itapetininga. A de Piracicaba foi criada em dezembro de 1896, sob o governo de Campos Sales, achando-se na presidência da República Prudente de Moraes. Em 1900, graduava-se a primeira turma de quinze educadores, cinco homens e dez mulheres. Muitos normalistas se encaminharam para a escola agrícola, situando-se entre os jovens agrônomos, entre os primeiros lentes e primeiros pesquisadores. Observando-se as linhas gerais da evolução do ensino, vemos que em 1911 todas as escolas complementares se achavam transformadas em escolas normais primárias e a Escola Normal de São Paulo em escola secundária (dec. nº 2025, de 29.03.1911). Em 1920, todas as escolas de formação ao magistério público foram consideradas de tipo único (lei nº 1750, de 08.12.1920).
56. Não eram infundadas as razões do dr. Luiz Pereira Barreto ao emitir o desabafo: "[...] a questão capital para nós, hoje, não é a de braços, mas sim, a de cabeças" (Escola Prática de Agricultura II, *O Estado de S. Paulo,* ed. de 26.03.1895, p. 1). Naquela data havia muitos alunos matriculados. O diretor referia-se, com alguma surpresa, a trinta alunos prontos para o início dos trabalhos. Na lista de matriculados no primeiro mês de funcionamento apenas encontramos 25. A evasão logo surpreendeu. Chamava a atenção a participação maciça dos piracicabanos, cabendo destaque ao clã dos Sampaio, freqüentadores da extinta Sociedade Propagadora da Instrução, na qual João Manoel de Moraes Sampaio era o maior acionista e presidente. Os Sampaio integravam o grupo oligárquico de Prudente de Moraes, empenhadíssimos na instalação da escola, porém a sua evasão no primeiro ano foi surpreendente.

57. "Escola 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 10.06.1901, p. 1.
58. A partir das proposituras do governo, mediatizadas pelo seu porta-voz no ato inaugural, ficavam estabelecidas nos seguintes termos a relação com o patrono:

    1. Personalidade visionária, idealizador de uma escola moderna. A escola agrícola foi o sonho que perseguiu durante toda a sua vida, assinalada por relevantes serviços prestados a Piracicaba. Viveu pouco, realizou muito. Ermelinda Ottoni, a sua amada, foi-lhe esposa dedicada, fiel a sua memória.

    2. Figura de modernizador, avançado para a época. Tentou um projeto de ensino pioneiro e prático na agricultura racional, de utilidade pública para a lavoura paulista. Foi incompreendido em vida.

    3. Modelo de virtudes cívicas em defesa dos interesses nacionais. Benemérito doador da Fazenda São João da Montanha, o seu desprendimento destinava-se a reproduzir a experiência estrangeira da educação agronômica junto à mocidade paulista.

    Ao reconhecer-lhe os méritos, o diretor propunha, em nome do governo, honrar e perpetuar a sua memória, reafirmando a disposição de fazer desse estabelecimento um centro de atração para os que se dedicassem à cultura do solo e, ao mesmo tempo, um foco de irradiação do ensino profissional. Ao dar continuidade às palavras do primeiro diretor, no ato inaugural, propunha-se a homenagear o patrono "[...] por obras, melhor do que por palavras". Ficavam assentadas e preestabelecidas as bases do "quase" mito "Luiz de Queiroz", que nos chegaram intactas ao presente. O êxito da escola, assegurou bronzes levantados em sua homenagem. Como já nos referimos, na lápide, sob a qual estão os seus despojos, assentada no parque, diante da sede da escola, encontra-se a inscrição: "A Luiz Vicente de Souza Queiroz – O teu Monumento é a tua escola".
59. A proposta partira do secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antônio Cândido Rodrigues, certamente movido pela lembrança dos tempos difíceis em que se empenhara nos debates do Congresso paulista em favor da agricultura científica, época em que a iniciativa de Luiz de Queiroz era um exemplo isolado e abortado pela intransigência governamental. Cf. Elza Nadai, *op. cit.*, pp. 150-51 e Edmar José Kiehl, *op. cit.*, p. 18. Se o nome de Morimont continuava impronunciável e os Moraes Barros perseveravam na oposição intrapartidária, o falecido idealizador se sobrepunha com destaque por seu passado de político radical abolicionista e republicano. Era o nome que podia oferecer resistência ao prestígio do presidente Prudente de Moraes, uma vez que os defensores do projeto, em 1898-1899, a ela se referiam como a escola dos "Moraes Barros". Em fase de pré-dissidência no PRP, o situacionismo não entregaria nenhum triunfo à oposição formada em torno de Prudente, batizando a escola com o seu nome. Este tinha comprometida a saúde por incurável enfermidade, vindo a falecer no ano seguinte (03 de dezembro de 1902).
60. "Escola 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 10.06.1901, p. 1.
61. "Escola 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed.10.06.1901, p. 1.
62. *Idem, ibidem.* O diretor tocava em ponto delicado: a policultura intensiva era apresentada como proposta de solução aos males da monocultura extensiva praticada em São Paulo com base no café. Ali se achava presente o dr. Luiz Pereira Barreto, que havia décadas, sem receio de incorrer em impopularidade, vinha condenando a monocultura cafeeira, debatendo em favor de uma política nacional de agricultura diversificada, com base no conhecimento científico. Se os problemas do café, mercado, preço e mão-de-obra constituíam as preocupações dominantes no conjunto das reivindicações do setor agroexportador, quando dela se aproximavam os veículos de defesa da modernização, poucos foram os lavradores progressistas e ilustrados que se colocaram na defesa do ensino agronômico, enfrentando a insensibilidade dos grupos oligárquicos. Não raro, associavam-se à mentalidade conservadora, aos preconceitos contra as especulações teóricas ou científico-experimentais e contra a diversificação da lavoura. Para eles *o café dava para tudo*.
63. Como zootecnista e homem de ciência, o dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho sabia que uma agricultura nacional não se improvisava com simples apelos à importação de *know-how* belga, francês, alemão ou americano. O Brasil precisava demonstrar à sociedade internacional e a si mesmo que possuía condições climáticas e geológicas compatíveis com as necessidades da policultura e da fixação dos grupos imigracionais. A ciência como fator de produção e desenvolvimento econômico esbarrava na mentalidade dos fazendeiros e no próprio capital humano. Em Piracicaba estaria apenas se descortinando o penoso caminho para a construção da ciência agronômica dentro das características brasileiras.
64. Cf. "Aos Republicanos de São Paulo", *O Estado de S. Paulo*, edições de 12.11.1901, de 13.11.1901 e de 14.11.1901.
65. No cap. II do Manifesto Político aos Nossos Concidadãos – *A Cisão*, esses motivos são reconhecidos e denunciados como parte das imposições arbitrárias da "Política dos Estados", construída por Campos Sales. Cf. *O Estado de S. Paulo*, ed. de 06.11.1901, p. 3.
66. Cf. José Enio Casalecchi, *op. cit.*, pp. 101-103.
67. Um extrato do discurso do deputado Edmundo da Fonseca, proferido na Câmara, em 11 de setembro, dava a cisão como uma reação inevitável aos desacertos do PRP, associados ao afastamento dos princípios liberais por parte do presidente, numa fase de crise generalizada da República, agravada pelo temor da restauração monárquica. Temor que não parecia infundado, tantas as articulações do grupo que se reorganizara, após a conciliação entre Ouro Preto e João Alfredo, mantendo forte atividade em São Paulo e no Rio de

Janeiro: "[...] se não soubermos reagir [...] os restauradores da Monarquia com o sorriso nos lábios virão assistir aos funerais da República [...] o sr. Campos Sales passará à História com o nome de coveiro da República". Cf. "A Cisão em São Paulo", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 13.09.1901.

68. *Manifesto dos Dissidentes* em 07.09.1901.
69. Cap. III do "Manifesto Político aos nossos Concidadãos", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 06.11.1901, p. 3.
70. A "republicanização da República" significava naquela época: "[...] a liberdade do voto, a preponderância da soberania popular, a colaboração dos mais hábeis e dedicados na administração pública, a economia dos dinheiros do povo, a redução dos impostos, a reconstituição das finanças da República e do Estado, sem o sacrifício das finanças dos contribuintes" (*O Estado de S. Paulo,* ed. de 14.12.1901). Também, Sílvia Levi-Moreira, *Liberalismo e Democracia na Dissidência Republicana Paulista*, tese de doutorado apresentada ao Depto. de História da FFCH-USP, 1991.
71. "Escola 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 10.06.1901.
72. Uma comissão de alunos pedia que se encaminhasse ao secretário uma representação coletiva para a questão dos transportes. Tanto o diretor quando os professores se posicionaram favoravelmente, por tratar-se de um problema que "[...] afeta seriamente o ensino e o funcionamento da Escola" (*1ª Livro de Atas da Congregação*, 3ª Sessão Ordinária de 05.08.1901. AE). O diretor pensara em adquirir um *char à bancs* com lotação para oito pessoas, ou alugar troles na cidade, mas os valores se tornavam proibitivos para a receita da Escola. A alguns alunos ofereceu cômodos em três casas do *campus*, que foram recusadas, porque a maioria pretextava residir na cidade: "[...] Estes fatos mostram que seria inútil estabelecer-se aqui uma hospedaria para alunos", escrevia o dr. Ernesto Ferreira de Carvalho. Cf. Carta do diretor ao secretário da Agricultura, datada de 06.08.1901, *1ª Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME. Frente às dificuldades, aventou-se aceitar o oferecimento do proprietário do Engenho Monte Alegre, dr. Antônio Alves de Carvalho, que se comprometia a custear o transporte em novo trecho de ferrovia, desde que o Estado fornecesse um carro de terceira classe de passageiros (alunos) e assentasse o leito dos trilhos, despesa orçada em 25 contos de réis (*Idem, ibidem*).
73. Alguns dias depois, regressava de São Paulo, onde fora conferenciar com o secretário da Agricultura, o dr. Paulo de Moraes Barros, presidente da Câmara Municipal de Piracicaba. A pauta da reunião cuidava dos problemas candentes, acomodação dos alunos e transporte escolar, acertando-se que a linha de bondes fosse construída em vez da hospedaria, devendo constar no orçamento vindouro a verba especialmente concedida pelo governo. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, edições de 22.08.1901, de 06.10.1901 e de 10.10.1901.
74. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Domingos Corrêa de Moraes (vice-presidente do Estado) pelo dr. Antônio Cândido Rodrigues, secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, 1902.
75. As 3ª e 4ª cadeiras permaneciam sem regentes. Na 4ª cadeira eram previstos estudos de agrologia, de geologia agrícola, de diversos métodos de lavoura e correções físicas do solo; de agricultura especial; de noções gerais de economia. Na 5ª cadeira eram previstos estudos de zoologia, zootecnia e patologia. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 15.06.1901, AE.
76. Ofício do diretor datado de 21.06.1901, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luz de Queiroz", ME. Também solicitava sementes de fumo, mamona e capim, para serem distribuídas aos lavradores da região, mas os entraves burocráticos retardavam as soluções. Tudo devia submeter-se ao controle e à aprovação do secretário da Agricultura, não apenas à contabilidade e às atas da congregação.
77. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, 2ª Sessão Ordinária de 15.07.1901, AE. O secretário exigia obediência irrestrita ao regulamento, "[...] apesar da proposta de reforma da distribuição das matérias de ensino teórico ter sido bem elaborada" (Ofícios do secretário datados de 14.07.1901 e de 15.07.1901, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME).
78. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 28.10.1901, AE.
79. Em suas observações de diretor deposto "politicamente", nada tinha a objetar contra a substituição, lembrando que "[...] quem aceita o lugar de diretor de Escola deve saber que ela terá de ser fiscalizada pelo inspetor, pessoa de confiança do governo" (*1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 28.10.1901, AE).
80. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 28.10.190, AE. Escrevendo ao secretário da Agricultura, o novo diretor parecia convicto de que "a reorganização da Escola consistia em colocar em prática o Regulamento da Escola, salvo medidas especiais" (Ofício ao secretário, datado de 08.11.1901, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME).
81. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 28.10.1901, AE.
82. *Relatório* apresentado ao dr. Domingos Corrêa de Moraes (vice-presidente do Estado) pelo dr. Antônio Cândido Rodrigues, secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, 1902. Observamos o quanto era desconfortável a situação do dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho. Na lista de eventuais substitutos do diretor, o seu nome constava em último lugar e, em penúltimo, o do dr. Lacordaire Duarte. O seu programa de ensino foi rediscutido. Feitas as modificações, o dr. Sobral exigiu-lhe a inclusão de "um pequeno curso sobre avicultura". À margem de um bilhete que faz parte da correspondência de 13.02.1902, encontramos, a lápis, o desabafo: "[...] só de um galego"

(*Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME).

83. *Relatório* apresentado ao dr. Domingos Corrêa de Moraes (vice-presidente) do Estado pelo dr. Antônio Cândido Rodrigues, secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, 1902.
84. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*. Sessão Ordinária de 05.11.1901. AE. Os exercícios práticos de sexta-feira eram destinados aos trabalhos nos armazéns, nos museus e outros locais. Em condições normais, diariamente deviam realizar aulas teóricas e práticas, embora os trabalhos práticos de agricultura só devessem começar no segundo semestre, em razão de pertencerem à cadeira de agronomia, que seria lecionada no 2º ano.
85. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 14.12.1903, AE.
86. *1º Livro de Atas da Congregação,* Sessão Ordinária de 05.11.1901, AE.
87. *Idem*.
88. Na biblioteca da Esalq são encontradas edições posteriores a 1904.
89. Na biblioteca da Esalq (seção de livros antigos) pode-se encontrar: de V. Desplast, *Botanique: comprenant l'anatomie, la phisiologie et la classification*, Paris, Delagrase, 1894; também, de J. C. Carvalho Saavedra, *Zoologia Elementar*, 5ª ed., Lisboa, 1914.
90. Observamos que na Biblioteca da Esalq (seção de livros antigos) encontramos André Sanson, *Traité de Zootechnie*, 4ª ed., Paris, 1901, 5 vols. J. Buchard, *Constructions agricoles et architeture rurale*, Paris, 1889.
91. A relação completa das listas de pontos (seis) para as duas cadeiras encontra-se no *1º Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 02.12.1901, AE.
92. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 02.12.1901, AE.
93. No mês de dezembro, foi feita a regularização de um aluno ouvinte, que foi examinado e aprovado pela banca de professores. Tratava-se de Carlos Tomaz de Magalhães Duarte, que já efetuara o pagamento da taxa de 50 mil réis na Coletoria da cidade, ao apresentar-se para o curso no início do semestre. Como era habilitado até a 3ª série do Ginásio Mineiro, faltava-lhe completar o currículo para efetuar a matrícula legal. Como ouvinte, freqüentara as aulas, participara dos exercícios práticos do 1º ano, ao lado dos alunos normalmente matriculados. Aprovado, pôde regularizar a sua situação e freqüentar o 2º ano do curso. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 06.12.1901, AE.
94. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado, pelo dr. João Baptista de Mello Peixoto, secretário da Agricultura, ano de 1903.
95. Cf. Carta ao secretário da Agricultura, datada de 20.01.1902, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME. A montagem da estação meteorológica é uma prova dos entraves burocráticos que sacrificavam a escola. Em abril de 1902, passou a contar com um funcionário encarregado, mas faltava um mecânico para montá-la e retificar os instrumentos de precisão. Este chegou em maio, e a escola pôde enviar mensalmente, à Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, o mapa das observações realizadas. Cf. Cartas de 23.04.1902 e de 05.06.1902, *idem*, *ibidem*.
96. Cf. Carta de 21.01.1902, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME.
97. Cf. Ofício datado de 20.11.1901, *idem*, *ibidem.*
98. Carta datada de 19.11.1901, *idem*, *ibidem.*
99. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 19.05.1901.
100. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 08.08.1901.
101. Transcrevendo o artigo de Medeiros e Albuquerque, "A Política", publicado no *Correio da Manhã*, a *Gazeta* reforçava-lhe a crítica "[...] Prudente de Moraes vive esquecido, não exerce nenhuma influência política [...]. Na bancada paulista não são os valores republicanos os que mais se distinguem por dedicação ao presidente" (*Gazeta de Piracicaba*, ed. de 25.08.1901).
102. "Cisão do partido Republicano", artigo de *O Estado de S. Paulo*, transcrito na *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 05.09.1901.
103. Editorial da *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 12.09.1901.
104. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, edições de 15.09.1901 e de 22.09.1901. Posta nestes termos, a cisão do grupo de Prudente buscava mobilizar a opinião pública do 8º Distrito, veiculando as denúncias contra atos do mais puro coronelismo, a deposição da Câmara Municipal de Iguape, as perseguições à Câmara Municipal de São Simão e São João da Boa Vista, não se esquecendo os crimes de Araraquara ("Linchaquara") e o empastelamento do jornal *Comércio de São Paulo*, sob o mandato de Campos Sales. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, edições de 26.09.1901 e 29.09.1901.
105. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, edições de 06.10.1901 e 20.10.1901.
106. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 14.11.1901.
107. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 10.10.1901.
108. Cf. *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 14.11.1901.
109. *Idem*, *ibidem.*
110. *Idem*, *ibidem.*
111. Ofício do diretor ao secretário, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME. A insuficiência de verbas e o seu atraso eram as queixas recorrentes dos diretores. Por razões de economia, desde que assumira, o diretor cortara o subsídio ao transporte dos professores e empregados, entre a cidade e a escola, em carros de aluguel. O prof. Pádua Dias, que se transferia às próprias custas, pedia o ressarcimento de 97$000, relativo aos meses de novembro e dezembro do ano anterior. Cf. Carta de 10.02.1902, *idem*, *ibidem.*
112. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado, pelo dr. João Baptista de Mello Peixoto, secretário da Agricultura, ano de 1903. Originalmente, eram dez os alunos matriculados no 1º ano em condições normais e cinco como ouvintes, dos quais quatro prestavam os exames de habilitação.

113. O reordenamento dos conteúdos programáticos, proposto na última reunião de 1901 pela Congregação, em relação à 5ª cadeira, era absolutamente necessário (introdução à apicultura, sericicultura e piscicultura), provando-se a incoerência do Regulamento de 1900. Nesse particular, sobressaiu a ponderação do Professor Antônio de Pádua Dias ao secretário: "a bem do ensino metódico", pois o que o regulamento perpetrara "[...] assemelhava-se a uma distribuição de Matemática onde se começasse por Trigonometria, para depois ir à Geometria e depois à Álgebra e à Aritmética". Cf. Carta datada de 17.12.1901. *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME. O fato foi confirmado na 1ª ata de 1902. Firmou-se a ponderação e a respeitabilidade do prof. Dias como interlocutor junto ao governo. Quando veio a pleitear pequena alteração na ordem dos conteúdos programáticos em sua cadeira, pois desejava lecionar física no primeiro semestre e química no segundo semestre, o que ia contra a disposição do regulamento, o diretor, Amândio Sobral, que lhe era favorável, dirigiu-se ao secretário da Agricultura (Ofício de 24.03.1902) e obteve resposta positiva, após quinze dias. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 11.04.1902, AE.
114. Sobral referia-se ao êxito das escolas agrícolas práticas do exterior, principalmente nos EUA, onde os alunos praticavam todos os serviços, sem direito de escolher ou recusar, durante duas horas diárias. "[...] Tomei tal resolução de alternar os alunos nos serviços de campo, fazendo-lhes, todavia, ver que nenhum direito lhes assiste de escolher serviços por mais repetidos que sejam e qualquer que seja a sua natureza, isto em virtude da tendência que tenho notado por parte deles, para preferirem outros serviços julgando desnecessários outros ou por sua natureza ou por sua repetição" (Carta do diretor ao secretário da Agricultura, datada de 08.03.1902, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME).
115. O diretor justificava-se diante do que "[...] injustamente se queixavam alguns alunos, queixa de que não me admiro porque estou informado de que se queixam de tudo, o que não sucederia se eles não se sentissem apoiados por alguém que não tem da Escola agrícola prática noção verdadeira" (Carta de 08.03.1902, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME).
116. *Idem*, *ibidem.*
117. "[...] Muita gente, Exmo. Sr., fala em ensino agrícola, muita gente quer intervir nestas questões e fazer prevalecer a sua opinião [...] mas pouquíssimas são as pessoas que têm uma noção verdadeira de como deve ser ministrado o ensino agrícola [...] qual seja o fim social desta Escola e como ele deva ser conduzido para dar administradores de fazenda ou lavradores e não empregados públicos" (Carta de 08.03.1902, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME).
118. Carta do diretor ao secretário da Agricultura, datada de 21.03.1902, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME.
119. Carta do diretor ao secretário da Agricultura, datada de 28.02.1901, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME.
120. A suspensão das aulas reiteiradas vezes levou o dr. José Amândio Sobral a superar os preconceitos antidissidentes e dirigir-se ao intendente municipal, dr. Paulo de Moraes Barros, no sentido de apelar *"[...] ao prestígio que a Câmara goza junto às obras de educação"*, para solicitar-lhe a exceção dos reparos na estrada para a escola, que se achava intransitável, ainda no mês de abril. (Ofício ao intendente Municipal, datado de 25.04.1902. *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME).
121. Ofício do diretor ao secretário da Agricultura, datado de 21.03.1902, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME.
122. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, sessões de 14.12.1901 e 09.01.1902, AE.
123. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, sessões de 06.05.1902 e 16.06.1902, AE.
124. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação,* Sessão Ordinária de 06.05.1902, AE.
125. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 06.05.1902 e Sessão Extraordinária de 02.06.1902, AE.
126. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 02.06.1902, AE.
127. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 15.07.1902, AE.
128. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 16.05.1902 e Sessão Ordinária de 08.03.1902, AE.
129. Cf. Ofícios ao secretário datados de 28.04.1902 e de 09.08.1902, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME.
130. Cf. ofícios de 28.04.1902 de 10.06.1902 e de 19.08.1902, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME.
131. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 11.04.1902 e Sessão Extraordinária de 16.06.1902, AE. Ofício datado de 04.06.1902, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME.
132. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 05.08.1901, AE.
133. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária e Sessão Solene da Congregação, em 03.06.1902, AE.
134. *Idem, ibidem.*
135. *Idem, ibidem.*
136. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*. Sessões de 12.06.1901, 14.06.1901 e 15.06.1901, AE. Ao despedir-se, o diretor Sobral lançava pesadas farpas à oposição local e ao diretor que o antecedera. A indisciplina dos alunos, que tanto o atribulara, referia-se por sanada, atribuindo-se as causas menos "[...] a eles do que à licença em que os deixava progredir e que foi por meses, durante a minha

administração, fomentada por quem tinha desejo de ver a atual diretoria desmoralizada" (Ofício ao secretário, datado de 23.06.1902, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola "Luiz de Queiroz", ME). O professor Luciano José de Almeida, lente da 4ª cadeira, permaneceu na condição de Interino, até a sua nomeação por decreto, em 26.06.1902. A transmissão do cargo deu-se em 05.07.1902. Cf. Carta de 05.07.1902, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME.

137. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 18.07.1902, AE.
138. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 05.08.1902, AE.
139. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 21.08.1902, AE. O diretor, dr. Luciano José de Almeida, escrevia ao secretário da Agricultura: "[...] o que me leva a crer que esse trabalho fora feito fora da escola de comum acordo e que o pedido de convocação da Sessão Extraordinária era apenas uma formalidade para dar cunho legal às emendas apresentadas" (Carta do diretor ao secretário, datada de 27.09.1902, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME).
140. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 11.09.1902, AE.
141. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*, p. 130-41, AE.
142. Cf. *Idem, ibidem.*
143. Alguns casos escabrosos ocorreram em 1902: desautorando a congregação, o secretário de Agricultura favorecia o aluno José Batista do Carmo Lopes, concedendo-lhe permissão para prestar exames das matérias na 4ª e 5ª cadeiras relativas ao segundo semestre do 2º ano. Semelhante era a situação de outro aluno, Marcelino Amâncio da Silva, do 1º ano. Diante da resistência dos lentes, que decidiram enviar ao secretário as cópias dos exames dos alunos "protegidos do poder", o caso arrastou-se até o mês de novembro daquele ano, encerrando-se com a decisão do secretário da Agricultura, desta vez favorável ao corpo docente. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 31.01.1903, AE.
144. O art. 101, em seu parágrafo único, previa a dispensa do aluno ao exame oral por motivo de enfermidade, assegurando-lhe o direito de uma segunda época no começo do semestre entrante ou no ano seguinte, a tempo de beneficiá-lo para matricular-se junto com os regularmente aprovados. Cf. dec. nº 683, de 29.12.1900, *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*, tomo X.
145. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado, pelo dr. João Baptista de Mello Peixoto, secretário de Agricultura, ano de 1903.
146. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado pelo dr. João Baptista de Mello Peixoto, secretário da Agricultura, ano de 1903.
147. Cf. *Idem*, *ibidem.*
148. Cf. *Idem*, *ibidem.*
149. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado, pelo dr. João Baptista de Mello Peixoto, secretário da Agricultura, ano de 1903.
150. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado pelo dr. João Baptista de Mello Peixoto, secretário de Agricultura. Ano de 1903.
151. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 08.11.1902, AE.
152. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 06.05.1902, AE.
153. *Idem*, *ibidem*.
154. *Relatório* apresentado ao dr. F. Rodrigues Alves, presidente do Estado, pelo dr. Luiz de Toledo Piza, secretário da Agricultura, ano de 1904, p. XII: "[...] a lavoura cafeeira se achava exclusivamente sobrecarregada, porque pagava tudo". Feitas as contas, apurava-se que o produto do trabalho do lavrador de café ficava assim repartido: uma parte para o colono (as suas retiradas de capitais), outra para as estradas de ferro (pagamentos de fretes) e o resto para o capitalista ou comissário. "[...] Ao poder público cumpre, portanto, intervir[...]"; o secretário defendia uma política capaz de: 1) aliviar a lavoura dos pesados encargos a que estava sujeita, principalmente no setor tributário; 2) impedir a expansão da cultura do café sobre as reservas de terras do Estado de São Paulo disponíveis para outros gêneros (cerca de 2 milhões e 500 mil hectares), revertendo na variedade da produção, no barateamento do custo de vida e das despesas de produção. Lembrava que o Estado de São Paulo possuía outras duas fontes de produção industrial, no açúcar e na tecelagem do algodão, e poderia abastecer-se exclusivamente da matéria-prima regional. Tal não acontecia em virtude da política dos fretes (criada para facilitar os interesses do café), que tornava o produto importado mais barato do que o produzido no Estado.
155. As provas de admissão deveriam constar das seguintes disciplinas: português, francês, ciências naturais e aritmética. Quanto a elas não havia dúvida, porém as atribuições da aula de contabilidade agrícola dependiam de orientação fora do regulamento. Era ignorado se devia ser ministrada em ambos os semestres do 3º ano ou simplesmente no segundo semestre. Cf. *1º Livro de Atas* da congregação. Sessão Extraordinária de 10.01.1903, AE.
156. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 31.01.1903, AE.
157. Agudizada pelo clima da dissidência, a questão sobre o regulamento converteu-se em pomo da discórdia, acabando por separar os professores da direção. O dr. Luciano José de Almeida queixava-se ao secretário da Agricultura: "[...] Alguns artigos do regulamento são mal interpretados por alguns deles que pretendem chamar à Congregação atribuições que parecem pertencer à direção, e não deixa mesmo de haver aqui certa tendência para desprestígio do diretor, e sem razão de ser, o qual procura sempre manter a boa disciplina exigida na Escola" (Carta ao secretário, datada

de 15.01.1903, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME).

158. O dr. Lacordaire estivera gravemente enfermo no final daquele ano, licenciara-se e não concluíra o seu programa. O seu diário de classe foi examinado e sua "falha" interpretada como grande prejuízo à escola e aos alunos. Defendendo-se, apontava idêntica falha no curso ministrado pelo diretor, enquanto lente da 4ª cadeira. Lembrava que os itens sobre apicultura, sericicultura e piscicultura não se ajustavam na 2ª cadeira (biologia), pertencendo à 5ª cadeira por serem temas de zootecnia, citando em seu apoio, os autores de Brussard & Collin, entre outros. O diretor viu-se forçado a justificar-se minuciosamente, verificando-se que outros professores também não haviam concluído os seus programas. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 21.01.1903, AE. De acordo com os relatos de uma outra fonte sobre essa mesma sessão extraordinária, as falhas na distribuição das disciplinas e na elaboração de programas muito extensos nas cadeiras, particularmente, nas 3ª e 4ª, eram atribuídas ao dr. Gustavo D'Utra, antigo diretor da Escola Agrícola da Bahia e técnico na Secretaria da Agricultura. Cf. *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", p. 36, ME.
159. Os outros professores tinham problemas semelhantes e emprestaram inteira solidariedade ao dr. Lacordaire, uma vez que a questão motivadora da assembléia era bem outra e passava distante da polêmica aberta pelo diretor. Este, sentindo-se encurralado, defendeu-se em nome do zelo pelo cumprimento do regulamento, ameaçando apelar para o secretário da Agricultura, ao qual devia submeter a questão. A congregação aceitou que fosse enviada uma cópia da ata ao governador e pareceu romper, em definitivo, com o seu diretor e colega de docência. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 21.01.1903, AE.
160. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 21.01.1903, AE.
161. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 21.01.1903, AE.
162. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 31.01.1903, AE.
163. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 31.01.1903, AE.
164. A título de curiosidade, apresentamos a relação dos primeiros agrônomos formados pela Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" em Piracicaba: Carlos Tomás de Magalhães Duarte (filho do falecido professor Lacordaire Duarte), José Maria de Paula, Luiz Eugênio de Souza Nogueira, João do Amaral Mello, Odilon Ribeiro Nogueira, Otaviano de Morais Sampaio e José Baptista do Carmo Lopes. O paraninfo desta primeira turma foi o professor Aristóteles Pereira. Cf. *Livro de Atas das Sessões Solenes*, Sessão Solene de Diplomação em 23.11.1903, AE.
165. Cf. *Livro de Atas das Sessões Solenes*, Sessão Solene de Diplomação em 23.11.1903, AE.
166. *Relatório* apresentado ao dr. F. Rodrigues Alves, presidente do Estado, pelo dr. Luiz de Toledo Piza e Almeida, secretário da Agricultura de São Paulo, ano de 1904.
167. Cf. *Livro de Atas das Sessões Solenes*, Sessão Solene de diplomação em 23.11.1903, AE.
168. *Relatório* apresentado ao dr. F. Rodrigues Alves, presidente do Estado, pelo dr. Luiz de Toledo Piza e Almeida, secretário da Agricultura, ano de 1904.
169. *Relatório* apresentado ao dr. F. Rodrigues Alves, presidente do Estado, pelo dr. Luiz Toledo Piza e Almeida, secretário da Agricultura, ano de 1904.
170. *Idem*, *ibidem.*
171. *Idem*, *ibidem.*
172. *Relatório* apresentado ao dr. F. Rodrigues Alves, presidente do Estado, pelo dr. Luiz Toledo Piza e Almeida, secretário da Agricultura, ano de 1904.
173. "[...] Consta que o dr. Joaquim da Silveira Mello está incumbido pelo governo de elaborar um projeto de regulamento para substituir aquele em vigor e que estão previstas profundas modificações no atual programa de ensino" (Carta do diretor ao secretário, datada de 03.12.1903, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME).
174. O diretor parecia desorientado, no início de 1904: "[...] Com quem devo me entender a respeito dos trabalhos práticos?" (Carta do diretor ao secretário, datada de 01.03.1903, *Livro de Correspondência* da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", ME).
175. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. F. Rodrigues Alves, presidente do Estado, pelo dr. Luiz de Toledo Piza e Almeida, secretário da Agricultura de São Paulo, ano de 1904.
176. Os gastos com a fazenda-modelo representavam 32,5% da despesa geral com a escola, embora nela se concentrasse a fonte geradora dos rendimentos (*Idem*, *ibidem*).
177. Percalços dessa natureza levaram o professor Pádua Dias a lamentar-se do atraso em que se achavam os conteúdos programáticos da 1ª cadeira. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 11.06.1904, AE. O secretário Carlos Botelho atribuiu a reduzidíssima matrícula do ano de 1904 à desistência dos candidatos não residentes em Piracicaba e ao fato de se aguardar uma reforma iminente. Mas esta, por razões de governo, teve de ser adiada. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1905.
178. *Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1905.
179. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 09.05.1904, AE.
180. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 12.09.1904, AE.
181. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 03.10.1904, AE, e *Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá,

presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1904.

182. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 12.11.1904 e *Livro de Atas das Sessões Solenes*, Sessão de 19.11.1904, AE. Os cinco formados de 1904 eram Luiz Teixeira Mendes, Acácio Martins Ribeiro, Francisco de Oliveira e Silva Jr., Henrique César da Fonseca Vaz e José da Cruz Moraes Sampaio Filho.
183. Havendo o dr. Milton M. Underdown retornado aos EUA, a fazenda-modelo passou a ser administrada pelo sr. Lee Fergusson, durante curto período. Este era exímio arador, descendente dos confederados transferidos ao Brasil em meados do século XIX. A tradição oral da sua família lembra que prestara serviços à escola, instrumentando a aparelhagem mecânica, principalmente os aratórios.
184. Cf. Relatório apresentado ao diretor da escola pelo diretor da fazenda-modelo, correspondente aos meses de agosto, setembro e outubro, *Boletim da Agricultura*, 5(10):494-500, outubro de 1904.
185. Cf. *Relatório* apresentado ao diretor da escola pelo diretor da fazenda-modelo, correspondente aos meses de agosto, setembro e outubro, *Boletim da Agricultura*, 5(10):494-500, outubro de 1904.
186. *Idem*, *ibidem.*
187. *Idem*, *ibidem.*
188. *Idem*, *ibidem.*
189. Fontes consultadas para a elaboração das tabelas, dos gráficos setoriais e de barras: *1ª Livro de Atas* da Congregação, 1901-1906, AE; *Relatórios* do secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1900-1906, Daesp; *Esalq 75 (1901-1976). 75 Anos a Serviço da Pátria*, Piracicaba, ed. comemorativa, 1976; F. T. de Souza Reis, *O Ensino na "Escola 'Luiz de Queiroz'" de Piracicaba*, São Paulo, 1920.
190. *Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá Piratininga, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1905.
191. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 22.11.1904, AE.
192. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá presidente do Estado pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1905.
193. *Idem*, *ibidem.*
194. Tratava-se, no dizer do secretário da Agricultura ao presidente do Estado, daquele projeto de "[...] quando exercíeis o cargo que agora me confiastes, mandastes traçar pelo engenheiro Léon Morimont" (*Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1905). A referência ao Projeto Morimont se fazia *pela primeira vez*. Evidentemente, não seria aplicado na íntegra, pois o secretário era admirador confesso do sistema de agricultura dos EUA.
195. Justificava-se o secretário pelo transtorno: "[...] Assim se tornará menos penosa a freqüência dos alunos às aulas, dispensando-os de percorrerem diariamente distância entre a cidade onde residem e a fazenda onde eram dadas todas as aulas, bastando que o façam agora nos dias de aulas práticas no campo" (*Idem*, *ibidem*).
196. *Idem*, *ibidem*.
197. *Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1905.
198. Francisco Dias Martins, "Agricultura Racional na Escola Agrícola de Piracicaba", *Boletim de Agricultura*, 5(11):512-14, novembro de 1904.
199. Francisco Dias Martins, "Agricultura Racional na Escola Agrícola de Piracicaba", *Boletim de Agricultura,* 5(11):514, novembro de 1904.

2 | A Escola da Resistência

[...] Passou, felizmente, para a Escola Agrícola de Piracicaba a fase das dúvidas e das incertezas.
Dr. Francisco Dias Martins[1]

A Permanência do Saber Agronômico Institucionalizado

Questão recorrente entre os burocratas da Diretoria Geral, na Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, vazava nos moldes de *a quem ou a que* se devia atribuir o fracasso da primeira experiência da Escola Agrícola Prática de Piracicaba.

Prevalecendo os mesmos pontos de vista quanto à finalidade da escola, os seus objetivos, a sua natureza, o seu rol de elementos constituintes, a interrogação remete a uma questão de natureza epistemológica, intrínseca à concepção modular de *curriculum*, mais especificamente às áreas tripartites do saber institucionalizado, achando-se as ciências básicas lógico-matemáticas e naturais hipertrofiadas em relação às outras duas, agricultura e zootecnia, de natureza aplicada[2]. Ela remete também à contradição entre a concepção de ensino para o segundo grau presente no projeto Morimont e a concepção de ensino implícita no dec. nº 587, de 29.12.1900, que previa um "ensino elementarmente teórico e essencialmente prático" (parágrafo único, art. 7º), que era reclamado pela lei do Serviço Agronômico, lei nº 678, de 03.09.1899, em seu artigo 14.

A distribuição das disciplinas, sua organização em cadeiras numericamente identificadas, remontava ao projeto Morimont. A Politécnica já adotara idêntico processo em sua organização curricular de ensino. Quando se pensou na formulação da lei nº 587 (31.08.1898), com base modular tripartite, promoveu-se a criação de cinco cadeiras, das quais três correspondiam ao módulo das, assim chamadas na época, "Ciências Físicas e Naturais": a 1ª cadeira (física, matemática e mineralogia), a 2ª cadeira (botânica e zoologia-fitopatologia) e a 3ª cadeira (química inorgânica, orgânica e agrícola). Do hipertrofiamento das "matérias" eminentemente teóricas com relação às que integravam os outros dois módulos, teórico-

práticos ou técnicos (agricultura e zootecnia), derivou a natural propensão da escola, recriada em 1900, na direção da teoria e da pesquisa, embora sempre estivesse presente o empenho em corrigir os desvios na direção da ciência aplicada e do saber tecnológico. As dificuldades em promover o aparelhamento técnico e a busca de modelos adaptáveis para a "Luiz de Queiroz" acentuaram os avanços na organização dos conteúdos programáticos teóricos, em detrimento das horas-aula de ensino prático, a conseqüente falha detectada pelas autoridades da Secretaria.

Era visível o constrangimento dos lentes quando lhes foi negado, nos primeiros dias de funcionamento da escola, o pretendido remanejamento dos conteúdos teóricos com base nos dispositivos regulamentares contidos no dec. nº 683-A, de 29.12.1900[3]. O desconforto permaneceu, alimentado pela incompreensão e pela insegurança do momento político, revertendo em prejuízo do ensino técnico, fato observável no quadro da distribuição, desproporcional, das horas-aula de saber teórico com relação às de saber prático.

A Secretaria da Agricultura demorou em reconhecer a necessidade de melhor sistematizar o currículo da escola a partir de uma distribuição mais racional dos conteúdos programáticos no interior das cadeiras. Esse desacerto muito prejudicou o trabalho de docência, mas não deve ser considerado o único responsável pelo fracasso do projeto implantado em 1901. Peso negativo também coube à precariedade do transporte da cidade à escola, associada à falta de alojamento no *campus*, que vinha sem solução em virtude dos problemas políticos gerados pela dissidência e a conseqüente retaliação sobre o 8º Distrito por parte do PRP, que utilizava como pretexto a crise econômico-financeira experimentada pelo Estado de São Paulo.

Tais considerações levantam a primeira pergunta: *a que* atribuir tão grosseiras falhas do governo a respeito de um projeto longamente acalentado, que passara por tantos analistas durante a década anterior?

É fato que a dissidência (1901) arrefeceu a cooperação entre a Câmara Municipal de Piracicaba (em poder de Paulo de Moraes Barros) e a Secretaria da Agricultura; a ruptura entre o partido dissidente (PRDSP) e a situação majoritária no Legislativo (PRP) parecia irreversível. O isolamento a que Piracicaba foi submetida era parte da estratégia perrepista de penalizar a oposição. No Senado atuava Jorge Tibiriçá Piratininga, o protetor político do projeto de ensino técnico agrícola, desde que fora Secretário da Agricultura, em 1893; mas, perfilado com a maioria situacionista, não interveio a favor da "Escola dos Moraes Barros". Em virtude dos ressentimentos políticos, não se viabilizava a indispensável infra-estrutura ao projeto da "Luiz de Queiroz": a ligação viária para o percurso de 2,5 km que a separavam da cidade, o abastecimento de água e luz, a instalação de alojamento para estudantes. Tais deficiências materializavam-se em transtornos para os professores e alunos, em grande número de faltas nos dias em que o caminho se tornava intransitável devido às chuvas, contribuindo para o fraco rendimento do trabalho escolar, para a evasão do curso e seu abandono definitivo.

A pressa em inaugurar a escola para dar atendimento ao compromisso do Estado junto aos herdeiros do doador, em evitar a caducidade do acordo firmado com o próprio Luiz Vicente de Souza Queiroz, levou à instalação precária do curso. O 1º ano do curso, que devia ser

regularmente constituído de dois semestres, fora reduzido a apenas um (junho-dezembro 1901). Havendo por cessar efeito o contrato vigente no 1º semestre de 1902, a intenção era apresentar o curso já no 2º ano de funcionamento.

Uma segunda pergunta se impõe: a quem se destinava a Escola Agrícola Prática de Piracicaba?

Pelas exigências de idade mínima (dezesseis anos), pagamento de anuidade e escolaridade prévia de 1º grau, o agrônomo prático que a escola pretendia formar teria extração numa eventual clientela constituída pelos filhos dos proprietários e agricultores paulistas, oriundos da fracionada classe dominante da Primeira República[4]. Não obrigatoriamente. O agrônomo a ser diplomado destinava-se às funções de gerente ou chefe de culturas, devendo estar preparado para suprir as necessidades da lavoura relativas ao cultivo e administração de fazendas, alheias ou próprias – dotado de capacidade técnica para explorar racional e economicamente a terra[5]. Pela condição de agrônomo prático, formado numa escola pública, ele teria preferência a qualquer outro candidato para o exercício de cargos públicos de chefia nas lavouras experimentais (chefes de cultura) ou qualquer outra comissão dentro do serviço agronômico do Estado[6].

Como não se previam muitos bolsistas, ou a prática da caridade junto a órfãos e meninos pobres, era de se esperar que os novos técnicos saídos da "Luiz de Queiroz" estivessem destinados a funções de mando, em propriedade própria ou alheia, ou ao comando de equipes dentro do funcionalismo público – prática muito a gosto das frações da classe dominante, também extensiva aos emergentes da classe média urbana.

O regime de externato (art. 70, cap. X do Regulamento de 1900), reservado aos alunos matriculados, converteu-se num fato complicador à freqüência do curso. Em virtude da dissidência e das críticas do PRDSP, o governo acabou por isolar o 8º Distrito no Oeste paulista, fato que muito prejudicou a escola de Piracicaba. Não se criou o colégio-internato previsto por Morimont, não se construiu o pretendido alojamento para alunos não residentes em Piracicaba, restringindo-se o interesse por matrícula, inibindo-se a demanda por parte de uma clientela que deveria proceder dos municípios paulistas interligados pelos circuitos ferroviários.

Não se pode responsabilizar exclusivamente a crise da cafeicultura, ou a módica taxa de pagamento anual pelo pai agricultor, como o maior empecilho à matrícula de um jovem no curso técnico pioneiro. O município de Piracicaba (25.374 habitantes em 1900) arcou com a maior parte da demanda escolar. À medida que as dificuldades caíam no conhecimento público, a procura por matrículas no 1º ano decrescia, até a ameaça do fechamento do curso, por falta de demanda. Embora vocacionada para a "indústria" básica do país e única escola diferenciada do interior paulista, contrariava as expectativas, ao parecer condenada após poucos anos de funcionamento.

A terceira pergunta se insinua: até que ponto o problema de natureza epistemológica detectado na configuração curricular da escola respondeu pelo fracasso da primeira experiência?

Quando se pretendeu levar às últimas conseqüências a pressão do PRP sobre os dissidentes de Piracicaba, consentindo-se

no fracasso do projeto, surgiu o temor de fechamento da escola, sob a alegação de razões econômicas e pedagógicas. O fato foi amplamente denunciado pela *Gazeta de Piracicaba,* demovendo o deputado Antônio de Moraes Barros a levar o seu protesto ao Legislativo. Diante das alternativas fechar a escola ou reformá-la, a Secretaria da Agricultura optou por uma reavaliação do modelo, com base na experiência estrangeira, enviando um observador, o dr. Mário Amaral, em 1902, à Itália. No ano seguinte, o secretário Luiz de Toledo Piza e Almeida fazia o diagnóstico do ponto de vista didático: a distribuição das aulas teóricas do primeiro semestre de 1903 constituía-se num montante superior ao das aulas práticas (571 aulas teóricas contra 121 aulas práticas; estas apenas 21,19%), o que punha em xeque a natureza prática do curso, principal finalidade da escola, parecendo sentenciar à morte a experiência do ensino técnico[7].

Pode-se atribuir à inexperiência da Secretaria da Agricultura em matéria de política educacional, que tentava fazer face ao desafio do ensino técnico secundário na ausência de um modelo previamente testado com êxito no Brasil (apesar do funcionamento dos cursos de agronomia na Escola Agrícola da Bahia, na Politécnica de São Paulo e no Liceu Agrícola do Rio Grande do Sul), ou em virtude do otimismo saudável contido no Projeto Morimont, que continuava a servir de modelo, apesar de nunca haver sido viabilizado na prática. É inegável que a inexperiência didático-pedagógica se fez presente – provam-no as iniciativas de reformulação do ensino técnico por meio dos diversos regulamentos implantados a *posteriori* – mas isso só não explica o fracasso do primeiro projeto nem a obra salvacionista que se empreendeu em seguida.

Afirmá-lo, excluindo-se outros fatores, seria negar as dificuldades da época, inclusive subestimar a obra do legislador impersonalizado nos congressos legislativos da primeira década republicana, de criar na profusão de leis e decretos uma produção volumosa e, às vezes, contraditória para o ensino técnico. O exemplo negativo já fora dado com a lei nº 26, de 11.05.1892, que criou, de uma escola superior de agricultura, uma de engenharia e dez estações experimentais e que permaneceu sem efeito até ser parcialmente absorvida pela legislação que deu origem à Escola Politécnica e introduziu o curso de agronomia no currículo das engenharias.

Com relação à Escola Agrícola Prática de Piracicaba, Morimont previra outro ensino de segundo grau (idade mínima de dezoito anos e pré-escolaridade ginasial ou trazida das escolas complementares), que seria estabelecido com a primeira lei criadora da escola, a de nº 367, de 03.09.1885, em seu artigo 8º. Posteriormente, mudanças na política governamental levaram à nova lei nº 587, de 03.08.1898, criadora da escola, mas que em seu artigo 4º, parágrafo 3, estabelecia o descenso do nível da escolaridade, em favor do ensino rudimentar, desde que fosse o mais prático possível, enquanto não se pudesse instalar o segundo grau, previsto na lei anterior[8]. O dec. nº 611, de 09.11.1898, que regulamentava a lei nº 587, não especificava o grau, embora exigisse a idade mínima de quinze anos e a pré-escolaridade, suprimindo o título de agrônomo. Tampouco a fazia a lei do Serviço Agronômico (nº 678, de 13.09.1899), que nos artigos 3º e 14º, previa o ensino rudimentar, o mais prático possível, para todas as escolas de agricultura a serem introduzidas no Estado de São Paulo, a partir da experiência pioneira a ser implantada em Piracicaba.

Por exigência da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, para efeito de formalizar plenamente os dispositivos da lei do Serviço Agronômico, atribuiu-se nova legislação à Escola de Piracicaba, mediante o decreto nº 683-A, de 29.12.1900, que praticamente a recriava, enquanto lhe atribuía o regulamento definitivo. Restabelecia o título de agrônomo e garantia preferência na contratação pelo Serviço Agronômico do Estado de São Paulo. Era iniciativa do novo governo eleito, sendo presidente do Estado de São Paulo Francisco de Paula Rodrigues Alves, que acolhia Antônio Cândido Rodrigues como secretário de Estado nos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

No artigo 2º, capítulo I, sobre a escola e os seus fins, o regulamento de 1900 atribuía por finalidade precípua da escola difundir "as noções, preceitos e práticas mais úteis à Agricultura por meio de lições teóricas elementares sobre as diversas disciplinas que instituíam o seu programa", a par das demonstrações práticas que lhes eram correspondentes. Mudados os governantes, já não era o mesmo o interesse pela escola, porém, mantinha-se a disposição sobre o ensino prático.

Em 1901, prestes a instalar-se o curso, reafirmava-se a sua destinação teórica elementar e essencialmente prática (parágrafo único, art. 7º, capítulo II do regulamento de 1900). A pré-escolaridade exigida mantinha-se dentro do artigo 74 do regulamento de 1900, ou seja, em nível primário, confirmando-se em todos os dispositivos citados "o espírito que prevalecia sobre as intenções da lei do Serviço Agronômico".

O que parece haver passado desapercebido foi a contradição implícita entre esses dispositivos e o conteúdo dos artigos seguintes do regulamento, artigo 8º a artigo 12º, nos quais se informava sobre o currículo cientificado da escola a ser criada, com base nas disciplinas teóricas das cinco cadeiras previstas, mais dois cursos menores de desenho topográfico e agrimensura. Para atenuar o problema, nos primeiros dias de funcionamento da escola o professor Pádua Dias, sempre apoiado pelos colegas, viria a pleitear, sem êxito, o remanejamento dos conteúdos programáticos, tendo em vista a sua melhor sistematização[9].

No nascedouro, a escola já necessitava de um programa salvacionista, não de rearranjo das disciplinas na grade curricular. Se a distorção do legislador, atendendo às instâncias cientificistas da época, sobrecarregava de teoria a escola que outros desejavam elementarmente teórica, e a inflexibilidade do secretário da Agricultura inviabilizava a discussão sobre a organização dos conteúdos programáticos, cabia às contradições a maior parcela no fracasso do projeto de escola prática. Segundo os mestres, a escola prática, promotora do ensino técnico, não podia dispensar os conteúdos teóricos da ciência básica. Na pressa, para se evitar a caducidade do acordo da doação, não se deu conta de que a escola instalada poderia inviabilizar o projeto do ensino técnico. Outras dificuldades corriam por conta da descontinuidade na política administrativa dos governos e da inexperiência dos burocratas de carreira.

Quem focalizou a questão fundamental foi o lente dr. Lacordaire Duarte, da 2ª cadeira – "[...] as Ciências Naturais lecionadas nesta Escola não podem nem devem consistir em noções, porque destas já o aluno traz o respectivo exame"[10]. Era a fala de um homem que, enfrentando a morte (faleceria dois meses depois), se arriscava perante o partido na defesa das exigências

científicas. A rejeição ao ensino elementar das ciências básicas não implicava apenas na recusa do rebaixamento do nível da escola ou da pretendida *école pratique* francesa (nível primário superior ou correspondente ginasial), em favor de uma *école nationale* (de 2º grau ou médio superior) como Grignon, ou superior, como o Instituto de Gembloux.

Não se trata de negar ou aspirar a modelos estrangeiros, justamente porque naquela fase do nascente experimento do ensino técnico não se fazia concessões em termos do elenco das ciências básicas do currículo, ficando a *posteriori* a busca por uma escola brasileira de agricultura. A excessiva teorização de que se acusava a "Luiz de Queiroz" podia ser compensada por outras práticas educativas adequadas ao ensino técnico, como viria a demonstrar o futuro, sem prejuízo da ciência agronômica e da pesquisa.

Talvez possa contribuir para algum esclarecimento, saber-se que o currículo fora elaborado por um engenheiro agrônomo procedente do Instituto Bahiano de Agricultura, Gustavo Ferreira D'Utra. Alfredo Guedes, em seu relatório de 1899, como secretário da agricultura, referia-se à elaboração do regulamento da escola, o qual deveria encaixar-se dentro do espírito reformador que introduzia na Secretaria. Confirmava haver-se atribuído a incumbência ao diretor do Instituto Agronômico, o mesmo que ocupara o cargo de diretor da Escola Agrícola da Bahia (Instituto Bahiano de Agricultura), ressalvando que o dr. Pereira Barreto contribuíra com ligeiras emendas na formulação do regulamento elaborado[11]. É difícil saber a qual dos dois coube a "deslocação" de certos conteúdos de zootecnia para a 2ª cadeira, biologia[12], embora o zelo pela cientificação do currículo pudesse vir a ser compartilhado por ambos[13].

Se a questão-chave, epistemológica, estava na cientificação do currículo organizado e do qual resultou, na primeira experiência, uma escola considerada pouco prática e excessivamente teórica, afugentadora da demanda, tinha ele o apoio dos lentes que se empenharam por uma melhor sistematização do saber, mas sem rebaixamento do nível; mestres que, apesar do risco, atuavam em defesa da ciência agronômica. Esse espírito prevaleceu acima da incompreensão manifesta por parte das autoridades da Secretaria e do Governo – a velha animadversão para com a experimentação científica e a teoria – a mesma que já fora calvário para Daffert e Lehmann no Instituto Agronômico de Campinas na última década do século XIX.

O fato de os estudos agronômicos e a pesquisa científica não terem sido inteiramente assimilados pelos dirigentes políticos, salvo entre os representantes mais progressistas e membros da Intelectualidade, não invalida o esforço, mas explica, em parte, as distorções do legislador quanto aos dispositivos do regulamento ou a insensibilidade do Governo e das autoridades perrepistas para com a Escola Técnica de Piracicaba.

A Reforma de 1905 – 1908: Reação Salvacionista

Quando assumiu seu mandato presidencial no Estado de São Paulo (01.05.1904), Jorge Tibiriçá Piratininga designou para titular da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o piracicabano de origem, médico de formação européia e agrônomo prático, Carlos José de Arruda Botelho. A crise financeira do Estado e a desorganização da Secretaria parecem tê-lo deixado perplexo no primeiro

momento[14]. As mudanças administrativas e disciplinares na "Luiz de Queiroz" começaram a aparecer no segundo semestre de 1904, a partir da nomeação do novo diretor, o dr. Francisco Dias Martins, empossado em 31.07.1904, e da contratação do professor da Universidade de Illinois, John William Hart, para a direção da fazenda-modelo. Em breve iniciavam-se as construções, alargavam-se as áreas cultivadas, racionalizando-se ao máximo o trabalho no *campus*. No final de 1904, o secretário anunciava haver sido autorizada pelo Legislativo a reforma da escola, mediante novo regulamento.

Como homens de ciência, Jorge Tibiriçá Piratininga e Carlos José de Arruda Botelho compreendiam a posição dos lentes na defesa das ciências básicas prevalentes no currículo da Escola Agrícola Prática; as mesmas responsabilizadas pela teorização, julgada excessiva, em razão do grande número de reprovações e da evasão do alunado. O elitismo a que elas davam origem era compreendido pela Intelectualidade, permanecendo como marca original da escola e fulcro das futuras atividades de pesquisa, servindo para o entendimento de que a "Luiz de Queiroz" deveria oferecer, para os jovens que desejassem buscar o conhecimento das práticas agrícolas indispensáveis à exploração racional da terra, outras oportunidades que não meramente aquelas previstas no regulamento anterior. Os novos alunos

> [...] poderão ser desde o filho do colono ou do pequeno agricultor, no 1º grau, até o agrônomo destinado a dirigir as mais vastas explorações agrícolas ou estabelecimentos oficiais de ensino ou demonstração, sem esquecer o curso médio do 2º grau, que o habilitará para o exercício dos cargos de administradores de fazenda ou os que pretenderem *explorar suas vastas propriedades de acordo com os princípios* agronômicos[15].

Tornar o curso mais atraente para a clientela em potencial, facilitar-lhe o ingresso dispensando os exames preparatórios para a matrícula, era assinalar que a escola estava aberta para outros segmentos da sociedade que não meramente os filhos dos produtores rurais. No entender dos reformadores da escola, seria possível conceber-se um sistema de graduação (graus) para o pequenino de origem imigrante, para o filho do sitiante e para os segmentos da classe dominante[16].

O regime da escola continuava sendo de externato e o curso era dividido em quatro graus distintos, correspondentes a onze trimestres. Os três primeiros graus correspondiam a um ano cada; o curso inteiro, a três anos, constituídos por três séries trimestrais (cap. x. art. 86 e 89 do regulamento de 1905). O quarto grau era dividido em duas séries trimestrais (Fig.37).

As exigências de matrícula previam idade mínima de dezesseis anos e certificado aptidão em "ler, escrever e contar", ou seja, conhecimentos elementares, além da taxa de anuidade (50$000) e atestado de saúde (art. 90º e parágrafos do cap. x do regulamento de 1905). O primeiro grau conferia o certificado de *charrueiro* (arador) e *abegão* (feitor) – nível elementar – e correspondia a três trimestres do 1º ano. Exigia-se um certificado de aprovação nas disciplinas do 1º grau para o acesso ao 2º grau. Este era considerado de nível médio e constava de seis séries trimestrais (a elementar inclusa), conferindo diploma de *administrador* ou *regente agrícola*.

No 3º grau exigia-se o diploma obtido no ano anterior. Era considerado de nível

"superior" e constava de nove séries trimestrais (incluía as seis anteriores), conferindo diploma de *agrônomo*. No 4º grau, chamado de *confirmação* ou de *recapitulação,* também se exigia o diploma do ano anterior. Habilitava-se o agrônomo para os "misteres mais elevados da Agricultura, considerada como Ciência, Arte ou Indústria". Constava de dois trimestres, durante os quais o agrônomo permanecia como bolsista num estágio onde pudesse realizar um trabalho monográfico (ou memória) sobre um tema escolhido nas áreas de agricultura, zootecnia, silvicultura ou indústria agrícola, para apresentá-lo à congregação, que lhe conferia o diploma de *agrônomo confirmado*. Ficava aberta a oportunidade de tornar-se bolsista no exterior, "especialmente nos Estados Unidos"[17].

Na abertura do relatório correspondente ao ano de 1905, o secretário da Agricultura regozijava-se pelo trabalho realizado naquele ano em favor da escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", as obras de construção quase concluídas e o novo regulamento em vigor, estabelecendo-se novos modelos de admissão e ensino, de forma a imprimir-lhe uma orientação materialmente prática. Importantes novidades começavam a ser introduzidas.

A nova política de ensino mantinha intocados os artigos definidores dos objetivos gerais e finalidade da escola, da metodologia e do ensino previstos no regulamento anterior. Fazia empenho no ensino "[...] intuitivo e largamente demonstrativo" (art. 18, cap. III), permanecendo o intuito original de ministrar o ensino técnico agrícola através das ciências básicas e aplicadas, mediante as lições teóricas e os exercícios práticos que integravam os programas das diversas cadeiras[18]. No inventário ampliado dos elementos constituintes do complexo educacional achavam-se incluídos o colégio, a fazenda-modelo, a fazenda anexa e os demais departamentos em expansão, destacando-se o posto zootécnico, pouco tempo antes construído, a oferecer condições para

			Agrônomo Confirmado	QUALIFICAÇÕES
		Agrônomo		
	Administrador ou Regente Agrícola			
Charrueiro e abegão				
1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	4 anos
1ºGrau (elementar)	2º Grau (médio)	3º Grau (superior)	4º Grau (especialização)	4 graus
3 séries trimestrais	3 séries trimestrais	3 séries trimestrais	2 séries trimestrais	11 séries trimestrais

Fig. 37. A seriação e os graus do novo curso, segundo o regulamento de 1905.

experimentos, operações cirúrgicas e aulas.

No elenco das disciplinas, a redistribuição pleiteada pelos lentes foi obtida sob a justificativa da racionalização e sistematização dos conhecimentos (art. 6º, cap. VI). Por exemplo: a 1ª cadeira perdia o programa de química inorgânica e elementos de mineralogia, recebendo, no programa de física, o capítulo sobre noções de mecânica (extraído da 4ª cadeira). Também recebia engenharia rural (extraída da 5ª cadeira). A 5ª cadeira recebia os conteúdos de apicultura, sericicultura e piscicultura extraídos da 2ª cadeira. Outra grande novidade era a criação da 6ª cadeira – higiene rural e medicina de urgência, quase um desdobramento da 4ª e da 5ª cadeiras, cujo lente seria o diretor da escola, dr. Francisco Dias Martins.

A vitória obtida com o remanejamento dos conteúdos não era completa, pois entre os professores individualizados e a congregação intermediava a figura do diretor, responsável pelo regime científico, pela administração interna e pela autoridade. Acima deste, o secretário da Agricultura mantinha-se hegemônico.

As cadeiras receberam nomeada, física (1ª), química (2ª), botânica e fitopatologia (3ª), agronomia e silvicultura (4ª), zoologia, zootecnia e veterinária (5ª), higiene rural e medicina de urgência (6ª), seguidas dos dois cursos: agrimensura-desenho topográfico e contabilidade rural. A "matéria" geral lecionada devia distribuir-se pelas séries trimestrais, perfazendo cada grau de ensino. Os conteúdos básicos e técnicos (aplicados) eram distribuídos por disciplinas, integrando-se nos cursos correspondentes às cadeiras (art. 11, 12 e 13, cap. II).

As avaliações sobre o aproveitamento e a freqüência eram realizadas por trimestre; entre um e outro trimestre podia haver alguns dias sem aulas, reservados a excursões, quinze dias em junho ou férias, vinte dias em abril e 25 dias em dezembro/janeiro, (art. 10 e parágrafos, cap. II). As avaliações sobre o aproveitamento e promoção de grau também eram trimestrais, podendo ser parciais (abril, agosto e outubro) e anuais (art. 111 e 112, cap. XII). Elas constituíam-se de provas práticas, escritas e orais com pontos sorteados à urna. Em 1905, as provas práticas eram mantidas como eliminatórias e deviam anteceder às demais avaliações[19].

A tabela de remuneração dos lentes permanecia idêntica à de 1900. O salário mensal equivalia aproximadamente a 350$000, com gratificação, ou 233$000, sem gratificação (art. 15, cap. XVI).

Uma última advertência cabia aos professores: "[...] de modo que o ensino, em todos os seus ramos e graus, correspondesse ao espírito da instituição e às idéias que presidiam a sua reorganização" (art. 17, cap. II do regulamento de 1905).

Toma Configuração a Reforma: Ano de 1905

No início do verão de 1905, a Secretaria da Agricultura promoveu um trabalho de divulgação do ensino técnico agrícola da "Luiz de Queiroz", de forma a obter-se um elevado número de alunos candidatos à matrícula no 1º ano, sob o novo regulamento. Trinta calouros e um aluno repetente compunham a clientela escolar, 42 alunos ao todo, sendo quatro no 2º ano e sete no 3º ano.

Como parte das mudanças introduzidas, permitiu-se uma relativa flexibilidade na sistematização dos conteúdos programáticos, que deviam ser apresentados, junto com a listagem trimestral dos programas e as indicações

bibliográficas, para discussão na congregação. Mas a falta de liberdade para outras iniciativas gerava desconforto na congregação, oferecendo oportunidades a desentendimentos[20].

A falta de clareza nos dispositivos regimentais afetava a decisão dos mestres quanto ao abono das faltas por razões conhecidas ou circunstanciais; o expediente era usado como um dos poucos recursos contra os índices de evasão escolar, particularmente nos primeiros anos do curso, enquanto os governos, municipal e estadual, não davam solução para as dificuldades estruturais[21]. Assim, parecia oportuno e natural que o professor Antônio de Pádua Dias apresentasse uma proposta de abono das faltas dos alunos do 1º ano, no momento em que a congregação apurava a freqüência do primeiro trimestre "[...] não só por serem poucas, mas porque os alunos que agora iniciam o curso não estão ao fato das disposições regulamentares da freqüência às aulas e mais serviços escolares"[22].

Como saldo positivo do primeiro semestre, eram citadas as excursões realizadas nas férias do meio do ano no próprio município de Piracicaba e no Estado de São Paulo, até Ribeirão Preto. Essa prática, prevista no regulamento de 1905, foi uma inovação que se incorporou ao currículo da escola. Alunos dos três anos, acompanhados pelos lentes, conheceram estabelecimentos agronômicos, usinas, fábricas, exposições, diversas lavouras, como os famosos cafezais de Ribeirão Preto, colhendo conhecimentos práticos em agricultura geral, botânica, fitopatologia, agrimensura, química agrícola e industrial, zootecnia e construções rurais[23].

O segundo semestre se iniciou marcado pela conhecida evasão dos alunos do 1º ano, após o estágio sob o impacto do currículo centrado nas ciências básicas. A preocupação dos mestres quanto à diminuição da freqüência alimentava a disposição anterior de continuar abonando faltas, ao mesmo tempo em que se reivindicavam maiores recursos didáticos para o ensino. A ausência de publicações específicas levava à procura eclética de obras científicas estrangeiras, enquanto a falta de textos básicos para instrumentação em sala de aula gerava a produção de apostilas. Era grande a preocupação em se obter obras especializadas, nacionais ou estrangeiras, para suprir essa deficiência.

Na 2ª cadeira, o professor Abelardo Pompeu do Amaral alegava não poder apresentar o seu programa de segundo semestre, em virtude de não lhe ser permitido seguir o livro que indicara (*sic*) – motivo pelo qual colocava-se no aguardo do pronunciamento do secretário da Agricultura. Depois de espera infrutífera, acabou indicando uma boa obra existente em português, do conhecido autor Froost, *Química Orgânica.* Os demais professores, apesar da grande dificuldade enfrentada com os livros didáticos, apresentaram as suas indicações[24].

As Indicações Bibliográficas para o Ano Letivo de 1905[25]

1ª Cadeira
Aritmética Elementar – Trajano.
Casas Rurais – J. Danguy.
Geometria – Cabrita.
Trigonometria – FIC

2ª Cadeira
Química Mineral e Orgânica – Froost (1º Ano).
Chimie Organique – Oechsuer de Conick (2º Ano).
Les Engrais – Müntz & Girard (3º Ano).
Technologie Agricole et les Industries de la fermentation – Boulanger et Saillard.

Analyse et Essais des Matières Agricoles – Auguste Vivier (3º Ano).
Les Industries de la Terre – Larbaletrier.
Les Engrais pour Chimie Agricole – Larbaletrier.
Mineralogia – Lapparent.
Química Agrícola – Gain.

3ª Cadeira
Botânica – Pereira Coutinho.
Maladies des Plantes Agricoles – E. Prillieux.

4ª Cadeira
Le livre de la ferme – Jorgneaux.
Agriculture – Brussard et Corbelin.
Culture de Plantes Tropicales – Jumellle.
Cours d' Economie Rurale – Lecontreuse.

5ª Cadeira
Zoologia – Carlet Saavedra para o 1º grau.
Zootecnia – André Sanson para o 2º e 3º graus.
Zootecnia Especial e Veterinária – André Sanson (2º e 3º Anos).

6ª cadeira
Apostilas – 1º ano.
Higiene Geral – Laffond para o 2º grau.
Medicina – dr. Régnier para o 3º grau.
Higiene dos Estabelecimentos Coloniais – Reynard.
Manual do Soronista – Rymer et Desforges.

A grande dificuldade com relação aos compêndios didáticos levantou discussão e dividiu a congregação quanto à distribuição das apostilas. Houve controvérsia a respeito delas, se distribuídas gratuitamente ou vendidas. Os professores Abelardo Pompeu do Amaral e Germano Vert desejavam resguardar os seus direitos autorais sobre as publicações[26]. Como a sua atitude levantasse grande oposição, pareceu

Fig. 38. Ceres, a deusa do *agros* (terra cultivada) e os seu produtos. Postal.

prevalecer a sugestão do professor Pádua Dias, apresentada em reunião anteriormente realizada, no sentido de que os lentes que não tivessem compêndio hábil para as suas aulas escrevessem duas cópias de cada, para serem entregues à biblioteca.

Distribuição Comparativa das Disciplinas por Cadeiras e Conteúdos Programáticos

Persistiam as dificuldades no segundo semestre, evasão dos alunos do 1º ano, escassez de recursos materiais nos laboratórios e gabinetes. O professor da 2ª cadeira revoltava-se com a falta de aparelhos necessários às diferentes análises exigidas, avisando ao diretor que "[...] não podia realizar os exames práticos do 2º e 3º graus porque há mais de um ano reclamava insistentemente pelo instrumental de laboratório"[27].

Em meio às atividades de construção, transtornos e desconfortos de toda espécie, estavam as modificações no currículo, trazidas pela mudança de regulamento (Fig. 39). Por exemplo: química agrícola, fitopatologia e zootecnia especial passavam a

Regulamento de 1900	*Lente/cadeira*	*Regulamento de 1905*
1ª Parte: matemática elementar 2ª Parte: física, meteorologia e climatologia agrícola 3ª Parte: química inorgânica e elementos de mineralogia	Lente: dr. Antônio de Pádua Dias *1ª cadeira*: física e construções rurais	1ª Parte: aritmética, álgebra, geometria e trigonometria 2ª Parte: física, compreendendo meteorologia e noções de mecânica 3ª Parte: construções rurais
1ª Parte: botânica geral e agrícola 2ª Parte: fitopatologia 3ª Parte: zoologia com noções de entomologia agrícola, apicultura, sericicultura e piscicultura	Lente: dr. Abelardo Pompeu do Amaral *2ª cadeira*: química e tecnologia industrial *Obs. Posições trocadas das cadeiras de Botânica e Química em relação ao regulamento de 1905.*	1ª Parte: química mineral e noções de mineralogia 2ª Parte: química orgânica e agrícola 3ª Parte: tecnologia das indústrias agrícolas
1ª Parte: geologia agrícola 2ª Parte: química orgânica 3ª Parte: química agrícola geral	Lente: dr. Lacordaire Duarte (falecido) dr. Germano Vert (substituto e depois Lente) *3ª cadeira*: botânica e fitopatologia	1ª Parte: botânica (anatomia, fisiologia, classificação e geografia botânica) 2ª Parte: micologia 3ª Parte: fitopatologia
1ª Parte: agrologia, incluindo noções de mecânica aplicada às máquinas agrícolas, correções físicas do solo, processos de estruturação 2ª Parte: agricultura especial 3ª Parte: noções gerais de economia. Questões agrícolas. estudo dos instrumentos de produção	Lente: dr. Germano Vert (substituto) dr. Luciano José de Almeida (lente nomeado) *4ª cadeira*: agronomia e silvicultura	1ª Parte: agrologia 2ª Parte: arvicultura, horticultura, arboricultura, pomicultura e viticultura 3ª Parte: silvicultura. Economia e legislação rurais.
1ª Parte: zootecnia geral e especial. Princípios de construções rurais 2ª Parte: noções de anatomia, fisiologia, exterior de animais domésticos 3ª Parte: patologia, pequenas cirurgias e higiene veterinária	Lente: dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho *5ª cadeira*: zoologia, zootecnia e veterinária	1ª Parte: zoologia (anatomia, fisiologia e classificação) e arte veterinária 2ª Parte: zoologia especial (incluindo avicultura) 3ª Parte: entomologia agrícola, apicultura, sericultura
	Lente: dr. Francisco Dias Martins *6ª cadeira*: higiene rural e medicina de urgência	1ª Parte: higiene rural (geral) 2ª Parte: higiene rural (especial) 3ª Parte: higiene rural (continuação) e cirurgias rurais de urgência
I: agrimensura e desenho topográfico II: contabilidade rural	*II Cursos* Lentes: professor dr. Francisco Soares e dr. Antônio Augusto de Barros Penteado (substituto) Lente: professor Augusto Salgado	I: agrimensura e desenho topográfico: 2º Ano: topografia, planometria 3º Ano: nivelamento, drenagem, curvas de nível, irrigação. II: Contabilidade rural: sistemas de escrituração, aplicação da contabilidade à escrituração agrícola.

Fig. 39. Quadro comparativo dos cursos com base nos dois regulamentos, de 1900 e 1905.

ser ministradas no 2º ano. Veterinária saía do 3º ano e passava para o 1º ano. Incontinenti, os alunos formandos, ao tomar conhecimento das mudanças, passaram a negociar com a congregação a dispensa nos exames nessas disciplinas[28].

As Construções e os Melhoramentos

No plano geral das obras estava prevista a extensão dos recursos da infra-estrutura urbana na direção da escola, avenida de acesso, água, energia elétrica, iluminação, em simultaneidade com construções no interior do *campus*, posto zootécnico, pocilgas e depósito de máquinas agrícolas. O recinto se convertera, desde o final de 1904, num canteiro de obras, prevalecendo a construção do edifício do colégio-internato com todas as suas dependências e anexos, no conjunto de numerosas obras de apoio. Tratava-se da retomada do projeto que se desejara viabilizar em 1895-1896, acrescido das modificações indispensáveis "[...] a fim de que a Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" compreenda todas as práticas usuais e inerentes aos estabelecimentos congêneres"[29].

Na impossibilidade de utilizar-se a sede onde se ministravam dos cursos teóricos, o antigo barracão, as aulas foram transferidas para o prédio da rua Voluntários de Piracicaba, nº 777 (numeração atual). Carlos Botelho advertia:

> [...] provisoriamente serão instalados na cidade de Piracicaba os cursos teóricos, em prédio para isso, há pouco alugado. Assim se tornará menos penosa a freqüência dos alunos às aulas, dispensando-os de percorrerem diariamente a distância entre a cidade onde residem e a Fazenda onde eram dadas todas as aulas, bastando que façam agora nos dias de aulas práticas no campo[30].

Carlos Botelho afirmava haver incluído, nesse esforço pela conclusão das obras, três novas frentes de trabalhos, relativas ao aparelhamento da escola, à construção de um grande parque, junto ao edifício principal, e à contratação de profissionais especializados no exterior. Para integrar o corpo docente, chegara da Bélgica o professor Louis Misson, que assumira o exercício de 4ª cadeira[31], e, para a direção da fazenda-modelo, o dr. John William Hart (em substituição ao dr. Milton M. Underdown), que chegara no início do segundo semestre, ainda sem falar português.

Em dezembro de 1906, já se permitia uma visão de conjunto do complexo educacional: parque traçado, arruamentos interiores, oficinas, residências, casa de máquinas da fazenda-modelo, posto zootécnico e a sede monumental do colégio-internato, recentemente construída "[...] de acordo com o plano delineado", afirmava Carlos Botelho. Já se anunciava para breve a inauguração solene do edifício e demais dependências exigidas para a instalação adequada dos "serviços escolares" do ensino técnico, fato que viria a

> [...] marcar uma nova era no nosso ensino agrícola", reassegurava o Secretário. As obras do parque projetado por Arsène Puttemans se achavam na fase de provimento ao plantio das espécies vegetais "em maciços" para servirem ao ensino prático das cadeiras, principalmente, Botânica e Silvicultura. Os trabalhos de infra-estrutura se achavam concluídos, esperando-se para breve a inauguração da luz e da força elétrica fornecidas pela Empresa Elétrica de Piracicaba[32].

A horta e o pomar ficavam situados atrás da sede e achavam-se providos de coleções completas de plantas forrageiras, canteiros, árvores frutíferas e legumes. Contratara-se

um especialista em apicultura, que iniciara atividades em outubro. Da parte das iniciativas governamentais tudo parecia correr bem.

O Ensino em 1906

Foi no segundo ano da sua gestão na Secretaria da Agricultura que Carlos Botelho apresentou seu inventário pessoal das dificuldades experimentadas pelo ensino técnico agrícola da "Luiz de Queiroz". Em primeiro lugar, era necessário reconhecer que não se podiam esperar os padrões europeus de qualidade e eficiência, tendo-se em vista que, no Brasil, essa modalidade de ensino era uma novidade com relação à qual havia muita desinformação, insensibilidade à oferta e despreparo da parte da clientela. Impressionava-se com este último item, colocado entre as causas dos altos índices de não aproveitamento, reprovação e evasão escolar – que se podia perceber a partir do momento em que o candidato se apresentava à matrícula, mesmo quando portador da escolaridade prévia exigida pelos regulamentos[33].

As exigências regulamentares não podiam ser subestimadas, mesmo quando o matriculado fosse portador de alguma titularidade. Alunos gabaritados constituíam minoria. Segundo Carlos Botelho,

> [...] Quase todos os alunos dos 1º e 2º graus, para tornarem efetivas as respectivas matrículas têm de fazer exames preparatórios em janeiro do ano próximo futuro[34].

Essas mesmas limitações acabaram por compreender certo grau de relevância em atendimento ao interesse da sobrevivência da própria Escola:

> [...] Ainda não se pode exigir muito dos candidatos e alunos nas provas escritas e orais desses exames, considerando-se a necessidade de propaganda do ensino agrícola entre nós, meio que lhes é tão hostil, a fim de minorar a indiferença da mocidade por ele[35].

Se, na *agência de saber*, a produção dos conhecimentos e a formação agronômica pretendida podiam tornar-se um meio "adverso" ao jovem, evidenciava-se que as maiores dificuldades experimentadas na tentativa salvacionista da "Luiz de Queiroz" eram de natureza sociocultural. Propaganda do curso e reforma estatutária não eliminariam o despreparo da clientela e sua insensibilidade para com o ensino técnico.

Carlos Botelho chamava de "hostilidade" às reações adversas observadas no alunado com relação à disciplina imposta pelos trabalhos agrícolas, à exigência de aplicação nos estudos sujeita à avaliação ulterior do aprendizado e à mudança de hábitos da parte dos jovens, que eram portadores de uma vivência peculiar, dotados de uma visão de mundo que os aproximava das expectativas gerais da classe dominante. As exigências do ensino, por sua vez, representavam uma imposição inabitual, parte de um "universo desconhecido", que, por afetar-lhes a segurança, também se refletia na atitude de resistência aos estudos e na pouca aceitação do trabalho braçal-artesanal. A prática da agricultura, no interior de uma fazenda-modelo, reeditada pedagogicamente no colégio na forma de ensino técnico, formalizado em currículo, era uma atividade inteiramente desconhecida no Estado de São Paulo. Recém-introduzida no Oeste paulista, essa *agência de saber técnico* era a inovação institucional que se destinava a transformar os fundamentos

da agricultura, por meio do agente técnico, o agrônomo, como desejaram os seus mentores.

A experiência que se oferecia em 1905 era uma nova oportunidade de se chegar com êxito ao desiderato. Em 1906, o novo regulamento se achava no segundo ano de vigência, tudo indicando que a cadeira de agricultura (4ª) e o ensino da agricultura prática na fazenda-modelo haviam se convertido em ponto vital do currículo, ambos em mãos de especialistas contratados no exterior, o dr. Louis Misson, do *Institut de Gembloux*, Bélgica (lente da 4ª cadeira), e o dr. John William Hart da Universidade de Illinois, Estados Unidos (prof. de agricultura prática na fazenda-modelo).

Transmitir conhecimentos da tecnologia norte-americana, notadamente na área da mecanização agrícola, já não era novidade na "Luiz de Queiroz", mas não deixou de atrair a atenção dos proprietários rurais. As aulas do dr. John William Hart eram ministradas diariamente na fazenda-modelo, entre sete e nove horas, para as turmas do 1º ano (duas aulas), e entre sete e oito horas, para as turmas do 2º ano e do 3º ano (uma aula para cada). O seu trabalho, apesar de muito apreciado, foi interrompido várias vezes durante o ano letivo, com a finalidade de atender as solicitações da Secretaria da Agricultura[36].

À influência norte-americana no campo devia justapor-se a experiência teórica européia; coisa difícil de se imaginar com relação à realidade brasileira. Em razão disso se compreende por que o dr. Louis Misson, regente da 4ª cadeira, apresentou um programa sintético para o ano letivo de 1906. O seu prestígio de cientista foi responsável pela interrupção do curso, pois foi convocado para atender às solicitações da Secretaria da Agricultura. O programa foi o seguinte:

1º Ano
1º Trimestre – Clima, terra arável e adaptação das terras para a cultura.
2º Trimestre – Preparo das terras e estrumação.
3º Trimestre – Semeadura, colheita e conservação dos produtos.

2º Ano
1º Trimestre – Cereais, leguminosas, farináceas, tubérculos e plantas forrageiras.
2º Trimestre – Sementes, produtos industriais e culturas arbustivas.
3º Trimestre – Viticultura, Horticultura e Arboricultura frutífera.

3º Ano
1º Trimestre – Silvicultura, proteção e utilização das matas.
2º Trimestre – Silvicultura e Economia Rural.
3º Trimestre – Economia e Legislação rurais.

Por bibliografia provisória foram apresentados[37]: *Agricultura Moderna* – Sebastian; *Sylviculture* – Albert From.

Quanto à bibliografia geral adotada pelo corpo docente, ela permanecia a mesma, salvo as apostilas e as lições de higiene, publicadas nos dois jornais de Piracicaba (prof. Misson). Havendo poucas obras de referência em português, a novidade corria por conta dos trabalhos publicados pelo agrônomo Lourenço Granato, indicados para o 1º grau da escolaridade brasileira: *Botânica Geral* e *Moléstias das Plantas*, ambos adotados pelo professor de Botânica dr. Germano Vert.

Já foi observado que o curso de agricultura prática da "Luiz de Queiroz" era dividido em quatro graus: elementar ou de 1º grau, médio ou de 2º grau, superior ou de 3º grau, especialização ou de 4º grau[38]. As disciplinas

e seus respectivos conteúdos programáticos distribuíam-se por anos com suas séries trimestrais, 1º, 2º e 3º anos obrigatórios (art. 8º, cap. I, regulamento de 1905), devendo possuir um programa geral. Por exemplo: no 1º ano ministrava-se a primeira parte do programa da 4ª cadeira, no 2º ano, a segunda parte, e no 3º ano, a terceira parte dele (art. 13, cap. II, regulamento de 1905), acompanhando o que se fazia na Escola Politécnica de São Paulo.

Questões Disciplinares Internas

O reforço aplicado na organização curricular não coibiu os abusos na solicitação de abonos de faltas justificadas por meio de atestados médicos, pois esse recurso era utilizado como meio de impedir o esvaziamento da escola e garantir o segundo ano do curso com bom número de matriculados, uma das antigas preocupações dos lentes[39]. Esses procedimentos escandalizaram o dr. John William Hart, professor de agricultura prática, que proferiu junto à congregação um veemente protesto com relação à irregularidade com que os alunos compareciam a suas aulas na fazenda-modelo. Se estava coberto de razão ou se revelava intransigência diante do mau exemplo dos seus alunos no Brasil, a própria escola acabou por lhe confirmar a crítica.

A Congregação decidiu exercer pressão exigindo assiduidade, afim de reduzir o abuso na justificação das faltas e combater o fraco rendimento escolar resultante do baixo comparecimento às aulas. Os primeiros resultados dos esforços parecem ter sido positivos, se tomamos como base os resultados das avaliações do mês de julho, mas os elogios à "boa vontade dos alunos" tiveram repercussão limitada: muitos no encerramento do terceiro trimestre continuavam devendo antigas provas mensais[40]. Com pouco entusiasmo, realizou-se, em 14 de novembro, a 4ª Sessão Solene de formatura dos agrônomos da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", tendo colado grau apenas três alunos procedentes de uma turma originariamente diminuta, matriculada em época de grande insegurança quanto aos destinos da instituição[41].

Observando o fraco rendimento dessa turma, constatamos que apenas um dos alunos seguiu o curso em sucessão serial correta, com aproveitamento contínuo; os outros dois eram alunos reprovados e procedentes de outras turmas. Nessa fase difícil para a escola, compreende-se que não se achassem fortes razões para comemorações.

O mais alarmante parecia ser a defasagem entre o montante dos investimentos em recursos públicos e o baixo rendimento que a escola vinha por oferecer, após o novo curso serial iniciado em 1905. Os fracos resultados levavam a questionar mais seriamente os propósitos com que fora criada a escola, bem como a praticidade e organicidade da reforma introduzida. Observa-se a preocupação do governo em duas linhas, a de relevar o fraco desempenho global e a de recuperar o montante das matrículas em 1905, 1906 e 1907, mediante a divulgação da escola no Estado de São Paulo.

Dando seqüência à solenidade de formatura, a congregação reuniu-se na mesma tarde para analisar e aprovar os programas apresentados pelos lentes para os cursos a serem ministrados no ano seguinte, o terceiro da reforma implantada em 1905. Todas as cadeiras confirmaram o propósito de ministrar aulas práticas. Por exigência do regulamento e do secretário, não se dispensava ninguém da discussão dos conteúdos programáticos na

congregação. Haja vista a cobrança feita ao dr. John W. Hart, embora este alegasse absoluta falta de tempo para a apresentação do programa, em virtude de haver ficado muitos dias à disposição da Secretaria de Agricultura, em São Paulo[42].

O saldo positivo dessa reunião foram os comentários emitidos sobre as bem-sucedidas excursões realizadas durante o ano pelos alunos do 2º e 3º graus. O próprio secretário referia-se a esse saldo positivo: as excursões ao Horto Botânico, ao Parque Zoológico Central, ao Jardim da Aclimação, à Escola de Tecnologia, à Exposição de Animais de Pindamonhangaba, ao Horto Agrário Tropical, à Destilaria de Várzea, às culturas de mandioca de Atibaia, ao Instituto Agronômico de Campinas, à Usina Esther no Funil e às adiantadas fazendas dos municípios de São Carlos do Pinhal e Dourado[43].

Na primeira quinzena de janeiro de 1907, os professores realizaram os exames preparatórios ao curso, havendo por obter um número impressionante de matriculados ao 1º grau, cerca de cinqüenta alunos, numa viva demonstração de que a escola recuperava prestígio e ganhava aceitação na sociedade do Oeste paulista[44]. No relatório do secretário, eram incluídos dez ouvintes, elevando-se a sessenta os alunos matriculados no 1º ano.

Durante o período em que as atividades no *campus* permaneceram tumultuadas pelas construções, o ensino não pôde ser desenvolvido a contento. A cadeira de agricultura (4ª cadeira) parece ter sido a mais afetada. No início de 1906, o especialista contratado no exterior, dr. Louis Misson, era requisitado para outras funções, passando a substituí-lo, em comissionamento, o agrônomo Mário Maldonado. Apenas no mês de julho era empossado o dr. Jean Michel, também de Gembloux, para o cargo de lente da 4ª cadeira. No geral, as condições de trabalho não deveriam ser boas, pois o lente da 2ª cadeira (química), dr. Abelardo Pompeu do Amaral, continuava a reclamar com a congregação por não poder realizar as aulas práticas, por falta de material. A única exceção ocorria no 3º grau e o motivo dos bons resultados vinha por conta das visitas às fábricas e usinas da região.

Se as condições de trabalho não eram favoráveis, em virtude das atividades de construção e dos transtornos naturais, o diretor e os professores puderam, no entanto, contar com o apoio do secretário e do presidente do Estado. O primeiro lhes assegurou inteira retaguarda nas questões disciplinares internas, barrando as injunções da classe poderosa que mantinha os seus apadrinhados na escola – principalmente com relação aos que não apresentavam o rendimento desejado nos estudos, assiduidade, ou cuja sociabilidade e respeito para com os mestres deixavam a desejar[45].

Em virtude do apoio oficial, começaram a ser aplicadas punições severas, nos casos de indisciplina de alunos, inclusive a punição máxima da perda do ano escolar. A freqüência ainda escapava ao controle, recorrendo-se aos abonos de faltas como recurso para se deter a evasão escolar, principalmente no 1º ano. A velha questão do transporte, que permanecia ligada ao rendimento geral do curso em todas as séries, somente viria a ter solução na segunda década, 1916, com a extensão da linha de bondes elétricos[46].

Mas se a indisciplina e a falta de assiduidade eram partes componentes do verdadeiro problema, outras havia, não menos graves. Alunos esquivavam-se ao cumprimento dos dispositivos regulamentares relativos às formas de avaliação, deixando de comparecer às provas teóricas mensais, e depois requeriam exames

trimestrais munidos de atestados médicos, ou acabavam solicitando e obtendo permissão para realizar exames vagos em janeiro, para evitar perder o ano por faltas. Quanto ao pagamento das taxas de anuidade, sempre havia devedores. Nunca faltavam expedientes antepostos às exigências dos programas e do regulamento interno, para facilitar o interesse e as conveniências dos relapsos[47].

O modelo do segundo regulamento, proposto por Carlos Botelho em 1905, continha vícios de outro sistema de ensino (anglo-americano), que não se adequavam à realidade da escola e introduzia fortes discrepâncias em relação ao de 1900 e ao modelo belga-francês de Morimont. Persistia outra herança negativa da primeira experiência, revertendo em prejuízo da relação direta que deveria existir entre o número de horas das aulas teóricas e o das aulas práticas, estas previstas em número dobrado com relação às aulas teóricas (art. 22, parágrafo único, III capítulo do regulamento de 1901). O secretário Luiz de Toledo Piza e Almeida, em seu Relatório de 1904, já apontara a falha resultante do grande excedente das aulas teóricas sobre as práticas e fizera diagnóstico pessimista quanto ao futuro da escola.

O governo de Jorge Tibiriçá Piratininga tentava substituir a primeira experiência, mal-sucedida, por um novo trabalho de organização do complexo escolar que viria a ser completado por uma reforma do regulamento. Este guardava certo espírito revisionista, sintetizador do modelo anglo-americano, dentro das preferências de Carlos Botelho, mas era adaptado às circunstâncias e ao projeto Morimont, que devia permanecer básico, segundo desejo expresso do presidente. Os graus do ensino, as séries trimestrais e os anos escolares (art. 89 do cap. X) acrescentavam complexidade, sem a desejável contrapartida do aumento no número de aulas práticas.

O Relatório de 1907 afirmava que os alunos do 1º grau praticavam na fazenda-modelo durante 4 horas semanais, enquanto os de 2º e 3º graus apenas 2 horas, devido aos transtornos provocado pelas atividades de construção e à separação do local onde se realizavam as aulas teóricas, ministradas na cidade. Isso estava em manifesto desacordo com o regulamento de 1905, que previa duração de 1h 30 para as aulas teóricas diárias (art. 22 do cap. III), enquanto as aulas práticas teriam a duração de uma hora, salvo agricultura e agrimensura que passariam a duas horas (art. 24, parágrafo único do cap. III). Tomando-se como exemplo o horário da escola estabelecido para o ano de 1905, no período de maior atividade nas construções, estavam reservadas para o 1º grau dez horas semanais de aulas práticas, para o 2º grau, onze horas semanais e para o 3º grau, dez horas semanais[48].

Esses dados nos mostram a insuficiência no total de horas reservadas para o ensino prático e a permanência da falha anteriormente verificada – o ensino na escola continuava excessivamente teórico. Persistia a velha questão para a qual se buscava resposta e sem a qual a "Luiz de Queiroz" não encontraria o verdadeiro rumo. Carlos Botelho já apontara outras falhas, tanto no comportamento disciplinar dos alunos quanto na falta de capacitação do corpo docente, que o demovera à contratação de especialistas no exterior: norte-americanos, para a fazenda-modelo, e europeus, para o curso teórico. Porém, o secretário reconhecia que ainda faltava um derradeiro esforço para se chegar ao fim desejado.

As boas notícias corriam por conta das excursões realizadas no interior do estado, da instalação do posto zootécnico, que funcionava

regularmente com 150 cabeças de gado, entre bovinos, eqüinos, ovinos e suínos, do apiário, que já dispunha de 74 colméias, e do curso prático especial de horticultura. Na fazenda-modelo prosseguiam os trabalhos em diversas culturas: alfafa, algodão, arroz, cana-de-açúcar, forrageiras, feijão, milho e cereais. Os trabalhos de preparo do solo, adubação, amanho, colheita e beneficiamento ofereciam uma amostra das possibilidades de modernização, com o emprego de máquinas e aparelhos mecânicos adquiridos entre os mais avançados; esses equipamentos eram utilizados na instrução dos alunos e, ao mesmo tempo, despertavam a atenção dos agricultores do município e atraíam visitantes de todo o Oeste. A agricultura racional e mecanizada ensaiava os passos em rumo certo no *campus* da "Luiz de Queiroz".

Em 14 de novembro de 1907, colava grau a quinta turma de agrônomos, tendo por paraninfo o lente dr. Antônio de Pádua Dias. A evolução desses sete formandos nos mostra que eles vêm de um grupo original de 31 alunos em 1905. No 2º ano estavam reduzidos a dez (após eliminados os reprovados e os desistentes), aos quais se juntaram três repetentes de turma anterior. Em 1907, graduavam-se cinco agrônomos (nível superior) e dois administradores (nível médio)[49].

Os Rumos do Congraçamento

A reconciliação do Partido Dissidente (PRDSP) com a coligação perrepista deu-se após a euforia e alívio em meio aos círculos da cafeicultura, diante dos primeiros resultados do Convênio de Taubaté (1906). O empreendimento do governo de Tibiriçá, de compra do produto, retenção dos estoques para valorização dos preços e colocação no mercado, atingia diretamente o cafeicultor e era suficiente para trazer segurança aos cafeicultores e promover a reação em cadeia que haveria de diluir as oposições formalizadas.

A ruptura dos dissidentes com o PRP, ocorrida em 1901, dera origem a um partido de minoria, o PRDSP, porém, capaz de promover forte oposição ao governo e de expor sua prática a severas críticas, tanto em nível estadual quanto em nível federal[50]. Entre 1901 e 1902, o PRDSP esteve sob a liderança de Prudente José de Moraes Barros, mas, após a morte deste, a liderança passou para Júlio de Mesquita. O PRP promoveu as suas estratégias de "maximização das penas" dos adversários, compressão do eleitorado, coações punitivas, isolamento profilático das grandes lideranças, conseguindo deter a expansão do PRDSP, enquanto a rotina oposicionista, que se seguira à ruptura, revelava-se desgastante para ambos os lados.

O PRP não desejava aprofundar a dissidência; não apenas por ser esta uma força contestadora à política dos Estados que se pretendia estender a toda a Federação, mas porque, internamente, reforçava outros grupos de oposição (um levante monarquista ocorrera em 1902, no interior do Estado de São Paulo, além de protestos de imigrantes). O PRDSP, por sua vez, promovendo a crítica generalizada ao situacionismo, centrava-se na área do econômico, colocando-se na defesa dos cafeicultores, especialmente da grande maioria dos fazendeiros do interior, de áreas antigas ou novas, que não haviam diversificado os seus investimentos, permanecendo na absoluta dependência do mercado, que enfrentavam todos os tipos de dificuldades, transportes, impostos, mão-de-obra, crédito, e viam-se ameaçados de falência e de perda de suas propriedades[51]. O próprio presidente

estadual, eleito em 1904 estava incluído entre os cafeicultores em dificuldades financeiras[52].

No programa eleitoral de Jorge Tibiriçá Piratininga estavam incluídas diversas medidas reivindicadas pelos dissidentes (reforma eleitoral, diminuição dos impostos), mas foi sua prática intervencionista em favor da cafeicultura que provocou o esvaziamento do PRDSP. Júlio de Mesquita julgou necessário fazer uma trégua na oposição que movia ao governo, porquanto na área econômica já se abandonava ao poucos o *laisser faire*, em troca de um novo enfoque mais utilitarista das relações mantidas pelo Estado, visto como guardião da propriedade, do capital e das relações de mercado, e como defensor dos interesses da classe produtiva, ameaçada de perder suas fazendas hipotecadas.

A intervenção do governo na área da comercialização da riqueza produzida encontrava fundamentação junto aos neoclássicos da teoria econômica e tinha aprovação do principal teórico dissidente, o piracicabano Cincinato Braga. Levados pelo novo realismo econômico, ao propor reformas, eles abandonavam os padrões do liberalismo clássico. No conjunto, os dissidentes já haviam cumprido a sua função lógica, pelo fato de configurarem, durante cinco anos, um projeto político diferenciado, conquanto contestador, com relação ao projeto do PRP[53].

As medidas salvacionistas tomadas pelo presidente do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá Piratininga, na esfera político-financeira do café abriram espaço para a reconciliação entre o perrepismo e as forças dissidentes, repercutindo favoravelmente no âmbito da trincheira oposicionista dos Moraes Barros. Três meses após a assinatura do Convênio de Taubaté, fundou-se a Liga Republicana, estratégia de conciliação com o PRP. No mês de julho, uma simples declaração da "Liga" encerrava a dissidência, a paz justificada em razão da reforma eleitoral e do tratamento emprestado à questão do café[54].

A prova material dessa mudança estava na indicação por parte da Comissão Executiva do PRP, do dr. Antônio de Moraes Barros, sobrinho do presidente, a candidato no 9º Distrito (antigo 8º), nas chapas das eleições para o Legislativo estadual, a serem realizadas em fevereiro de 1908[55].

Esse acontecimento, benéfico para ambos os lados da política interna paulista, repercutia no reduto eleitoral dos Moraes Barros, afastando antigos ressentimentos presentes na política local, dominada pela Câmara, e incidindo de forma positiva sobre os interesses da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" que, mesmo vivendo no isolamento, servia de alvo para os envolvidos no conflito. Os próprios investimentos de Carlos Botelho no *campus* chegaram a despertar críticas em Piracicaba, por seus gastos na sede suntuosa e por seu "americanismo do norte". Júlio de Mesquita aproveitava a trégua da conciliação dos espíritos, em 1906, para encaixar elogios ao governo, embora acompanhados da crítica contra o ensino técnico:

> [...] fundar estabelecimentos especiais como a Escola Agrícola Prática de Piracicaba e a de Comércio da capital [...] é um ato recomendável, útil e proveitosíssimo. Mas não basta. Tais institutos de graus elevados aproveitam a poucos e têm ação restrita, mesmo com melhor freqüência[56].

Os representantes dos setores mais dinâmicos da economia, que se reuniam na Sociedade Paulista de Agricultura, Comércio

e Indústria, promoveram num banquete em 25 de janeiro de 1907, uma manifestação solene de homenagem ao presidente do Estado, à qual compareceram representantes das Câmaras municipais do Oeste, inclusive do principal reduto dissidente de Piracicaba, na pessoa do seu presidente, dr. Manuel da Silveira Corrêa.

Nesse banquete, Alfredo Pujol, um dos esteios da oposição, fora incumbido do discurso de saudação, no qual ele se apresentou como portador do "voto unânime de todas as classes cujos interesses patrocinavam Jorge Tibiriçá Piratininga". O enérgico dissidente dos primeiros dias de 1901 vinha por expressar a euforia do "congraçamento", em que se achavam alinhadas todas as frações da classe dominante outrora divididas por suas diferentes posições doutrinárias e ideológicas, fossem republicanos ou monarquistas, procedentes de origens diversas, brasileiros e estrangeiros, ou fossem capitalistas, industriais, comerciantes e lavradores[57].

Parecia-lhe obra de milagre a solução da crise brutal a que fora levada a cafeicultura na última década, após o colapso dos preços no mercado, durante a safra de 1896-1897. Mas a reaproximação com o governo, em 1907, oferecia a Alfredo Pujol a oportunidade desejada de extravasar as velhas queixas da "classe da lavoura" contra a tributação excessiva dos produtos agrícolas, bem como o desamparo a que se achava relegado o fazendeiro:

> [...] Não há quem não reconheça e não repita esta frase célebre, o Brasil é um país essencialmente agrícola [...] criou-se uma civilização; porém quase nada se fez para amparar e proteger esses eternos contribuintes da prosperidade nacional[58].

Segundo ele, mais importante do que discutir o modelo agroexportador e a crise da cafeicultura parecia ser a defesa da "civilização agrícola" como um todo e, por meio dela, a figura do pagador de impostos – "herói nacional" – o produtor na agricultura[59]. Era uma reedição das idéias defendidas no Parlamento por Cincinato Braga, que também se fariam presentes em outras dissidências futuras.

A um Passo da Inauguração da Obra do Governo Tibiriçá

Carlos Botelho desenvolvia com entusiasmo as obras na "Luiz de Queiroz", inspecionando-as pessoalmente a cada dez ou quinze dias. Em janeiro de 1907, inaugurava um novo sistema de irrigação, muito mais barato e eficaz. No início de fevereiro mandava franquear ao público as culturas e instalações da fazenda-modelo. Tudo o que ali se construía despertava curiosidade, tanto por parte da população local e do Oeste paulista quanto por parte das autoridades governamentais[60].

Até então o ensino prático agrícola de São Paulo limitava-se ao ministrado na "Luiz de Queiroz" e aos aprendizados agrícolas de Iguape e São Sebastião, às experiências em fase inicial de Batatais e Araras, colhendo-se resultados modestos, frente aos investimentos em capital e recursos humanos, fato que não desvalorizava a iniciativa nem comprometia o projeto. Face às dificuldades e às cobranças, Carlos Botelho promovia a defesa intransigente do ensino da agricultura racional:

> [...] As Escolas agrícolas deviam preparar as futuras gerações de agricultores. A sua influência para a reforma dos processos rotineiros de cultura do solo só se pode fazer sentir, lenta e demoradamente, à proporção que delas vão saindo

os alunos formados, para aplicarem ou ensinarem os conhecimentos adquiridos na escola[61].

Desde que o governo assumira, através da Secretaria da Agricultura, a nova política contida na lei do Serviço Agronômico, a divulgação de conhecimentos específicos, dentro dos Distritos Agrícolas do Estado de São Paulo, extrapolava os educandários. Buscava-se atingir o lavrador, seja indiretamente, por meio dos campos de experiências, nos quais eram realizados os ensaios sobre as novas culturas, os novos processos culturais, os novos instrumentos de lavoura, para depois oferecer-lhe os resultados otimizados, seja diretamente, por meio dos campos de demonstração, nos quais, para a sua informação, eram oferecidos os melhores processos culturais e a maquinaria testada, com resultados garantidos. A Secretaria da Agricultura obtinha os primeiros resultados nos campos de experiência de Iguape, São Sebastião, Nova Odessa (ligado ao IAC), no Horto Botânico (Cantareira) e no Horto Agrário Tropical de Cubatão[62].

A diversificação da agricultura, a busca de uma policultura voltada para as necessidades de abastecimento do mercado interno, conquanto apta a propiciar novos rumos para o modelo agroexportador, parecem ter alcançado, no governo Tibiriçá, um modelo de motivação consciente, com as reiteradas iniciativas da Secretaria da Agricultura. Não era outro o pensamento progressista de Carlos Botelho sobre o papel reservado ao Estado, de estimulador das potencialidades econômicas, interessado na busca das alternativas econômicas e na capacitação dos agricultores. O ensino agrícola, patrocinado pela Secretaria, consolidava-se como a via para a habilitação dos técnicos de que a agricultura necessitava para modernizar-se.

Foi nesse âmbito de intenções que se formatou a segunda reforma da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz". O novo regulamento (1908) encampava a idéia de habilitar desde o filho do colono ou do pequeno agricultor (1º grau) até o agrônomo destinado aos grandes empreendimentos rurais (3º grau). Nesse esforço de remodelação, entraram as práticas das excursões como importante recurso metodológico e o estabelecimento de novos critérios de avaliação, objetivando o melhor rendimento do ensino e do aproveitamento do aluno. O reaparelhamento da escola era endereçado à obtenção de um ensino cada vez mais prático e contava com as instalações adequadas: salas de aula, laboratórios, gabinetes e museus, posto zootécnico, pocilgas, depósito de máquinas agrícolas, residências para o administrador e para o diretor da escola, apiário, oficinas, vacaria, parque, instalações de água, luz, eletricidade e arruamento.

A preocupação em reter o alunado nos campos culturais da fazenda-modelo exigia o edifício do internato com todas as suas dependências e anexos. Quando este ficou pronto para funcionar, levantaram-se dúvidas quanto à clientela que devia abrigar. O próprio secretário da Agricultura parecia receoso quanto a "enclausurar moços pouco afeitos à vida estudiosa", propendendo a acolher apenas os alunos iniciantes e os matriculados no chamado curso superior. Conhecedor da sociedade da sua época, julgava arriscado o sistema de internato. Se não havia condições de se expandir numericamente o alunado, por falta de alojamento adequado na própria escola, na cidade já haviam começado a surgir formas improvisadas de abrigo, junto a parentes ou em casas de aluguel, as chamadas "repúblicas", onde o estilo de vida era pouco disciplinado em

comparação com os padrões conhecidos nos internatos dos Estados Unidos e Europa.

No entender do secretário da Agricultura, estar a escola aparelhada de recursos materiais não era suficiente para que ela se tornasse um estabelecimento modelar no gênero, pois faltava-lhe um corpo docente especializado e capaz de imprimir-lhe uma orientação de acordo com os fins a que se destinava. A reorganização devia suprir a deficiência de saber, que levava o secretário a buscar especialistas no exterior, mas que o submetera ao constrangimento de ter que dar explicações, mesmo se tratando de nomes de grande prestígio:

"[...] Foi contratado, há pouco e deve chegar em breve, o Prof. Clinton Smith, Diretor da Escola de Agricultura do Estado de Michigan, Estados Unidos. A Escola lhe será confiada para que se implante o ensino prático de agricultura adotado naquele país. Ali o progresso na indústria agrícola resulta da difusão dos princípios agronômicos[63].

Essa preocupação em buscar *know-how* no exterior, mediante a contratação de especialistas, provocava reações xenófobas em certos setores da opinião. A Secretaria da Agricultura, o IAC e agora o ensino técnico agrícola apresentavam um número elevado de contratados estrangeiros. Parece que a maior parte das críticas era proveniente dos setores burocráticos. Referindo-se às mudanças no setor administrativo, Carlos Botelho desabafava em seu relatório: "[...] não desconheço a tendência que houve em se me censurar por ter procurado tantas vezes no estrangeiro o concurso intelectual"[64].

Não opunha reservas à agricultura científica praticada por especialistas estrangeiros no IAC e na Escola "Luiz de Queiroz", confessando-se um admirador inconteste dos Estados Unidos e sua agricultura. "[...] Não se negara, entretanto, que bom número de praticantes foi adido ao pessoal estrangeiro"[65]. Era o argumento com que rebatia as preocupações nacionalistas e as críticas frente às inovações estrangeiras, algumas eram práticas triviais em administração, embora totalmente desconhecidas no Brasil[66]. Na relação de contratados para a "Luiz de Queiroz" nesse período, encontram-se os norte-americanos John William Hart, para a fazenda-modelo, George Weig, para a seção de horticultura e arboricultura, Clinton Dewit Smith, para a direção da Escola Agrícola Prática; os belgas Louis Misson e Jean Michel, para a 4ª cadeira, Arsène Puttemans, para paisagismo e horticultura; os franceses Jacques Arié e Émile Charropin, para a 2ª e a 3ª cadeiras.

A essas críticas, Carlos Botelho rebatia mencionando o fato de haver completado no curto período de dois anos a reforma da escola: todas as obras se achavam concluídas, aguardando-se a inauguração solene, que lhe daria o presidente Jorge Tibiriçá Piratininga, em 14.05.1907. Pela primeira vez era resgatada a memória do projeto original de Morimont, mas sem qualquer menção a seu nome, embora se afirmasse que o governo obedecera

[...] com algumas modificações ao plano que já fora traçado em 1894, quando pela primeira vez, cuidou de adaptar a antiga Fazenda São João da Montanha ao funcionamento de uma escola agrícola prática, para cumprir a condição imposta pelo seu doador, o dr. Luiz Vicente de Souza Queiroz[67].

Durante o mês de maio foram inauguradas as grandes instalações da escola, a obra magna do governo Jorge Tibiriçá Piratininga em

conjunto com a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, dirigida pelo médico piracicabano e agrônomo prático Carlos Botelho[68]. O acontecimento teve repercussão nacional, manifestando o espírito reformador que animava o governo, enquanto atribuía à Escola Luiz de Queiroz a missão especial no âmbito das ciências agronômicas e no sistema de produção de São Paulo. O alcance das medidas transformadoras sensibilizou a Congregação de professores e estes reagiram como docentes motivados pelas novas condições de trabalho e como correligionários perrepistas[69].

Se o dr. Francisco Dias Martins impediu que a escola fenecesse enquanto se operava a reação e sustentavam-se as reformas de 1905-1908, o dr. Clinton Dewit Smith, seu sucessor, consolidou o projeto da escola agrícola, transformando o estabelecimento em paradigma do ensino técnico de grau médio.

A Festa da Reinauguração da Escola

> *[...] virão aqui suceder-se geração e geração de estudantes que hão de levar para bem longe o nome da cidade.*
> Carlos Botelho[70].

Em 13 de maio de 1907, um trem especial de oito vagões transportava para Piracicaba a comitiva do presidente estadual Jorge Tibiriçá Piratininga. Quase cem pessoas, inclusive a sua própria família, nomes de grande prestígio nas ciências e no mundo acadêmico, como Theodureto de Camargo, Pereira Barreto, Emílio Ribas, Francisco de Paula Souza e Louis Misson. Estavam presentes os representantes dos centros acadêmicos 11 de Agosto e do Grêmio da Escola Politécnica, do Secretariado e da Administração, da política, do corpo consular (França, Portugal, Espanha, Alemanha), e do jornalismo: *Diário de Notícias do Rio de Janeiro*, *Correio Paulistano*, *Gazeta*, *Fanfula*, *O Estado de S. Paulo* e o *Deutsche Zeitung*.

As homenagens começaram pela manhã, no café, com licores oferecidos na *gare* de Jundiaí, na recepção festiva, ao som do Hino Nacional, por parte da colônia helvécia de Itaici, na mesa de doces ofertada pelo povo de Capivari, nos discursos das estações intermediárias de Vila Raffard, estando presentes os 350 operários do Engenho Central Rio das Pedras. Em toda parte, hinos, salvas de baterias, estrugir de rojões e girândolas, no mais puro estilo perrepista, a demonstrar o regozijo pela salvação da lavoura cafeeira, em sua segunda safra, após o Convênio de Taubaté.

Após seis horas e meia de viagem, a chegada em Piracicaba era prestigiada por grande público e pela Câmara Municipal, por alunos das escolas, inclusive da "Luiz de Queiroz", pelas corporações locais, as beneficências Espanhola e Portuguesa, a de "Soccorsos Mutuos", a xx de Setembro e a Italiana, e a Sociedade Síria. Paulo de Moraes Barros fazia as honras da casa e o deputado João Sampaio era o seu orador. Como prova efetiva do congraçamento político que se seguia ao Convênio de Taubaté, parte da tarde foi dedicada a uma cerimônia destinada a sensibilizar a política de Piracicaba e a selar novo pacto no interior do prp; Jorge Tibiriçá Piratininga, dirigiu-se ao Cemitério da Saudade para depositar coroa de flores no túmulo daquele que era o símbolo da dissidência paulista de 1901, o ex-presidente Prudente de Moraes[71].

O fim da dissidência parecia ganhar maior significado que a própria inauguração da escola. A descrição minuciosa dos elementos

integrantes do complexo, dispostos na fazenda-modelo, no colégio-internato e na fazenda anexa, os esclarecimentos sobre o curso de agricultura prática oferecido em seus diversos graus, bem como as finalidades da "Luiz de Queiroz", apareciam em *O Estado de S. Paulo*, em notícias de primeira e segunda páginas. Conceituava-se a agricultura de maneira correta, dentro dos parâmetros da ciência agronômica: "[...] exploração racional e econômica do solo, tanto no fabrico e cultura da terra arável como na criação do gado, manipulação e utilização dos seus vários produtos"[72]. A principal finalidade do ensino agronômico era especificada: conferir ao seu alunado a habilitação técnica em agricultura.

Todos os correspondentes esmeraram-se em seus relatos sobre o evento do dia 14 de maio, transmitidos, via telégrafo, às suas matrizes. Júlio de Mesquita recomendara a *O Estado de São Paulo* que promovesse ampla cobertura do evento, ao qual o jornal emprestaria significado político e ideológico: "[...] naquela formosa cidade ocorreu uma festa da mais alta significação, uma festa de civilização e progresso"[73]. A esperança depositada numa revolução agrícola, a partir da exploração racional do solo, aparecia incorporada às aspirações generalizadas de progresso, ao ufanismo paulista e aos elogios do governo, modificando o teor das manifestações do periódico, estremecidas pela crise político-econômica se prolongara entre os anos de 1901 e 1906.

O repórter ponderava que a República, sob o dinamismo dos paulistas conciliados, haveria de redimir o país dos erros das gerações passadas, ao ensinar a produzir por meio da ciência, e esse mérito era repassado de Luiz de Queiroz para Jorge Tibiriçá Piratininga, que desde 1893 buscava dar continuidade a seu sonho de uma educação agronômica. Os percalços por que passara o projeto eram pontuados na sucessão de presidentes de São Paulo, fazendo-se especial menção ao secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Alfredo Guedes (governo Fernando Prestes de Albuquerque), que reassumira as obras abandonadas, providenciando a conclusão de uma das dependências da Fazenda São João da Montanha, para servir de sede provisória da escola a ser instalada. No seu entender, as inaugurações do dia 14 de maio revelavam uma mensagem quanto ao novo espírito que deveria presidir o ensino agrícola, bem como o empenho governamental em oferecer uma escola aparelhada e apta a qualificar os profissionais da agricultura racional[74].

A partir das oito horas, causava impacto a visita às instalações da escola pelo presidente e comitiva. O principal momento era proporcionado pela exposição do aparelhamento mecânico, que incluía os melhores arados e as ceifadoras norte-americanas, os cultivadores nacionais, "Antônio Prado" e "Luiz Bueno", o famoso desintegrador universal "Carlos Botelho". O ponto alto foi a participação do professor norte-americano, dr. John William Hart, que, pessoalmente, explicava aos presentes o significado da agricultura intensiva e mecanizada, em benefício da economia de mão-de-obra, do aumento da fertilidade do solo e da produção; de como se podia alcançar a melhora das culturas pela seleção das sementes, ou de aprimorar as raças dos animais em vista do atendimento das necessidades econômicas[75]. Neste particular, chamavam a atenção o posto zootécnico e seus departamentos correlatos, bem como as oficinas, para o fabrico dos

laticínios e as destinadas ao beneficiamento dos produtos da lavoura, além dos paióis ou armazéns-modelo.

O dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, seu primeiro diretor e antigo lente da 5º cadeira, considerava resolvida a questão levantada quanto ao ensino técnico de agricultura, desde Morimont, qual seja, a de modelar uma escola agrícola prática pelas congêneres da Europa e dos EUA. O ensino parecia-lhe haver chegado ao ponto de equilíbrio entre as "doutrinas científicas" e a prática. A ciência (ciências físicas, naturais e biológicas) e a aplicação prática se achavam consorciadas, dentro de uma instituição "[...] perfeitamente aparelhada de tudo quanto a mecânica agrícola moderna possui de melhor, e confiada à competência e direção prática do dr. Hart"[76]. A "Luiz de Queiroz" tomava a iniciativa de demonstrar à classe agrícola do Estado os benefícios da cultura intensiva do solo e os efeitos da mecanização na economia de braços, das técnicas de estrumação e de aumento da fertilidade em benefício dos ganhos na produção da terra, dos diversos tratos culturais das plantas de valor econômico, "aquelas que mais interessavam ao Estado", tanto na policultura quanto na monocultura.

Isso tudo era corroborado pela imprensa. *O Estado de S. Paulo* se referia com especial admiração à Escola Agrícola de Piracicaba, onde o governo deixava "um monumento erigido à Agricultura"[77]. A descrição do edifício-sede é minuciosa, pois a escola passava a oferecer poderoso atrativo para a clientela em disponibilidade no Estado e no país. Não se pode precisar a quem atribuir a autoria do planta original desse edifício, se a Hutchings, autor do projeto encomendado em Londres, ou se a Morimont e aos técnicos da Secretaria da Agricultura, que devem ter tomado conhecimento do trabalho anterior. Em 1905, quando se reorganizou o projeto de escola, as plantas foram revisadas pela Diretoria de Obras Públicas, então sob a responsabilidade do projetista José Van Humbeeck, sendo submetidas a várias modificações nos elementos de composição da fachada desenhada em 1895 e na distribuição interna dos espaços[78]. Fonte da época indica haver sido, arquiteto e auxiliar, os brasileiros Washington de Aguiar e Henrique Ribeiro, responsáveis pelo produto final[79].

> [...] Somente depois de haver preparado a Fazenda é que o governo cuidou do edifício principal da Escola, onde tudo "[...] era realçado pela suntuosidade e largueza das construções", desde "[...] as instalações dos alunos, das salas de toalete providas de duchas e esplêndidas banheiras, da cozinha modelo e paredes azulejadas, das mesas de mármores do refeitório, até os gabinetes e laboratórios do ensino teórico.

A sede do colégio despertava admiração pelas proporções, pelo estilo sóbrio:

> [...] desafia o confronto com os congêneres da Europa, onde por via de regra, são aproveitados, para tais fins, vetustos castelos e mosteiros de antigas propriedades feudais e religiosas[80].

A descrição do interior do colégio-escola, encontrada em diversas fontes da época, mostra-nos que seu desenho se aproxima do elaborado no projeto Morimont. Um vestíbulo com recepção, com um laboratório à esquerda e, à direita, a portaria, a secretaria e a diretoria, era cortado por uma galeria. No piso inferior ficavam a cozinha, a copa e as dependências utilitárias (banheiro, enfermaria), os salões de

aula, o maior para o 1º grau e o menor para o 3º grau, laboratórios, gabinetes, sala de estudo, salão de desenho topográfico e contabilidade. Uma varanda junto à fachada interligava os três corpos do edifício. No piso superior, ao qual se tinha acesso por meio de escadas de madeira, havia um pavilhão central ao lado de luxuosa sala para a realização de solenidades e para as sessões da congregação. À direita, o Museu, a sacada e a biblioteca. Nos dois corpos laterais, os alojamentos e dependências. Nesse piso, interligavam-se os três corpos por longos corredores[81].

Ali tudo era belo, segundo a pitoresca descrição do dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho: "[...] a vista abraça dilatados horizontes [...] destacando-se do fundo azul de longínquas montanhas, o risonho panorama da cidade", da qual distava 2,5 km. Naquele momento em que a cidade organizava os seus espaços educacionais de 1º e 2º graus no centro urbano, de ocupação antiga, a "Luiz de Queiroz" apontava para a educação agrícola, deitando novos rumos à urbanização de Piracicaba:

> [...] A Escola é o elo que prende o campo à cidade. Esta acha-se perfeitamente ligada àquela pelo prolongamento de uma rua, à qual deu a nossa Edilidade o nome de Avenida Carlos Botelho em homenagem ao atual Secretário da Agricultura, um dos filhos de Piracicaba, que mais honram a sua terra natal[82].

A escola se achava provida de todos os requisitos modernos. Ainda tinha a oferecer um belo parque fronteiriço à sede, próprio para as culturas ornamentais e de espécies raras. Aos fundos, dispunha de jardins e hortas, de horto botânico, campo de demonstração, estufas e irrigação, adequados ao estudo de horticultura, arboricultura e pomologia. Possuía indústrias anexas, como a leiteria-modelo e as máquinas de beneficiar produtos da lavoura, algodão, arroz e milho[83].

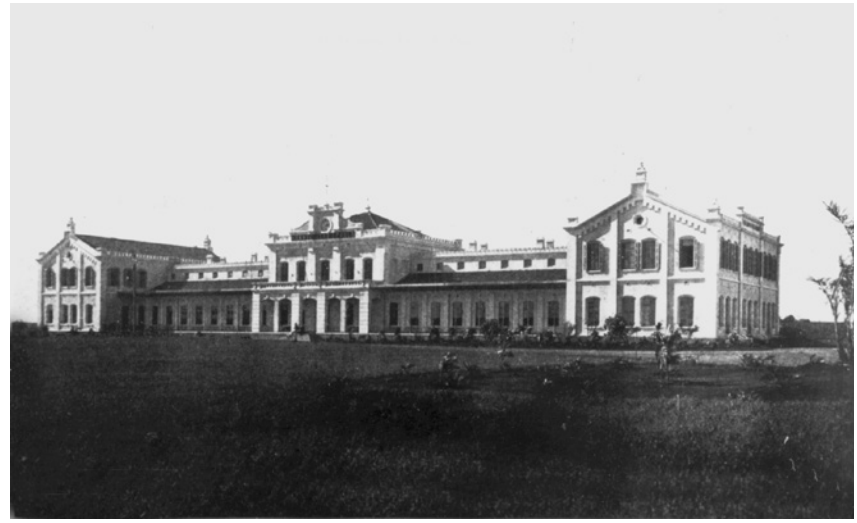


Fig. 40. Visão frontal do edifício-sede, em 1907, recém-construído. Foto. *Fonte*: Relatório apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura Comércio e Obras Públicas, ano de 1906. Daesp.

O colégio-sede da escola era o centro de convergência de um vasto conjunto, articulando-se com todos os edifícios suplementares, o posto zootécnico, a fazenda-modelo e suas áreas de cultivo, o horto e o parque. Este devia associar as funções paisagísticas e decorativas às utilitárias, de circulação interna, e às científicas, ao incluir as numerosas variedades de plantas para fins didáticos e de reprodução. Podemos observá-lo na fase inicial de sua formação, mas bastante ampliado em relação aos jardins do Projeto Morimont (Fig. 41).

É discutível se o parque, concebido pelo arquiteto paisagista belga, Arsène Puttemans, é de estilo exclusivamente inglês, muito em moda na época, em razão das características decorativas que apresenta, os grandes relvados entremeados por maciços de vegetação. Pode-se especular até onde a concepção do parque propendia para a arquitetura paisagística francesa, matriz de tantos modelos em sua

Fig. 41. Visão do conjunto arquitetônico em 1907. Observa-se, em primeiro plano, o parque em fase de implantação do paisagismo; ao fundo, o edifício sede; e à esquerda, o velho barracão onde se instalou a escola em 1901 – *Fonte*: Acervo fotográfico da Esalq.

pátria. Segundo referências em sala de aula, dadas pelo dr. Philippe Westin Cabral de Vasconcellos, professor de Horticultura da Esalq, seu estilo teria sido inspirado no *Petit Trianon,* no interior do Parque de Versalhes. O seu ex-aluno e professor de matemática da Esalq, dr. Frederico Pimentel Gomes, conforme seu próprio depoimento, procedeu à identificação dos estilos e constatou as semelhanças.

O imenso conjunto constituía o *campus*, organizado de forma a proporcionar todos os benefícios à comunidade que se desenvolvia em torno da instituição. Ao mesmo tempo em que devia facilitar a atuação dos professores, dos estudantes e dos funcionários, ele oferecia um arranjo paisagístico interessante e uma racional distribuição dos edifícios e das áreas de trabalho. Ampliado ao longo do tempo, atendendo ao ensino universitário e seus interesses contemporâneos, mantém as mesmas características.

A Representações Ideológicas de 14 de Maio

A rodada dos discursos na escola teve seu ponto alto nos pronunciamentos de Carlos Botelho, secretário da Agricultura e aniversariante na data, do seu diretor, dr. Francisco Dias Martins e do aluno Manuel Franco, todos permeados pelo liberal-cientificismo da época.

A *mensagem do aluno* em síntese, reforçava a idéia de tenacidade paulista que, associada à agricultura racional, poderia assegurar ao país o destino dos povos superiores, colocando o Brasil no caminho certo da independência nacional[84]. A modernidade conservadora ultrapassava os limites do ruralismo tradicional, embasando-se no espírito nacionalista, ufanista e cientificista de um novo ruralismo crítico, que se fez presente na *fala de Carlos Botelho*, ao defender o desenvolvimento construção de uma agricultura brasileira colocada em nível de aspiração nacional, determinante de uma nova proposta didático-pedagógica, apresentada na forma de projeto, o "*gentleman farmer´s project"*, escolhido para reorganizar a "Luiz de Queiroz" e convertê-la em modelo nacional.

A transferência de conhecimento e a incorporação das experiências estrangeiras, mesmo a preço de se arrepiar as xenofobias, haveriam de cumprir o seu propósito na obra de finalização de um projeto mais amplo, o da construção nacional de um saber agronômico. Para o médico *dr. Francisco Dias Martins*, esse era o caminho: os agricultores progressistas, informados pelo conhecimento agronômico, tornar-se-iam povo superior, enquanto protagonistas de uma agricultura inteligente, apoiada nos recursos naturais, e estariam aptos a colocar o país no rumo de uma destinação também superior.

Detalhando o discurso de Carlos Botelho, que abriu a rodada das comunicações oficiais, Francisco Dias Martins assegurava que desde os primeiros momentos do lançamento da pedra inaugural do edifício, nos idos de 1896, até a sua conclusão, a escola destinada a

centro de ensino agrícola se constituíra num desafio, conquanto a agricultura científica correspondesse a uma aspiração nacional. Se o nome de Morimont era omitido, a todo instante o seu trabalho era lembrado: "[...] As modificações sobre o antigo projeto não foram grandes; os alicerces já lançados impunham a construção anteriormente lançada"[85].

Fora possível efetuar mudanças na posição das dependências da escola; duas construções pouco decorativas, vindas do período Morimont, uma à esquerda e outra à direita, parecendo montar guarda ao edifício principal, foram ocupadas, uma delas por oficinas e utilitários, a outra, para residências para o pessoal da escola. A casa do diretor vinha destacada com relação aos demais edifícios, elevando-se na esplanada destinada à prática dos exercícios físicos. Quanto ao internato, pensava-se no preparo eficiente do jovem, sem os aspectos perniciosos da vida segregada dos quartéis e seminários. Carlos Botelho falava emocionado, era uma autoridade respeitada pelo trabalho desenvolvido por quatro anos no governo, além de filho da terra. Com respeito ao futuro da escola, deixou as palavras de confiança: "virão aqui suceder-se geração e geração de estudantes que hão de levar para bem longe o nome da cidade, por anos que lhes deu o longo abrigo exigido pelo seu tirocínio escolar"[86].

Revelava que o Estado deliberara afastar-se do modelo da *ferme* francesa ou belga em que se inspirava o antigo projeto, integrando outros modelos mais modernos, sobretudo o inglês. Essa busca bem-intencionada pelo modelo inglês emprestava dinamismo ao regulamento de 1905, baseado na concepção dos quatro graus de ensino[87]. Enaltecendo a importância dos estabelecimentos congêneres da Inglaterra, informava ser intenção do Estado transferir para outros níveis os mesmos princípios, a exemplo de Cesário Motta, que buscara nos países do hemisfério norte as bases do ensino infantil.

Achando-se aparelhada a escola, o secretário levantava a questão da qualidade do ensino, cuja natureza era difícil de ser interpretada, conquanto fosse uma novidade pedagógica:

> [...] ensino agrícola que supomos talvez mais fácil de ministrar que outros, é, entretanto, de ordem a acarretar grandes responsabilidades para aqueles que se propõem a dispensá-lo [...] a ponto de países mais adiantados ainda se acharem debatendo por um modelo racional para o ensino agrícola, como os Estados Unidos[88].

Quanto ao modelo norte-americano advertia:

> [...] Ser-nos-ia difícil encontrar ali um tipo de ensino capaz de suprir ao nosso meio agrícola sem as modificações impostas pelas necessidades de nossa agricultura[89].

Eram numerosas as escolas agrícolas nos Estados Unidos, mas, guardando-se as características regionais e locais, "todas eram diferentes". Era nesse país que encontrara a maior porcentagem dos elementos educacionais para o modelo brasileiro de ensino agrícola. Nessa busca, acrescentava, *"não basta só querer"*, aludindo à indispensável experiência a ser adquirida por meio da mais acertada orientação[90].

A existência dos modelos bem-sucedidos na França, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, todos calcados em suas especificidades nacionais, levava-o a pensar que a ciência transferida desses países nem sempre viera em proveito: "[...] Quão pequenos nos parecem por vezes ao pisarem o nosso solo os sábios

que de lá se transportam para o nosso meio"[91]. Também não deixava de aludir às decepções e surpresas que muitos desses cientistas, colheram no país. A finalidade que se buscava alcançar na educação agrícola passava pela necessidade de imprimirem-se características próprias ao nosso ensino agrícola, caminho indispensável para se chegar a uma agricultura verdadeiramente nacional.

> [...] Por enquanto iremos ensaiando, em parte com os elementos que nos vêm do estrangeiro, em parte com os resultados da nossa própria experiência e de acordo com as necessidades do ensino[92].

Sem desdenhar a experiência estrangeira, antes triando e incorporando as suas contribuições, tanto as dos Estados Unidos (a parte prática) quanto as de diversos países europeus (a parte teórica e as normas de educação propriamente dita), punha fé numa agricultura brasileira. Não deixava dúvida quanto ao que concebia como o melhor produto do ensino da agricultura científica: "[...] nossos jovens agrônomos, os quais deverão realizar de futuro o tipo de *gentleman farmer*"[93].

Prevendo essa possibilidade, reconhecia o valor das escolas norte-americanas, dotadas de propriedades especiais e de conhecimentos preciosos para a "missão da nossa Escola e dos seus alunos"[94]. Achava-se suficientemente convencido da eficácia dos recursos pedagógicos ingleses e da experiência educacional prática dos norte-americanos, bem como de haver encontrado no novo regulamento a síntese ideal para colocar a Escola Agrícola Prática de Piracicaba no caminho certo da busca por um ensino capaz de conduzir a uma agricultura brasileira. Advertia que não se tratava de copiar estrangeirismos, e, sim, de inovar com o auxílio dos modelos eleitos. Desejava dar

> [...] ao ensino da Escola Agrícola "Luiz de Queiroz" a feição regional e local, que por sua vez virá a ser mais tarde, a feição regional do Estado de São Paulo, quando pelo tempo, pela prática e pelo método, cada coisa estiver em seu lugar[95].

Tinha por meta adequar o regional ao nacional, porque a construção do ensino agrícola de São Paulo destinava-se ao país, a uma agricultura nacional. Essa experiência, a escola se achava apta a oferecê-la, estava aparelhada e equipada com os recursos.

Outras mensagens nacionalistas se inseriam no contexto de ufanismo que voltava a se manifestar após a assinatura do Convênio de Taubaté. Eram expressões do congraçamento, manifestas por Pereira Barreto, João Sampaio, ou na homenagem prestada pela esposa do presidente do Estado, d. Leonor Tibiriçá, pela viúva de Luiz Vicente de Souza Queiroz, d. Ermelinda Ottoni. Ela mesma bordara o estandarte da escola que ficara estendido sobre a mesa de honra, ostentando os dizeres *Escola Agrícola Luiz de Queiroz – Labor.* Em todos os atos prevaleceram os mais rasgados elogios a Jorge Tibiriçá e Carlos Botelho. A Sociedade Paulista de Agricultura, que se fazia representar, doara uma grande placa que homenageava os realizadores do centro de ensino agrícola na "Luiz de Queiroz" (Fig. 36). As diversas falas do novo discurso ruralista eram lançadas perante as mais expressivas figuras políticas do 9º Distrito (antigo 8º), ex-monarquistas, perrepistas e os dissidentes da Câmara Municipal, reunidos em torno dos Moraes Barros, que pareciam reconciliados com o PRP.

A Fala do Dr. Francisco Dias Martins, Diretor da Escola

Revela a posição liberal-cientificista assumida em torno das idéias de Darwin e Spencer, particularmente deste último[96]. Nas sociedades, a seleção dos mais fortes induziria, pela "força latente" de que são possuídos, a uma situação de dominância, de superioridade: "[...] Por isso, afortunado é o povo paulista, cuja origem de eleição, sintetizada no espírito de conquista dos bandeirantes[...][97].

Não hesitava em considerar Luiz Vicente de Souza Queiroz um dos arquitetos dessa espécie superior paulista, incluindo no mesmo rol os homens do governo, os agricultores mais esclarecidos, aos quais não devia escapar que, em países novos, com fronteira agrícola móvel e abundantes fatores de produção, a exploração remuneradora e segura do solo só podia pautar-se pela abundância de homens úteis. A seleção dos mais fortes, subentendida pelo darwinismo social, previa homens inteligentes e ambiciosos, geneticamente triados, tornados superiores pelo conhecimento adquirido pelo ensino da agricultura racional. Também pensava, como Cincinato Braga, que a fórmula da multiplicação da riqueza pública se revelaria na sociedade dos homens úteis do setor primário, dotados de conhecimento útil na produção.

Para o dr. Francisco Dias Martins, a imigração implementava a força de trabalho de que o Estado precisava "ao saber e ao querer" das raças superiores, sem tirar o significado e o valor do trabalhador rural brasileiro. A sua posição era de equilíbrio entre o setor imigracional e o estrato mais antigo da sociedade rural, prevendo um "[...] núcleo fecundo do qual sairão as grandes massas humanas do Brasil novo e as grandes cidades industriais"[98]. Já se achavam assimiladas as bases ideológicas do discurso de Paula Souza, o industrialismo, e do futuro "paulistismo" de Cincinato Braga, que se revelaria na década de 1920 e no livro *Brasil Novo*.

Se para o darwinismo social um povo eleito (aquele triado seletivamente no seu *habitat*), o paulista, era suficiente para operar o progresso das ferrovias, cafezais e escolas, a questão da agricultura, espécie de nó sociocultural do Brasil, encontrava em São Paulo, através da escola "Luiz de Queiroz", a possibilidade de resolver-se: "[...] nenhum aparelho defensivo é superior a esta escola de agricultura, abrigada num dos mais imponentes edifícios públicos do Estado"[99]. O Diretor falava a uma platéia de autoridades, estudantes e homens de ciência, presentes os dois membros mais reverenciados da Intelectualidade paulista, o dr. Luiz Pereira Barreto, positivista, e o dr. Antônio Francisco de Paula Souza, industrialista, fundador-diretor da Escola Politécnica, que abrigava uma faculdade de Agronomia, a primeira de São Paulo, que repartia com a Escola Agrícola da Bahia e a Agronômica de Pelotas o condão do ensino superior da agricultura no Brasil.

Uma agência de saber como a "Luiz de Queiroz" tornara-se viável em sucessivas administrações, sob a providência do Estado. Este se apresentava como provedor do futuro, capaz de melhorar o presente e garantir o amanhã dos seus filhos, aparelhando-os com o saber agronômico, para evitar e prevenir os males causados pela inexperiência e ignorância do homem da terra sobre as coisas da agricultura, cuja natureza e qualidade procurava demonstrar em cores realistas. Sendo médico e zootecnista, o dr. Martins não guardava o enfoque dos cafezistas bem-sucedidos no mercado internacional; conhecia de perto a

natureza da agricultura tradicional praticada pela esmagadora maioria dos proprietários rurais, a qual desejava transformar:

[...] essa agricultura confiando ao acaso da Intelectualidade [...] vivendo de sonho em sonho, enchendo a alma do agricultor de pesadelos [...] essa agricultura voraz e cega, enriquecendo todo mundo e empobrecendo a gente que a pratica, não pode ser utilizada como trabalho por um povo forte e digno de viver altivo e nobre como o povo paulista[100].

Como os povos "superiores", o paulista devia adotar a nova agricultura, desvinculando-se em definitivo do empirismo que praticava. A crítica estendia-se aos acomodados na agricultura convencional da qual era necessário afastar-se:

[...] dessa agricultura de fancaria, querendo tudo destruir sem saber substituir, maldizendo do nosso trabalhador agrícola no que ele tem de melhor e exaltando tudo o que é alheio; dando conselhos no tom da mais alta sabedoria e ignorando quanto gastamos com a produção de um alqueire de milho; não sabendo o valor de transporte das nossas safras agrícolas, desconhecendo a situação dos salários dos nossos trabalhadores, as condições do solo das nossas culturas e as condições financeiras e econômicas do nosso agricultor, ao qual, entretanto, fornece, às mãos cheias, fórmulas agronômicas vazias de senso prático, determinando despesas exorbitantes, soluções nebulosas, que tanto o prejudicam e afastam da verdadeira agricultura[101].

Atribuía à "Luiz de Queiroz" uma posição ímpar, delineadora de rumos na economia:

[...] Daqui partirá a idéia diretora de agricultura do Estado [...] daqui partirá o movimento inteligente, preparando o homem para saber aproveitar as forças naturais do modo mais fácil, ensinando-lhe a exploração racional dos campos, essa muito nobre profissão, que fabrica com a luz do sol e a crosta da terra, com sua atmosfera cheia de vibrações misteriosas, as colheitas inesgotáveis e os rebanhos opimos[102].

Spenceriano em filosofia e educação, eclético em economia, dava conselhos de fisiocrata ao tratar da agência de saber que administrava em nome do governo, delineando os campos do saber agronômico em termos de utilidade prática:

[...] desde a escolha da propriedade e das sementes, até o pessoal do trabalho; desde o preparo do solo, até o benefício e a venda das colheitas, desde a seleção criteriosa dos reprodutores para criação intensiva ou extensiva, até a ração e as pastagens naturais ou artificiais; desde a maior ou menor distância dos centros de consumo, até a viabilidade dos caminhos, desde as diversas fontes de receita, até as menores parcelas da despesa; conhecimentos práticos todos, que não sendo penetrados pelo exame seguro do critério profissional, concorrem para os maiores desastres econômicos desviando capitais e energias indomáveis[103].

Estava pois, a nova agricultura, como na Europa e nos Estados Unidos (os países vitoriosos da Revolução Agrícola e Industrial), a serviço da economia de São Paulo, tornando-se fator de progresso, que se transmutaria em "[...] operários de capitais, de mercadorias, de idéias novas"[104].

A elegia implícita ao poderoso PRP e ao articulador do Convênio de Taubaté não se desconectava do discurso teleológico sobre os homens úteis e o papel do Estado provedor

do futuro. O saber comunicado pela "Luiz de Queiroz" reservava a mesma destinação atribuída pela Agricultura ao povo superior a caminho do poder, a exemplo de outros povos: "[...] Daqui partirá a idéia diretora de uma agricultura do Estado"[105]. O prognóstico lhe parecia infalível:

> [...] o povo que assim vive e se multiplica, criando e animando o fluxo e refluxo das correntes de comércio universal, ninguém o oprime, ninguém o domina, porque ele é um dos senhores do mundo[106].

O Novo Pacto Político

Entre o cair da tarde e a sessão da Câmara Municipal, seguiu-se o passeio da comitiva ao Salto de Piracicaba, cujo mirante, construído, pouco tempo antes, prestou-se para receber a lauta mesa de doces e champanhe oferecida aos convidados, sem a presença dos macetes ideológicos.

Pouco depois, os discursos políticos proferidos à noite, no interior da Câmara Municipal de Piracicaba e na sacada do Teatro Santo Estevão, revelaram o clima do congraçamento no interior do núcleo principal do 9º Distrito. A educação pragmática e o ensino agronômico ministrados a serviço da destinação do "povo superior" continuaram a ser reafirmados, ao mesmo tempo em que se buscava despertar nos proprietários segurança, o sentimento de segurança com relação à lavoura de café, bem como promover o incentivo ao novo situacionismo perrepista.

Na fala de Paulo de Moraes Barros foram emitidos os mais rasgados elogios à política agrícola de Tibiriçá e a sua administração em geral, ao empenho demonstrado aos lavradores na prática dos processos racionais de cultura, na confiança consolidada sobre a riqueza sanada (Convênio de Taubaté) e na expressão do intelecto como recurso para explorá-la com economia e proveito. Piracicaba era considerada um modelo de município agrícola e um dos celeiros do Estado de São Paulo, grande produtor de açúcar e gêneros de consumo interno, fabricante de tecidos de algodão. O representante dos Moraes Barros, ao tecer o elogio ao provedor da segurança da classe produtora, integrada pelos "homens úteis" (a classe produtora do ouro nacional), externava na íntegra o pensamento de outro piracicabano e companheiro de idéias, Cincinato Braga. Sabia que os anos de ostracismo estavam encerrados e que novas oportunidades eleitorais seriam propiciadas pela conciliação dos espíritos, identificada no *congraçamento*[107].

Quando tomou a palavra para agradecer a homenagem que lhe prestava a Câmara Municipal de Piracicaba, Carlos Botelho lembrou ser bem diferente o ambiente político encontrado na época em que assumira a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Aquela homenagem era um documento que vinha romper com os "[...] ronceiros preconceitos políticos a que estavam adscritas as passadas administrações do Estado", em favor da harmonia de interesses entre o município e o governo. A construção do edifício da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" selava a confraternização, "[...] após dois anos de esforços e fadigas". A mesma escola que relembrava a iniciativa patriótica de Luiz Vicente de Souza Queiroz e as vicissitudes de um projeto, que haviam tornado ineficazes os esforços de quatro períodos administrativos[108].

Queria assinalar que o saber se achava à disposição da conciliação dos espíritos na terra de Prudente de Moraes, que a escola era penhor

do congraçamento pelo retorno dos coligados no partido dissidente (PRDSP) à unidade do velho PRP. Parecia abolido o velho pacto coronelístico de maximização das penas para os que haviam rompido com o poder, acenando-se com a recompensa, via saber, e a insinuação da possibilidade de que a escola voltasse a ser dos Moraes Barros.

Na determinação dos novos rumos da política liberal, o intervencionismo praticado na área do café era reconhecido como um êxito governamental. Era impossível que Jorge Tibiriçá Piratininga, o presidente do Estado de São Paulo, não se referisse às transformações operadas:

> [...] achei a República saindo do estado de desorganização para entrar no período orgânico, nesse período eu não poderei ter outro guia senão o espírito liberal, único que me permite conhecer quais são os desejos do povo[109].

O espírito da conciliação estava sedimentado no principal núcleo eleitoral da dissidência. A reverência de Jorge Tibiriçá Piratininga à memória de Prudente José de Moraes Barros, em visita ao seu túmulo, selara novo pacto de reintegração das oposições dissidentes ao partido: "[...] vindo a Piracicaba não poderei deixar de prestar homenagem ao grande brasileiro que foi um dos espíritos mais liberais e justiceiros da República"[110]. Conquistava a adesão dos Moraes Barros e seu grupo, em particular do herdeiro político deles, o médico Paulo de Moraes Barros.

A sessão solene da Câmara Municipal teve seqüência com a festa no Teatro Santo Estevão, animada pela orquestra regida pelo maestro Lázaro Rodrigues Lozano. Foram feitos novos discursos e manifestações populares, inclusive uma *marche aux flambeaux*, que partiu do Largo da Matriz. Seguiu-se grande baile no teatro.

O retorno a São Paulo, em 16 de maio, foi consagrador. O comboio especial recebia as manifestações da "classe agrícola" em todas as estações da Ituana, só chegando à capital após doze horas de viagem, tantas as paradas para hinos, ovações, discursos, brindes, refeições, bem no estilo do Oeste perrepista. A palavra do presidente guardava o mesmo tom de Piracicaba: aceitava as manifestações como um protesto de gratidão do povo pelos esforços despendidos em sua administração. A euforia parecia generalizada entre os cafezistas e a cúpula do PRP.

A Reforma de Carlos Botelho

A atividade ampla e intensa promovida na Secretaria de que Carlos Botelho era titular caracterizou os anos da chamada reforma de Carlos Botelho (1904-1908). Tudo passou por reorganização, criando-se novos departamentos e seções. A Diretoria Geral ligou-se a cinco diretorias subalternas, de Agricultura, de Indústria e Comércio, de Terras, Colonização e Imigração, de Viação e de Contadoria. O Instituto Agronômico de Campinas, a Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" de Piracicaba e a Comissão Geográfica e Geológica ficavam diretamente subordinadas ao titular da Pasta, na Diretoria Geral[111].

Nessa nova racionalização administrativa, agricultura e ensino mantiveram-se correlacionados, em razão das novas estratégias políticas voltadas para o abastecimento do mercado interno dos gêneros alimentares e para o rompimento com o exclusivismo do café – estratégia, entendidas como prioritárias pelo governo e como determinantes do fomento da policultura nos distritos agronômicos, das

experiências sobre culturas de valor econômico no IAC e nos campos de demonstração, da reformulação dos cursos na "Luiz de Queiroz", da dinâmica empregada no ensino ambulante e nos aprendizados agrícolas. Simultaneamente, mantinham-se os avanços na fronteira agrícola e na monocultura, bem como as experiências na policultura, sem descaracterizar a rede fundiária do Estado, apesar do aumento das pequenas propriedades [112].

A orientação inovadora do governo pautava-se no fomento policultor, iniciativa oferecida contra a importação dos gêneros alimentares, considerada a causa da escassez no abastecimento das cidades, com a conseqüente repercussão sobre a carestia da vida e o clamor social.

A policultura, entendida como produção agrícola diversificada, sob novos critérios e visando a ganhos de capital e abastecimento do mercado, tinha como meta promover as culturas alimentares e industriais. No primeiro caso entravam as culturas para alimentação do homem e dos animais, estas em sintonia com o fomento da pecuária e indústrias derivadas, principalmente com o sistema de frigoríficos que se implantava no Estado de São Paulo. Campos de experiências e campos de demonstração eram outra exigência dessa política de diversificação por meio da agricultura racional, colocando-se ciência e tecnologia a serviço da grande produção e da informação educativa dos agricultores. Abriam-se novas possibilidades de ganhos de capital, tanto na grande quanto na pequena propriedade, pela adaptação das espécies e variedades estrangeiras e pela seleção dos produtos de maior valor econômico.

O primeiro passo foi o fomento da cultura do arroz por irrigação, nos campos de demonstração estabelecidos na Estação Experimental de Moreira César, em Pindamonhangaba, como parte da estratégia de "ressurreição do Vale", conjugando-se o aproveitamento das terras cansadas com as águas do Paraíba. Para orientar os trabalhos nos tabuleiros de arroz, com os novos métodos e a colheita mecanizada, foi contratado nos EUA o especialista Welman Bradford[113]. Na zona da Central do Brasil foram estabelecidos campos de demonstração para as culturas comerciais (fumo), industriais (65 variedades cana-de-açúcar e dezesseis variedades de algodão, inclusive a *Upland,* de caroços verdes) e alimentares (feijão)[114].

Na área da Sorocabana foi instalada nova frente policultora, sediando-se em Itapetininga o centro promocional da cultura do trigo, em idênticas proporções à de Moreira César[115]. Em Sorocaba, promoveram-se outras culturas: milho, sorgo, cevada, aveia, forrageiras. Em Santos e Iguape, viveiros de mudas de frutíferas, palmito, cacau e banana foram organizados para promover a economia do litoral paulista[116]. Quanto à pecuária, organizara-se a pesquisa, em 1905, junto ao Posto Zootécnico Central (bairro da Mooca), visando a conservação e melhoramento das raças nacionais e a introdução dos reprodutores das raças selecionadas da Europa e EUA. Em Nova Odessa, 1908, próximo do núcleo de colonização eslava, fora criada a Fazenda de Seleção do Gado Nacional.

O ensino ambulante, de excelentes resultados na Europa e EUA, foi promovido no interior dos distritos agronômicos, com o uso dos vagões das ferrovias, espécie de retaguarda ao que já se ministrava nos dois Aprendizados Agrícolas, de Iguape e São Sebastião e na própria "Luiz de Queiroz". A política imigratória era vista sob novo enfoque: buscava dar encaminhamento do fluxo para

as cidades, onde estavam se desenvolvendo as manufaturas, embora se continuasse estimulando a introdução de estrangeiros nos núcleos coloniais, em terras desapropriadas e partilhadas para a implantação da pequena propriedade. Facilitar o acesso à terra (pequena propriedade) era uma medida considerada indispensável à fixação do imigrante, ao suprimento da mão-de-obra, à grande propriedade e ao abastecimento do mercado interno de gêneros alimentares[117].

Carlos Botelho era um dos maiores defensores do auto-abastecimento em culturas alimentares e agroindustriais. No seu entender, a cafeicultura bem-sucedida no mercado internacional era a principal responsável pela submissão do Sudeste à importação de alimentos, do que resultava a humilhação de tudo comprar do estrangeiro, desde o arroz até a alfafa para o gado, em flagrante contraste com as potencialidades de uma terra dotada de todos os recursos para tornar-se um dos celeiros do mundo, em legítima competição com a Argentina, Canadá, Austrália e Estados Unidos.

Via a cafeicultura sob ressalvas, como "cheia de defeitos e despotismos", apesar de dominante na agroexportação, "poderosa política e financeiramente, por haver promovido a riqueza do Estado de São Paulo e do Brasil":

> [...] habituada a impor-se [...] abafadora da Ciência agronômica oficial [...] que nos dirá com desdém – eu sou o dinheiro, que basta para tudo; prescindo a Ciência, pois vivo com a rotina do mais braçal dirigente! [...] fazendo crer que o sucesso parece estar na razão inversa do saber[118].

O desdém pelo saber agronômico era uma constatação que já abalara Antônio Francisco de Paula Souza em 1897, quando um único aluno buscava o curso de Engenharia Agronômica instalado na Escola Politécnica; a falta de atrativos e demanda no mercado de trabalho selaram o fracasso do curso, prestes a ser encerrado. Também para os agrônomos práticos saídos da "Luiz de Queiroz", as possibilidades de êxito na carreira profissional pareciam escassas, fora do setor burocrático. Naquele momento, o saber agronômico se lhe apresentava injustamente mal compreendido, "[...] saber precoce, em época precoce", reservando-se ao futuro a compreensão dos "iluminados", "[...] como hoje compreendem já os Pereira Barreto e outros". Parecia destinado apenas ao futuro, devendo-se aguardar o ingresso dos agrônomos na área da grande propriedade, quando: "[...] as terras esgotadas de sua fertilidade natural, quando a mata já abatida por toda a parte, impuserem a cultura intensiva". Esta sim, oferecia a melhor das alternativas agronômicas, por ser "[...] aquela que reergue a produção da terra exausta para fazê-la ombrar com as mais extraordinárias terras virgens" e por estar ao alcance do técnico, o agrônomo[119].

O próprio Carlos Botelho era um grande proprietário rural, conquanto fosse um dos que de modo mais contundente criticavam a grande propriedade resultante da cafeicultura, não para contrapô-la à pequena propriedade, que muitos defendiam como básica para a nova orientação econômica ao País, mas para desnudar os erros e os vícios da agricultura tradicional que se praticava no seu interior. Desejava que os defensores intransigentes, tanto da grande quanto da pequena propriedade, reformulassem os seus conceitos, uma vez que a riqueza não dependia do tamanho, mas do tratamento agronômico que se devotava à terra, "[...] do bom manejo de uma e de outra"[120].

Sua crítica ao proprietário rural era movida por razões técnicas e empresariais, acabando por generalizar-se e abranger a classe dominante. Os recursos de capacitação, que deviam ser a marca do verdadeiro empresário rural, o cultivador por excelência da terra paulista, onipresente em todas as fases da lavoura, eram assentados no gerenciamento científico do solo, no conhecimento técnico dos tratos culturais das plantas e dos animais, na administração do produto da terra com critérios de qualidade, nos aumentos da produção e produtividade, bem como nos lucros sobre os custos. Tratava-se de um personagem oposto ao do proprietário marcado pelo absenteísmo, que entregava sua lavoura a um preposto, a "um estranho assalariado", para se dedicar à vida sofisticada da capital, ou ao do proprietário que permanecia ligado aos erros do passado, recusando-se ao moderno.

O personagem ideal do fazendeiro paulista devia compor-se na figura do *land lord*, o proprietário à frente das suas lavouras, habitando as suas próprias terras; daí o apelo do retorno ao campo, cerne do ruralismo, e a discreta contraposição ao urbano, *habitat* das "classes consumidoras", às quais cabia ao campo alimentar, em nome da independência econômica nacional e dos brios estimulados perante a humilhação de se importar gêneros, desde o feijão para o consumo humano, até o milho para o gado. O modelo aristocrata do grande produtor rural, do qual Carlos Botelho era um protótipo, não ficava muito distante do modelo que ele conheceu na Europa, quando estudante em Montpellier. Ele, pessoalmente, comportava-se como um sofisticado representante das elites, não escondia a sua formação intelectual européia, a sua condição de cirurgião brilhante na capital ou seu estilo de vida na chácara do Jardim da Aclimação, admirada por Luiz Vicente de Souza Queiroz, em 1893, ou nas suas propriedades no interior paulista, particularmente em sua fazenda "padrão de modernidade", em São Carlos do Pinhal. Ele próprio (filho do Conde do Pinhal), um *land lord* de eclética vocação, não muito diverso do presidente do Estado, Jorge Tibiriçá Piratininga, em sua fazenda Ressaca.

O proposto por Carlos Botelho não era o seu modelo pessoal, mas o que idealizara, e que de certa forma seria buscado na gestão do dr. Clinton Dewit Smith entre 1908 e 1912; guarda certa semelhança com os planos do *college* de Luiz Vicente de Souza Queiroz, ou o Projeto Morimont, reeditado em 1904 por Jorge Tibiriçá Piratininga, que ele próprio, secretário da Agricultura, encarregara-se de materializar. O *gentleman's farmer project* devia ajustar-se aos jovens estudantes da nova agricultura nacional, a partir da "Luiz de Queiroz", desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul, numa evidência de que o agrônomo tinha de conquistar o seu espaço na grande propriedade monocultora (café, fumo, cacau) e extrativista (borracha, mate), sem descurar a policultura, embora esta, naquele momento, parecesse mais adequada à média e pequena propriedade[121].

Agricultura racional, saber agronômico, projeto nacional de ensino agronômico para a "Luiz de Queiroz" eram os temas que o empolgavam, tanto quanto a pecuária e a policultura, com os quais envolvera a Secretaria da Agricultura durante a sua gestão de titular da pasta. Monocultura e policultura podiam e deviam conviver no Estado de São Paulo, suprido das suas necessidades de mão-de-obra, havendo em disponibilidade terras para expandir a fronteira agrícola e uma "classe" proprietária à altura do desafio. A hegemonia

cafeeira não devia servir de obstáculo à policultura, pois outras culturas podiam ser praticadas simultaneamente no interior das propriedades, não apenas cereais, mas as plantas têxteis e as forrageiras. As culturas alimentares deviam tornar-se obrigatórias em toda a exploração rural, principalmente o arroz, com base no êxito agronômico dos arrozais do Vale do Paraíba. Também a cultura do algodão, pela possibilidade de combiná-la com a do café, ou da alfafa, uma forrageira leguminosa indispensável à pecuária, estimulada pela implantação das indústrias frigoríficas.

A prática da agricultura policultora intensiva para o abastecimento do mercado interno e, já, para a exportação, a exemplo do que ocorria com o arroz, afigurava-se o caminho alternativo ao modelo agroexportador brasileiro, que demonstrava haver atingido os seus limites de saturação com a cafeicultura. Parecia-lhe haver chegado a hora da mudança, o Estado de São Paulo devia entrar em nova fase de riqueza e "[...] dar o exemplo que vai determinar a nova porfia em prol do grande progresso brasileiro"[122]. Se o futuro do País continuava depositado nas mãos da agricultura (por sua vocação e destinação ruralistas), estas deviam ser inteligentes e policultoras. O Secretário tinha a convicção de que soara a vez do saber Agronômico.

A origem dessa política estava na perda do poder de compra no exterior, sucedânea ao colapso dos preços do café na safra de 1896-1897, a qual não fora acompanhada da redução nas importações, principalmente de alimentos. Os gastos nesse setor atingiram 59,32% em 1904, chegando ao pico de 59,945% em 1906[123]. A velha crença de que o "café dava para tudo" esgotara-se na crise da cafeicultura da última década do século XIX. No Relatório de 1897, o secretário Firmiano Pinto apontara para a necessidade de se diminuir a pressão sobre a pauta das importações: "o remédio está na policultura". Sempre havia respaldo na crise, quando se cogitava numa política de intervenção estatal na área da agricultura, que fosse preservacionista com relação à agroexportação e que, sem alterar o perfil da rede fundiária do Estado, se preocupasse com as médias e pequenas propriedades, voltadas para a policultura e para o abastecimento interno de alimentos.

Em 1905, época em que os dissidentes reformulavam conceitos a respeito do papel do Estado na sociedade e os ruralistas promoviam intensa campanha pela criação do Ministério da Agricultura, o Congresso Federal aprovou a lei nº 1452, de 30.12.1905, de natureza fiscal e protecionista, incidente sobre os gêneros alimentares concorrentes à produção nacional. O decreto estadual nº 1412, de 17.10.1906, era-lhe complementar, assegurando proteção tarifária contra a concorrência do arroz, medida que, mais tarde, transferir-se-ia aos outros gêneros[124]. Essas medidas institucionais associaram-se ao grande esforço pela modernização da agricultura paulista, que passou a contar com estratégias nos setores da produção e comercialização dos produtos agrícolas, a partir de operações montadas pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no interior dos distritos agronômicos, intimamente ligados às diversas agências de saber.

A "Luiz de Queiroz" e a Produção Agrícola

O projeto de política agrícola elaborado anteriormente pela Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, com base na lei do Serviço Agronômico (1899), esbarrou nas dificuldades da crise da cafeicultura. A mesma

crise forçava a busca de saídas alternativas para o mercado externo e auto-abastecimento dos gêneros alimentares. Monocultura e policultura forjaram estratégias agrícolas paralelas, assumidas no mandato presidencial de Jorge Tibiriçá Piratininga e conduzidas com bons resultados sob a gestão de Carlos Botelho, titular da pasta.

O ensino era parte substancial da política agrícola que se desejava implantar para despertar o potencial produtivo do setor e estava na base da agricultura racional defendida contra as formas arcaicas de produção. A Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas patrocinou diversas modalidades desse saber.

O ensino técnico elementar ficou adstrito aos aprendizados agrícolas de Iguape ("Bernardino de Campos") e de São Sebastião ("João Tibiriçá") e o de grau médio foi estabelecido na "Luiz de Queiroz" de Piracicaba, após sérias dificuldades. O ensino ambulante era promovido nos vagões ferroviários, endereçado às pequenas comunidades de lavradores no interior dos distritos agronômicos, por parte dos especialistas, os inspetores.

Nos diversos campos de demonstração, instalados em bens públicos ou nas fazendas particulares postas à disposição, e nos postos zootécnicos (Central-São Paulo, da "Luiz de Queiroz" e de Nova Odessa), a atividade educativa chegava aonde a rotina se estabelecera no campo. Mediante ação direta sobre o lavrador divulgavam-se os princípios agronômicos e os conhecimentos práticos, que, por meio dessa interatividade, era persuadido das vantagens da aplicação dos novos processos culturais na lavoura e na pecuária.

A pesquisa continuava por conta exclusiva do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), ressalvando-se que a pesquisa básica também podia ocorrer na engenharia agronômica instalada na Escola Politécnica, esta sob coordenação de outra Secretaria do Governo (Administração).

No conjunto, a Diretoria de Agricultura dispunha de uma dotação orçamentária que a compatibilizava para o exercício do programa, pouco ambicioso para as magnas necessidades da agricultura paulista, mas concreto, pautado nos itens da pesquisa, do estudo das novas culturas adaptáveis às condições econômicas do Estado, das necessidades da lavoura, do melhoramento dos processos de lavoura e criação, da propagação dos princípios agronômicos e dos resultados práticos em geral. Nos campos do IAC realizavam-se as experiências na área do café (estrumação, poda, cruzamento), do algodão, da cana-de-açúcar, da cevada e do trigo, do vinhedo, do arroz e do milho[125].

Na "Luiz de Queiroz", exercitava-se a agricultura prática em toda a fazenda-modelo, aumentando-se, progressivamente, a variedade na distribuição das culturas e o coeficiente da área plantada. A mecanização se fazia presente nos diversos tratos sobre a terra, sobre as lavouras e as colheitas e sobre o beneficiamento dos cereais. A agricultura, a Pecuária e seus derivados, inclusive a indústria de laticínios, integravam o currículo da escola, interagindo com as cinco cadeiras de ensino teórico-experimental, física-matemática, química, biologia, agricultura e zootecnia, nos seus laboratórios, gabinetes e salas de aula, associados aos cursos de desenho topográfico e contabilidade. O conhecimento dos tratos culturais, associado ao bom gerenciamento da propriedade e da produção, visto como o principal atributo do agrônomo prático, passava pelo enfoque da secretaria, empenhada, desde

1904, no fomento da produção agrícola paulista para a exportação e para o mercado interno.

O plano das culturas diversificadas, estabelecido para 1904, previa em ordem decrescente as áreas plantadas com alimentos básicos e plantas de valor comercial-industrial: *milho* (em diversas variedades: americano, caiana, catete vermelho), *arroz-dourado*, *batata-doce* plantada em rama, *batatinha*, *cará*, *abóbora*, *amendoim*, *variedades de sorgo* (preto, branco, de vassoura), *teosinto, mucuna*, *feijão gigante*, *favas*, *algodão* Upland (com sementes importadas e com sementes de Sarapuhy) e Sea Island (com sementes importadas), *cana-taquara* (forrageira), *fumo* (diversas variedades), *pomar* e *horta*, *café* (9.300 pés plantados de semente em 14 ha e 8.000 m²) e *mandioca*[126].

Em 1905, observando-se o quadro geral da exportação paulista por ferrovias, constatam-se, entre os gêneros sujeitos a imposto, os seguintes produtos: borracha, café, couros, fumo, mel de fumo e talco. Os gêneros não agravados incluíam: tecidos de algodão, aniagem e sacaria, fios e tecidos diversos; couro e produtos de couro, solas e calçados; ferragens e máquinas; bebidas e aguardente; frutas e conservas; gêneros alimentares: feijão, milho, arroz, farinha de trigo e farelo. Esses produtos agroindustriais e alimentares eram uma amostragem do potencial agrícola do Estado, malgrado o grande crescimento da importação do exterior em alimentos, algodão, juta, lã e seda, de metais e maquinaria, de carvão e cimento[127]. Também se observa que o montante dos aparelhos mecânicos para a lavoura era inexpressivo diante do volume apresentado pela importação das máquinas industriais[128].

No Instituto Agronômico de Campinas prosseguiam as experiências no campo da policultura, relativas a plantas de valor econômico, como fumo, cevada, aveia, trigo, arroz, sorgo, milho, linho, cânhamo, maniçoba, algodão, cana-de-açúcar, café, batata inglesa, vinhedo e forrageiras. Por contraponto, na "Luiz de Queiroz" achavam-se representadas as principais culturas do país, inclusive aquelas em fase experimental. Realizavam-se experiências na horta e no pomar, era introduzido um sistema de seleção e fecundação cruzada em milho, com o objetivo de obter-se um cereal mais produtivo do que as variedades existentes em São Paulo. Prosseguia o alargamento da área a ser cultivada, mediante a derrubada da mata em favor de novo cafezal e um campo de demonstração prática. Calculava-se em 55,68 ha a área plantada na fazenda-modelo[129].

Em 1906, a área cultivada da fazenda-modelo cobria 74,67 ha, que estavam distribuídos em culturas agroexportadoras, agroindustriais e alimentares, dentro do seguinte critério: *cafezal* (9.300 pés, em excelentes condições), intercalado por forrageiras (o feijão da Flórida e o de Vaca, plantas de rápido crescimento, úteis no combate das ervas daninhas, produtoras de adubo verde); o milho também era usado para intercalar no cafezal. Como produção à parte havia *milho*, *arroz* e *cana-de-açúcar.* Estavam prestes a chegar cerca de 22 variedades de mudas remetidas dos EUA pelo Departamento de Agricultura de Washington. Havia *leguminosas*, *algodão* (nas variedades Upland e Griffin, reputadas como as melhores), *cereais*: trigo, cevada, centeio e aveia (experiência fracassada devido ao ataque da ferrugem, da qual se salvaram apenas o trigo duro da África e a aveia de Montevidéu) e também a cultura extrativista da *maniçoba* (o látex)[130].

Na fazenda-modelo prosseguiam o alargamento das áreas cultivadas e os ensaios

com as diversas culturas, sob a direção do dr. John William Hart. Em 1907, mantinha-se a mesma iniciativa, com as culturas alimentares e agroindustriais, *alfafa*, *forrageiras*, *cereais* de inverno, *algodão*, *arroz*, *feijão*, *milho*, *cana-de-açúcar*, em consonância com a política da Secretaria. Os trabalhos de preparo do solo, adubação, amanho, colheita e beneficiamento utilizavam aparelhos mecânicos, os mais modernos e adaptados. O posto zootécnico funcionava regularmente com 150 cabeças de animais (bovinos, eqüinos, ovinos e suínos) e o apiário apresentava 74 colméias. Em dezembro daquele ano foi possível ministrar um curso prático de horticultura aos lavradores locais.

Em 1908, último ano de Carlos Botelho à frente da Secretaria, a área plantada na fazenda-modelo avançava para 90 ha, tendência que aumentou no ano seguinte, sob nova administração da Secretaria. A política de fomento agrícola devia continuar no governo de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins (01.05.1908 a 01.05.1912).

> [...] num prazo de aproximadamente 5 anos, o Estado saiu de uma condição de importador de alimentos para a de exportador. Quer dizer, na virada da 1ª década, São Paulo era praticamente auto-suficiente em relação aos produtos básicos de alimentação de origem agrícola[131].

O Ano de 1908

Começava repleto de acontecimentos, afetando a rotina do ensino na "Luiz de Queiroz". O movimento geral das matrículas crescera: no 1º ano achavam-se inscritos 26 alunos regulares (após a perda de sete); no 2º ano, cerca de 23 e no 3º ano, treze, totalizando 62 inscritos para o início do semestre letivo[132]. Repetia-se o fenômeno registrado anualmente, sendo a freqüência ao curso bastante prejudicada durante a estação chuvosa, em virtude do mau estado da avenida de acesso, responsável em parte pela evasão do alunado. O efeito foi sanado apenas quando a "patriótica Câmara Municipal de Piracicaba determinou revestir o trajeto com pedregulho"[133].

A insuficiência de textos didáticos e material bibliográfico tornara-se fator de entrave ao ensino teórico. Na primeira reunião da congregação, quando se discutiam os programas e as indicações bibliográficas – janeiro de 1908 – o professor Germano Vert propusera algumas alterações na sua programação, relativas à bibliografia. Era seu desejo adotar as obras do agrônomo Lourenço Granato, inspetor agronômico e fundador do Aprendizado Agrícola "Bernardino de Campos" em Iguape, *Botânica Geral* e *Moléstias das Plantas*; ele sugeria que as utilizadas anteriormente ficassem reservadas para consulta. Tal expediente, de fácil solução, avaliado e aprovado pela congregação da escola, respaldada pelo regulamento de 1905, foi encaminhado para ulterior aprovação do governo, prova de que a insegurança dos primeiros tempos persistia, mesmo sob os últimos meses da gestão de Carlos Botelho[134].

Durante o mês de março, veio a falecer o professor Germano Vert, lente da 3ª cadeira e professor substituto da 4ª cadeira, deixando a escola seriamente desfalcada[135]. Uma acomodação provisória deslocava o Diretor Francisco Dias Martins para substituí-lo interinamente na 3ª cadeira, enquanto se contratava o dr. Lourenço Granato, em comissionamento, para a 4ª cadeira[136].

Em meados daquele ano, Jorge Tibiriçá Piratininga (01.05.1904 a 01.05.1908) transferia o governo para o novo presidente

eleito, Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, passando, por sua vez, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas das mãos de Carlos Botelho para as de Antônio Cândido Rodrigues, personagem ligada à escola, em sua fase inaugural e às vicissitudes dos primeiros tempos.

A fase de reorganização por que passara a escola durante os quatro anos do governo anterior, a grande divulgação das obras realizadas, desenvolvida pela mídia, particularmente após o Convênio de Taubaté, o ensino oferecido e a festa inaugural do suntuoso edifício do colégio trabalharam a opinião pública favoravelmente. O aumento da procura por matrículas espelhava o consenso a que se chegara com relação à Escola "Luiz de Queiroz" de Piracicaba: uma agência de saber a serviço da modernização agrícola, cuja missão não se esgotava em propagar os conhecimentos da agricultura racional indispensáveis à exploração vantajosa da terra.

Começava-se a ver no agrônomo o técnico e o agente da modernidade. Ao mesmo tempo, consolidava-se a opinião de que não bastava transplantar modelos bem-sucedidos de outros países. Se a experiência estrangeira era válida (Projeto Morimont) para fornecer parâmetros, tornava-se necessário adaptá-la, infundir direcionamento próprio ao ensino profissional, de acordo com a nossa realidade, os costumes paulistas, o nível intelectual dos candidatos e as necessidades da agricultura nacional.

Antônio Cândido Rodrigues, que já fora tão inflexível com as reivindicações do corpo docente a respeito do remanejamento dos conteúdos programáticos, em 1901, emitiu a sua avaliação pessoal sobre as dificuldades experimentadas pela escola ao longo dos seus sete anos de experiência no ensino técnico da agricultura. Burocrata veterano na carreira, preferia atribuí-las a uma "[...] tríplice falta: de direção, de pessoal docente convenientemente orientado e de aparelhamento material", deficiências que não podiam ser atribuídas à "[...] falta de um bom regulamento ou de programas de ensino bem traçados"[137].

Na defesa intransigente da sua atuação como secretário da Agricultura no governo de Campos Sales e autoridade hegemônica no âmbito do ensino técnico incipiente, responsabilizou o elemento humano por dois terços do fracasso da primeira experiência. Responsabilizados os mestres, não pôde deixar de reconhecer que o governo de Jorge Tibiriçá Piratininga, por meio de Carlos Botelho, deixara a escola aparelhada e "[...] em perfeito funcionamento". As falhas de origem e os abusos de autoridade no passado eram ignorados em seu diagnóstico.

Não havia como invalidar o trabalho executado por seu antecessor, aceitando como necessária a política de contratação de pessoal estrangeiro, por cultura científica, gabaritado para a docência, pesquisa ou administração das principais instituições, como a "Luiz de Queiroz ", o Instituto Agronômico de Campinas, o posto zootécnico central e a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Seguindo o exemplo do seu antecessor, liberava a contratação no exterior de novos especialistas para o ensino técnico agrícola, ressalvando o cuidado em se colocar como adjuntos aos professores estrangeiros "moços do país, formados nas nossas escolas superiores", com a finalidade de assumir suas funções quando terminados os contratos. A preocupação em formar um quadro nacional de docentes o demoveu a solicitar autorização do Congresso paulista para a nomeação adjuntos

para as mesmas cadeiras de agricultura, botânica, química e zootecnia para a Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz"[138].

O zelo manifesto pelo novo governo em favor da cultura agronômica que se pretendia levar à "classe da lavoura" se estendeu ao documento básico da Escola, o regulamento de 1905, que devia ser escoimado dos estrangeirismos pedagógicos preconizados por Carlos Botelho. Nesse sentido, a lei nº 1149-A, de 07.12.1908, que autorizava o governo a reformar a escola, foi regulamentada pelo decreto nº 1684, de 21.12.1908, que lhe atribuía um novo regulamento (o terceiro da série).

No entender de Antônio Cândido Rodrigues, depois da implantação desse instrumento, a escola se acharia preparada para entrar em sua última fase, "[...] a da completa integração dos seus elementos de perfeito funcionamento"[139]. Pelo novo estatuto, o curso regular de três anos passava a incluir um ano preliminar, propedêutico ao ensino agronômico de 2º grau, e um especial, posterior e facultativo, da especialização em alguma área de agricultura. O internato era reservado aos iniciantes (curso preliminar), adotando-se o regime de meio pensionato para os demais, em vista de um maior rendimento dos estudos.

Não cessavam as alterações na vida institucional e administrativa da escola. Durante o mês de maio se realizava a mais significativa de todas, mediante a posse, em 04.05.1908, apenas três dias após o encerramento do governo Tibiriçá Piratininga, do dr. Clinton Dewit Smith, o novo diretor da Escola Agrícola Prática de Piracicaba[140]. O dr. Francisco Dias Martins entregava a direção, após quatro árduos anos de serviços prestados ao ensino técnico, a um agrônomo corneliano, *expert* em administração escolar nos Estados Unidos.

Se o primeiro impediu que a escola fenecesse, enquanto sustentava a reforma Jorge Tibiriçá Piratininga-Carlos Botelho, o segundo viria a consolidar o projeto de ensino técnico agrícola, transformando o estabelecimento em paradigma de educação técnica agronômica e orgulho da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo.

Mário de Sampaio Ferraz, em seu livro sobre a "Luiz de Queiroz", em 1911, não escondia a admiração pelo novo diretor da Escola Agrícola Prática de Piracicaba. É ele quem esclarece sobre a sua contratação, em 1907, por intermédio do embaixador nos EUA, Joaquim Nabuco, ainda no governo de Jorge Tibiriçá Piratininga[141]. O prestígio desse especialista ganhou a inteira confiança de Antônio Cândido Rodrigues, que lhe entregou a direção da escola em sua novíssima fase, prestes a inaugurar-se com o regulamento que lhe fora atribuído, em dezembro de 1908.

O dr. Clinton Dewit Smith possuía um *curriculum* invejável. Era formado pela Universidade de Cornell (1873), fora professor de Agricultura na Escola de Purdue. Tornou-se advogado e pequeno proprietário agrícola em Trumansburg, Estado de New York. Em 1890, foi nomeado diretor da Estação Experimental do Estado de Minesotta e, em 1893, diretor do Colégio de Agricultura do Estado de Illinois. Aos 53 anos de idade em 1907, era um nome consagrado nos Estados Unidos, diretor dos cursos da Escola Agrícola de Michigan, quando o embaixador foi contactá-lo[142]. Reunia ciência e pragmatismo, atributos da cultura anglo-americana muito admirados por parte da Intelectualidade paulista. Mário Sampaio Ferraz parecia compartilhar da mesma admiração de Carlos Botelho pelo sistema de ensino da Inglaterra e dos Estados Unidos que se fazia presente no trabalho de Clinton Dewit Smith[143].

Gratidão e admiração permaneceram expressos pelos ex-alunos, que o conheceram de perto naqueles anos, que conviveram com ele no Internato do colégio-escola, particularmente na sala de estudos, e se formaram sob a sua pedagogia missionária[144].

A chegada do dr. Clinton Dewit Smith não eliminou os transtornos do ano letivo de 1908. Devido ao falecimento do dr. Germano Vert, o curso de botânica se tornara bastante irregular. A evasão dos alunos se mantinha alta. Compareceram no primeiro trimestre (fev/mar/abril) apenas quarenta alunos dos 67 matriculados, mantendo-se a tendência decrescente em agosto.

Até 1908, os trabalhos práticos de agricultura eram dirigidos pelo Diretor da fazenda-modelo, o dr. John William Hart, com bastante proficiência, mas era inegável a desconexão existente entre o ensino teórico ministrado no colégio pelo lente da 4ª cadeira (agricultura), tantas vezes colocada em mãos de substitutos, e o ensino prático oferecido no campo[145]. A falha revertia em perda do rendimento em termos da prática que o curso devia proporcionar, fato reconhecido e apontado pelos responsáveis, a ponto de serem sacrificadas, naquele ano, as lições de horticultura[146].

Representação Gráfica da Experiência

ao lado

Tab. 8. Evolução da quinta turma de matriculados (1905-1907).

Ano	1905	1906	1907	Aprovados em relação à matricula
1º sem. letivo	31	13	07	Do 1º p/ 2º ano 38,70%
2º sem. letivo	20	12	07	Do 2º p/ 3º ano 53,84%
Nº aprov.	12	07	07 (05)	3º ano 100,00%
Alunos formados em relação à matricula 22,58%				
Agrônomos formados em relação à matrícula 16,12%				

à esquerda / à direita

Fig. 42. A Seriação da Escolaridade.

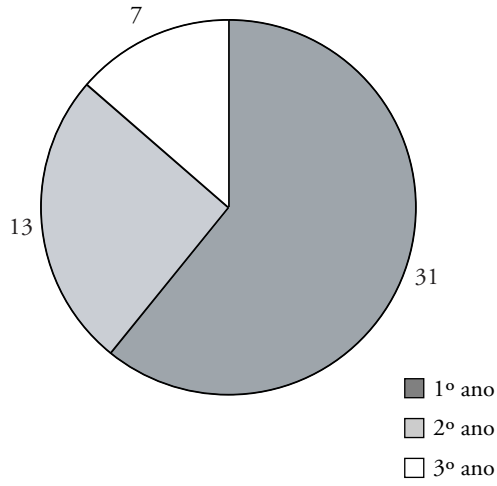
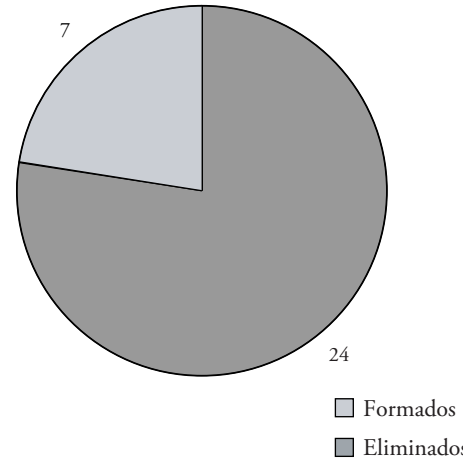


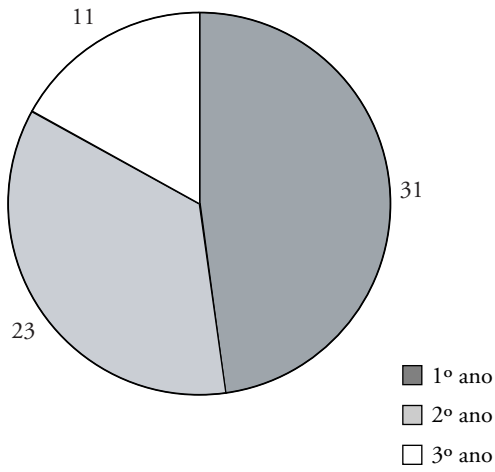
Fig. 43. A Produção Final.

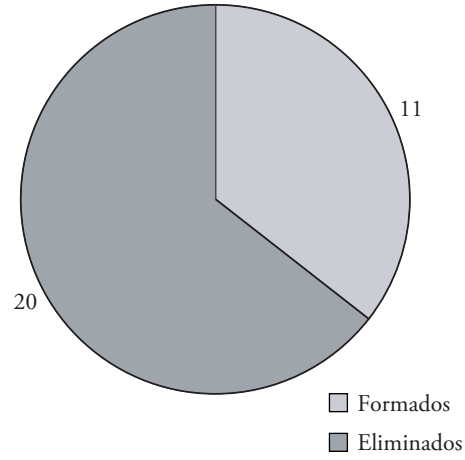


Ano	1906	1907	1908	Aprovados em relação à matricula
1º sem. letivo	31	23	11	Do 1º p/ 2º ano 64,51%
2º sem. letivo	28	--	11	Do 2º p/ 3º ano 47,82%
Nº aprov.	20	11	11	3º ano 100,00%
Agrônomos formados em relação à matricula 35,48%				

AO LADO

Tab. 9. Evolução da sexta turma de matriculados (1906-1908).





À ESQUERDA / À DIREITA

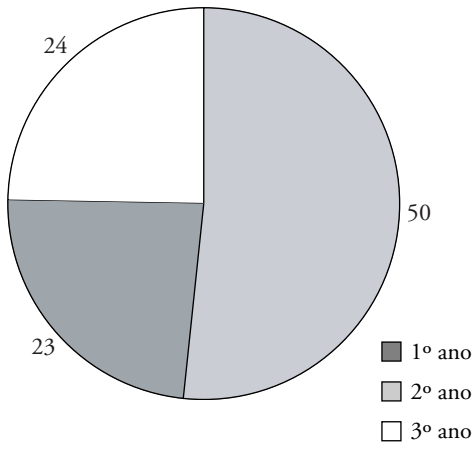
Fig. 44. A Seriação da Escolaridade.

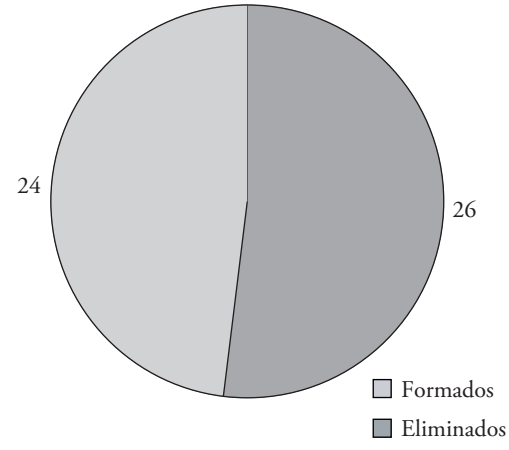
Fig. 45. A Produção Final.

Ano	1907	1908	1909	Aprovados em relação à matricula
1º sem. letivo	31	23	11	Do 2º p/ 3º ano 100,00%
Nº aprov.	--	23	24 (22)	3º ano 100,00%
Alunos formados em relação à matricula 48,00%				
Agrônomos formados em relação à matricula 44,00%				

AO LADO

Tab. 10. Evolução da sétima turma de matriculados (1907-1909).





À ESQUERDA / À DIREITA

Fig. 46. A Seriação da Escolaridade.

Fig. 47. A Produção Final.

AO LADO

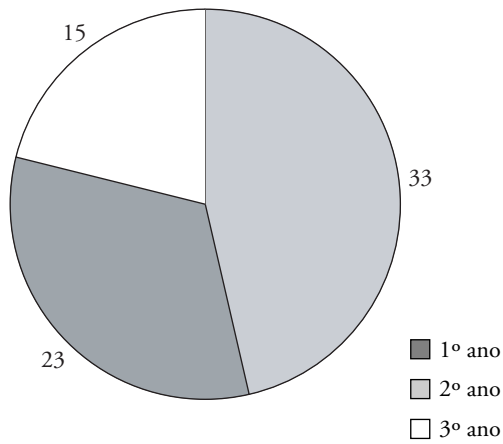
Tab. 11. Evolução da oitava turma de matriculados (1908-1910).

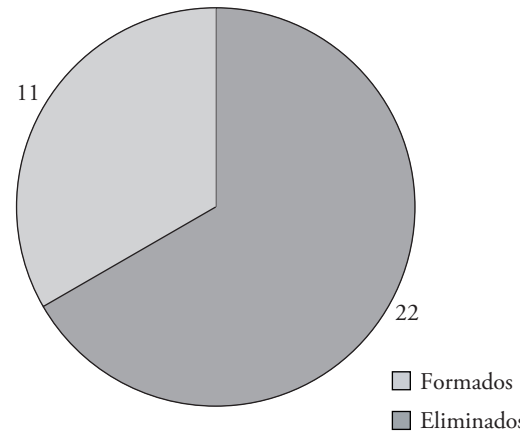
Ano	1905	1906	1907	Aprovados em relação à matricula
1º sem. letivo	33	23	15	Do 1º p/ 2º ano 66,66%
2º sem. letivo	26	16	13	Do 2º p/ 3º ano 65,21%
Nº aprov.	22	15	11 (09)	3º ano 73,33%
Alunos formados em relação à matricula 33,33%				
Agrônomos formados em relação à matrícula 27,27%				

À ESQUERDA / À DIREITA

Fig. 48. A Seriação da Escolaridade.

Fig. 49. A Produção Final.





ACIMA

Fig. 50. Totais de alunos matriculados em todas as séries no primeiro semestre da Escola e aprovados no final do ano letivo.

Entrada	Alunos	Saída	Formandos
1905	31	1907	07 (05 ag.)
1906	31	1908	11
1907	50	1909	24 (22 ag.)
1908	33	1910	11(09 ag.)
1909 – 3º Regulamento, de 1908	33	1911	33 (27 ag.)
Totais	178		86 (74 ag.)

Tab. 12. Balanço de qüinqüênio (1905-1909).

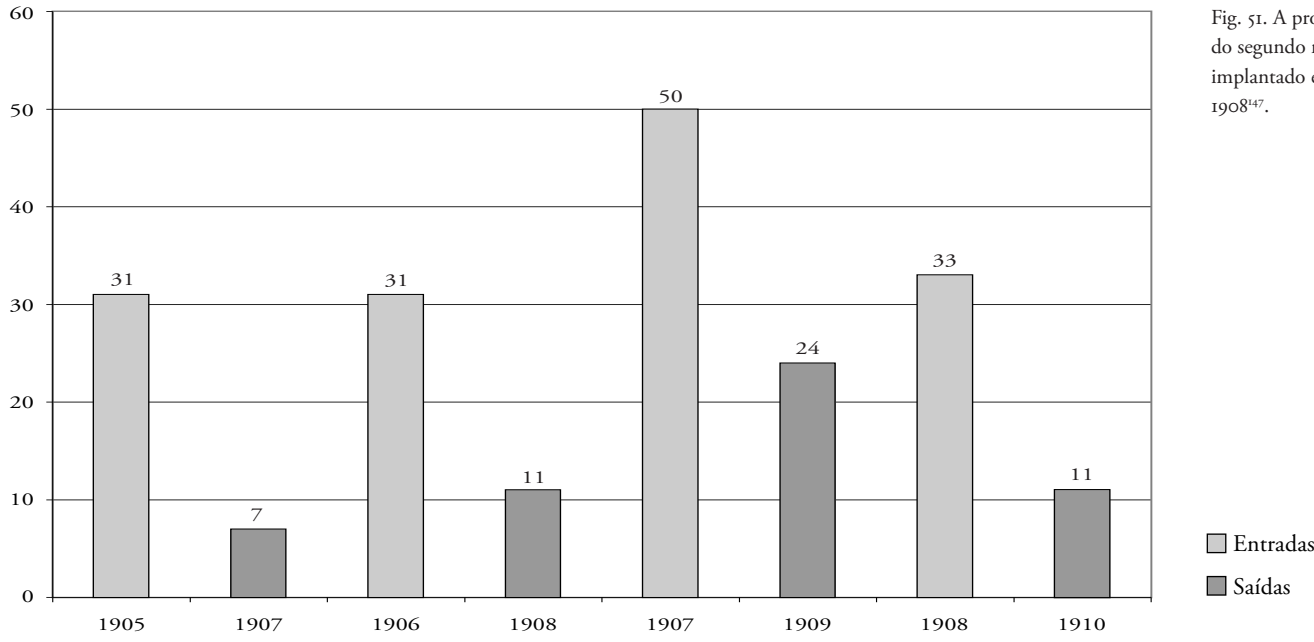


Fig. 51. A produtividade do segundo modelo oficial, implantado entre 1904 e 1908[147].

Notas

1. Francisco Dias Martins, "Agricultura Racional na Escola Agrícola de Piracicaba", *Boletim de Agricultura,* 5(11):514, novembro de 1904.
2. Adotamos o critério de ciência básica e ciência aplicada ou tecnológica, seguindo Freire-Maia em *A Ciência por Dentro,* 4ª ed., p. 24. Também a sua distinção entre *ciências formais*, em que se incluem as lógico-matemáticas e as ciências *reais ou fatuais*, em que se incluem as naturais (física, química, biologia) e as humanas, (*idem*, pp. 29 e 30). Referindo-se ao saber construído na Esalq, Eurípedes Malavolta distingue as ciências básicas (matemática, física, química, biologia), das ciências aplicadas. As ciências básicas, no seu entender, "são verdades menos provisórias [..] contribuem para a formação do profissional de Engenharia Agronômica e Engenharia Florestal, enquanto as aplicadas, também indispensáveis, é claro, contribuem mais para a sua informação. Ciências básicas e aplicadas não podem limitar-se à simples transmissão do conhecimento" (Eurípedes Malavolta, "Um Século de Ciências Agrícolas em Piracicaba", *Revista de Agricultura*, 76(2):169, setembro de 2001).
3. A reivindicação dos lentes, de alterar-se o regulamento da escola, vinha da segunda reunião da congregação (Sessão Ordinária de 15.07.1901). Após quatro anos de insistência e conflitos com a direção e a secretaria, obtiveram permissão para organizar o seu próprio projeto de regulamento e o fizeram no intuito de promover o interesse geral da instituição. A sua proposta continha modificações relativas ao regulamento de 1900, a partir do art. 30 do cap. IV até o art. 108, parágrafo único do cap. XII. Não foram atendidos porque a Secretaria já anunciava estar elaborando um novo regulamento para a escola, que seria reformada; apenas

desejava colher sugestões dos professores, não atender-lhes as propostas.

4. Os segmentos de classe média na capital pareciam dar preferência ao grau científico em âmbito da Escola Politécnica, formadora dos engenheiros doutores.
5. Cf. art. 3º, cap. I do *Regulamento de 1900.*
6. O agrônomo graduado pela "Luiz de Queiroz" podia apresentar-se como candidato privilegiado ao funcionalismo público, conforme o previsto pelo art. 115, cap. XIII do *Regulamento de 1900*. O dispositivo vinha em apoio ao tradicional bacharelismo-empreguismo, tão condenado por Pereira Barreto e outros.
7. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado, pelo dr. Luiz de Toledo Piza e Almeida, secretário da Agricultura, ano de 1903.
8. O decreto nº 611, de 09.11.1898, em seu artigo 29, parágrafo 2, previa habilitação nas escolas preliminares do Estado de São Paulo, ou seja, exigia uma pré-escolaridade de nível primário ao candidato portador da idade mínima de quinze anos.
9. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 21.08.1902, AE.
10. *1º Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 21.01.1903, AE.
11. Cf. *Relatório* apresentado ao presidente do Estado, cel. Fernando Prestes de Albuquerque, pelo dr. Alfredo Guedes, secretário da Agricultura, ano de 1899.
12. "[...] assim não entendeu o hábil agrônomo Gustavo D'Utra na distribuição das disciplinas que compõem o curso" (fala do dr. Lacordaire Duarte, mencionada no ofício de 26.01.1903, da parte do dr. Luciano de Almeida ao secretário, *Livro de Correspondência* da Escola Prática "Luiz de Queiroz", ME).
13. O engenheiro agrônomo Gustavo D'Utra dirigiu a escola da Bahia no triênio junho de 1894 a junho de 1897, ainda quando era denominada Instituto Bahiano de Agricultura (1875–1904). Posteriormente a instituição passou para a administração estadual (1904–1911) e para a federal (1911 em diante) como Escola Agrícola da Bahia. A sua organização curricular refletia os padrões europeus de ensino agronômico. Durante a primeira fase, o ensino superior que ela oferecia era centrado num currículo repartido por *6 cadeiras* (ou grandes áreas de saber Agronômico): 1ª cadeira: física e química analítica e tecnologia agrícola; 2ª cadeira: botânica, zoologia e geologia; 3ª cadeira: engenharia rural (mecânica, hidráulica e construções rurais); 4ª cadeira: anatomia descritiva e fisiologia veterinárias, patologia, cirurgia, obstetrícia, farmacologia, seredotecnia, zootecnia, higiene e direito veterinário; 5ª cadeira: desenho linear, geometria descritiva e topografia; 6ª cadeira: agrologia, fitotecnia, arboricultura, silvicultura, economia agrícola e florestal, legislação e contabilidade agrícolas (*Escola Prática da Bahia*, Publicação Oficial, Bahia, 1934, p. 17).
14. "[...] É preciso reconhecer que não temos andado certo"; "[..] Não é de admirar, portanto, que ainda não se possa afirmar que a Escola Agrícola Prática 'Luiz de Queiroz' se acha definitivamente organizada para um funcionamento regular como o desejado" (*Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1904).
15. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1905.
16. De certa forma, a inovação fazia lembrar o sistema de ensino agrícola francês, que reservava um modelo de escola para cada segmento da sociedade. Supõe-se que a grande dificuldade para os mestres seria conciliar o processo didático-pedagógico no 1º grau, freqüentado pelos aspirantes de procedência heterogênea e sintetizar, numa só instituição, os três modelos de escolas agrícolas da França, a *"ferme"*, a *"pratique"* e a "*nationale*". Mas a inspiração de Carlos Botelho era anglo-americana, mais pragmática e progressivamente cientificada.
17. Art. 4º, cap. I; art. 37 e 38, parágrafo único, cap. III; art. 89, cap. X; art. 115, cap. X; art. 131 e art. 128, cap. III, regulamento *de 1905*.
18. Séria advertência era endereçada aos professores sobre o hábito de ler durante as preleções. Cf. art. 18, cap. III, regulamento *de 1905.*
19. Nos casos de reprovação em duas ou mais matérias de uma mesma série, o aluno era obrigado a freqüentar todas as aulas, mas somente fazia prova naquelas disciplinas em que fora reprovado. art. 121, cap. I. Nos casos de reprovação em uma só matéria, ficava sob dependência desta, mas podia prosseguir o curso, devendo primeiramente ser aprovado na dependência a que se achava sujeito (art. 112, cap. II).
20. Quando propôs que se realizassem as avaliações na forma de uma argüição sobre a matéria lecionada durante o curso, o professor Antônio de Pádua Dias deparou-se com a oposição dos professores Germano Vert e Abelardo Pompeu do Amaral, que não desejavam interferência dos examinadores da banca na classificação dos alunos dentro das cadeiras que administravam. O novo regulamento permitia esta interferência dos professores integrantes da banca examinadora na classificação final dos examinandos, mesmo que não se tratasse de alunos das suas respectivas cadeiras. Quando esse dispositivo regulamentar foi lembrado pelos professores Pádua Dias e Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, ouviu-se o veemente protesto dos interlocutores, expressando o ressentimento das partes envolvidas. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 06.04.1905, AE.
21. A informação sobre o absenteísmo dos alunos era levada ao governo pelo secretário, Carlos Botelho, inconformado com a estrada intransitável, a falta de transporte adequado e de alojamento no *campus.* Internato para os jovens de 1º grau e semi-internato para os alunos do curso superior era o que propunha como medida de absoluta necessidade. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do

Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1905.

22. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 06.04.1905, AE.
23. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 31.07.1905, AE.
24. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 15.08.1905, AE.
25. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 21.02.1905, AE.
26. É do primeiro a curiosa declaração: "[...] as minhas lições serão encontradas à venda e serão publicadas à medida que as mesmas serão feitas, para melhor facilitar o ensino das disciplinas da 2ª cadeira" (*1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 15.03.1908, AE). Observe-se que o debate sobre o tema já havia ocorrido na sessão extraordinária de 04.02.1905.
27. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 31.10.1905, AE.
28. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 07.10.1905, AE. Os formandos da 3ª turma da "Luiz de Queiroz" em 1905: Constâncio Cintra, Gastão Machado Nunes, Luiz Antônio Maciel, Mário Brandão Maldonado, Otto Edmundo Ernesto Behmer, Paulo Esnard de Souza Nogueira e Virgílio da Silva Penna. Cf. *Esalq 75 (1901-1976) 75 Anos a Serviço da Pátria*, p. 411.
29. Carlos Botelho não fazia menção ao trabalho do engenheiro Morimont, na época em que "[...] o governo cuidou pela primeira vez de adaptar ao funcionamento de uma escola agrícola prática a antiga Fazenda de São João da Montanha, que fora doada ao Estado, expressamente para esse fim, pelo dr. Luiz Vicente de Souza Queiroz" (*Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1905).
30. *Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1905.
31. A Fazenda anexa tivera alargada a sua área de culturas pela derrubada de parte da mata, que passava a ser ocupada por cafeeiros e espaços para demonstrações práticas. Ali se achavam representadas as principais culturas do país, algumas em fase experimental. Plantava-se uma horta, pomar, vinhedo e fazia-se experiência com drenagem subterrânea de terreno. A área cultivada com cana permitia abastecer o engenho vizinho (*Idem*, *ibidem*).
32. *Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1906.
33. As primeiras letras, acompanhadas de noções de ciências naturais, aritmética elementar, francês – eram as exigências do primeiro regulamento, 1900. Saber ler, escrever e contar eram as exigências para o 1º grau; certificado de aprovação em geometria e álgebra, português, história pátria, geografia do Brasil e Francês eram as exigências para o 2º grau previstas no segundo regulamento, de 1905.
34. *Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1906.
35. *Idem*, *ibidem.*
36. Quanto às cadeiras no geral, foram assinaladas muitas dificuldades de entrosamento entre a parte prática e a experimental, entre a parte prática e a teórica, algumas insolúveis, principalmente quando se tratava de investimento em novos recursos para se obter melhor rendimento do ensino e maior qualidade do produto. Quando os professores pediram a criação do cargo de preparador de laboratório, responsabilidade que era delegada a alunos, o governo barrou-lhes a pretensão "[...] será inútil qualquer pedido neste sentido por não ser despesa prevista em orçamento" (*1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 13.02.1906, AE).
37. O prof. Misson comprometia-se a acrescentar ao programa um capítulo sobre "Noções de Geologia Geral e Agrícola" (*1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 26.02.1906, AE)
38. Revelando o fraco interesse pela especialização nos conhecimentos agronômicos, apenas um aluno, formado no ano anterior, solicitou admissão ao 4º grau. Foi-lhe concedida a permissão para prestar os exames regulares. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 13.12.1906, AE.
39. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 09.04.1906, AE.
40. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 31.10.1906, AE.
41. Compareceram dois formandos à sessão, paraninfada pelo prof. Germano Vert: Oscar de Oliveira Leite e Antônio da Silva Coelho Jr.; Manuel Roelemberg Rodrigues da Cruz assinou o termo de compromisso em janeiro de 1907. Cf. *Livro de Atas das Sessões Solenes*, Sessão de 14.11.1906, AE.
42. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 14.11.1906. AE.
43. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, Ano de 1906.
44. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, pp. 364-366, AE.
45. Um ofício de Carlos Botelho dava conta das constantes reclamações que recebia contra os professores da "Luiz de Queiroz". Em contrapartida, delegava ao diretor do estabelecimento autoridade para comunicar aos interessados que a administração da Secretaria dispunha de meios para fiscalizar os atos dos subordinados (os lentes) e que não podia admitir de nenhuma forma que alunos se convertessem em acusadores dos mestres e diretores. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 01.07.1907, AE.
46. O governo reconhecia ser mal antigo, proveniente dos idos da inauguração, o problema da estrada e dos transportes, particularmente na estação chuvosa. Com o caminho praticamente intransitável, a freqüência se reduzia, motivando os pedidos de abonos de faltas justificáveis, que se

juntavam aos abusos corriqueiros, obrigando a intervenção dos lentes para salvar os bons e os médios da reprovação por faltas, ou que eles viessem a se incluir entre os numerosos desistentes. O congraçamento político que se seguiu ao Convênio de Taubaté (1906) favoreceu a reaproximação entre o governo e a Câmara Municipal – fato positivo com resultados imediatos sobre o caminho de ligação entre a cidade e a Escola. Quanto aos procedimentos de ensino, anunciava-se um novo regulamento, a vigorar a partir de 1908. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 01.10.1907, AE. Quando, a partir de 1916, instalaram-se as três linhas de bonde, com circuitos para a Escola Agrícola, os bairros de Vila Rezende e Paulista, Piracicaba passou a incluir-se entre as mais modernas e progressistas cidades do Estado de São Paulo.

47. Movidos por tantas dificuldades, os lentes pressionaram o secretário da Agricultura por aumento em seus honorários; aspiravam a 700$000 mensais e que a verba fosse incluída no orçamento do ano seguinte. Justificavam-se sob o argumento de que o seu trabalho era dobrado. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 31.07.1907, AE.
48. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*, p. 272. AE.
49. Os administradores eram os concluintes do 2º grau. Portanto, cursaram o 3º grau apenas cinco dos que estavam na turma original de 31 alunos. Os cinco agrônomos foram: Fernando de Souza Costa, José do Amaral Campos, Marcílio Penteado, João da Silveira Prado e Antônio Leonardo. Cf. *1º Livro de Atas da Congregação*, pp. 364-66; e *Livro de Atas das Sessões Solenes*, Ata de 14.11.1907, AE.
50. Não se tratava de simples "briga na família" oligárquica ou de mera disputa interna pelo poder, mas da cisão de um grupo, embasada por conteúdos doutrinários-ideológicos centrados no princípio da cidadania e seus corrrelatos, de que resultavam outras propostas de natureza política, como reforma eleitoral, revisão constitucional, organização das minorias em partidos com representação no Congresso; de natureza ética, como o combate à corrupção; de natureza econômico-financeira, sob o clima de crise na cafeicultura no SE e em estreita ligação com as questões da lavoura, abrangendo a política creditícia, fiscal e um projeto agrário globalizante: imigração, pequena propriedade, mercado externo e interno, modernização da agricultura, policultura e defesa do ensino técnico. Como mote emblemático e síntese do seu programa, a proposta ideológica contra os desvios democráticos, a favor da recuperação das virtudes, "a republicanização da República" (Sílvia Levi-Moreira, *Liberalismo e Democracia na Dissidência Republicana Paulista*, tese de doutorado apresentada ao Depto. de História da FFLCH-USP, 1991, pp. 77-78).
51. O PRDSP era portador das eficientes análises sobre a realidade paulista e, desde 1903, colocava-se intransigentemente em defesa dos produtores de café, não só na área da comercialização, como da modernização da agricultura. Cf. Sílvia Levi-Moreira, *op. cit.*, pp. 83 e 133.
52. Em 1901, a política de restrição ao crédito promovida durante o governo de Campos Sales atingiu duramente os fazendeiros da Mogiana, não poupando o herdeiro dos Almeida Prado e dos Queiroz Telles. "[...] Jorge recorreu aos bancos e comissários e hipotecou a fazenda, uma vez que a venda do produto não dava nem para cobrir as despesas de Ressaca, consideravelmente aumentadas pelas majorações de salários dos colonos que agora, pagos em mil-réis-papel, formulavam constantes exigências e facilmente mudavam de zona. [...] Não se conformava em vender a fazenda. [...] Jorge obteve alguns adiantamentos de comissários e amigos e logrou salvar a Ressaca" (Rodrigo Soares Júnior, *Jorge Tibiriçá e sua Época*, vol.2, pp. 372-373).
53. Cf. Elias Thomé Saliba, *Ideologia Liberal e Oligarquia Paulista; A Atuação e as Idéias de Cincinato Braga, 1891-1930*, tese de doutorado apresentada ao Depto. de História da FFLCH-USP, 1981, pp. 19 e seguintes.
54. "[...] Ficou hoje decidido o congraçamento de todos os republicanos paulistas" – a declaração consta do "Boletim da Liga Republicana", publicado em *O Estado de S. Paulo*, edição de 29.07.1906. Cf. Sílvia Levi-Moreira, *op. cit.*, pp. 156-157.
55. Tibiriçá dizia-se comprometido com a verdade da representação eleitoral, determinando a elaboração de um projeto de reforma que compreendia a redivisão do território do Estado de São Paulo em dez circunscrições eleitorais, com cinco deputados cada. Cf. Rodrigo Soares Júnior, *op. cit.*, p. 475. Selando a paz, na primeira eleição, o nome do dr. Antônio de Moraes Barros fora aprovado em primeiro escrutínio na Comissão Executiva do PRP. Cf. "Notas e Informação", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 05.01.1907, p. 2.
56. Cf. "Notas Pedagógicas", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 18.01.1907, p. 3. A crítica aproveitava a oportunidade para defender o ensino agrícola nas escolas primárias, que se multiplicavam através dos grupos e escolas isoladas. O ruralismo pedagógico fazia campanha paralela na defesa dos interesses da escolaridade mínima, mais generalizada, mais barata, envolvendo os segmentos imigrantes e proletários, rurais e urbanos.
57. Ao incluir na fala a respeito do congraçamento, o consenso a que chegara "a classe proprietária de comum acordo com os operários", Pujol não podia deixar de reconhecer tratar-se de um milagre "[...] Esse milagre redentor, Sr. Presidente, foi obra do vosso patriotismo" (*O Estado de S. Paulo*, ed. de 25.01.1907, p. 2).
58. *Idem, ibidem*.
59. Cf. *O Estado de S. Paulo*, edições de 19.01.1907, 24.01.1907 e 26.01.1907.
60. Em fevereiro, chegaram a Piracicaba e hospedaram-se no palacete do dr. Rodolfo Miranda (antiga residência de Luiz de Queiroz) os três filhos do Presidente Tibiriçá, acompanhados pelo secretário da Justiça de São Paulo, dr. Washington Luiz Pereira de Souza, e pela escritora norte-americana Mrs. Robinson Wright, que colhia materiais para o seu futuro livro, *O Novo Brasil*, obra encomendada pelo

barão do Rio Branco. Os visitantes compareceram à escola agrícola e ao Salto, onde tiveram a oportunidade de apreciar a monumental enchente do rio Piracicaba. Cf. "Notas e Informação", *O Estado de S. Paulo,* edições de 19.02.1907 e 21.02.1907.

61. *Relatório* apresentado ao dr. Manuel Joaquim de Albuquerque Lins presidente do Estado de São Paulo, pelo dr. Antônio Cândido Rodrigues, secretário da Agricultura, ano 1908.
62. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1907.
63. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1907.
64. *Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1907.
65. *Idem, ibidem.* O saber importado lhe parecia ainda mais benéfico quando repassado aos técnicos nacionais que eram postos a trabalhar com esses especialistas.
66. "[...] Mas onde absolutamente não procedem tais censuras é no terreno da agricultura, quer a encaremos quanto ao seu modo de produzir, quer a consideremos como uma ciência de ensinamento a difundir" (*Idem*, *ibidem*).
67. *"[...] Tibiriçá volta ao governo, o projeto Morimont é posto em execução, sem perda de tempo",* afirma o antigo Diretor José de Mello Moraes. "[...] Os alicerces abandonados recebem alvenaria, levantando-se as paredes e o edifício principal se conclui com rapidez quase inacreditável". Seguiam-se o parque, os estábulos, os depósitos de maquinário agrícola, casas para funcionários e operários. "[...] Os laboratórios são cheios de material técnico dos mais perfeitos, quer para uso de alunos, quer para pesquisas de professores. Trinta anos depois, a 'Luiz de Queiroz' ainda dispunha de microscópios, destiladores metálicos e projetores que Carlos Botelho lhe adquirira" (*Idem*, *ibidem*).
68. José de Mello Moraes, *A Escola de Agricultura "Luiz de Queiroz"*, texto original, AP. A referência a Morimont e ao seu projeto é implícita: "[...] Tibiriçá na Secretaria da Agricultura é que cuidara de instalar a "Luiz de Queiroz" de maneira majestosa e adequada a seus fins em Piracicaba. Foi ele que aprovou o projeto Morimont para esse fim. Isso, porém, ficou esquecido em São Paulo após sua saída da aludida Secretaria de Estado. A Escola é instalada, como foi dito, em modestíssimo pavilhão" (*Idem*, *ibidem*).
69. Os professores consignaram em ata "[...] a expressão dos seus sentimentos de imorredoura gratidão ao benemérito Governo do Estado pelos grandes benefícios prestados à Escola, dotando-a de instalações necessárias reclamadas pelo ensino e habilitando-a dessa forma a ministrar a instrução agrícola de modo a ficar resolvido um dos mais importantes problemas da educação nacional" (*1º Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 25.05.1907, AE).
70. "Discurso de Carlos Botelho", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 15.05.1907, p. 2.
71. A notícia foi comunicada em primeira página no principal jornal de São Paulo. Cf. *O Estado de S. Paulo,* ed. de 14.05.1907. À noite realizou-se o jantar na escola, oferecido pela *Rotisserie Sportman* e particulares de São Paulo. O edifício embandeirado era todo iluminado pela Bynton & Companhia, de São Paulo. Cerca de 5 mil lâmpadas coloridas, na fachada formavam dizeres como "Avante São Paulo" e as iniciais de Carlos Botelho, Jorge Tibiriçá e Luiz de Queiroz, para a inauguração do dia seguinte. Cf. Mário Sampaio Ferraz, *Piracicaba e sua Escola Agrícola*, p. 59.
72. Cf. *O Estado de S. Paulo*, ed. de 14.05.1907, pp. 1-2.
73. *O Estado de S. Paulo*, ed. de 14.05.1907.
74. "Iniciado o governo do dr. Jorge Tibiriçá Piratininga, era nomeado secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o dr. Carlos Botelho. O ensino agrícola teve vigoroso impulso, as obras da Escola Agrícola Prática 'Luiz de Queiroz', planejada havia treze anos e então interrompidas, foram atacadas com uma rapidez digna de nota, de modo que o edifício, que naquela época não passava de alicerces, está agora concluído, ostentando-se majestoso e fazendo honra ao nosso Estado" ("Escola Agrícola Prática 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 15.05.1907).
75. Ao meio-dia realizou-se o almoço, seguido de excursão ao parque projetado pelo paisagista e prof. da Escola, Arsène Puttemans. Às 14 horas, realizou-se a sessão inaugural no salão nobre da escola, repleta de autoridades, os discursos pontuados pela euforia do congraçamento. Cf. "Escola Agrícola Prática 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 15.05.1907.
76. Relato do dr. Ernesto Ferreira de Carvalho, transcrito em *Esalq 75 (1901-1976). 75 Anos a Serviço da Pátria,* p. 80.
77. Relato do dr. Ernesto Ferreira de Carvalho, transcrito em *Esalq 75 (1901-1976). 75 Anos a Serviço da Pátria*, p. 80.
78. O projeto original foi alterado no desenho das fachadas, mas sem modificar as proporções básicas do edifício, bem como a organização interna dos espaços. Cf. Maria Cecília França Loureiro (org.), *Bens Imóveis Tombados ou em Processo de Tombamento da USP*, p. 187.
79. "Escola Agrícola 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 15.05.1907.
80. Relato do dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, transcrito em *Esalq 75 (1901-1976). 75 Anos a Serviço da Pátria,* p. 76.
81. Cf. "Escola Agrícola 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 15.05.1907, p. 2.
82. Relato do dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho transcrito em *Esalq 75 (1901-1976). 75 Anos a Serviço da Pátria*, p. 81.
83. Cf. Relato do dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho transcrito em *Esalq 75 (1901-1976). 75 Anos a Serviço da Pátria,* p. 83.
84. No discurso do jovem aluno ouviu-se a exaltação da arquitetura, do governo, dos fundadores e da escola de

agricultura, entendida como fator de independência econômica do País. "[...] O soberbo edifício que hoje se ergue alteroso na pitoresca Fazenda São João da Montanha será um atestado vivo do quanto pode a Intelectualidade de mãos dadas com a tenacidade; será uma prova irrefutável de que a tenacidade paulista, em séculos idos tão brilhantemente constatada na exploração dos ínvios sertões, não esmoreceu até hoje, e que São Paulo, então como hoje, como amanhã, foi, é e será o arauto, o porta-estandarte da civilização brasileira!" O reconhecimento da importância e qualidade da escola se estendia à visão empreendedora e ao arrojo dos seus fundadores: "[...] Fundadores da mais completa Escola de Agricultura de nossa pátria; paladinos estrênuos da instrução agrícola, que em um país como o nosso é a que mais pode contribuir para o bem-estar geral e para a nossa independência econômica" (discurso do aluno Manuel Franco na Sessão Solene de 14.05.1907, *O Estado de S. Paulo*, ed. de 15.05.1907).

85. "Discurso de Carlos Botelho", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 15.05.1907, p. 2.
86. *Idem*, *ibidem.*
87. (285) "[...] em nenhum outro país tem sido mais bem interpretada a educação que deve receber a mocidade estudiosa". Cf. "Discurso de Carlos Botelho", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 15.05.1907, p. 2.
88. *Idem*, *ibidem.*
89. *Idem*, *ibidem.*
90. *Idem*, *ibidem.*
91. *Idem*, *ibidem.*
92. *Idem*, *ibidem.*
93. *Idem*, *ibidem.*
94. *Idem*, *ibidem.*
95. "Discurso de Carlos Botelho", *O Estado de São Paulo*, edição de 15.05.1907, p. 2. Tão seguro se achava de que o modelo norte-americano de agricultura prática era o mais viável para se chegar ao modelo brasileiro, que convidava os presentes a visitar a fazenda-modelo, ao lado do edifício, cujo diretor era um professor americano e cujos instrumentos destinados ao amanho da terra eram também norte-americanos; ele também acreditava que, excetuando-se o café, todas as culturas ali desenvolvidas também eram praticadas nos Estados Unidos. Parecia querer deixar claro que ao modelo franco-belga devia suceder o norte-americano.
96. Síntese das idéias do dr. Martins: "[...] Se a força do determinismo ambiental perpetuando a forma e a natureza dos seres, enquanto espécies, não tolhe na corrente das matérias vivas a manifestação genética da semente vegetal e animal, a raça, que se explica pela divisão celular e reprodução da espécie dentro da natureza, sujeita-se a variáveis de indivíduos fortes e fracos, de colheitas opulentas ou rebanhos raquíticos; de forma a oferecer povos felizes e poderosos ou infelizes e dominados, como produtos da triagem seletiva de um sistema responsável não apenas pelas formas do corpo, também dos pensamentos e inclinações" ("Escola 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 16.05.1907, p. 2).
97. *Idem*, *ibidem.*
98. *Idem*, *ibidem.*
99. *Idem*, *ibidem.*
100. *Idem*, *ibidem.*
101. *Idem*, *ibidem.*
102. *Idem*, *ibidem.*
103. "Escola 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 16.05.1907, p. 2. No seu discurso o ex-diretor repetia Spencer, ao lembrar a frase: *o fim da educação é ensinar a viver.*
104. *Idem*, *ibidem.*
105. *Idem*, *ibidem.*
106. "Escola 'Luiz de Queiroz'", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 16.05.1907, p. 2.
107. Cf. "Discurso de Paulo de Moraes Barros", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 15.05.1907, p. 3.
108. *O Estado de S. Paulo*, ed. de 15.05.1907, p. 2. Carlos Botelho referia-se aos governos anteriores, desde a inauguração da escola em 1901: Campos Sales, Fernando Prestes de Albuquerque, Rodrigues Alves e Bernardino de Campos.
109. "Discurso do Presidente", *O Estado de S. Paulo*, ed. de 15.05.1907, p. 1. Jorge Tibiriçá Piratininga discursou sobre o tema magno da sua política, a valorização do café, mediante o pacto estabelecido no ano anterior, o Convênio de Taubaté. Conquanto *o trabalho não se achasse concluído, era-lhe possível dizer que o excesso da produção ficava em poder do Estado, o qual se achava aparelhado para mantê-lo fora do mercado, enquanto houvesse café para vender procedente dos estoques internacionais". A retenção do produto brasileiro permitiria executar o convênio em qualquer época; as necessidades do mercado consumidor acionando a demanda externa dariam o sinal para se dispor dos estoques nacionais.
110. *Idem*, *ibidem.*
111. Cf. Zoraide Martins, *Agricultura Paulista. Uma História Maior que Cem Anos,* pp. 151 e seguintes.
112. Sucedâneos aos trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica, escancaravam-se os fundões do sertão a oeste e noroeste do Estado de São Paulo, num ritmo acelerado de expansão das frentes pioneiras, junto aos rios Tietê, Paraná, Paranapanema e Rio Grande, áreas sujeitas ao quadro, já conhecido, de genocídio das culturas indígenas, de eliminação de posseiros, de especulação de terras e avanço dos circuitos ferroviários. A devassa fazia parte da postura "progressista" da classe dominante, levando adiante a "marcha" da sua cafeicultura.
113. Cf. Zoraide Martins, *op. cit.,* p. 140.
114. *Idem*, pp. 141-142.
115. *Idem*, p. 141.
116. Cf. Zoraide Martins, *op. cit.*, p. 141.
117. *Idem*, pp. 143-145.
118. "Discurso de Carlos Botelho", *Boletim de Agricultura*, 14 (9-12):834-846, set/dez, 1912. Carlos Botelho enquadrava a

cafeicultura dentro dos padrões da agricultura tradicional, "cheia de defeitos e abafadora da ciência agronômica". No discurso de paraninfo dos formandos na turma de 1912 na "Luiz de Queiroz", a sua crítica era orientada em favor da agronomia e dos profissionais da sua área, que viam tolhidas as oportunidades na carreira de agrônomo e no mercado de trabalho, por força da monocultura cafeeira: *"[...] Mas se ela é o Estado de São Paulo, por tudo quanto por aí além nos deslumbra a vista, por tudo quanto maravilha o estrangeiro [...] também ela deixará sem emprego o vosso saber e a vossa vontade de trabalhar"* (*Idem*, *ibidem*).

119. *Idem*, p. 837.
120. "Discurso de Carlos Botelho", *Boletim de Agricultura*, 14(9-12):837, set/dez. 1912.
121. Pouco antes da sua morte, perguntou a Carlos Botelho quanto fora gasto na Luiz de Queiroz durante o governo de Jorge Tibiriçá Piratininga. Segundo a resposta, avultados capitais investidos em Piracicaba constituíam o penhor de que "jamais ficaria ela relegada ao esquecimento pelos seus sucessores no Governo de São Paulo. Entendessem estes ou não de ensino de Agronomia". *"[...] É que eu e Tibiriçá queríamos que ela sobrevivesse a nossa passagem pelo Governo do Estado. Ninguém a destruir, não porque entendesse o que vale a 'Luiz de Queiroz', mas porque seria o abandono de tal patrimônio."* (José de Mello Moraes, *A Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz",* texto original, ME.)
122. "Discurso de Carlos Botelho", *Boletim de Agricultura*, 14 (9-12): 846, set/dez, 1912.
123. Cf. Roberson C. de Oliveira. *Agricultura e Mercado Interno. São Paulo – 1850-1930*, dissertação de mestrado apresentada ao Depto. de História da FFLCH-USP, 1993, p. 98.
124. Cf. Roberson C. de Oliveira, *op. cit.*, p. 108.
125. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1904.
126. *Idem*, *ibidem.*
127. Observamos que a produção de alimentos vinha crescendo desde 1900, principalmente nas áreas novas da cafeicultura, conquanto não se realizasse como produção mercantil, em virtude de grandes dificuldades. Iniciou-se a diversificação da lavoura, numa comprovação de que São Paulo reagia à política de fomento promovida pela Secretaria da Agricultura, mas isso era pouco: o mercado interno se via despotencializado e o setor de alimentos, fragilizado. A pressão por abastecimento exercida pelos centros urbanos em expansão, distanciados das frentes produtoras, forçava a importação do exterior.
128. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1905.
129. *Idem*, *ibidem.*
130. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura, ano de 1907.
131. Roberson C. de Oliveira, *op. cit.*, p. 143.
132. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, presidente do Estado, pelo dr. Antônio Cândido Rodrigues, secretário da Agricultura, ano de 1908.
133. *Idem*, *ibidem.*
134. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 31.01.1908, AE.
135. O falecimento do professor Germano Vert provocou geral consternação em meio ao alunado e ao corpo docente, pelas circunstâncias lamentáveis e pelo fato de ser um excelente professor. O próprio secretário da Agricultura refere-se às manifestações de pesar, do próprio governo, pelo antigo funcionário do Estado e inteligente professor de botânica. Havendo deixado a família em precárias condições, o seu enterro ocorrera por conta do governo e a congregação dispôs-se a interceder para obter a concessão de um pecúlio à viúva. A escola suspendeu as aulas no dia do enterro, decretando-se luto por oito dias. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Extraordinária de 07.03.1908, AE.
136. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 31.03.1908, AE.
137. *Relatório* apresentado ao dr. Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, presidente do Estado, pelo dr. Antônio Cândido Rodrigues, secretário da Agricultura, ano de 1908.
138. *Idem*, *ibidem.*
139. *Idem*, *ibidem.*
140. Cf. *1ª Livro de Atas da Congregação*, Sessão Ordinária de 04.05.1908, AE.
141. Cf. Mário Sampaio Ferraz, *Piracicaba e sua Escola Agrícola*, pp. 69-70.
142. *Idem*, *ibidem.*
143. "[...] A Inglaterra, educando e cultivando a Intelectualidade do estudante, educa ao único tempo seu espírito" (Mário Sampaio Ferraz, *op. cit.*, 122).
144. "[...] A impressão que deixa o aspecto da vida de internato na Escola Agrícola de Piracicaba é, para os jovens que por ali passarem, profundamente salutar e nobilitante.[...] Resta apenas que eles sejam sempre dignos dessa disciplina liberal e superior" (*Idem*, p. 123). Observamos que os ex-alunos se expressaram com o mesmo carinho com relação ao diretor, sentimento que ele parecia reciprocamente dedicar aos jovens brasileiros, até a sua morte súbita na cidade de Buffalo, EUA, em 04.08.1916.
145. Cf. *Relatório* apresentado ao dr. Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, presidente do Estado, pelo dr. Antônio Cândido Rodrigues, secretário da Agricultura, ano de 1908.
146. *Idem*, *ibidem.*
147. Fontes de consulta para a elaboração das tabelas, dos gráficos setoriais e de barras: *1ª Livro de Atas da Congregação*, 1905-1908, AE; *Relatórios* do Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1.905-1.908. DAESP. *Esalq 75 (1901-1976). 75 Anos a Serviço da Pátria*, Piracicaba, ed. comemorativa, 1976. F. T. de Souza Reis, *O Ensino na Escola "Luiz de Queiroz" de Piracicaba*, São Paulo, 1920.

3 | A Escola do Congraçamento: Sob o *Gentleman Farmer's Project*

[...] secondary agriculture education must not stop here; it must advance to things that require apperceptions of a high degree.

Garland Armor Bricker,
Assistant in Agricultural Education at College of Agriculture, Ohio State University, 1919[1].

Reorganiza-se a Escola "Luiz de Queiroz"

A primeira turma de agrônomos formados sob o regulamento de 1905 não revelava desempenho superior ao das anteriores, prevalecendo os altos índices de evasão e reprovação durante o curso. A contragosto, observava-se que a tentativa salvacionista sobre o regulamento de 1901 não produzira os resultados positivos desejados no plano didático-pedagógico[2].

Os dados relativos às turmas de 1906-1908 e 1907-1909, sob os artigos desse regulamento, revelavam a tendência crescente nos índices da escolaridade e de agrônomos formados, onze, em 1908, e 22, em 1909. Demonstrava-se que o ensino, havendo superado a crise dos anos iniciais, achava-se aparentemente salvo pela resistência oferecida pela instituição. Parte desse sucesso deve ser atribuído aos mestres e ao diretor, dr. Francisco Dias Martins, que permaneceu à frente do estabelecimento entre 1904 e 1908 e manteve-se por mais dois anos na regência da 6ª cadeira (zootecnia agrícola e higiene rural), de onde saiu para exercer o cargo de diretor da Seção de Inspeção e Defesa Agrícola do Ministério da Agricultura[3].

A tendências crescimento nos índices gerais de matrícula e a retenção do alunado consolidou-se a partir de 1908, achando-se a escola em fase de reconstrução, sob a política do secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Carlos Botelho, durante o governo de Jorge Tibiriçá Piratininga. A chegada do dr. Clinton Dewit Smith (1908) acentuou a nova imagem que se revelava nos níveis de aproveitamento escolar e nos totais de agrônomos formados. A primeira turma de alunos sob o novo regulamento, implantado em 1908, formou-se em 1911 (27 agrônomos) e a primeira turma de alunos a cursar o preliminar formou-se em 1912 (31 agrônomos)[4].

A partir de 1908, a ação educativa passou pelas coordenadas do novo diretor, e assim

permaneceu ao longo dos quatro anos seguintes. O ensino técnico de Agronomia veio a receber formatação sob o trabalho que denominamos *Gentleman Farmer's Project,* promovido pelo dr. Clinton Dewit Smith, em razão do qual adquiriu grande prestígio entre as elites do país e atraiu fama nacional para a Escola de Piracicaba.

O Decreto nº 1684, de 21.12.1908, estabelecia um novo regulamento, o terceiro da série, mediante o qual se pretendia reorganizar o ensino técnico da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz". Mantiveram-se inalterados os propósitos emitidos anteriormente em termos de objetivos, metodologia e finalidade da escola, quais sejam, instruir mediante o saber teórico, largamente demonstrativo, experimental e prático no campo de uma ciência, a agronomia, aos vocacionados e optantes pelo curso, para se chegar à exploração racional e econômica do solo e das indústrias rurais[5].

A Revista *O Solo*, fundada pouco antes pelos alunos, preferia outra colocação: instruir dentro da agronomia, preparando os seus alunos para administrarem as suas propriedades, embora reconhecesse que muitos deles desejavam a habilitação técnica para se inserirem no quadro do funcionalismo público[6].

A revista dos estudantes manifestava a sua preocupação perante o poder do Estado em atrair os jovens recém-formados para as carreiras burocráticas, fato inevitável após a expansão dos serviços da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo e da criação do Ministério da Agricultura. Depositava a esperança de que o ensino da agricultura científica não viesse a alterar os fins a que se destinava, o preparo do fazendeiro em seu trato com a terra, e de que tivesse, inclusive, força e condição de demolir o velho preconceito contra as ciências físicas e naturais: "[...] Tal preconceito não deve ter curso neste País, onde o progresso e a riqueza dependem, sobretudo da sua Agricultura"[7].

A experiência acumulada durante os anos em que se tentou manter o ensino em funcionamento, enquanto se readequava a escola (1905-1908), demonstrou a necessidade de prover à clientela que se oferecia à matrícula o indispensável preparo para seqüenciar o curso regular. O novo regulamento de 1908 criava um curso preliminar de dois semestres, integrado pelas disciplinas básicas, português, aritmética, geografia, história e francês, onde o aluno era monitorado, durante todo o correr do ano, nos trabalhos práticos da fazenda-modelo e das oficinas (art. 5º, cap. II do regulamento). O curso regular era de três anos (seis semestres), seguido do curso especial de aperfeiçoamento em uma das matérias lecionadas.

Acertavam-se os passos no preparo de um curso técnico de 2º grau, promotor da adequação do aluno ao saber especializado dentro do próprio circuito escolar, enquanto se elevava para cinco anos o prazo da sua permanência no interior do processo formativo do *campus*. O principal produto da escola prática, o agrônomo, deveria apresentar-se como um técnico de nível secundário, devidamente informado nos conteúdos teóricos do colégio e habilitado, nos trabalhos práticos da fazenda-modelo, a tornar-se um profissional à altura das necessidades do país[8].

A princípio, as cadeiras ficaram subentendidas no regulamento, preferindo-se falar nas "matérias" ou disciplinas que integravam os cursos, bem como nas "lições" ou aulas diárias, mas logo o documento voltava

a falar nelas (art. 9º, cap. III). Observa-se que a programação foi flexibilizada dentro dos antigos módulos, dedicando-se atenção aos trabalhos práticos, que passaram por uma minuciosa organização semestral, em cada ano do curso. A preocupação com o ensino prático, dentro do espírito norte-americano, induziu a uma reorientação do ensino teórico, antes dominante. Ao diretor (ou *rector* pedagógico) cabia a função supervisora das condutas teóricas em proveito das práticas, sem que se eximisse o professor da participação direta. A inovação viria a exigir aumento das contratações de pessoal docente, os novos adjuntos aos cursos regidos pelos lentes[9]. Outra novidade a ser introduzida no currículo era a criação da 10ª cadeira, que incorporava as seguintes disciplinas: geografia, economia política e educação cívica (art. 90, cap. XV do regulamento), para ser exercida pelo diretor. As 7ª, 8ª e 9ª cadeiras não recebiam nomeada, mas incluíam conteúdos programáticos oferecidos anteriormente.

A distribuição das disciplinas e dos trabalhos práticos se fazia por etapas semestrais, consoante a antiga divisão, dentro do que era previsto no art. 6º do cap. II do regulamento.

1º ANO

Disciplinas Teóricas

1º Semestre: Botânica, álgebra, zoologia e higiene.

2º Semestre: Botânica, álgebra e geometria, zootecnia (criação e seleção dos animais) e contabilidade.

Trabalhos Práticos (duração de 2 horas)

1º Semestre: Desenho e carpintaria (3 vezes por semana) e botânica nos laboratórios (2 vezes por semana).

2º Semestre: Experiências com animais (3 vezes por semana) e botânica nos laboratórios (2 vezes por semana).

2º ANO

Disciplinas Teóricas

1º Semestre: Geometria completa, botânica, física elementar, anatomia e fisiologia dos animais, geologia.

2º Semestre: Trigonometria e agrimensura, química geral, física (luz e calor), agrologia (solos e plantação), anatomia e fisiologia do homem.

Trabalhos Práticos

1º Semestre: Experiências com animais (2 vezes por semana), botânica nos laboratórios (1 vez por semana). física nos laboratórios (1 vez por semana). Posto zootécnico: leiteria, queijaria, anatomia veterinária (2 vezes por semana).

2º Semestre: Química nos laboratórios (2 vezes por semana). Lavras e amanho das culturas (3 vezes por semana).

3º ANO

Disciplinas Teóricas

1º Semestre: Alimentação dos animais, química analítica, física, agrimensura e zootecnia.

2º Semestre: Química industrial, horticultura, entomologia e apicultura, construções rurais, economia política e educação cívica.

Trabalhos Práticos

1º Semestre: Análises químicas (2 vezes por semana durante o ano todo), experiências na fazenda, trabalhos na horta e no parque, colheitas e estudo dos melhores métodos para o trabalho agrícola (2 vezes por semana). Agrimensura (1 vez por semana).

2º *Semestre:* Horta e pomar (trabalho no parque e jardins). Análises químicas.

O novo estatuto guardava especial detalhamento quanto aos elementos constituintes da escola: a fazenda-modelo, o parque, os cultivos, os campos de experiência e demonstração, a horta, o pomar, os pastos, o cafezal, a mata – todos eram vistos sob cuidados especiais, permanecendo sob a supervisão do diretor, do administrador e empregados. O colégio-internato compreendia a biblioteca, os gabinetes, o museu e os laboratórios. Além das dependências utilitárias, incluíam-se o posto zootécnico e a leiteria; o grande depósito das máquinas, das colheitas e produtos beneficiados, as oficinas de trabalho, os armazéns (art. 2º, itens a e f, cap. I e arts. 31 e 43, cap. VII e VIII). A nenhum professor era permitido intervir, quer na administração da escola, quer na da fazenda-modelo (art. 24, cap. V).

Aos professores competiam os mesmos deveres dos regulamentos anteriores, embora fosse eliminado o conteúdo do art. 6º do cap. VI do regulamento anterior (1905), que lhes facultava propor à congregação aquisições e modificações que julgassem necessárias ao ensino das disciplinas da sua cadeira ou que viessem contribuir para a melhor sistematização do ensino. No geral, pouco lhes favorecia, continuando sujeitos às mesmas punições e sem receber remuneração durante as férias escolares (cap. V do regulamento: Dos Professores)

A maior inovação junto ao alunado corria por conta da introdução do regime de internato, em caráter obrigatório para os alunos do curso preliminar. Esta conveniência ficava reservada aos integrantes do curso regular apenas em tempos futuros, segundo o evoluir da experiência serial e de acordo com a capacidade das instalações oferecidas pelo colégio.

A divulgação da escola junto às câmaras municipais do Estado de São Paulo, até nos outros Estados da Federação, fazia prever grande afluência de candidatos à matrícula, ensejando-se seleção prévia mediante provas de admissão. Como pré-requisitos ao curso preliminar incluíam-se: limitação das idades, mínima de dezesseis anos e máxima de vinte anos, certificado de escolaridade do 1º grau (língua portuguesa, operações de aritmética, noções de geografia e história do Brasil); na falta do diploma, o aluno podia prestar exame vago das disciplinas do curso preliminar durante o mês de janeiro (art. 47 e 49, cap. IX do regulamento); pagamento da primeira prestação do Internato e taxa de matrícula no valor de 50$000 (art. 52, cap. IX do regulamento).

Entre as exigências para a matrícula no 1º ano do curso regular constavam: idade mínima de dezesseis anos, pagamento da taxa de matrícula no valor genérico, certidão de aprovação das matérias e trabalhos práticos do curso preliminar. Não dispondo dessa certidão, o candidato podia prestar exame vago das matérias e trabalhos do curso preliminar. Ao curso de especialização eram admitidos apenas os concluintes do curso regular (art. 51, cap. IX do regulamento).

Observa-se que o regulamento procurava dificultar a dispensa dos exames de admissão, reforçando as exigências relativas aos certificados. Por outro lado, havia interesse em facilitar o acesso ao internato para os filhos dos agricultores em dificuldades financeiras; estimou-se que para cada dez alunos pagantes podiam ser admitidos até dois gratuitos,

desde que comprovadamente vocacionados para as ciências agrícolas (art. 54, cap. IX do regulamento).

Entre os deveres dos alunos, além da assiduidade, aproveitamento nos estudos e disciplina, incluía-se outra novidade, a instrução militar para aqueles que residiam no internato – era o expediente encontrado para quitá-los com a legislação federal (art. 55, cap. X do regulamento).

O sistema de provas e avaliação permanecia em suas linhas gerais. Havia as provas de admissão à escola, as provas semestrais, anuais e as provas mensais, cujos resultados eram levados ao conhecimento das famílias. Os exames semestrais constavam de prova oral, escrita ou prática, a juízo do professor, e as notas variavam de zero a dez. Os exames vagos ou de suficiência (para o curso preliminar e o curso regular) eram realizados uma vez por ano. Outra inovação eram as dependências. O aluno reprovado em uma ou duas "matérias" continuava cursando e levando a dependência para o semestre seguinte, sendo aceito no ano seguinte. Reprovado em três ou mais "matérias", ele perdia o ano (art. 65 e 66, cap. XI do regulamento). Para evitar transtornos, garantia-se aos alunos procedentes do regulamento anterior o direito de conclusão do curso, conforme um programa especial organizado pelo diretor (art. 89, cap. XV do regulamento).

Aos alunos concluintes do curso regular de três anos, a escola oferecia o diploma de agrônomo (art. 68, cap. XII do regulamento). Aos alunos aprovados no curso de especialização, era oferecido apenas um certificado. Nenhuma dessas habilitações conferia qualquer privilégio para o exercício de cargo público (como acontecia nos regulamentos anteriores), pois era valorizado unicamente o interesse da escola em qualificar os seus alunos para a prática da agricultura racional, preservando-os do empreguismo (art. 72, cap. XII do regulamento)[10]. Aos não concluintes do curso regular, oferecia-se apenas um atestado de freqüência, aproveitamento e conduta. Não se facultava aos graduados o direito de freqüentar por conta do governo os cursos no exterior. A abolição dos privilégios seguia os princípios da ética implantada pelo dr. Clinton Dewit Smith na base do seu projeto de ensino para a escola de Piracicaba, o *Gentleman Farmer's Project,* como designamos[11].

Como nos regulamentos anteriores, uma tabela de vencimentos obedecia à hierarquia das funções, desde o porteiro-contínuo até o lente e o diretor-lente. Os vencimentos achavam-se expressivamente majorados no curso regular 7:200$000 anuais, em 1908 contra 6:000$000, em 1905[12].

Curso Especial	2 semestres	1 ano
Curso Regular	6 semestres	3 anos
Curso Preliminar	2 semestres	1 ano

Fig. 52. Os cursos e a sua semestralidade (art. 4º, cap. II do regulamento de 1908). Cinco anos de duração sob o regulamento de 1908.

O Novo Modelo: 1909

O soerguimento da cafeicultura, sob os efeitos do Convênio de Taubaté (1906), não impediu que se mantivesse o alerta quanto ao modelo agroexportador e a policultura, prevalecendo na política da Secretaria de Agricultura Comércio e Obras Públicas a orientação do titular precedente sobre a diversificação das colheitas, dentro dos princípios da agricultura racional. "[...] O governo do Estado de São Paulo reconhece que a riqueza e a grandeza do Estado, no presente e no futuro, dependem de sua agricultura"[13]. Sobre essas bases mantiveram-se o interesse e o incentivo ao serviço agronômico, o IAC e o ensino técnico da Escola "Luiz de Queiroz".

Em 1909, uma publicação da Secretaria, em formato de bolso (10cm x 19cm), destinada a informar os interessados e a divulgar a Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", continha a síntese das idéias em promoção pelo novo diretor, complementando o regulamento. O documento, produto do espírito racionalizador e pragmático do dr. Clinton Dewit Smith, apresentava o calendário do ano letivo, fotos da escola, do colégio-internato e do *campus*, a agenda dos dias feriados, das férias escolares e dos exames, o quadro completo do corpo docente, sua titulação e área de saber correspondente ao exercício do magistério[14].

Na experiência norte-americana, as ciências agrícolas e a tecnologia, associadas ao pragmatismo dos métodos na educação dos jovens, constituíram o caminho para o melhoramento das condições gerais da agricultura – evidência a que se rendia o governo do Estado de São Paulo. Ao contratar o educador norte-americano e professores na Europa para as cadeiras de agricultura, botânica, química e zootecnia, o governo comprometia-se com um novo modelo de ensino, em cujo êxito parecia apostar[15]. A respeito da reforma que se implantou entre 1908 e 1909, o ex-aluno, ex-professor e ex-diretor José de Mello Moraes, formado na turma de 1907-1909, assim se expressou: "[...] Tenta-se modificar sua estrutura inspirada na França pela adotada nos Estados Unidos da América do Norte. Clinton Smith, seu diretor, é que se esforça para esse fim"[16].

A Secretaria da Agricultura esforçava-se por oferecer um novo modelo de escola, que fosse dotada de excepcionais condições para a educação dos jovens na prática da agricultura moderna e de uma infra-estrutura jamais conhecida no país: fazenda-modelo (terras, campos de experiência e demonstração, horto, parque, matas), posto zootécnico, construções diversas, edifício-escolar portentoso (salas de aula, gabinetes, laboratórios, museu, biblioteca, internato), aos quais se acrescia "[...] um completo sortimento das mais modernas máquinas fabricadas na Europa e nos Estados Unidos para todas as operações da lavoura"[17]. Nenhuma outra podia oferecer todos os recursos indispensáveis ao novo tipo de educação que se desejava implantar no ensino técnico de grau médio (Fig. 53). Segundo o diretor, um novo método de ensino passava por esse tipo de educação,

> [...] que é educar à vista, à mão e [a] todos os sentidos; o desenvolvimento de suas faculdades técnicas, a par do espírito. A aferição da educação do graduado por esta Escola não se deverá fazer pelo que ele sabe, mas pelo que ela lhe permite fazer. O método de ensino é, pois, quanto possível, de trabalhos nos laboratórios e no campo, com as lições teóricas necessárias para a explanação dos

trabalhos de laboratório e para fazer deles um todo definido[18].

A publicação de 1909 buscava convencer os leitores interessados e os eventuais candidatos sobre a verdadeira natureza do saber técnico, no qual estavam incluídas a teoria aplicada e a prática na fazenda-escola, veiculadas pela metodologia do *aprender à vista, à mão*, sem faltar aos princípios educacionais objetivados nas experiências anteriores. A mensagem não podia ser mais clara. A teoria dos grandes campos de saber, os módulos introduzidos por Morimont para as ciências aplicadas, não era eliminada; ao contrário, parecia encontrar condições de se viabilizar sob o modelo norte-americano pluridisciplinar, estabelecendo os parâmetros do ensino técnico. A programação dos conteúdos teóricos e trabalhos práticos simultâneos era dinamizada no conjunto dos elementos constituintes da fazenda-escola; na base da ação educativa estava o treinamento serial, até a finalização do produto, o agrônomo, pela conclusão das etapas.

As diferenças em relação aos projetos anteriores (regulamentos de 1901 e 1905) não eram de princípios, mas de metodologia, e encontravam-se no pragmatismo sobre o treinamento efetivo. No regulamento de 1908 preferia-se não falar em cadeiras correspondentes às grandes áreas de saber, mas, na prática, elas permaneciam aceitas pelo próprio Clinton Dewit Smith, como se revelou na publicação de 1909. A relação hierárquica dos agentes do ensino, como se estabeleceu na "Luiz de Queiroz", em escala ascendente, ia do instrutor militar ao presidente do Estado, passando pelo secretário da Agricultura e todos os professores (lentes e contratados). Nesta relação, o próprio diretor era apresentado

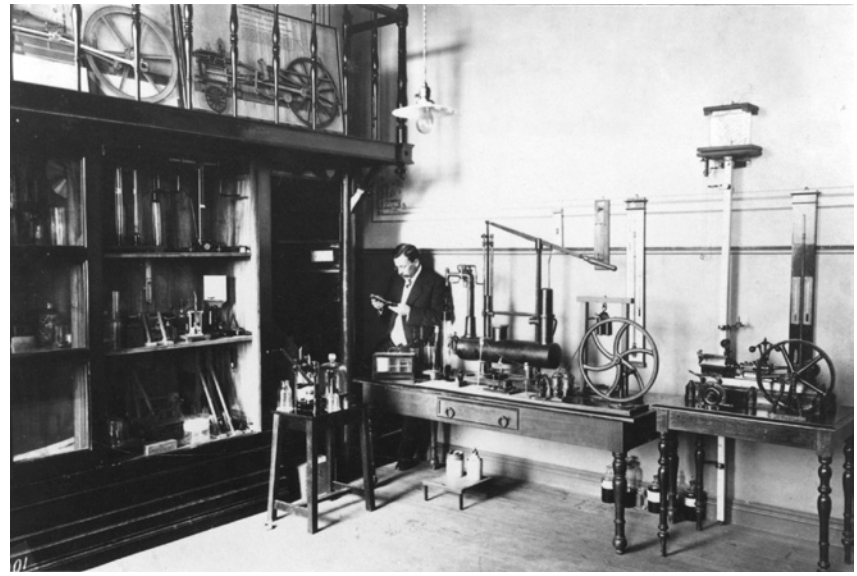


Fig. 53. O Professor Antônio de Pádua Dias em seu gabinete de Física. Acervo fotográfico da Esalq.

como professor de geografia e economia política, que constituíam a 10ª cadeira. O secretário da escola, Augusto Salgado (desde 1901), era professor de português, história e contabilidade, atividades que se incluíam na 7ª cadeira.

A discriminação dos campos teóricos das ciências aplicadas não seguia a disposição das cadeiras tradicionais, mas a das disciplinas a serem lecionadas. Nessa lógica, Antônio de Pádua Dias era apresentado como professor de física, álgebra, geometria e trigonometria (equivalente à antiga 1ª cadeira); Jacques Arié, engenheiro agrícola francês, era professor de química (antiga 2ª cadeira); Arthaud Berthet, engenheiro agrônomo francês, era professor de botânica (antiga 3ª cadeira); Jean Baptista Michel, engenheiro agrícola belga (Gembloux), era professor de Agricultura (antiga 4ª cadeira); Francisco Dias Martins, médico, ex-diretor, era professor de zoologia e veterinária (antiga 5ª cadeira). John William Hart, engenheiro agrônomo norte-americano, era professor de agricultura prática (6ª cadeira), conquanto

diretor da fazenda-modelo. O secretário da Agricultura só veio a empregar a referência às cadeiras durante o segundo semestre de 1909, demonstrando que os campos de saber *chargés* prevaleciam como tradição.

Seguiam-se as outras áreas: Henrique Brasiliense, politécnico agrimensor era professor de agrimensura e aritmética (8ª cadeira). Octávio Teixeira Mendes, politécnico mecânico, era professor da recém-introduzida disciplina autônoma construções rurais (9ª cadeira) e tinha a direção das oficinas. Havia três novas categorias de contratados: Arsène Puttemans, arquiteto paisagista belga, era *encarregado* da secção de horticultura; Émile Charropin, engenheiro agrônomo francês, era *professor-adjunto* de química e botânica; Luiz Teixeira Mendes, agrônomo e ex-aluno da "Luiz de Queiroz", era *ajudante* de horticultura. Esses novos cargos refletiam a grande importância atribuída às 2ª, 3ª e 4ª cadeiras, bem como o seu crescimento no conjunto das atividades da escola[19].

O movimento das matrículas em 1909 refletiu as mudanças. Durante o primeiro semestre do ano letivo totalizaram 95 alunos, 24 matriculados no curso preliminar e 71 no curso regular. Contrariando o que ocorria nos segundos semestres, frente aos fenômenos da evasão e reprovação escolar, o número total de matriculados subiu para 105, havendo no curso preliminar o aumento de oito alunos (33 ao todo) e dois no curso regular (73 ao todo).

Alguns inconvenientes do passado perduravam. A freqüência continuava bastante prejudicada em virtude do estado precário do caminho que levava à escola, nos dias chuvosos, fato lamentado, que exigia boa política com a Câmara Municipal e a disposição desta em apedregulhar o trajeto.

O despreparo dos alunos ingressantes era outro sério entrave. Para minorar o problema, muitos professores defendiam o aumento de dois para quatro anos a duração do curso preliminar. O dr. Clinton Dewit Smith, que os apoiava, também desejava exigir dos jovens candidatos um exame mais acurado de português e aritmética elementar em razão do enorme despreparo dos alunos, apesar da apresentação dos certificados que os dispensava deles: "[...] Muitos deles nada absolutamente conhecem dessas matérias"[20]. De tais deficiências resultavam as dificuldades posteriores no curso regular, relativas às cadeiras de química, física e agricultura[21].

O aumento do alunado era fenômeno recente, mas de grande repercussão. O número de matriculados nos três anos do curso regular exercia pressão no sentido da expansão do curso e futuro desdobramento das três principais cadeiras da escola, química, agricultura e zootecnia, o que repercutia sobre o número de professores e seus auxiliares. Das cinco cadeiras originais e duas disciplinas (regulamentos de 1901 e de 1905) chegava-se a dez áreas disciplinares em 1909. A demanda da clientela, estimulada pelo curso preliminar, fazia-se acompanhar do aumento no número de professores e auxiliares, exigindo um maior consumo de recursos materiais e equipamentos. Todos os laboratórios foram ampliados e mais bem aparelhados, enquanto no edifício-sede foram empreendidas outras adequações para atender as novas necessidades do ensino.

Outra grande dificuldade jazia no quadro de docentes, sempre passando por modificações, particularmente entre os professores estrangeiros, que não se fixavam por muito tempo nos cargos. A princípio foram dois excelentes professores brasileiros, Abelardo

Pereira do Amaral (química) e Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho (zootecnia), que se retiraram para outros setores do serviço público[22]. Logo depois iniciou-se a prática de contratação no exterior de especialistas para a regência das cadeiras; Jacques Arié e Arthaud Berthet ocuparam as 2ª e 3ª cadeiras.

O primeiro montou os laboratórios de química, que passaram a dispor de muitas salas, de dez locais para análise qualitativa, e dez para análise quantitativa, vindo a ministrar o curso de química agrícola e industrial aos alunos dos 2º e 3º anos. Logo passou a contar com o apoio do prof. Émile Charropin, como adjunto. Esse ultimo organizou os laboratórios de botânica e microbiologia, dispondo de vinte excelentes microscópios, mas logo transferiu-se para o IAC, onde foi ocupar o cargo de diretor. Substituiu-o o Prof. Émile Charropin, que também era adjunto de botânica. Para a 5ª cadeira (zootecnia) foi contratado o agrônomo búlgaro, formado em Gembloux, Nicolau Athanassof; este chegava para o segundo semestre, enquanto se retiravam Arthaud Berthet e Arsène Puttemans.

Os novos professores estrangeiros constituíam um fator de progresso do ensino técnico, mas o seu ingresso não foi isento de dificuldades de adaptação, principalmente no caso dos alunos dos 2º e 3º anos, procedentes do ensino sob o regulamento anterior (1905). O secretário da Agricultura referia-se particularmente, à 5ª cadeira (prof. Nicolau Athanassof). Em meados de 1910, o diretor da fazenda-modelo, John William Hart, retirava-se para os Estados Unidos, sendo suprimida a 6ª cadeira. Nessa oportunidade, o gabinete da 4ª cadeira (prof. Jean Michel) transferiu-se para o edifício das oficinas, ocupado por Hart, ficando bem posicionado junto das aulas de agricultura e do serviço da fazenda-modelo. No conjunto, a escola crescia. Importantes adaptações no *curriculum* eram estabelecidas em nome do interesse do ensino. Para o dr. Clinton Dewit Smith, "[...] a base de todo o seu curso são e devem ser os trabalhos práticos na fazenda e no parque"[23].

Enquanto isso, a fazenda-modelo mantinha a expansão das parcelas cultivadas (café, maniçoba, vinha, cana-de-açúcar, pastos, alfafa, algodão, milho etc.). O parque, traçado em 1907 por Arsène Puttemans, ficara pronto, dotado de 22 ha de área, com preciosa arborização (todas as árvores eram etiquetadas) e sulcado de ruas. Organizara-se um jardim botânico e uma seção climatizada de plantas, bem como uma seção de apicultura. A escola possuía um museu que se via enriquecido pelas doações do Museu Paulista, mamíferos e aves classificados pelo dr. Ihering. Vital Brasil, ao realizar uma conferência na escola, ofereceu uma coleção completa de répteis conservados em vidro e classificados cientificamente. Os melhoramentos não acabavam aí: dois grandes tanques de irrigação se achavam construídos e cercados por muros, com altura suficiente para os exercícios de natação[24].

Por efeito das modificações na grade curricular, ao começar o ano letivo de 1910, desdobrava-se a 5ª cadeira em zootecnia, a cargo do prof. Nicolau Athanassof, e na ressurgida 6ª cadeira, zoologia e higiene, a cargo do dr. Francisco Dias Martins. Na 3ª cadeira permanecia o prof. Émile Charropin, enquanto Trabalhos Práticos da Fazenda era ocupada pelo prof. Acácio Ribeiro. Totalizavam-se onze áreas de ensino e dez cadeiras. A desproporção entre estrangeiros (6) e brasileiros (5) ficava menor.

Fig. 54. O Apiário, introduzido na primeira década do século XX, era formado com espécies nacionais e européias. Acervo fotográfico da Esalq.

O Funcionamento do Curso

As lições teóricas eram relativas às ciências cujos conteúdos específicos, repassados de maneira sintética nas salas de aula, ficavam demonstrados experimentalmente nos gabinetes e laboratórios. As lições práticas eram ministradas na fazenda-modelo, posto zootécnico e demais departamentos (Fig. 54).

No curso preliminar, ou preparatório, o aluno devia aprender a falar e a escrever corretamente o português, a traduzir o francês e a praticar as operações aritméticas. No curso regular, os conteúdos não se diferenciavam em essência dos programas anteriores, apenas eram redistribuídos para melhor informar os trabalhos práticos nas oficinas, nos laboratórios e nos campos.

Experimentos com plantas e animais demandavam conteúdos de botânica e zoologia. desenho e carpintaria remetiam à álgebra, geometria e contabilidade (programa de 1º ano). As 1ª, 2ª e 3ª cadeiras vinham se diversificando no 2º ano em benefício da 4ª cadeira e da 5ª cadeira, fornecendo elementos para as práticas de laboratório em física, química e agrologia, para o aprofundamento em novos experimentos com animais, lavras e amanhos das culturas. As seis cadeiras do 3º ano coordenavam as atividades teórico-demonstrativas de física, química, alimentação de animais, agrimensura, agrotecnia, química industrial (tecnologia), horticultura, entomologia e apicultura, construções rurais, economia política e educação cívica, higiene rural, para generalizar-se nos trabalhos práticos: as análises químicas, os experimentos da fazenda, os trabalhos na horta e no parque, na agrimensura.

O dr. Clinton Dewit Smith esclarecia: "[...] no curso regular o ensino das ciências é dirigido de maneira a fazê-las de uso imediato e constante"[25]. Com esse propósito, dividia a programação diária dos estudos em duas jornadas, constantes de três horas de lições teóricas e duas ou três horas de trabalhos práticos realizados na fazenda-modelo, no parque, nos laboratórios do colégio.

A ênfase atribuída aos trabalhos práticos não deixava dúvidas quanto às intenções do curso. A partir do curso preparatório já se adestrava o aluno no manejo dos aparelhos mecânicos de variadas procedências (máquinas européias, norte-americanas e nacionais) e nas diversas operações da lavoura. No curso regular intensificavam-se as práticas dentro do método "à vista, à mão e [a] todos os sentidos". A distribuição do cronograma para as três séries demonstra o montante das dez horas semanais de trabalhos práticos nos quatro primeiros semestres, não havendo limites para os dois últimos, que encerravam o curso (Tab. 13)[26].

Tab. 13. Atividades Práticas durante o Ano Letivo

1º ANO

nº de horas*	1º Semestre
10 horas/semana	3 vezes por semana: desenho e carpintaria.
	2 vezes por semana: prática no laboratório de botânica.
	2º Semestre
10 horas/semana	3 vezes por semana: estudo de cavalos, porcos, carneiros, aves domésticas e tratamento dos animais sadios.
	2 vezes por semana: prática no laboratório de botânica.

2º ANO

nº de horas*	1º Semestre
10 horas/semana	2 vezes por semana: prática no laboratório de botânica.
	2 vezes por semana: práticas na leiteria e queijaria, dissecações e anatomia, medicina veterinária.
	1 vez por semana: gabinete de física.
	2º Semestre
10 horas/semana	3 vezes por semana: estudo de terras e plantações.
	2 vezes por semana: prática no laboratório de química.
	1 vez por semana: prática no laboratório de física.

3º ANO

nº de Horas*	1º Semestre
10 horas/semana	2 vezes por semana: prática no laboratório de química.
	2 vezes por semana: trabalho na fazenda-modelo: colheitas, estudo dos melhores métodos para fazer este trabalho, estudo de como beneficiar as safras.
	1 vez por semana: agrimensura.
	2º Semestre
4 horas/semana	2 vezes por semana: prática no laboratório de química.
sem limite de horas	Trabalho no parque, nos jardins, aprendendo a plantar pomares, escolhendo variedades, enxertando, podando, acondicionando em vasos, construindo estufas, colhendo e vendendo frutas.

* Cada sessão corresponde a 2 horas.

A Presença dos *Fathers*

A publicação de 1909, enquanto voltada para efeito promocional entre os filhos dos agrossenhores, demonstrava o firme propósito do governo de oferecer um curso específico e dispendioso, rigoroso quanto às exigências disciplinares e avaliação do aproveitamento escolar, que seria comunicado aos pais. Enquanto oferecia explicações claras sobre a natureza do ensino técnico e o funcionamento da escola, revelava os interesses da política da Secretaria no governo de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins e prestava-se à defesa da Agricultura, à exposição dos princípios educacionais e à socialização dos jovens (Fig. 55). Outros objetivos se achavam implícitos: o de levantar as barreiras culturais contra as ciências físicas e naturais, o de promover a aceitação e a respeitabilidade do trabalho individual (braçal) na lavoura entre os representantes da classe dominante e o de justificar o banimento dos privilégios contidos nos regulamentos de 1900 e 1905, que predispunham ao empreguismo ou às carreiras burocráticas[27].

Grande parte desse documento revela o pensamento do dr. Clinton Dewit Smith e a sua proposta educacional contida no regulamento de 1908:

> [...] Sendo o fim da Escola exclusivamente habilitar agricultores – o agrônomo – para a prática da agricultura racional, os diplomas ou certificados por ela conferidos, como prova de grau de aproveitamento de seus alunos, absolutamente não conferem qualquer privilégio para o exercício de empregos públicos ou bolsas no exterior[28].

A habilitação técnica era apenas uma parte da proposta finalizadora do curso. Um "lado oculto" veiculava a ética que destilava da figura do diretor, responsável pelo "novo espírito" que pretendia infundir ao ensino agrícola da "Luiz de Queiroz". É no tocante ao regime interno, propriamente dito, que parecemos ouvir a sua palavra:

> [...] O regime escolar será rigoroso, tendo-se como alvo de todos os momentos o desenvolvimento dos hábitos bons e a extirpação dos maus. O princípio fundamental é que o governo oferece a Escola com todas as suas vantagens unicamente aos dignos. Quem não o for, ou seja ou deixe a Escola. Se é preguiçoso ou tem hábitos viciosos, deve abandoná-los. Se tem maneiras grosseiras de comportar-se à mesa, na classe ou noutra parte qualquer, deve tratar de corrigir esse mau e feio costume[29].

A valer a advertência, o regime seria uma novidade "assustadora" para a clientela desacostumada ao rigor disciplinar dos internatos, salvo em alguns colégios confessionais como em Itu, o *São Luiz,* para rapazes. "[...] Nos programas dos exercícios diários, bem como nas relações de seus com os outros, será adotada a disciplina militar"[30]. O elenco das exigências devia compor um código de ética bastante rigoroso, do qual não deviam escapar os alunos externos, embora sob "paternal assistência", de forma a chegar-se ao produto desejado: "[...] um cidadão livre e digno desta grande República"[31]. A relação dos deveres dos alunos previstos no regulamento incluía punições que poderiam ir da simples admoestação até a suspensão temporária e expulsão da escola (art. 57, cap. x do regulamento).

Havendo dois cursos que se complementavam, as exigências do curso

Fig. 55. O refeitório coletivo do colégio-internato, 1910. Acervo fotográfico da Esalq. Observam-se as mesas com tampo de mármore para seis lugares.

preliminar quanto aos conhecimentos de que deviam ser portadores os candidatos restringiam-se a um certificado de "saber ler e escrever". Já para o curso regular, a pré-escolaridade exigida era clara, apresentação do certificado do curso preliminar ou ginasial (cursos oficiais, ou, na sua falta, de estabelecimentos equiparados).

Montadas as poucas barreiras quanto à idade mínima (dezesseis anos) e máxima (vinte anos), chegava-se à exigência da pré-escolaridade para o curso regular, e, finalmente, à questão financeira. No ato da matrícula semestral, o aluno deveria submeter-se aos pagamentos que orçavam 450$000, inclusive a primeira parcela da pensão, a jóia inicial, a taxa de matrícula e reserva para despesas adicionais. A estas devia somar-se um fundo pessoal trazido por cada aluno para fazer face às eventualidades, uma vez que a direção alertava não dispensar favorecimento ou abonos em dinheiro. Como se vê, o curso anual não sairia por menos de um conto de réis (1.000$000). Outras taxas poderiam vir a ser cobradas. A exceção se abria aos bolsistas, "2 em cada 10 contribuintes", após seleção[32].

O interessante relato do emérito prof. dr. Philippe Westin Cabral de Vasconcellos, aluno da turma de 1910 – 1912 do curso regular, informa sobre a grande propaganda promovida pelo governo paulista, por meio de textos e documentação fotográfica, sobre a nova escola inaugurada em 1908[33].

Admitido no curso regular, deu entrada no colégio-internato, onde ocupou um espaço separado por biombo no vasto dormitório, tirou as medidas com o alfaiate para a confecção da farda do tiro-de-guerra, a instituição de treinamento militar da juventude[34]. Do primeiro passeio pelo interior

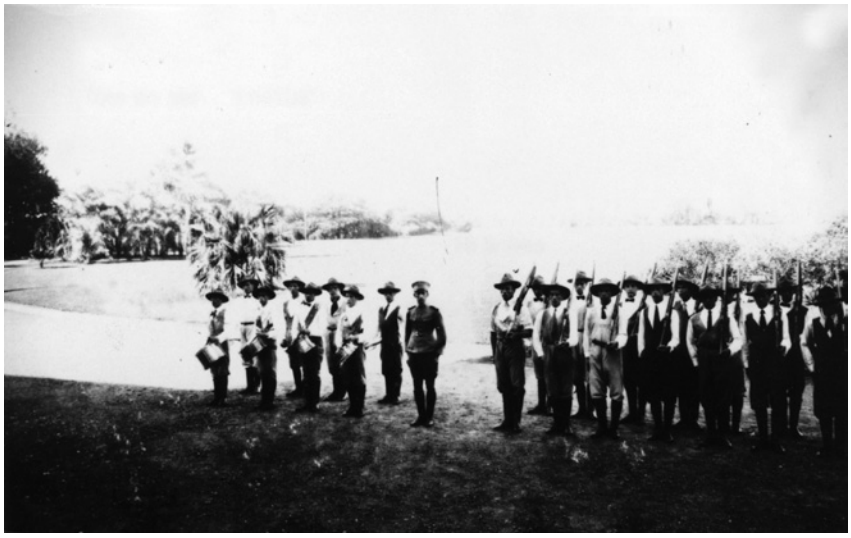


Fig. 56. Alunos dos cursos Preliminar e Regular, durante os exercícios do tiro-de-guerra. Acervo fotográfico da Esalq.

do colégio restou saborosa descrição – da boa biblioteca, do organizadíssimo salão de estudos, das salas de aula, dos laboratórios especializados, rigorosamente aparelhados para física, química e botânica, dos gabinetes e departamento de práticas agrícolas, do posto meteorológico, estábulo-modelo com pavilhão para aulas e elaboração de laticínios (posto zootécnico) e pavilhão de horticultura, dotado de sala de aula e pequeno laboratório[35].

A vida no internato não seria tediosa ou sacrificada. Durante os dias da semana havia muita atividade na fazenda-modelo, nos laboratórios e gabinetes do colégio, aulas e estudos, além da instrução militar (Fig. 56). Cumpria-se a jornada diária, entre as 6h00 e 21h30, incluindo-se o lazer programado com ginástica e esportes, o *foot ball e o shooting*[36]. A influência do ensino norte-americano despertou a admiração pelo sistema de ensino inglês e alguns dos seus esportes. A educação física e o futebol eram entendidos como salutares ao processo educacional em regime de internato (Fig.57). Aos sábados e domingos era permitida a visita à cidade. Mário Sampaio Ferraz, autor da primeira obra sobre a escola, editada em 1912, manifesta enorme admiração pela "disciplina liberal" que ali fora implantada e pelo trabalho realizado com os jovens alunos do colégio-internato:

> [...] A impressão que deixa o aspecto da vida de internato na Escola Agrícola de Piracicaba, é, para os jovens que por ali passarem, profundamente salutar e nobilitante[37].

A Readequação nos Anos de 1910 e 1911

A experiência dos dois anos vividos sob a gestão do dr. Clinton Dewit Smith foi suficiente para provocar algumas mudanças no regulamento de 1908. Durante o governo de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, sendo secretário da Agricultura Antônio Pádua Salles, ao decreto nº 1684, de 21.12.1908, juntou-se o decreto nº 1982, de 13.01.1911, que introduziu as modificações julgadas indispensáveis "para uma melhor organização das matérias dos cursos Preliminar e Regular"[38]. Dos sete artigos deste último, apenas o primeiro referia-se à organização curricular, desde o curso preliminar até o 3º ano, no sentido de reforçar as ciências básicas, as lógico-formais (aritmética, álgebra, geometria, trigonometria, até o 2º ano) e as naturais, sem prejuízo das ciências aplicadas ou dos exercícios práticos.

Tudo parecia indicar que a absorvente preocupação com as aulas práticas nos exercícios letivos de 1908, 1909 e 1910 levara a um abrandamento do currículo científico. Em 1909, a introdução de uma disciplina própria das ciências humanas, história, para oferecer cultura geral e humanística no primeiro semestre do curso preliminar, e a substituição do trabalho com máquinas por trabalhos de

carpintaria, habilidades motoras e atividades na fazenda só reforçavam essa hipótese. Conseguido o desejado, dentro da realidade da escola de Piracicaba, buscou-se reequilibrar a grade das disciplinas teóricas em benefício de maior cientificação do curso regular. A busca de um curso geral mais reforçado veio a transparecer na experiência encetada a partir de 1910.

Nos quatro semestres previstos para os 1º e 2º anos do curso regular, as ciências naturais começaram a sofrer os primeiros desdobramentos. Química era ministrada em condições específicas, com professores diferentes (Arié e Charropin): química geral, mineral, orgânica, analítica e agrícola, incluindo mineralogia e geologia. Botânica e zoologia sofreram especificações – a primeira passou a incluir anatomia e morfologia, fisiologia e taxonomia dos vegetais. A segunda passou a incluir classificação dos animais domésticos, anatomia e fisiologia dos animais domésticos, microbiologia e noções de bacteriologia, fitopatologia e entomologia, exterior e seleção de animais domésticos.

Física incluía: física geral e mecânica, hidrostática, pneumática e hidrodinâmica, termologia, acústica e ótica, eletricidade e climatologia agrícola.

As ciências técnicas por excelência, agricultura e zootecnia, viram-se reforçadas. Na primeira entravam: geologia agrícola, preparo do solo e generalidades sobre culturas. Incluía: colheitas, máquinas colhedeiras, culturas especiais, horticultura (e pomologia), silvicultura. Na segunda entravam: produção e melhoramento das raças, zootecnia especial dos equídeos, bovinos e aves. Incluía: alimentação dos animais e veterinária.

No 1º ano desenvolvia-se desenho,

Fig. 57. O futebol fazia parte das atividades de ginástica e esporte incentivadas pelo dr. Clinton Dewit Smith. Teria sido introduzido na "Luiz de Queiroz" no final da primeira década, antes da fundação do Esporte Clube xv de Novembro (1913). Acervo fotográfico da Esalq.

nos dois semestres, e contabilidade. No 2º ano introduzia-se agrimensura, nos dois semestres, como complemento às ciências básicas e aplicadas. No 3º ano concentravam-se as ciências aplicadas: indústrias agrícolas (tecnologia), mecânica agrícola, construções rurais (engenharia) e incluía-se uma disciplina das ciências humanas, a economia política.

Os trabalhos práticos nos três anos se desenvolviam na fazenda e no posto zootécnico. Outra novidade era a inclusão, nos seis semestres do curso regular, dos exercícios militares obrigatórios, realizados no próprio *campus*.

O crescimento do alunado decorria em parte da grande divulgação que a escola lograra obter nos governos de Jorge Tibiriçá Piratininga e de Albuquerque Lins. O desenvolvimento da grade curricular, mediante o desdobramento das disciplinas teóricas e técnicas, seguido da ampliação dos exercícios práticos, impunha o aumento dos espaços de ensino, a contratação de novos professores e especialistas, o acréscimo dos gastos públicos com a escola que se tornara objeto de admiração no país e de promoção dos governos de São Paulo. A

Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas procurava investir em recursos para dotar o ensino técnico da "Luiz de Queiroz", enquanto promovia os aprendizados agrícolas, os diversos setores do serviço agronômico e o IAC. Sobretudo, o Tesouro impunha o freio econômico, perceptível nos honorários dos funcionários em geral e nos vencimentos dos professores.

Os artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do decreto nº 1982, de 13.01.1911, tratavam dos dispositivos relativos à remuneração dos novos contratados da escola, os adjuntos dos professores, os auxiliares práticos do diretor (fazenda-modelo, ensino de laticínios e carpintaria), os professores do curso preliminar e o secretário de escola, que devia acumular a função de inspetor do internato[39]. As limitações financeiras impostas à escola traziam conseqüências negativas sobre a organização do corpo docente e a expansão curricular. Não se falava em cadeiras ou lentes, apenas em professores e matérias. O artigo 4º desse decreto encerrava a especulação sobre o futuro: "a Escola terá 11 professores, pelos quais serão distribuídas as matérias do ensino, podendo o diretor ser encarregado de lecionar alguma sem aumento de vencimento".

Repassando a organização dos conteúdos disciplinares expostos no artigo 1º do decreto, conferimos as seguintes "matérias": física e as ciências matemáticas (álgebra, geometria e trigonometria), química, botânica, agricultura (horticultura, pomologia, silvicultura), zoologia, zootecnia (veterinária, trabalhos práticos na leiteria e na fazenda), indústrias agrícolas (tecnologia), mecânica agrícola e construções rurais (com desenho e agrimensura). Sendo consideradas parte do todo curricular, as disciplinas do curso preliminar formavam um grupo à parte, francês (prof. Charropin), português e história (prof. Salgado). Finalmente, entravam geografia e economia política, desenvolvidas pelo dr. Clinton Dewit Smith; ao todo, onze professores e dez "matérias". Os esportes e os exercícios militares eram mantidos.

A reorganização progressiva da escola, a partir de 1908 nas mãos do novo diretor, trouxe grandes vantagens. A readequação dos trabalhos práticos infletia no maior desempenho das técnicas experimentais e no desenvolvimento do próprio currículo, revertendo na contratação de outros professores, na propensão para o conhecimento teórico e a pesquisa, como se viu ocorrer na década seguinte. Com a superação dos modelos anteriores, a escola parecia adquirir vida própria. Com os seus avanços sobre o elitismo da classe dominante, além de propiciar mobilidade social para outros, compunha um quadro visor sobre os *gentlemen farmers* a que se referira Carlos Botelho e gerava a própria clientela.

Impressionado, o secretário Antônio de Pádua Salles repetia textualmente as palavras do diretor, assinaladas em seu Relatório Anual: "[...] O progresso real dessa Escola não é indicado pelo regulamento da mesma e nem pelo seu programa de ensino, mas sim, pela atitude e espírito dos seus alunos"[40].

A nova pedagogia e os critérios de escolha do alunado refundiram a imagem da Escola. Uma transformação ordeira se disseminou por a todos os setores, refletindo-se no aproveitamento dos estudos:

> [...] De noite, à hora do estudo, pode-se admirar a ordem e a atenção com que os alunos lêem os diversos livros adotados para o curso, mesmo em outras horas, em que eles estão desocupados, nota-se a presença de muitos nessa sala, realmente

estudando com aplicação. O mesmo se nota com os alunos do Curso Regular[41].

Em maio de 1910, a revista estudantil *O Solo* apresentava as mudanças curriculares, embora dentro do esquema tradicional das cadeiras (dez). A 5ª cadeira já se desdobrara nas 5ª e 6ª cadeiras (zootecnia e veterinária), enquanto a antiga 6ª cadeira, agricultura prática, era retirada da relação, após o retorno do dr. John William Hart aos Estados Unidos (Fig. 58). A movimentação da parte dos professores estrangeiros continuava. Após a saída do dr. Jean Michel, substituiu-o o dr. Hubert Puttemans (ex-professor da Escola Politécnica). Ao dr. Nicolau Athanassof substituiu o dr. Semmi Tolkovosky[42]. No final do semestre, falava-se nos onze professores e nas dez cadeiras, não devendo incluir-se na relação o agrônomo Acácio Ribeiro, que substituía o dr. Hart.

No exemplar de *O Solo* correspondente ao mês de outubro de 1910, as cadeiras receberam nomeada[43].

1ª cadeira. Dr. Antônio de Pádua Dias: matemática, física.
2ª cadeira. Dr. Jacques Arié: química.
3ª cadeira. Dr. Émile Charropin: botânica.
4ª cadeira. Dr. Hubert Puttemans: geologia, agrologia.
5ª cadeira. Dr. Semmi Tolkovosky: zootecnia e veterinária.
6ª cadeira. Dr. Francisco Dias Martins: zoologia e higiene.
7ª cadeira. Prof. Augusto Salgado: contabilidade agrícola.
8ª cadeira. Prof. Henrique Brasiliense: topografia.
9ª cadeira. Dr. Octávio Teixeira Mendes: construções rurais.
10ª cadeira. Dr. Clinton D. Smith: economia política.

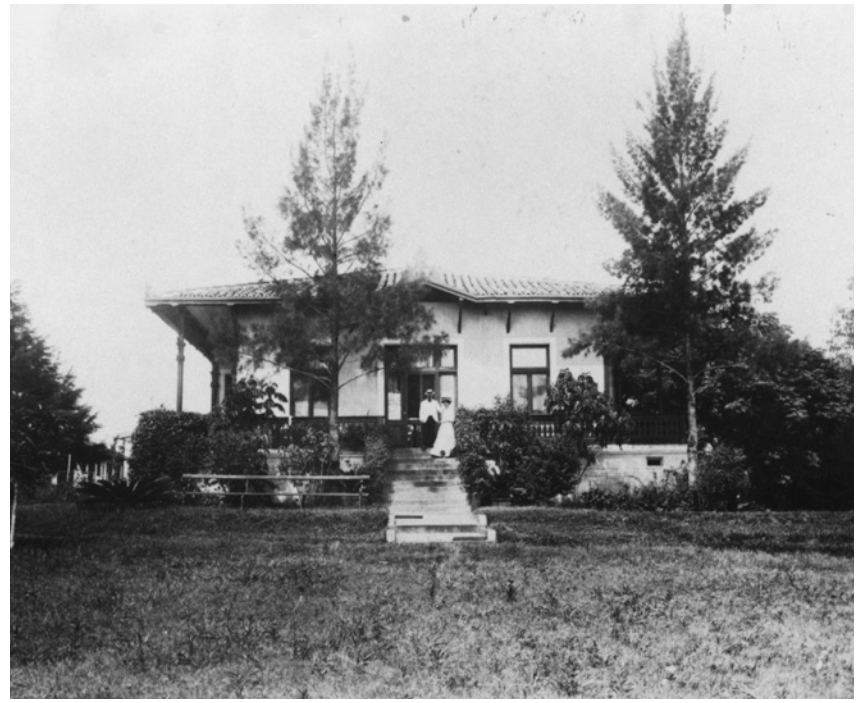


Fig. 58. O dr. John William Hart e esposa na varanda da sua casa na fazenda-modelo. Acervo fotográfico da Esalq.

Frente ao desenvolvimento da escola, prestígio dos mestres (Fig. 59), afluxo de matriculados e resultados positivos do ensino, previa-se para breve o desdobramento de outras cadeiras, particularmente a 2ª (química) e a 4ª (agricultura)[44].

Os anos de 1909 até 1911 converteram-se no laboratório pedagógico daquele cornelliano especializado em educação secundária agrícola. Pragmatismo, moral rigorosa, ambientação ao seu método de estudo marcaram a geração dos *gentlemen farmers* (Fig. 60) para São Paulo e todo o Brasil, presentes os Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. É o que se verifica diante da listagem dos alunos matriculados em 1911, segundo a sua naturalidade: treze Estados da federação e a capital.

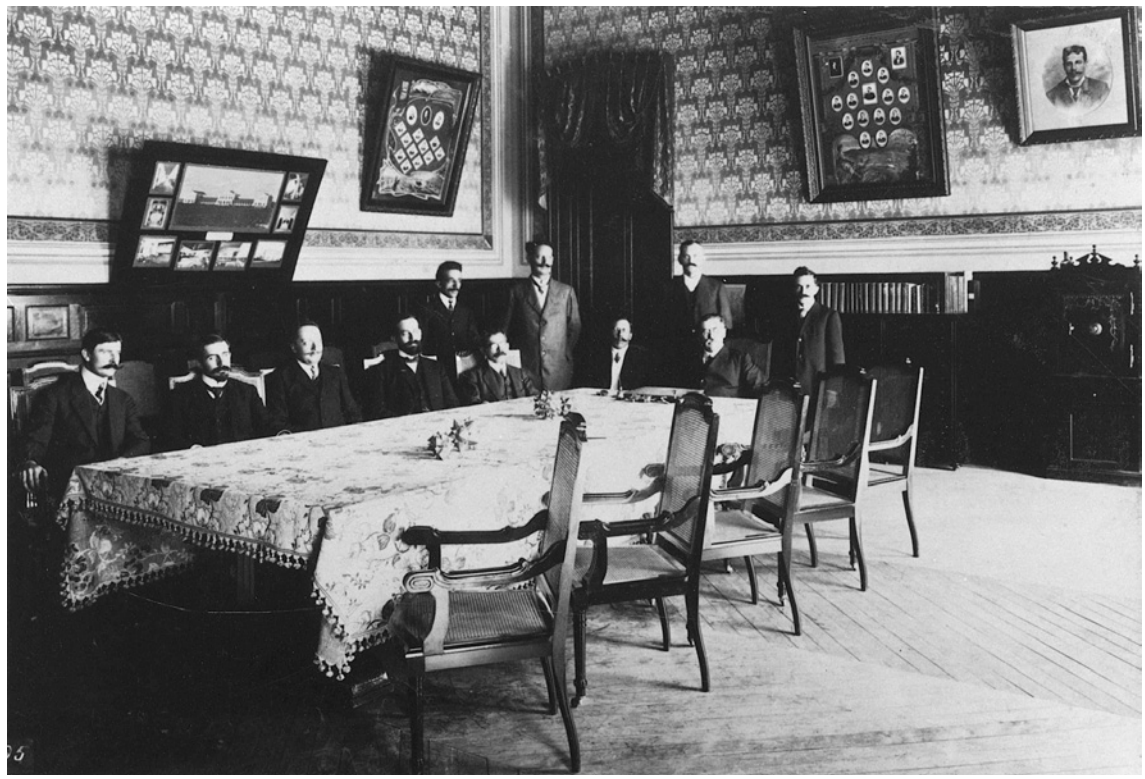


Fig. 59. Reunião da congregação, presidida pelo dr. Clinton D. Smith. Acervo fotográfico da Esalq. Sentados (esq. para dir.): Charles Vincent, Arsène Puttemans, Émile Charropin, Jacques Arié, Luiz Teixeira Mendes, Antônio de Pádua Dias, Clinton Dewit Smith. De pé, mesmo sentido: Odilon Ribeiro Nogueira, W. Gagezou, Joel Sanders e Acácio Ribeiro.

São Paulo: 101
Minas Gerais: 22
Capital do País: 14
Rio de Janeiro: 09
Rio Grande do Sul: 07
Mato Grosso: 04
Paraná: 02
Rio Grande do Norte: 01
Maranhão: 01
Santa Catarina: 01
Piauí: 01
Ceará: 01
Pernambuco: 01
Espírito Santo: 01
Total: 166 alunos (paulistas = 61%, outros = 39%)[45].

O crescimento da demanda por matrícula e a expansão do currículo colocavam o diretor diante de novas necessidades, como o crescimento da rede física, melhoramentos materiais e novas construções. Neste particular, defendia, ao término do ano letivo de 1911, a construção de quatro novos edifícios. O primeiro, com grande capacidade, deveria alojar seis salas de aula (entre oitenta e cem alunos) e um salão nobre para 350 pessoas. O segundo, destinado à cadeira de zootecnia, seria aparelhado com todos os recursos e exigências do ensino teórico-demonstrativo, experimental e prático. O terceiro, seria destinado à cadeira de agricultura, devendo possuir os mesmos recursos. O quarto, devia ser ocupado com motores e maquinaria próprios das aulas de engenharia rural.

Progresso na linha da cientificação e tecnificação eram as principais metas na dinâmica da escola prática: "[...] *from de real to the ideal*" [do real para o ideal]. Não era

Fig. 60. O trabalho mecânico no campo com arados de aiveca. Acervo fotográfico da Esalq.

difícil detectar as falhas no projeto vigente, para quem vivenciava a experiência didático-pedagógica por três anos consecutivos. A reflexão crítica sempre fazia parte das suas comunicações à Secretaria. Em 1910, o diretor passava a defender a ampliação do curso preliminar para dois anos letivos, julgados indispensáveis para oferecer ao ingressante no curso regular uma base suficiente para as matérias teóricas e técnicas que o aguardavam. Referia-se constantemente ao elevado índice de reprovação (50%) entre os alunos matriculados no primeiro semestre do curso regular, inclusive aqueles portadores de certificado do curso ginasial. O despreparo nas disciplinas básicas do curso elementar, principalmente em aritmética, era um problema a ser corrigido, para não se comprometer a formação do técnico.

A Escola Ganha Projeção

Desde 1909, circulava a revista estudantil *O Solo*, órgão a serviço da defesa da agronomia, dos interesses do Centro Agrícola "Luiz de Queiroz" e veículo de promoção ideológica em favor da modernização ruralista: "[...] da Agricultura racional depende o progresso do Brasil, e da união da classe e difusão do ensino agrícola, desse progresso, progresso que naturalmente trará a felicidade de um povo"[46].

As baterias desse periódico pareciam assentadas em torno da magna questão da agricultura científica, praticamente ignorada pela "classe produtora", atada às práticas rotineiras de lavoura. Equivalia a um redobrado esforço sobre as outras questões da ordem do conhecimento, como empirismo, observação, experiência, prática e ciência, principalmente

Fig. 61. O trabalho mecânico no campo, a gradagem. Acervo fotográfico da Esalq.

quando desejava demonstrar não haver linhas de conflito ou oposição: "[...] A observação mostra e a experiência instrui [...] o progresso quem o traz é a ciência" [não deve haver] "luta entre a ciência e a prática"[47].

A proposta de *O Solo* para os companheiros achava-se contida no mesmo artigo. O verdadeiro agricultor prático "deveria ser um experimentador consciencioso e inteligente dos métodos que empregava", dos fatos levados a sua observação e estudo, principalmente dos conhecimentos extraídos dos livros que informavam sobre os progressos da química, da física e da biologia. Para a revista, era nesse espírito que se formava a carreira do agrônomo, personagem vocacionado de cultivador, industrial e mestre, espécie de missionário a serviço da instrução agrícola e do destino do Brasil.

Aos redatores de *O Solo* parecia inconfundível que a agricultura nacional começava a despertar para essas idéias, São Paulo dava exemplo de pioneirismo. Da "Luiz de Queiroz" já saíam os primeiros propagadores das novas idéias:

> [...] Novas Escolas Agrícolas serão fundadas pelo governo federal, e então, quando essa falange de moços armada dos conhecimentos agronômicos modernos se espalhar por todos os recantos do Brasil, suas terras de uma prodigiosa fertilidade encher-se-ão de culturas que um solo magnífico fará desabrochar e frutificar em flores e frutos, prenunciadores do progresso, da riqueza e da abundância[48].

As idéias eram expostas num artigo de fundo, intitulado "O Verdadeiro Agricultor", no número de março de 1910, de responsabilidade dos redatores, os alunos José Fonseca Ferreira, Carlos de Souza Duarte, Gustavo da Silva D'Utra e José da Silva Carvalho. A forte carga ideológica do seu trabalho permite observar até que ponto os interesses da classe dominante se empenhavam na "salvação da lavoura" pela agricultura científica, hipotecando-se no futuro pela destinação agrícola do País (Fig. 61). Essa mesma projeção vinha a estimular as intenções por uma política modernizadora (agroexportadora e policultora) no interior do setor primário da economia. A ênfase na crítica aos métodos rotineiros, coloniais, empregados na agricultura brasileira, reforçava a defesa do ensino agronômico e do seu produto nobre como o agente da modernização, *o agrônomo.* Um dos redatores da revista já comparava a escola às melhores do mundo em qualidade, acrescida da importância de ser responsável por aquele produto "[...] passava a ser procurada por brasileiros de todo o país"[49].

O aluno R. Fernandes e Silva, descrevendo a "Luiz de Queiroz" para a revista *O Solo,*

mostrava-se impressionado com os seus recursos: "[...] é considerada atualmente a mais rica de todas as escolas da América do Sul", graças a sua fazenda-escola (com seu parque, jardins, posto zootécnico, edifícios, safras, animais, completo sortimento de máquinas estrangeiras e nacionais), aos seus trabalhos relativos à indústria agrícola, à excelência do ensino das ciências aplicadas – recursos que a faziam procurada por jovens de quase todos os Estados do Brasil. Referia-se, particularmente, à metodologia do ensino:

> [...] Ali se faz a demonstração visível e material de todos os procedimentos e mecanismos industriais de forma a preparar profissionais [...] para todas as aplicações mais difíceis da ciência agronômica. [...] Nela, não só o aluno encara o estudo da Agricultura sob o ponto de vista científico, mas, com especialidade, praticamente observando o que se executa nos seus excelentes laboratórios[50].

Descrevia-lhe o método de ensino: "[...] Os estudantes vêem na prática o resultado das teorias que nas aulas lhe são ministradas" (Fig. 62 e Fig. 63)[51]. A competência dos professores era avaliada nos seguintes termos: "[...] sabem demonstrar os progressos da Ciência e suas aplicações"[52].

Os êxitos da escola passavam a ser colhidos não apenas quanto ao número de agrônomos formados, mas por algo que começava a mudar na mentalidade dos jovens que anteriormente davam preferência aos cursos de bacharelado em direito e medicina. Começava a despertar para a agronomia parte de uma juventude que "[...] acode pressurosa, de todos os pontos do Estado e do País"[53]. Contudo, ainda era deplorado "[...] o preconceito absurdo e inexplicável" que afastava os jovens dessa "nobilíssima

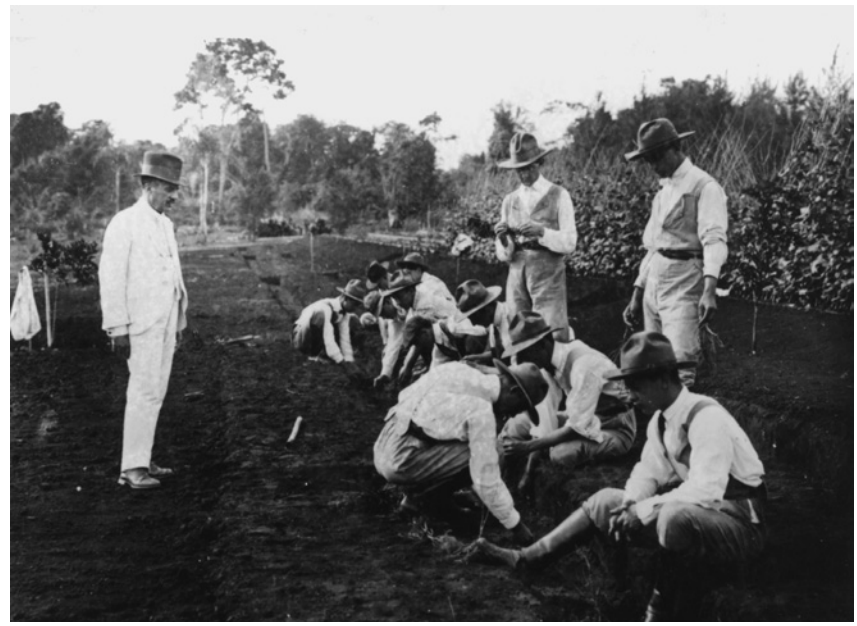


Fig. 62. O cultivar nas práticas do Horto, que avançava sobre o capão de mato. Acervo fotográfico da Esalq.

carreira". Para a revista, os jovens agrônomos guardavam um valor à parte, o de pugnarem pelo progresso da Pátria, como "Apóstolos de uma nova cruzada"[54]. A sinalização material do êxito da escola era dada pela fácil colocação dos formados. Os 22 agrônomos formados em 1909 haviam sido todos aproveitados para ocupar cargos importantes no Estado de São Paulo, no Ministério da Agricultura ou em outros Estados[55].

Ao se referir à procedência do alunado, *O Solo* abria uma fresta para a observação do processo de mobilidade social e emergência das classes urbanas, "[...] tanto o filho do fazendeiro milionário ou de posição elevada como o paupérrimo filho do operário", destacando a importância de a escola estar preparando "[...] tanto os ricos proprietários que desejavam emancipar-se da rotina tradicional" quanto os imigrantes, "[...] os estrangeiros que não tiveram ocasião de estudar em sua pátria"[56].

Não se tratava das oportunidades oferecidas pelo art. 54, cap. IX do regulamento de 1908:

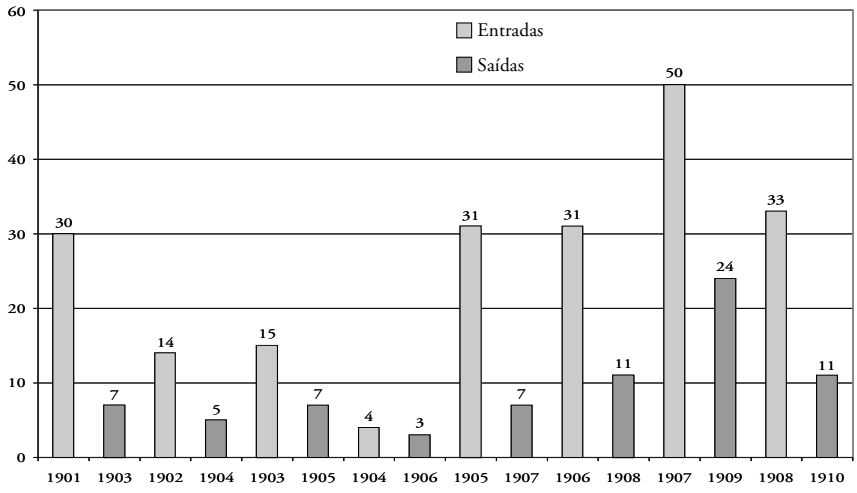


Fig. 63. Movimento geral de alunos da "Luiz de Queiroz" na primeira década.

"para cada dez alunos contribuintes podia haver dois gratuitos, filhos de agricultores do Estado, comprovadamente pobres e vocacionados". Exemplos da mobilidade social gerada em filhos de imigrantes e trabalhadores fora da lavoura eram Alberto Ravache e Francisco de Assis Iglésias, este futuro cientista e consagrado escritor, cujos pais, espanhóis, eram arrendatários de uma olaria na rua do Porto[57]. A escola estava começando a receber uma clientela diversificada de origem urbana e urbano-rural, fenômeno que se acentuou nas décadas de 1920 e 1930.

A Experiência Construída em Piracicaba (1908-1912)

O secretário da Agricultura "[...] sabe que cada mil réis gasto naquela escola produzirá uma colheita de valor dez vezes ou cem vezes maior.
Clinton Dewit Smith, 1911[58].

Em 1911, o dr. Clinton Dewit Smith parecia sentir que a Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" atingia um momento crítico da sua evolução, por isso desejava alertar as autoridades responsáveis, seja levantando algumas verdades fundamentais com a intenção de eliminar a velha indisposição contra a agricultura científica, seja para corrigir alguns desvios do projeto de ensino. Externou o seu pensamento ao periódico dos estudantes, *O Solo*, num artigo intitulado "A Escola e o Fazendeiro": I. A experiência dos EUA vinha demonstrar que havia uma íntima relação entre o desenvolvimento econômico do país e o progresso material da sociedade, com a difusão dos conhecimentos agronômicos entre os fazendeiros e cultivadores da terra, por efeito da multiplicação das escolas agrícolas práticas nos seus diversos níveis. II. O Brasil se achava em condições de buscar um desempenho análogo ao dos EUA, fazendo do conhecimento científico na prática da agricultura o caminho para a riqueza e felicidade do seu povo. Proprietários e administradores deviam tornar-se homens instruídos na agricultura. III. A ciência agronômica devia alcançar plena aceitação da sociedade e, para tal finalidade, se achava criada a Escola "Luiz de Queiroz"[59].

A educação técnica nos EUA fundamentava-se na oferta das disciplinas teórico-aplicadas instrumentadas em laboratórios, gabinetes, campos de experiências e cultivos, além dos conhecimentos da língua, história e educação cívica. A ação pedagógica dedicava-se a prover de exemplos concretos para chegar aos princípios abstratos, do próximo real do campo e da lavoura para o distante, científico, até atingir o cultural, "*from the real to the ideal*", frase que poderia tornar-se emblemática para a administração do dr. Clinton Dewit Smith.

No seu entender, a vivência da agricultura devia extrapolar os limites da ciência e da própria prática, convertendo-se em arte, ou caminho superior de fazer e produzir na lavoura. Era o caminho que se buscara em

diversas escolas agrícolas secundárias nos EUA, nas primeiras décadas do século XX[60]. Informação científica e treinamento mental, de permeio com habilidade prática, integravam a proposta didático-pedagógica norte-americana, a partir das escolas agrícolas de Minnesota e Nebraska. Nessa experiência aprimorada, moças e rapazes eram treinados nos trabalhos e negócios da fazenda e do lar para tornarem-se *efficient workers* e atingirem os objetivos da cidadania que se almejava, numa sociedade onde a agricultura ainda era a base da riqueza, mas as forças econômicas deslanchavam para a forte industrialização[61].

A pragmaticidade do ensino norte-americano estava no ajustamento entre a educação que a escola pública oferecia e o indivíduo receptor. As esperanças eram depositadas no personagem moderno, o técnico-cidadão, o produto mais nobre da educação secundária, justamente por ser capaz de associar conhecimento, hábitos mentais, método de trabalho, habilidades, treinamento acumulado e formação cívica, após submeter-se à seriação trienal ou quadrienal da escolaridade. Não era outro o pensamento daquele que foi diretor da mais famosa escola secundária de agricultura dos EUA, a de Minnesota, ligada à universidade do Estado, modelo de ensino regional nas áreas de agricultura e ciência doméstica. Como pensava o mais importante educador do seu país, John Dewey, a escola devia estar centrada no aluno, a obra educacional devia começar pela experiência direta e converter-se num processo permanente de ampliação da mesma[62].

Informação nas ciências aplicadas, métodos experimentais, treinamento e cidadania davam embasamento à proposta didático-pedagógica de Clinton Dewit Smith, a qual devia ser oferecida disciplinarmente no interior de uma fazenda-escola, dentro de uma concepção sistêmica de ensino. Observadas as condições brasileiras, rapidamente reconheceu as limitações do seu próprio projeto de ensino. No seu entender, faltavam recursos, aparelhamento, professores e, o que lhe parecia ser o pior: o curso oferecia dificuldades a muitos alunos, na medida em que se apresentavam despreparados nas disciplinas básicas do curso primário, principalmente em matemática e geometria[63].

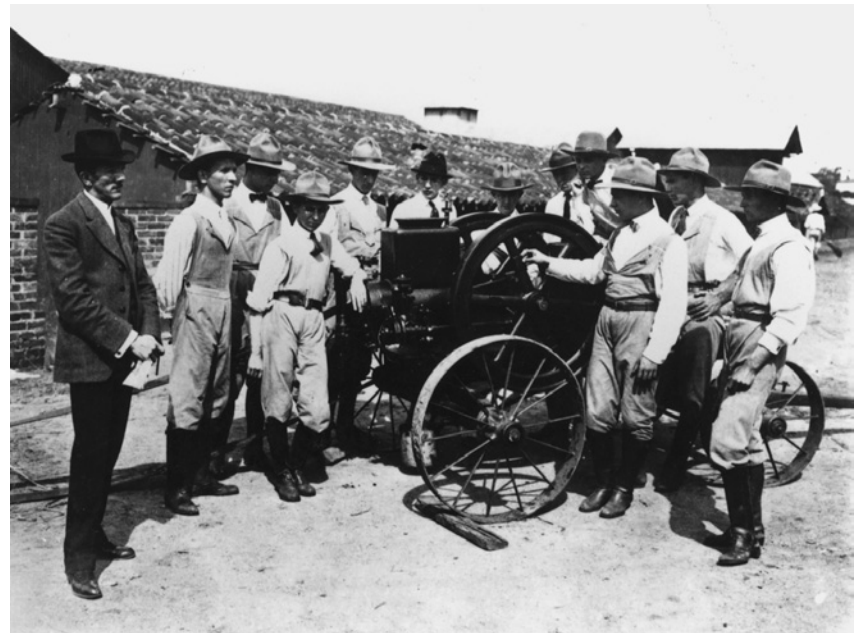


Fig. 64. O professor Octávio Teixeira Mendes em aula de mecânica. Acervo fotográfico da Esalq.

O curso exigia bastante do aluno: conhecimentos de química (análises do solo, adubos), física (mecânica, hidráulica) e matemática, botânica (classificação das plantas do Estado de São Paulo, anatomia e fisiologia), bacteriologia, silvicultura, agricultura, zootecnia, veterinária, bromatologia, engenharia rural, horticultura, topografia e economia rural[64]. O aluno devia passar perto de 25 a 30 horas semanais em trabalhos na escola, exigência que podia parecer demasiada para filhos de fazendeiros. Por sua vez, as avaliações

eram constantes e os exames rigorosos, tanto nas disciplinas teóricas quanto nas práticas.

Inconformava-se com a indisposição contra a agricultura científica, revelada pelos antigos fazendeiros convencidos de que para plantar e colher bastavam poucos conhecimentos lastreados na experiência: "[...] Tal preconceito não deve ter curso neste país, onde o progresso e a riqueza dependem, sobretudo, da Agricultura"[65]. Esse sentimento juntava-se à advertência sobre o empreguismo enraizado na sociedade brasileira, que se reforçava cada vez mais pela titulação oferecida nas escolas públicas. Verificando que esse fenômeno também se registrava na "sua" escola, a "Luiz de Queiroz", ele vinha a ressaltar a sua finalidade: a de "[...] preparar os seus alunos para administrarem as suas fazendas" nas mais diversas condições, embora reconhecesse que "[...] a ambição de muitos deles é fazerem-se empregados públicos"[66].

O dr. Clinton Dewit Smith reconhecia que a escola atingira o nível de qualidade previsto em seu projeto de 1908; não pretendia desviá-la da sua finalidade. Parecia-lhe inconveniente modificar a titulação dos diplomados ou formar agrônomos especialistas (horticultores, zootecnistas), mas sentia que o crescimento da escola naqueles últimos anos podia induzir a desvios do projeto original. Sentia que a nova profissão de agrônomo era incompreendida nos meios conservadores, ainda sensibilizados com os bacharéis doutores, fato que o levava a repetir a ironia do dr. Assis Brasil: "para doutores todos nós servimos"... O novo profissional vocacionado na agronomia recebia a sua integral defesa, posição que era compartilhada pelos alunos, apresentando-o à sociedade como herói e cientista, missionário a serviço da saúde da Nação[67].

Clinton Dewit Smith e o Ensino

Grande parte do seu pensamento encontra-se na "IV Tese", que defendeu no 1º Congresso de Ensino Agrícola, realizado em São Paulo, no mês de maio de 1911: A Escola Agrícola Luiz de Queiroz de Piracicaba satisfaz para o ensino médio ou carece de modificações? Quais? Ele a expõe com a franqueza do especialista veterano no assunto em seu país, orgulhoso do trabalho executado no Brasil. Pouco lhe importavam as questões teóricas sobre o ensino, já que tinha por escopo transformar a "Luiz de Queiroz", após dois anos de direção, numa escola única no gênero em todo o país, para apresentá-la dentro de uma nova versão, a escola prestadora de serviços.

Desejava voltar o seu trabalho de diretor para uma dupla função, a escolaridade serial, dedicada ao alunado jovem, e a assistencial, incubadora, aplicada a uma clientela situada à margem da escolaridade, integrada pelos fazendeiros e lavradores em geral, interessados em aprender e se modernizar: "[...] É fora de dúvida que dentro de poucos anos a Escola se tornará o verdadeiro centro de desenvolvimento e progresso da Agricultura do Estado"[68].

Tocado pelas preocupações teóricas relativas às graduações do sistema de ensino brasileiro, trazidas pelos interlocutores que o assediavam, respondeu: "[...] Confesso que não saberia definir o que é ensino médio, nem explicar as diferenças entre ensino médio e superior" (referia-se à *High School* e ao nível mais adiantado da escola agrícola francesa de grau médio, que costumava ser confundido com o superior, o *Institut*). Dando seqüência ao raciocínio, defendia a destinação da Escola Agrícola "Luiz de Queiroz" (grau médio),

aquela que "[...] deve ser a única escola superior do Estado de São Paulo"[69].

Passou a fazer parte das suas estratégias educacionais corrigir as falhas da escolaridade insuficiente, alimentar o curso com uma clientela mais preparada, aparelhar a escola com todos os recursos materiais, completar o corpo docente com professores competentes e promover um sistema de ensino integrado nos três níveis propostos (elementar, médio e superior), a fim de estender a proposta didático-pedagógica a vários segmentos da sociedade, desde os filhos dos proprietários até os filhos dos administradores.

Para corresponder plenamente, a escola devia gerar expectativas e respostas, particularmente a essas duas representações da sociedade, oferecendo um curso superior e outro elementar. "[...] O primeiro, com insignificante modificação, já o possuímos. O curso elementar pode ser levado a efeito com poucas despesas, aplicando-se a rapazes não muito preparados"[70]. Completavam esse arcabouço de idéias o rigor disciplinar temperado com paternal assistência e bonomia que o tornaram uma liderança moral e intelectual entre os alunos.

O seu pensamento é exposto com grande clareza no artigo "A Escola e o Fazendeiro", nos números da revista estudantil *O Solo* publicados entre fevereiro e agosto de 1911. Clareza que não dissimula a maneira de ser do especialista veterano no assunto. O êxito da "Luiz de Queiroz" podia ser melhor avaliado através da resposta da sociedade aos apelos promocionais da Secretaria da Agricultura, em consonância com a divulgação dos seus ex-alunos sobre a qualidade do curso. Os grandes proprietários do país pareciam convencidos: enviavam os seus filhos. Quanto a essa fração da sociedade, o diretor não tinha mais preocupações a esconder, apesar do apregoado rigor do ensino.

Apesar de o curso "ser difícil", a escola assegurava o êxito do seu trabalho. Possuía corpo docente gabaritado e disposto nas dez cadeiras e nos cursos que oferecia: física, química agrícola, botânica e bacteriologia, química mineral e orgânica, agricultura e economia rural, zootecnia, zoologia, matemática, topografia, engenharia rural e horticultura (Fig. 65). O inventário da escola apresentava uma fazenda com 300 ha de terras diversas adaptadas às necessidades do ensino agrícola, culturas de café, algodão, milho, cana e arroz, mata para experiências em silvicultura, um parque de 22 ha para demonstrar floricultura e arquitetura paisagística, um acervo de instrumentos agrários e máquinas para beneficiar as safras, um grande edifício-sede, bem arranjado, com dormitórios, sala de refeição, aulas e laboratórios. O corpo discente contava com 170 alunos regularmente matriculados em 1910, procedentes de quase todos os Estados brasileiros, mesmo daqueles que contavam com escolas de agricultura e ensino rural: Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais[71].

"[...] Numa Escola é importante ter um curso bem organizado; mas é ainda mais importante ter um corpo docente laborioso e competente e alunos estudiosos"[72]. Ao referir-se aos dados qualitativos acrescentava: "[...] Não tentei aqui uma descrição da beleza da nossa Escola"[73]. Quanto aos quantitativos expressa-se nesses termos: "se uma loja sabe oferecer aos clientes as mercadorias que estes procuram (porque têm necessidade delas), a escola deve ser franqueada somente aos moços que querem aprender". Um dos principais critérios para avaliar o êxito de uma escola

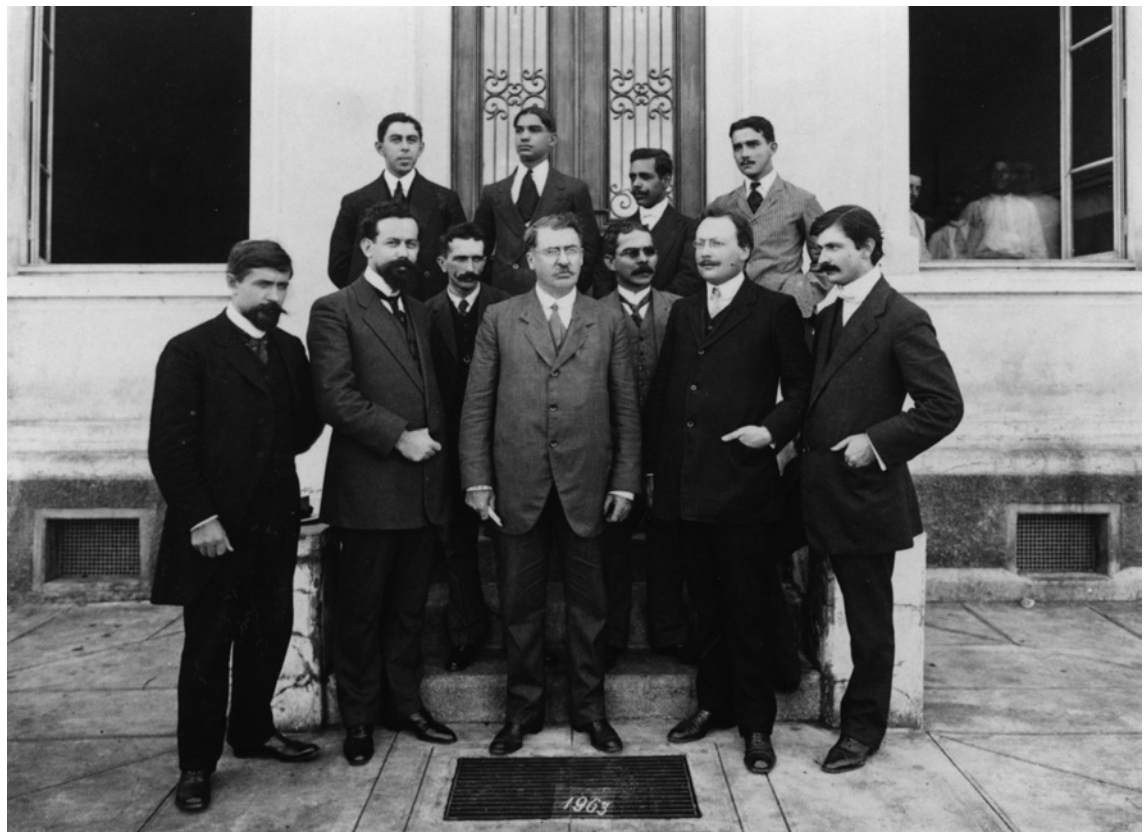


Fig. 65. Álbum comemorativo da primeira década da escola. Acervo fotográfico da Esalq. O diretor posa ao lado de alguns lentes e professores. No primeiro plano, da esquerda para a direita, Arsène Puttemans, Jacques Arié, Clinton D. Smith, Émile Charropin, Charles Vincent. No segundo plano, mesmo sentido, Acácio Ribeiro e Luiz Teixeira Mendes.

estava no ajustamento da sua clientela, em qualidade e número, à ação educacional; nessas circunstâncias, ela se justificava em razão do próprio alunado. Os critérios de eficiência ressaltavam do ensino sistemático aplicado, ficando implícitas as considerações de ordem teórica:

> [...] Não precisamos perder tempo em cogitar nas teorias que se coadunam com as idéias dos alunos ou a relação que tem esta ou aquela escola com as regras da Pedagogia. A primeira questão a resolver é: haverá freqüência ou não? O fim de qualquer escola é ensinar e, sem discípulos, isto é impossível. Em segundo lugar, precisa-se dar um cunho sistemático e sério ao ensino, para que ele seja digno de merecer tal nome[74].

O Sentido da Escola Agrícola Prática para o Dr. Clinton Dewit Smith

Os conteúdos disciplinares arranjados no conjunto das dez cadeiras formavam um corpo teórico-experimental e demonstrativo que se justapunha às práticas da fazenda-modelo, do posto zootécnico e das oficinas. O conjunto das atividades pedagógicas formava o *curriculum* da escola agrícola prática, a exigir uma carga horária variável entre 25 e 30 horas semanais por aluno, observando-se que "a maior parte era dedicada aos trabalhos práticos e que nas aulas teóricas predominavam as coisas essenciais à vida prática"[75].

O pecado original, conservado nos dois primeiros regulamentos, parecia absorvido no interior das atividades práticas. Pragmaticidade

tinha o significado de treinamento no interior do colégio, da fazenda-modelo, do posto zootécnico e das oficinas. Com a fórmula correta, o dr. Clinton D. Smith mostrou ser possível conciliar "reflexão" (teoria) com pragmaticidade, numa escola aparelhada de todos os serviços, sob a "paternal autoridade", dentro da sua filosofia de ensino, a de "preparar" o agricultor para a cidadania. O que se adquiria na prática?

Na fazenda-modelo: 1. As questões relativas aos tratamentos do solo, os métodos de produção, visando qualidade, aumento da produtividade e o arranjo sistemático dos serviços de uma fazenda, objetivando-se economia das despesas. 2. O manejo dos instrumentos agrários, buscando-se um nível desejável de treinamento com os arados de diversos tipos, as grades de disco e de outras formas, os cultivadores, as máquinas a vapor e a vento, as máquinas para beneficiamento das safras (Figs. 60, 61 e 64).

No posto zootécnico: 1. Seleção dos reprodutores, a fim de se melhorar a qualidade dos animais nas próprias fazendas. 2. Conhecimentos sobre anatomia dos animais e veterinária, pois eram raros esses profissionais no Brasil.

Nas outras dependências da fazenda-escola: 1. Na leiteria procedia-se ao preparo das culturas de bactérias, para correção dos defeitos da fermentação da nata e fabrico de manteiga. 2. Na carpintaria eram promovidas tarefas de madeiramento em edifícios e de construção de estábulos. 3. Na ferraria eram feitos os trabalhos com metal, além das práticas de ferrar animais, de consertar arados e aparelhos quebrados.

Era com base na experiência do seu país que buscava convencer a Secretaria da Agricultura a reformular o seu programa de ação no ensino agrícola, questionando o porquê de se estabelecer fazendas-modelo em diversas regiões do Estado de São Paulo, aprendizados Rurais noutras, para oferecer a mesma instrução agrícola. Julgava que essas iniciativas não podiam se desenvolver demais... o ensino devia ser concentrado. Nesta hipótese, por que não concentrar o ensino aos jovens em um único estabelecimento como a Escola "Luiz de Queiroz", em vez de espalhá-lo pela superfície do Estado?

Prosseguindo no seu arrazoado, julgava ser muito mais vantajoso a um jovem freqüentar uma grande escola do que um aprendizado isolado. Centralizado o ensino da agricultura, como na " Luiz de Queiroz", o aprendiz passava a dispor de uma fazenda-modelo bem montada, com os animais e equipamentos necessários, um corpo docente integrado por especialistas e um grande número de companheiros que haveriam de despertar-lhe entusiasmo:

> [...] Um discípulo aprende dos seus colegas, talvez mais do que dos seus professores [...] Quem pode medir a influência das belezas do nosso edifício, do nosso parque e das nossas meditações sobre a vida e o futuro dos nossos formados? [...] Quem pode avaliar as vantagens para um moço relativamente ignorante e rústico em contato com um corpo docente trabalhador, competente e delicado, coadjuvado por um corpo discente que nos vai ajudar na instrução completa desses nossos alunos?[76]

Além dos cursos rápidos, defendia a realização dos congressos de fazendeiros, como nos EUA. Esses poderiam reunir-se anualmente na escola, com o objetivo de estudar questões agropecuárias e melhores métodos de trabalhar as fazendas. Esses encontros entre agricultores

e professores constituíam uma prática comum em outros países e poderiam se realizar em São Paulo, "[...] justamente considerado o mais adiantado"[77].

As idéias expostas nos números de *O Solo* também foram defendidas no Primeiro Congresso de Ensino Agrícola de São Paulo, onde ele expôs a sua experiência de educador americano pragmático, após dois anos na direção da "Luiz de Queiroz", e onde veio a sugerir um novo projeto, *o da escola prestadora de serviços*. A sua intenção era centralizar o ensino agrícola do Estado de São Paulo na "Luiz de Queiroz", a única em condições de oferecer outros níveis de graduação, desde o elementar ao médio superior, por ser a única dotada de todos os requisitos instrucionais, materiais e humanos.

A ampliação das atividades regulares da Escola para além da esfera do alunado regularmente inscrito significava estendê-la às diversas zonas do Estado, por meio dos cursos rápidos e dos congressos de fazendeiros, e ir mais além, *from the real to the ideal*, torná-la culturalmente modelar para o país, enquanto escola prestadora de serviços à comunidade agrícola brasileira. Defendia com veemência esta posição em favor dos fazendeiros e dos jovens, tanto os que podiam quanto os que não podiam cursá-la regularmente. Pensando na escola pública (a cargo de outra secretaria), oferecia a colaboração da "Luiz de Queiroz" ao ensino agrícola elementar das escolas primárias e aos estudantes secundários das escolas complementares. "[...] Por que não convidar estes professores a visitar nossa escola nos meses de dezembro e janeiro para assistir a algumas aulas teóricas e práticas sobre as Ciências?"[78].

O Primeiro Congresso de Ensino Agrícola de São Paulo

O dr. Clinton Dewit Smith se achava de tal maneira identificado com a Escola "Luiz de Queiroz" que parecemos ouvi-lo, em sua exposição naquele congresso, perante a Intelectualidade e os dirigentes do partido, a decodificar o pensamento dos educadores técnicos da sua pátria: "The agricultural knowledge in secondary education must not stop here; it must advance from the real to the ideal, in cause of the wealth and the power of the nation"[79]. Progresso, poder e riqueza, a serviço da causa nacional, fundamentavam ideologicamente a busca pela agricultura racional, tinham condições de viabilizar-se pelo conhecimento científico institucionalizado em Piracicaba.

À "Luiz de Queiroz" cabia aprimorar-se nos níveis do saber agronômico, transcender os limites do regionalismo – uma das questões da Agricultura de São Paulo – para tornar-se uma escola agrícola prática voltada aos interesses do país. O que pregava não era novidade para a Secretaria da Agricultura; esse projeto ambicioso achava-se nas bases da Lei do Serviço Agronômico (1899), porém, a partir da sua administração, quando a proposta didático-pedagógica ficou clara, ele se tornou exeqüível. Diversamente do que se tentava, desde 1897, na Escola Politécnica, praticando-se agricultura em escala reduzida e privilegiando-se a teoria.

Antônio de Pádua Salles, secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no governo de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins (01.05.1908 a 01.05 1912), convocou o Primeiro Congresso de Ensino Agrícola do Estado de São Paulo, na capital, em maio de 1911. Era seu intuito discutir os investimentos

já realizados e propor uma revisão geral do ensino agrícola, naquele momento bastante valorizado sob a ótica da sua importância para o desenvolvimento da agroindústria paulista. Integrava a discussão a proposta de um plano para a aplicação do ensino nos três graus, elementar, médio e superior, ou, na falta deste, um conjunto de providências para se chegar ao ensino da agricultura condizente com a realidade da lavoura paulista, cuja estimulação deveria pautar-se pela policultura, de necessidade urgente e inadiável[80].

A aspiração à obtenção de resultados positivos na área do ensino agrícola devia estar contida na estratégia diversificadora relativa à agricultura. Carlos Botelho iniciara a campanha oficial pela policultura, ao dar exeqüibilidade às culturas do arroz, cereais, algodão e frutíferas, como expediente de moderação das importações maciças, de abrandamento da escassez dos gêneros alimentares e combate à carestia de vida. O momento parecia favorável ao tratamento dessas questões, considerando-se a fase de recuperação e desafogo da economia cafeeira.

Os discursos de abertura das 1ª e 2ª sessões do congresso giraram em torno da comparação da agricultura brasileira com a norte-americana e a argentina; dos temas sobre o aperfeiçoamento da nossa agricultura pela difusão do ensino agrícola; do pioneirismo do Estado de São Paulo ao promover o conclave; da importância da educação técnica para o desenvolvimento da produção e da riqueza nacionais; da policultura diversificadora da economia e da advertência sobre o modelo agroexportador baseado na cafeicultura; dos malefícios decorrentes da abusiva monocultura que se praticava, impondo a importação de todos os gêneros de consumo do país, e da esperança depositada num sistema de ensino que viesse em favor das necessidades da agricultura brasileira e, por extensão, dos interesses da sociedade. A todas estas propostas se antepunha a questão levantada pelo dr. Luiz Pereira Barreto: como estabelecer esse sistema sem uma cultura agronômica propriamente dita, sem mestres habilitados, sem fontes bibliográficas, sem prévio respaldo científico?

Reconhecia-se que os efeitos danosos da crise econômica haviam comprometido muitos projetos de ensino agrícola iniciados no Estado de São Paulo. Ao esquivar-se de responsabilidades, que deveriam ter sido assumidas no passado, o secretário argumentava em favor de uma política de resultados e de efeitos imediatos:

> [...] Ora, para se obterem todos esses melhoramentos de resultados imediatos, teve de se sacrificar um pouco o ensino teórico, pôr de parte, provisoriamente, a instrução agrícola superior, ministrada pela Escola Politécnica de São Paulo, restringir o ensino médio e adiar a reorganização do ensino primário[81].

O secretário pretendia dotar esse congresso de uma assembléia consultiva formada por especialistas em agricultura e representantes da Intelectualidade, aos quais proporia nove questões para a formulação das teses que deveriam submeter-se aos debates. Esperava que as resoluções desse congresso houvessem de influir – como de fato aconteceria – na reorientação do ensino agronômico paulista. Não havia interesse em discutir o projeto de ensino superior que havia fracassado. De positivo, o Estado oferecia as experiências educacionais, com o ensino agrícola, levadas a efeito pela Secretaria da Agricultura, Comércio

e Obras Públicas e pela diretoria Geral da Instrução Pública (esta, empenhada no 1º grau e nas escolas complementares à escola normal).

A primeira oferecia os resultados positivos da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" de Piracicaba e os cursos práticos ministrados no Posto Zootécnico Central (capital): de laticínios, de zootecnia e higiene animal, de agrostologia e bromatologia, de alveitaria e de avicultura. O ensino de nível elementar na Secretaria da Agricultura correspondia ao que era oferecido nos aprendizados agrícolas aos filhos de colonos e sitiantes ou nos campos de experiência, tendo a duração de dois anos; era realizado em Iguape e São Sebastião, nos núcleos coloniais, no Horto Florestal e na *Trappa* do Tremembé. Sobre a escola de Piracicaba o governo era enfático:

[...] O verdadeiro instituto de ensino agrícola médio tem sido, e ainda continuará a ser, a Escola Prática "Luiz de Queiroz", de Piracicaba, donde tem saído o grande número de agrônomos que difundem a instrução e a prática agrícolas nos diversos centros do Estado, quer como simples particulares, quer como funcionários da Secretaria da Agricultura[82].

Decorridas mais de duas décadas (1887-1911) de ensaios e erros no campo agrícola científico, parecia razoável a experiência acumulada pelo governo paulista. No confronto entre as diversas iniciativas, apenas duas instituições haviam progredido a contento, o Instituto Agronômico de Campinas (IAC) e a Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" de Piracicaba, ambas sob a direção de especialistas estrangeiros. Os resultados negativos afloraram cedo nos diversos níveis de ensino ensaiados, desde o superior da Politécnica até o elementar. No diagnóstico dos determinantes do fracasso apareciam indicativos que iam desde a falta de investimentos em recursos financeiros à incompreensão das autoridades governamentais para com os projetos de ensino, a falta de especialistas e o desinteresse da classe da lavoura ou da própria clientela.

Nesse momento, a falta de um quadro profissional de magistério, qualificado para os diversos níveis, parecia o fator mais grave incidindo sobre a incapacidade de gerar um projeto global de ensino agrícola apropriado para atender às demandas da agricultura a ser diversificada e para construir um novo modelo. Este virá esboçar-se em contornos bem definidos na terceira década do século XX, quando as duas instituições matriciais, o IAC e a "Luiz de Queiroz", estiverem consolidadas e reconhecidas.

Em duas décadas de funcionamento, o indício mais evidente do êxito do ensino técnico agrícola na "Luiz de Queiroz" era dado pelos coeficientes de matrícula, numa demonstração do recuo dos preconceitos da época, devido ao acesso, pela informação, do avanço do Saber abrindo novos espaços na sociedade paulista e no mercado de trabalho.

A "Luiz de Queiroz" e o Congresso de Ensino Agrícola

Convidada a participar do congresso, a Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" enviou uma delegação constituída pelo seu diretor e dois lentes, o dr. Antônio de Pádua Dias e o dr. Émile Charropin[83]. A "IV TESE", de autoria do dr. Clinton Dewit Smith, foi analisada por uma comissão integrada por Luiz Pereira Barreto, Raul de Rezende Carvalho, Gustavo D'Utra, Domingos Jaguaribe, Oscar

Turma	Curso Preliminar	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
1901-1903		30	11	07	
1902-1904		14	07	05	
1903-1905		15	08	07	
1904-1906		04	04	03	
1905-1907		31	13	07 (05)	
1906-1908		31	23	11	
1907-1909		50	23	24(22)	
1908-1910		33	23	11 (09)	
1909-1911	31	33	31	33 (27)	
1910-1912	26	61	43	34 (31)	
1911-1913	19	67	34	34 (33)	
1912-1914	40	59	38	34 (23)	
1913-1915		71	42	41 (40)	
1914-1916		51	38	34 (33)	
1915-1917		47	29	25 (23)	
1916-1918		39	25	20 (17)	
1917-1919		47	30	03	
1918-1920		42	28	26	22
1919-1921	1º Fund. * 31	28	26	20	20
1920-1922	1º Fund. * 32	25	21	24	13

Tab. 14. A evolução quantitativa do alunado, através das turmas, consoante os regulamentos.

Observamos que os agrônomos formados se incluem entre parênteses e que há discrepâncias entre alguns dados contidos nos relatórios e aqueles da relação oficial.

(*) Há 22 agrônomos formados em 1920 no 4º ano. (**) Em 1917 teve início o 1º Ano Fundamental.

Fontes: Livros de Atas e Sessões Solenes, Relatórios dos secretários da Agricultura, Esalq 75. 1901-1976. 75 Anos a Serviço da Pátria e O Ensino na Escola "Luiz de Queiroz", de F. T. de Souza Reis.

Thompson e Brant de Carvalho. O seu enunciado era o seguinte: "A Escola Agrícola Prática 'Luiz de Queiroz' satisfaz para o ensino agrícola ou carece de modificações? Quais?"[84].

Essa tese causou impacto, não só pela importância de que se revestia, como pela figura de quem a defendia, o diretor da "Luiz de Queiroz" e renomado educador norte-americano. Todos os pareceres e conclusões que apresentou foram igualmente aprovados pelas comissões e pelo plenário, por consenso unânime.

Quando outro educador, conhecedor profundo da escola de Piracicaba, desde o seu primeiro dia de funcionamento, o dr. Antônio de Pádua Dias, levantou o debate em favor do ensino agrícola que ali se promovia, ele recebeu a contar com o integral apoio das maiores expressões da Intelectualidade ali representados, inclusive do dr. Arthaud Berthet, diretor do Instituto Agronômico de Campinas (IAC). Pôde-se observar que, no mesmo ano em que se encerrava tristemente o capítulo dos fracassos do curso de agronomia da Politécnica, decidia-se em favor do destino da escola de Piracicaba como sua futura sucessora no campo do ensino superior do Estado de São Paulo.

Os engenheiros agrônomos Adalberto de Queiroz Telles e Lourenço Granato foram os apresentadores da "Tese 1", na qual formularam algumas importantes conclusões: 1. a verdadeira agricultura ainda se achava em

estado embrionário no país; 2. a mentalidade conservadora e empirista do agricultor não se dispunha a aceitar o profissional habilitado: "[...] o nosso fazendeiro repele o agrônomo, como sendo um visionário"; 3. fechara-se o mercado de trabalho ao técnico saído de uma escola superior, causa imediata do encerramento do curso da Politécnica; 4. na indústria, os engenheiros agrônomos também não encontravam oportunidade, frente à concorrência de outros técnicos, engenheiros civis e industriais; 5. A esperança de uma nova oportunidade para o curso superior de agronomia era repassada ao futuro, "[...] nos próximos dez anos", porquanto naquele momento, em que o governo federal cogitava inaugurar uma escola superior no Rio de Janeiro, "[...] parecia fora de propósito pensar-se noutro curso semelhante em São Paulo"[85]. As suas conclusões finais permaneceram como advertência:

> [...] Hoje, são as escolas médias e as escolas elementares agrícolas de que mais precisamos. São agrônomos da escola média e dos aprendizados agrícolas que deverão satisfazer as necessidades da nossa agricultura; aqueles dirigindo e estes executando as normas da técnica rural, para garantir o aumento da nossa escassa produção e o melhoramento dos nossos principais produtos, formando então o campo de ação para investigações superiores, para os diplomados pelas escolas superiores[86].

Advertência que prevaleceu assimilada a outras idéias, como as de que a Escola "Luiz de Queiroz" devia ser preservada para o futuro como a única escola de grau médio a ser submetida a constante aprimoramento, enquanto se aguardava a oportunidade, a ser conferida pelo próprio desenvolvimento da agricultura, de convertê-la em escola superior[87]. Por sua vez, o desenvolvimento da agricultura como um todo passava a ser encarado pelos ruralistas avançados como medida de salvação nacional.

Tomando a palavra durante a 2ª sessão plenária (26.05.1911), o dr. Luiz Pereira Barreto repetia o Prefácio da obra de Assis Brasil, *A Cultura dos Campos*:

> [...] É vergonhoso que o nosso país, dispondo duma enormidade de terreno, tão fértil como o que mais o for, não tenha sequer a independência do estômago e vá pedir ao estrangeiro os gêneros de que mais necessita.

A condenação do modelo agroexportador não era o seu exclusivo intento e, sim, a defesa da causa nacionalista, a serviço da qual devia ser colocado o ensino agronômico em seus três níveis, elementar, secundário e superior:

> [...] Mas, o mais grave de tal situação não é que o nosso principal produto agrícola dê menos dinheiro; é que ele, bem como os nossos ricos gêneros que exportamos, são de natureza a deixar-nos na mais rigorosa dependência do estrangeiro.

Referindo-se às importações de alimentos, no geral, arrematava:

> [...] Ora, todas essas coisas compram-se com ouro; de modo que o Brasil é um país que come libras esterlinas [...] em tais condições, nem sequer há independência nacional [...] convém cuidar desde já da organização do ensino agrícola sob os três aspectos, elementar, médio e superior[88].

A Tese do Dr. Clinton Dewit Smith

A Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" de Piracicaba, satisfaz para o ensino médio ou carece de modificações? Quais? (Tese apresentada ao 10 Congresso de Ensino Agrícola de São Paulo, 1911).

1ª Parte. Considerações gerais de ordem prática por parte do expositor: as dificuldades.

Quando se intenciona criar uma escola, observam-se as prioridades. A primeira é saber se ela corresponde às expectativas da clientela, a exemplo do que se faz no mundo comercial. Não se trata de saber se o principal produto, o agrônomo, terá aceitação no mercado de trabalho, mas se haverá aceitação da idéia contida na proposta de escola por parte da classe dominante e se esta estará disposta a enviar os seus filhos para estudar. Neste particular, teorias e regras de pedagogia pouco valem[89].

Havendo aceitação e demanda, a segunda dificuldade de ordem prática dizia respeito à capacitação da escola, porque os alunos têm de estudar e a escola ensinar, sistemática e seriamente, oferecer professores à altura das necessidades do programa e do método de ensino, enfim, possuir um "curso bem arranjado". A terceira dificuldade é de ordem material: a escola deve estar bem aparelhada para oferecer o rendimento desejado dentro do ensino técnico.

2ª Parte. Considerações a respeito de uma escola em particular, a "Luiz de Queiroz": as suas perspectivas ilimitadas.

O seu patrimônio e o seu potencial a habilitavam a satisfazer "em todos os sentidos" as necessidades do Estado de São Paulo, seja no ensino superior seja no ensino médio, com algumas modificações, também, no ensino elementar. Estava respondida a questão fundamental, embora a assertiva não se desvinculasse do constante investimento de recursos, mais salas de aula, outro laboratório de química, aumento da aparelhagem. "[...] É verdade que estamos com muita fome"[90]. O assédio ao Tesouro não operava no vazio. Referindo-se ao secretário da Agricultura, com a mesma franqueza e pragmatismo, levantava o plenário para a sua defesa: "[...] Ele sabe que cada mil réis gasto naquela escola produzirá uma colheita de valor dez vezes ou cem vezes maior".

3ª Parte. "[...] O curso é difícil".

Para enfrentá-lo, o aluno não dispensava a prévia escolaridade que o haveria de colocar em condições de vencer o currículo do ensino técnico. Não se tratava de um curso rápido, voltado para operações imediatas no campo, mas de um curso científico de longa duração, sujeito a uma carga horária prevista entre 25 e 30 horas, que incluía trabalhos práticos de campo, avaliações periódicas em suas onze áreas de abrangência, cujos respectivos conteúdos programáticos e atividades ritmavam os passos do saber técnico na agricultura.

Era seu hábito não negar as dificuldades, mas repassá-las às fontes da reflexão. Com os jovens, valia-se do conhecimento dos mais experientes e da mediação dos mestres. Ao fazer a exposição dos detalhes do ensino, da hospitalidade do Colégio-Internato e da Sala de Estudos "sempre repleta", acrescentou: "[...] Não tenho mais prazer em qualquer outra coisa que ir todas as noites a esta hora obrigatória ajudar os alunos nos seus estudos"[91].

A memória dos fracassos e das dificuldades vivenciadas na primeira década o levaram a reduzir as especulações quanto ao futuro:

> [...] Eis a escola prática "Luiz de Queiroz". Não é uma teoria nem um sonho, mas um fato. Está funcionando, em movimento. É uma força poderosa no ensino agrícola da nação[92].

4ª Parte. A problematização da Tese.

Não satisfeito com a exposição perante o plenário do congresso, o dr. Clinton Dewit Smith justapôs à tese uma bateria de questões, com as quais passou a interrogar o verdadeiro sentido do ensino médio. Sobrepondo-se às formulações de natureza teórica, uma questão lhe pareceu imediata: tratava-se de saber se a "Luiz de Queiroz" correspondia verdadeiramente aos objetivos do ensino médio, num país de tamanhas discrepâncias culturais[93].

Segundo o seu modo de pensar, valendo-se da experiência adquirida nos três anos de administração da "Luiz de Queiroz", propôs que se oferecessem dois cursos distintos, um superior, aos moços preparados, e outro elementar, reservado aos moços com fraco preparo, mas dotados de ambição. O primeiro, acrescido de algumas poucas modificações, "[...] temos agora". O segundo, teria caráter eminentemente prático, levando apenas o essencial das aulas teóricas, seria de curta duração, cinco meses, podendo ser ministrado na fazenda-modelo e no posto zootécnico. O desdobramento do ensino prático lhe parecia a forma mais eficaz de fazer chegar a educação agrícola aos jovens do campo: "[...] Quem pode medir as vantagens para um moço relativamente ignorante e sem educação, em contato com um corpo docente alerta, competente e amável [...]?"[94].

O saber escolarizado devia estar centrado numa grande escola, como o modelo implantado em Piracicaba, dotada de todos os recursos, capacitada para o esforço sistêmico da tarefa educacional, onde o aluno pudesse se beneficiar de todas as vantagens, inclusive da sociabilidade com professores e colegas, por viver no interior de um *campus* e numa fazenda-escola. A experiência do próprio educador, extraída da convivência com jovens procedentes do meio rural ou das grandes regiões (urbano-rurais), podia ser repassada para outras unidades de ensino. A "Luiz de Queiroz" tinha condições de oferecer não apenas os cursos rápidos, mas outras oportunidades educativas e treinamento para professores das escolas complementares, durante as férias de final de ano letivo, bem como os congressos anuais de fazendeiros.

O verdadeiro destino da 'Luiz de Queiroz" estava a traçar-se naqueles dias, na medida em que a Escola se convertia num centro promotor de educação agrícola para os jovens do Estado de São Paulo, a única a ser dotada do segundo grau completo. As suas propostas para o curso regular implicavam algumas modificações regimentais: 1. O curso preliminar devia ser ampliado de um ano para dois, a fim de atender às deficiências trazidas da pré-escolaridade, principalmente em aritmética. 2. O curso regular também precisava ser acrescido de um ano de especialização. 3. O nível médio desse curso regular devia ser reconhecido como superior. 4. As instalações precisavam ser ampliadas. 5. Devia ser criado o curso elementar de cinco meses.

Prestes a encerrar a exposição, dirigiu ao plenário as palavras definitivas sobre a "sua"

escola: "[...] Deve ser reconhecida pelo governo federal e estadual como uma escola superior e elementar e deve receber o sustento que merece"[95].

As Avaliações sobre a "iv tese"

A personalidade do dr. Clinton Dewit Smith destacava-se no plenário, pelo porte e irradiante simpatia, pelo prestígio de educador e renomado especialista no país da mais bem-sucedida agricultura do mundo e pelo conteúdo da mensagem, associada a uma certa franqueza e pragmatismo que conduziam os interlocutores diretamente ao centro da discussão. Já vinha precedido da popularidade que desfrutava na comunidade de alunos e do reconhecimento pela qualidade do trabalho promovido em Piracicaba, fatos que o credenciavam perante a Intelectualidade e os dirigentes do prp. A sua forte presença no congresso garantiu o sucesso da tese defendida e a sua unânime aprovação. Transcrevemos as suas palavras:

> [...] Minha tese é que a escola agrícola "Luiz de Queiroz" satisfaz em todos os sentidos as necessidades deste estado, quer para o ensino superior, quer médio e com poucas modificações pode satisfazer para o ensino elementar[96].

Não obstante, levantou debates, em virtude de certa confusão estabelecida entre grau médio superior e escola superior, num momento em que a Escola Politécnica encerrava o seu curso superior de agronomia e o governo federal pretendia criar uma escola do mesmo gênero no Rio de Janeiro.

O relator da 2ª Comissão, dr. Ulisses Paranhos, encarregado dos pareceres e conclusões sobre as teses v, vi, vii e viii, referiu-se à escola de Piracicaba, objeto da "iv tese", pois a mesma fora ao âmago de todos os questionamentos sobre o ensino agrícola de São Paulo. Deixava claro ser opinião do grupo que o governo não devia criar outra escola superior de agricultura, apenas "[...] limitar-se a completar e aperfeiçoar o ensino técnico prático que já era feito com vantagem na Escola de Piracicaba"[97]. Sob a influência do sistema de ensino francês, exarava a seguinte observação: "[...] A graduação desta escola em relação à Escola Superior de Agricultura da Capital federal deve ser a que existe entre as Escolas Nacionais de Agricultura da França e o Instituto Agronômico de Paris"[98]. Na linha do pensamento francês, referia-se aos modelos analisados por Léon Alphonse Morimont, em particular à célebre *École Nationale de Grignon*, guardando certa eqüidistância da *high school*, sempre presente no modelo de Clinton Dewit Smith.

Durante a discussão dos pareceres emitidos nessa mesma sessão plenária (27 de maio), fez uso da palavra o dr. Arthaud Berthet, que passara pelo ensino da "Luiz de Queiroz" antes de ocupar o cargo de diretor do iac. Guardava especial interesse pela escola de Piracicaba e tinha uma proposta de solução provisória ao título de engenheiro agrônomo, uma vez que se encerrava o curso da Politécnica. Não julgava conveniente a criação de uma escola superior de agricultura em São Paulo, bastava a que existia e funcionava tão bem em Piracicaba, desde que a mesma fosse aprimorada dentro do espírito de ensino de grau médio superior (modelo de Grignon) ou se combinasse com recursos dispensados pelo iac ou a Politécnica, até mesmo com escolas nacionais ou estrangeiras[99].

Antes da apresentação das conclusões de cada uma das comissões sobre as teses defendidas, era facultada aos participantes

a apresentação de pareceres. Dentro dessas normas, o dr. Clinton Dewit Smith apresentou o seu próprio parecer sobre a "IV TESE", o qual foi endossado pela 1ª Comissão e avaliado pelos congressistas como "competente parecer". De certa forma, reafirmava o que já propusera anteriormente, mostrando-se conciliador com os debatedores. Concordava que "a sua" excelente escola pudesse ser classificada no "tipo de ensino médio", mas não abria mão das reivindicadas modificações, quanto ao número de laboratórios, campos de demonstração e oficinas, dos trabalhos de zootecnia, de engenharia rural e das atividades de ginástica[100].

Encerrados os trabalhos, o relator, dr. Brant de Carvalho, apresentou a seguinte *Conclusão* sobre a "IV TESE":

> [...] pensa a comissão de conformidade com o parecer do seu diretor, dr. Clinton Smith, que deve tal escola ser melhorada de modo a constituir uma escola média completa, própria para educar convenientemente os profissionais nas indústrias agrícolas. [...] Entretanto, uma escola técnica superior se impõe como uma necessidade e a Escola de Piracicaba deve servir de escala aos alunos que desejarem seguir o curso da primeira[101].

Em seguida, apresentou em nome da comissão uma longa *moção*, em que abordava: 1. A questão urgente da elaboração de obras didáticas para todos os graus de ensino. 2. A necessidade de o governo cuidar da organização do ensino agrícola nos seus três graus, elementar, médio e superior. 3. Nenhum dos níveis estabelecidos no ensino agrícola correspondia às expectativas: "[...] que a Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" não satisfaz para o ensino médio, devendo sofrer modificações "em ordem a poder constituir uma escola média superior de agricultura e zootecnia"[102]. 4. O professorado público devia submeter-se a treinamento em história natural agrícola. 5. Ainda não havia necessidade de ser criado o conselho superior do ensino agrícola.

Aquilo que se desejava na primeira parte da conclusão era completado pelo item 3º da moção. A Escola "Luiz de Queiroz" devia submeter-se a um processo contínuo de mudanças, aprimorar-se na direção do grau médio, mas sem atingir o nível de escola superior. Naquele aprazado instante (4ª Sessão Plenária de 29.05.1911), o prof. Antônio de Pádua Dias, engenheiro politécnico de origem, docente desde o primeiro dia de funcionamento da escola, que fora levado ao congresso por Clinton Dewit Smith, teve uma intervenção memorável em favor da conciliação dos pontos de vista, manifestos nas conclusões das comissões, a 1ª e a 2ª.

A 2ª Comissão concluíra pela não organização do ensino agrícola em nível superior, enquanto a 1ª Comissão julgara necessário criar uma escola superior de agricultura. O prof. Pádua Dias argumentou sobre a aparente contradição que dividia o colegiado, na medida em que a conciliação das idéias podia estabelecer-se justamente a partir da Escola "Luiz de Queiroz", mediante "reforma gradual":

> [...] Afigura-me que se pode resolver essa divergência, aparelhando desde já a Escola Prática Agrícola de Piracicaba com os necessários elementos para mais tarde poder desempenhar as funções do magistério agrícola superior, quando isso seja julgado oportuno pelo governo do Estado[103].

A idéia não tinha adversários diretos, e chocava-se com a experiência malograda da

Escola Politécnica, cujo curso de engenharia agronômica ainda não fora oficialmente extinto. O dr. Brant de Carvalho discordou do prof. Pádua Dias, com base no argumento de que a escola de Piracicaba deveria servir exclusivamente para o ensino de grau médio, que não seria a solução mais prática promovê-la para o ensino superior. Para a finalidade do ensino agrícola superior em São Paulo, uma nova escola deveria ser criada especificamente.

A intervenção do dr. Gustavo D'Utra no debate radicalizou as opiniões pró e contra. No seu entender, a Escola "Luiz de Queiroz" preparava dentro do ensino agrícola de nível médio com a finalidade de atender uma necessidade do momento, a de oferecer os técnicos, os agrônomos práticos. A sua organização curricular podia ser modificada para atingir a nova finalidade proposta, a de formar o agrônomo científico de formação superior, entendida como "[...] o último termo da série pedagógica agrícola [...] acentuando-lhe o ensinamento teórico e reservando para mais tarde a criação definitiva do instituto superior do ensino agronômico"[104].

Estabelecido o impasse, propôs-se organizar uma nova comissão especial para efeito de conciliar e harmonizar as conclusões relativas a esse importantíssimo assunto[105]. No encerramento do congresso, em 30 de maio, essa comissão apresentou as suas conclusões gerais sobre todas as teses, reservando para a "IV TESE" uma síntese das idéias expressas na moção anterior e no trabalho do dr. Clinton Dewit Smith, sem se pronunciar quanto à elevação da "Luiz de Queiroz" a escola superior (ficava relegada ao futuro a possibilidade dessa implantação, mas sem nenhum compromisso com Piracicaba). Punha freio às pretensões de qualquer mudança de grau, esfriando o entusiasmo do seu diretor.

> [...] A Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", de Piracicaba, não satisfaz para o ensino agrícola médio e carece de modificações, consistindo estas: no melhor preparo dos candidatos à matrícula, na criação de novos laboratórios de Física e de Química, campos de demonstração, aumento dos trabalhos de Zootecnia e Engenharia Rural e oficinas de carpintaria e ferraria.
>
> Além disso, pode ser com vantagem adotado o regime da especialização em agricultura e zootecnia[106].

O êxito da "IV TESE" fora parcial. A figura carismática do educador norte-americano promovera mais a Secretaria que o contratara do que a escola propriamente dita, uma vez que o *gentleman farmer's project* ficava confinado às limitações do ensino secundário. A própria idéia de evolução gradual era vista com cautela, uma vez que o Estado de São Paulo não desejava incorrer noutro fracasso na área do ensino agronômico, a exemplo do curso de engenharia agronômica da Escola Politécnica. A modificação dessa política cautelosa começaria a se esboçar a partir do novo regulamento de 19.12.1912, como uma tentativa de promover a escalada dos graus do ensino agronômico, sob a influência do dr. Paulo de Moraes Barros, futuro secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Porém, no momento em que se comemorava a primeira década da escola (1911), sob o brilho do dr. Clinton Dewit Smith, e parecia consenso a aceitação exclusiva do ensino técnico agronômico de segundo grau, foi surpreendente o denodo com que a transformação da "Luiz de Queiroz" em escola

de nível superior foi defendida pelo dr. Pádua Dias, que abandonava o seu temperamento "distraído" e sereno, mas axiomático na hora das "falas" decisivas, em favor daquela que também era "sua" escola.

O impedimento não era peremptório, mas revelava que a longa dissidência de Prudente, que abalara o partido, deixara seqüelas, em pleno congraçamento. O dr. Paulo de Moraes Barros, que era o herdeiro político do perrepismo histórico em Piracicaba, tinha condições de reverter o quadro. Uma nova situação começou a se definir favoravelmente à transformação da "Luiz de Queiroz" em grau superior, a partir do ano seguinte, com a eleição do dr. Francisco Rodrigues Alves (01.05.1912-05.01.1916) e a sua escolha para titular da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (05.01.1912-09.11.1915).

O 1º Congresso de Ensino Agrícola parece haver assegurado as possibilidades de evolução gradual para as duas décadas seguintes. A "Luiz de Queiroz" desenvolveu o curso de engenharia agrícola, liberado pelo Estado de São Paulo, em 1925 (lei nº 2.111, de 30.12.1925), tornou-se escola superior, pelo mesmo caminho, em 1931 (Dec. nº 5030, de 20.05.1931), momento em que se completou o trabalho de Léon Alphonse Morimont e Clinton Dewit Smith, materializando-se as aspirações de Luiz Vicente de Souza Queiroz. Ela chegará à Universidade de São Paulo, em 1934, como uma das mais credenciadas instituições de educação técnica do Brasil.

Notas

1. Garland Armor Bricker, *The Teaching of Agriculture in the High School*, p. 119.
2. Em 1907, graduaram-se cinco agrônomos e dois administradores. Cf. *1º Livro de Atas de Sessões Solenes*, Sessão de 14.11.1907, AE.
3. O Dr. Francisco Dias Martins foi diretor na fase considerada de "Resistência". Em dezembro de 1910, retornava a Piracicaba para paraninfar e receber as justas homenagens da turma de treze agrônomos: dez paulistas, dois fluminenses e um piauiense. Cf. *O Solo*, II(1):3-4, fevereiro de 1910 e *O Solo*, II(8):3, outubro de 1910.
4. Cf. *1º Livro de Atas de Sessões Solenes*, AE.
5. Cf. art. 1º, cap. I e art. 8º, cap. III do *Regulamento de 1908*, conforme o dec. nº 1684, de 21.12.1908.
6. *"[...] Os conhecimentos científicos de um fazendeiro não devem ser absolutamente inferiores aos de um empregado público ou mesmo dos lentes de qualquer escola agrícola"* (Clinton Dewit Smith, "A Escola e o Fazendeiro", *O Solo*, III(1):35, jan–fev, 1911).
7. *Idem, ibidem.*
8. A antiga preocupação em respaldar a prática com a teoria aparecia nos artigos do regulamento: "[...] As lições são diárias; as teóricas deverão ter pelo menos uma hora de duração, enquanto as práticas cerca de 2 horas" (art. 10 e 11 do cap. II do regulamento de 1908).
9. "[...] Para melhor orientação do curso teórico o diretor mandará, quando julgar oportuno, que os trabalhos práticos das diversas seções do estabelecimento sejam feitos sob orientação técnica dos professores das cadeiras respectivas" (art. 14, cap. III do regulamento de 1908).
10. Observamos que a escola de *gentleman farmer* era idéia de Carlos Botelho, quando à frente da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O dr. Clinton Dewit Smith conferiu-lhe realidade, mediante o seu pragmático projeto de ensino.
11. Transcrevemos o art. 72 do cap. XII: "Sendo o fim da Escola, exclusivamente habilitar agricultores para a prática da agricultura racional, os diplomas ou certificados por ela conferidos, como prova do grau de aproveitamento de seus alunos, absolutamente não conferem qualquer privilégio para o exercício de empregos públicos" (regulamento da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", dec. nº 1684, de 21.12.1908).
12. Comparem-se os vencimentos que constam do parágrafo 3º, art. 78, cap. XIV do regulamento de 1908 com o art. 159, cap. XVI do regulamento de 1905.
13. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, *Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz",* ano de 1909, p. 1.
14. O calendário de maio revela a formação protestante do diretor. Junto com as férias de meio de ano, chamadas de São João (30 de maio a 27 de junho), e de final de ano (07 de novembro a 18 de janeiro) aparece uma *semana de férias* em abril (11 de abril a 18 de abril), forma inominada para a Semana Santa dos católicos. A preocupação cívica nas datas da história da pátria obedece a um circuito que abrange os dias 21 de abril, dedicado aos precursores da Independência, 3 de maio, ao descobrimento do Brasil, 13 de maio, à Lei Áurea, 7 de setembro, à Independência do Brasil, 12 de

outubro, ao Descobrimento da América, juntando-se dois dias especiais, 24 de fevereiro, dedicado à Constituição Federal da 1a República, e 14 de julho, à queda da Bastilha, simbolizando a independência dos povos. Cf. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, *Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz",* ano de 1909, p. 1.

15. "[...] Reconhecendo a verdade disso, o governo reorganizou a Escola Agrícola "Luiz de Queiroz" em Piracicaba, estabelecendo nela uma escola de agricultura do tipo daquelas que tão bons resultados deram nos Estados Unidos do Norte" (*Idem*, *ibidem*, p. 5). Cf. *Relatório* apresentado ao dr. M. J. Albuquerque Lins, presidente do Estado, pelo dr. Antônio Cândido Rodrigues, secretário da Agricultura, ano base de 1908.
16. José de Mello Moraes, *A Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Seu Passado e Posição Atual no Mundo Científico. Seus Seminários e Notabilidades Estrangeiras*, texto original, AP.
17. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, *Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz",* ano de 1909, p. 6.
18. *Idem*, *ibidem*, pp. 6-7.
19. Observamos que na relação de agentes do ensino encontramos dois norte-americanos, um português, três franceses, dois belgas (Gembloux), totalizando oito professores estrangeiros para a relação de cinco brasileiros, entre os quais predominam os politécnicos. Cf. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, *Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz"*, ano de 1909, p. 2.
20. *Relatório* apresentado ao dr. M. J. de Albuquerque Lins, presidente do Estado, pelo dr. Antônio de Pádua Salles, secretário da Agricultura, ano-base de 1909, p. 15.
21. Em virtude do despreparo dos alunos em aritmética, em 1909, o prof. Pádua Dias vira-se obrigado a interromper o curso de álgebra para rever o de aritmética, prejudicando-se o andamento do seu programa no 1º Ano do Curso Regular. O dr. Clinton D. Smith observava, em seu *Relatório* ao secretário da Agricultura, que se consumiram muitos dias de aula nesse trabalho de recuperação, fato que exigia a intensificação do programa de aritmética no Curso Preliminar. A falta de preparo do alunado também repercutia no ensino de agrimensura, desenho e construções rurais. O agravamento desse problema tinha relação direta com o maior número de matrículas, em razão do grande interesse despertado pela escola após a reinauguração de 1908 e o trabalho de divulgação entre os fazendeiros.
22. O dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho estabelecera os fundamentos do ensino da zootecnia em São Paulo, ele próprio, agrônomo saído de Grignon e zootecnista em Minas Gerais (Uberaba). Estudioso do gado Caracu, preconizava a seleção, para o seu aproveitamento econômico mais eficiente. Em 1902, a teoria genética estava ainda em seus primeiros passos, quando ainda se discutia o atavismo para explicar a reversão dos híbridos na terceira geração. É o que conta o ex-aluno e ex-diretor da escola José de Mello Moraes no trabalho *"A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Seu Passado e Posição Atual no Mundo Científico. Seus Seminários e Notabilidades Estrangeiras"*, texto original, AP. O dr. Abelardo Pompeu do Amaral se destacara por seu extraordinário conhecimento em química teórica na "Luiz de Queiroz". Suas apostilas, examinadas na Alemanha em 1913, causaram surpresa pela precisão, revelando-se como admirável síntese do que havia de mais novo nessa ciência. (*Idem*, *ibidem*).
23. *Relatório* apresentado ao dr. M. J. de Albuquerque Lins, presidente do Estado pelo dr. Antônio de P. Salles, secretário da Agricultura, ano-base de 1909, p. 16.
24. Cf. *idem*, p. 18.
25. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, *Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz",* ano de 1909, p. 9.
26. *Idem*, *ibidem*, pp. 8-9.
27. Cf. art. nº 130, Parágrafos 2º e 3º do *Regulamento de 1905* e art. 115, cap. XIII do regulamento de 1900.
28. Art. 72, cap. XII, *Regulamento de 1908*.
29. Cf. Secretaria da Agricultura, *Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz",* pp. 12-13.
30. *Idem*, p. 13.
31. *Idem*, p. 13.
32. art. 54, cap. IX do *Regulamento 1908*. Graças a esse dispositivo, o jovem Pedro Moura de Oliveira Santos, saído do Aprendizado Agrícola "João Tibiriçá", de Ilha Bela (Iguape), pôde realizar o seu curso. Permaneceu na escola lecionando diversas disciplinas, até tornar-se catedrático de botânica, em 1930.
33. Ignorada em vasta região do Estado, a escola passava a ser mais bem conhecida pelas comissões municipais de agricultura, que recebiam a propaganda através das câmaras. O seu tio e tutor, membro de uma dessas comissões em Santa Rita do Passa Quatro, apresentou-lhe um impresso com as seguintes palavras: "[...] aí está uma escola para você que gosta tanto de agricultura" *Esalq 75 (1901-1976). 75 Anos a Serviço da Pátria.* Foi suficiente para definir a sua vida como estudante na cidade de Piracicaba, à qual ele chegou pela Cia. Paulista, até Limeira, e, desta, por meio de "jardineira" (carro de tração animal), vindo a instalar-se numa "república" até providenciar a matrícula. *Idem,* p. 86.
34. O dr. Philippe W. C. de Vasconcellos relatou as suas lembranças sobre o serviço militar da época, que se fazia dentro do *campus*, ministrado por um tenente e dois sargentos. Também narrou a emoção associada aos toques do corneteiro nos horários das refeições, no momento de recolher, ou nas magníficas alvoradas observadas da sacada da parte central do edifício. Cf. *idem*, p. 86.
35. Chamavam a atenção o gabinete de botânica e seu laboratório, onde cada aluno, durante a aula prática, recebia "[...] um microscópio, um micrótomo manual, navalha, medula de sabugueiro, etc., enfim, todo o material para os trabalhos determinados" *Esalq 75 (1901-1976). 75 Anos a Serviço da Pátria,* pp. 87–88. Também chamavam a atenção o grande gabinete de zoologia, com seus quadros murais, a coleção de desenhos anatômicos, esqueleto humano, mesas e

bandejas para dissecação de pequenos animais e o museu de animais empalhados. Cf. *idem*, *ibidem*.

36. A jornada de quinze horas e trinta minutos, em 1911, era assim distribuída: 6 h: levantar; 7 h café, das 7 às 10 h: trabalhos práticos; 10 h: almoço; das 13 às 14 h: aulas; das 14 às 16h: trabalhos nos laboratórios; 16h: jantar; das 17 às 19 h: esportes diversos, ginástica, etc.; das 19 às 20h30: estudo; 20h30: chá; 21h: ida aos dormitórios; 21h30: silêncio. Cf. Mário Sampaio Ferraz, *op. cit.*, p. 81.
37. *Esalq 75 (1901-1976). 75 Anos a Serviço da Pátria*, pp. 122-123. Educação física, ambiente moral "superior", disciplina, trabalho, consciência responsável e autoconfiança eram recursos da educação inglesa que o autor sentia aplicados no internato, cujos alunos vivendo numa escola em contato com a natureza, sentiam-se como se estivessem em casa própria ou na sua fazenda de origem.
38. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*, v. 11. *Relatório* apresentado ao dr. M. J. de Albuquerque Lins pelo dr. Antônio de Pádua Salles, secretário da Agricultura, anos de 1910-1911, p. 2.
39. O secretário da Agricultura reconhecia que, devido ao aumento do alunado, "os professores não podiam por si só ministrar convenientemente o ensino" das suas disciplinas, necessitavam de adjuntos e auxiliares (*Relatório* apresentado ao dr. M. J. de Albuquerque Lins pelo dr. Antônio de Pádua Salles, anos de 1910-1911, p. 4).
40. *Idem*, p. 28.
41. *Idem*, *ibidem*. Os anos de internato remodelavam a clientela a partir do Curso Preliminar. A exceção corria por conta dos externos: "[...] aos que moram na cidade torna-se difícil à aplicação em virtude de não terem o mesmo método para o estudo" (*Idem*, *ibidem*, p. 28).
42. Em outubro de 1910, o prof. Augusto Salgado já era substituído pelo prof. Paulo de Campos.
43. Cf. *O Solo*, II (4):6-7, maio de 1910; e *O Solo*, II(8):4, outubro de 1910. Em informação anexa a esse quadro dos docentes, especifica-se que o agrônomo e ex-aluno Luiz Teixeira Mendes era ajudante de horticultura e pomicultura.
44. Cf. "Escola Agrícola 'Luiz de Queiroz'. Agrônomos de 1910", *O Solo*, II(8):1-7, outubro de 1910.
45. *Relatório* apresentado ao dr. M. J. de Albuquerque Lins, pelo dr. Antônio de Pádua Salles, secretário da Agricultura, anos de 1910-1911, p. 27.
46. Cf. Artigo de fundo, *O Solo*, II(1):2, fevereiro de 1910.
47. "O Verdadeiro Agricultor", *O Solo*, II(2):1, março de 1910.
48. "O Verdadeiro Agricultor", *O Solo*, II(2):7, março de 1910, e *O Solo* II(7):3, setembro de 1910.
49. José Fonseca Ferreira, "Organização do Ensino Agrícola no Brasil", *O Solo*, II(2):6-9, março de 1910.
50. "Escola Luiz de Queiroz", *O Solo*, II(4):5-8, maio de 1910.
51. "Escola Luiz de Queiroz. Agrônomos de 1910". *O Solo*, II(8): 1-2, outubro de 1910.
52. *Idem,* p. *2.*
53. "Crônica Agrícola", *O Solo*, II(7):1-3, setembro de 1910. Fazia-se crítica à antiga tendência dos jovens de, ao concluir o seu curso preparatório ou de humanidades, encaminharem-se para as academias de direito e medicina, preterindo outras profissões como a agricultura, a indústria e a comercial. Os redatores de *O Solo* apontavam, otimistas, para a transformação da mentalidade, ocorrida por influxo do êxito da "Luiz de Queiroz", "[...] despertando-lhes o gosto pela vida rural" (*Idem, ibidem*), e justificando a expansão do alunado.
54. "Escola Agrícola 'Luiz de Queiroz'. Agrônomos de 1910". *O Solo*, II(8):1-7, outubro de 1910. "[...] É grande a afluência de alunos de todos os estados do Brasil. São eles que se encarregam de fazer a propaganda da Escola" (*Idem, ibidem*).
55. Cf. *O Solo*, II(7):3, setembro de 1910 e *O Solo*, II(8):4, outubro de 1910.
56. R. Fernandes e Silva. "Escola 'Luiz de Queiroz'", *O Solo*, II(4):5-8, maio de 1910.
57. Na mesma turma de formandos, em 1909, incluía-se Grower Pyles. Cf. Lista de agrônomos formandos, *Esalq 75 (1901-1976). 75 Anos a Serviço da Pátria*, p. 111.
58. Clinton Dewit Smith, "These IV", *Primeiro Congresso de Ensino Agrícola. 1911*, São Paulo, p. 134.
59. "[...] Os fazendeiros, para auferirem os maiores lucros possíveis na exploração de uma fazenda, devem conhecer a fundo as regras ensinadas pela ciência agronômica"; A formação do seu espírito científico podia ser proporcionada pela "[...] nossa querida Escola Agrícola" (Clinton Dewit Smith, "A Escola e o Fazendeiro", *O Solo*, III(2):36, fevereiro de 1911).
60. Cf. Garland Armor Bricker, *op. cit*., pp. 180-181.
61. "[...] Agriculture is not only a vocacional or industrial course [...] It is a scientific course. [...] It is also cultural". [Agricultura não é apenas um curso vocacional ou industrial [...] É um curso científico. [...] E é também cultural] (William Granville Hummel & Bertha Royce Hummel, *Materials and Methods in High School Agriculture*, pp. 26-27).
62. John Dewey, *Democracy and Education*, p. 93.
63. Reconhecia ser difícil o curso, mas o despreparo dos alunos era o maior obstáculo a ser enfrentado: "[...] Sem alunos bem preparados a Escola não pode dar bons resultados". Clinton D. Smith, "Primeiro Congresso de Ensino Agrícola, 2ª Parte", *O Solo*, III(VI e VII):138-140, jul-ago, 1911).
64. Cf. Clinton Dewit Smith, "Primeiro Congresso de Ensino Agrícola, 1ª Parte", *O Solo*, III(IV e V):106-109, abril-maio, 1911.
65. Cf. Clinton Dewit Smith, "A Escola e o Fazendeiro", *O Solo*, III(II):35, jan-fev, 1911.
66. *Idem, ibidem*, p. 35. O excursionista itapirense admirou-se com a Escola: "[...] construção colossal e obra de arte [...] é o primeiro e único estabelecimento no gênero que existe no Brasil e talvez na América do Sul. Destina-se a preparar profissionais para todos os misteres da agricultura"; (as graduações favoreciam) "[...] o lavrador e o operário agrícola, o administrador agrícola e o diretor dos trabalhos rurais, o

fazendeiro de café, de cana; o criador, o construtor rural, o engenheiro agrônomo e o explorador de indústrias agrícolas" ("Excursão de Automóvel (Impressões de Piracicaba)", *Gazeta de Piracicaba*, ed. de 19.07.1910, p. 1).

67. "[...] Mas, não será um grande, um herói, um cientista nobre, digno da sociedade contemporânea, aquele que em contato com a natureza por arrancar-lhe do seio o que ela tem de intangível e misterioso, resolvendo o problema da miséria, o mais terrível dos dissolventes sociais? É essa a missão do agrônomo" (Artur Torres Filho (orador oficial), *O Solo,* II(8):10, outubro de 1910).
68. Clinton Dewit Smith, "A Escola e o Fazendeiro", *O Solo*, III(3):82, março de 1911. Observamos que em 1911, ano dessa entrevista, o curso superior de agronomia da Escola Politécnica estava praticamente extinto.
69. *Idem*, pp. 84-85.
70. Clinton Dewit Smith, "A Escola e o Fazendeiro". *O Solo*, III (IV e V):109, abril-maio, 1911.
71. Na relação oferecida pelo dr. Clinton D. Smith, sobre o total de 170 alunos matriculados naquele ano, constavam 99 paulistas no cotejo com outros 71 alunos procedentes dos estados de Minas Gerais (24), Rio de Janeiro (17), Rio Grande do Sul (10), Mato Grosso (4), Ceará (3), Paraná (2), Maranhão (2), Bahia (2), Piauí (2), Espírito Santo (1), Sergipe (1), Santa Catarina (1), Rio Grande do Norte (1) e Pernambuco (1). Cf. Clinton D. Smith, "Primeiro Congresso de Ensino Agrícola", *O Solo*, III(VI e VII):138-140, jul.-ago., 1911.
72. *Idem*, p. 106. Observamos que havia cerca de quarenta alunos vivendo no colégio-internato, cujas dependências o dr. Clinton D. Smith costumava visitar sem prévio aviso. Mas a sua visita diária predileta era ao salão de estudos, por volta das 19 horas, quando havia sempre um grande número de alunos, ocasião em que se comprazia em ajudá-los nos estudos: "[...] o espírito dos alunos ainda não está bem formado, mas vai melhorando pouco a pouco, animando-nos a esperança de formar homens de força de vontade, de caráter e também de muito poder intelectual" (*Idem*, *ibidem*, p. 108).
73. Clinton Dewit Smith, "These IV". *Primeiro Congresso de Ensino Agrícola*, 1911, São Paulo, p. 133. Ele nunca perdia a oportunidade de demonstrar a qualidade do seu trabalho desenvolvido em Piracicaba, do orgulho que sentia escola, nem de bater-se para conseguir recursos e melhoramentos. Ao reconhecer que o secretário da Agricultura prestigiava sua obra, lembrava que o mesmo era o primeiro a interessar-se no êxito do projeto de ensino porque sabia antecipadamente do seu retorno: "[...] cada mil réis gasto com aquela Escola [...]" (*Idem*, *ibidem*, p. 134).
74. Clinton Dewit Smith, "Primeiro Congresso Agrícola", *O Solo*, III (IV e V):106, abril-maio, 1911. As mesmas idéias foram defendidas por ele no mês de maio, quando apresentou a "These IV" e participou dos debates. (*Primeiro Congresso de Ensino Agrícola*, 1911. São Paulo, p. 132).
75. Clinton D. Smith, "Primeiro Congresso de Ensino Agrícola", *O Solo*, III(VI-VII):138, jul.-ago., 1911.
76. Clinton Dewit Smith, "Primeiro Congresso de Ensino Agrícola", *O Solo*, III(VI-VII):139, jul.-ago., 1911.
77. O serviço agronômico devia estender o conhecimento ao homem do campo mediante duas estratégias, distintas embora interligadas: 1. os inspetores agronômicos iriam ao campo ministrar conhecimentos práticos aos fazendeiros, administradores e os filhos deles, que não podiam afastar-se das propriedades. Parte desse ensino *in loco* tinha continuidade nos congressos de fazendeiros a serem realizados nos municípios (ensino no manejo de máquinas, novos métodos de cultivo etc.); 2. na Escola "Luiz de Queiroz" realizava-se o Congresso Anual, ali representando-se os delegados dos congressos municipais (fazendeiros, administradores, inspetores agronômicos), corpo docente e alunos. Cf. Clinton Dewit Smith, "A Escola e o Fazendeiro", *O Solo*, III(3):82-85, março de 1911.
78. Clinton Dewit Smith. "These IV", *Primeiro Congresso de Ensino Agrícola*, 1911, São Paulo, p. 138. A insistência do diretor na defesa do colégio com o seu internato estendia-se a outros tipos de alojamento, como hospedaria para itinerantes e aprendizes participantes de uma modalidade de ensino com a duração de três a quatro meses, que havia obtido extraordinários resultados na elevação dos padrões da agricultura (e pecuária) nos EUA, os cursos rápidos, nos quais a clientela procedente de diversas áreas do Estado podia adquirir treinamento desejado e depois aplicá-lo em suas fazendas. Propunha a realização desses cursos rápidos na "Luiz de Queiroz", com a duração de cinco meses, e apostava no seu sucesso. Sobrepondo-se aos aprendizados e às escolas isoladas, nenhuma outra agência de saber estaria mais qualificada do que a "sua escola", para proporcionar tais cursos: "[...] Só a nossa Escola, que possui um corpo docente, aparelhos e freqüência necessários, pode proporcionar a grande experiência dos Cursos Rápidos" (*Idem*, *ibidem*, p. 139).
79. [O conhecimento agrícola na educação secundária não pode parar aqui; ele precisa avançar do real para o ideal, em proveito da saúde e da riqueza da nação] (Garland Armor Bricker, *The Teaching of Agriculture in The High School*, p. 119).
80. "[...] O ensino agrícola integral, moldando-se ao que a ciência dia a dia nos vem revelando e a prática da policultura nos ensina, tornava-se uma exigência a que não se poderia ficar insensível num Estado, cuja vida econômica tão profundamente se acha ligada à lavoura" ("As Origens do Congresso (Introdução)", *Primeiro Congresso de Ensino Agrícola,1911*, São Paulo, p. VII).
81. "As Origens do Congresso (Introdução)", *Primeiro Congresso de Ensino Agrícola, 1911*, São Paulo, p. XII. A busca por resultados imediatos fora mais de uma vez pretexto para o abandono de projetos importantes na esfera do ensino agronômico, entre eles o da escola de pomicultura, ardorosamente defendida por Navarro de Andrade, bem como diversas iniciativas municipais.
82. "Ensino Médio (Introdução)", *Primeiro Congresso de Ensino Agrícola*, *1911*. São Paulo, p. XXV.

83. O Congresso reuniu grandes nomes nacionais e cientistas estrangeiros que se achavam contratados no Brasil: Jacques Arié, Arthaud Berthet, Rosário Averna Saccá, Horace Lane, Otto Pittsch e Amos Post. A Presidência coube ao dr. Assis Brasil e a vice-presidência, ao dr. Luiz Pereira Barreto, cujas falas na abertura da primeira sessão tiveram repercussão nacional. As nove teses apresentadas, todas de grande abrangência sobre o ensino agrícola, foram examinadas pelos membros integrantes das duas comissões nomeadas. Concorriam os mais importantes profissionais da agronomia e do ensino: Edmundo Navarro de Andrade, Lourenço Granato, Gustavo d'Utra, Antônio de Milita, Adalberto Queiroz Telles, Renato Zamith, Emílio Castelo, Domingos Jaguaribe, Oscar Thompson e Clinton D. Smith. Cf. "Sessão Inaugural", *Primeiro Congresso de Ensino Agrícola, 1911*, São Paulo, p. II.
84. Primeira Sessão Preparatória, *op. cit.,* pp. 6-7. A 1ª Comissão também se incumbia das seguintes teses: I. No estado atual da nossa agricultura, convém cuidar desde já da organização do ensino agrícola sob os três aspectos: elementar, médio e superior? II. O tipo dos aprendizados agrícolas do Estado preenche as condições exigidas para o ensino elementar ou carece de modificações? Quais? III. As escolas preliminares das povoações rurais deverão ter no seu programa o ensino elementar agrícola? Qual deverá ser? Como se observa pelos enunciados, a preocupação do governo em avaliar as experiências já realizadas não escondia a intenção de encontrar modelos adaptáveis ao Brasil.
85. "These I", *Primeiro Congresso de Ensino Agrícola*, *1911*, São Paulo, p. 97.
86. *Idem, ibidem*.
87. A evolução prevista tardou vinte anos: Em 1925, o curso da "Luiz de Queiroz" tornou-se engenharia agrícola e, em 1931, escola superior.
88. "Segunda Sessão Plenária", *Primeiro Congresso de Ensino Agrícola*, *1911*, São Paulo, pp. 27-28.
89. Observamos que as mesmas idéias haviam sido expostas nos números da revista estudantil *O Solo*, durante os meses de abril e agosto daquele ano (1911).
90. "These IV", *Primeiro Congresso de Ensino Agrícola*, *1911*, São Paulo, p. 133.
91. *Idem*, p. 135.
92. *Idem, ibidem*.
93. A ele, parecia impossível precisar as diferenças entre o ensino de nível médio e o ensino de nível superior dentro do mesmo grau (médio): "[...] Não sabendo a sua definição", dirá, "[...] preciso explicar o meu modo de pensar" (*Idem*, *ibidem*, p. 136).
94. Cf. "These IV", apresentada no Congresso Agrícola pelo dr. Clinton Dewit Smith (*Idem*, pp. 132-39). O diretor observava que o êxito dos cursos rápidos já fora comprovado em outro sistema de ensino a que pertencera, nos EUA. Os moços retornavam aos seus lares transformados e, a eles, a nação norte-americana devia grande parte do seu desenvolvimento e sua riqueza material.
95. "These IV", *Primeiro Congresso de Ensino Agrícola, 1911*, São Paulo, p. 139.
96. *Idem*, p. 133.
97. "Terceira Sessão Plenária", *ibidem*, p. 47.
98. *Idem*, p. 47.
99. Cf. "Terceira Sessão Plenária", *Primeiro Congresso de Ensino Agrícola*, *1911*, São Paulo, p. 61
100. Cf. "Quarta Sessão Plenária", *ibidem*, p. 65. Nessa mesma sessão, o dr. Gustavo D'Utra, outro elemento ligado à escola de Piracicaba, também apresentou parecer sobre diversas teses, inclusive a IV. Adotou o parecer de Clinton Dewit Smith, endossando-lhe a exigência por mudanças que viessem em reforço do programa de *ensino médio* (*Idem*, p. 67).
101. "Quarta Sessão Plenária", *Primeiro Congresso de Ensino Agrícola*, *1911*, São Paulo, p. 69.
102. *Idem*, p. 70.
103. "Quarta Sessão Plenária", *Primeiro Congresso de Ensino Agrícola*, *1911*, São Paulo, p. 71.
104. *Idem*, pp. 72-73. Em seu longo parecer sobre a Tese IV, o dr. Gustavo D'Utra concluía com as seguintes palavras: "(..) A atual Escola Agrícola Prática de Piracicaba está talhada para ser a escola (superior) de Agricultura e Zootecnia de São Paulo, de acordo com as modificações já indicadas e outras que os progressos do instituto piracicabano forem exigindo e os interesses da lavoura reclamarem" ("Pareceres e Notas", *idem*, p. 172).
105. Por indicação do Dr. Ulysses Paranhos, apoiada pelo dr. Domingos Jaguaribe, foi nomeada a Comissão Especial integrada por Dr. Brant de Carvalho e Dr. Sampaio Vidal, representantes da 1ª Comissão, Dr.Gustavo D'Utra e Dr. Antônio de Pádua Dias, representantes da 2ª Comissão. Devia presidi-la o dr. Eugênio Lefèvre, representante da Secretaria da Agricultura no Congresso. Cf. "Quarta Sessão Plenária", *Primeiro Congresso de Ensino Agrícola*, *1911*, São Paulo, p. 73.
106. "Quinta Sessão Plenária", *Primeiro Congresso de Ensino Agrícola*, *1911*, São Paulo, p. 82. A sentença não se chocava fatalmente com as proposituras da Comissão Especial. A satisfação momentânea das necessidades do Estado em uma escola de 2º grau, não o desobrigava aos investimentos para aprimorar o ensino técnico da Luiz de Queiroz" e atribuir-lhe a evolução seqüencial desejada: "[...] Minha tese é que a escola agrícola "Luiz de Queiroz" satisfaz em todos os sentidos as necessidades deste Estado[...]" ("These IV", *idem*, p. 133).

Conclusões

O discurso científico sobre a agricultura aparece no Brasil na última década do século XIX, sem romper com as letras e as humanidades. Convence pela força do seu método e pela epistemologia que define o seu objeto, enquanto fornece os meios da produção teórica e prática, por meio das ciências básicas e das aplicadas. Estas aparecem organizadas em campos de saber que se desdobram em cadeiras e disciplinas, quando dispostos em um *curriculum* escolar.

A crença de que o café "dava para tudo" esgotara-se na crise econômica de 1896-1897 e na percepção de que a agricultura brasileira chegara a um beco sem saída, com os seus produtos de agroexportação sendo progressivamente eliminados do mercado. No Estado de São Paulo, a perda do poder de troca e de investimento associava-se às dificuldades generalizadas da época, assinalando o momento propício para a intervenção estatal no rumo da modernização da agricultura.

A divulgação dos novos processos pedagógicos na Europa e nos Estados Unidos, o conhecimento que se provê a *posteriori*, em meio a situações vividas numa fazenda-escola, a saída pela ciência e pela educação agronômica dos jovens estavam na base da proposta reformista para a agricultura, passando pelos canais da escolaridade pública nos seus três níveis.

A introdução do ensino técnico agrícola de segundo grau foi uma experiência pedagógica praticamente inédita no Brasil. Trazia como proposta inicial o conhecimento prático-teórico a serviço da formação do agente técnico, o agrônomo prático, e, como finalização teleológica, a construção da agricultura moderna em São Paulo e no país. Nesse sentido, foi uma verdadeira inovação. A difusão do conhecimento científico e tecnológico na agricultura, por meio de uma agência de saber especializada, a escola prática de agricultura, foi tentada sem êxito na última década do século XIX na cidade de Piracicaba, havendo por saldo as experiências memoráveis de Luiz Vicente de Souza Queiroz e do engenheiro Léon Alphonse Morimont, incorporadas pela Secretaria da

Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo.

A intervenção estatal na área do conhecimento agrícola já se iniciara em 1892, com a criação dessa secretaria, a incorporação da Estação Agronômica de Campinas (futuro Instituto Agronômico) e da Fazenda São João da Montanha de Piracicaba ao seu campo de trabalho, com a fundação da Escola Politécnica, que incluía, entre as suas engenharias, a agronomia, que passava a funcionar em 1897. A partir da crise de 1896-1897, tomava os rumos apontados pela lei nº 678, de 13.09.1899, particularizando a extensão do conhecimento aos distritos agronômicos em que se dividiu o Estado e um projeto prático de ensino para ser aplicado na Fazenda São João da Montanha, a Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz".

A busca de estratégias e soluções aventadas para o desenvolvimento do ensino esbarrou em dificuldades que eram fruto da inexperiência da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas na área educacional, nas injunções políticas e na falta de capacitação dos recursos materiais e humanos. Após três experiências de grande impacto (1901-1911), chegou-se a uma forma de ensino técnico secundário que, sem ser definitiva, correspondeu às expectativas da classe dominante, sem se fechar às outras frações da sociedade brasileira. Resistindo às dificuldades, e valendo-se da contribuição dos profissionais brasileiros e estrangeiros contratados, a escola acumulou o saber científico e tecnológico, ofereceu um novo produto ao mercado de trabalho em formação, o agrônomo, e, ao mundo das idéias, um novo modo de produção de conhecimentos, que combinava método, teoria e prática em favor do objeto, a agricultura, enquanto ampliava os campos do saber agronômico pelo progressivo desdobramento das cadeiras (saberes) no interior da organização curricular. A defesa intransigente dos mestres contra o amesquinhamento do saber, contra o rebaixamento do nível da escola, e a busca pelo seu aprimoramento marcaram a primeira década da sua história.

Por inexistência de um plano nacional de agricultura e de educação, poucos elementos das esferas governamentais tinham consciência do significado da introdução dos fatores de conhecimento e tecnologia no interior do sistema produtivo agrícola, ou mesmo que o produto final apontava para uma revolução no setor primário da economia. A experiência realizada pelo governo paulista demonstrou essa possibilidade, abrindo espaço no país pela repercussão que teve nas outras unidades da Federação. Também nesse plano a Escola "Luiz de Queiroz" foi inovadora, ao lado do Instituto Agronômico de Campinas e da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, para os quais forneceu técnicos, a partir das suas primeiras turmas de agrônomos formados.

Formar técnicos em meio a situações vividas no interior de uma fazenda-escola, mediante um *curriculum* adequado e uma jornada de práticas teóricas sob medida, era a proposta pedagógica capaz de assegurar o êxito dessa instituição. Mas os índices da evasão escolar e das reprovações apontavam na direção contrária. A eventual clientela era falta de prévia escolaridade e as matrículas fracassavam quando o alunado era sujeito às avaliações do aprendizado. A esses obstáculos, somavam-se o preconceito contra a educação agronômica e a ausência de uma campanha de convencimento das frações da sociedade com relação às oportunidades oferecidas pela Escola "Luiz de Queiroz" na formação dos técnicos de

que a agricultura necessitava para modernizar-se. O *gentleman farmer´s project*, desenvolvido entre 1908 e 1912, atenuou as dificuldades consolidando o projeto de ensino agrícola. Repercutindo em todo o país, garantiu à escola uma projeção nacional e uma função modelar às congêneres que se fundavam nos outros estados. Também nesse sentido a Escola "Luiz de Queiroz" cumpriu a sua função.

Observando o esforço empreendido no período focalizado, mais do que uma última colocação cabe a pergunta, que me faz acreditar na necessidade de novos estudos sobre a "Luiz de Queiroz": em que medida a experiência realizada na primeira década contribuiu para o desenvolvimento do discurso científico da escola?

Fontes e Referências Bibliográficas

Fontes

I. *Atas*:
Livro de Atas: Ano de 1873, USP/MP/MRCI
Ata da Convenção de Itu, datada de 18.04.
13º Livro de Atas: Ano de 1881, ACMP
Sessões Ordinárias de: 19.10; 20.10 e 23.10.
Livro de Atas de Sessões Solenes, AE
Sessões de: 03.06.1901; 23.11.1903; 19.11.1904; 14.11.1906 e 14.11.1907.
1º Livro de Atas da Congregação, AE
Ano de 1901:
Sessões Ordinárias: 15.06; 15.07; 05.08; 15.09; 12.06; 14.06; 15.06; 15.07; 05.08; 05.11; 06.11; 02.12; 06.12 e 14.12.
Sessão Extraordinária: 27.09 e 28.10.
Ano de 1902:
Sessões Ordinárias: 09.01; 18.01; 09.02; 08.03; 11.04; 14.04; 06.05; 12.06; 14.06; 15.07; 05.08 e 08.11.
Sessões Extraordinárias: 16.05; 02.06; 16.06; 18.07; 21.08 e 11.09.
Ano de 1903:
Sessão Ordinária: 14.02; 06.06 e 14.11.
Sessões Extraordinárias: 10.01; 21.01; 29.01 e 31.01.
Ano de 1904:
Sessão Ordinária: 05.04;12.04; 09.05;07.06; 16.08;12.09;03.10;12.11 e 22.11.
Sessão Extraordinária: 11.06.
Ano de 1905:
Sessões Ordinárias: 21.02; 06.04; 01.05; 14.06; 29.07; 31.07; 14.08; 15.08; 15.09; 07.10; 31.10 e 31.11.
Sessões Extraordinárias: 04.02; 15.03; 05.08 e 24.03.
Ano de 1906:
Sessões Ordinárias: 01.02; 26.02; 09.04; 31.07; 31.10 e 14.11.
Sessão Extraordinária: 13.02 e 09.07.
Ano de 1907:
Sessões Ordinárias: 12.01;28.02; 25.05; 01.07; 31.07 e 01.10.
Ano de 1908:
Sessões Ordinárias: 31.01; 31.03 e 04.05.
Sessão Extraordinária: 07.03.

II. *Coleção de Leis e Decretos*. Biblioteca da Faculdade de Direito-USP:
Lei nº 26, de 11.05.1892. Autoriza o Governo a fundar uma Escola Superior de Agricultura e outra de Engenharia. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1892.* Tomo II.
Decreto nº 130, de 17.11.1892. Aceita a doação feita ao Estado pelo dr. Luiz de Queiroz, da fazenda denominada S. João da Montanha, no município de Piracicaba, destinada à projetada escola agrícola e abre o crédito de 50:774$000 para indenização ao doador, das despesas por ele feitas com benfeitorias e custeio na mesma fazenda. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1892.* Tomo II *e Index Legis*, p. 29. É seguido da Resolução Estadual nº 193, de 28.08.1893, que aprova o Decreto nº 130 e autoriza a abertura de créditos extraordinários até 50:000$000 para o início dos trabalhos de adaptação da fazenda S. João da Montanha. *Index Legis*, p. 37. O Decreto Estadual nº 216, de 18.11.1893 vinha a confirmar a concessão desse crédito. *Index Legis*, p. 39.
Lei nº 367, de 03.09.1895. Autoriza o Governo a criar uma escola prática de agricultura na fazenda São João da Montanha, município de Piracicaba. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1895*. Tomo V. O Decreto Estadual nº 312, de 23.09.1895, determinava a abertura de um crédito de 100:000$000 para o início das obras da escola prática de agricultura, recém-criada. *Index Legis*, p. 46. Outro Decreto

Estadual, de nº 323, de 04.12.1895, dá-lhe seqüência de novo crédito de 56:066$22 para o mesmo fim. *Index Legis*, p. 47.

Lei nº 587, de 31.08.1898. Cria na fazenda São João da Montanha, município de Piracicaba uma escola prática de agricultura, dotada de campo de experiência e posto zootécnico, anexos. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1898*. Tomo VIII. Devia ser regulamentada pelo Decreto nº 611, de 06.11.1898, que não se implantou.

Lei nº 678, de 13.09.1899. Organiza o serviço agronômico. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1899*. Tomo IX.

Decreto nº 752, de 15.03.1900. Cria os Distritos Agronômicos e as Comissões Municipais de Agricultura. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1900*. Tomo X.

Decreto nº 683-A, de 29.12.1900. Refere-se à lei nº 678, de 13.09.1899, recria a escola prática de Piracicaba e atribui-lhe o respectivo regulamento. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1900*. Tomo X; e *Index Legis*, p. 75.

III. *Documentos Diversos*, ME:

1. Documentos sobre Luiz Vicente de Souza Queiroz:

Ano de 1891:
Bilhetes de Luiz de Queiroz: 08.02;19.08; 10.10; 21.10 e 20.12.
Cartas do arquiteto Hutchings a Luiz de Queiroz: 04.05; 30.05 e 06.06.
Cartas de Luiz de Queiroz a Antônio T. Mendes: 07.01; 08.01 e 20.02.
Cartas do London Bank: 07.01; 30.01; 03.02; 05.02 e 24.02.
Comprovante expedido pelo dr. Francisco de Almeida Morato, 28.02.
Contract between Eugene Davenport and Luiz de Souza Queiroz: 04.09.
Memorandum of Agreement: Maio do mesmo ano.
Ofício ao governo: 04.03.
Ofício da Superintendência de Obras Públicas: 11.03.
Ofício do Secretário do Governo, Carlos Vilhena: 11.03.
Ofício do Presidente do Estado, dr. Américo Brasiliense: 11.03.
Ofícios de Luiz de Queiroz: 04.03 e 09.03.
Parecer do engenheiro José Luiz Coelho: 10.03.
Proposed Agricultural College to be erected at Piracicaba, San Paulo. Brazil: Maio do mesmo ano.
Recibos: 30.01; 09.02; 26.02; 18.03; 04.04; 01.05; 31.05; 02.06; 08.06; 30.06; 03.08; 311.08; 26.10; 18.11; 21.11 e 01.12.
Recibo passado pelo arquiteto Hutchings a Luiz de Queiroz: 02.06.

Ano de 1892:
Carta da F. C. Austin Manufacturing Co. a Luiz de Queiroz: 24.05.
Cópia de Escritura Pública, 1º Cartório de Notas de São Paulo: 06.12.

Nota do Tabelião J. Mattos Jr.: sem data.
Edital de 18.11.1889. ACMP.
Ofício de 18.11.1889. ACMP.

2- Correspondência:
Léon Alphonse Morimont

Ano de 1894:
Cartas de: 15.02; 21.02; 04.03; 15.03; 18.03; 27.03; 31.03; 31.04; 11.06; 17.06; 12.07; 13.07; 21.07; 23.07; 27.07; 02.08; 30.08; 07.09; 19.09; 08.10; 09.10; 21.09; 19.10; 09.11; 20.11; 16.12 e 24.12.
Telegrama de: 15.03.

Ano de 1895:
Cartas de: 05.01; 08.01; 12.01; 30.01; 05.02; 08.02; 11.02; 15.02; 28.02; 08.03; 24.03; 27.04; 28.04; 06.05; 13.05; 16.05; 05.06; 08.06; 21.06; 02.07; 03.07; 17.07; 28.08; 30.08; 31.08; 04.09; 19.09; 06.12 e 27.12.

Ano de 1896:
Cartas de: 09.01; 15.01; 18.01; 21.01; 22.01; 28.01; 29.01; 24.02; 19.03; 22.04; 25.03; 27.04; 23.05; 25.05; 28.05 29.05; 10.06; 29.06; 08.07; 19.07; 29.08; 19.09; 26.09; 30.09; 08.10; 09.10; 10.10; 15.10; 17.10; 18.10; 21.10; 25.10 e 29.10.
Telegramas de: 26.02; 28.02 e 06.04.
Ofício do Secretário da Agricultura, Comércio e Obras públicas: 23.05.

Dr. Ernesto Fereira de Carvalho

Ano de 1901:
Cartas de: 11.03; 13.03; 14.03; 20.03; 13.04; 15.05 e 02.10.
Livro de Correspondência da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz"

Ano de 1901:
Cartas de: 28.02; 11.03; 28.03; 13.04; 20.04; 11.05; 12.06; 22.06; 25.06; 05.07; 06.08; 27.09; 29.10; 02.10; 04.11; 09.11; 18.11; 19.11; 11.12; 17.12; 18.12 e 23.12.
Ofícios de: 13.03; 14.03; 20.03;17.04; 18.05; 20.05; 06.06; 21.06; 22.06; 08.07; 12.07; 14.07; 15.07; 24.07; 20.09; 26.09; 08.10; 08.11; 20.11; 14.12 e 26.12.
Convite de: 25.06.

Ano de 1902:
Cartas de: 13.01; 20.01; 30.01; 31.01; 10.02; 02.03; 10.02; 11.02; 13.02; 17.02; 28.02; 08.03; 12.03; 17.03; 21.03; 25.03; 26.03; 01.04; 02.04; 02.04; 03.04; 04.04; 23.04; 22.05; 29.05; 04.06; 05.06; 06.06; 07.06; 13.06; 16.06; 17.06; 24.06; 25.06; 05.07; 14.08; 15.08; 28.08; 27.09; 09.10; 22.11 e 12.12.
Ofícios de: 21.01; 30.01; 31.01; 01.02; 08.02; 17.02; 19.02; 28.02; 19.03; 21.03; 24.03; 04.04; 05.04; 26.04; 28.04; 10.06; 11.06; 23.06; 06.08; 09.08; 19.08; 21.08; 31.09; 16.10 e 18.10.
Bilhete de: 13.02.

Ano de 1903:
Cartas de: 08.01;15.01; 23.02; 25.04; 05.06; 22.09; 23.11; 03.12 e 16.12
Ofícios de: 08.01; 26.01;24.03; 27.03; 22.06; 31.08 e 11.09.

Ano de 2001:
e. mail da parte do dr. Pierre Dagnelie, professor da *Faculté Universitaire des Sciences Agronomiques de Gembloux*, Bélgica, em 01.09.2001, contendo informações sobre o engenheiro agrônomo Léon Alphonse Morimont.
Constando de:
Appendix 1: *Extrait de «L`Ingenieur agricole de Gembloux».* In *Journal de l´Association des anciens élèves de l`Institut agricole de l`Etat, 9(8):430-431, mars, 1899.*
Appendix 2. *Léon Alphonse Morimont (Gembloux 1876) et l´Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" à Piracicaba (Brésil).*

3. *Currículo da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"*
Curso de Engenharia Agronômica. Estrutura Curricular de 2002. Currículo para ingressantes, a partir de 1998.

IV. Originais do dr. José de Mello Moraes, ME e AP:
A Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Tentativa de sua fundação. Luiz Vicente de Souza Queiroz, paulista extraordinário. A pequenina Piracicaba e sua gente.
A Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Seu passado e posição atual no mundo científico. Seus seminários e notabilidades estrangeiras.
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Seu cinqüentenário. Sua transformação após sua entrosagem na Universidade de São Paulo.
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Seu cinqüentenário. Alunos que nela foram admitidos regularmente e outros em cursos rápidos, em número superior a 3.500 ou exatamente 3.577.

V. *Periódicos* (*artigos, notícias, transcrições etc.*)

Jornais:

A Gazeta de Piracicaba, IHGP:
Ano de 1887. Edições de: 15.11; 18.11; 19.11; 20.11; 22.11; 08.12 e 14.12.
Ano de 1888. Edições de: 03.01; 03.02; 16.02; 04.03; 07.03; 09.03; 16.03; 19.04; 20.04; 21.04; 22.04; 24.04; 12.05; 15.05; 17.05; 02.06; 05.06 e 05.07.
Ano de 1889. Edições de: 09.01; 11.01; 13.01; 23.01; 27.01; 15.02; 13.03; 15.03; 24.03; 29.03; 03.04; 05.04; 03.05; 16.05; 19.06; 20.06; 26.06; 03.07; 07.07; 12.07; 17.07; 18.07; 21.07; 21.08; 23.08; 01.09; 03.09; 04.09; 08.09; 18.09; 27.09; 29.09; 04.10; 06.10; 09.10; 13.10; 17.10; 30.10; 13.11; 15.11; 18.11; 20.11; 22.11; 27.11 e 04.12.
Ano de 1901. Edições de: 01.01; 24.02; 28.02; 15.04; 25.04; 02.05; 12.05; 16.05; 19.05; 02.06; 06.06; 23.06; 08.08; 22.08; 25.08; 05.09; 12.09; 15.09; 22.09; 26.09; 29.09; 03.10; 06.10; 10.10; 20.10; 24.10; 14.11; 08.12 e 15.12.
Correio Paulistano IHGSP:
Ano de 1901. Edição de: 04.06.
Diário Mercantil de São Paulo, IHGSP:
Ano de 1896. Edições de 29.03; 31.03 e 03.04.
Ano de 1889. Edição de: 16.05.
Ano de 1901. Edição de: 05.06.
O Estado de São Paulo, Biblioteca da Faculdade de Direito-USP
Ano de 1891. Edição de: 18.12.
Ano de 1896. Edições de: 31.03; 02.04; 03.04; 06.04; 08.04 e 11.04.
Ano de 1901. Edições de: 02.06; 03.06; 04.06; 05.06; 06.06; 10.06; 05.09; 07.09; 13.09; 14.09; 19.09; 20.09; 22.09; 28.09; 06.10; 10.10; 13.10; 22.10; 23.10; 26.10; 28.10; 29.10; 30.10; 31.10; 01.11; 02.11; 06.11; 12.11; 13.11; 14.11; 15.11; 06.12; 10.12; 13.12; 15.12; 17.12 e 19.12.
Ano de 1907. Edições de: 05.01; 13.01; 16.01; 18.01; 19.01; 24.01; 25.01; 26.01; 03.02; 06.02; 10.02; 19.02; 21.02; 24.02; 04.03; 16.03; 18.03; 23.03; 24.03; 09.04; 14.04; 13.05; 14.05; 15.05;16.05 e 17.05.
Almanaque, IHGSP:
Moraes Barros, Manuel. "Piracicaba Estado Presente". *Almanak de Piracicaba para o Ano de 1900*. São Paulo, 1899, pp. 127-31.
Revistas e Boletins (trabalhos apresentados, comentários etc.):
Ernesto de Souza Campos. "Curso de Agronomia". *Revista Polytechnica*, edição comemorativa, S. Paulo, 1905, pp. xxxv-xxxviii. Bib. da Escola Politécnica.
"O Curso de Agronomia da Escola Polytechnica de S. Paulo". *Anuário da Escola Polytechnica*, 1907, pp. 235-239. Bib. da Escola Politécnica.
"A Fazenda Modelo". *Boletim de Agricultura*. São Paulo, 6(2):91, fevereiro 1905. Bib. da Esalq.
"Escola Agrícola 'Luiz de Queiroz'". *Boletim de Agricultura*. São Paulo, 6(5):207, maio 1905. Bib. da Esalq.
"Escola Agrícola 'Luiz de Queiroz'". *Boletim de Agricultura*. São Paulo, 14(5):313-314, maio 1913. Bib. da Esalq.
BOTELHO, Carlos. "Discurso de Paraninfo aos Agronomandos de 1912". *Boletim de Agricultura.* São Paulo, 14(9-12):834-846, setembro/dezembro de 1912. Bib. da Esalq.
BRANDÃO SOBRINHO, Júlio. "Modelo de Propriedade Agrícola". *Boletim de Agricultura.* São Paulo, 5(6):264-267, junho de 1904. Bib. da Esalq.
MARTINS, Francisco Dias. "Agricultura Racional". *Boletim de Agricultura*. São Paulo, 5(11):512-515, novembro de 1904. Bib. da Esalq.
"Jubileu Social". *Revista do IHGP*. São Paulo, v. 88, 184 p., 1944. Bib. do IHGSP.
KIEHL, José Kiehl. "Vida e Obra de Luiz de Queiroz". Piracicaba, Esalq. Depto. Municipal de Cultura, 1964. *Separata do Diário de Piracicaba*, em edição de 12.06.1964. Bib. Municipal de Piracicaba.
LUIZ de Queiroz e a sua Escola Agrícola. A Pré-História da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, edição fac-similar

dos artigos publicados em 1895, I(1), II(2), e em 1901 pela *Revista Agrícola*. São Paulo, Agronômica Ceres, 1992. Inclui trabalhos de Luiz Vicente de Souza Queiroz, Léon Alphonse Morimont, Franz Wilhelm Dafert, Albert Loefgren e Edith Moraes Natividade. Arquivo do eng. agrônomo José Peres Romero.

Smith, Clinton Dewit. Carta. *Revista de Agricultura*, LIII(1-2): 204, junho de 1987. Bib. da Esalq.

O Solo, Bib. da Esalq:

Ano 1909: I(3), abril de 1909 e I(5), julho de 1909.

Ano 1910: II(1), fevereiro; II(2), março; II(3), abril; II(4), maio; II(5), julho; II(6), agosto; II(7), setembro e II(8), outubro.

Ano 1911: III(1), janeiro-fevereiro; III(2), fevereiro; III(3), março; III(IV-V), abril-maio e III(VI-VII), julho-agosto.

Ano 1912: IV(I-2), janeiro-fevereiro; IV (VI-VII), julho-agosto e IV(VIII-IX), setembro-outubro.

VI. *Publicações Diversas*

Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. *A Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz".* Piracicaba, 1909. AP.

_____. *Primeiro Congresso de Ensino Agrícola*, 1911, São Paulo, Bib. MCRI/USP.

Mec/Inep. *A Educação nas Mensagens Presidenciais.* Período 1890-1986. vol. I. Brasília, 1987. AP.

VII. *Regulamentos*, Coleção de Leis e Decretos do Estado de SP:

Regulamentos da *Escola Politécnica*: 1893, 1894, 1897 e 1900.

Regulamento da *Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*.

Decreto nº 346, de 25.03.1896.

Regulamentos da *Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz".*

Regulamento de 1898. Decreto nº 611, de 09.11.1898.

Regulamento de 1900. Decreto nº 683, de 29.12.1900.

Regulamento de 1905. Decreto nº 1266, de 18.02.1905.

Regulamento de 1908. Decreto nº 1684, de 21.12.1908.

VIII. *Relato*

Ricardo E. Ferreira de Carvalho. "Relato". *In:* Vasconcellos, Philippe Westin Cabral de. *Esalq 75 (1901-1976). 75 Anos a Serviço da Pátria.* Piracicaba, 1976, pp. 77-85. AP.

IX. *Relatórios*:

Relatório do dr. João Baptista da Conceição, ano de 1889. Acmp.

Relatório apresentado pela Superintendência de Obras Pública do Estado de São Paulo em 31.03.1892. Daesp.

Relatório de Ernest Lehman (Subdiretor da Estação Agronômica de Campinas), sobre a Fazenda São João da Montanha, em Piracicaba, durante o período de 01 de janeiro a 07 de dezembro, ano de 1893, apresentado ao Dr. Dafert, Diretor do Instituto Agronômico do Estado de São Paulo. Anexo ao Relatório do Secretário de 1893. Daesp.

Relatório da Fazenda S. João da Montanha em Piracicaba pertencente ao Estado, 1894. Apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá Secretário dos Negócios da Agricultura do Estado de São Paulo pelo Diretor Engenheiro-Agrônomo Leão A. Morimont. São Paulo, Typographia Paulista, 1895. Bib. da Escola Politécnica/USP.

Relatório do Diretor da fazenda-modelo. *In: Boletim da Agricultura*, 5(10), outubro de 1904. Bib. da Esalq.

Relatório apresentado pela Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo. Ano de 1892. Daesp.

Relatórios do Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas correspondentes aos anos de: 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909 e 1910/1911. Daesp.

Relatório Industrial, Comercial e Agrícola. In Bonnaure, Albert. *Livro de Ouro do Estado de São Paulo (1889-1914).* São Paulo, 1914. Bib. MP/USP.

Relatório apresentado ao Diretor da Escola Agrícola Prática pelo Diretor da Fazenda Modelo, Henrique P. Ribeiro, em 31.10.1904. *In: Boletim de Agricultura.* São Paulo, 5(10):494-500, outubro de 1904. Bib. da Esalq.

Relatório do Ano de 1910, apresentado ao dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães Secretário de Estado dos Negócios do Interior pelo engenheiro civil Antônio Francisco de Paula Souza. Bib. da Escola Politécnica.

Bibliografia Geral

Adorno, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Almeida, Aluísio de. *A Revolução Liberal de 1842*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1944.

_____. "O Apaixonado Manifesto de Rafael Tobias de Aguiar". São Paulo, nº CL/XXXV, 1973. Separata da *Revista do Arquivo Municipal*, Ano XXXVI.

Alves, Eliseu & Contini, Elísio. "A Modernização da Agricultura Brasileira". *In*: Brandão, Antônio Salazar P. *et alii*. *Os Principais Problemas da Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1988. cap. II.3, pp. 65-75.

Alves, José Jerônimo de Alencar. *A Ciência: Os Projetos Implantados em seu Nome. Brasil (1920-1950).* Tese de Doutoramento, Depto. História. FFLCH-USP, 1988.

Alves, Odair Rodrigues. *Os Homens que Governaram São Paulo.* São Paulo, Nobel, 1986.

Amaral, Antônio Barreto. *Prudente de Moraes – Uma Vida Marcada*. São Paulo, IHGSP, 1971.

Amaral, Luiz. *História Geral da Agricultura Brasileira.* 2ª ed. São Paulo, Nacional, 1958.

Araújo, Paulo F. Cidade & Schuh, Edward G. (coord.). *Desenvolvimento da Agricultura. Análise de Política Econômica*. v. 3. São Paulo, Pioneira, 1977.

_____. *Desenvolvimento da Agricultura: Estudos de Casos.* v.4. São Paulo, Pioneira, 1983.

Azevedo, Fernando de. *A Cultura Brasileira. Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*. 4ª ed. São Paulo, Melhoramentos, 1964.

Bacellar, Carlos de Almeida Prado. *Os Senhores da Terra.* Campinas, CMU/UNICAMP, 1997.

Barbosa, Wilson do Nascimento. *A Crisálida (1850-1888).* Tese de Livre-Docência, Depto. de História, fflch-usp, 1992.

Bardi, P.M. (apresentador). *Miguel Dutra, o Poliédrico Artista Paulista (Itu, 1810-Piracicaba, 1875)*. São Paulo, Museu de Arte de São Paulo Assis Chateabriand, 1981.

Barros, Antônio da Costa. *Piracicaba, Noiva da Colina*. Piracicaba, Aloisi, 1975.

Barros, Maria Paes. *No Tempo de Dantes.* São Paulo, Brasiliense, 1946.

Barros, Roque Spencer Maciel. *A Evolução do Pensamento de Luiz Pereira Barreto e o Seu Significado Pedagógico.* Tese de Doutorado. História e Filosofia da Educação, fflch/usp, 1955.

Bonadio, Geraldo. *A Agonia do Projeto Liberal. O Jornal O Tebyreçá e a Revolução de 1842*. Sorocaba, fua, 1992.

Bourdieu, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 3ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1992.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. *A Educação nas Mensagens Presidenciais*. Brasília, mec/inep, 1987.

Brétignière, L. & Risch, L. *Histoire de L´École Nationale D´Agriculture de Grignon.* Paris, Baillière et Fils, 1911.

Bricker, Garland Armor. *The Teaching of Agriculture in the High School*. Nova Iorque, Macmillan, 1919.

Bulens, Charles (Éditeur). *L'Institut Agricole de L'État à Gembloux (1860-1910)*. Bruxelles, Imprimerie Scientifique, 1910.

Capelato, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo. Imprensa Paulista 1920-1945.* São Paulo, Brasiliense, 1989.

Capri, Roberto. *Libro d´oro dello State di S.Paolo*. 2ª edizione riveduta e ampliata. Roma, J. de Salermo & Cia., 1911.

_____. *Piracicaba, S. Paulo, Brasil*. Roma, Poliglota "Mundus", 1914.

Carmo, A. Gomes. *O Estado Moderno e a Agricultura Brasileira.* Rio de Janeiro, Imp. Oficial, 1908.

_____. *Reforma da Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Imp. Oficial, 1897.

Carmo, Vitú do & Alvim, Zuleika (*et alii*). *Chão Fecundo. 100 Anos de História do Instituto Agronômico de Campinas*. São Paulo, Agroceres, 1987.

Carvalho, José Murilo de. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil.* São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

Casalechi, José Ênio. *O Partido Republicano (1889-1926).* São Paulo, Brasiliense, 1987.

Carone, Edgard. *A República Velha. Evolução Política.* São Paulo, DIFEL, 1971.

_____. A República Velha (Instituições e Classes Sociais). 2ª ed. São Paulo, Difel, 1972.

Castellani, José. *História do Grande Oriente de São Paulo.* Brasília, G. O. B., 1994.

Châtelet, François (org.). *A Filosofia do Mundo Científico e Industrial. De 1860 a 1940*. v. 6. Trad. Guido de Almeida. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

Costa, Emília Viotti. *Da Monarquia à República. Momentos decisivos*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

Couty, Louis. *O Brasil em 1884. Esboços Sociológicos*. Brasília/Rio de Janeiro, mec/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

Debes, Célio. *O Partido Republicano na Propaganda (1872-1889).* São Paulo, s. ed., 1975.

Delfim Netto, Antônio. *O Problema do Café no Brasil.* São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

Denis, Pierre. *O Brazil no Século xx*. Lisboa, José Bastos & Co. editores, [19--].

Dewey, John. *Democracia e Educação*. 2ª ed., trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1952.

Dias, Maria Odila Leite da Silva. *Aspectos da Ilustração no Brasil.* Revista do ihgb, Rio de Janeiro, 278:105-170, jan.-mar., 1968.

Donato, Hernâni. "A Cidade de São Paulo em 1894". *Revista do ihgsp*. São Paulo, l/xxxviii:9-18, 1993.

Durozoi, Gérard & Roussel, André. *Dicionário de Filosofia*. 2ª ed., trad. Mariana Appenzeller. Campinas, Papirus, 1996.

Ehlers, Eduardo. *Agricultura Sustentável. Origens e Perspectivas de um Novo Paradigma.* São Paulo, Livros da Terra, 1996.

Ellis Júnior, Alfredo. *Feijó e a Primeira Metade do Século xix.* 2ª ed. São Paulo, Nacional, 1980.

Enders, Armelle. *Histoire du Brésil contemporain xix e. xx e. siècles.* Bruxelles, Complexe, 1997.

Esalq 75 (1901-1976). 75 Anos a Serviço da Pátria. Piracicaba, ed. comemorativa, 1976.

Escola Agrícola da Bahia. Bahia, Ed. Oficial, 1934.

Fausto, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930).* iii (1). 3ª ed. São Paulo, Difel, 1982.

_____. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930).* iii (2). 2ª ed. R.Janeiro/S.Paulo, difel, 1978.

Feller, Christian. *La matiére organique des sols. Questions, concepts e méthodogies.* França, C.R.A. 83(6):83-98, 1997.

Feller, C & Boulaine, J. «La Réapparition du mot humus au xviiie. siècle et sa signification agronomique». *Révue Forestière Française*, xxxix:487-495, jun. 1987.

_____. «L. Grandeau (1834-1911).Professeur à L'École Forestière». *Révue Forestiére Française*, xxxvii, pp. 449-456, jun. 1985.

Foucault, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 2ª ed. trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1986.

Frattini, Jurandyr de Andrade. *Index Legis.* São Paulo, Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, 1991, 2 volumes.

Freire-Maia, Newton. *A Ciência por Dentro*. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1997.

Ferraz, Mário de Sampaio. *Piracicaba e Sua Escola Agrícola*. 1ª ed. Bruxelas, Imprimerie V. Verteneuil & L. Desmet, 1911.

Godard, Daniele. «Les agronomes du xviiième siécle». Balibar, E. (org.). *Memoire de Maîtrisse de Philosophie*. Paris, Panthéon-Sorbonne, 123 p.

Gorender, Jacob. *A Escravidão Reabilitada.* São Paulo, Ática, 1991.

Grosjean, H. *Raport sur L' Enseignement Profissionnel Agricole en France*. I. Paris, Imprimrie Nationale, mdcccxciv.

Guerin, Manuel Elgueta. "Evolucion en la Investigación Agrícola en América Latina". *In*: *Las Ciencias Agrícolas en América Latina. Progreso y Futuro*. S. José da Costa Rica, iica/alaf, 1967. cap. v, pp. 125-141.

Guerrini, Leandro. *História de Piracicaba em Quadrinhos.* Piracicaba, edição do ihgp, 1970. 2 volumes.

Hobsbawm, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. 3ª ed. Trad. Sieni H. Campos e Yolanda S. Toledo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Holanda, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Dispersão e Unidade.* ii(2). São Paulo, Difel, 1964.

_____. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Reações e Transações.* ii(3). São Paulo, Difel, 1967.

_____. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Do Império à República*. ii(5). São Paulo, Difel, 1972.

Huber, Gilberto & Souza, Fernando Bastos (orgs.). *Escola Politécnica. 100 Anos.* Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1993.

Hugon, Paul. *História das Doutrinas Econômicas.* 9ª ed. São Paulo, Atlas, 1967.

Hummel, W.G. & hummel, B.R. *Materials and Methods in High School Agriculture.* Nova Iorque, Macmillan, 1913.

Hutter, Lucy Maffei. *Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889)*. São Paulo, ieb/usp, 1972.

Ianni, Octávio. *Uma Cidade Antiga.* Campinas, Unicamp, 1988.

Inglez de Souza, J. S.; Peixoto, A. M. & Toledo, F. F. (coord.). *Enciclopédia Agrícola Brasileira*. São Paulo, Edusp, 1995.

Irmão, José Aleixo. *Rafael Tobias de Aguiar, o Homem, o Político*. Sorocaba, fua, 1992.

Janotti, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: Uma Política de Compromissos*. 8ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1992.

_____. *Os Subversivos da República.* São Paulo, Brasiliense, 1986.

Johnston, R.F. & Kilby P. *Agricultura e Transformação Estrutural. Estratégias Econômicas de Países em Desenvolvimento.* Trad. Rui Jungman. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

Kiehl, Edmar José. "Vida e Obra de Luiz de Queiroz". In: *Esalq 75 (1901-1976). 75 anos a Serviço da Pátria. Edição comemorativa*. Piracicaba, Esalq, 1975.

_____. *Cinqüentenário da Fundação da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (1901-1951). Contribuição para o Estudo Biográfico de Luiz Vicente de Souza Queiroz e o Histórico do Renomado Estabelecimento de Ensino.* Piracicaba, Jornal de Piracicaba, 1951.

Larroyo, Francisco. *História Geral da Pedagogia.* 2ª ed. Trad. Luiz A. Caruso. São Paulo, Mestre Jou, 1974.

Legros, Jean Paul & Argeles, Jean. *La Gaillarde a Mont Pellier*. Montpellier, ed. Association des Anciens Élèves de l´ENSAM, 1986.

Lessa, Renato. *A Invenção Republicana. Campos Sales, as Bases e a Decadência da Primeira República brasileira.* S. Paulo, Vértice/Rio de Janeiro, Iuperj, 1988.

Levi-Moreira, Sílvia. *Liberalismo e Democracia na Dissidência Republicana Paulista. (Estudo sobre o Partido Republicano Dissidente de São Paulo, 1901-1906*). Tese de Doutorado, Depto. História, fflch-usp, 1991.

Lima, Heitor Ferreira. *História Político-Econômica e Industrial do Brasil.* 2ª ed. São Paulo, Nacional, 1976.

L'Institut Agricole de L'État a Gembloux. 1860-1910. Bruxelles, Imprimerie Scientifique, 1910.

Lisanti Filho, Luís. *Comércio e Capitalismo: o Brasil e a Europa entre o fim do séc. xviii e o início do século xix. (O exemplo de três vilas paulistas- Campinas, Itu e Porto Feliz, 1798-1828-1829).* Tese de Doutorado, Depto. História, fflch-usp, 1962.

Loureiro, Maria Cecília França. *Bens Tombados ou em Processo de Tombamento da usp.* São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

Lugnani, Antônio Carlos. *Inovações Tecnológicas e Desenvolvimento na Agricultura Brasileira: O Caso da Embrapa e a Pesquisa com Soja nos anos 80.* Tese de Doutorado, Depto. História, fflch-usp, 1995.

Machado, José *et alii*. *Aspectos da Constituição e Desenvolvimento do Mercado de Trabalho em Piracicaba.* Piracicaba, Unimep, 1984.

Magalhães, Mário Osório. *Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel.* 2ª ed. Pelotas, UFP, 1996

Magalhães, Wanda Moreira. *Eleitores e Eleitos: Os Agentes do Poder em Campinas, Na Segunda Metade do Século xix.* Tese de Doutorado. Depto. História, fflch.usp, 1992.

Malavolta, Eurípedes. "As Ciências Agrícolas no Brasil". *In*: Ferri *et alii*. *História das Ciências no Brasil* (cap. iv). São Paulo, Edusp/EPU/CNPq, 1981. pp.106-149.

_____. *História do Café no Brasil.* São Paulo, Ceres, 2000.

_____. *Um Século de Ciências Agrícolas em Piracicaba.* Revista de Agricultura. Piracicaba, 76(2):167-193, setembro.2001

Manichon, Hubert. *L´Agronomie, discipline de synthèse pour l´action*. Paris, inra, 1995.

Martins, Zoraide. *Agricultura Paulista. Uma História Maior que Cem Anos*. São Paulo, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 1991.

Martins, Wilson. *História da Intelectualidade Brasileira*. v. iv (1877-1896); v. v (1897-1914). São Paulo, Cultrix/Edusp, 1977-1978.

Marzoca, Angel. "Los Pioneros". *In*: *Las Ciencias Agrícolas en América Latina. Progreso y Futuro*. S. José da Costa Rica, iica/alaf, 1967. Cap. i, pp. 27-66.

Matos, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias. A Evolução Ferroviária de São Paulo e o Desenvolvimento da Cultura Cafeeira.* 4ª ed. Campinas, Pontes, 1990.

Mendonça, Sônia Regina de. *Ruralismo. Agricultura, Poder e Estado na Primeira República.* Tese de Doutorado, Depto. de História, fflch-usp, 1990.

Mesquida, Peri. *Hegemonia Norte-Americana e Educação*

Protestante no Brasil (Um Estudo de Caso). Juiz de Fora.São Bernardo do Campo, EDITEO. da Igreja Metodista, 1994.

MICCELLI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945).* S.Paulo, Difel, 1979.

MOSCA G. & BOUTHOUL G. *História das Doutrinas Políticas*. 2ª ed. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro, Zahar, 1962.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste, 1817. Estruturas e Argumentos.* São Paulo, Perspectiva, 1972.

NADAI, Elza. *Ideologia do Progresso e Ensino Superior. São Paulo (1891-1934).* Tese de Doutorado. Depto. História, FFLCH-USP, 1981.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República.* 1ª reimpressão. São Paulo, EPU, 1976.

NEME, Mário. *História da Fundação de Piracicaba.* 2ª ed. Piracicaba, IHGP, 1974.

NÉRICI, Imídeo Giuseppe. *Introdução à Didática Geral. Dinâmica da Escola.* 3ª ed. São Paulo, Fundo de Cultura, 1965

NOVELLI JÚNIOR. *Feijó, Um Paulista Velho.* Rio de Janeiro, GRD, 1963.

OLIVEIRA, Roberson C. *Agricultura e Mercado Interno. São Paulo – 1890-1930.* Dissertação de Mestrado, Depto. de História, FFLCH-USP, 1993.

PASTORE, José (coord.). *Agricultura e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, APEC, 1973.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. *A Síntese Urbana (1822-1930).* Piracicaba, IHGP, 1989.

_____. "A Agricultura na 'Luiz de Queiroz': A Questão da Metodologia Científica". *In*: *Revista do IHGP*, v(5):5-13, 1997.

PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A Idéia Republicana no Brasil, através dos Documentos.* São Paulo, Alfa-Omega, 1973.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*. São Paulo, Difel, 1968.

PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e Existência*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

REICHARDT, Klaus (ed.). *Esalq 100 Anos. "Um olhar entre o Passado e o Futuro"*. Edição comemorativa. São Paulo, Prêmio, 2000.

REIS, F. T. de Souza. *O Ensino na Escola Agrícola Luiz de Queiroz de Piracicaba.* São Paulo, O. Ribeiro, 1921.

ROSA, Maria da Glória. *História do Ensino Agrícola no Brasil República*. Dissertação de Mestrado. Unesp, 1980.

SAES, Décio. *Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889-1930).* Petrópolis, Vozes, 1975.

SALES, Campos. *Da Propaganda à Presidência*. São Paulo, Typ. "A Editora", 1908.

SALIBA, Elias Thomé. *As Utopias Românticas*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

_____. *Ideologia Liberal e Oligarquia Paulista; A Atuação e as Idéias de Cincinato Braga.*Tese de Doutorado. Depto. de História, FFLCH-USP, 1981.

SALLUM JÚNIOR, Brasílio. *Capitalismo e Cafeicultura. Oeste-Paulista: 1888-1930.* São Paulo, Duas Cidades, 1982.

SANTOS, José Maria. *Os Republicanos Paulistas e a Abolição.* São Paulo, Martins, 1942.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. *Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1894-1984).* São Paulo, Reitoria da USP, Escola Politécnica, Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia, 1985.

SCHWARTZMANN, Simon *et alii. Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo.Rio de Janeiro, Nacional/Finep, 1979.

SÉBILLOTTE, Michel. *La Jachère. Éléments pour une Théorie*. Texte condensé. *In*: *A travers champs, agronomes et géographes*. Paris, Orstom, 1991, pp. 90-111.

SÉBILLOTTE, Michel & GODARD, Danièle. «La Fertilité. Lecture Agronomique de Pratiques Sociales». Présenté au Colloque de 06-08 de abril, 1990 à Fac. di Agraria, Milan, pp.1-12.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão.* 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. *Orfeu Extático na Metrópole*. *São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20.* São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil.* 2ª reimpressão. São Paulo, Alfa Omega, 1978.

SILVEIRA, Luiz. *Ensino Agrícola na Europa*. São Paulo, s. ed., 1920.

SOARES JÚNIOR, Rodrigo. *Jorge Tibiriçá e sua época.* São Paulo, Nacional, 1958. 2 volumes.

SOUZA, Cynthia Pereira (org.). *História da Educação. Processos, Práticas e Saberes.* São Paulo, Escrituras, 1998.

SOUZA, Jonas Soares. *A Convenção de Itu e o Partido Republicano Paulista*. São Paulo, USP, Museu Paulista/Itu, Museu Republicano, 1987.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. *Diogo Antônio Feijó*. Belo Horizonte, Itatiaia / S.Paulo, Edusp, 1988.

SOUZA CAMPOS, Ernesto de. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo, Saraiva, 1977

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura, Homens, Mulheres e Capital (1850-1980).* São Paulo, Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena História da Agricultura no Brasil.* 3ª ed. São Paulo, Contexto, 1997.

TELAROLLI, Rodolfo. *Poder Local na República Velha.* São Paulo, Nacional, 1977.

TISSERAND, E. *Rapport sur L'Enseignement Agricole en France-II*. Paris, Imprimerie Nationale, MDCCCXCIV.

TOLEDO PIZA JR. Salvador de. *Discursos.* Piracicaba, USP/Esalq, 1968.

TORRES FILHO, Arthur. *O Ensino Agrícola no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Democracia Coroada.* 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1964.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. "Um Lavrador Paulista do Tempo do Império". *Revista do Arquivo Municipal* Nº CL/XXII. Separata. São Paulo, s/data.

VARGAS, Milton (org.). *História da Técnica e da Tecnologia no Brasil*. São Paulo, Edusp/Ceet Paula Souza, 1994.

VITA, Luís Washington. *Alberto Sales. Ideólogo da Republica.* São Paulo, Nacional, 1965.

WEBSTER´S New International Dictionary. 2ª ed. 1950.

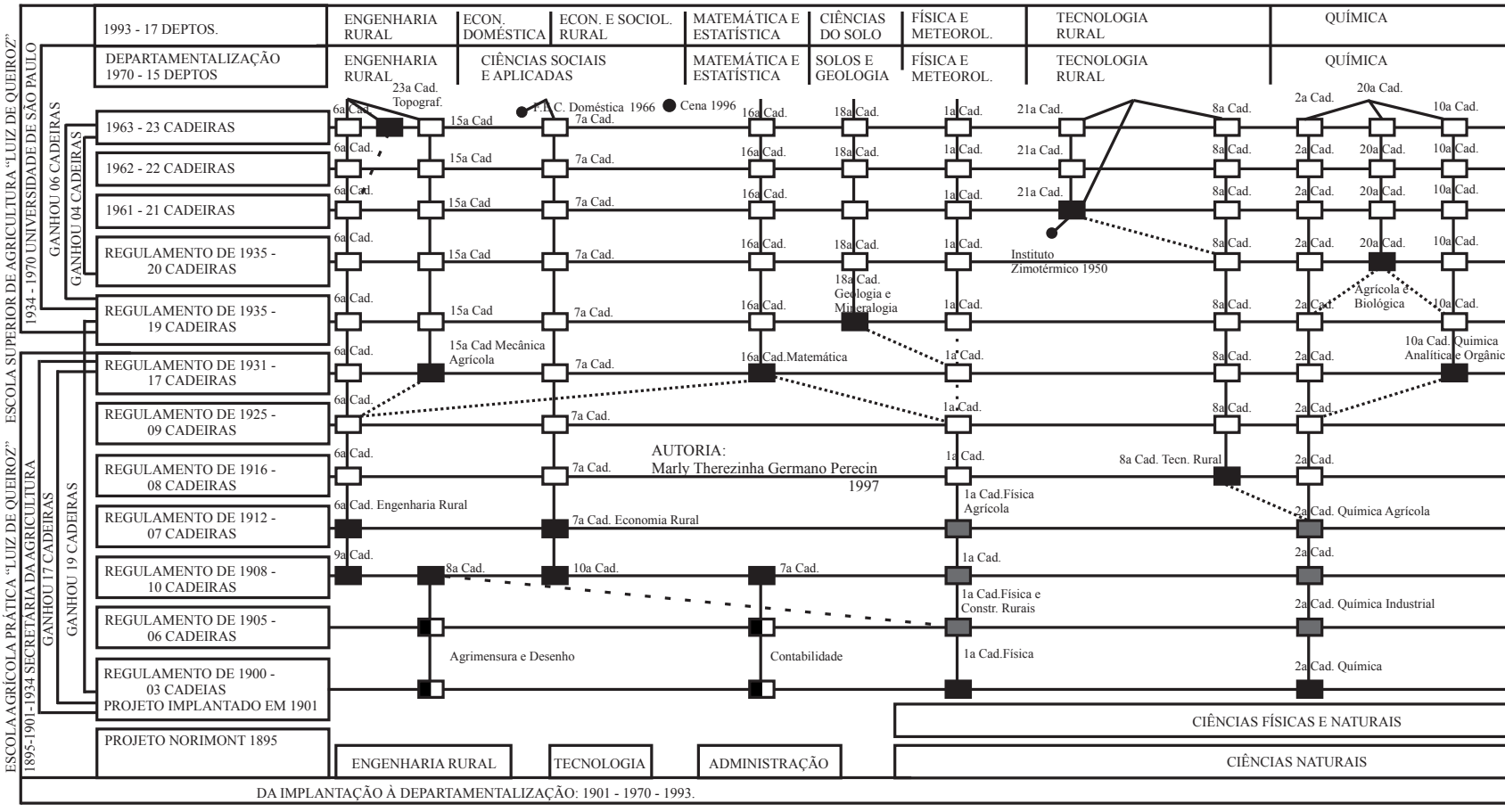
WERNET, Augustin. *Sociedades Políticas (1831-1832).* São Paulo, Cultrix, 1978.

WITTER, Sebastião José. *República, Política e Partido.* Bauru, Edusc, 1999.

Anexos

Anexo A

O Discurso Científico na "Luiz de Queiroz"



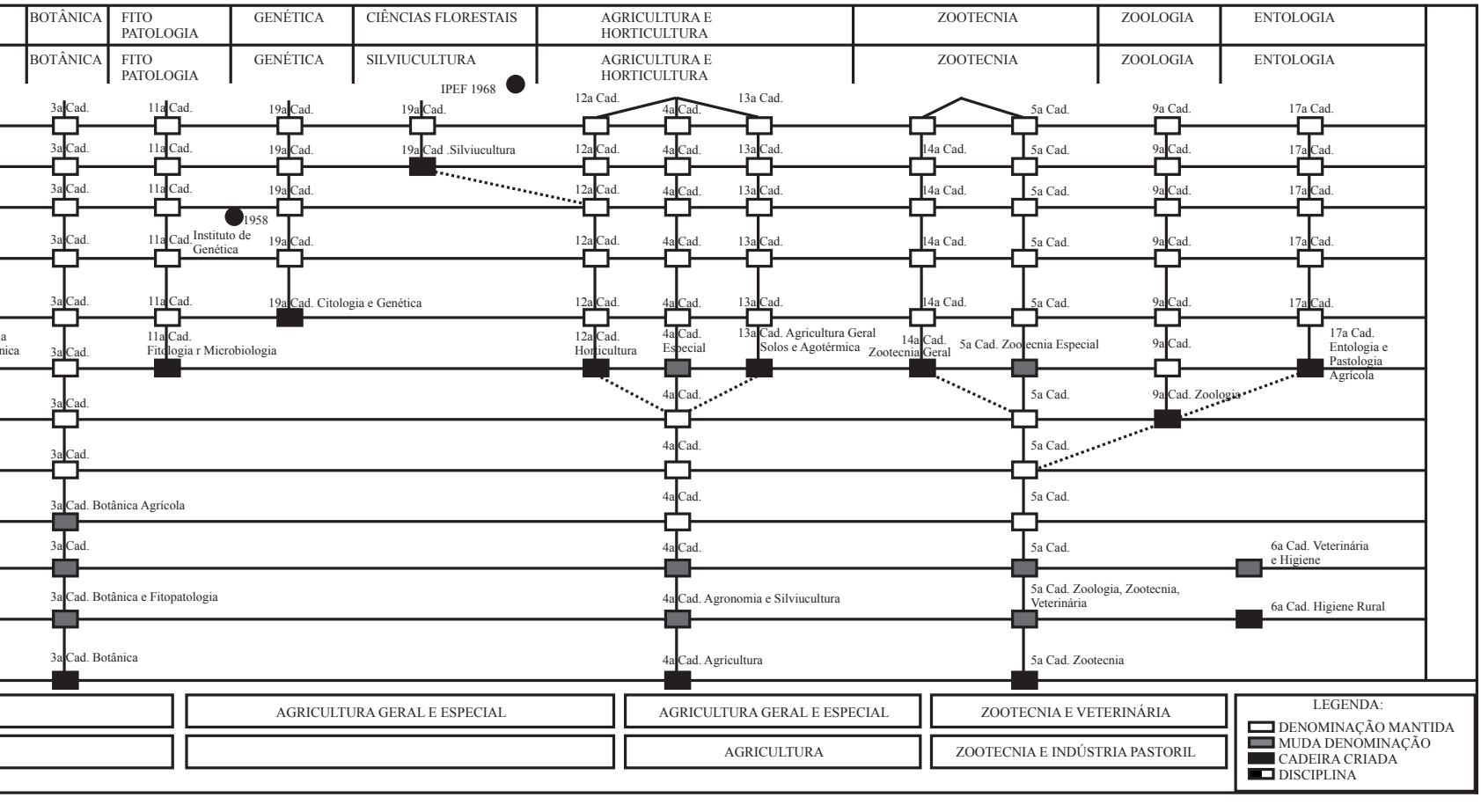


Fig. 66. O discurso científico nos campos do Saber Agronômico. *Fontes*: Regulamentos e Decretos da Escola, a partir de 1901.

Anexo B
Decreto nº 130, de 17/11/1892

Aceita a doação feita ao Estado pelo Dr. Luiz de Queiroz, da fazenda denominada S.João da Montanha, no município de Piracicaba, destinada à projetada Escola Agrícola e *abre o crédito de 50:774$000 para a indenização ao doador, das despesas por ele feitas com benfeitorias e custeio na mesma fazenda.*

O Presidente do Estado de São Paulo:

Atendendo à conveniência de ser aceita pelo Governo a doação feita ao Estado pelo Dr. Luiz de Queiroz, da fazenda de S.João da Montanha, do município de Piracicaba, a fim de nela ser levada a efeito a idéia do estabelecimento de uma escola agrícola ou instituto para educação profissional dos que se dedicam à lavoura (lei nº 26 deste ano);

Decreta:

Artigo 1º – *É aceita a doação feita ao Estado pelo Dr. Luiz de Queiroz, da fazenda de S. João da Montanha,* situada no município de Piracicaba, *a fim de nela ser levada a efeito a fundação de uma escola agrícola para educação profissional dos que se destinam à lavoura.*

Artigo 2º – A escritura de doação será passada de acordo com as divisas que constam da escritura de arrematação em notas do tabelião Francisco Vieira e compreenderá as terras e plantações, maquinismos, benfeitorias, aparelhos, animais, plantas e projetos dos edifícios a construir, constantes da avaliação feita pela comissão nomeada pelo Governo para inventariar os bens existentes na propriedade.

Artigo 3º – *Como indenização das despesas com benfeitorias e custeio* realizadas na propriedade doada, *receberá o doador, do Governo, a importância de cinqüenta contos setecentos e setenta e quatro mil réis (50:774$000) sendo quarenta e cinco contos setecentos e setenta e quatro mil réis (45:774$000) em pagamento das benfeitorias e cinco contos de réis (5:000$000), pelo custeio.*

Artigo 4º – Para a execução do artigo antecedente é aberto à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no Tesouro do Estado, sob a responsabilidade do Governo, um crédito de cinqüenta contos setecentos e setenta e quatro mil réis (50:774$000), solicitando-se oportunamente do Congresso Legislativo a aprovação deste ato.

Artigo 5º – *Na hipótese de não ser levada a efeito a idéia do doador com a fundação da escola agrícola, reverterá a ele ou seus herdeiros a propriedade doada, previamente indenizado o Tesouro* da importância a que se refere o artigo 3º deste decreto.

Artigo 6º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 17 de novembro de 1892.

Bernardino de Campos.

M. P. de Siqueira Campos.

Observação: A Resolução nº 193, de 28/08/1893, aprovaria na íntegra o dec. nº 130 e determinaria a abertura de um crédito extraordinário de 50:000$000 para dar início aos trabalhos na Fazenda São João da Montanha.

Fonte: Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo, tomos II e III.

Anexo C
Escritura Pública de Doação

Escritura pública de doação, datada de 06/12/1892 e passada no 1º Cartório de Notas da cidade de São Paulo. Desde 12/12/1892, acha-se transcrita às folhas 121, com o nº 5.824, no

livro 3-B de Transcrição das Transmissões do 1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Piracicaba, Estado de São Paulo.

"(...) pela qual Luiz Vicente de Souza Queiroz e sua mulher da. Ermelinda Ottoni de Souza Queiroz, João Francisco de Paula Souza e sua mulher da. Gabriela Barros Paula Souza, Pauline de Souza Queiroz, Baronesa de Limeira, Paulo de Souza Queiroz e sua mulher da. Genebra Souza Queiroz de Barros, Theobaldo de Souza Queiroz, Carlos Paes de Barros e sua mulher da. Alice Souza Queiroz de Barros e Domingos Corrêa de Moraes e sua mulher da. Carolina Queiroz de Barros, domiciliados na Capital do Estado, doaram à Fazenda do Estado de São Paulo, a Fazenda denominada São João da Montanha, neste município de Piracicaba, cujas confrontações são as seguintes: dividindo com a Fazenda Monte Alegre, Rio Piracicaba, com terras do Cel. José Ferraz; contém cento e dez alqueires de terras e plantações, benfeitorias, apetrechos, animais, plantas e objetos dos edifícios a construir, tudo constante da avaliação e arrolamento existentes em mãos do Governo. *Condições*: A doação foi feita com a condição de a aquirente levar a efeito na Fazenda São João da Montanha a idéia dos transmitentes de fundar na mencionada Fazenda a Escola de Agronomia para a educação profissional dos que se destinam à lavoura; e, que, na hipótese de não ser levado a efeito, no prazo de dez (10) anos, reverter a eles transmitentes ou seus herdeiros a propriedade doada previamente indenizando o Tesouro do Estado da quantia de, em moeda da época: 50:774$000, correspondente ao valor da doação".

Fonte: Pasta de documentos, ME.

TÍTULO	*Os Passos do Saber: A Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz*
AUTORA	Marly Therezinha Germano Perecin
PRODUÇÃO EDITORIAL	Edusp
DESIGN	Ricardo Assis
ASSISTENTES DE DESIGN	Tomás Martins
	Ana Paula Fujita
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA	Negrito Produção Editorial
REPRODUÇÕES FOTOGRÁFICAS	Arquivo Esalq
REVISÃO DE TEXTO E REVISÃO DE PROVAS	Maria Clara Cescato
	M. Cristina P. da C. Marques
DIVULGAÇÃO	Regina Brandão
	Rodrigo Scialfa Falcão
	Adriane Marcelle de Andrade
SECRETARIA EDITORIAL	Eliane dos Santos
FORMATO	23 x 27 cm
TIPOLOGIA	Adobe Garamond
PAPEL	Pólen Bold 90 g/m²
NÚMERO DE PÁGINAS	392
IMPRESSÃO E ACABAMENTO	Lis Gráfica e Editora

Este livro recupera a trajetória de um dos mais importantes centros de pesquisa e formação de profissionais do setor agronômico brasileiro: a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Esalq.

Por meio de uma vasta pesquisa histórica, a autora recupera transformações políticas e econômicas ocorridas na virada do século XIX para o XX e que provocaram mudanças em todo o sistema de produção econômico e também no equilíbrio político brasileiro. As inovações exigiram mudanças e uma das respostas da elite e do governo paulista foi a criação da Esalq.

Olhando para o interior da escola, Marly Therezinha Germano Perecin revela ainda os debates que definiram os rumos pedagógicos da Esalq nos primeiros anos e ajudaram a escola a transformar-se no centro de excelência que é.

ISBN 85-314-0845-8

banespa
Santander Banespa

1934/2004 USP 70 ANOS